

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**FABRÍCIO ANTÔNIO ANTUNES SOARES**

**FARRAPOS DE ESTÓRIAS:  
Romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999)**

**Porto Alegre**

**2016**

Fabício Antônio Antunes Soares

**FARRAPOS DE ESTÓRIAS:**  
**Romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999)**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo programa de pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas

Linha de Pesquisa: Sociedade. Ciência e Arte

Orientador: Dr. Jurandir Malerba

Porto Alegre  
2016

Fabício Antônio Antunes Soares

## FARRAPOS DE ESTÓRIAS:

Romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor pelo programa de pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

BANCA EXAMINADORA:

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Jurandir Malerba – PUCRS (orientador)

---

Prof. Dra. Ligia Chiappini de Moraes Leite – FU BERLIN

---

Prof. Dr. Luiz Antônio de Assis Brasil – PUCRS

---

Prof. Dr. Claudio Pereira Elmir – UNISINOS

---

Prof. Dr. Temístocles Américo Corrêa Cezar – UFRGS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S676f Soares, Fabrício Antônio Antunes  
Farrapos de estórias : romance e historiografia da Farroupilha  
(1841-1999) / Fabrício Antônio Antunes Soares. – 2016.  
323 f.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas, PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Jurandir Malerba.

1. Rio Grande do Sul – História – Guerra dos Farrapos (1835-  
1845). 2. Rio Grande do Sul – Historiografia. 3. Romances –  
História e Crítica. 4. Ficção – História e Crítica. 5. Imaginário.  
I. Malerba, Jurandir. II. Título.

CDD 16 ed. 981.65043

**Ficha Catalográfica elaborada por Ramon Ely – CRB10/2165**

*Aos meus pais.*

## AGRADECIMENTOS

Essa tese de doutorado não existiria sem o amor e o apoio incondicional de meus pais, Nero e Conceição, ao longo de toda a minha vida. Pelos mesmos motivos, agradeço aos meus irmãos, Franco, Félix e Danielle, e ao meu sobrinho Gabriel, às minhas cunhadas Raquel e Cristiane, ao meu cunhado Fernando, aos meus padrinhos, Jair e Cristina, e ao meu primo Jair Montiel.

Sou grato a Eduardo Silva pela amizade de todas as horas e companheirismo de mais de trinta anos. Sou muito grato ao João Júlio Gomes dos Santos Júnior pelo auxílio intelectual, pelas conversas sobre os mais variados temas da vida e, fundamentalmente, agradeço a sua amizade. Sem ele essa tese não seria o que foi. Agradeço a Ricardo Oliveira, meu leitor, parceiro intelectual e grande amigo. Sou muito grato a amizade e carinho de Sheila e Beatriz Lehnen. A elas devo muito do que consegui e sou. Em especial, sou muito grato a Dorival Lehnen por tudo que me ensinou e pelo quanto me cuidou. Onde quer que eu estiver, haverá o meu eterno reconhecimento.

Um ano da tese de doutorado eu morei em Berlim estudando e pesquisando no Instituto de Estudos Latino-Americanos (LAI) da Universidade Livre de Berlim (FU). Período importantíssimo profissional e pessoalmente. Desse período, fiz grandes amizades. Quero agradecer a Flávio Aguiar pela paciência em ler meus escritos, pela disponibilidade em me ouvir e aconselhar. Também agradeço a Ligia Chiappini pela oportunidade de frequentar seu seminário no LAI, pelo acolhimento, pelo apoio intelectual e pela honra que me dá ao participar de banca do meu doutorado. Agradeço também ao meu coorientador no LAI, Stefan Rinke, pela oportunidade de ir pesquisar na FU, a Susane Klengel pela acolhida, pela leitura e crítica do material da tese, a Eduardo Gallardo e Jefferson Martins pela amizade que nasceu em Berlim, a Jörg Lühdorff e sua família pela atenção e carinho na minha estada em Lichterfelde, a Airton Müller pelo companheirismo e amizade. Um agradecimento especial ao casal Estevão e Sara Bosco pela forte amizade que cultivamos em Berlim, pela companhia e pelas ótimas conversas que perpassavam os mais diversos temas na noite de Berlim.

Agradeço ao professor Luiz Antônio de Assis Brasil e Claudio Elmir pela honra que me dão ao participar da minha banca de doutorado. Sou muito grato a Temístocles Cezar, pelo incentivo intelectual, pela paciência em me ouvir, pela amizade e por ter na minha banca de doutorado um historiador e uma pessoa que tanto admiro.

Igualmente sou muito grato ao meu orientador de doutorado Jurandir Malerba. Perfeccionista, exigente ao extremo, incansável nas correções e sugestões para melhorar a

tese. Agradeço, também, a oportunidade que me ofereceu de estudar em Berlim. Foi uma honra tê-lo como orientador. Mas agradeço, sobretudo, por nestes quatro anos ter privado de sua amizade e por ter conhecido sua família. Sempre foi generoso, leal e sincero comigo. Todos os acertos da tese passam por ele... *Gracias viejo!*

Sou grato à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e ao seu PPG em história pela oportunidade de realizar o doutorado nesta instituição, que é referência na área da pesquisa em história. Agradeço ao CNPq por ter financiado minha pesquisa no Brasil e a Capes por ter financiado minha pesquisa na Alemanha.

Nos últimos nove meses da tese eu morei no Alegrete. Nesse período agradeço a amizade e o companheirismo de Rafael Feijó, Geison de Oliveira, Itagira Martins, Mirian Lopes, Vitor Costa, Wederson Ferreira, Elizeu Benachio, Leandro Goya e Mariana Lopes Dal Ri.

Agradeço a Ana Maria Alves pela paciência da espera, pelo carinho na distância e o cuidado na presença, mas agradeço, principalmente, o seu amor.

“El mérito principal de la historia consiste en ser un instrumento de cultura intelectual, y lo es por varios modos. En primer lugar, la práctica del método histórico de investigación (...) es muy saludable para el espíritu, al que cura de la credulidad. En segundo lugar, la historia, porque muestra gran número de sociedades diferentes, prepara para comprender y aceptar usos varios (...) y cura del temor a las transformaciones”

*(Langlois – Seignobos*

*Introduccio a los studios históricos)*

“There are places I remember  
All my life though some have changed  
Some forever not for better  
Some have gone and some remain  
All these places had their moments  
With lovers and friends I still can recall  
Some are dead and some are living  
In my life I’ve loved them all”

*(Lennon – McCartney*

*In my life)*

## **LISTA DE SIGLAS**

IHGB:	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGSP:	Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro
IHGRGS:	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
RIHGRGS:	Revista do Instituto e Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
PUCRS:	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
UFRGS:	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## RESUMO

Esta tese analisa a escrita da Farroupilha na historiografia e no romanceiro, em um período de 158 anos, desde as publicações de Saturnino Oliveira Coutinho e Caldre e Fião na década de 1840 até as publicações de Cesar Guazzelli e Flávio Aguiar no final do século XX. À luz do conceito de controle do imaginário, pretende-se demonstrar neste estudo como, em sucessivos momentos, os limites da escrita historiográfica e ficcional sobre a Farroupilha foram estabelecidos por grupos sociais que pautaram os modos de se narrar aquele evento histórico.

**Palavras-chave:** Historiografia. Romance. Imaginário. Ficção. Farroupilha.

## **ABSTRACT**

This dissertation analyzes the writing of the Farroupilha in historiography and in novel, in a period of 158 years since the publications of Saturnino Oliveira Coutinho and *Caldre e Fiação* in the 1840s until the works of Cesar Guazzelli and Flávio Aguiar in the late of twentieth century. In this study we intend to demonstrate, in light of the imaginary control concept, how in successive moments some social groups have oriented the ways of account that historical event establishing limits on the historiographical and fictional writings.

**Keywords:** Historiography. Novel. Imaginary. Fiction. Farroupilha.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
Sobre o objeto da tese .....	11
O objeto da tese.....	19
As relações entre historiografia e o romance: entre a ficção e a imaginação.....	26
Estruturação dos capítulos .....	35
<b>PARTE I</b> .....	<b>40</b>
As escritas sobre a Farroupilha no Brasil Imperial .....	40
<b>CAP. 1</b> A Farroupilha: entre a construção da ordem e as intrigas palacianas.....	<b>41</b>
<b>CAP. 2</b> A Farroupilha: entre o apogeu e a crise do Império .....	<b>82</b>
<b>PARTE II</b> .....	<b>114</b>
Do Partenon Literário a comemoração do centenário da Farroupilha.....	114
<b>CAP. 3</b> Da contestação à criação de um novo imaginário .....	<b>116</b>
<b>CAP. 4</b> A Farroupilha e o Castilhismo-borgismo contestado.....	<b>142</b>
<b>CAP. 5</b> O centenário da Farroupilha: a comemoração.....	<b>164</b>
<b>PARTE III</b> .....	<b>191</b>
A Farroupilha: da formação histórica às transformações do fim do século XX .....	191
<b>CAP. 6</b> A Farroupilha na formação histórica do Rio Grande do Sul.....	<b>193</b>
<b>CAP. 7</b> A Farroupilha: entre a crítica e a pesquisa universitária.....	<b>230</b>
<b>CAP. 8</b> Democracia, globalização e pluralidade de modelos: a Farroupilha repensada.....	<b>265</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>299</b>
<b>FONTES</b> .....	<b>304</b>
Referências Bibliográficas .....	305

## INTRODUÇÃO

*A legítima abordagem do discurso não se efetiva por uma especialização da linguística, mas por sua integração no acervo das abordagens propriamente sociais.*  
(LIMA, 2006, p. 27).

A Farroupilha,<sup>1</sup> ou Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos e demais denominações que houve ao longo de mais de 171 anos, foi um conflito político-militar que ocorreu na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845. Ela tem sido escrita de muitas formas, em vários contextos e no meio de muitas alterações na vida social e política brasileira e rio-grandense. Da primeira obra analisada até a última nesta tese, entre 1841 e 1999, temos um arco temporal de 158 anos de histórias narradas.

A bibliografia sobre a Farroupilha é vastíssima. No decorrer da pesquisa, entendi que o importante não era analisar obra por obra ou o maior número possível de obras sobre o tema. O objetivo é, diferentemente, perceber as alterações na escrita da Farroupilha de uma geração a outra, de um grupo social, político e teórico em relação aos outros. Num lapso de tempo tão amplo, mais importante que entender a permanência é apreender as mudanças nas formas e conteúdos da escrita. Como cada geração, ao longo dos anos, escreveu a Farroupilha tanto na historiografia quanto no romance: é disso que se trata a presente tese, esse é o seu objeto. Com quais recursos teóricos, em que momento social, com que fim político foi escrita a Farroupilha, são as indagações que guiaram a pesquisa e a sua escrita.

O objetivo principal do estudo é, então, analisar como foi escrita a Farroupilha na temporalidade aqui proposta. Para isso, é necessário saber as mudanças teóricas havidas no modo de escrever o conflito sulino, assim como compreender as mudanças políticas e sociais por que passaram o Brasil, os lugares de produção da historiografia e do romance ao longo do tempo e a relação dos intelectuais com as instituições do Estado. Além disso, é indispensável saber as semelhanças e diferenças do romance e a historiografia.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Ao longo da tese denominei a Revolução Farroupilha ou a Guerra dos Farrapos, como o conflito sulino atualmente é mais comumente conhecido, de a “Farroupilha”. Com isso pretendo duas coisas; a) ir além da discussão da década de 1980 de caráter ideológico sobre se a Farroupilha era uma revolução ou guerra (o que não é o objetivo desta tese) e b) denominar a fortuna crítica sobre esse evento.

<sup>2</sup> Este mesmo objetivo de reconstruir o trajeto de um fenômeno histórico ao longo do tempo via narrativa também foi o que se propôs Elmir (2004) em seu livro *A história devorada*. Aí ele reconstrói toda a trajetória das narrativas sobre os crimes da Rua do Arvoredo.

## **Sobre o objeto da tese**

A escrita sobre a Farroupilha começou cinco dias após o 20 de setembro de 1835 quando, em um manifesto, Bento Gonçalves explicava os motivos da deposição do presidente da província Antônio Rodrigues Fernandes Braga. Ao longo do conflito, os farroupilhas e os legalistas manifestavam suas opiniões sobre o confronto em seus respectivos jornais. Também de ambos os lados do conflito se escreveu poesia. O cancionário popular igualmente registrou em versos os eventos desse período. Contudo, o objeto da tese são as escritas sobre a Farroupilha no romance e na historiografia e o entrelaçamento de ambas.

O objeto desta tese já foi estudado anteriormente. A maior parte das análises foi feita em artigos. Há outras poucas apreciações que se encontram em capítulos de livros, dissertações ou teses acadêmicas, em geral estudos introdutórios ao episódio histórico da Farroupilha. Portanto, a originalidade da tese não se encontra em analisar pela primeira vez a escrita da Farroupilha. A novidade encontra-se na forma de abordar esse objeto historiograficamente. Para clarificar o objeto da tese, uma análise da bibliografia anterior é elucidativa, trazendo a lume a forma como foi entendido anteriormente.

Em dois artigos escritos respectivamente em 1985 e 1986, Moacyr Flores fez um balanço historiográfico sobre a Farroupilha. O autor tratou da historiografia sobre o conflito desde seu início, em 1835, até o início da década de 1980. É um dos historiadores que mais alarga temporalmente a análise. Contudo, não fez mais que uma cronologia das obras, isto é, não examina nem o lugar de produção dos textos nem a intriga da história, tampouco a relação de ambas, texto e contexto. Apenas colocou as obras em ordem cronológica. O critério utilizado para a apresentação das obras é pré-centenário e pós-centenário da Farroupilha. Flores teve o esforço de fazer uma cronologia das obras, porém não avançou em entender a escrita do historiador como uma operação historiográfica. (CERTEAU, 2007).

Em artigo de 1985, Sandra Pesavento também avalia as narrativas dos historiadores sobre o conflito sulino. Ela foi além da cronologia das obras. Pesavento fez uma abordagem de crítica ideológica em relação à historiografia da Farroupilha e, assim, avançou em relação a Flores. Para a autora, é necessário investigar as ligações entre os intelectuais e a classe social que ele representa. Portanto, no entendimento da historiadora o intelectual é o elemento que elabora e difunde a ideologia e, desse modo, é o criador do sistema de ideias da classe dominante. A ciência, nesse caso, serve para manter o sistema de classes uma superestrutura, uma ideologia dos grupos predominantes.

Para Pesavento, por meio da escrita dos historiadores a classe dominante apresenta a visão que possui de si mesma. A produção historiográfica é elaborada no sentido de oferecer uma visão do passado na qual o grupo no poder apareça como representante dos interesses de toda sociedade e “é assim no caso da historiografia oficial rio-grandense, que louva e exalta as qualidades do gaúcho, altaneiro, livre e destemido”. (PESAVENTO, 1985b, p. 77). Por isso, a “montagem de uma história oficial, que legitimasse o poder dos pecuaristas no estado [...] a Revolução Farroupilha ocupou um lugar de destaque”. (PESAVENTO, 1985b, p. 79).

Era necessário resgatar para o grupo no poder regional um passado enobecedor e capaz de se apresentar como comum a todos, sem distinção de classes; e a Farroupilha se revelou a peça fundamental deste passado. Enfim, a historiografia, até o momento em que escreve Pesavento (década de 1980), apenas teria usado a Farroupilha para criar uma defasagem entre o passado real e uma representação invertida desse passado.

Essa perspectiva falha por dois motivos: a) a obra é sobredeterminada pelo contexto econômico da luta de classes; e b) haveria uma teoria que conheceria o real por detrás das aparências ideológicas, isto é, ela assentar-se-ia em uma metanarrativa que teria a explicação total da realidade baseada num monocausalismo epistêmico. O texto e os sujeitos da história seriam apenas reflexos de uma base econômica, conhecida sem as aparências ideológicas graças à teoria marxista da história. Ao contrário disso, a escritura recria um passado que se abre como mediação para a compreensão do outro. O texto é produtor um de distanciamento que permite ver a obra estruturada que não esconde a história, mas revela o passado que o historiador narrou. Não há um ponto arquimédico da crítica que *a priori* permita “ver” o real como se passou. Enfim, a história da historiografia tem que relacionar o texto com o mundo que não é texto, mas só (re)conhecido através da linguagem.

Maria Eunice Moreira analisou a literatura do século XIX sobre a Farroupilha em um artigo de 1985. Ela constatou que a produção teve como intriga principal a guerra. Segundo a autora, o conflito sulino foi a insatisfação de uma economia subsidiária em relação ao governo central. “[...] Assim compreendida, a Revolução Farroupilha não teria tomado a projeção que assumiu na historiografia oficial”. (MOREIRA, 1985, p. 39).

Moreira afirma que a Província de São Pedro era uma economia fornecedora do mercado interno e, ao mesmo tempo, uma sociedade militarizada. Foi desse modo que se estabeleceram as relações entre a Coroa e a elite regional. O fortalecimento econômico dos estancieiros exigia semelhante fortalecimento no plano político. Enfim, o fato histórico foi absorvido pela literatura e “o tratamento literário, associado à palavra dos historiadores, consagrou um tipo – o gaúcho – e uma ideologia – a regionalista”. (MOREIRA, 1985, p. 40).

Para Moreira, a guerra deixou seu rastro permeando a produção literária rio-grandense ao longo do século XIX. E a Farroupilha foi seu tema preferencial, porque possibilita a configuração de certa ideologia que é “representativa dos estancieiros gaúchos”. (MOREIRA, 1985, p. 62). De tal modo, todos esses aspectos tematizados na literatura e no discurso histórico “delimitam um modelo a ser seguido e preservado”. (MOREIRA, 1985, p. 62). Por fim, a autora entendeu que, se aliando ao discurso oficial, a literatura consagrou o gaúcho, o herói, e uma ideologia, a dos estancieiros. Moreira ainda fez uma análise ideológica procurando saber o que, por trás do texto, determina o próprio texto. Portanto, através da ideologia quis determinar a ficção que nasceu nas obras literárias.

Em artigo de 1993, Weinhardt fez uma análise dos romances sobre a Farroupilha. Diferente de Moreira, ela avançou ao século XX, mas manteve a mesma postura teórica em relação às obras literárias. Assim, Weinhardt analisou Manuel Canho (personagem do romance *O gaúcho*): “Mas Manuel Canho não é um representante de sua classe. Alencar coloca-o em função periférica na ação histórica”. (WEINHARDT, 1993, p. 118). A autora não está preocupada em compreender as particularidades da vida de Canho, pois é em suas vinganças, cumprimento de ordens de Bento Gonçalves, em peleias e relações de afeto, principalmente suas relações com os cavalos, que a narrativa alencariana se desenvolve em par com a da Farroupilha.

Outra crítica da autora é ao romance *Os farrapos*, de Luís Alves Oliveira Belo, em que escreve:

A argumentação dos peões de cada facção, para optarem pelo lado em que se engajaram é artificial. Como também o é o questionamento da guerra e de seus efeitos apresentado por um ancião analfabeto, criticando indiretamente a ação de Bento Gonçalves. (WEINHARDT, 1993, p. 120).

Por um lado, a autora considerou que, por serem despossuídos, peões não podem refletir e optar sobre o conflito político-militar, isto estaria reservado apenas aos líderes do movimento; por outro lado, o analfabeto não poderia criticar Bento Gonçalves a partir de sua experiência de vida (como despossuído), tomando por pressuposto a autora que o analfabeto não teria meios simbólicos de analisar o conflito. Por sua posição teórica, só percebeu agência consciente nos personagens “grandes” da história e não nos que considerou os personagens secundários. O que é justamente o que o romance de Oliveira Belo não faz, pois mostra o cotidiano da guerra a partir da vida dos personagens Juca Silva, que é um vaqueano, de seu primo Manduca, que é um peão, e de seu amigo índio chamado Serrano. O desenrolar do

enredo consiste no modo como eles vão percebendo a Farroupilha com o passar do tempo e, também, como a partir dessa experiência a vão entendendo. Por fim, Weinhardt (1993, p. 123) elogia a obra *A prole do corvo*, de Luiz Antônio de Assis Brasil, pois “É um mergulho em profundidade na história e no indivíduo. A leitura de orientação social vê a denúncia, a crítica a uma história que se faz de mitos e enganos [...] É o desnudamento da crueza da realidade”.

Sobre *A prole do corvo* dedicarei especial atenção no sétimo capítulo. Contudo, para Weinhardt os romances encobriram a realidade de dominação de classe e somente textos que desmitificam essa dominação poderiam representar corretamente o mundo, pois haveria uma realidade que está escondida por detrás do texto. E só uma obra de denúncia social pode representar verdadeiramente a realidade.<sup>3</sup> A questão não é ver o romance como mitificação do real ou não, mas o passado reconstruído que se abre à leitura.<sup>4</sup> O ponto me parece não limitar a interpretação dos romances, a saber, se mitificou ou não a história, mas como pontuou Ricoeur (2008, p. 68): “Não se trata de impor ao texto sua própria capacidade finita de compreender, mas de expor-se ao texto e receber um *si* mais amplo, que seria a proposição de existência respondendo, da maneira mais apropriada possível, à proposição de mundo”.

Cesar Guazzelli, em sua tese de doutorado de 1998, aborda a historiografia da Farroupilha no século XX desde a obra de Alfredo Varella até a obra da historiadora Helga Piccolo. A análise da historiografia de Guazzelli é diferente da do período anterior. Não percebe mais a escrita da história como encobrimento da luta de classes e ocultamento do real. Analisa as obras a partir de suas temáticas. Avança em relação às análises anteriores em considerar as narrativas pelo que elas querem dizer, pelo passado que a intriga do texto cria.

Começa sua análise retomando a diferenciação de Gutfreind (1992) entre a matriz platina e a matriz lusitana na historiografia. Assim, como representante da matriz platina e representando a pátria gaúcha estaria a obra de Alfredo Varella (1915; 1933). Como representante da matriz lusa e compreendendo o Rio Grande como a sentinela avançada do Brasil estaria a obra de Walter Spalding (1939). Depois avalia a obra de Spencer Leitman (1979), que introduziria a análise econômica na motivação de os estancieiros entrarem em conflito com o Império brasileiro. A explicação para o surgimento do conflito seria a perda das terras uruguaias e os impostos sobre charque. Em seguida, examina um artigo de Sandra Pesanvento (1985) sobre o liberalismo Farroupilha, mostrando que os farrapos eram

<sup>3</sup> Sobre as limitações da análise ideológica, ver Rodrigues (2006), “Introdução”; Nedel; Rodrigues (2005); Boeira (2009). Costa Lima (1968) também apontou para as limitações e algumas alternativas a esse tipo de análise.

<sup>4</sup> Conforme observou Chiappini (2000, p. 24), “não cabe dizer que um ficcionista finge ou mente, embora caiba perguntar, sim, que verdade ele nos traz pelas suas meias-verdades”.

controversos nesse tema, sendo liberais em alguns temas e protecionistas em outros. Sobre os artigos de Helga Piccolo (1985), sustenta que os ressentimentos da elite pecuarista da Província contra a formação do Estado-nacional centralizado eram econômicos.

Cesar Guazzelli tem o mérito de demonstrar as intrigas com que os autores formaram suas obras. Entretanto, uma história da historiografia mais completa reclamaria ainda a análise dos lugares de produção dos textos, e o que o enredo das obras tem a ver com a sociedade que as cerca.

No início da segunda parte do livro *Federalismo gaúcho* (2001), Maria Medianeira Padoin analisa a historiografia a partir do posicionamento teórico-metodológico dos historiadores. Diferencia os historiadores entre descritivas-positivistas e críticos. Entre os primeiros estariam os historiadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), que foram definidos por Padoin como historiadores tradicionais, apenas preocupados em justificar a brasilidade dos farrapos e negar o separatismo da revolução. São eles: Walter Spalding, Morivalde Fagundes, J. P. Coelho e Souza e Dante de Laytano. Entre os segundos estariam os historiadores ligados à universidade e a uma percepção crítica da história. Padoin não explica o que seria tal visão crítica. Entre esses estariam: Sandra Pesavento, Helga Piccolo, Spencer Leitman e Moacyr Flores.

Apesar do esforço de Padoin de não fazer uma mera cronologia das obras, sua história da historiografia da Farroupilha é problemática no enfoque que escolheu: apenas diferencia os historiadores entre tradicionais e críticos sem explicar mais detalhadamente o que seria esta diferenciação e qual relação haveria a partir dessas opções teóricas com o lugar de produção historiográfica. A análise de Padoin pressupõe que exista uma postura teórico-metodológica científica, isto é, a opção pela crítica, em que o real possa emergir do texto produzido por meio da cientificidade dos historiadores universitários. Assim, a historiadora acaba por naturalizar o texto sem perceber a historicidade que o compõe.

Em 2002, Eduardo Scheidt publica o artigo “O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha”, em que o autor descreve uma grande quantidade de obras, desde a primeira memória histórica de 1838 de João da Cunha Barreto até a sua própria dissertação de mestrado em 2000. Scheidt tem o mérito de enumerar a obra de treze autores sobre a Farroupilha. Ele apresenta, como Guazzelli, a intriga das obras dos historiadores. Contudo, conforme Scheidt mesmo reconhece, o seu artigo tem um caráter preliminar. Faltaria precisar melhor a relação entre memória e história e, também, o contexto de produção de cada autor por ele escolhido. Não obstante, assim como Guazzelli, é um bom início para conhecer a historiografia da Farroupilha.

Em *Revolução Farroupilha: estudos históricos* (2004), Alves analisa a historiografia do conflito sulino em três dos seus quatro capítulos. Alves volta com uma abordagem semelhante à de Pesavento, quer dizer, ele quer busca como foi construído o mito Farroupilha que serviu de bastião ideológico a determinados grupos político. Enfim, quer denunciar um tipo de historiografia como falsa e ficcional, que atenderia a demandas específicas da classe dominantes. Para o autor, o processo de mitificação teve um de seus iniciadores em Alfredo Ferreira Rodrigues, que contribuiu “decisivamente para a criação mítica da Revolução Farroupilha” (ALVES, 2004, p. 45) e que as obras de Rodrigues desempenhariam “um papel relevante na construção do mito de uma Revolução Farroupilha heroica, moderada, cavalheiresca, não-separatista e, enfim, brasileira”. (ALVES, 2004, p. 59).

De acordo com Alves, a consolidação do mito da Farroupilha se daria alguns anos depois com a instituição da historiografia oficial em torno do IHGRGS. Para ele, Aurélio Porto, Souza Docca, Othelo Rosa e Walter Spalding são os responsáveis pela concretização do mito. Segundo Alves, esses intelectuais estariam vinculados a um bloco histórico e, assim, buscavam tornar coerentes as ideias e valores da elite governante junto à população. Portanto, esses intelectuais ajudaram “perpetuar a situação preeminente da classe dirigente”. (ALVES, 2004, p. 63). Esse discurso historiográfico se incumbiu de resgatar para as elites do Rio Grande o seu passado, mostrando qual seu lugar na estratificação social. Nesse processo historiográfico, tais intelectuais solidificaram a mitologia Farroupilha. No último capítulo do livro, Alves analisa os escritos de Lindolfo Collor e Osvaldo Aranha sobre o conflito sulino, chegando à conclusão de que eles, como os demais autores anteriores, edificaram o mito da Farroupilha. O balanço historiográfico de Alves é uma reatualização, quase vinte anos depois, sobre as mesmas bases do argumento de Sandra Pesavento.

Em 2009, Sandra Pesavento lança outro artigo sobre a Farroupilha denominado “Uma certa Revolução Farroupilha”, que traz uma abordagem bem diferente do artigo “Uma ideologia em farrapos” de 1985.<sup>5</sup> Em vez do desvelamento ideológico do texto, a autora investiga a construção do fato pelos intelectuais. O texto se divide em três partes. A primeira é sobre os antecedentes da Farroupilha; a segunda consiste na narrativa dos eventos do conflito; a terceira fala sobre a construção do fato sobre os dez anos da guerra. Para o entendimento do objeto desta tese, interessa-nos a terceira parte do referido artigo.

Vinte e quatro anos depois, Pesavento está interessada na forma como foi retrabalhada a Farroupilha na memória local pelos intelectuais da Província. A memória seria a força

---

<sup>5</sup> Ao longo da década de 1990, Pesavento alterou seu perfil teórico deixando a orientação marxista e tornando-se em uma das grandes historiadoras brasileiras da nova história cultural.

definidora do Rio Grande do Sul e da identidade regional, além da alteridade dos rio-grandenses em relação ao Brasil e ao Prata. A historiadora tem o mérito de ser a primeira a abordar, conjuntamente, a escrita da Farroupilha por meio das relações entre as representações literárias e historiográficas. Esse é um destaque de seu artigo em relação à produção anterior. Ela mostra o empenho dos letrados do século XIX e de suas instituições em construir a identidade regional a partir da Farroupilha. Trata em especial do Partenon Literário e de dois de seus integrantes, Apolinário Porto Alegre e Bernardo Taveira Junior, e do Clube 20 de Setembro e outros dois de seus membros: Alcides Lima e Francisco Assis Brasil. Depois de 24, anos a autora entende que esses letrados não mascaram mais a realidade, mas criam representações

marcadas por suas razões e sensibilidades, inseridas em uma determinada época, passam a ser traços atemporais, eternos imutáveis, porque integrantes de um modo de ser, de um *éthos*, de uma identidade regional. Correspondem a um núcleo de positividade com alta capacidade agregadora, condição básica para as construções imaginárias de pertencimento. (PESAVENTO, 2009, p. 252).

A escrita da Farroupilha moldada pelos propósitos e sentimentos de uma época mostra a capacidade de construir um imaginário e uma identidade vinculada a ele. Apesar de o artigo de Pesavento ter apenas um terço dele dedicado a análise das narrativas, mesmo assim a autora abre um caminho de exame inédito em relação à escrita da Farroupilha. Propõe averiguar as escritas da história e da literatura vinculadas a um contexto de época, articuladas com projetos políticos e identitários. Assim, a autora escapa da análise, comum em outros autores e em seus próprios escritos da década de 1980, de averiguar o real que se esconde atrás do texto ou como a ideologia de uma classe esconde ou escamoteia o real no texto. Também, inicia uma análise que pretende ir além da simples dicotomia mito-verdade (da historiografia),<sup>6</sup> pois o conceito de imaginário acaba problematizando a dicotomia, mostrando que a construção da realidade do passado vai além de um mero jogo da verdade-falsidade ou história de um lado e mito de outro, pois o imaginário faria a articulação da ficção na historiografia e da história no romance. Dessa forma, matizando concepções teóricas e abrindo um veio analítico, Pesavento aprofundou a análise da escrita Farroupilha.

Em 2011, é publicado o artigo “História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito”, de Jocelito Zalla e Carla Menegat. Assim como o artigo anterior de Pesavento, este se mantém vinculado à abordagem da escrita literária e historiográfica.

---

<sup>6</sup> Não que a autora abandone os conceitos de mito e ciência, mas problematiza-os.

Também contextualiza rapidamente a produção sobre o conflito sulino em cinco momentos: a) durante o conflito armado, usando nesse período os jornais da época como fontes; b) após o término da Farroupilha, a vitória discursiva dos imperiais; c) o advento dos republicanos do PRR e a revalorização da Farroupilha; d) a heroização dos farroupilhas nas décadas de 1920 e 1930; e) A Farroupilha sob a festa dos CTGs.

Como alguns autores anteriores, Zalla e Menegat têm por objetivo “analisar o processo de produção e reprodução do episódio farrapo enquanto mito”. (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 50). Assim, a partir de uma visão panorâmica eles analisaram “o longo processo de construção, atualização e disputa em torno do mito da Revolução Farroupilha”. (MENEGAT; ZALLA, 2011, p. 66). Os autores acabaram de certa forma por colocar a escrita da Farroupilha no mesmo binômio mito-ciência que Pesavento (1985b), Moreira (1985), Weinhardt (1993), Alves (2004), apesar de fazê-lo sem a análise ideológica marxista como fundamento. Nessa problemática do mito, Zalla e Menegat foram mais elaborados. Para eles, o mito não é necessariamente o oposto da verdade, mas a justificação dos elementos que unificam e constituem uma determinada cultura. Neles, o mito não reproduziria uma situação real, mas, no entendimento de ambos, o mito a embelezaria, corrigiria e aperfeiçoaria a Farroupilha para determinado grupo se reproduzir no poder. Nisso estaria o caráter instrumental da representação do conflito sulino. O único ponto de discordância que temos é que em uma representação há mais que um caráter instrumental. Por mais que possa haver o caráter instrumental nas obras sobre o conflito sulino de 1835, essas mesmas obras representam um estado de coisas sobre a Farroupilha, que à sua época tinha um caráter de verossimilhança. E se apenas entender nas representações o seu lado instrumental, perde-se como se construiu o seu caráter, mesmo que hoje defasado, veritativo.

Dessas diversas maneiras, o objeto da tese foi analisado anteriormente. Primeiro, com a separação da história da historiografia, de um lado, e a história da literatura, de outro, apenas os dois últimos artigos trataram as duas em conjunto. Segundo, a análises se definiram de três maneiras: por um lado, apresentaram os textos de forma cronológica, que é o caso de Flores; já Guazzelli e Scheidt, além da cronologia, expuseram um pequeno resumo do enredo dos livros; por fim, tivemos a análise ideológica, que em muitos casos se assemelha ao exame da construção do mito Farroupilha, isto é, o discurso encobrindo o real, como em Pesavento, Moreira, Weinhardt, Alves, Padoin, Menegat e Zalla. Por último, na segunda fase de Pesavento as representações dos textos são articuladas ao imaginário e às identidades do período.

## O objeto da tese

Nesta tese, pretende-se ir além da mera cronologia dos livros ou da exposição da intriga das obras, como também ambiciona-se ultrapassar a crítica ideológica das escritas da Farroupilha, aquelas interpretações que apenas examinaram mecanicamente a determinação do texto pela classe social. Igualmente, o enfoque da tese aspira ir além de perceber a produção narrativa sobre a Farroupilha como simples formadora do mito de um grupo ou classe social. Aqui, entendemos que o instrumental teórico usado por Lima, em a *Trilogia do Controle*, é o melhor indicado para abordagem. Pensar a escrita a partir do imaginário possibilita especificar as representações das narrativas não em dicotomias, como falso e verdadeiro, mas entrecruzar a escrita da história com a do romance no imaginário de cada época.

Em a *Trilogia do Controle*, Lima desenvolve o conceito de controle do imaginário “entendido como o mecanismo com que a sociedade (ocidental) opera para ajustar as obras dos que privilegiam o imaginário [...] aos valores em vigência em certo período histórico dessa sociedade”. (LIMA, 2007, p. 17-18). A tese aí proposta é a de que há um veto à ficção, em cada momento histórico por uma dada sociedade, com o objetivo de controlar o imaginário que não se coaduna com o poder vigente.<sup>7</sup> Há o controle do ficcional na possibilidade de imaginar formas alternativas de ser na sociedade.

Foi com o advento do romantismo,<sup>8</sup> no fim do século XVIII europeu e no XIX na América, que o controle do imaginário passa ser exercido pela historiografia.<sup>9</sup> E a partir do século XIX, a proposta de examinar as narrativas historiográficas e os romances em conjunto ganha sentido na operacionalização do objeto da tese. Pois o sentido de uma interfere no da outra. Portanto, a direção que o romance assumirá, tornando-se o gênero preferido dos escritores realistas, evidencia a busca de evadir a marca do ficcional. Submetendo-se à ciência e à história, o romance torna-se um gênero em ascensão:

---

<sup>7</sup> Lima (2009, p. 228-229) reafirma tal posição: “o controle supõe, primeiramente, a concordância da obra com os valores aceitos e consagrados pelas instituições de certa sociedade, as quais costumavam (e costumam) recorrer a letrados para exercê-los [...] o controle visa evitar qualquer dissonância, pelo menos de peso, entre a aventura narrada e os valores reiterados pela sociedade. O controle é uma trava reprodutora”.

<sup>8</sup> Ver Lima (2007), capítulo “Subjetividade e poética no primeiro romantismo”.

<sup>9</sup> “Por sua forma narrativa, pelos conflitos pessoalizados de suas personagens, o romance está junto não só da prosa da vida diária, quanto da forma narrativa privilegiada desde os fins do século XVIII: a forma da História. Por isso, ainda quando não pudesse disfarçar seu germe na fábula, o romance procura esquecer sua mancha originária, fazendo-se semelhante a história”. (LIMA, 2007, p. 122).

Aceito enquanto próximo da História e da ciência, omite seu caráter ficcional e, assim, endossa o seu veto [...] Depois de dessacralizada, a natureza se torna o palco de uma narrativa, a narrativa do Estado-nação, apoiada em uma observação eleita: a científica [...] Com todas as letras: o controle que então se exercerá será sustentado pela escrita da história. (LIMA, 2007, p. 123).

Integrada ao avanço do Estado-nação, a história se torna centralmente política, em que a coletividade era estabelecida pelo relato dos fatos e pela biografia das grandes personalidades, pois é o surgimento mesmo do Estado moderno, ligado à expectativa então colocada no nacionalismo, que defini a preferência pela história política e o exame privilegiado de suas grandes personalidades. Também, nesse período o papel do ponto de vista apaga-se; o historiador, em suma, é um cientista porque observa e diz objetivamente o que foi. Objetividade e neutralidade tornam-se traços do historiador. A pretensão hermenêutica não é mais cogitada: “A História, em suma, alcançara o seu alvo: sua inscrição na ciência”. (LIMA, 2007, p.133). Contudo, desta “absolutização científica, como sequer pretender que o poético, mesmo submerso, ainda tivesse algo a ver com a história? No entanto, ele se mantém, como um indesejado clandestino, a partir mesmo do culto das fontes”. (LIMA, 2007, p. 133)<sup>10</sup>.

Portanto, a tensão entre ficção e a tentativa de objetividade científica se resolve pelo recalque da ficção ou do elemento poético, em favor da veracidade científicista da história política. Desse modo, “Historiografia e literatura ‘narrativa’ se mantêm agora em contato justamente através da face que mais ressalta em ambas: a face dominante do científicismo e do serviço que ele presta ao Estado”. (LIMA, 2007, p. 137).

O princípio nacionalista se manteve estável nas décadas seguintes em que a literatura, histórica e cientificamente conduzida, destinava-se à pedagogia do cidadão. O desenvolvimento da historiografia<sup>11</sup> fora superponível ao que anteriormente, no Renascimento e no Absolutismo, tinha-se com a *imitatio* sobre o desenvolvimento do romance.<sup>12</sup>

Em suma, o controle do imaginário mostra-se como o instrumental teórico mais adequado para explicar a escrita da Farroupilha. Contudo, ao longo da escrita da tese,

<sup>10</sup> Ele chamara essa manutenção da ficção de presença perversa, por que “a historiografia se encara como ciência, surgindo, sob a autoimagem, a face escarninha, debochada, inescrupulosa da arte. Aí, submersa, recalçada, ela como que se vinga, fazendo-se perversa. Onde a indesejada seja reconhecida, será para o desprezo de seu praticante”. (LIMA, 2007, p. 134).

<sup>11</sup> Importa notar também que “a disciplinarização da história implicava a exclusão de certo imaginário; não só daquele fantástico, por onde transitavam crenças, lendas e mitos ridicularizados por um tempo de orientação leiga e científica, como de toda a forma que pusesse em suspeita o sentido da vida humana e a evolução cumprida pela sociedade”. (LIMA, 1989, p. 70).

<sup>12</sup> Esta superposição “torna ainda mais clara a presença de um veto ao ficcional [...] O romance adapta-se bem a este clima, estabelecendo-se como uma paralela à história legitimada [...] O poema [...] arrasta para o poço a ficção que nele sequer se vê. Aí deposta, a ideia de ficção não é resgatada”. (LIMA, 2007, p. 141).

percebeu-se serem necessários alguns ajustes nessa ferramenta. Ao longo da *Trilogia do Imaginário*, o autor vai mostrando as mudanças por que passa o controle do imaginário, como este vai se sofisticando e se articulando com os contextos sócio-históricos. Ao desenvolver o controle do imaginário como veto à ficção, isto é, a laminação do pensamento divergente aos valores de um determinado momento histórico, ao mesmo tempo, Lima cria o conceito de “drible” ao veto. Isto é, um escritor consegue burlar, por meio de algum subterfúgio de sua escrita, o veto à ficção imposto por determinada sociedade. E usando de tal artimanha, o burlar, o “driblar” o veto, o autor permite-se questionar os valores da sociedade. É neste momento que entra um questionamento ao que Lima define como “drible”.

Para Lima (2007, p. 193), Machado de Assis “é um dos poucos [escritores de língua portuguesa] que soube vencer o controle do ficcional”, como é exemplo um livro da maturidade do escritor, *Esau e Jacob*. Nesse romance, destacam-se o narrador, o Conselheiro Aires e três personagens, Flora e os irmãos gêmeos Pedro e Paulo. Os irmãos fisicamente semelhantes são diferentes em tudo. Ambos só convergem em seu amor por Flora. Segundo Lima, importa analisar o romance para se perceber o drible ao veto, a relação de falta de decisão de Flora, com as instituições sociopolíticas da segunda metade do século XIX brasileiro e como isso se relaciona ao veto ao ficcional. Assim, “a problemática amorosa de Flora assentava sobre uma base social anterior ao texto [...] os gêmeos eram-lhe indistintos não por efeito de uma mera incapacidade pessoal sua. O lastro social funcionava como um *sensibilizador contextual* que ‘orientava’ sua resposta”. (LIMA, 2007, p. 208).

Dessa forma, os dilemas de Flora se motivaram pelas características das instituições sociopolíticas do Brasil da época, porém tais dilemas não são reflexos da sociedade, e sim a condução da ficcionalidade que rompe com o horizonte do leitor. Portanto, Machado inverteu os termos como a ficção se relacionava com a história e “driblou” o veto. Tomou como matéria a história e a política e, em sua inscrição ficcional desdobrada, permitiu ultrapassar a historiografia.

Outra modalidade de compreensão é apresentada com o exame de Denis Diderot. Este foi escritor em uma época de transição do controle teológico para o controle científico do imaginário. No iluminismo, a razão torna-se um instrumento político contra o absolutismo e a religião. A imaginação torna-se um fator de perturbação à razão. Natureza e razão tomam o lugar de Deus na explicação das coisas e são elas que agora levam ao progresso. Mas, nesse contexto histórico e intelectual, Lima aponta para dois Diderots: um determinista e outro que se opunha a uma explicação determinista. Para o autor, esse dilema em Diderot terá como consequência um tipo de controle do imaginário, bem como os eventuais recuos que

enunciam a hesitação em consagrá-lo. Portanto, ele percebe uma contradição, um paradoxo, nos escritos de Diderot em relação ao veto à ficção:

no lado que tende a uma moral leiga e abstrata, rígida e formalista e a uma teoria utilitária da arte, mas também no lado de uma indagação que compreende serem os fenômenos e os objetos mais complicados do que supunha o modelo filosófico-científico em processo de expansão. (LIMA, 2007, p. 619).

Assim, de contestador do controle do imaginário do absolutismo, Diderot “se convertia, apesar de suas boas intenções, em um dos porta-vozes da manutenção do controle, se bem que transformado, do imaginário”. (LIMA, 2007, p. 625). Nem mesmo o conceito de gênio – que Lima percebe no iluminista francês, identificado como uma forma de transbordamento da imaginação e como historicamente uma rebelião do indivíduo contra a sociedade tradicional – conseguiu desfazer em Diderot a arte como uma forma de *imitatio*. Enfim,

a nova modalidade de controle de que participava a inventiva de Diderot já não se explica por um motivo sociopolítico explícito, como sucedera com o controle clássico. O controle passa a se impor por uma pressão epistemológica: a necessidade de que o conhecimento se justifique a partir do centro. O centro deixa de ser o divino, a ordem cosmológica, para ser a natureza. E, como da revelação dos segredos da natureza encarrega-se a ciência, será a ideia de ciência a razão controladora da arte. (LIMA, 2007, p. 665-66).

Enquanto Diderot ajudou a combater um controle, ao mesmo tempo ele firmou outro tipo de controle do imaginário: o da ciência. Por outro lado, Machado de Assis driblou o veto à ficção. Não que, necessariamente, tenham-se situações opostas, mas há no mínimo duas formas que se abrem à pesquisa sobre o imaginário. Como notou Lima, na introdução da problemática do dribble do veto à ficção em Machado, são poucos os que o lograram. Em suas obras (2007; 2009), apresenta Machado, Cervantes e Borges como escritores que driblaram o veto. E foi isto o que se percebeu durante a pesquisa e a escrita da tese: o quão difícil e raro é o “dribble” ao veto.

Outra via de abordagem da relação historiografia e romance jazia na possibilidade de compreender os romancistas à maneira de Diderot. Entender que, ao mesmo tempo em que representavam um estado de coisas com seus romances, eles estavam envolvidos em um ambiente histórico em que articulavam posicionamentos políticos, éticos e estéticos. Não que isso seja uma desculpa por não terem driblado o veto (que era, por mim, o esperado), mas como uma forma de perceber as obras em todas as suas riquezas e contradições.

Diderot estava envolto em um mundo em transformação, mas tal mudança só foi possível por que grupos sociais foram para a luta política e estética. Como já observara Lima, as ideias de Diderot não podem ser entendidas como um reflexo de sua condição burguesa, mas a esta condição se articulavam. Com isso, enquanto fazia reflexões próprias à área estética e epistêmica, o filósofo francês não deixava de encadear isso com a frente política do iluminismo em geral. Portanto, essa abordagem entre as relações da historiografia com o romance que Lima proporcionava pareceu mais propícia para as fontes selecionadas para a tese.

Ao longo da pesquisa, foi possível perceber em determinados autores o paradoxo que Lima apreendera em Diderot. Ou seja, os autores, se não driblaram o veto, ao menos sentiram suas contradições e “tocaram” em seus paradoxos. Para construir o objeto da minha pesquisa, optei por denominar essas contradições e paradoxos em relação à ficção, como *problematização*. Isto é, se os romancistas não chegaram a driblar o veto à ficção, ao menos o problematizaram. Eles o *problematizaram* ou teoricamente em sua análise estética, ou politicamente invertendo o sentido que, em geral, as instituições atribuíam a um determinado evento.

Um último ponto sobre o drible ao veto precisa ser avaliado. Subjaz na obra de Lima (2007) que o último estágio a que a ficção pode chegar é o drible ao veto, isto é, libertar-se dos entraves à sua livre produção. Parece que, na obra de Lima, ao se driblar o veto, a realidade e o sujeito se manifestariam tal como são ou foram. Isso pode ser um elemento para entender o pequeno número, na obra de Lima, de “dribladores” do veto à ficção. Não coloco em questão a interpretação de Machado de Assis fornecida por Lima, mas pode-se supor o quanto há de exigência utópica em relação ao escritor e ao romance. Por isso, pode ser mais produtivo como abordagem do romance, em vez de “ver” o drible ao veto, analisar o imaginário se articulando com o elemento teórico, social e político. Um caminho diferente pode-se abrir para entender as relações entre imaginação e controle, que remete diretamente ao enlace da historiografia com o romance. Mas nesse caso teríamos que novamente problematizar o instrumental teórico desenvolvido por Lima.

O autor explica a necessidade de controle na sociedade a partir da “afirmação da natureza carente do homem que o força a tornar-se um ser obrigado à disciplina”. (LIMA, 2009, p. 182). Assim, o que Lima entende por controle não se confunde somente com o aspecto negativo, também o que sobressai:

é antes seu aspecto positivo do controle, pois se confunde com a capacidade humana de modelar, dentro de limites, seus impulsos, inibindo ou diferindo suas necessidades e interesses. Apenas a partir de sua natureza carente o homem se distingue dos outros animais. (LIMA, 2009, p. 181).

Por outro lado, da aceção negativa do controle supõe-se uma sociedade assimétrica. Não haveria só tensões, mas

que o exercício do controle deriva de setores que se empenham em manter seu poder, ao passo que os que reagem procuram ou se apossar desse poder ou assumir, dentro da estrutura dominante, uma posição menos desigual, quando não, utopicamente, propugnar um não-controle que é outro modo de controle. (LIMA, 2009, p. 182).

E assim, negar a

necessidade humana de controle seria um contrassenso tão primário que não carece insistir. Há de se encontrar outra maneira de mostrar que, mesmo em um caso como o do controle do imaginário, em princípio pertencente a sua espécie negativa, há uma situação em que o controle é positivo. (LIMA, 2009, p. 183).

Portanto, desenvolvendo o objeto da tese em um largo arco temporal, em que perceber a mudança do controle do imaginário era mais importante do que verificar sua permanência, pude constatar a existência de imaginários em disputa social. Para dar conta de compreender essas disputas entre imaginários que vão aparecendo ao longo do tempo, pareceu mais produtivo ampliar o enfoque. Isto é, ao mesmo tempo em que há o controle do imaginário por uma determinada geração que usa um específico aparato teórico e institucional, há também uma luta, entre gerações ou grupos sociais, por reconhecimento do seu imaginário. Isso foi observado quando, nas décadas de 1870 e 1880, há uma disputa sobre qual imaginário deve-se empregar na interpretação da Farroupilha, o monarquista ou o republicano. Isto é, um grupo social não apenas se impõe e, então, busca controlar o imaginário a partir do veto à ficção; tal grupo social entra em disputa pelo reconhecimento do seu imaginário com o(s) grupo(s) político(s) e teórico(s) rival(is).

A luta por reconhecimento do imaginário seria mais produtiva, pois deixaria mais nítida a disputa entre grupos sociais com imaginários diferentes, oferecendo uma dimensão mais social e temporal para a questão do imaginário. Pois não se trata somente do controle vertical do imaginário, via instituições, mas da disputa horizontal, entre grupos sociais, pelo reconhecimento do imaginário em disputa. Honneth (2003, p. 24) desenvolve “a ideia de uma teoria crítica da sociedade na qual os processos de mudança social devem ser explicados com

referências às pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco”. O conceito de luta por reconhecimento, creio eu, ajuda a problematizar o modo como Lima entende o controle. O controle em Lima teria uma dupla problemática: a) a natureza carente do homem; b) a tensão entre a negatividade e a positividade do controle.<sup>13</sup> Pode-se perguntar: a) De que o homem é carente? De controle? Que teoria social há por trás disso? b) A negatividade e a positividade, do modo que estão em Lima (2009), parecem dois mundos que não interagem para além de suas discrepâncias e diferenças. Creio que o conceito de luta por reconhecimento pode ajudar, em uma pesquisa empírica, a cobrir essas dificuldades. Pois esses dois elementos podem dar um novo rumo ao uso do conceito de “controle” do imaginário, porque agora estão ancorados em um processo de construção social da identidade que passa a ter seu entendimento a partir da luta por reconhecimento.

O que Honneth propõe é uma interação social baseada no conflito, o que poderia ser um início de resposta às duas tematizações: a) o homem é carente de ter uma identidade socialmente reconhecida; e b) *a priori* não há negatividade ou positividade, estas apenas surgem quando há um dano em um acordo normativo, isto é, negatividade e positividade só existem pragmaticamente com a mediação da ação social. Assim, o controle do imaginário e suas transformações ao longo do tempo podem ser mais produtivos se pensados como resultado de permanentes conflitos e não de uma carência humana que, no decorrer do processo, receberia uma identificação de negativa ou positiva dependendo da origem da posição social dos controlados ou dos controladores.

Honneth está interessado em amplos processos sociais de reconhecimento. Aqui na tese parte-se, por delimitação, do reconhecimento a partir de textos historiográficos e romances. Assim, os sujeitos defendem em textos (pensados como forma de ação) as exigências de suas coletividades, antecipando, a partir de suas obras, uma sociedade que concede mais espaço para diversidade identitária e social. Desse modo, a luta por reconhecimento feita através de textos (historiográficos e romances) “antecipa o futuro” ao narrar o passado. Volto ao exemplo das décadas de 1870 e 1880 quando os intelectuais republicanos, em pleno período monárquico, usavam da Farroupilha para apresentar suas ideias sociais e políticas para o futuro. Essa antecipação se dá pelo reconhecimento do imaginário produzido no texto. E quando há luta por reconhecimento de imaginários, pode-se pensar que

---

<sup>13</sup> No livro *Luiz Costa Lima: uma obra em questão*, essas duas questões foram observadas por Gumbrecht (2010) nas primeira e terceira perguntas feitas a Lima. A primeira pergunta relativa ao uso do controle da imaginação e a terceira a um uso normativo do controle da imaginação.

são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucionalmente e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades. (HONNETH, 2003, p. 156).

Enfim, analisando os dois pontos acima levantados: a) o sujeito busca reconhecimento (amor, estima social e garantias jurídicas), o que consegue através do conflito social; e b) em contraposição à tensão entre positividade e negatividade do controle:

a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais. (HONNETH, 2003, p. 155).

Assim, os escritores em suas obras visam a outra forma de normatizar a sociedade e usam de seus escritos para comunicar o reconhecimento do seu novo imaginário. Portanto, as mudanças e os conflitos por imaginários ao longo dos tempos – elementos observados no objeto da tese – ocorrem não só por uma carência abstrata por controle, mas porque os sujeitos se relacionam das mais diversas maneiras para terem suas mais diversas identidades reconhecidas. Essa problemática da luta por reconhecimento apareceu na pesquisa logo em seu princípio. Inicialmente vieram as primeiras narrativas e estabeleceram o imaginário monárquico sobre a Farroupilha. Contudo, depois apareceu o imaginário republicano a respeito do conflito de 1835. Na sociedade brasileira do final do Império, que ficava cada vez mais complexa, percebi o quanto precisava de um instrumento teórico em que se resguarda tanto a diversidade de posições políticas e estéticas quanto o conflito por tais imaginários.

Essa abordagem sobre as escritas da Farroupilha, que creio inovadora, superpõe em muitos momentos o romance, a historiografia, a ficção e a imaginação. Para poder desenvolver o objeto da tese, faz-se necessário definir alguns conceitos.

### **As relações entre historiografia e o romance: entre a ficção e a imaginação**

A análise das escritas sobre a Farroupilha se apoiam numa mudança teórica ocorrida na historiografia nos últimos quarentas anos. No primeiro tomo de *Tempo e narrativa*, Ricoeur desenvolve o argumento de que narrativa teve seu período de eclipse a partir da primeira geração do *Annales* e do modelo nomológico ou *covering law* de Carl Hempel. Ricoeur diagnostica, entretanto, que a partir das teses narrativistas, de meados do século XX, a partir dos filósofos da história anglo-americanos, como William Dray, George von Wright,

Arthur Danto, W.B. Gallie, Louis Mink, do historiador estadunidense Hayden White e do historiador francês Paul Veyne, a narrativa historiadora volta para o centro da explicação histórica.

Com as teses narrativistas, abrem-se questionamentos sobre a cientificidade da historiografia, a propósito da relação da historiografia com o discurso literário, a respeito da retórica e o estilo do historiador, sobre a imaginação e o ficcional na escrita da história e o lugar de produção da historiografia. O entendimento deste tensionamento na explicação do historiador ilumina o objeto da tese.

Em *The Revival of Narrative* (1979), o historiador Stone aborda a mudança que a historiografia atravessava na década de 1970: o retorno da narrativa. Para ele, os historiadores sempre contaram histórias, assim sendo

nos últimos cinquenta anos, contudo, a função de contar histórias ganhou péssima reputação entre os que se consideravam na vanguarda do ofício [...] Agora, contudo, percebo as evidências de uma corrente que anda atraindo muitos “novos historiadores” proeminentes de volta a um certo tipo de narrativa. (STONE, 2013, p. 9).

E caracteriza o retorno da narrativa dessa forma: “Nenhum historiador narrativo, como os tenho definido, evita a análise, mas esta não constitui o esqueleto em torno do qual seus trabalhos se fazem. Por fim, eles estão profundamente preocupados com os aspectos retóricos de sua representação”. (STONE, 2013, p. 10).<sup>14</sup>

Para Stone, houve uma guinada de conteúdo, método e estilo em um grupo pequeno de historiadores, mas desproporcionalmente importantes na atividade historiográfica. Segundo ele, seria o fim da era da história estrutural e analítica surgida há meio século. Ricoeur (1994) afirma, analisando a obra de Fernand Braudel, que mesmo a história profunda ou de longa duração é uma narrativa. Isto é, no fundo mesmo a história estrutural, como entende Stone, é uma narrativa que dispõe de uma intriga e personagens.

Para Temístocles Cezar (1998), essa mudança na historiografia abriu espaço para redimensionar e teorizar a própria escrita do historiador, vista a partir de então não mais como um ornamento, mas como forma que constrói conteúdo, de modo que o conteúdo do discurso histórico é indistinguível de sua forma. Ao teorizar-se a escrita do historiador, percebeu-se a historiografia como uma narrativa que possui elementos retóricos, normas, códigos, subjetividade e, o que estranhou e contrariou a muitos, ficção.

---

<sup>14</sup> Ver Malerba (2011).

Em “A história, ciência e ficção”, Certeau (2011, p. 45-70) sustenta que a ficção é uma palavra perigosa. Ele acredita que a historiografia ocidental muito lutou contra a ficção. Em sua batalha contra a fabulação, a escrita da história teria criado um distanciamento em relação ao saber comum aliando-se ao erudito. Ao diagnosticar o que é falso, a historiografia ganharia terreno sobre a ficção e, assim, construindo a posição que atribuiria a sua disciplina. Portanto, ao longo dos anos a ficção foi o que a ciência da história estabeleceu como estranha ao seu campo, entendido como científico. Ao estabelecer a ligação do erro com a ficção, a historiografia arrogou-se falar em nome do real. Desde então a ficção é transferida para o lado da imaginação.<sup>15</sup>

Contudo, por esse retorno da narrativa “a ficção se encontra também no campo da ciência”. (CERTEAU, 2011, p. 46). O trabalho ficcional agora instaura coerência, produz ordem e uma história. A partir disso não se julgaria mais o fictício pelo real que lhe faz falta, mas pelo que ele permite fazer e transformar. A ficção não é o trabalho final da escrita da história, mas um elemento que a organiza. Para Certeau, a historiografia utiliza ficções quando constrói sistemas definidos como estáveis. Mas, para o historiador francês, muitos ainda acusam o ficcional de destruir a ciência da história. A ficção não teria um discurso unívoco e careceria de “limpeza” científica. Portanto, por anos o cientificismo negou seus vínculos com o que, na historiografia, assumiu a configuração de literatura: “Para devolver a legitimidade à ficção que assombra o campo da historiografia, convém ‘reconhecer’, em primeiro lugar, no discurso legitimado como científico, o recalcado que assumiu a forma de ‘literatura’”. (CERTEAU, 2011, p. 68).

Aceitando que o elemento ficcional é constitutivo da historiografia, a velha dicotomia entre aquela e a literatura, instaurada no século XIX, perde sentido.<sup>16</sup> Esta tese pressupõe outro tipo de relação entre história e literatura. Não mais examinando-as em espaços estanques e definidos, mas agora justapostos, entrelaçados o que, contudo, não apaga suas diferenças. Não se trataria de perceber a literatura ou romance como iguais à historiografia, mas que ambas participam do gênero narrativo com suas diferenças. Reconhecendo o

<sup>15</sup> Para um mapeamento da relação entre história e ficção a partir da obra de Hayden White, ver Malerba (2011), “Ficções: ensaio de imaginação histórica”. Também mapeando essa questão, só que do lado do romance, Chiappini (1987, p. 71-72) observa: “O pressuposto da objetividade ou o princípio segundo o qual a narrativa deveria contar-se a si mesma, sem a intervenção de um NARRADOR, é expressão de uma visão realista que, juntamente, com o próprio gênero romanesco, entra em crise no século XX [...] entramos a desconfiar das visões totalizadoras e explicativas do universo [...] o ROMANCE também sofre, neste século, alterações análogas: abala-se a cronologia, fundem-se passado, presente e futuro, estremecem os planos da consciência e o onírico invade a realidade”.

<sup>16</sup> Conforme notou Lima (2006, p. 340), “Se, pelo romance, a literatura, é o discurso ficcional por excelência da modernidade, o território da literatura não se confunde com o da ficcionalidade. Assim como a ficção não se limita à literatura, tampouco a literatura repousa por inteiro no ficcional”.

ficcional na escrita do historiador, pode-se dar o próximo passo e pensar a relação da historiografia com o romance.

Em “O texto histórico como artefato literário”, White (2014) desenvolve o argumento a respeito sobre do status da narrativa histórica. Considera as narrativas históricas como “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”. (WHITE, 2014, p. 98). Assim, como vinha formulando anteriormente, a oposição radical do cientificismo entre história e ficção, fato e imaginação é problematizada.

Para White, à semelhança da literatura, a historiografia deriva suas explicações do procedimento de urdidura de enredo. Esta, a semelhança da composição da intriga em Ricoeur, codifica e dá coerência aos fatos. Assim, os acontecimentos

são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça. (WHITE, 2014, p. 100).

Assim, aquilo que o historiador produz no texto histórico também é uma configuração de tipos de evento. Por isso, muitos eventos podem ser contados de maneiras diferentes, porque os eventos históricos não trazem em si sentidos intrínsecos.<sup>17</sup> Portanto, o modo como uma situação histórica pode ser narrada depende de como o historiador combina a estrutura do enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais ele fornece um sentido específico. Para White (2014, p. 102), “Trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção. E chamá-la assim não deprecia de forma alguma o *status* das narrativas históricas como fornecedoras de um tipo de conhecimento”.

---

<sup>17</sup> É nesse ponto que as críticas ao entendimento historiográfico de White são pertinentes. Para Lima (2006, p. 19), é reconhecidamente positivo na obra de White os *emplotments* supor modos pré-configuracionais abrangentes, mas “O estorvo se introduziu quando White definiu as formações de enredo como originariamente poéticas, bem como ao tentar torná-las exaustivas”. (LIMA, 2006, p. 20). Ricoeur (1994, p. 230-242) reconhece a importância de White ao propor a armação da intriga como explicação, mas “lamento o impasse no qual se fechou H. White ao tratar as operações de composição de intriga como modos explicativos, tidos, na melhor das hipóteses, como indiferentes para os procedimentos científicos do saber histórico, na pior, como substituíveis por esses últimos [...] É preciso articular pacientemente os modos da representação com os da explicação/compreensão e, através desses, com o momento documental e sua matriz de verdade presumida, a saber, o testemunho daqueles que declararam ter se encontrado no local onde as coisas aconteceram. Nunca acharemos na forma narrativa enquanto tal a razão dessa busca de referencialidade”. (RICOEUR, 2007, p. 266-67). Portanto, o que importa para a tese em relação a White é o mesmo observado por Lima e Ricoeur, a necessidade de para se iniciar uma explicação de haver um enredo, uma intriga, que agencia os fatos. E nisso o romance e a historiografia se assemelham. Agora, como notaram os dois autores, a historiografia não pode fechar-se na formalidade do *emplotments*, mas necessita também da referencialidade dos documentos e testemunhos para comprovar ou não o enredo.

Portanto, problematizando uma tradição científicista que determinava o que é real, de um lado, e o que é imaginado, de outro, ficando a historiografia no polo realista e o romance no polo imaginativo, as teorias narrativistas da história,<sup>18</sup> por mais diferentes que sejam, acabam contemporaneamente abrindo-se à reflexão sobre a ficção, a imaginação e a relação da historiografia com o romance.

Assim, no século XIX até meados do século XX, como a ficção, a imaginação foi colocada no campo do irreal pela historiografia. A história passou a ser contraposta à imaginação e ao romance, aquela como representação do real em contraste com a representação do imaginável: “o objetivo do historiador do século XIX era expungir do seu discurso todo o traço do fictício, ou simplesmente do imaginável”. (WHITE, 2014, p. 139). Assim, o campo da história se formou contraposto à ficção e ao romance. A história seria a representação do real e o romance a representação do imaginário. A historiografia se constituiu no campo científico, em parte, denegando a imaginação.

A narrativa histórica não imagina as coisas que escreve, “ela traz à mente imagens das coisas que indica, tal como faz a metáfora”. (WHITE, 2014, p. 108). A historiografia também cria um espaço para não transparência do signo, fornecendo diretrizes de interpretação a partir da imaginação. As narrativas históricas conseguem dar sentido a um conjunto de fatos, porque a princípio foram processadas na imaginação. Assim, a urdidura de enredo desenvolve, também, a imaginação figurativa do historiador sobre os fatos em sua narrativa. De tal modo, a distinção dual de ficção de um lado, e ciência da história de outro, “deve dar lugar ao reconhecimento de que só podemos conhecer o *real* comparando-o ou equiparando-o ao *imaginável*”. (WHITE, 2014, p. 115). Desse modo, White acredita que se pode perceber o elemento poético na narrativa do historiador. Quando aceita-se tal proposição, às vezes as narrativas do historiador e do romancista podem se sobrepor. Nesse entrecruzamento entre história e romance, “história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica”. (WHITE, 2014, p. 138).<sup>19</sup>

A imaginação está contida na narrativa histórica e isso significa que a ficção é tão necessária à composição da narrativa historiadora quanto as técnicas da ciência. A imaginação se infiltra na escrita da história. Essa brecha para imaginação tem suas consequências na historiografia. Em seu livro *A ideia de história*, Collingwood já havia desenvolvido o

---

<sup>18</sup> Sobre um balanço das teorias narrativas da história, ver White (2011).

<sup>19</sup> Ver Ricoeur (1997), capítulo “O entrecruzamento da história e da ficção”.

argumento de que a imaginação operava na ciência história.<sup>20</sup> Collingwood expõe sua concepção de imaginação histórica para rebater o que ele chama de teoria do senso comum da história.<sup>21</sup> Assim, para o filósofo inglês, o historiador trabalharia de um modo autônomo e crítico (seleção dos fatos, interpretação histórica e crítica histórica). Mas, além do modo crítico, haveria outro modo: o construtivo. Para ele, a história construtiva seria a interpolação entre afirmações das fontes e afirmações deduzidas daquelas. O ato de interpolação possui duas características. A primeira é que a interpolação não é arbitrária, a interpolação é necessária ou apriorística. Não haveria nada nela que não fosse exigido pela evidência. A segunda é que o inferido é algo imaginado. A esta ação de interpolar, Collingwood chama de *imaginação a priori*:

é esta ação que, preenchendo as lacunas entre elementos que nos são fornecidos pelas fontes, dá continuidade à narrativa ou descrição histórica [...] o papel desempenhado pela imaginação histórica, que não é propriamente ornamental mas estrutural. Sem ela, o historiador não disporia de qualquer narrativa para adornar. A imaginação [...] é indispensável [...] para a história. É ela que, atuando não caprichosamente, como fantasia, mas sob a sua forma apriorística, executa todo o trabalho de construção histórica. (COLLINGWOOD, 1972, p. 298.)

Contudo, Collingwood ainda está preso a uma representação objetivista do passado a partir do seu conceito de *re-enactment*, isto é, ele acredita que é possível empaticamente saber o que realmente se passou na mente das pessoas do passado e reconstruir isso, objetivamente, no presente. Ele constrói a imaginação histórica como uma possibilidade formal de reconstruir o passado objetivamente, sem delegar credibilidade a fontes e testemunhos. Assim, a partir das considerações teóricas, anteriormente abordadas de Lima, Certeau e White, é preciso encontrar um conceito de imaginação que contemple a subjetividade do intérprete.

Partirei das reflexões de Bachelard em *A poética do espaço* para pensar a imaginação como *poiesis*.<sup>22</sup> A imaginação em Bachelard é um despertar da criação poética. A imagem poética abala toda atividade linguística, e nos colocaria na origem do ser falante. Assim, um dos problemas colocados pela imaginação poética é a problematização do passado de uma cultura. O ato de poético de criação não tem um passado definível e destacável. A imaginação não seria um eco do passado. Para Bachelard, haveria, antes, uma explosão de sentidos e o passado ecoaria, mas não se sabe em que profundidade e aonde cessaria. Assim, a imaginação

<sup>20</sup> Sobre as críticas a Collingwood e, principalmente, a seu conceito de *re-enactment*, ver Walsh (1978); Albieri; Pereira (2013); Arrais (2013).

<sup>21</sup> Para Collingwood, esta teoria retiraria a autonomia crítica do historiador e passaria a memória e a autoridade das fontes.

<sup>22</sup> Tanto Lima (2007) como Ricoeur (1994) demonstram a importância de se repensar o caráter poético da representação ou mimesis.

poética teria um dinamismo próprio: “Todas essas subjetividades, transsubjetividades, não podem ser determinadas definitivamente. A imagem poética é essencialmente variacional”. (BACHELARD, 1978, p. 185).

A criação que há nas imagens repõe a anterioridade na linguagem da experiência poética, como se a imagem existisse antes do conceito. Segue Bachelard que a imagem poética é inovadora: “a novidade essencial da imagem poética coloca o problema da criatividade do ser falante. Por essa criatividade, a consciência imaginante se descobre [...] como uma origem”. (BACHELARD, 1978, p. 188).

A criatividade da origem leva a imaginação a conjecturar o passado que parecia esquecido a princípio, e agora é percebido como novidade. A possibilidade de trazer elementos novos ao passado a partir da imaginação leva a Bachelard a considerar que à função do real na imaginação é necessário juntar a função do irreal:

tocando mais despreziosamente os problemas da imaginação poética, é impossível receber o lucro psíquico da poesia sem fazer cooperar duas funções do psiquismo humano: a função do real e a função do irreal. Uma verdadeira cura de ritmanálise nos é oferecida pelo poema que tece o real e o irreal, que dinamiza a linguagem pela dupla atividade da significação e da poesia. E, na poesia, o engajamento do ser imaginante é tal que ele não é mais simples sujeito do verbo adaptar-se. As condições reais não são mais determinantes. Com a poesia, a imaginação se coloca no lugar onde a função do irreal vem seduzir ou inquietar [...] o ser adormecido em seus automatismos. (BACHELARD, 1978, p. 195).

Portanto, chega-se a uma concepção em que a imaginação se assume como *poiesis* e se enriquece sempre de novas imagens. Com a criação, a imaginação coloca-nos diante de um mundo novo ou sempre possível de reatualização. Cada imagem que se forma abre novas possibilidades de compreensão. Assim, visto pela imaginação poética o mundo é mutável e “Viver, viver verdadeiramente uma imagem poética, é conhecer, em cada uma de suas pequenas fibras, um devir do ser que é uma consciência da *inquietação do ser*”. (BACHELARD, 1978, p. 341).

Creio que agora estamos próximos a um conceito de imaginação que auxiliará na investigação do objeto da tese, que ajudará a entender conceitualmente as mudanças de imaginário. Em Bachelard, a imaginação ocupa um lugar próprio de criação entre as faculdades humanas. A imaginação não seria apenas uma faculdade formal da consciência, ela seria um papel ativo na configuração do saber. Enquanto criação, no fluxo de novas imagens que libera, a imaginação impulsiona descobertas para além da realidade manifesta. Isso em parte mostra a impossibilidade objetivista de atualizar em pensamento a experiência passada, como pretendia Collingwood.

Mas ainda falta pensar a ligação da imaginação poética com textos, pois tanto a historiografia como romance são constituídos de textos. Como, então, seria possível pensar essa imaginação *poietica* no texto? Como uma imagem, no ato de leitura, transformaria o já conhecido? Em *A metáfora viva*, Ricoeur constrói uma teoria semântica considerando a imagem como o último momento dessa teoria. Seria o momento sensível da metáfora, designado pelo seu caráter de vivacidade, pelo seu poder de pôr sob os olhos.

Com essa teoria, o filósofo quer mostrar que se “opera de maneira singular a ligação entre um momento lógico e um momento sensível, ou, [...] um momento *verbal* e *não-verbal*”. (RICOEUR, 2005, p. 319). Isto é, Ricoeur quer estabelecer pontes entre a linguagem poética e o texto, entre o sentido e o sensível. Assim, ele crê poder ancorar o imaginário em uma teoria semântica da metáfora.

Para Ricoeur, um entendimento do que seja a leitura é requisito para se poder avançar nessa operação. Portanto, a leitura tem que, a princípio, suspender a posição da realidade, liberando assim tudo já fixado de dados, detalhes e condições estabelecidas. Seria a leitura uma suspensão do real e uma abertura ativa do texto.

O ato de ler atesta que o traço essencial da linguagem poética não é a fusão do sentido com o som, mas a fusão do sentido com um fluxo de imagens evocadas ou ativadas; essa fusão constitui a verdadeira “iconicidade do sentido” [...] A linguagem poética é o jogo de linguagem [...] em que o propósito das palavras é evocar, ativar as imagens. Não somente o sentido e o som funcionam iconicamente um em relação ao outro, mas o próprio sentido é icônico pelo poder de desenvolver-se em imagens. Esta iconicidade apresenta justamente os dois traços do ato de ler: a suspensão e a abertura. Por um lado, a imagem é, por excelência, obra da neutralização da realidade natural; por outro, o desdobramento da imagem é algo que “acontece” e para o qual o sentido se abra indefinidamente, dando à interpretação um campo ilimitado; com tal fluxo de imagens, pode-se dizer que ler é conceder seu direito a todos os *data*; na poesia, a abertura ao texto é a abertura ao imaginário que o sentido libera. (RICOEUR, 2005, p. 321).

Para Ricoeur (2005, p. 324), essa teoria da leitura abre a possibilidade de o leitor *ver como* no ato de ler; isto é, ao ler, o leitor pode *ver*:

O “ver como” é um fator revelado pelo ato de ler, na medida em que este é “o modo sob o qual o imaginário é realizado”. O “ver como” é o liame positivo entre *veículo* e *conteúdo*: na metáfora poética, o *veículo* metafórico é *como* o *conteúdo*, e de um ponto de vista, mas não todos os pontos de vista, explicar uma metáfora é enumerar os sentidos apropriados nos quais o *veículo* é “visto como” o *conteúdo*. O “ver como” é a relação intuitiva que mantém juntos o sentido e a imagem. (RICOEUR, 2005, p. 324).

Assim, o “ver como” é “ter essa imagem” e, portanto, oferece a ligação que eu procurava entre a palavra e a imaginação, e a partir disso o imaginário pode ser explicado.<sup>23</sup> O *ver como*, que acontece pela pujança narrativa no ato mesmo de leitura, é a face sensível da linguagem, é a relação que mantém unidos sentido e imagem. O *ver como* é, por um lado, fluxo de imagens que escapa a todo controle voluntário e, por outro lado, a imagem não é livre, mas ligada ao *ver como* que ordena o fluxo, regulando o desdobramento icônico. É dessa maneira que este conceito assegura a implicação do imaginário na significação textual:

o “ver como” posto em ação no ato de ler assegura a junção entre o sentido verbal e a plenitude imaginária. Tal junção não é mais algo exterior à linguagem, na medida em que pode ser pensada como uma relação, precisamente a semelhança: não mais a semelhança entre duas ideias, mas a mesma que instituiu o “ver como”; o semelhante [...] é o que resulta do ato-experiência do “ver como” [...] ele agrega a luz do sentido à plenitude da imagem. O não-verbal e o verbal são assim estreitamente unidos no seio da função imaginante da linguagem. (RICOEUR, 2005, p. 326-27).

Ricoeur acredita, à semelhança de Bachelard, que a imagem não é um resíduo da impressão, mas a aurora da palavra. Entendendo a *poiesis* que há na imaginação e apreendendo como ela é o primeiro passo para a criação de sentidos alternativos aos sentidos já estabelecidos, nota-se porque o controle do imaginário de um grupo sobre o outro, é tão importante para manutenção do seu *status quo*, pois veta pensar alternativas à sua dominação social, ao não reconhecer outros imaginários. Da mesma forma, ter seu imaginário reconhecido também é fundamental a cada grupo para desestabilizar o controle social e político do grupo dominante.

Portanto, retomando as questões teóricas apontadas anteriormente sobre escrita da história, romance, ficção e imaginação poética, é importante reconhecer que a historiografia não estaria somente do lado da ciência e do real, e ao romance não caberia apenas a ficção e o irreal. A virada narrativa de meados do século XX mostrou que a historiografia também faz parte do gênero narrativo. Também há ficção e imaginação na escrita da história.<sup>24</sup> Contudo,

se alguém compuser em verso um tratado de medicina ou de física, esse será vulgarmente chamado de “poeta”; na verdade, porém, nada há de comum entre

<sup>23</sup> Em *A memória, a história e o esquecimento*, Ricoeur (2007, p. 70), ao tratar da memória, continua expondo a importância da imaginação “é preciso falar da função da imaginação, que consiste em ‘pôr debaixo dos olhos’, função que podemos chamar ostensiva: trata-se de uma imaginação que mostra, que expõe, que deixa ver”.

<sup>24</sup> “O que chamávamos antigamente de ‘ficcionalização do discurso histórico’ pode ser reformulado como entrecruzamento da legibilidade e da visibilidade no seio da representação historiadora”. (RICOEUR, 2007, p. 276).

Homero e Empédocles, a não ser a metrificacão: aquele merece o nome de “poeta”, e este, o de “fisiólogo”, mais que o de poeta. (ARISTÓTELES, 1991, p. 201).

Isto é, há um lugar de produçã, regras de produçã, uma epistemologia, um modo de lidar com testemunhas e documentos, um modo de escrever, um pacto implícito com o leitor,<sup>25</sup> que diferenciam a escrita da história do romance apesar das semelhanças. A diferença mais importante entre a historiografia e o romance, é que “um diz as coisas que sucederam, e o outro as que poderiam suceder”. (ARISTÓTELES, 1991, p. 209).

Por fim, poderia ser feita a pergunta sobre como a história opera o veto à ficção se a historiografia também tem a ficção como seu elemento constitutivo. Parece-me pelo simples fato de que, até meados do século XX, a questão de a história ter um elemento ficcional era controversa e não aceita. Assim, tanto na academia (de maneira geral)<sup>26</sup> como no senso comum, a história era uma ciência “dura” como as demais ciências da natureza.<sup>27</sup> Por isso, a história estaria autorizada a vetar a ficção e a controlar o imaginário. É somente com a virada narrativa que a questão da ficção, da imaginação, da composicão da intriga, da retórica e do estilo do historiador resurgem com força. Essa nova percepçã vem ao encontro do objeto da tese. Pensar a escrita da Farroupilha na intersecçã da historiografia e do romance, ao longo de mais de 150 anos, exige pensar imaginaçã e ficção como componentes de ambas narrativas que se entrecruzam, sem indiferenciar-se.

### **Estruturação dos capítulos**

A tese está estruturada em três partes e oito capítulos. A primeira tem dois capítulos e aborda o período imperial da escrita do conflito sulino que vai de 1838, quando é inaugurado o IHGB, a 1889, quando ocorre o fim da monarquia. No primeiro capítulo, aborda-se a escrita da Farroupilha a partir da construçã da ordem monárquica. Isto é, como um determinado tipo de reconhecimento do conflito militar-político de 1835 foi necessário para a consolidaçã do reinado de D. Pedro II. Este capítulo tem como marca inicial a fundaçã do IHGB, em 1838, e vai até 1850, quando gabinetes conservadores suprimiram as revoltas e o regime alcançou certa estabilidade. Nesse capítulo são abordados três autores e cinco obras. Coutinho escreveu

<sup>25</sup> Sobre esse pacto do leitor com o historiador ou romancista, ver Ricoeur (2007).

<sup>26</sup> Jules Michelet, na França, e Thomas Macaulay, na Inglaterra, no século XIX já observavam a importância da imaginação para o historiador, mesmo que neles a imaginação tenha um caráter às vezes ornamental. Sobre Jules Michelet, ver Schwarcz (2010); sobre Macaulay, ver Gonçalves (2010).

<sup>27</sup> Essa ideia de as ciências da natureza serem “duras” ou de verdades inquestionáveis já algum tempo não é mais aceita de forma incontestável dentro da filosofia da ciência. Ver Lakatos (1999); Kuhn (2005); Feyerabend (2011).

duas memórias históricas, *Bosquejo histórico* e *Negócios do Rio Grande* (1841-1842), em que defende sua administração a frente da Província de São Pedro e, além disso, seu grupo político alinhado aos áulicos da Corte Imperial. Antônio Manuel Correia da Câmara escreveu outra memória histórica, *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias* (1846), em que defende a estratégia política e militar de Caxias contra os ataques promovidos por seus críticos. Essas três memórias históricas têm em comum, além de uma visão monarquista, estarem imersas nas disputas políticas no período de consolidação do regime monárquico. Caldre e Fião escreveu dois romances ambientados no conflito sulino: *A divina pastora* (1847) e *O corsário* (1851). Nelas, o autor expõe uma visão condenatória e moralista em relação ao conflito que recém havia terminado. Portanto, essas primeiras obras se articulam em um imaginário que fortalece a construção da ordem imperial.

O segundo capítulo trata da escrita da Farroupilha no apogeu do regime monárquico, entre 1850 e 1875. Este é o momento em que sucede a política de Conciliação, a volta dos liberais ao poder, a Guerra da Tríplice Aliança e a Lei do Ventre Livre. José de Alencar publica *O gaúcho* em 1870, fazendo a condenação política do movimento republicano, mas exalta a figura de Bento Gonçalves e do gaúcho, o habitante do extremo meridional do Império. O período de crise de império seria de 1875 a 1889. Este tempo ficou caracterizado pelo desenvolvimento do movimento republicano, pelo aparecimento dos militares como atores políticos e pela lenta erradicação da escravidão. Em 1879, Tristão de Alencar Araripe, apresentou no IHGB o seu famoso trabalho sobre a Farroupilha publicado dois anos depois (1881). Numa época em que o império era contestado por novos segmentos sociais, alguns francamente republicanos, ao escrever a história do conflito sulino o autor quis mostrar a superioridade da monarquia sobre a República do “Piratini” como forma de governo, usando então a escrita sobre a Farroupilha para conter os ataques políticos e sociais que o Império sofria.

A segunda parte está dividida em três capítulos. O terceiro capítulo da tese aborda o período de crise do império, mas analisa as narrativas republicanas. A primeira visão contrastante com a imperial aparece ainda em 1872. Neste ano é publicado na Revista do Partenon Literário a obra *O vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre. Nele, pela primeira vez assiste-se a uma alteração do imaginário do conflito militar. A Farroupilha passa ser entendida como valorosa, os farroupilhas são exaltados e seu objetivo político era lutar contra a tirania da monarquia centralizada. Em 1882, Assis Brasil lança *A história da República Rio-Grandense*, uma resposta à tese de Araripe a favor da centralização monárquica. Ao recontar

a história dos farrapos, Assis Brasil defende que eles teriam o federalismo como objetivo final.

O quarto capítulo trata da escrita da Farroupilha no período da República Velha. Com o advento da República em 1889, o PRR torna-se o partido dominante no Estado por mais de quarenta anos. Dois intelectuais na segunda década do século XX escreveram sobre a Farroupilha, e dela se usaram para lançar críticas ao que consideravam o autoritarismo no projeto castilhistaborgista de poder. Em 1910, Alcides Maya lança *Ruínas vivas*, neste período o autor ainda fazia oposição ao castilhismo, aderindo ao PRR no decorrer da década. Porém, em seu romance, Maya critica a situação social e econômica do Rio Grande do Sul. Assim, percebe o passado farroupilha como uma possível alternativa para o período de ruína que o Estado vivia sob o PRR. Em 1915, Alfredo Varella publica as *Revoluções Cisplatinas*. Ao mesmo tempo em que defende uma Farroupilha republicana e com origem platina, Varella usa do conflito de 1835 para questionar o autoritarismo do período borgista no comando do Estado. Ao contrário de Maya, Varella era integrante da velha guarda do PRR, passando à oposição a partir da dissidência de 1907.

Já o quinto capítulo trata do período da comemoração do centenário da Farroupilha. Em 1920, foi criado o IHGRGS, instituição promotora e divulgadora da história regional. Na vida literária, o gaúcho em ruínas de Maya é contestado por jovens intelectuais. Em 1930, a Aliança Liberal chega ao poder nacional com Getúlio Vargas na liderança. Com um gaúcho no poder federal, a Farroupilha foi nacionalizada e heroificada. Rodrigues lança em 1935 o romance *Farrapo: histórias de um cavalo*. Apoiador de primeira hora de Vargas, Rodrigues foi um entusiasta da comemoração do centenário. Em seu romance, os farrapos são heróis e profundamente brasileiros. Na historiografia, Docca publica, em 1935, *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, uma defesa do brasileirismo da Farroupilha e um repúdio às teses platinas de Varella, que não cabiam mais no momento nacionalista do período. Um novo significado era construído para o conflito político militar de 1835, os farroupilhas se tornam heróis e, fundamentalmente, brasileiros.

A terceira parte da tese tem três capítulos. O sexto desenvolve-se após o fim do Estado Novo, quando o Brasil se redemocratiza. Nesse período a intelectualidade rio-grandense repensa a experiência varguista no poder e, além disso, é o momento de contar a história de formação do Rio Grande do Sul, que também deveria ser nacionalizada. Em 1949, Érico Verissimo lança *O continente*, primeira parte da trilogia *O tempo e o vento*. A Farroupilha desenrola-se no capítulo “Um certo capitão Rodrigo”. Verissimo tem o mérito de abrir um novo espaço de compreensão sobre o passado do conflito sulino. Através do Capitão Rodrigo,

ele retira o caráter heroico dos farroupilhas, colocando em seu lugar o elemento da coragem; também, contra a historiografia predominante no IHGRGS, mostra que a Farroupilha tem um caráter platino. Em 1964, Vellino lança *Capitania d'El-Rei*. Nele há um capítulo chamado “O Rio Grande e o Prata: contrastes”, no qual o autor reatualiza a tese do centenário. A Farroupilha é brasileira, nada havendo de intromissão do Prata, e os farrapos são os verdadeiros heróis que os integrantes da geração da Revolução de 1930 não conseguiram ser. Nesse capítulo da tese é a primeira vez em que a orientação histórica do imaginário do romance diverge da historiografia.

O sétimo capítulo trata da Farroupilha no período da ditadura civil-militar, quando o conflito sulino começa a ser analisado a partir da crítica ideológica lançada a partir da universidade. Essa geração é crítica da produção nacionalista e heroicizante da Farroupilha. Principalmente a historiografia, que faz uma típica análise ideológica da produção anterior. Em 1978, vem a luz *A prole do corvo*, de Luiz Antônio de Assis Brasil, romance em que o autor reatualiza com o olhar irônico a tradição imperial de análise da Farroupilha, isto é, os farrapos não são mais heróis, não são mais valentes, deixam de ser os centauros do pampa; ao contrário, eles cometem crimes e violências. Assis Brasil retoma uma leitura que ficou submersa desde *Os farrapos*, de Luiz Alves Oliveira Belo. Em 1985, Pesavento publica dois artigos sobre a Farroupilha, um sobre a ideologia liberal dos farrapos, outro sobre como a historiografia rio-grandense tratou o fenômeno dos farrapos.

O último capítulo da tese abrange a década entre 1989 e 1999. Nessa época em que o Brasil se redemocratiza, cai o muro de Berlim e finda a URSS, assiste-se ao avanço da economia de mercado e da globalização. Na historiografia, os paradigmas marxista e estruturalista perdem fôlego, dando espaço à nova história política e cultural. Em 1998, o historiador Guazzelli defende sua tese de doutorado. Nela extrapola os limites da história nacional, retomando a influência do Prata na Farroupilha, a partir das relações pessoais entre caudilhos. Em 1999, vem à luz o romance *Anita*, de Flávio Aguiar, em que se narra a história de Talco da Costa, um negro africano que, através de muitas peripécias, acaba vindo parar na Província do Rio Grande e lutando ao lado dos farrapos. Guazzelli e Aguiar escrevem sobre a Farroupilha no fim de século XX, momento em que as grandes narrativas perdem vigor e a identidade nacional ou de classe não é mais o elemento principal de aglutinação social.

Essas considerações introdutórias foram uma bússola pelas águas que naveguei. Não foram um plano pré-determinado que obrigatoriamente segui; foram, apenas, um plano de viagem. Como as águas se apresentaram ao longo desta jornada é que procedi a direção da minha navegação. Os autores usados como referências para pensar o objeto de pesquisa não são paradas imperativas. Ao contrário, são companheiros de viagem que podem ficar em qualquer porto pelo caminho. Com eles, lanço-me a mares nunca antes navegados (por mim).

## PARTE I

### As escritas sobre a Farroupilha no Brasil Imperial

1º de março de 1845. Vila de São Gabriel, campo de Alexandre Simões, margem direita do rio Santa Maria. Luís Alves de Lima e Silva ordenou a seu auxiliar que chamasse o tenente-coronel Andrade Neves. Em pouco tempo ele entrou no escritório improvisado do Conde de Caxias. Andrade Neves recém havia chegado dos campos de Carolina, onde finalizou o fim do conflito com os farroupilhas. Caxias, ao vê-lo, levantou-se da cadeira e abriu um vibrante sorriso. O tenente-coronel fez o cumprimento militar ao seu superior. Caxias pegou sobre a mesa a proclamação que acabara de escrever. Avançou perto da janela onde penetrava o jorro de luz necessário à leitura. Caxias, que era o presidente da Província de São Pedro e Comandante das Armas, colocou os óculos novos que acabaram de chegar do Rio de Janeiro, empostou a voz e iniciou a ler a proclamação para Andrade Neves. Caxias escreveu sobre seu prazer em ver terminada a guerra civil, em que irmãos combatiam irmãos. Observou em sua proclamação que o jovem imperador do Brasil, em decreto de dezembro último, ordenou o esquecimento do passado. Nesse momento, Andrade Neves recordou o quanto já peleara junto com Antônio Netto e Bento Gonçalves, pelo Império brasileiro ou a Coroa Portuguesa, e que, agora, por ideias, estavam em lados opostos. Retomou seu olhar ao Conde, depois que essas imagens do passado sorratamente lhe roubavam a atenção. Por fim, rematou Caxias: “Uma só vontade nos una, Rio Grandenses, maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas dissensões passadas”<sup>28</sup> e terminou seu texto: “Viva o Imperador”, “Viva a integridade do Império”.

\* \* \*

A primeira parte da tese analisa como foi escrita a Farroupilha sob o imaginário do Brasil Império, dessa forma, cobrindo o período de tempo que vai de 1838 a 1889. Para dar conta desse período, a primeira parte foi dividida em dois capítulos. O primeiro busca compreender a escrita sobre a Farroupilha entre 1838 a 1850 e que é denominada a construção da ordem. O segundo capítulo investiga a escrita da Farroupilha entre 1850 a 1889. No primeiro capítulo, foram usados três autores e cinco livros. Três são memórias históricas,

---

<sup>28</sup> FRAGOSO, 1938, p. 277.

duas são memórias de Saturnino de Sousa e Oliveira Coutinho, *Bosquejo Histórico e Negócios do Rio Grande*, e uma memória de Antônio Manuel Correia da Câmara, *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias*. Ambos estão envolvidos com suas escritas na construção da ordem. Mas, em especial, é preciso ligar Saturnino a uma trama política mais específica, a briga entre as facções palacianas. Saturnino escreve envolto em sua defesa direta. Ele fora duas vezes presidente da Província do Rio Grande do Sul e assim, indiretamente, defende a facção áulica a que pertence. Câmara produz uma memória sobre o período de Caxias na Presidência e no Comando das Armas. Nessa memória, faz a defesa das opções políticas e militares de Caxias para pôr fim à guerra. Os dois romances analisados nesse capítulo são de autoria de Caldre e Fião. Tanto em *A divina Pastora* como em *O corsário* ficam patentes a defesa da integridade nacional e a condenação da Farroupilha.

O segundo capítulo abarca o período de 1850 a 1889. Essa época pode ser dividida em duas. De 1850 a 1875, o auge da monarquia; e de 1875 a 1889, a crise e a queda da monarquia. Em 1870, José de Alencar publica *O gaúcho*, romance que se, por um lado, exalta o tipo gaúcho e o personagem de Bento Gonçalves, por outro, reafirma o erro político e histórico da Farroupilha. Em 1881, é publicada a memória histórica de Tristão de Alencar Araripe, primo de José de Alencar. Essa memória é produzida no período de crise da monarquia. Além de condenar a Farroupilha, ela está num contexto de profundas críticas à monarquia. Assim, a memória de Araripe tem o duplo objetivo de narrar a Farroupilha dentro dos moldes do IHGB e de lançar-se na defesa da monarquia contra os novos liberais e republicanos.

No decorrer do período do Brasil Império criou-se um imaginário voltado para a defesa das instituições monárquicas, de diferenciação em relação às repúblicas platinas e de censura às insurreições que colocaram em perigo a monarquia. O veto à ficção esteve presente na construção da ordem monárquica. Somente com a crise da monarquia tal imaginário será questionado. Enfim, o imaginário monárquico sobre a Farroupilha que analiso nessa primeira parte.

## **CAP. 1 A Farroupilha: entre a construção da ordem e as intrigas palacianas**

O período imperial brasileiro foi um longo e doloroso parto do Estado-nação na visão de Carvalho (2012). Nesse período, o Brasil consolidou a sua independência, garantiu a unidade da territorial, definiu suas relações externas, fundou uma monarquia constitucional, manteve a liberdade de imprensa, deu os primeiros passos na industrialização e,

demoradamente, terminou com o trabalho escravo. O período do Brasil imperial analisado neste capítulo vai de 1838 a 1850 e é denominado, por Carvalho, como a construção da ordem – momento em que foram lançados os fundamentos do Estado imperial.<sup>29</sup>

É nesse período que estão as obras analisadas neste capítulo. Todos os autores, cada um à sua maneira, participam da construção da ordem. O primeiro autor a publicar um escrito sobre a Farroupilha foi Saturnino de Sousa Oliveira Coutinho, que foi duas vezes presidente da Província do Rio Grande. Publicou suas duas memórias históricas, respectivamente, em 1841 e 1842. Em 1846, sob anonimato, Câmara publica a memória histórica *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias*. Nas três memórias históricas, a escrita está direcionada para a defesa pessoal e de terceiros, como também para a salvaguarda da monarquia. Caldre e Fião publicou o seu primeiro romance, *A divina Pastora*, em 1847. Em 1849, saiu pelo Jornal *O Americano* o folhetim *O corsário*, quem 1851 sairia em livro. No mesmo sentido que as memórias históricas, os dois romances de Caldre e Fião defendem a monarquia e condenam a Farroupilha.

A inauguração do IHGB em 1838 está no contexto que foi denominado a construção da ordem, que começa em 7 de abril de 1831 quando D. Pedro I abdicou do poder em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, à época com cinco anos de idade. Em 1831, aumentara a tensão política em torno D. Pedro I. Na oposição a ele estavam liberais, republicanos e os brasileiros em geral incomodados com as práticas despóticas e com a lusofilia do governante. Eram a tropa, políticos e o povo unido em incomum integração. Para Carvalho (2012, p. 84) “o Brasil não chorava. Tomava, entusiasmado, posse de si mesmo”.

Com a impossibilidade de seu filho assumir o trono, a abdicação de D. Pedro I deu início a um período de intensa disputa política. Essa época ficou conhecida como período regencial e durou de 1831 a 1840. Para Carvalho (2012, p. 87), como na América hispânica, “houve no Brasil instabilidade, revoltas regionais, conflitos urbanos, secessões. A diferença em relação aos países hispânicos foi que o Brasil conseguiu sobreviver ao teste e manter sua unidade política”. O período regencial teve duas fases: de 1831 a 1837 correspondeu ao domínio dos liberais moderados e de 1837 a 1840 foi caracterizado pela reação conservadora.

---

<sup>29</sup> Dolhnikoff (2005) problematiza as afirmações de Carvalho. Ela entende que “a proposta de uma distribuição equilibrada do aparelho do Estado pelo território imperial era um projeto nacional capaz de articular as diversas elites provinciais, uma vez que estas não se confundiam com as forças locais. E esse projeto não era apenas dos liberais, mas também dos conservadores, pois, o que os dividia eram divergências pontuais em torno das dificuldades para sua implementação”. (DOLHNIKOFF, 2005, p. 83). Portanto, as elites regionais desenvolveram-se igualmente como elites políticas de destacada atuação no contexto político brasileiro mais amplo. Nesse concerto político, foi preciso a corte imperial adaptar-se às facções regionais, para prevenir insatisfações que atrapalhariam a coesão do Brasil sob a monarquia.

A reação inicial à abdicação foi de um alvoroço geral. Entretanto a percepção de liberdade arrastou a eclosão de revoltas. Para Carvalho, o motivo mais comum para os conflitos foi o antilusitanismo. Os portugueses ocupavam posições importantes na administração civil e militar e dominavam o comércio. Os liberais moderados, no controle do governo da regência, tiveram que lutar com dois problemas: por um lado, a manutenção da ordem pública e, por outro lado, as pressões federalistas. Para solucionar o primeiro problema, criaram a Guarda Nacional com o fim de “colocar a manutenção da ordem nas mãos dos que tinham algo a defender, isto é, dos proprietários”. (CARVALHO, 2012, p. 89). Em relação ao federalismo, a Constituição de 1824 era demasiadamente centralizadora para um país tão vasto.

Portanto, em 1834 foi reformada Constituição por um Ato Adicional. O novo sistema só não foi inteiramente federal porquanto os presidentes permaneciam a ser designados pelo governo central. Assim, “a descentralização de 1834 viabilizou o surgimento de um novo tipo de revolta. O aumento do poder dos governos provinciais fez deles objetos de luta entre as facções locais”. (CARVALHO, 2012, p. 90). Dessa forma, por um período de dez anos surgiram várias revoltas regenciais: Cabanagem (1835-1840), Balaiada (1838-1841), Sabinada (1837-1838), Farroupilha (1835-1845) e Revolta dos Malês (1835). Temendo a desintegração do país, o regente Feijó decidiu renunciar. Quem o substituiu foi Pedro de Araújo Lima, político experiente vindo do Primeiro Reinado. Ele era formado em Coimbra, senhor de engenho em Pernambuco, “profundamente conservador e opositor declarado da descentralização introduzida pelo ato adicional [...] tanto o novo regente quanto a nova Câmara apoiavam a reforma do Ato Adicional. Foi o início do movimento que ficou conhecido como regresso conservador”. (CARVALHO, 2012, p. 95).

Quem liderou o regresso foi Bernardo Pereira de Vasconcelos. Ex-aluno de Coimbra e deputado por Minas Gerais, Vasconcelos era antigo liberal, ex-aliado do padre Feijó e o autor do projeto de lei do Ato Adicional de 1834. Ele foi chamado para o ministério de Araújo Lima juntamente com políticos ligados a magistratura e a agricultura de exportação.<sup>30</sup> Nesse período, começariam a surgir os dois partidos do Império: o Partido Conservado e o Liberal.

---

<sup>30</sup> Foi ministro da justiça de 1837 a 1839. Para Carvalho (1999, p. 12), Vasconcelos foi político em tempo integral, respirava e transpirava política. Ocupou cargos no governo mineiro e teve uma constante atividade jornalística que na “época era complemento indispensável da atuação política”. Ainda segundo Carvalho (1999), foi a partir da aprovação do Ato Institucional de 1834 que Vasconcelos iniciou a se distanciar dos antigos companheiros moderados, sobretudo Evaristo da Veiga e o padre Feijó. Na regência de Feijó, Vasconcelos já assumiu a liderança da oposição. E nesse período assumia cada vez mais uma clara defesa do tráfico e da escravidão. E como chefe da oposição, tornou-se figura dominante no ministério de Araújo Lima. Para Carvalho, Vasconcelos foi um dos esteios da centralização política do Regresso na Regência e, depois, no Segundo Reinado.

Segundo Carvalho, a filosofia dos conservadores, desenvolvida por Vasconcelos, defendia um Estado central forte e um governo baseado nas classes conservadoras. A maioria do partido era composta por

proprietários de terra e escravos voltados para a agricultura de exportação, concentrados nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, por grandes comerciantes e pela burocracia, sobretudo judiciária. O Partido Liberal, por seu lado, favorecia a descentralização política e administrativa, era menos resistente às medidas tendentes a abolir o tráfico e congregava, sobretudo, os proprietários rurais mais voltados para o mercado interno, como os de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e profissionais liberais urbanos. (CARVALHO, 2012, p. 95).

Receando outras reformas regressistas, os liberais tentaram evitá-las apelando a uma causa popular, a antecipação da maioridade do imperador que, pela Constituição, só era possível em dezembro de 1843. O movimento teve apoio da população. Em 1840, a maioridade de D. Pedro II foi sancionada e os liberais voltaram ao poder. Mas o governo liberal durou apenas um ano. Os conservadores de volta ao poder avançaram em seu projeto centralista. Receosos de que muito acúmulo de poder os eliminasse do jogo político, os liberais apelaram as armas. Em 1842, surgiram revoltas em São Paulo e Minas Gerais. Foi nessa ocasião que o imperador, já com certa experiência, principiou a fazer uso do Poder Moderador. Os liberais derrotados em campo de batalha em 1842 foram dois anos após, em 1844 chamados ao governo e a anistia foi concedida. Para Carvalho (2012, p. 98), “essa capacidade de arbitramento por parte do Poder Moderador ajudou a legitimar a monarquia”. E após a rebelião Praieira “fechava-se com essa revolta o ciclo de rebeliões iniciado após o Ato Adicional. O sistema estabilizou-se sob a hegemonia dos conservadores que se estenderia por cerca de dez anos”. (CARVALHO, 2012, p. 98). Portanto, para o autor o ano de 1850 foi um marco divisório na política imperial, pois

O gabinete conservador que assumiu em 1848 derrotou a Praieira e governou, com algumas mudanças, até 1853. Foi o segundo gabinete mais longo do segundo Reinado. Eliminando as revoltas, consolidando o regime, o governo sentiu-se em condições de enfrentar alguns problemas urgentes na área social, econômica e de política externa. (CARVALHO, 2012, p. 98).

A primeira das reformas foi o fim do tráfico de escravos. Com a pressão da Inglaterra, o gabinete decidiu acabar com o tráfico. O governo empenhou-se na repressão. Prendeu, e deportou traficantes. Depois vieram a Lei de Terras e o Código Comercial, sendo “o início da modernização capitalista do país”. (CARVALHO, 2012, p. 101). Na política externa, o Brasil interviu novamente no Prata retirando Rosas do poder. Com isso se definiu uma política para

a área diplomática: não conquistar e não deixar conquistar. Em 1850, o governo também reformou a Guarda nacional. Tal reforma estreitou os laços que uniam a instituição ao governo. Nas mãos do governo os postos da Guarda viraram moeda política. Para Carvalho, o aumento de controle sobre a Guarda foi a última medida dentro do movimento de centralização iniciado em 1837.

Portanto, foi nesse contexto histórico de construção da ordem que Caxias lançou sua “maldição” para quem recordar os dez anos de guerra civil. Uma “maldição eterna” a quem lembrasse a guerra de irmãos contra irmãos. E ele pediu que se esquecesse dos fatos passados em nome do imperador. A “maldição de Caxias” quer impor na produção da escrita sobre a Farroupilha seu controle. Um controle que é anterior ao próprio Caxias, mas que avança em seu desempenho. O controle se exerce no jogo político-social, nas instituições e também na escrita sobre o passado.<sup>31</sup> Assim, nesse período um novo elemento identitário se criava no século XIX: a nacionalidade. (THIESSE, 2001; 2002). A produção de um passado brasileiro, no segundo quartel do século XIX, iniciou a formação da identidade brasileira. Esta identidade nacional começou a ser construída pela elite letrada tanto na literatura quanto em torno do IHGB. Os limites da escrita sobre o futuro e o passado da jovem nação começavam a ser moldados. A representação da Farroupilha passava por esse controle, por esses espaços de escrita, que eram espaços de política e estética. Dessa forma, a “maldição de Caxias” era um sintoma da construção da ordem, que produzia imaginário e era produzida por esse imaginário.

Para tanto, a reconstrução da ambiência histórica da escrita ajuda a entender o próprio escrito, isto é, o lugar de produção textual que limita a escrita sobre a Farroupilha. Mas isso não é tudo: o significado de um texto, de uma escrita não se explica somente por seu contexto ou por uma base econômica, antropológica ou política-institucional. O texto exige uma análise de sua estrutura, de seus personagens e de sua intriga que não são, apenas, um reflexo do lugar de produção.

Em um período em que os letrados são políticos ou agentes do Estado Imperial, há uma articulação dos seus escritos com o interesse do Estado. Só publicam ou participam dos espaços institucionais reconhecidos socialmente à época aqueles comprometidos com o

---

<sup>31</sup> Para Lima (2009, p. 228-229), “o controle supõe, primeiramente a concordância da obra com os valores aceitos e consagrados pelas instituições de certa sociedade, as quais costumavam (e costumam) recorrer a letrados para exercê-los [...] O controle visa a evitar qualquer dissonância, pelo menos de peso, entre a aventura narrada e os valores reiterados pela sociedade”.

interesse do Estado, havendo poucos espaços (havia debates sobre diferentes projetos políticos<sup>32</sup>) para a produção de algo que divergisse do projeto da monarquia.<sup>33</sup>

Após a independência, torna-se um imperativo à classe dirigente a busca de criação de uma literatura autônoma no Brasil, manifestando a seu modo os temas, dilemas e aspectos da nova nação.<sup>34</sup> A literatura romântica se articulou ao processo de construção da ordem. Portanto, para Araujo (2008, p. 124),

Ela precisa ser a expressão de uma identidade. A nação já não é apenas a soma dos homens bons, mas um personagem histórico que é anterior à própria comunidade empírica [...] Compreender a literatura como expressão de uma unidade individual chamada nação criava a necessidade de explicar as forças que a organizavam.

Os literatos foram, pois, à busca das tradições nacionais e da história,<sup>35</sup> sendo uma consequência o tema local: descrever costumes, paisagens e fatos nacionais. O romance foi um elemento que se encadeou a construção da ordem. Os letrados românticos encontraram neste gênero o veículo ideal.<sup>36</sup> Há três eixos para se pensar o romance romântico: a) o lastro do real;<sup>37</sup> b) visão de país; e c) temas.

Sobre o terceiro eixo, que interessa mais diretamente à tese, a expansão do romance romântico imprimiu a “disposição de fixar literariamente a paisagem, os costumes, os tipos humanos”. (CANDIDO, 2013, p. 434). Desse modo, dentre os assuntos do nacionalismo, foram os mais apreciados os mais diferentes para o cidadão: os índios e o homem rural. Nesse contexto, “O literato adquiria a sua via singular de fazer política. Como educador, sua missão

<sup>32</sup> Um exemplo disso é o debate sobre a questão indígena. Ver Guimarães (2011).

<sup>33</sup> Sobre a indistinção entre atividades políticas e intelectuais no século XIX brasileiro, ver Alonso (2000). Também, para Lazzari (2004), apesar de história e literatura serem considerados gêneros distintos, ambas eram complementares aos “homens de letra” do século XIX. Tanto a história como a literatura eram praticadas, em muitos casos, pelos mesmos autores, sem uma maior especialização. Para Cezar (2004), havia a carência de regras claras para definir as fronteiras do campo histórico e o literário.

<sup>34</sup> O primeiro sinal desta mudança literária é a revista *Niterói* lançada em Paris em 1836 com o artigo de Magalhães (1836, p. 152): “No século XIX com as mudanças, e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face Literária apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até ali desconhecida, é a ideia de Pátria; ela domina tudo, tudo se faz por ela, ou em seu nome”. Araujo (2008, p. 130-131) escreve, comentando o texto de Magalhães, que “no século XIX, a história da literatura estava destinada a assumir o papel que a religião exercera, ou seja, produzir totalidades estáveis”.

<sup>35</sup> Para Araujo (2008, p. 122), “Claro está que ao novo conceito de literatura era fundamental um novo conceito de história”. E segue o autor, “a cunhagem de um novo conceito de história não poderia ser entendida como uma tarefa de especialistas ou de um campo do conhecimento, mas como a confluência de demandas oriundas das mais diversas áreas da atividade ‘letrada’”. (ARAUJO, 2008, p. 187).

<sup>36</sup> “[...] o nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar o país. Talvez o seu legado consista menos em tipos, personagens e enredo do que em certas regiões tornadas literárias”. (CANDIDO, 2013, p. 433).

<sup>37</sup> Segundo Araujo (2008, p. 120), “A ênfase no papel testemunhal da literatura é correlata à percepção da singularidade de cada povo e [...] de cada época ou geração [...] uma peça no grande quadro da história da humanidade” (ARAUJO, 2008, pg. 120).

era qualificar o brasileiro, que entregue aos seus próprios instintos não poderia ser o cidadão de um país civilizado”. (ARAÚJO, 2008, p. 133).

No campo da produção histórica em 1838 cria-se, no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que desempenharia papel relevante na construção do imaginário da nação. A partir desse momento, havia um núcleo arquivador e irradiador da história nacional.<sup>38</sup> No pano de fundo da fundação do instituto,

estava a veneração da nação, sendo a história vista como instrumento para elevar seu brilho e sua honra [...] o instituto foi criado no momento em que o país buscava proteção contra a “revolução” [...] os “princípios republicanos anárquicos” são rejeitados e combatidos. A manutenção da monarquia é tomada como garantia e pressuposto para a integração do país. (GUIMARÃES, 2011, p. 69).

Na sessão inaugural realizada em 1º de dezembro de 1838, o IHGB manifestava sua conexão com o poder político, porquanto seus sócios invocaram e dispuseram-se sob o abrigo imperial. Essa proteção trouxe auxílio político e econômico. A monarquia afiança sua atividade e o IHGB garantia o “controle do imaginário”. Os letrados do IHGB preenchiam outras posições no aparelho do Estado, no IHGB usavam sua escrita para interpretar o passado conforme o controle da construção da ordem.<sup>39</sup> Os letrados brasileiros, servidores públicos em sua esmagadora maioria, usaram da sua escrita para produzir o imaginário do passado brasileiro.<sup>40</sup> De certa forma, o “Estado” narrava o próprio Estado:

Ao reivindicar a tradição do patronato real para sua Academia, o IHGB preparava a sua incorporação ao Estado Imperial [...] Assim, alinhavam-se os conceitos de estado, nação, pátria e monarca em um conjunto único de referência que deveria responder pelo interesse público, o qual, na concepção desses homens, se confundia com a manutenção dessa conjunção conceitual. Essa nova tarefa de zelador do interesse do Estado e, por conseguinte, do interesse nacional, exigia toda uma série de garantias epistemológicas de verdade para a história que se produzia. (ARAÚJO, 2008, p. 151).

Os componentes do IHGB partiam do preceito de que seria plausível selecionar exemplos e padrões do passado para o presente e para futuro.<sup>41</sup> Assim, o imperativo da

<sup>38</sup> Conforme observou Guimarães, os historiadores do IHGB não eram historiadores de formação, mas, eram juristas, militares, médicos ou políticos. Esses homens se definiam como literatos. Tanto Raimundo José da Cunha Matos como Januario da Cunha, fundadores do IHGB, eram servidores do Estado.

<sup>39</sup> Numa sociedade de estrutura social impermeável, o serviço público representava a única possibilidade de ascensão social. Assim, o sinal distintivo dessa elite intelectual e política era a trilha no serviço público. É o Estado que confere importância aos letrados e a historiografia.

<sup>40</sup> Para Guimarães (1995, p. 498), do perfil do elenco do IHGB por ela analisado, duas palavras o caracterizariam: “dependência e lealdade. À Coroa e ao imperador”.

<sup>41</sup> Assim, é importante “constatar que cabe à história uma função com correspondentes consequências político-pragmáticas para o presente e o futuro”. (GUIMARÃES, 2011, p. 125).

história para o homem de Estado levou a história *magistra vitae* a ser o instrumento desta escrita da história, isto é, retirar da história exemplos para o presente. As biografias dos “grandes homens” seriam uma constante na revista do IHGB. Ao historiador ciente dos ensinamentos da história competiria o serviço de educar seus contemporâneos a serem fiéis súditos.<sup>42</sup> Partindo da Capital, a luz deveria alastrar-se por todo Império ajustando-se à construção da ordem. Era indispensável controlar o imaginário, o pensável e o dizível, pois as revoltas regenciais colocaram o projeto de centralização monárquica em questão.<sup>43</sup>

O desafio de instituir uma nação foi acolhido pelo Estado e pelos letrados. Para Guimarães, a historiografia quis harmonizar a velha lealdade à dinastia reinante com a nova lealdade à nação em construção. Tomava, assim, uma restrição com formas estatais distintas, de tal modo, que “os inimigos da nação são antes as repúblicas sul-americanas vizinhas”. (GUIMARÃES, 2011, p. 245). Portanto, as condições a partir das quais a historiografia brasileira nasceu tinham um caráter político, pois “o interesse pelo conhecimento do passado, porém entrelaçado com a ação política”. (GUIMARÃES, 2011, p. 251). Essa proeminência política na historiografia brasileira em seu começo e a evidência de seu vínculo com os interesses do Estado incidem por quatro temas capitais: a) construção e legitimação de uma política de centralização; b) questão indígena; c) escravidão; e d) problemática das fronteiras.<sup>44</sup>

A escrita sobre o passado rio-grandense foi um ponto de suma importância no IHGB.<sup>45</sup> Os possíveis arrependimentos e as aventuras separatistas poderiam ressurgir se o passado da Província não fosse bem escrito, bem dito. Se não obedecesse ao lugar de escrita, que exigia a construção da ordem, os nomes da história (RANCIÈRE, 1994) não poderiam “matar o rei” e com a “maldição de Caxias” uma poética dissonante, na Corte e alhures, seria herética.

Caxias, contudo, não poderia prever que não viriam da Província de São Pedro, outrora rebelada, as escritas que ousariam romper com sua “maldição”, ao contrário, viriam do coração do Império: Rio de Janeiro. As duas primeiras escritas produzidas na Corte

<sup>42</sup> “Na historiografia embasada em princípios conservadores [...] história e política se entremeavam. Noutras palavras, questões políticas norteavam a interpretação da história e instrumentalizavam a história para fins políticos”. (GUIMARÃES, 2011, p. 257).

<sup>43</sup> Assim sendo, os letrados eram engajados no projeto de uma historiografia que fornecesse um passado para a nação em construção. A nação brasileira é compreendida como se já fizesse parte do núcleo do passado. Só esperando a independência para emergir.

<sup>44</sup> Para Guimarães (1995, p. 527), “Afora o objetivo de coletar documentos para a História do Brasil [...] Deveriam colher subsídios que auxiliassem o governo na demarcação dos limites da soberania do país [...] Independente desde 1822, o Império desconhecia suas fronteiras”.

<sup>45</sup> Para Guimarães (1995, p. 535), “Naqueles rincões meridionais a chamada ‘República de Piratini’ envolvia estancieiros e charqueadores, com complicações internacionais. ‘Briga de brancos’ [...] Por motivos óbvios, os relatórios, ou mesmo as simples lembranças do cronista oficial da última fase da Farroupilha, não seriam impressos na *Revista*”.

tiveram um duplo movimento em relação à “maldição de Caxias”: se, por um lado, relembrou as dissensões internas, por outro, produziram um passado que recolocou o projeto da construção da ordem em primeiro lugar. Na Corte, as escritas obedeceram ao lugar de sua produção, isto é, foram escritas com o imaginário sobre elas controlado. A intriga deste conflito: a construção da jovem nação imperial. O trono, o cetro, o imperador, essas eram as referências dos enunciados da escrita. Os nomes, tanto próprios quanto históricos, da história tem um lugar a respeitar e a obedecer no alvorecer do segundo reinado.<sup>46</sup>

As duas memórias históricas de Saturnino Coutinho, além dos elementos históricos da construção da ordem, têm como particularidade surgirem a partir das disputas políticas palacianas. Palaciano era denominado de áulico desde a corte de Jaime II. Para Bentivoglio (2010, p. 188), na linguagem política da época o conceito de áulico assumia um sentido negativo, pois áulico seria o súdito que vive sob a proteção especial do monarca. No caso brasileiro,

Os conselheiros de Estado eram também chamados áulicos naquele tempo. Vez ou outra, na imprensa também era comum o uso desta alcunha para homens que pareciam ter a proteção de D. Pedro II. Para ser áulico era preciso ser palaciano, ou seja, ter valimento, título de nobreza e frequentar a corte. Mas a denúncia feita em 1847 de que Aureliano Coutinho de Oliveira liderava um grupo que agia nos bastidores do governo imperial manipulando D. Pedro II e interferindo na formação e dissolução dos gabinetes fez com que o termo áulico passasse a se referir exclusivamente ao grupo de Aureliano, ou seja, à facção áulica. A partir de então palaciano era quem vivia na corte, áulico os integrantes da facção áulica e nobre era todo aquele detentor de título de nobreza. Todos os áulicos da facção eram palacianos, mas nem todos eram nobres e a alcunha teve seu teor pejorativo potencializado. (BENTIVOGLIO, 2010, p. 189).

Saturnino era o irmão mais novo de Aureliano, o líder da facção áulica. A convivência muito próxima com a família imperial punha os palacianos como intermediários daqueles que ambicionassem a estima do imperador. E igualmente quem cobiçasse a designação para algum cargo para si e para outrem no rol da administração imperial. Bentivoglio (2010, p. 190) analisa que, com a Independência, era preciso combinar a nobreza hereditária com a de aquisição e “este papel foi desempenhado, dentre outros, por Aureliano. Ele é um elo entre palacianos antigos e novos, do Primeiro e Segundo Reinado”. Segue o autor que nesse espaço palaciano quem se sobressaía era Aureliano Coutinho. Personalidade próxima do imperador, seu triunfo político foi obtido depois do combate dado aos exaltados no decorrer da regência e no êxito ante José Bonifácio, removido da tutoria de D. Pedro II, depois de arremetidas no seu

<sup>46</sup> Para Cezar (2003), a historiografia do século XIX se caracterizou por: a) uma história pedagógica, uma *historia magistra vitae* calculada; b) combater os inimigos do Império; e c) a missão do historiador é tornar o Brasil conhecido e visível aos próprios brasileiros.

jornal *A Verdade* entre 1832 e 1834. Em seguida, ele escreveu no *Sentinela da Verdade*, que pertencia a seu irmão Saturnino, entre 1837 e 1840. Uma consequência desse jogo político, para Bentivoglio, é perceber que nem só de partidos vivia a política imperial e que o valimento era uma ferramenta para o acesso à burocracia do Estado. Assim, Aureliano foi um membro importante nas redes de poder e sua facção áulica interferiu no jogo político da regência e do Segundo Reinado:

A facção áulica teve seu aparecimento mais efetivamente na abdicação de D. Pedro I e se constituiu numa força política de considerável influência no governo a partir de 1834, após se projetar na corte, superando outros grupos palacianos importantes como os de José Bonifácio, de Holanda Cavalcanti, do marquês de Abrantes, do visconde de Olinda, combatendo Bernardo Pereira de Vasconcelos e resistindo à paulatina projeção do grupo de Honório Hermeto Carneiro Leão, que em 1848 ao lado do visconde de Itaboraí sucedeu em São Cristóvão o prestígio da facção áulica [...] Assim, nos bastidores do poder os áulicos, particularmente, seu líder Aureliano Coutinho, assumiram uma posição estratégica unindo validos do Primeiro Reinado e novos validos, construindo redes de solidariedade [...] em iniciativas filantrópicas e culturais como um instrumento de projeção social e política. (BENTIVOGLIO, 2010, p. 194).

E é com a facção áulica que a criação do IHGB está vinculada. E como escreve Guimarães (1995, p. 482), o personagem principal dessa história “o ponto de interseção, [é] o ministro Aureliano”. Com a destituição de José Bonifácio da tutoria do jovem imperador, modificou-se o jogo das forças políticas na Corte. Porém,

O prestígio e autoridade do futuro visconde de Sepetiba no circuito palaciano permaneceriam intocados, mesmo após sua queda do ministério, provocada pelas manobras oposicionistas de Bernardo Pereira de Vasconcelos. E, no intrincado jogo de xadrez que foi a disputa pelo governo, na segunda metade do período regencial, à proporção que Vasconcelos avançava, o grupo de Aureliano [...] viu-se obrigado a recuar [...] Apeados dos postos-chaves da Regência, com a subida do “Gabinete Parlamentar”, em 19 de setembro de 1837, onde Vasconcelos ocupou dois ministérios, reduzidos à Quinta da Boa Vista e, por isso mesmo, muito visados pelos adversários, os “áulicos” necessitavam abrir um espaço na Corte. Um espaço aparentemente neutro, que lhes permitisse transpor os jardins da Quinta, facilitando o seu trânsito no cenário político. Neste sentido, podemos afiançar de antemão, nada mais oportuno do que a criação da Academia. Nascida na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Gerada em altos conchavos, nos salões de São Cristóvão. Funcionando, a princípio, numa modesta salinha, cedida pelos seus patrocinadores da Sociedade Auxiliadora, em pouco mais de um mês o IHGB já estaria com os Estatutos aprovados e a primeira mesa diretora eleita. (GUIMARÃES, 1995, p. 482).

Não sem razão quase metade de seus fundadores eram áulicos,<sup>47</sup> como o cônego Januário da Cunha Barbosa e o Marechal Raimundo José da Cunha Matos, além de Aureliano

<sup>47</sup> E todos eram estabelecidos na Capital do Império. (GUIMARÃES, 1995).

Coutinho de Oliveira, que pertenceu ao quadro de fundadores do IHGB. Januário<sup>48</sup> foi escolhido primeiro-secretário perpétuo, Cunha Matos vice-presidente que, ao falecer, assumiu em seu lugar Aureliano. O presidente do IHGB também era um áulico, o político José Feliciano Pinheiro.<sup>49</sup> Outro áulico importante no grupo do IHGB seria o político e magistrado Rodrigo de Souza da Silva Pontes.<sup>50</sup> Portanto, pode-se dizer que o IHGB foi idealizado no círculo palaciano.<sup>51</sup> Assim,

Passo a passo, através das iniciativas acadêmicas, o Instituto se transformou na porta de saída do ostracismo, a que os “áulicos” estavam submetidos, desde o final de 1837. A grande virada, no entanto, só viria ocorrer em 1840, quando se instalou no Rio de Janeiro o “Clube da Maioridade” [...] Indício da trama, na formação do Primeiro Gabinete do Segundo Reinado, figurava como titular do Ministério dos estrangeiros o vice-presidente do IHGB, o deputado Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho. A volta dos “palacianos” ao governo significou prestígio crescente para a associação [...] multiplicaram-se verbas e benesses. (GUIMARÃES, 1995, p. 485).

Próximos do imperador, os políticos do IHGB faziam questão de manter as aparências e, assim, suas relações com o monarca seriam protocolares, na mesma medida correspondia o imperador. Segundo Guimarães, em celebrações no IHGB o imperador homenageava a

<sup>48</sup> O cônego Januário antes de assumir como secretário pouco tempo antes fora demitido do cargo de diretor da Tipografia Nacional pelo ministro e inimigo político Vasconcelos.

<sup>49</sup> Em 1839, o Visconde de São Leopoldo publica *Anais da Província de São Pedro*. O livro não trata sobre a Farroupilha, mas seu autor não deixa de comentá-la: “Resta-me um quadro do mais horroroso aspecto: desde 1828 trovoam revoltas no céu tão sereno e puro desta província, e choviam os sarcasmos e injurias ante correios da tempestade, contra o governo geral e provincial [...] ouvi a ardentes defensores da monarquia proporem a separação da nossa província até a maioridade do jovem monarca! Desgraçado Brasil! Uma vez quebrado, quem será capaz de soldar este precioso vaso de porcelana! Faltava só um homem de algum prestígio; o espírito de demagogia encarnou em o coronel de um dos regimentos de cavalaria, Bento Gonçalves da Silva, e a apareceu a sedição de 20 de setembro de 1835”. (PINHEIRO, 1982, p. 175-176).

<sup>50</sup> Pontes escreveu em 1841 um importante texto para o IHGB intitulado *Quais os meios de que se deve lançar mão para se obter o maior número possível de documentos relativos à história do e geografia do Brasil?*, mas em relação a Farroupilha ficaria conhecido com o escrito *Memória histórica sobre as causas e acontecimentos que mais imediatamente antecederam a sedição de 20 de setembro de 1835*. Segundo Hruby (2012, p. 196), “permaneceria escrita a mão no Acervo do Arquivo Público do Império e com cópias espalhadas por outros estabelecimentos durante quase cem anos. Datada de 21 de abril de 1844 (Rio de Janeiro)”. A memória de Pontes não foi publicada a época de sua escrita. Aurélio Porto acredita que a memória fora uma encomenda do D. Pedro II. Segundo Hruby (2012), não é possível comprovar esse pedido do D. Pedro II, para Hruby houve ordens superiores para que ele escrevesse, mas o que não implicaria ordem direta do monarca. A memória de Pontes foi publicada pela primeira vez na Revista do IHGRGS em 1923. Em Pontes (2006), a intriga de sua memória fica exposta já no primeiro parágrafo ao escrever que “as cadeias democráticas” após 7 de abril de 1831 levaram a diante doutrinas do mais requintado demagogismo, neste caso, o ideário liberal. Isto é, após a abdicação de D. Pedro I, a desordem liberal levou o Império a situação de calamidade, que os “amigos da ordem” na Província do Rio Grande tentaram frear, mas não conseguiram deter “os anarquistas”, a desordem que penetrara pela fronteira.

<sup>51</sup> Se o IHGB foi responsabilidade dos áulicos, outro lugar de memória no Império, o Arquivo Nacional, foi responsabilidade do Bernardo Pereira de Vasconcelos. O Arquivo Nacional foi fundado em 2 de janeiro de 1838. Portanto, antes do IHGB, que foi em 21 de outubro. Para Guimarães (1995, p. 474), “Esta duplicação de meio para fins idênticos nos levaria a imaginar se a Sociedade Auxiliadora não estaria patrocinando o que hoje em dia denominaríamos de ‘entidade alternativa’, ou quem sabe, uma espécie de ‘arquivo paralelo’, organizado pelos opositores do ministro Vasconcellos”.

entidade concebida pela sua família palaciana. Pessoas às quais em sua infância o monarca se afeiçoou tais como Araujo Viana e Aureliano por quem, segundo a autora, o imperador seria fascinado.

Antes de entrar nos textos deste capítulo, uma observação de caráter teórico se faz necessária (até mesmo para os textos do próximo capítulo). O veto à ficção se dá, segundo Lima, pela historiografia e o Estado-nação. Entretanto, conforme notou Guimarães (1995), as portas no IHGB estavam fechadas para a história e abertas para a memória.<sup>52</sup> Partindo do raciocínio de Guimarães, percebe-se que, logo, não poderia ter sido a historiografia que acionou o veto a ficção, mas sim a memória produzida no IHGB, pois não haveria história e muito menos história da Farroupilha ou, ainda, nem isso, pois o IHGB nesse período não tratava do passado imediato.<sup>53</sup> Não sem razão as memórias históricas analisadas nesse capítulo não foram publicadas pelo IHGB, mesmo sendo Saturnino Coutinho a ele filiado. Não haveria história do tempo recente. Havia história do Brasil pré-1822 e muita publicação de fontes históricas na revista do IHGB. E mesmo as narrativas históricas produzidas sobre a Farroupilha no período imperial os seus autores as consideravam memórias históricas, que serviriam aos futuros historiadores. Portanto, é preciso matizar a questão do veto da historiografia no Brasil imperial relativo à Farroupilha. Nesta tese, trabalho com a hipótese de que o veto se daria pelas memórias históricas e possivelmente pela leitura de jornais da época ou numa cultura historiográfica não restrita à historiografia. Creio também que nesse sentido o veto deveria ter um caráter mais político nesse período, pois haveria um elemento a menos nele como pensado por Lima, a própria ciência da história.

Segundo Guimarães (1995), a baixa produtividade dos sócios do IHGB era grave. Não haveria como exigir que profissionais da política priorizassem os trabalhos de pesquisa em prejuízo de sua atuação pública. No periódico oficial do IHGB durante 1839 e 1889, “constatamos que a divulgação de fontes foi o forte da *Revista*, privilegiando-as, em detrimento das análises interpretativas da História do Brasil”. (GUIMARÃES, 1995, p.

---

<sup>52</sup> “A construção da Memória do Império foi um longo e seletivo empreendimento, onde se procurou pinçar, no ‘vertiginoso repertório’ do passado, os esclarecimentos que pudessem auxiliar na definição do presente. A nortear a organização do ‘estoque’ das lembranças, estava a necessidade de levar adiante o projeto político iniciado em 1822”. (GUIMARÃES, 1995, p. 517).

<sup>53</sup> Assim, Guimarães (1995) se pergunta se descartado o passado imediato, onde o IHGB edificaria a memória do Império. Ela acredita que as “origens foram resgatadas numa época mais longínqua, aquém da Independência. Denominamos este período de passado remoto. Ele abrangeu, em nossa investigação, o espaço de tempo compreendido entre 1500 e 1816, contemplando, basicamente, a fase colonial”. (GUIMARÃES, 1995, p. 520).

565).<sup>54</sup> A historiadora, negando o argumento que dava a primazia da literatura sobre a escrita da história no período inicial do IHGB, assim argumenta:

E, por essa linha de raciocínio, podemos depreender que a escrita da História pátria não seria um decurso da nascente literatura brasileira. A organização da Memória Nacional foi uma condição *sine qua non*, que teria favorecido o desenvolvimento de ambas. Vejamos como essas premissas se confirmam, do ponto de vista empírico. Retomemos o caso épico “Confederação dos Tamoios”. Apesar das falhas apontadas por Varnhagen, quanto ao nome do chefe dos índios confederados, a redação do poema só se viabilizou, à medida que o seu autor travou conhecimento com testemunhos relativos àquele episódio, ocorrido durante as lutas para a expulsão dos huguenotes da França Antártica. As “lembranças” colhidas pelo IHGB, serviram de tema ao poeta. (GUIMARÃES, 1995, p. 583).

No IHGB, a etapa de construção da memória nacional encerrou-se à medida que os fundadores do instituto foram desaparecendo. Os fundadores dotaram o Império de um passado. Organizaram a memória que não poderia ser esquecida. Com o fim dessa primeira geração, havia chegado a hora de escrever a história. Guimarães acredita que esse período de transição deu-se de 1855 a 1865. Portanto, após 1865 com o elenco das lembranças ordenado, os novos frequentadores do IHGB “começariam a escrever a História do Império”. (GUIMARÃES, 1995, p. 585). Com essa transição de gerações, o véu que encobria o passado imediato do império foi levantado. E nessa nova geração a escrita se orientava pelo “‘vertiginoso repertório de lembranças’, organizadas pelos fundadores do IHGB. Aplicados aprendizes, seus sucessores fixaram a Memória, tal qual seus mestres haviam-na construído”. (GUIMARÃES, 1995, p. 591). Enfim, houve para Guimarães (1995, p. 599) “a opção pela Memória em detrimento da História”. Prover o jovem país de um passado atinente às pretensões da monarquia constitui-se no traço mais importante dessa memória, construída com a exclusão das insurreições, traumas e conflitos. Para a autora, no IHGB “A Memória vencera definitivamente a História”<sup>55</sup>. (GUIMARÃES, 1995, p. 599).

Portanto, a questão do veto à ficção da historiografia, no Brasil do século XIX, deve ser matizada. Se isso vale para a Alemanha, Inglaterra e França, onde a historiografia já estava na universidade e já era considerada científica, no Brasil não acontece o mesmo. Nesta

<sup>54</sup> Guimarães (1995, p. 462) ainda afirma que “o Instituto ‘repudiou’, sistematicamente, a divulgação de todo e qualquer tipo de documentos contemporâneo que pudesse implicar no questionamento das instituições monárquicas”.

<sup>55</sup> E isso leva Guimarães (1995, p. 516) do “discurso acadêmico, para se situar no da ação política. Deste patamar é que foram tomadas as decisões sobre a conveniência de tornar públicos certos documentos. Arquivar fontes cuja veiculação prejudicava a imagem de determinados sócios. Censurar obras que apresentassem versões de episódios históricos incompatíveis com o projeto político em curso”, pois “À luz das evidências, rememorar os acontecimentos históricos recentes, implicaria em trazer à tona uma série de contradições, dúvidas e até mesmo rivalidades pessoais, que em nada poderiam contribuir para o fortalecimento das debilitadas instituições monárquicas”. (GUIMARÃES, 1995, p. 518).

parte I, todos os romances analisados foram escritos sem uma história oficial do IHGB sobre a Farroupilha, que seria apresentada somente 1879 e publicada em 1881. E, mesmo assim, Tristão de Alencar Araripe considerou o seu livro *Guerra civil no Rio Grande do Sul* uma memória histórica. Contudo, uma possibilidade de a historiografia entrar no veto à ficção, à época, seria a partir da história *magistra vitae*, isto é, uma forma de entender historiograficamente a racionalidade dos personagens, seria usando os exemplos da história antiga, pois não havia história da nova nação (entendida como coletivo singular, separada de Portugal), a história ainda estava por ser feita, mas não havia possibilidade de fazer história recente, logo, não haveria história da Farroupilha. Portanto, esse é um campo interpretativo que se abra a análise.

Há um material abundante de escritas sobre a Farroupilha que seria impossível abarcar nessa tese. Para este capítulo (como nos demais), fizeram-se necessários, então, alguns recortes nas fontes. A primeira fonte que já produziria uma explicação do 20 de setembro seria o manifesto de Bento Gonçalves de 25 de setembro de 1835.<sup>56</sup> Seguir-se-iam outros manifestos.<sup>57</sup> Também há o cancionero popular,<sup>58</sup> que sem uma datação precisa sabe-se que foi composto no período da guerra em que soldados e sectários de lado a lado cantavam. Também a poesia desse período não pode ser incluída na análise.<sup>59</sup> Algumas memórias históricas que não foram publicadas logo após sua escrita e dormitaram nos arquivos pessoais

---

<sup>56</sup> Assim justificava Bento Gonçalves a farroupilha: “Conheça o Brasil que o dia *vinte de setembro de 1835* foi a consequência inevitável de uma má e odiosa administração; e que não tivemos outro objeto,[...], que restaurar o império da lei, afastando de nós um administrador inepto e faccioso, sustentado trono do nosso jovem monarca e a integridade do império”. (SILVA, 1981, p. 196).

<sup>57</sup> Em 1838, assim explica a Farroupilha: “Há muito desenvolvia o Governo Imperial uma parcialidade imérita, um desprezo insolente e revoltante respeito à nossa província. O sangue que derramamos na guerra com as Repúblicas Argentinas, o sacrifício das vidas de nossos irmãos [...] não nos valeram a menor deferência da parte daquele governo injusto e tirânico. Éramos o braço direito e também a parte mais vulnerável do Império. Agressor ou agredido o governo nos fazia sempre marchar à sua frente: disparávamos o primeiro tiro de canhão e éramos os últimos a recebê-los. Longe do perigo dormiam em profunda paz as mais Províncias [...] Sobre povo algum da terra carregou mais duro e mais pesado o tempestuoso aboletamento; transformou-se o Rio Grande numa estalagem do Império!”. (SILVA, 2005, p. 329).

<sup>58</sup> O cancionero popular sobre a Farroupilha foi resgatado por três autores em ordem de publicação: Em 1910, Simões Lopes Neto (1954), após em 1935 Apolinário Porto Alegre (1981). Apolinário foi o primeiro a trabalhar no resgate do cancionero sobre a Farroupilha, mas não chegou a publicar o trabalho em vida, apenas no centenário da Farroupilha foi publicada. Em 1952, Augusto Meyer (1959) publica seu estudo sobre o cancionero. Há nos livros cancioneros a favor e contra os farrapos e monarquistas, mas com muito mais a favor dos farrapos. Outra fonte importante de ser lembrada como narrativa sobre a Farroupilha são os hinos. No cancionero de Apolinário há quatro hinos para a Farroupilha.

<sup>59</sup> Mena (1933, p. 35) ficou conhecido como o poeta dos farrapos: “A alta proclamação e independência/Da república augusta Rio-Grandense/Tiranos! Respeitai tão fausto dia! [...] P’ra que entre os grandes memoráveis dias/Este seja o maior do mundo aos olhos”.

ou públicos e não tiveram repercussão em sua época de produção também não foram selecionadas para esse capítulo.<sup>60</sup>

As primeiras memórias históricas sobre a Farroupilha, apesar de serem escritas e publicadas a partir do surgimento do IHGB e seu projeto historiográfico em torno da construção da ordem monárquica, acabaram sendo, também, uma forma de se acomodar pessoalmente ou a terceiros nesse projeto. Nenhuma das memórias históricas deste capítulo foi publicada na revista do IHGB,<sup>61</sup> isso se deve a que

Nos tomos iniciais, o IHGB publicava documentos, inventários e ofícios não contemporâneos relativos à Província com muito mais frequência, cedendo pouco espaço a memórias históricas escritas por associados ou não sócios contemporâneos. Isso começou a sofrer alterações em meados de 1850. Porém, persistiu certa postura que evitasse em assuntos que envolvessem o tempo presente. (BOEIRA, 2013, p. 36).<sup>62</sup>

Quem escreveu a primeira memória publicada sobre a Farroupilha foi Saturnino de Souza e Oliveira Coutinho (1803-1848), fluminense, bacharel em direito pela Universidade de Coimbra.<sup>63</sup> Foi deputado pelo Rio de Janeiro em 1833. Tinha 36 anos quando assumiu pela primeira vez a presidência da Província de São Pedro, em 24 de junho de 1839.<sup>64</sup> Terminou o seu primeiro mandato e retornou à Corte em 27 de junho de 1840. Ocupou vários cargos políticos no Império. Depois de ter sido presidente da Província, foi ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro da Justiça e, interinamente, ministro da Fazenda. E em 1847 foi senador do Império e, desde 1840, era membro do IHGB. Escreveu o *Bosquejo Histórico e Documentado das Operações Militares na Província do Rio Grande do Sul*, editado no Rio de Janeiro em 1841 ainda durante o conflito.

<sup>60</sup> Fontoura (1928; 1984) foi partícipe da Farroupilha. Ficou no fim da Farroupilha no grupo conhecido como minoria, que fazia oposição à maioria liderada por Bento Gonçalves. Suas memórias, principalmente a última, são críticas de ambos os lados, porém suas memórias tem o caráter de ser a defesa dos seus atos durante a guerra civil. Neste diário, como na memória anterior, escrito quase dez anos antes, não escreve para o público, mas escreve “para os meus filhinhos” para que sigam a trilha da “honra e o conhecimento dos homens”. Pede a seus filhos que, ao lerem o diário, “faça-me justiça”. Conta que até antes de 35 tinha sólido comércio em na vila de Cachoeira. Contudo, todo o seu comércio cessa no início de 1836, pois se dedicou, segundo Fontoura, “unicamente à causa pública, sem outro interesse”. Da narrativa do major João Cunha Lobo Barreto (1935), ao que tudo indica escrita em 1838 (mas só publicada em 1935) irrompe de sua posição política antiliberal. Seria a ordem legalista conservadora versus a desordem dos farroupilhas e liberais. Isto é, o Império brasileiro após a abdicação de D. Pedro I, com o início do governo liberal das primeiras regências entra em desordem, convulsão social e um reflexo disso será a “Revolução de 1835” liderada por liberais “anarquistas” da Província de São Pedro que levam a desordem para a província.

<sup>61</sup> A “Revista representava a palavra oficial do grêmio”. (GUIMARÃES, 1995, p. 558).

<sup>62</sup> Não se pode esquecer que um dos objetivos do IHGB em seu artigo 1º era: coletar, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários à história.

<sup>63</sup> Ver Carvalho (2003), capítulo “Unificação da elite: uma ilha de letrados”.

<sup>64</sup> É importante perceber a data que Saturnino assume a presidência da Província, pois Vasconcelos deixara o ministério em abril de 1839.

Saturnino iniciou o seu *Bosquejo Histórico* explicando que não foi com o objetivo de justificar-se, nem de revelar seus serviços que publicou a memória, mas porque “pouco se sabe na Corte dos feitos ocorridos na província do Rio-Grande”. (COUTINHO, 1986, p. 5). Para o bacharel fluminense, a tribuna parlamentar e a imprensa periódica, isto é, onde se encontrariam os adversários da facção áulica, ambas mal instruídas e sem documentos oficiais, “têm espalhado notáveis inexatidões; o público julga por aparências, por cartas anônimas estampadas nos jornais, e não faltará quem escreva a história com tão falíveis elementos”. (COUTINHO, 1986, p. 5). E por se considerar portador de documentos “oficiais”, ele se considerou no dever, e pela honra, de explicar ao país por que a luta no Rio Grande não terminou.

É importante observar que a memória histórica tem a necessidade de documentos para justificar o que estava sendo escrito, a memória histórica não avança sem justificação documental, pois precisa comprovar sua veracidade.<sup>65</sup> Visa a que não se escreva a história com elementos falíveis, e o que ele quer oferecer seriam elementos infalíveis para que o futuro historiador tenha suporte factual seguro e objetivo. Não sem razão faz parte do nome do livro a palavra “documentado”, isto é, para assegurar a validade dos enunciados.

Como os outros letrados do século XIX, Saturnino articulava política e escrita em sua memória histórica. E escrevia para que a história fornecesse lições para quem fosse governar o Rio Grande:

[...] a história nos dá instruções e avisos importantes; a ligação dos fatos com os sucessos militares é digna de meditação; e, se se quiser tirar partido de experiências anteriores, este bosquejo, ainda que limitado, poderá fornecer uma escala por onde possa medir o presente e o futuro quem tiver de continuar a dirigir os destinos do Rio-Grande e do império. (COUTINHO, 1986, p. 5).

O bacharel fluminense, aproximando-se de uma concepção da *historia magistra vitae*,<sup>66</sup> produziu uma narrativa dos acontecimentos militares e políticos da sua gestão como presidente da Província. Concebeu um plano de operação militar que propunha procurar uma ação decisiva numa batalha na região do vale do Caí, baseada nos ensinamentos de Frederico da Prússia, que em seu livro *O tratado da Guerra*, que Saturnino citou com muita frequência, ensinou que o objetivo da guerra é buscar uma batalha decisiva sem fazer ações militares de

<sup>65</sup> Para Araujo (2008, p. 152), “É o documento a única fonte de verdade. Sem sua positividade seria impossível ao historiador rebater as falsas opiniões, até mesmo a sua, quando, em certas circunstâncias, possa estar influenciado pelas disputas e preceitos. Por isso, a principal tarefa do IHGB era indubitavelmente a crítica documental. É por ela que essa nova figura do letrado-historiador pode reivindicar um controle da verdade e, assim o fazendo, se qualificar como servidor e guia do Estado [...] e a verdade agora passa a se identificar com fato-documento”.

<sup>66</sup> Sobre a escrita da história como exemplo, ver Koselleck (2006); Rüsen (2007).

menor impacto. Saturnino propôs, então, seu plano ao chefe das armas da Província, o general Manoel Jorge Rodrigues. Desse modo, a sequência de sua memória almeja fazer sua justificação política para a Corte da sua administração provincial, que não debelou os rebeldes.

Por toda a memória, apontou como algoz de seu plano decisivo o general Manoel Jorge, pois as morosidades logo começaram, desde os primeiros passos de sua execução. Escreveu várias vezes para o general sobre a importância de uma ação decisiva contra o inimigo, porém “o Sr. General queria *cercar o inimigo*”.<sup>67</sup>

Saturnino apontou os erros que frustraram o golpe fatal que ele queria dar na rebelião e que, se executado como imaginava, teria posto termo à Farroupilha. O senador Bernardo de Vasconcelos é mencionado no *Esboço*. Nesse momento de sua narração, procura justificar a sua administração provincial na Corte. O senador Vasconcelos, em discurso na tribuna, criticou o seu plano decisivo de ação.<sup>68</sup> Ao seu oponente político respondeu: “O Sr. Vasconcelos reconhecerá agora, da quanta importância era essa marcha por Caçapava, que, se fosse executada como foi projetada, podia só por si decidir da pacificação da província, sem mais derramamento de sangue”. (COUTINHO, 1986, p. 32).

O *Esboço* visa apresentar sua defesa política em relação aos ataques que sofreu nos jornais e no governo imperial, em relação à sua administração, que por fim era uma defesa dos áulicos. Dessa forma, na narração de sua memória, consoante a sua preocupação de se defender a si e seu grupo politicamente na Corte, o presente político invade-a para construí-la colocando toda culpa no comandante das armas:

esta carta fez-me ver que o Sr. General não tinha um propósito firme de *procurar um engajamento decisivo* no plano de operações: que no que menos pensava era em aproveitar as suas forças, reunindo o maior número possível, que podia ser o dobro do inimigo, para procurar um combate; e que, se alguma ideia fixa tinha, era só a de não atacar o exército rebelde. Procurei mostrar-lhe a possibilidade e as vantagens deste ataque. (COUTINHO, 1986, p. 39).

<sup>67</sup> A memória de Saturnino contém, também, tabelas e citações de outros livros que dão suporte às suas análises militares. A documentação que o autor usa no livro é toda de documentos oficiais do Estado.

<sup>68</sup> Em 1840, Vasconcelos, antes do advento da maioria, ficou nove horas como ministro do governo. Vasconcelos nunca mais voltou para um ministério. Para Carvalho (1999, p. 30), “Provavelmente a razão tinha a ver com Aureliano Coutinho, presença dominante nos primeiros anos do Segundo Reinado e grande desafeto de Vasconcelos, com quem tivera sério atrito durante a regência”. Aureliano publicou um panfleto em 1835 contra Vasconcelos denominado “A impostura do Sr. Bernardo Pereira de Vasconcelos desmascarada”. Também “a oposição de Vasconcelos ao golpe da maioria também não deve ter servido de recomendação perante o jovem monarca e seus áulicos”. (CARVALHO, 1999, p. 30). Vasconcelos apoiou o gabinete de Araújo Lima de 1848. A vitória do regresso fora total e Vasconcelos desempenhara papel importante no campo político e institucional. Para Carvalho, Vasconcelos foi admirado, temido e odiado, não deixou ninguém indiferente à sua passagem.

A sua memória histórica sobre tais acontecimentos é focada nas batalhas, nos principais personagens militares monarquistas e na tentativa da execução de seu plano. Sua memória seria, por um lado, fonte para quem for escrever a história; por outro, a régua com que se medirão o presente e o futuro, isto é, qual deveria ser atuação política mais correta sobre o conflito militar sulino, assinalando as falhas do “Sr. general” que, segundo o bacharel fluminense, “queria antes acabar partidas dispersas do que o grosso do exército inimigo [...] queria antes, para acabar com os rebeldes, dar-lhes nos braços do que na cabeça”. (COUTINHO, 1986, p. 40). A causa imperial estava em perigo, porém voltando a escrever com olhos presentemente voltados à Corte:

a imprensa o tem absolvido de suas graves culpas como general, e procura assinalar causas diversas ao atraso dos negócios, quando só as deve procurar na falta [...] de resolução e de energia do general em chefe do exército imperial, e na sua extrema velhice. (COUTINHO, 1986, p. 89).

Também atacou um artigo, escrito segundo ele por um defensor do general, no jornal *Mercantil* de Rio Grande, em que se comparou o general Manoel ao general romano Fábio, famoso por sua defesa de Roma contra Aníbal, assim, também crítica este artigo, pois defendia “o sistema de expectativas do Sr. general, e atacando o meu e a mim”. (COUTINHO, 1986, p. 90). Igualmente, faz outra crítica à imprensa que “Por estranha contradição, alguns jornais da corte que defenderam o sistema do Sr. Manoel Jorge, combatiam a ideia do cerco que me atribuíam”. (COUTINHO, 1986, p. 90). Percebe-se que no *Esboço*, mais que elementos para se escrever a história, expõe-se a defesa de seu sistema de guerra, da sua administração e de uma disputa sobre com que grupo político se comandaria a centralização do Estado imperial.

Portanto, ele compreendeu, desde o início da sua presidência, que o general Manoel Jorge não podia dar conta daquela missão; contudo, sabia que no momento que dissesse isso ao governo, “um partido se levantaria a exigir-me provas”. Foi indispensável que o general Manoel desse-as por si, por que “alguns descontentes na corte, que procuravam intrigar-me no Rio Grande, tinham chegado ao excesso de remeter aos chefes de cavalaria cópias de supostos ofícios meus reclamando a destituição e deportação para a corte de alguns desses chefes”. (COUTINHO, 1986, p. 91).

A “causa da monarquia e da integridade do império” (COUTINHO, 1986, p. 91) exigia que Saturnino informasse ao governo das necessidades da Província, assim, pediu um novo general que o ajudasse. Contudo, na imprensa “eu fui censurado porque pedi a

substituição do general”. (COUTINHO, 1986, p. 93). Novamente percebe-se o quanto este *Esboço* foi escrito para rebater as críticas político-administrativas que recebia na disputa entre as facções que rondavam o imperador.

Sabendo que o novo ministério imperial queria reunir no general Soares Andréa<sup>69</sup> (1781-1858) as autoridades civis e militares da Província, Saturnino resolveu demitir-se. Contudo, suas desavenças com o general Manoel não acabaram na Província. Saturnino relatou que, ao chegar à Corte, o general disse ao imperador “que a guerra estava acabada, que a província estava pacificada, que os rebeldes estavam reduzidos [...] Eu, chegando dias depois, disse o contrário [...] e pedi a pronta e imediata remessa de toda a força que houvesse disponível na Corte”. (COUTINHO, 1986, p. 125).

O antepenúltimo capítulo do livro chama-se “Lições”. Saturnino quer saber que lições o passado, neste caso sua primeira passagem pela presidência da província do Rio Grande de São Pedro, poderia dar ao presente e ao futuro (político da província). Para o jovem bacharel fluminense, como os republicanos sabiam levar ao ponto máximo a celeridade, era grande a desvantagem da legalidade que erigia em máxima a morosidade. A lição do passado era fazer o que ele tinha tentado fazer: o seu sistema de guerra de um combate decisivo.

Saturnino Coutinho voltou à Província, para a sua segunda presidência, em 17 de abril de 1841 e nela ficou até nove de novembro de 1842.<sup>70</sup> A segunda memória, referente à sua segunda passagem no comando da Província, é “sobre as causas concorrentes para a malogração das operações do Passo Fundo, em novembro e dezembro de 1840”. (COUTINHO, 1986, p. 3). Esta segunda memória histórica, *Negócios do Rio Grande*, foi publicada em 1842 no Rio de Janeiro. O autor partiu da defesa que o general Pedro Labatut (1776-1849) fez ao conselho de guerra sobre as incriminações que lhe perpetrou o brigadeiro João Paulo (1788-1864). Como na primeira memória, também exige a exatidão empírica para o futuro historiador: “infelizmente para a exatidão da história, a exposição do Sr. Labatut vem confirmar esta crença e aumentar a ilusão. Ela contém mais um notável anacronismo, que a mesma exatidão histórica exige que seja corrigido”. (COUTINHO, 1986, p. 3).

Como em sua primeira memória, também quer que a segunda seja fonte para que futuramente se escreva a história; igualmente, quer proceder de maneira que não favoreça a

<sup>69</sup> “O Sr. general Andréa, enquanto os rebeldes não começaram movimentos ofensivos, conservou o exército no mesmo estado, nas mesmas posições em que recebeu do seu antecessor. Na sua ordem do dia de entrada, o Sr. Andréa preferiu solenemente a sua *sentença condenatória* das minhas opiniões sobre as operações, *prometendo que em tudo e por tudo seguiria os planos do Sr. Manoel Jorge*. (COUTINHO, 1986, p. 125-126).

<sup>70</sup> Saturnino Coutinho deixara pela primeira vez a presidência da província um mês antes do golpe da maioridade e assumira a presidência pela segunda vez oito meses após a maioridade de D. Pedro II.

nenhuma pessoa. De novo, documenta fartamente esta memória com papéis oficiais e do mesmo modo entra na disputa entre facções políticas:

Destas defesas e memórias tiram-se elementos com que para o futuro se escreva a história, e, contribuindo com elementos que tenho ao meu alcance, eu não quero fazer mais favor ou carga a este do que aquele; apareça cada um no lugar que devidamente lhe compete. Em aditamento à defesa do Sr. Labatut, farei a narração destas desgraçadas operações de cima da Serra, confirmando-a com os documentos oficiais que tenho coligido. Necessariamente serei difuso e minucioso nas observações que tenho a fazer, para que o público possa formar seu juízo com todo o conhecimento de causa, não só sobre os concorrentes para a malogração desse plano, como sobre ele mesmo. (COUTINHO, 1986, p. 4).

Por fim, terminou sua segunda memória com uma reflexão sobre seu modo de escrever os fatos:

Aqueles que tem ridicularizado o Bosquejo Histórico poderão fazer o mesmo a este suplemento, mas com isso não destruirão as convicções que produzem narrações históricas, fundadas em documentos oficiais, cuja veracidade se não contesta; em quanto não mostrarem a falsidade de tais documentos, seus ditos de mofa não poderão destruir as impressões que elas causam no público. O Bosquejo Histórico contém uma ideia dominante – a necessidade de atacar e destruir de pronto o pequeno exército rebelde que estava seguro do lado de Viamão –; esta ideia que eu tanto sustentei, tenho-a justificado com o raciocínio e com os resultados do seu desprezo. Todos os que a desprezaram por diversos princípios não podem simpatizar com estas narrações; [...] mal pensava que dizia uma verdade, que toda a província reconhece com o exército que estava possuído daquela mesma ideia dominante no Bosquejo! [...] Se não tenho justificado a minha opinião, refutem-na. (COUTINHO, 1986, p. 23).

Saturnino usou o *Esboço* e também *Negócios do Rio Grande* para sua defesa e da facção política a que representava. Mostrou com isso o seu entendimento do passado, que fornece lições ao presente. Além disso, ofereceu essas memórias, documentadas (documentos do Estado e jornais), para que sejam fontes para futuros historiadores. Igualmente, a intriga narrativa do *Esboço* e em *Negócios do Rio Grande*, que organiza a ligação dos fatos, são as divergências entre o seu sistema de guerra com o do General Manoel e o do presidente-general Andréa. Porém a intriga é também política. É a disputa entre grupos pelo comando do Estado Imperial. Toda a sua narrativa se concentra nos episódios militares, batalhas, escaramuças políticas, entre militares monarquistas e os líderes rebeldes e sobre seus sistemas de guerras e a política imperial. O controle que se reinventava no século XIX faz-se presente nesses elementos, pois trata-se de uma defesa de suas escolhas militares e políticas que indiretamente protege os outros áulicos.

Vem a lume em 1846, um ano após o fim da sedição de 35, o livro *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias*. Esta memória nasceu sem autoria. Trazia escrito no lugar do

nome do autor apenas o dizer: “Por um Rio-Grandense”. Somente cem anos depois descobriu-se quem fora o seu verdadeiro autor. Quem fez a descoberta foi Eugênio Vilhena de Moraes, membro do IHGB, em 1946 nas páginas do *Jornal do Comércio*.<sup>71</sup> A autoria era de Antônio Manuel Correia da Câmara. Isso explica muitos dos motivos de à época a memória ter saído sem autoria. A semelhança de Bento Manuel, Câmara esteve dos dois lados, farroupilha e imperial, durante a guerra.

Câmara nasceu em Rio Pardo em 1783. Aos dezesseis anos foi para o Rio de Janeiro estudar no colégio São José. Em 1800, apresentou-se como voluntário para combater nas Índias, assim como fizera seu pai. Em 1804, voltou para Lisboa, sendo promovido a tenente. Quatro anos depois matriculou-se na Academia Real da Marinha, da qual solicitou trancamento de matrícula para não prestar serviços aos franceses por ocasião da invasão de Junot. Por ocasião da reação lusitana (1808-1810), ferido e feito prisioneiro de guerra, foi levado para a França, sendo obrigado a servir no exército francês entre 1812 e 1814. De 1815 a 1818, viajou pela Europa.<sup>72</sup> Em 1820, retorna a Porto Alegre. Dois anos após é preso junto com Manuel Marques de Souza e Antero de Ferreira Brito, por estarem implicados no movimento revolucionário em prol da emancipação em relação a Portugal.

Em 1824, foi comandante do Forte de Coimbra em Mato Grosso. Segundo seu biógrafo, Câmara tinha uma vida de solteirão impenitente. No mesmo ano foi cônsul no Paraguai e em Montevideú. Em 1831, voltou a Porto Alegre. Não se sabe ao certo o ano em que aderiu aos farroupilhas, mas seu biógrafo sugere que foi em 1839. Foi ministro plenipotenciário dos Farrapos junto a Argentina, Uruguai e Paraguai, regressando em 1840 a Rio Pardo. Em 1842, foi eleito como suplente para a Constituinte Farroupilha e no ano seguinte passou a desempenhar a missão de agente diplomático dos legalistas junto a Oribe.<sup>73</sup> A 12 de setembro de 1845, Caxias incumbiu-lhe de organizar o serviço de estatísticas da Província. Câmara faleceu às seis horas do dia primeiro de julho de 1849.

Não estão totalmente claras as circunstâncias que fizeram tanto Câmara apoiar os farroupilhas como aderir aos imperiais. Portanto,

Sua adesão à República Rio-Grandense é, de algum modo surpreendente, porque sua família era ligada aos imperiais, e ele próprio possuía convicções monarquistas.

<sup>71</sup> Na revista do IHGB, em 1970, Walter Spalding escreve o artigo “Correção necessária”, em que esclarece em artigo anterior errara ao atribuir o livro, como fizera também Rego Monteiro (1938) ao prefaciá-lo a segunda edição do *Reflexões* em 1938, ao tenente coronel Casimiro José de Câmara e Sá. José Honório Rodrigues em *Teoria da História do Brasil* em 1949 já afirmava, baseado em Vilhena, a autoria a Câmara.

<sup>72</sup> A biografia utilizada sobre Câmara está em Câmara (1964).

<sup>73</sup> Para Spalding (1970), Câmara (1964) e Moraes (1946), Antônio Câmara foi emissário junto a Manuel Oribe. Para Franco (2003), foi emissário junto a Frutuoso Rivera.

Porém, o espírito de aventura e o desejo de se tornar a cabeça pensante da insurreição talvez expliquem sua ativa colaboração, que seguramente antecede o lançamento do jornal *O Povo* e o manifesto de Bento Gonçalves de 29/08/1838. Na redação desse documento ele teve comprovada participação, sendo alvo de queixas do italiano Luigi Rossetti em carta ao seu compatriota Cuneo, pois à orientação republicana e radical de Rossetti se opunha o espírito conservador do “velho” Câmara, assim chamado por causa de seus 55 anos. Um e outro disputavam a liderança intelectual no movimento. Frustrado como embaixador da República junto ao Paraguai e ficando em modesta suplência como deputado a Constituinte de Alegrete, Câmara terminará por abandonar os farrapos. (FRANCO, 2003, p. 16).

Câmara abandonara sua família, amigos e história monárquica pelos farroupilhas e quando o barco dos farroupilhas começara a afundar ele voltou aos legalistas como protegido de Caxias. Não deveria ter ficado de boas relações com os legalistas de primeira hora e muito menos com os farroupilhas. Assim, creio não colocou o *Reflexões* sob sua autoria, por ser um tema de história recente e por ele pessoalmente ter uma história pessoal conturbada nos dois lados do conflito.<sup>74</sup>

Por fim, encarregado por Caxias de organizar a Repartição de Estatísticas da Província: “Pedia em carta ao seu protetor oculto [...] além de certas regalias o provimento de determinado lugar [...] É que surgiam de novo os apuros financeiros e voltavam a aperreá-lo as exigências dos credores cada vez mais alarmados”. (MORAIS, 1946, p. 5). Portanto, como Saturnino, Câmara também defendia sua facção, pois era seu suporte social e político.

Sua memória histórica narrou, especificamente, os feitos militares do novo Hochê (Caxias) na sedição de 1835. Não seria a força bruta, para o autor, o que conseguiria os resultados, mas, ao contrário, acalmar o vulcão revolucionário sem guiar-se pelos conselhos pérfidos de quem queria a continuação da guerra. Convinha ao general nunca tornar-se severo em extremo. Pois homens superiores como Caxias “que estão colocados em posição subida não devem partilhar das paixões do vulgo”. (CÂMARA, 1938, p. 11). Contudo, é errôneo supor que o povo é estúpido e também, para Câmara, há no homem uma tendência natural ao bem. Além disso, para compreender-se a história se deve observar os modelos da antiguidade e o modelo dos grandes monarcas de todos os tempos. Observa-se então que sua modalidade

<sup>74</sup> Enfim, no *Jornal do Comércio* no dia 8 de setembro de 1946, Eugênio de Moraes apresentava a “paternidade” do *Reflexões*. Para Moraes, “Urgia, pois, confrontar, atentamente, com a ‘correspondência Turca’ as ‘Reflexões sobre o generalato’”. Isto na visão dele “Era o momento decisivo!...” e “O aspecto gráfico, porém, não deixava dúvidas” e seguindo em suas pesquisas: “Somente um cego deixaria de reconhecer aí no autor da ‘Correspondência Turca’, o próprio e idêntico, até então misterioso *Akakia*, isto é amplificando a igualdade, Antonio Manoel Correia da Câmara. O mesmo estilo, ainda o mesmo temperamento”. (MORAIS, 1946, p. 5). Finalmente, *quod erat demonstrandum*. Também haveria semelhanças “existentes entre os autógrafos da correspondência do Jornal e o texto das ‘Reflexões’”. Contudo, “Em 183... cedendo aos impulsos de um temperamento agitado e incontestável bandeia-se com os farrapos”. Porém, notou Moraes: “Desgostoso, mais tarde, passa-se, como vimos, aos legais aceitando a missão de que o incumbiu Caxias [...] Batidos os rebeldes, acolhe-se a boa sombra do pacificador, cuja política passa a defender, pelas colunas dos jornais, fazendo lhe em seguida a franca apologia nas páginas das ‘Reflexões’”. (MORAIS, 1946, p. 5).

de história em sua memória histórica é a história *magistra vitae*. Câmara (1938, p. 11) compreende que mesmo a distância dos séculos não permitiu a “incorrupível história de transmitir fielmente as suas gloriosas ações as gerações futuras: e nós os vemos hoje, quais eles realmente foram”. Nesta compreensão da história de Câmara percebe-se que o passado incorruptível dá exemplos ao presente.

O exército imperial parecia pertencer às épocas da infância da guerra, do generalato de Eliziario ao do conde de Rio Pardo. Também, os diferentes ministérios do governo imperial, durante a “enfadonha revolução do Rio Grande”, contribuíram para neutralizar os recursos do exército. E muitos generais, igualmente, são responsáveis pelas adversidades do Império. O sistema do governo imperial era o de substituir generais entre si e, segundo o autor, pelo fato deles terem carta branca da Corte, “não estavam subordinados a nenhum plano, faziam o que queriam [...] Daí provieram as irresoluções, as perplexidades, a prolongação de uma luta desastrosa”. (CÂMARA, 1938, p. 14). Neste momento de sua narrativa, faz uma reflexão sobre sua escrita: “não é o espírito de vingança ou de parcialidade, quem nos dirige; mas, sim, o desejo de apresentar, com as suas verdadeiras cores, as faltas [...] que passamos a descrever a analisar!”. (CÂMARA, 1938, p. 17).

Como as outras memórias, quer escrever o passado de uma maneira que sua subjetividade não interfira em sua análise e as verdadeiras cores da história ressurgam. Escreve Câmara que Caxias ofuscou a todos os generais anteriores que tentaram terminar a Farroupilha, com seu sistema militar tão fértil. Apologista de Caxias, Câmara justificou sua política, e sistema de guerra na “Revolução do Rio Grande” acreditando que é

tempo, enfim, que elevemos a sua glória ao apogeu: pois dela nos resultaram grandes bens, pela pacificação da nossa província! [...] Nós não fazemos mais do que tributar, no altar da justiça, merecidos louvores a quem de louvores é digno! Os fatos só de per si bastam; eles não precisam nem de adornos, e nem de lisonja, e mostram aos mais míopes ou incrédulos, que, o que outros generais apenas conceberam, Caxias executou e obteve!! [...] De hoje em diante sem êmulos, ninguém ousará disputar-lhe a palma do merecimento [...] qual bronze, que ao tempo resista. (CÂMARA, 1938, p. 25).

Quando o governo nomeou Caxias, não o subordinou a um plano de campanha, recebeu ele carta branca semelhante a seus antecessores. Mas Caxias não precisava, diferentemente de seus antecessores, de nenhuma instrução para fazer guerra. Para Câmara (1938, p. 26-27),

O sistema era muito melindroso, por ser justamente o inverso daquele seguido por outros generais. Era necessário apresentar à presunçosa rebelião, em uma mão, o

ferro pronto a descarregar o golpe, e na outra o ramo de Oliveira. Porém o difícil consistia na maneira de o fazer [...] era necessário não tocar os extremos [...] um justo meio, ou equilíbrio.

Razões militares e políticas sustentavam esse sistema. A razão militar era devida a que, em 1843, Manuel Oribe e Fructuoso Rivera encontravam-se em luta,<sup>75</sup> motivo pelo qual “não devia a rebelião contar com mais nenhum recurso do Estado vizinho”. (CÂMARA, 1938, p. 39). A razão política era mais valiosa que a militar. O político, acreditava o autor, era quem mais influenciaria a pacificação, porque nas guerras civis a moderação é mais eficaz que a força. Para o autor, foi importante ter convencido as pessoas do campo, homens ignorantes, pois dependia deles a duração da luta. As armas políticas, então, contribuíram mais que as baionetas dos “nossos” infantes para a pacificação. Foi por meio da política e o “auxílio da fortuna” o modo “com que foram vencidos os rebeldes do Rio Grande”. (CÂMARA, 1938, p. 42). E para obter essa pacificação por meio político só Caxias, um homem de gênio, um homem extraordinário.

O autor pouco analisa socialmente a “enfadonha revolução”. Sua narrativa é basicamente militar. Contudo, escreveu uma pequena passagem afirmando que as causas “que sublevaram a província do Rio Grande [...] não apresentaram os menores laivos de justiça ou razão”. (CÂMARA, 1938, p. 44). Quanto ao sistema de Caxias, afirmou que a moderação é tão eficaz como a água nos incêndios. O general não dificultou as anistias. E o autor faz uma crítica à política militar dos antecessores do general:

E vós, ó generais, que por tanto tempo, e tal mal dirigistes a administração, e campanha de nossa província durante a sua prolongada revolução, se são susceptíveis de correção, volvi ao Rio Grande, e aprendei com o Herói Pacificador a ter prudência, moderação, humanidade, grandeza d’alma, e também a desprezar as vaidades humanas! (CÂMARA, 1938, p. 45).

Câmara volta a defender que a moderação foi o sucesso de Caxias. E, dirigindo-se aos críticos do sistema de Caxias, sentencia:

[...] a moderação do Conde Caxias era apreciada por todas as pessoas sensatas, e que sinceramente desejavam a terminação da guerra, era todavia censurada por muitos do nossos puritanos, que queriam que Caxias, como Sila, ou Mario, proscrevesse em massa aos rio-grandenses rebeldes. (CÂMARA, 1938, p. 46).

<sup>75</sup> Para Câmara (1938, p. 38-39), “Ha seguramente 30 anos, que as repúblicas Sul-Americanas se conservam em guerra civil; não pela primazia, ou preeminência, que quer ter este ou aquele caudilho na gerencia dos negócios públicos. Estes Estados verdadeiras hierarquias militares não têm de república senão o nome: a força, a audácia, e a fortuna de um chefe ambicioso é quem os governa, e hoje não são mais do que o ludíbrio e escárnio do mundo civilizado”.

O *Reflexões* foi, deste modo, uma justificativa dos procedimentos de Caxias para terminar com Revolução do Rio Grande. A memória não é uma simples defesa de Caxias. Ela vai além, torna-o mais que um simples homem:

Antes da marcha do exército, tinha-se feito visível o Cometa de 1843, que os nossos soldados batizaram com o nome de – ESTRELA CAXIAS. A cauda apontava para o município de Alegrete (ocupado então pela rebelião). As tropas tomaram de bom grado a presença deste astro, como precursor infalível da queda dos rebeldes, e tiveram que o Deus dos exércitos o fizera aparecer para inspirar-lhes a confiança nas disposições do seu novo general, considerando-o um seguro garantidor da vitória. (CÂMARA, 1938, p. 49).

O autor, logo após, faz uma reflexão sobre sua escrita. Aborda que seu pequeno folheto dispensa de continuar com o detalhe das operações que são estranhos à finalidade do livro, que é a pacificação. Afirmou que não pode empreender esta tarefa, a de fazer uma narração detalhada das operações. Entendeu que são “omissões indesculpáveis de quem escreve a história”. (CÂMARA, 1938, p. 75). Espera que penas mais hábeis façam este trabalho. Entretanto, quer pontuar as causas que concorreram para a pacificação. Mas, além das causas, também quer com este livro defender política e militarmente Caxias das críticas que “fizeram vários militares aos sistemas de guerra adotados pelo Conde Caxias”. (CÂMARA, 1938, p. 68).<sup>76</sup> Para o autor, no fim de 1843 a rebelião estava moribunda. Seus chefes estavam sem energia e a deserção ocorria em massa nas tropas republicanas. A Província encontrava-se em extrema penúria. Isto era “o fruto e a consequência infalível das revoluções” (CÂMARA, 1938, p. 91) em que, segundo o autor, astutos demagogos fomentaram um governo inábil e ambicioso, contudo, pouco a pouco ganhava espaço a causa da legalidade e o fim da anarquia.

Apesar de o autor procurar as causas da pacificação, ele não deixou de fazer a narrativa de “certas particularidades, que serviram de motivo a empresas de grande monta” (CÂMARA, 1938, p. 108), pois as razões “careciam para que o leitor lhes desse o devido peso [...] [serem] desenvolvidas, comentadas e explicadas”. (CÂMARA, 1938, p. 108). De tal modo, escrevendo o *Reflexões* percebeu que

seria longa a narrativa circunstanciada de todos esses sucessos; como ela é alheia do nosso objeto, sendo aliás preciso que omitamos muitos acontecimentos gloriosos [...] e deixando uma imensa lacuna entre os sucessos já descritos, e aqueles que precederam ao último triunfo obtido pela Legalidade, convidamos aos nossos

<sup>76</sup> General que assim não praticar “não passará de um mero charlatão”. Ora, nota-se que a o sistema de Caxias, que é uma lição da história e da ciência militar, é oposto do sistema de guerra de Saturnino. Câmara em nenhum momento citou ou escreveu sobre Saturnino.

profissionais, a quem não falecem os precisos meios para escrever a história, para que compulsando os arquivos militares [...] não se poupem em legar à posteridade a descrição fiel, imparcial e valiosa das operações militares executadas pelo exército pacificador sob o comando do nobre Conde de Caxias. (CÂMARA, 1938, p. 111).

Sua memória exprime a necessidade de contar a história, mas qual história? A dos fatos militares, narrativas particulares e localizadas. Essa narrativa histórica ainda estaria por fazer-se. E finalizando sua narrativa em que o estandarte tricolor foi batido pelo Imperial, em que a anarquia entregou-se ao Hochê brasileiro, Câmara mostrou toda sua veneração em relação a Caxias que, novamente, vai além de uma memória para futuro trabalho de historiadores escrevendo uma memória para a heroização do general:

O céu não se mostrou indiferente à terminação da encarniçada luta, que nos devorava, e inda por esta vez outro cometa foi visto, que cobria com a sua vasta e brilhante cauda uma extensão imensa do nosso hemisfério meridional, e que tão logo que cessaram de parte a parte as hostilidades, desapareceu dos nossos olhos, deixando-os em paz, e congraçados. Alguém houve que notou na aparição dos dois cometas uma coincidência bem rara! Vimos o primeiro em fins de Fevereiro de 1843 (abertura da campanha) e o segundo em fins de Fevereiro de 1845 (quando ela terminava). Também dessa vez atribuiu o povo à ESTRELLA CAXIAS o brilhante e magnífico desfecho de uma luta até ali tão desastrosa. (CÂMARA, 1938, p. 121).

A memória de Câmara é uma justificação do sistema de guerra de Caxias. Ela foi basicamente uma justificativa das ações políticas do general e se concentrou em episódios militares. Tem um só grande personagem em que toda a história converge: o Conde de Caxias. Em relação às outras memórias, trabalha com menos documentação. Com muita frequência, comparou Caxias com militares do passado, como se Caxias estivesse justificado por imitá-los. Nessa perspectiva de Câmara, o passado produz lições ao presente e ao futuro. No caso específico de sua memória, são lições de caráter político-militar. Enfim, a intriga que produziu sentido é a justificação do sistema de guerra de Caxias, moderação política, usado para a pacificação da Província na Revolução do Rio Grande. Todas as marchas, contramarchas, batalhas, anistias, personagens anarquistas ou imperiais ganham sentido nessa memória histórica porque mostraram a história do sistema de guerra de Caxias. Por fim, o imaginário sobre a Farroupilha na construção da ordem vai se aperfeiçoando. Encontra seu primeiro herói, seu primeiro grande personagem na obra coletiva de construção da nação.

Um elemento une as três memórias analisadas. Por que elas não respeitaram o critério do IHGB de não se escrever sobre o passado imediato? Por que elas preferiram despertar as paixões? Saturnino e Câmara escreveram sobre um perigoso passado imediato. Mas, conforme analisou Araujo (2008, p. 152),

A partir dessas novas exigências, e dessa figura do historiador-sacerdote, o afastamento temporal ganha uma produtividade que não possuía até então. Se permanece a figura do tempo como um devorador de documentos e memórias, ele também passa a ser reivindicado como antídoto para as paixões e os interesses. Quanto mais distante a questão, mais facilmente o historiador pode atingir a imparcialidade e perspectiva correta, ou seja, aquela que o permitia “senta[r] sobre a tumba do tempo”.

Parece-me que uma resposta à questão de se escrever a história imediata do Brasil Império, quando não era para se escrever a história imediata, pode ter como uma possível resposta que a finalidade das três memórias, antes de serem históricas, era a de serem políticas. As memórias de Saturnino eram para defender-se a si mesmo e a facção áulica e a de Câmara de defender e responder às críticas a Caxias. Os dois autores, para a época, não se distanciaram da paixão, ao contrário, entraram em seu torvelinho. Câmara parece ter tido mais consciência disso ou, o mais provável, a situação pessoal e social em que se encontrava após a Farroupilha, inimizades de ambos os lados, apenas a proteção de Caxias, o levaram a publicar sua memória sem autoria. Saturnino, tendo ou não consciência historiográfica, foi para a luta política aberta.

O romance, um ano após a publicação do livro de Câmara, usou a Farroupilha como matéria de sua narrativa. A estética romântica do período foi a via pela qual se constituiu em texto a Farroupilha. Também, como a nascente historiografia em forma de memória histórica, o conflito sulino de 1835 foi enquadrado no processo de construção da ordem da jovem nação brasileira, mostrando um passado, às vezes, diferente das memórias históricas, mas dentro do mesmo controle do imaginário. O romance fez-se de maneira a descrever paisagens e hábitos locais, contribuindo para a cor local<sup>77</sup> da Província de Rio Grande ser conhecida no Império inteiro. A matéria do romance estava quente ainda quando Caldre e Fião escreveu sua narrativa. O romance trouxe outros personagens, outras paisagens e outros tempos que os das memórias históricas. “A maldição de Caxias”, no romance, também foi rompida, mas articulando-se aos interesses do Império. As dissensões internas foram lembradas, mas com o objetivo de não serem mais repetidas.

José Antonio do Valle (Caldre e Fião somente depois incorporaria ao nome) nasceu em Porto Alegre em 1821. Aos 13 anos começou a trabalhar em uma farmácia na capital sulina. Aos dezesseis, foi admitido como auxiliar de botica na Santa Casa de Misericórdia também na Capital. Aos 22 anos foi para a o Rio de Janeiro ainda nos tempos da Farroupilha. Exerceu o magistério em escola particular na Capital do Império. Não saiu do Estado natal

<sup>77</sup> Sobre o entendimento do conceito de cor local no século XIX, ver Cezar (2004b).

por questões políticas, mas para formar-se em medicina no Rio de Janeiro, dedicando-se aos estudos de homeopatia.

Também na Corte desempenhou as atividades de jornalista e professor. Ainda no Rio de Janeiro fundou o jornal *O Filantropo* em cujas páginas defendeu o fim da escravidão<sup>78</sup> e que lhe valeu inúmeras perseguições. Além disso, foi um dos fundadores, em 1850, da Sociedade contra o Tráfico de Escravos. Em 1852, retornou para Porto Alegre, sendo eleito à Assembleia Provincial em muitas legislaturas. Pertenceu ao Partido Liberal, quando este se cindiu aderiu à chamada ala progressista. Na área das letras, foi membro fundador do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP) em 1860.<sup>79</sup> Em 1868, foi nomeado o primeiro presidente da sociedade literária Partenon Literário, que congregava a nova geração de intelectuais rio-grandenses.

Os anos passados na Corte foram de intensa atividade pública e produção intelectual. Foi professor, dono de jornal, publicou dois romances, guias homeopáticos e intensa atividade abolicionista, mas também “a fidelidade ao regime monárquico temperava seu liberalismo político [...] Caldre e Fião empenhava-se em cumprir um papel de homem público e construir as instituições sociais e políticas do império”. (LAZZARI, 2004, p. 53). Portanto, merece ênfase nesta pequena biografia de Caldre Fião o fato de que ele se formou intelectualmente e como homem público na Capital do Império e esses elementos são importantes para interpretar seus romances.

O primeiro romance que narrou a Farroupilha foi de autoria de Caldre e Fião: *A divina pastora*, de 1847. O livro é o segundo romance na história da literatura brasileira. No entanto, a primeira edição do livro desapareceu, tornando a obra um enigma na história da literatura. O livro teria sido tirado de circulação por retaliação de um traficante de escravos desafeto de Caldre e Fião. Após 145 anos de procura, por fim em 1992 o livro foi encontrado em Montevideú. Apesar de ser um livro que ficou tanto tempo sumido e que não chegou a criar, após sua publicação, uma tradição de escrita regional, como *O gaúcho*, é importante para a tese, pois foi o primeiro romance que narrou a Farroupilha. Além disso, Caldre e Fião pode estender sua influência nas letras rio-grandense, pois tanto participou do IHGPSP quanto do Partenon Literário.

---

<sup>78</sup> A temática da escravidão foge ao escopo da tese, mas para uma análise do tema nos dois romances de Caldre e Fião, ver Tomasi (2007).

<sup>79</sup> Sobre o IHGPSP, ver Boeira (2009), capítulo “O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar”.

A paisagem do romance é a vila de São Leopoldo, a cidade de Porto Alegre, Viamão, o Passo da Cavalhada e Belém Velho.<sup>80</sup> Isso é a marca do romance brasileiro que, na época, estaria comprometido na identificação e nomeação do espaço circundante, fazendo do romance uma ferramenta para o conhecimento da jovem nação.<sup>81</sup> O romance está centrado em Edélia (a divina pastora) e seu primo Almênio. Entretanto, após a recusa de Edélia em casar-se com ele por ser farroupilha, e, também, pelas vilanias amorosas de Francisco,<sup>82</sup> Almênio casou-se com Clarinda (jovem imigrante alemã). O livro é composto em uma narrativa moralista, em que os exemplos de condutas atravessam a atuação dos personagens. Nisso o romance de Caldre e Fião se aproximou das memórias históricas, isto é, fornece lições de conduta, exemplos, para o leitor.<sup>83</sup>

Para o narrador, “Estava reservado ao século 19º o desenvolvimento das ideias liberais”. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27). Ideias geradas na alma do homem contra a Idade Média. O Brasil, por estas ideias, quebrou o jugo de Portugal e começou realizar suas disposições. Contudo, excessos aparecem nas requeridas reformas e em diferentes pontos do Império levando os homens ao fanatismo político:

Desde 1818 uma fermentação de ideais se preparava, em clubes diversos, na província do Rio Grande do Sul, até que uma explosão espantosa teve lugar em 20 de setembro de 1835, presidindo então os negócios governativos da província o Dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27).

Ao grito de liberdade, o rio-grandense desembainhou a espada, outrora muito usada no Uruguai e “correu ao encontro do suposto tirano que lhe assinalavam”. (CALDRE E FIÃO, 1992, 27). Ao citar o Uruguai, o autor relacionou a importância do espaço platino para a história da Província. Almênio, soldado republicano, neste momento entra na narrativa. Este ponto na intriga do romance é importante porquanto foi o apoio de Almênio à “explosão espantosa em 20 de setembro” que acendeu a aversão de sua prima Edélia e a repulsa ao possível casamento com ele. Este é um recurso narrativo para demarcar a interpretação dos fatos. A explosão espantosa foi narrada como sinonímia da desordem, uma energia negativa, desestabilizadora da composição social e familiar, pois, conforme o narrador observou no

<sup>80</sup> Conforme notou Chaves (1992, p. 9), “Embora pertencesse à primeira geração ‘romântica’, Caldre e Fião não renunciou à atitude *realista* quando tratou de configurar o Rio Grande do Sul e sua capital, oferecendo aos círculos intelectuais da corte imperial um cenário até aí absolutamente desconhecido na literatura brasileira”.

<sup>81</sup> Os escritores românticos saíram em busca das paisagens, “no esforço para desenhar de maneira indelével a identidade nacional”. (CHAVES, 1992, p. 10).

<sup>82</sup> Rival de Almênio pelo amor de Edélia.

<sup>83</sup> “Aqui interessa menos o aprofundamento psicológico dos caracteres, exigindo longas digressões, e muito mais a sucessão vertiginosa dos acontecimentos; menos a densidade metafísica do conjunto e mais o caráter ‘exemplar’ que cada um dos episódios virtualmente contenha”. (CHAVES, 1992, p. 10-11).

início, não era algo reservado ao homem bom. Tanto que no final do romance, convencido da ilegitimidade do 20 de Setembro, Almênio passou ao exército imperial, ajuizando sobre a imoralidade do ato político-militar que tomou. Contudo, ainda anterior a isso, no início do romance

Almênio, jovem de 23 anos, no ardor das paixões violentas, filho de abastados pais, julgou cumprir um dever, apresentando-se no campo da batalha em defesa dos sagrados ideais da liberdade, e no calor do prélio fazer provar aos que julgava inimigo o fio da sua espada. Inflammado pelo ardor marcial esquecera a casa paterna; e a benção dos céus que de seus maiores recebia, sagrado talismã, de há muito não recaía sobre sua cabeça. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 27-28).

Sob o comando das paixões violentas, Almênio era como o barco que naufraga no baixo, pois ele teria a vida do homem mau enquanto estivesse lutando pelas ideias liberais. Mas havia algo moralmente ainda mais grave: “Ele tinha desobedecido. Seus pais, amestrados na escola do mundo, tinham reprovado uma reforma que julgavam desnecessária em um país que apenas começava a fruir o resultado da aplicação de uma constituição liberal”. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 28).

Almênio e o imigrante alemão Hendrichs iniciam um diálogo sobre a revolução. O imigrante lhe falou do embate das paixões quando há revolução. Esta seria sempre o resultado de intestinas guerras, flagelo imenso de todos os povos, que rompem o laço da fraternidade humana. Almênio respondeu que muita dor sofreu por causa da guerra. E o imigrante lhe sugeriu que ele poderia remediar tudo. A partir dessa sugestão respondeu Almênio: “Eu sempre gostei de conservar em meu coração o plácido deleite que se gera na ausência de tumultuosas paixões, mas excitado pelo amor da pátria tenho-me constituído réu de lesa paternidade, desprezando os conselhos em que fui alimentado desde a infância”. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 34).

Antes de deixar Hendrichs e sua filha Clarinda (com quem se casara no fim do romance), Almênio afirma: “Tenho de cumprir projetos formados pela desesperação de minha alma [...] Arreeguei minha vida política e quero reparar os males que hei feito”. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 35). Após conversar com o imigrante alemão, Almênio renuncia “a explosão espantosa em 20 de setembro” e quer reparar os males que causou.<sup>84</sup> Então, o controle é acionado, arrependendo-se quis voltar à ordem (Imperial), à família e à ideia de Deus que seus pais o ensinaram.

---

<sup>84</sup> Ao ser convencido após sua guerra interna, advinda das paixões sobre ser ou não republicano pelo imigrante alemão, percebe-se que o personagem alemão traz na narrativa de Caldre e Fião um fator de regeneração e progresso. Ver Lazzari (2004).

Almênio encontrava-se em Viamão, apeia em um cemitério improvisado dos republicanos. Sentia-se com o coração aliviado e passou em revista a sua vida:

Quanto devo a meus pais que insuflaram em meu coração o amor da virtude quando apenas entrava o limiar da existência! Em vão, ainda hoje, o bafejar do crime tem pretendido fascinar-me; imune conservado me tenho do pêgo voraz dos vícios e sinto o modicar da alma nessas impressões, que geram desconhecidas emoções. Mas o amor da *pátria*! Esse sentimento me era estranho, fez-me tantas maganguices, negaceando-me na órbita de minhas ações juvenis que arrastou-me ao lavacro do foco revolucionário e me deixou entregue à sua torrente ruidosa; desde então estabeleceu-se uma reação, partindo do sentido íntimo ou moral, que tem lutado com vigor as sensações externas causadas pelo prazer da guerra, dos desastres e da morte. Meus irmãos [...] Por que não vos reunistes como um só homem para esmagar com mão de ferro aquele que ousou concitar-vos à guerra civil? [...] prometo sacrificar minha vida à grandiosa obra da *pacificação da província*, para que a frondosa árvore da prosperidade espalhe numerosos e não exíguos ramos por todos os seus pontos. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 37-38).

A reconversão do personagem Almênio à ideia da ordem é total. Ao recusar suas posições, Almênio compreendia que estar ao lado dos rebeldes era estar do lado do vício e do crime. E quando ele não tinha amor à pátria foi que esteve do lado dos revolucionários. Mas logo acendeu em seu peito o amor à pátria. Almênio passou-se para o lado imperial e convida a todos a terminarem com a guerra civil. Assim, os exemplos de bondade e ordem recuperam o personagem Almênio para o interior da paz e da pátria. Almênio muda de um polo ao outro da guerra ao longo da narrativa. Portanto, o personagem Almênio descobre os males da rebeldia política, moral e familiar e retorna ao *status quo* anterior.

Para o narrador, um dos motivos da espantosa explosão foi que “a gente baixa da *campanha* obedece cegamente ao chefe que a guia ao combate, sem importar-se com a cor política do *partido* que ele segue”. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 40). Almênio abandonava a causa da República do Piratini, pois seus pais a reprovavam. Assim o narrador analisa a Farroupilha:

Se eu pensar como filósofo não direi uma palavra; mas como Legalista direi: *que ele fazia muito bem*; e como Republicano: *que ele era um traidor, um passado*. Mas Almênio está de bom humor comigo; eu sou filósofo e não partidário das dissensões civis que dilaceram as entranhas de minha pátria. Julgai vós, leitores, o que quiserdes de seu procedimento. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 42).

O narrador quer mostrar sua imparcialidade como filósofo. Contudo, acredita que dependendo do ponto de vista, poder-se-ia mudar a opinião sobre a revolução. Tal imparcialidade é um requisito da nascente historiografia. Todavia, ao colocar-se como filósofo, mesmo assim, posicionou-se contra as dissensões civis. Em *A divina pastora*, o narrador interpreta a Farroupilha como um acontecimento desagregador da vida moral e social e

contrário à nação em construção. Porém, para fornecer à sua narrativa um caráter descritivo, avisou que o julgamento dos fatos cabe ao leitor. Da revolução de 20 de setembro de 1835 que devastou os campos da Província, escreveu: “Não farei dela a história; direi em definitivo: a razão condena os *partidos* que em uma reunião social tendem a disseminar a desordem e com ela a desconfiança que destrói os laços da fraternidade”. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 45).

Ao afirmar que não pretende fazer história da Farroupilha a partir de seu romance, direta ou indiretamente, o narrador acaba seguindo os pressupostos do IHGB. Contudo, em possibilidade, inicia uma problematização do veto à ficção, isto é, ao deslocar o seu romance da história, cria um espaço ficcional para poder inventar um mundo possível para além da memória do período. Porém o sentido da Farroupilha, em seu romance, acaba sendo o mesmo das memórias históricas do período. E seu moralismo, suas lições, indiretamente reatualizam o veto em seu romance. Um moralismo que é, em certa medida, construído a partir de uma noção de respeito a valores (cristãos) e ao passado (imperial). Em seu romance tanto os valores como a reconstrução do passado constroem um imaginário do Brasil imperial.

O romancista deu dois motivos para a tal explosão espantosa. Por um lado, o povo excitado por líderes brutos ambicionava do governo soluções que abrandassem os ânimos, todavia o povo aguardou inutilmente e a corrente da insatisfação cruzou sobre a reação dos políticos. Por outro lado, “alguns caudilhos antolhavam um futuro cheio de esperanças, de ouro e glória individual, e muito poucos o da verdadeira glória da Pátria”. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 45). Para o narrador, os republicanos colocaram à frente do bem social o individualismo o que, em seu entendimento, sempre trouxera anomalias sociais. Iniciada a revolução, os republicanos tiveram que mantê-la e fizeram a sua independência sendo amparados, nesta guerra, pelos vizinhos platinos, a quem o narrador considerava ambiciosos e desleais.

Não pertencendo mais ao exército republicano, Almênio foi a Porto Alegre cortejar Edélia. Contudo, não foi bem recebido por sua prima, pois ela era contrária a revolução de 20 de setembro. No pequeno diálogo que mantiveram, o futuro amor dos dois tornou-se impossível, pois a Farroupilha interpôs-se entre os dois e impediu a sua união. Numa conversa rodeada pelo mate, assim Edélia falou ao primo:

Homem iníquo! Eu te horrorizo e detesto teu hálito de desumana fera! Quando as gerações vindouras lerem os anais de nossa história encontrarão uma página de sangue e teu nome escrito em caracteres de infernal invenção. Teu crime parece desnaturar-se aos olhos da natureza. Eu não sou tua prima! [...] Não posso perdoar crimes de lesa-pátria! (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 58).

Estar ao lado dos rebeldes, em *A divina pastora*, é estar do lado do crime que coloca sangue na história da nação e, além disso, um crime tão grave que a personagem Edélia rompe o laço afetivo e o futuro matrimônio com Almênio por causa de seu crime de lesa-pátria, ao qual ele participara como republicano. Contudo, Almênio (re)convertido à vida justa, a ordem imperial, respondeu: “Tendes razão, minha prima, disse ele. Folgo ter renunciado o título de *farroupilha*. Irreflexões me arrastaram e justamente sou réu no tribunal de vossas convicções”. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 60). Portanto, a Farroupilha, controlada textualmente, interdito um relacionamento amoroso. Política, guerra e relações afetivas se entrecruzam no romance. Neste momento do romance, o narrador reflete sobre sua escrita e como se explica o passado:

Alguns historiadores têm querido que o clima só por si forme o Rio-Grandense tão austero em costumes, tão forte e constante nos combates, tão bom e fiel na sociedade e tão vingativo e implacável inimigo quando é ofendido, como ele é atualmente descrito por todos os estrangeiros que têm observado seus hábitos e seus usos e que têm atravessado as plagas que ele habita; *mas, quanto a mim, que já me considero com algumas propriedades e quesitos necessários ao historiador*, suponho dever atribuir-se muitas dessas coisas à sua alimentação e educação moral. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 80-81).

Justificando suas afirmações históricas e a frugalidade do rio-grandense, o narrador usa como exemplo as lições da história antiga: “Pompeu, vendo os soldados de César sustentarem-se de raízes agrestes, dizia: *Eles são uns animais selvagens*; mas veio um tempo em que chegou a conhecer que eles eram verdadeiros *homens*” (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 81). E desta passagem da história antiga retira a seguinte conclusão: “A primeira virtude é o desprezo a vida, a segunda a redução das necessidades dela”. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 81). E no presente quem segue essas lições da história são o rio-grandense: “Despidos de todo o luxo que enerva os membros de um Estado, o Rio-Grandense acha recursos imensos em sua frugalidade e costumes simples”. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 81).

História *magistra vitae* e um narrador de romances com propriedades de historiador se unem. Em *A divina pastora* não são só as lições da história antiga que acionam o veto à ficção, as lições da história cristã também. Para avançar a explicação em seu romance, a ficção deve-se fazer pela história. A história dos exemplos passados (não os historiadores) não deve ser questionada. Considerando-se um historiador, isto é, considerando-se com os mesmos atributos de um historiador, o narrador entendeu-se guarnecido para narrar a Farroupilha. Ficção fez-se lições de história, isto é, a história e suas possíveis causas

delimitaram o romance *A divina pastora*. O narrador observou que o clima e a geografia foram usados nas explicações dos historiadores como base do esclarecimento sobre os acontecimentos rio-grandenses. Contudo, o narrador do romance, igualmente historiador, propõe que também a alimentação e a moral são as bases da explicação.<sup>85</sup> E justificou tal assertiva com um exemplo da história antiga.

Chaves (1992, p. 16) acredita que “o romance de Caldre e Fião é essencialmente *romance histórico* [...] mas no sentido talvez mais moderno da problematização da história à luz da ficção”. Mas creio que seria o contrário, isto é, a história (antiga e cristã) controlando a ficção do romance. No caso de *A divina pastora*, ao invés de a ficção problematizar a história, parece o caso de a história controlar a narração da ficção no romance no sentido de a história não apenas orientar uma cronologia da narração fatos, mas no sentido controlar o próprio sentido dos fatos do romance.

Enfim, “o ensanguentado dia 20 de setembro de 1835 em que a revolução começou os seus furores sob o mando do Coronel Bento Gonçalves da Silva”. (CALDRE E FIÃO, 1992, p. 174), dia em que irmãos e amigos se amaldiçoavam mutuamente, terminou por impedir de vingar os sentimentos dos primos. Dessa forma, a partir do imaginário imperial e no conflito interno da consciência cristã de Almênio e Edélia se desenvolveu o ensanguentado 20 de setembro. Ao fim, Almênio não conseguiu permanecer na desordem republicana que a consciência cristã desautorizava. E tal consciência moral o levou a defender o império e a jovem nação. Edélia, a própria consciência da nação contra crimes de lesa-pátria, é a virtude do Império. O imigrante Hendrichs, com exemplos e lições das revoluções passadas, mostrou o que, na visão do narrador, seria o melhor caminho a ser seguido politicamente: respeitar a ordem, a fé cristã e a unidade do Império. *A divina pastora* mostrou mais que guerras ou eventos militares. O texto criou uma representação sobre o ensanguentado 20 de setembro em que dilemas morais, exemplos, a pedagogia cristã do narrador e amores ceifados por escolhas políticas se desenvolveram no cotidiano dos personagens.

Quatro anos depois, Caldre e Fião lançou em 1851 o seu segundo romance: *O corsário*. Este livro, à semelhança do anterior, “também se eclipsou em prolongado sumiço”. (REVERBEL, 1992, p. 238). Guilhermino César reencontra o livro em 1954. *O corsário* veio a lume em folhetins, no jornal *O Americano*, do Rio de Janeiro, a partir de janeiro de 1849. Em 1851, sairia a sua primeira edição em livro. *O corsário* tem como paisagem de sua

---

<sup>85</sup> No caso da explicação da Farroupilha, somente quarenta anos depois Assis Brasil, no segundo capítulo desta tese, usara a alimentação e a moral como explicação da revolução, mas diferentemente de Caldre e Fião, Assis Brasil escreveu envolto nas filosofias da história.

narrativa a vila de Tramandaí, São José do Norte, Pelotas, Viamão, Gravataí, Capivari, Itapuã, Tapes, Pedras Brancas, Bagé, Santo Antônio da Patrulha, Mostardas, São Francisco de Paula e Porto Alegre. Também, o ensanguentado dia 20 de setembro é o tempo de sua narrativa. Ademais, *O corsário* é narrado de forma diferente na comparação com *A divina pastora*, pois, se nesse romance suas opiniões eram explícitas, naquele o mesmo não ocorre.

O romance começa com uma descrição do ambiente. Este tipo de procedimento foi comum em muito dos romances românticos do século XIX. Tomou um acontecimento como o iniciador da intriga, que era corriqueiro nas praias sulinas, o naufrágio de barcos próximo de Tramandaí. Vanzini, que saíra fugido de Veneza,<sup>86</sup> naufraga em Tramandaí, sendo resgatado por Maria, filha de pescadores, que por ele se apaixona. Mas ele a engana. Vanzini era corsário desde as guerras cisplatinas e tinha um circuito de proteção em São José do Norte e adjacências, em particular com Matias. Maria, personagem virtuosa, foge com Vanzini e a família sai em perseguição a ambos. Quando Vanzini é finalmente desmascarado em suas intenções, Maria recupera sua virtude e vem a amar um honrado vaqueano, João Martinho. O romance centra-se no triângulo amoroso entre os personagens Maria, João Martinho, vaqueano, e o italiano Vanzini, o corsário.

O romance narra a história dos moradores do litoral, o seu cotidiano e a subsistência que dependia de uma intrincada relação econômica com corsários e política com os revolucionários. A família de Filipe, pai de Maria, morava em Tramandaí e sobrevivia dos despojos de navios naufragados em Tramandaí. Além disso, Filipe comandava esse negócio e em sua habitação moravam seus empregados, entre eles, João Martinho. Matias, pai de Manoelzinho, foi o mais importante contrabandista em São José do Norte.<sup>87</sup> Era ele que tinha os contatos econômicos e políticos com os corsários e os revolucionários. As duas famílias, a de Filipe e Matias, eram amigas e tinham negócios conjuntos.

Filipe envia uma carta para Matias, em que conta que está apoiando uma sociedade política que se estabelecera em Porto Alegre, sob o comando de um velho general do Estado Oriental, e que tem por fim “um pacto com alguns de nossos patrícios, a bem de formar-se uma federação entre esta província e aquele Estado”. (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 61). Na carta, Filipe pede que Matias participe deste plano. Matias lê a carta e dá um grito:

---

<sup>86</sup> Vanzini vem à América para fugir de uma vingança, pois estava jurado de morte por uma família aristocrata veneziana. Vanzini seduziu e desonrou Anita Pompili, que comete suicídio. Seu irmão, Giacopo Pompili, que quando chegou a Tramandaí virou um agregado de Matias, veio atrás para matá-lo em vingança à desonra.

<sup>87</sup> Sobre o contrabando em *O corsário*, ver Tomasi (2007, p. 75-77).

Uma revolução! [...] é um manancial de riquezas para os contrabandistas e para todos aqueles que sabem aproveitar-se da perturbação e da desordem das famílias. Quanto dinheiro emprestado a troco de hipotecas de bens, cujo valor sobe às vezes a dois mil por cento!... Quantos contratos com o governo, quantas conveniências particulares, e quantas com os agentes das administrações militares!... Oh! Tudo isto são lucros incalculáveis; são lucros que podem tornar-me o mais rico dos homens, que podem aumentar a minha consideração social a ponto que todos dependam de mim, e que sem mim não possam viver. (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 61).

A Farroupilha novamente encontra em um romance de Caldre e Fião o sentido da desordem social e familiar, em que a vantagem individual e o lucro fácil e manipulador adquirem o sentido do que seria a Farroupilha. Não haveria ideais por que lutar no movimento revolucionário; apenas a pretensão de se tornar rico como um fora da lei enquanto contrabandista.

Matias recebe a notícia de que os caramurus estavam animados, que Silva Tavares virou comandante superior da Guarda Nacional. Matias perguntou a seu interlocutor se Bento Gonçalves não é mais amigo do presidente Braga e este lhe respondeu que o presidente virou a casaca e era, agora, caramuru. Logo que soube disso, Matias foi ao encontro de Bento Gonçalves. Encilhou o cavalo e partiu rumo a sua estância. Bento Gonçalves, com sua afabilidade costumeira:

Era um homem de estatura regular: sem ser gordo, o seu corpo não era contudo muito delgado. A sua presença agradável atraía desde logo a simpatia dos outros; simpatia que se vigorizava com o seu trato e maneiras delicadas. Ele não parecia um oficial de guerrilhas acostumado ao trato grosseiro dos gaúchos, e à cavalheirosa altiveza dos *monarcas*, mas sim um homem educado nos salões polidos e magníficos das cidades; o seu espírito ativo e a sua sagacidade própria supria bem as estudadas ilustrações que se adquirem nas escolas. A estratégia lhe era conhecida, e se ele não tinha na arte da guerra os conhecimentos matemáticos que soem fazer um hábil general na velha e carcomida Europa, a prática lhe havia ensinado mais do que era preciso a um soldado da América [...] ele era também insuflado pelo santo fogo do amor a pátria; tinha-se desde os seus primeiros anos empregado no serviço do país contra as repúblicas vizinhas. (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 76).

Bento Gonçalves afirmou a Matias que o irá proteger das perseguições de Vanzini, uma vez que ele se dedicou à causa da pátria. Bento pediu que se reunissem homens na costa e os levasse a Viamão, que prestariam um grande serviço ao país. Matias perguntou que lucro teria com isso. Bento Gonçalves lhe responde que os lucros seriam muitos, tais como: a glória das gerações futuras; quando os grilhões da tirania e do despotismo aprisionam seus patrícios ele plantaria a árvore da liberdade e os defensores da liberdade não morrem, vivem na lembrança eterna dos povos. Contudo, Matias polidamente o rebateu, querendo saber de que serve essa coisa que nunca morre, dizendo que o que importa era ganhar dinheiro para deixar para os filhos. Bento Gonçalves o retrucou afirmando-lhe que um homem não se reduz a si e

sim à sua pátria, sua grande família, e que a pátria não poderia ficar abandonada à mercê de tiranos. Matias abanou a cabeça e disse que se fossem somente os lucros não teria dúvida. Porém no fim concordou em participar dos planos de Bento Gonçalves, pensando nos lucros que poderia auferir.

Matias encontrou seu amigo Pedro Joaquim em Pelotas e lhe falou do plano revolucionário. Contudo, aquele desaconselhou Matias a participar da revolução. Entretanto, diz a seu amigo alfaiate que

para um homem enriquecer não a nada como a revolução. Olhe: os assaltos de uma cidade; a emigração dos proprietários; a falta de ordem nas escriturações das repartições públicas; os roubos aos particulares; e por fim compram-se casas baratas; empresta-se dinheiro aos enforcados; negocia-se à grande com a nação, e aí é que temos mel aos potes: o que vale cinco, mete-se por vinte e cinco; e assim é o mais [...] É pescar nas águas turvas: os peixinhos estão tontos, caem que é um gosto. (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 83).

A Farroupilha é rerepresentada no romance *O corsário* como uma oportunidade de assaltos, roubos e falcaturas. O lucro fácil, a falta da moral cristã das pessoas é o que mostra o narrador. A desordem reinaria através dos revolucionários. Assim, no momento da construção da nação brasileira, a Farroupilha era significada como a desordem, a baderna uma revolução sem princípios em que apenas aproveitadores e ladrões poderiam ser beneficiados com ela.

A Província inteira sabia que Matias aderiu à causa revolucionária. Contudo, sua esposa, Mariana, não queria que ele participasse da maldita revolução. Ela recebe uma carta de Bento Gonçalves. Este, sabendo que seus planos com Matias foram descobertos, declarou que Matias e ele nada combinaram nem entraram em negócios juntos e que faria uma reparação se ela achasse necessário, até mesmo mandando publicar em jornal uma reparação. Exclamou Mariana que a carta não era verdadeira, mas era precisa. Matias cometeu: “a grande falta que um pai de família pode cometer, quando se extravia de suas ocupações lícitas, para cuidar em fomentar a intriga dos partidos, ou servir a meros caprichos pessoais que sempre arrastam após si medonhos males sociais”. (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 131).

Algum tempo depois, as famílias de Matias e Filipe se encontravam juntas. Por indiscrição de Matias, toda a Província já sabia do plano de Bento Gonçalves, o que gerou reações políticas. Querendo ocultar seu plano, Bento enviou uma carta à Matias na qual exigia, para tentar ocultar sua revolução, que este fosse embora da Província com sua família e não voltasse até segunda ordem e se não obedecesse suas ordens, sua vida e a de sua família estariam em perigo.

Procurando novas formas de lucros fáceis como corsário, Vanzini encontrou com Simplício, um velho amigo, que lhe informou que Matias havia partido da Província, que Filipe ficou com suas posses e encarregado de, em segredo, juntar homens para a revolução. Bento Gonçalves, contudo, ficou sabedor de sua história de corsário e de sua fuga com Maria e o considerou indigno de pertencer à revolução. Vanzini ficou contrariado, pois não conseguiria tomar o comando da esquadilha da república.<sup>88</sup>

Era este o tempo em que o presidente Braga já havia evacuado a província, e em que o valente coronel Silva Tavares havia debandado a sua força, e se retirado para o Estado Oriental do Uruguai. A província estava toda entregue aos revoltosos; Bento Gonçalves gozava os louros do seu triunfo. (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 197).

Após o início da revolução, a narrativa avança quatro anos no tempo. Filipe, sua família e seus agregados, que no início apoiaram a revolução, agora estão contra a desordem social que ela provocou:

Quatro anos se têm passado, e tantas letras foram escritas pela mão do tempo na vida destes pobres habitantes da costa do mar. As lutas que desolaram o interior da província aí vieram refletir as suas tristes cenas. Todos os pobres pescadores habitantes das areias se têm ressentido delas. As cidades bloqueadas, fortes alevantados em Itapoã, os combates diários têm destruído e enfraquecido o comércio, e enfraquecido a navegação para o porto do Rio Grande: por isso raros navios têm naufragado na Costa; bem raros e insuficientes para sustento de todos os seus habitantes. Verdade é que Filipe tem a administração da casa de Matias, donde alguns rendimentos estão à sua disposição. Mas ele, escrupuloso em demasia, não lança mão deles; sofrerá antes a miséria do que abusar do tesouro que lhe é confiado. Filipe está na miséria; sua família sofre, e os seus amigos ainda mais do que ela. (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 21).

Passados esses anos, Filipe se perguntou “e que faremos no meio das desordens?” (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 221) e diz a seus agregados: “eu meti-me na revolução, e sou hoje vítima dos negros resultados que ela nos deixou”. (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 221). Falou de seu arrependimento de ter sido agente da revolução e que entrou nela

porque era incauto, e não sabia então que os rebeldes e os revolucionários são, a mor parte das vezes, ou sempre, especuladores miseráveis, a quem nada importam as

<sup>88</sup> Vanzini não conseguiu comandar a esquadilha marítima farroupilha, mas acabou trabalhando sob as ordens de Garibaldi: “As incursões políticas, isto é, o curso que Vanzini faz na *Lagoa dos Patos*, debaixo das ordens de Garibaldi”. (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 218). E prossegue o narrador: “Contava-se ainda mais, como cousa certa, que um dos companheiros de Garibaldi, que com ele tinham feito as mais infames piratarías na *Lagoa dos Patos*, era o que comandava e o que dirigia a reunião. Algumas das famílias que existem ainda por aí queixaram-se amargamente de se verem expostas a visitas desses ladrões, aves de rapina que levavam consigo quando encontravam, ainda mesmo dos mais pobres” ou “porque Vanzini servira com Garibaldi, e porque ele era, como Garibaldi, um homem amigo da pilhagem... e o é ainda!”. (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 256).

desgraças da pátria, as lágrimas das mães, os gemidos dos órfãos; enfim, a miséria de todos. Um desses desvairados devia ser considerado como o maior inimigo da humanidade [...] Insistirei ainda recomendando o perdão para o culpado; mas fugi do revolucionário como um inimigo tentador que vos arrasta com boas palavras ao abismo insondável dos perigos. Fugi dele, porque, se ele não achar apoio, não prosseguirá em seus crimes, resignará seu peito na malvadez que nutre, sem poder derramá-la na cabeça dos outros. Eu estou arrependido [...] porque ainda desconhecia a malvadez daqueles que me incitavam. (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 222-223).

A criação do imaginário em *O corsário* se articula com os interesses da Corte imperial para a construção da ordem monárquica. A Farroupilha, que fora um movimento político-militar que tensionara as relações entre a Província e a Corte, recebe sua significação a partir desse imaginário imperial. Os rebeldes revolucionários não passavam de especuladores miseráveis, que com sua ação política e militar causam desgraça à família e a desgraça da sociedade. Os farroupilhas, como seriam todos os revolucionários, são inimigos da humanidade e, no caso concreto, da construção da ordem. Semelhante a Almênio, Filipe desilude-se com a revolução, o personagem no decorrer da intriga desenvolve uma consciência negativa dos farroupilhas e acaba por se afastar da revolução. Não sem razão, Filipe pede a todos que se afastem dos farroupilhas, pois ao se reconverter à ordem, se reencontra com a moral cristã, reinterpretando os farroupilhas como inimigos e criminosos. Onde via o futuro da Província, Filipe descobriu a maldade e torna-se arrependido de ter lutado contra a ordem, a família e a nação. Nada poderia ser mais interessante para um projeto de representação da nação brasileira, monárquica e centralista, que este entendimento em relação a Farroupilha.

Matias e sua família voltaram à Província após quatro anos de exílio e são recebidos com um almoço, quando Matias faz sua reflexão sobre a Farroupilha:

Hoje é que eu me acho enganado: as riquezas não valem nada, porque o que tudo vale são a honra e a virtude!... Foi esta a cruel lição que eu recebi em meu desterro decretado por um homem que se intitulou – *Salvador da pátria* – [...] Cuidai, pois, meus filhos em trabalhar para a honra e para a virtude, e não vos fieis jamais nesses que intituam – *Salvadores da pátria* – procuradores do povo –; porque o único motivo que os leva a isto são seus interesses... os mais vis interesses!... (CALDRE E FIÃO, 1979, p. 262).

Da mesma forma que Almênio e Filipe, Matias reavalia sua participação na revolução. Volta ao fim do romance para o lado da virtude e da ordem (imperial). Matias foi dissuadido de que a fortuna seja o objetivo da vida e aprende pelos exemplos dos rebeldes que o que importa são a honra e a virtude (cristã), e acredita que aprendeu a lição de nunca mais seguir

um salvador da Pátria (Bento Gonçalves) que só seguiu seu interesse privado e a miséria da nação.

Os dois romances de Caldre e Fião podem ser caracterizados como folhetins.<sup>89</sup> E nisso há quatro elementos principais nos seus dois romances. Primeiro o culto à peripécia. Há continuamente um episódio (quando Almênio é salvo por seu pai ou quando Bento Gonçalves expulsa Matias e sua família), em que o acontecimento sobrecarrega dominando inevitavelmente o andamento da narrativa. O segundo elemento é a digressão, que é a inserção de narrativas paralelas à principal (há inúmeras nos dois romances). O terceiro elemento é a crise moral. Em *A divina pastora*, Almênio e Francisco, em *O corsário* Matias e Filipe. O quarto elemento é o cuidado de deduzir a moral dos fatos, isto é, nos dois romances a moral cristã e a construção da ordem condenam a Farroupilha.

Na conformação do gênero folhetinesco, emerge o combate do bem contra o mal. Portanto, no fim do romance as famílias de Matias e Filipe encontram Vanzini morto por seus companheiros de pirataria e todos rezam por ele. O romance obedeceu ao plano intelectual de Caldre e Fião, o bem é recompensado e o mal punido. Além disso, mais um fato que interessa à análise: carência de organicidade, principalmente em *A divina pastora*, na conexão das várias histórias paralelas entre elas e com a principal. Há, principalmente em *A divina pastora*, infundáveis narrativas e exposições empoladas.

A ficção do romance em *O corsário*, do mesmo modo em *A divina pastora*, ficou controlada pelo imaginário moralista da história. A República e seus personagens são colocados em contraste com o projeto da construção da ordem. Os farroupilhas são bandidos, criminosos, mentirosos e vis salvadores da pátria. Quando Matias resolve se unir aos farroupilhas, é para burlar a ordem e, pela ganância, se distanciar da moralidade cristã. Em *O corsário*, permaneceram a luta do bem (Império) contra o mal (Farroupilha), a condenação da desordem no movimento revolucionário. O triunfo da virtude, tanto com Maria (salva de Vanzini) quanto em relação à nação (salva da revolução, dos rebeldes), foi construído em seu romance cujo moralismo reestabelece o primado da justiça sobre a traição.<sup>90</sup>

<sup>89</sup> Principalmente a análise de *A divina pastora* e, em menor grau, de *O corsário*, são muito semelhante com a que Candido (2013) faz da obra de Teixeira e Sousa no capítulo “Sob o signo do folhetim: Teixeira e Sousa”. Para Gomes (2009, p. 61), “Nascia assim o romance-folhetim, para *educar* e *comparar* os modos de ser na cidade e no campo, do litoral e do sertão, de forma que os escritores urbanos *ensinavam* e *explicavam* didaticamente pelos exemplos dos personagens, as qualidades e as maneiras desejadas ou não pelo pensamento civilizado para a sociedade em formação”.

<sup>90</sup> Antes de terminar este capítulo, importa mencionar dois livros. *Memórias de Garibaldi*, de Alexandre Dumas, de 1860, e *Tentativa de Independência do Estado do Rio Grande do Sul*, de Luigi Nascimbene também de 1860. Apesar de narrarem a Farroupilha diferente dos textos do controle imperial, com eles guardam uma semelhança. A Farroupilha se enquadra no contexto de construção de outras nações. Em Dumas na italiana, e em Nascimbene na uruguaia. Luigi Nascimbene foi um italiano que morou no Uruguai

Tanto *A divina pastora* como *O corsário* podem ser compreendidos como romances com um viés pedagógico, querendo instruir aos leitores da época exemplos a respeito de ética social e moral cristã, além da história como exemplo para compreender como a Província mais ao sul do Império equivocou-se com a Farroupilha.

Portanto, os romances de Caldre e Fião se articulam a um imaginário pós-independência, em que os letrados brasileiros desenvolveram uma literatura nacional que escreveria a história da jovem nação. A construção da ordem foi um vetor intelectual para pensar a ficção, para uma história e uma cultura não mais luso-brasileira, mas apenas brasileira, que permitisse conhecer o Brasil, sua geografia e sua história através do romance.

Os dois romances de Caldre e Fião e as memórias de Saturnino Coutinho e Antônio Câmara se enlaçam ao projeto da monarquia de construir a nação tanto do ponto de vista institucional, em que os letrados eram servidores do Estado, como estético-político, onde a escrita articula-se à monarquia. Política e epistemologia se uniam, pragmaticamente, na escrita desses letrados para construir a imagem da nação. O controle do imaginário sobre a

---

na época da Guerra dos 33 até a Grande Guerra em 1852. Crê-se que o autor veio para o Uruguai em exílio por sua atuação política na Itália. Era carbonário e pertenceu ao movimento Jovem Itália. Sob a inspiração do ideário mazzinista, comove-se com o republicanismo liberal e exalta o que considera espontânea mobilização popular na Farroupilha. Nascimbene se opunha à monarquia brasileira associando-a à barbárie. O autor via entre a Colônia, o reino de Portugal e o Império uma linha de continuidade, a mesma política absolutista, antiliberal, antidemocrática, escravista. Na face oposta do terreno, estavam os milicianos sul-rio-grandenses, dispostos a lutar com valentia e liberdade, como um espelho do movimento Jovem Itália. Na leitura de Nascimbene, a Farroupilha somente pode ser analisada no âmbito do processo de descolonização do Prata e de emergência de nacionalidades com limites físicos e simbólicos. Após isso, percebe-se que a intriga de seu livro: “a finalidade desta obra é de lançar luz sobre os fatos, pelo menos os principais, da guerra rio-grandense, e utilizá-los para ajudar a resolver a questão dos limites, que embora paralisados atualmente por causas acidentais, O Império e os Governos do Prata devem fixar. Guiados portanto por esta dupla finalidade traçamos o plano da obra”. (NASCIMBENE, 2009, p. 81). Dessa forma, sua narrativa sobre a “tentativa de independência” surge como uma forma de entender e solucionar o problema do Tratado de 1777 e o limite e a fronteira entre o Império Brasileiro e o Uruguai. Nascimbene (2009, p. 220) em sua escrita, semelhante às memórias históricas imperiais, fez considerações sobre como escrever a história. Para ele não lhe caberia escrever a história, algo que a futuros historiadores deveriam fazer, Nascimbene quer apenas apontar a índole dos povos e apontar fatos que a tirania quer manter escondido. A outra narrativa deste período é as *Memórias de Garibaldi* de 1860. Diferentemente das memórias históricas, em que os autores forneciam documentos, provas da sua argumentação, esta memória foi escrita em parceria com um grande literato francês, Alexandre Dumas. A memória conta a vida do italiano Giuseppe Garibaldi. Mazzinista é participante, assim como Nascimbene, do movimento Jovem Itália. Garibaldi expulso da Itália, acabou vindo para a região do Prata, da onde partiu para formar a marinha da República Rio-Grandense. Em suas memórias as recordações, em sua maioria, são de consagração aos líderes da Farroupilha, homens cheios de virtude e atitudes heroicas, personificam, como em Bento Gonçalves: “um verdadeiro cavaleiro errante do ciclo de Carlos Magno, [...] vigoroso, ágil, leal como eles, verdadeiro centauro montando um cavalo, como só terei visto fazê-lo o general Netto, o modelo acabado do cavaleiro”. (DUMAS, 2011, p. 67-68). Também, contrariando a narrativa de Caldre e Fião sobre a desordem da Farroupilha e ambição pessoal dos seus líderes, narra: “Movido não por particular ambição, mas no ideal de todos os filhos daquele povo guerreiro”. (DUMAS, 2011, p. 69). A intriga que percorre toda a sua memória e revela a dimensão política de seus atos é: “Eu, que jamais abriguei senão uma ideia, um amor, uma paixão: a pátria”. (DUMAS, 2011, p. 85). Mais especificamente sobre sua passagem na República Rio-Grandense, expõe que lutou contra seu principal adversário político desde os tempos da Jovem Itália: “Na América, eu servi – e servi sinceramente – à causa dos povos. Assim, fui o adversário do absolutismo”. (DUMAS, 2011, p. 107).

Farroupilha também aí se iniciava. Tanto nas memórias históricas como no romance, a ficção ficou maleada pela construção da ordem. A criação ficcional, com a disciplinarização da história e com caráter testemunhal do romance romântico, ficava então duplamente controlada, pois, se de um lado, havia o controle político institucional a partir de um projeto de construir a nação, do outro lado, o romance e a historiografia se articulavam com as instituições monárquicas para o controle do imaginário. Enfim, a Farroupilha estava com sua narrativa parcialmente traçada, enquanto essas instituições e esse controle do imaginário fossem mantidos.

Ainda nesse período histórico, foram eliminadas as insurreições e a ameaça de desmembramento do Império, ficando tangível a força da centralização. No decênio de 1860, com a volta do Partido Liberal ao gabinete e à câmara, retornaram-se as reivindicações por descentralização e maior autonomia para as Províncias.<sup>91</sup> Entretanto, as exigências por descentralização e, às vezes, por federalismo, ficaram mais intensas e foram vencedoras com a acolhida da República federalista em 1889. Portanto, o próximo capítulo vai tratar dessas mudanças e como em meio a elas foi escrita a Farroupilha.

## **CAP. 2 A Farroupilha: entre o apogeu e a crise do Império**

Após o período de consolidação do Estado imperial brasileiro, de 1831 a 1850, entraria-se no período denominado o apogeu da monarquia, de 1850 a 1875. O poder do Partido Conservador desdobrou-se até 1853. Desse ano até 1862, prevaleceu a política da Conciliação, depois na sequência veio uma temporada liberal até 1868. Dom Pedro II em 1853, tendendo a revogar a supressão dos liberais do poder, levou ao gabinete um político do Partido Conservador que se delineava a suplantar os conflitos políticos que cindiam o Império desde 1831. Este político era Honório Hermeto Carneiro de Leão, marquês do Paraná. Falecido em 1856, sua arquitetura política ficou incompleta.

A Conciliação, mesmo que de reduzida duração, transformou a estabilidade do campo político-partidário que se deslocou no sentido de robustecer politicamente o Partido Liberal. Em 1862, foi concebido um novo partido que reunia liberais moderados e conservadores dissidentes, a que se deu o nome de Liga ou Partido Progressista. Concomitante ao fim das

---

<sup>91</sup> Mas havia: “certa ilusão de ótica nessa crítica à centralização. O poder do Estado era em parte ilusório. As autoridades locais, como os delegados de polícia e os comandantes da Guarda Nacional, eram nomeados pelo governo central, mas sempre em entendimento e em benefícios dos chefes políticos locais. Tratava-se não tanto de um controle do governo como de um acordo tácito com grupos dominantes locais”. (CARVALHO, 2012, p. 102).

insurreições e do temor da divisão do território, começaram embates sobre o caráter do sistema político. Liberais, progressistas e, após 1869, os radicais, principiaram a questionar diversas particularidades das instituições monárquicas. Só não questionavam o centro das instituições: a própria monarquia. Entretanto, essa dinâmica da vida política cessou-se, por um evento começado no fim de 1864: A Guerra do Paraguai: “Prolongado-se conflito, o imperador julgou necessário chamar ao poder os velhos conservadores, a cujo grêmio pertenciam os políticos mais experientes e os melhores oficiais. A mudança se deu em 1868 e causou um pequeno terremoto político”. (CARVALHO, 2012, p. 105).

O Império do Brasil investiu contra o Uruguai, com a anuência da Argentina, e conduziu ao governo daquele país o general Venâncio Flores. Francisco Solano Lopez, presidente do Paraguai, com a ocupação brasileira deu ensejo a colocar em prática sua política regional. Em defesa do Uruguai, deu início às hostilidades contra o Brasil, que por fim acabou envolvendo a Argentina e o próprio Uruguai.

O Brasil sustentou a maior parte das despesas da guerra tanto em soldados como recursos financeiros. Para Carvalho, somente a disposição de D. Pedro II conservou o exército na guerra até a ruína de Solano Lopez. Os resultados para o erário brasileiro foram calamitosos. As decorrências políticas da guerra igualmente foram nocivas:

Preocupado em ter um gabinete afinado com o comando militar, então nas mãos do marquês de Caxias, que era membro do Partido Conservador, o imperador chamou ao poder esse partido quando a Câmara era dominada por progressistas e liberais. A mudança era constitucional, mas no ambiente reformista da época foi acusada de golpe de Estado. Golpe ou não, a tendência que se desenhava no sistema partidário de enfraquecimento dos conservadores foi revertida, voltando-se à antiga divisão bipartidária. Parte dos progressistas voltou ao Partido Liberal, outra criou o Clube Radical, que fiel a seu nome radicalizou as propostas de reforma. (CARVALHO, 2012, p. 106-7).

Nesse período, os novos liberais e os radicais colocaram pela primeira vez a questão da eliminação da escravidão em seus programas partidários. A própria Guerra do Paraguai colaborara para essa transformação. O Partido Conservador, ao voltar ao poder em 1868, enterrou a discussão da abolição, contudo os grupos liberais e radicais resgataram a questão da abolição ao fim do conflito.

Outra decorrência do conflito com o Paraguai foi o início de um espírito de corporação entre os oficiais do Exército. No ano do fim da guerra, em 1870, foi fundado o Partido Republicano. O manifesto do partido modificava a exigência de descentralização em declaração de federalismo. Contudo, a matéria mais controvertida após 1870 foi a “questão servil”.

Nesse novo contexto do Império brasileiro e passado mais vinte anos do lançamento de *O corsário*, vem a lume, em 1870, o romance *O gaúcho*, do escritor cearense José Martiniano de Alencar, nascido em Mecejana, Ceará, em 1º de maio de 1829. Em 1838, sua família transferiu-se ao Rio de Janeiro. Seu pai, José Pereira de Alencar, foi senador do Império e duas vezes presidente da Província do Ceará. José de Alencar formou-se, em 1850, em direito na província São Paulo. Iniciou trabalhando no jornal *Correio Mercantil*<sup>92</sup> no começo da década de 1850, depois, em 1856, transferiu-se para o *Diário do Rio de Janeiro*. No mesmo ano estreou na literatura com o romance *Cinco minutos*. No início da década 1860, elegeu-se deputado pelo Partido Conservador, depois, em 1868 tornou-se ministro da Justiça. José Alencar foi, então, sempre ligado à construção da jovem nação, tanto na vida política como na literatura.<sup>93</sup>

O romance *O gaúcho*, assim como os dois romances de Caldre e Fião, passa pela mesma questão da matização do veto à ficção da historiografia. Em notas ao fim do romance, Alencar relata as fontes que pesquisou para escrever o livro: “Quanto, porém, à revolução rio-grandense de 1835, tive de consultar os jornais do tempo, onde se acham transcritas as participações oficiais. Não encontrei, nem tive notícia de crônica ou memória histórica sobre este importante acontecimento, cuja lição não aproveitou”. (ALENCAR, 1982, p. 170).

Pelo visto, Alencar não teve acesso as três memórias publicadas. Isso reforça a hipótese sobre ter que se matizar o veto da historiografia nesse período em relação historiografia brasileira e em especial sobre a história da Farroupilha. Mas, como no período a historiografia era em seu modo a *história magistra vitae*, a história entrava no veto por essa porta, isto é, pelas lições dos antigos.<sup>94</sup> Alencar cita o livro *Apuntes para la historia de la Republica Oriental* de Sr. Pascual como fonte sobre o desarmamento em 1832 de Lavalleja por Bento Gonçalves. Tal livro também não é um livro de história, mas apenas apontamentos para a história. Para escrever sobre a cultura do gaúcho, Alencar encontrou apenas um artigo

<sup>92</sup> Para Souza (1998, p. 139), esse período inicial do escritor Alencar é muito importante para entender o futuro grande romancista. “No entanto, a obra do romancista e do dramaturgo muito se beneficiou da série do *Correio Mercantil*. Foram estes folhetins que lhe serviram como campo de provas para a experimentação dos limites do narrar e lhe ensinaram como lançar mão do discurso para divulgar e defender proposições comprometidas com as visões de mundo de determinados grupos”.

<sup>93</sup> Bosi (1992, p. 176) entendeu, a partir das relações políticas de Alencar, que o romance do escritor cearense “mostrou-se receoso de qualquer mudança social, parecendo esgotar os seus sentimentos de rebeldia ao jugo colonial nas comoções políticas da independência”.

<sup>94</sup> Para Carvalho (2012, p. 33-34), nesse período também começaram a se alterar as ideias filosóficas e políticas no Brasil. Quanto às ideias filosóficas, até a década de 1860 sobressaiu-se o ecletismo de Vitcor Cousin. Quanto às ideias políticas, predominaram até a mesma década autores como François Guizot, Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill. A partir dos anos de 1870, invadiram o país as grandes filosofias deterministas da história. Destacaram-se o positivismo de Auguste Comte, o evolucionismo de Herbert Spencer, o biologismo de Ernst Haeckel e a geografia de Friedrich Ratzel.

do colombiano José Maria Torres Caicedo. A “história” que Alencar usou está principalmente escrita em jornais. Mas parece-me que de certa forma ele tinha consciência (para sua época) desses impasses do saber histórico (nacional), pois em mais uma nota no fim do romance escreveu:

Quanto à parte histórica, o autor foi mais sóbrio do que desejava, e quiçá do que esperava o leitor; limitou-se a atravessar de relance o prólogo da revolução rio-grandense. A isso o obrigaram seus escrúpulos; trinta e cinco anos, menos de meio século, não bastam para arquivar fatos e personagens tão ligados ainda ao presente pelos vínculos das paixões e famílias. Nem todos os bustos dessa galeria são, como o de Bento Gonçalves, da classe daqueles homens que ao sair do mundo entram logo na posteridade. Muitos há cuja memória sofre uma espécie de incubação antes de pertencerem à história. (ALENCAR, 1982, p. 173).

Ele sabia que a história do passado imediato da nação brasileira ainda em construção era vetada pelo IHGB. Por isso entendia de certa forma que 35 anos era ainda um tempo relativamente curto para se escrever sobre um fato de suma gravidade para a construção da nação. Alencar acreditava que era preciso um tempo para arquivar, deixar as paixões arrefecerem. Ele entendia que era necessário incubar a memória da maioria das pessoas até poder se escrever a história, mas também em seu entendimento da história, os “grandes homens” não precisavam desse tempo. Eles já eram história, e esse era o caso de Bento Gonçalves, pois, os grandes homens estão acima das paixões do seu tempo. Como os grandes homens do passado, Bento Gonçalves forneceria as lições da história imediatamente ao seu desaparecimento, ao presente e ao futuro, assim compreendia Alencar.

Quando Alencar lançou o romance *O gaúcho* já era reconhecido e famoso escritor nacional. Era a época de uma literatura nacional orientada à designação dos componentes basilares da cultura nacional. Alencar, então, narrou aos leitores a formação nacional das várias regiões do Brasil e:

Esta intenção cultural surge em conjunto com uma necessidade política da jovem nação de construir a sua imagem, de encontrar em sua História valores autóctones formadores da cultura brasileira. Assim inicia-se dentro do movimento literário romântico uma tendência que se propõe a mapear os modos de viver regionais, tendo José de Alencar como o intelectual que conduz este pedagógico projeto nacionalista que visa apresentar os costumes, o linguajar e o comportamento típicos dos habitantes de outras regiões do interior do Brasil, aos brasileiros da Corte e vice-versa. Alencar manifesta muita consciência quanto ao seu papel [...] demonstrando o quanto se sentia historicamente envolvido no esforço de construção da identidade nacional via Literatura. (GOMES, 2008, p. 40-41).

É nessa atmosfera que surge *O gaúcho*. Logo, os distintos modos de ação de Alencar em benefício de um idioma literário nacional, incluem a sua reflexão a propósito da literatura,

o seu procedimento de criação literária e o significado de sua obra para a jovem identidade brasileira.<sup>95</sup> Além do mais, os painéis dos romances seriam, no conjunto da obra alencariana, uma figuração da própria formação brasileira. O projeto literário alencariano aspirava registrar todo o país e seu legado é menos os personagens que as regiões tornadas literárias.<sup>96</sup> Em *O gaúcho*, Alencar colocou a ficção na articulação com o imaginário imperial.

O romance *O gaúcho* começa por uma descrição da natureza. O narrador descreve como melancólicos e solenes os vastos campos que margeiam o rio Uruguai. A paisagem é erma, imóvel, de profunda solidão. O pampa é o pasmo, por toda parte a imutabilidade. O pampa, segundo o narrador, é a pátria do tufão. Passa a borrasca sem deixar vestígio, “a savana permanece como foi ontem, como há de ser amanhã”. (ALENCAR, 1982, p. 14). A narrativa do romance *O gaúcho* propõe uma ligação da natureza com os seus habitantes, isto é, os animais e o homem refletem a natureza que os cerca, suas qualidades provêm da natureza. Para o narrador, cada região tem sua alma, o que impõe sua originalidade. Portanto, “A natureza infiltra em todos os seres que ela gera e nutre aquela seiva própria; e forma assim uma família na grande sociedade universal”. (ALENCAR, 1982, p. 14).

Os habitantes das estepes americanas, homens, animais ou plantas têm uma só alma pampa: “A coragem, a sobriedade, a rapidez”. (ALENCAR, 1982, p. 14). São, assim, todos os filhos do pampa. Porém nenhum espelha mais intensamente a alma pampa do que o homem, o gaúcho. Como o pampa, ele é franco, impetuoso, forte. Contudo, a civilização adulou a virgindade primitiva, “perdeu o pampa o seu belo nome americano. O gaúcho, habitante da savana, dá-lhe o nome de campanha”. (ALENCAR, 1982, p. 14).

Era manhã de 29 de setembro de 1832. Reinava o inverno e soprava o minuano. Descreve o narrador que um moço de 22 anos corria a toda velocidade na campanha. Reconhecia-se pelo traje que era um gaúcho: ponche, chiripá, botas e chilenas grossas. Vinha montado e trazia, junto a si, mais três cavalos. Para o narrador, o cavalo é a fibra mais sensível do coração do gaúcho. Na parada comia um churrasco. Seu nome era Manuel Canho.

Na tarde desse mesmo dia havia um alvoroço na vila de Jaguarão. O general Lavalleja fora batido por Rivera no Uruguai. Derrotado, foi obrigado a passar a fronteira. Em território brasileiro, o caudilho foi intimado pelo coronel Bento Gonçalves a entregar as armas. Os soldados foram recolhidos ao quartel e Lavalleja ficou hospedado na casa de Bento Gonçalves

<sup>95</sup> Notou Silveira (2009, p. 93) que “é plausível afirmar que o tema que aflora mais fortemente nessas discussões do oitocentos e do início do século XX é a nação [...] o que vem à tona é a querela em torno da poética mais adequada para a representação da nacionalidade brasileira”.

<sup>96</sup> Para Campos (1982, p. 8), “neste prisma, *O gaúcho* também se inscreve, no esforço de configurar – através da mediação da História – o espaço geográfico como signo literário que significa, recebe o caráter gráfico, à medida que é palco de feito histórico”.

esperando um destino. Em Jaguarão, o povo especulou que Bento não desarmou com gosto o caudilho. E que preferia ter feito isso com Rivera. Para o narrador (1982, p. 20),

O coronel Bento Gonçalves da Silva [...] era então o homem mais respeitado em toda a campanha do Rio Grande do Sul. Franco e generoso, bravo com as armas [...] montando a cavalo como o Cid campeador, era Bento Gonçalves o ídolo da campanha. Os homens o adoravam; as mulheres o admiravam.[...] Da influência que exercia Bento Gonçalves sobre o ânimo da população, pode bem dar uma ideia o que dizia há pouco um dos camaradas reunidos no alpendre da pousada: “Se ele não quisesse, quem o obrigava?” estas palavras traduziam a convicção daquela gente. Para os habitantes do interior, o coronel era o rei da campanha; ninguém tinha o direito de lhe dar ordens; desarmara Juan Lavalleja porque assim lhe aprouvera, como poderia protegê-lo, unir-se a ele, e marchar sobre Frutuoso Rivera. Havia então no Rio grande do Sul outros coronéis, e entre eles o veterano Bento Ribeiro, que devia figurar posteriormente na história de sua província de uma maneira tão triste [...] mas o coronel por excelência [...] era Bento Gonçalves.

Enquanto isso, em uma venda a população continuava a conversar sobre o ocorrido. Para um carneador, Bento deveria prender Lavalleja. Para outro habitante Bento Gonçalves não havia porque querer libertar a pátria, pois, dizia o popular, “as coisas vão mal; o governo do Rio não dá importância aos homens da província”. (ALENCAR, 1982, p. 20). Outro retrucou que não por falta de vontade de Montevideu a Província não se separava. Ainda outro dizia que, se não fosse o coronel, eles passavam pela fronteira como se fosse a própria casa. Para o narrador, “Eram os pródromos da revolução que devia prorromper três anos depois. A semente aí estava lançada na população, e se desenvolvia com o vento sedicioso que sopra do Prata”. (ALENCAR, 1982, p. 20). Segundo o narrador de *O gaúcho*, a origem da revolução estava na influência platina. A paisagem do livro é a fronteira: Jaguarão, Alegrete, Bagé, Uruguai, Livramento, Entre-Rios, Corrientes, Dom Pedrito, Salto, Concórdia.

Era a hora da ceia e Bento Gonçalves voltou para casa e encontrou Lavalleja nervoso a falar. O caudilho uruguaio exclamou para Bento Gonçalves: “Coronel, o senhor não é um homem!”. (ALENCAR, 1982, p. 22). Bento Gonçalves respondeu, passada a cólera, que precisaria dois castelhanos para fazer meio brasileiro. Lavalleja retrucou, voltou a insistir no mesmo ponto, porque para ele se Bento fosse homem seria o primeiro em todo o Rio Grande: “Em vez de coronel se faria General”. (ALENCAR, 1982, p. 23). Para o caudilho do Estado Oriental, o Rio Grande do Sul seria um Estado independente se Bento assim o desejasse. E o acusava de preferir tomar “mate como uma velha” do que agir como homem. Bento Gonçalves o ironizou perguntando do que valeu a divisão da Cisplatina se agora era seu prisioneiro. Respondeu-lhe o caudilho que eram as contingências da guerra, mas que não era governado por um menino de 7 anos. Bento respondeu que quem governa é a lei. O narrador

quis mostrar as diferenças de caráter dos dois líderes. Lavalleja é castelhano, portanto não é confiável; Bento Gonçalves, brasileiro, portanto, respeita as leis do país. Retrucou-lhe o caudilho que quem governa é a força ou a astúcia e finalizou dizendo a Bento Gonçalves: “o Rio Grande lhe pertence, coronel”. Por isso que o narrador só denominou de caudilho o uruguaio, pois não teria respeito à lei. Nisso, Bento ordenou a ceia. Lavalleja afirmou que não acreditava que Bento iria deixar passar tal oportunidade. Bento terminando a conversa respondeu:

Sou brasileiro; nasci cidadão do império; e assim hei de viver, enquanto houver liberdade em meu país, porque para mim a liberdade não é a burla para enganar o povo, mas o primeiro bem, que não se perde sem desonra, e não se tira sem traição. Quando eu me convencer que para ser livre, é preciso deixar de ser imperialista, não careço que ninguém me lembre o que me cabe fazer. O coronel Bento Gonçalves saberá cumprir seu dever. (ALENCAR, 1982, p. 23-24).

O romance *O gaúcho* reafirma a identidade brasileira unida à integridade do Império, e que os brasileiros lutam pela liberdade e os platinos pelo poder. O romance procurava fornecer à nacionalidade em vias de formação padrões de conduta através da ação de seus personagens. Acabou que o romance alencariano fixou-se num centramento da brasilidade que o induziu para certa depreciação dos países platinos. Sendo a tônica de *O gaúcho* e do período era a vontade em nacionalizar a literatura no século XIX, isso levou o romance alencariano a ser marcado pelas tensões sul-americanas.

Passaram a ceia. Nisso chegou Manuel Canho e beijou a mão de seu padrinho, Bento Gonçalves, e disse-lhe que queria falar em particular. Bento afirma que o faria depois da ceia. Bento Gonçalves serviu um peixe a Lavalleja. Depois, um escravo levou os pratos para a comitiva de gaúchos de Bento Gonçalves. Depois da ceia Bento e Canho, falaram em particular. Manuel Canho pediu a seu padrinho a benção para vingar-se do homem que matou seu pai. Canho diz que não se vingou antes, pois tinha que assegurar sua mãe caso ele não voltasse. Ao que seu padrinho respondeu “E Bento Gonçalves não está aqui?”. (ALENCAR, 1982, p. 24). Canho respondeu que o padrinho tinha muitos por quem olhar. Bento Gonçalves abençoou a vingança. O gaúcho beijou a mão do coronel e partiu, autorizado a vingar-se. Manuel Canho, durante toda a narração, é um personagem mobilizado pela obsessão de vingar a morte de seu pai. Canho tornou-se um solitário, amando os cavalos e rejeitando as mulheres. A mulher que é, em uma passagem do livro, mero objeto de troca num jogo de cartas, logo após torna-se uma ameaça a invadir a solidão de Canho em meio aos cavalos.

Consumada a vingança, Canho atravessou a Banda Oriental passando a fronteira em Jaguarão para falar com seu padrinho novamente. O gaúcho queria a aprovação do coronel pelo que fez. Para o gaúcho, seu padrinho era “o símbolo da coragem, da honra, da justiça, da virtude. Aquilo que ele achasse bom devia merecer a graça de Deus”. (ALENCAR, 1982, p. 71). Bento Gonçalves tinha duas estâncias em Camaquã, porém o serviço militar o retinha em Jaguarão. Muitas vezes o chamavam fora da vila ou a estâncias próximas nas quais havia “jogo forte de parada” que, para quem teve uma existência cheia de perigos, carecia das emoções desse entretenimento. Manuel Canho contou toda a história até vingar-se, isto é, matar o assassino de seu pai. O padrinho aprovou suas ações. Na saída, quando Canho beijava-lhe a mão, o coronel lhe deu uma onça de ouro. E lhe disse para comprar um presente para sua mãe e namorada.

No romance *O gaúcho*, enquanto deslizava a existência obscura e tranquila de Canho, “ensaia-se o drama terrível” que ensanguentaria<sup>97</sup> a Província e a transformaria num campo de guerra. Estava em curso o prólogo da revolução. Desde 1832, quando se realizou o desarmamento de Lavalleja por Bento Gonçalves, iniciaram-se, para o narrador, os germes de uma conspiração para espalhar a independência e a república na Província. O caudilho uruguaio concentrou energias para promover a propaganda de sua pretensão. Desse tempo data a criação de sociedades secretas que se ramificaram por toda Província sob a invocação da liberdade, mas que no fundo preparavam a revolução. Lavalleja foi a Buenos Aires, onde “obteve para o futuro estado a proteção secreta de Rosas”. (ALENCAR, 1982, p. 80). Fontoura acompanhou o caudilho em tal passagem, em que “Naturalmente assistiu ele às conferencias onde se planejou a grande Confederação do Prata, formada dos três estados independentes: de Buenos Aires sob a ditadura de Rosas, Montevidéu sob a ditadura de Lavalleja, e Rio Grande sob a ditadura de Bento Gonçalves”. (ALENCAR, 1982, p. 80).

Como já representado nas memórias e romances anteriores, há uma nítida vinculação da Farroupilha com o Prata. A revolução teria nos caudilhos platinos um suporte e um espelho. E como a revolução levou à fundação da República Rio-Grandense, semelhante às repúblicas platinas, essa ligação não passou despercebida a esses escritores. Em *O gaúcho* ainda foi-se mais longe que todos, narrando um grande projeto platino que incluía o Rio Grande. E como as repúblicas platinas eram sinônimo, para o projeto da monarquia centralista, de anarquia e desordem, tal significado aderiu no sentido da Farroupilha.

---

<sup>97</sup> Semelhante a Caldre e Fião com o “ensanguentado 20 de setembro”.

No partido que se organizava a oposição armada, “havia uma fração que era francamente republicana” (ALENCAR, 1982, p. 80), a que aspirava à independência com a Confederação do Rio da Prata. Para o narrador, o republicanismo chegou a tal ponto “que desvanecia de momento a repugnância tradicional das duas famílias da raça latina”. (ALENCAR, 1982, p. 80).<sup>98</sup> Para o narrador, não havia dúvida que Netto e Canabarro eram a alma do republicanismo na revolução. Contudo, observou que a outra fração política do mesmo partido não tinha ideias de separação e independência. Limitar-se-ia a restaurar a liberdade. Dessa parcialidade política, “era chefe incontestado Bento Gonçalves da Silva, o homem de maior influência na província, aderiram sinceramente não só liberais da campanha como a classe militar, decaída do antigo lustre com a política democrática e pacífica, inaugurada pela revolução de 7 de abril”. (ALENCAR, 1982, p. 80).

No romance *O gaúcho*, portanto, interesses ofendidos se reuniram contra um inimigo comum: a regência trina. Um governo fraco que tinha a irritação dos aliados e o desprezo dos adversários. Para o narrador, Bento Gonçalves resistiu às instâncias do grupo republicano. Por isso, “A história lhe fará justiça”, porque foi sua lealdade e o seu prestígio que contiveram a revolução há muito fomentado na população. Para o narrador, não havia no espírito de Bento uma atuação tão forte do princípio monárquico “quanto o sentimento de nacionalidade e, sobretudo da dignidade da raça. Como brasileiro devia repugnar-lhe a comunhão com os povos de origem espanhola”. (ALENCAR, 1982, p. 81). Tampouco devia passar despercebido para o coronel que a intenção de Rosas era “a restauração do antigo vice-reinado de Buenos Aires”. (ALENCAR, 1982, p. 81). Também, narrou-se que Bento foi chamado à Corte acusado de excitar à revolução. Contudo, ele nunca se aproveitou das desordens e voltou da Corte disposto a acalmar os ânimos. Entendeu-se que o coronel não defendeu a revolução e a julgava com rigidez. É importante notar a diferença do personagem Bento Gonçalves representado em *O gaúcho* em relação ao dos romances de Caldre e Fião: para estes, Bento era nada mais que um falso salvador da pátria, para aquele era respeitado, franco, generoso, bravo, um Cid campeador, o adoravam, admiravam-no, era o rei, o ídolo da campanha, brasileiro, cidadão do Império, um libertador, conteve a revolução dos radicais, um monarquista com o sentimento de nacionalidade e dignidade da raça, não era revolucionário e um dia a história lhe faria justiça. Não obstante, a narração para com a Farrroupilha foi diferente e na escrita de *O gaúcho*, o “drama terrível” (a Farrroupilha):

---

<sup>98</sup> Tal argumento sobreviveria por mais de um século e é possível percebê-lo na obra de Vellinho. Ver o primeiro capítulo da terceira parte da tese.

Não foi unicamente um crime político, um atentado à integridade do Império, foi mais do que isso, foi um grande erro que felizmente não se consumou. A separação do Rio Grande seria um sacrifício de sua nacionalidade, que brevemente ficaria absorvida, senão aniquilada pela anarquia das repúblicas platinas. Não se decepa um membro para dar-lhe força. (ALENCAR, 1982, p. 81).

Na interpretação que *O gaúcho* oferece para a Farroupilha, esta foi mais que um erro, um cálculo político infeliz contra a nacionalidade brasileira e a integridade do Império. Um golpe da anarquia platina contra a ordem imperial. Portanto, o imaginário imperial está presente no romance *O gaúcho*. Neste momento do romance, o narrador faz uma reflexão sobre sua escrita da “revolução”.

A história, superior às paixões, restabelecerá a verdade dos fatos. Não é meu propósito antecipá-la. Dessa página apenas destaco o vulto do homem que figurou como protagonista da tragédia política, em cuja cena também se representou o drama simples e obscuro que me propus narrar. (ALENCAR, 1982, p. 81).

Alencar sabia que ainda não era o momento de escrever a história da Farroupilha. Esta passagem dá vazão à hipótese de Lúcia Guimarães sobre a escrita da história no Brasil Império. Para o narrador, a história era superior às paixões, logo, superior à memória e ao romance. O narrador parece dissociar, a princípio, o romance e a verdade. Entre a história e o romance não haveria só uma diferença de gênero narrativo, mas também de possibilidade de narrar a verdade do passado.<sup>99</sup> Entretanto, creio que a citação acima faz perceber uma problematização ao veto à ficção. Creio que, por mais que haja uma “intenção historiadora” e um zelo com as fontes em Alencar, essa intenção, no caso de *O gaúcho*, é para tentar matizar a história. Para tentar escrever a verdade literariamente. Como? Ao colocar a sua forma de fazer romance como semelhante à paixão e a história como análoga da verdade (sem pretender, contraditoriamente, como romancista escrever a verdade), o narrador cria, entre a história e o romance, um espaço de possibilidade ficcional para inserir diálogos, paisagens, personagens e, principalmente, Manuel Canho, que não é um Hamlet guasca,<sup>100</sup> e sim um cavaleiro errante do pampa às avessas com sua monomania (vingança) que permite a Alencar imaginar mais livremente que qualquer outro romancista várias possibilidades de ação no enredo: seu amor por cavalos, seu desprezo por mulheres, sua honra,<sup>101</sup> sua admiração por seu

<sup>99</sup> Mesmo parecendo se distanciar da nascente disciplina histórica, Silveira (2009 p. 100-101) percebe uma “intenção historiadora” em Alencar, pois, a partir de sua imaginação transbordante, o autor cearense lidaria “cientificamente” com as fontes consultadas na preparação do romance e com historiadores seus coetâneos.

<sup>100</sup> Augusto Meyer (1958) tem essa interpretação, pois haveria um drama hamletiano refletindo o motivo psicológico do romance.

<sup>101</sup> “O mesmo sentimento de honra, estadeado em outros contextos, anima os romances históricos de Alencar”. (BOSI, 2012, p. 243).

padrinho, seu relacionamento ambíguo com Catita e sua ligação com a natureza. José de Alencar problematizou o veto à ficção da historiografia, contudo, manteve o veto do Estado-nação que fora sua limitação (junto com o projeto político que se percebe no seu romance), porém, foi dos romancistas que mais ficcionalizou em relação à Farroupilha.

Creio que Manuel Canho tem mais de um cavaleiro (errante) do que de príncipe (dinamarquês). Assim, Alencar, ao escolher Manuel Canho e Bento Gonçalves como os tipos principais, assegura a diversidade social da fala e a diferenciação das vozes individuais que florescem nessas condições. De outro modo, a monomania de Canho não impede que se manifestem aspectos contraditórios da vida sul-rio-grandense contemporânea, desde a relação com o Prata, a indefinição política da revolução, a vida guerreira e galanteadora do campo, o desprezo e a rendição às mulheres, a opinião popular aparecendo no romance e, por fim, a relação contraditória com a Corte imperial. Portanto, o romance passa aceitar tipos e a história se mescla na ficção. Os personagens dos romances de Caldre e Fião poderiam ter mais a ver com Hamlet que o gaúcho de Alencar. Há uma diferença entre as intrigas dos romances de Caldre e Fião e de o romance Alencar. Se, por um lado, as narrativas estão sob a intriga da construção da nação, por outro, divergem sobre a natureza dos personagens. Se Almênio, Matias e Filipe, ao refletirem sob o ponto de vista da lógica moral cristã, renegam o seu apoio à Farroupilha e aderem aos imperiais, isto é, os personagens puderam fazer uma escolha sobre seguir ou não com a mesma conduta política – em *O gaúcho*, isso não é possível. Pois se a natureza e o homem só têm uma e mesma alma pampeira, e esta alma pampa é o tufão, tanto o minuano quanto pampeiro, os movimentos do homem e dos animais do pampa são os mesmos da natureza pampa, que na síntese alencariana é o tufão. O tufão é forte, corajoso e renitente, assim, pois, é o pampa e tudo o que o habita e, em especial, o gaúcho. Então não há dois mundos como nos romances de Caldre e Fião, em que Almênio, Matias e Filipe puderam fazer uma escolha sobre continuar ou não na revolução. Não há nos romances de Caldre e Fião uma síntese entre natureza e homem. Os personagens têm a liberdade moral para escolher, apesar de o narrador tomar partido pela moral cristã da ordem monárquica. Em *O gaúcho* é diferente: Manuel Canho não tem opção, ele só poderia pelear por Bento Gonçalves, representante mor da alma pampa. Por isso também as vinganças se consumam em *O gaúcho* e não nos dois romances de Caldre e Fião. Não há escolhas em *O gaúcho*, o pampa é o tufão. Não sem razão Manoel Canho, ao fim do livro, desesperado, some em meio ao tufão com seu cavalo e Catita. Como se o fim da vida fosse um voltar cíclico para a alma pampa, o tufão. Canho nunca se questionou sobre a revolução, apenas seguiu a natureza. Não teve problemas de consciência, como os personagens dos romances de Caldre e Fião. Manuel Canho era

apenas gaúcho. Assim, há duas linhas de explicações na literatura: por um lado, a alencariana, que é determinística via natureza e, por outro, a de Caldre e Fião, que é a redentora. Isto é, no fim o(s) personagem(s) principal(s) volta à palavra de Deus, de onde iniciaram, retornando à ordem anterior à convulsão, à ordem original.

De volta a narrativa de *O gaúcho*, no suceder dos dias, ocorreu a demissão de Bento Gonçalves do comando do 4.º corpo de cavalaria e da fronteira de Jaguarão. Segundo o narrador, esse ato de energia teria abrandado o drama terrível se não fosse a fraqueza da regência. A exoneração de Bento foi avaliada como um desafio à revolução e, desse modo, formou-se na campanha uma convicção de que o rompimento era inadiável.

Manuel Canho soube desta notícia por um peão numa estância em Bagé, foi para casa e contou a novidade para mãe e irmã, Jacintinha. Para o narrador, todos sabiam o alcance do fato. Sua mãe logo procurou a mala de seu pai e sua irmã alcançou-lhe a roupa enquanto ele arrumou suas armas. Com tudo pronto, Canho foi ao encontro do padrinho. Bento tomava mate na varanda quando avistou o gaúcho. Canho diz que veio assim que soube da notícia, e Bento respondeu-lhe que estava procurando alguém disposto a tudo. O gaúcho diz-lhe que fará tudo de boa vontade. Canho serviu de segurança ao padrinho em suas idas a Porto Alegre, onde o coronel, além de grande popularidade na Capital, fazia seu jogo político e consumia-se nos divertimentos da capital, e nos jogos de azar.

Quem percorresse a campanha no mês de agosto de 1835 observaria certo movimento que não era normal. Pelas estradas encontrava-se a cada instante gente armada que ia se reunindo, famílias que mudavam de um lado para o outro da Província. O aspecto animado do povo era um sinal evidente da aproximação da guerra. Agitação que se propagara por toda fronteira, de São Borja a Jaguarão, mas concentrada em Piratini, onde era o ponto de reunião, onde as estâncias estavam recebendo hóspedes e peões.

No decorrer da narrativa, o coronel Bento Gonçalves mandou chamar imediatamente o gaúcho. O coronel estava irado. Dizia que não entregaria o continente ao mazorqueiro. Bento, ao ver Canho, confiou-lhe entregar várias cartas, de Rio Pardo até Alegrete, para Bento Manuel. O gaúcho encilhou o cavalo e partiu às pressas para cumprir o que ordenou seu padrinho.

Para Manuel a causa a que se dedicara era um homem, e nada mais. A afeição que recusava à sua espécie se concentrara ultimamente em um indivíduo. Bento Gonçalves se tornara para ele um símbolo, uma veneração. Tinha pelo velho guerreiro admiração profunda; e enchia-o de orgulho a ideia de estar ligado a ele por um laço espiritual. Não sabia Manuel o que intentava o coronel; e nunca se preocupara com isso. Para quê? Sua missão era acompanhar, servir, defender o seu

homem, e morrer quando fosse preciso para salvá-lo ou para vingá-lo. (ALENCAR, 1982, p. 96).

Na entrega das cartas, o gaúcho conhece Lucas e Félix e descobre que seu pai já havia lutado ao lado de Lucas no passado. Também, ele salva Catita (filha de Lucas) de um acidente, ela que no futuro será seu par amoroso. Contudo, fatos de suma gravidade aconteciam naquele tempo, pois, “o partido republicano, de quem Neto era a alma, senão a cabeça, tinha visto com intenso desgosto a hesitação de Bento Gonçalves em proclamar a república”. (ALENCAR, 1982, p. 98). Acreditavam que, com a demissão, o coronel romperia com sua resistência à revolução e, assim, esperavam os radicais, com o apoio inicial de Bento, se apoderariam do movimento.

Contudo, Bento Gonçalves esperava que a regência de Feijó repará-lo-ia dos agravos que sofreu; então, temendo perder a disposição do coronel, os republicanos resolveram precipitar o acontecimento. Foi marcada para o dia 7 de setembro a revolução e tudo se fazia, às escondidas, em nome de Bento Gonçalves. Netto<sup>102</sup> procurou reunir alguma força em Piratini. Os mais ardentes defensores da revolução chegavam, entre eles Lucas Fernandes. Nisso, Manuel Canho voltou de sua missão de entregar as cartas e Lucas foi com ele encontrar o coronel. Pois Lucas queria lutar sob as ordens de Bento Gonçalves, sua maior honra. Porém, chegando à estância do coronel, com Canho, viu o Bento Gonçalves envolvido em trabalhos rurais. Com o passar dos dias e sem perceber qualquer movimento militar, Lucas pergunta sobre a revolução ao coronel, que lhe responde: “Qual, revolução! Deixe-se disso; vá para casa e fique sossegado”. Lucas, que era furriel, não entendeu.

Em uma noite na vila de Piratini, ouve-se um homem aos gritos de “tomamos Porto Alegre”. Era Lucas Fernandes e logo a população foi à praça aclamar com entusiasmo a revolução. Para o narrador, não era de estranhar-se o desenlace dos acontecimentos que chegavam a Piratini, porque depois de 7 de setembro “alguns amigos de Bento Gonçalves o tinham convencido de que a revolução era inevitável”. (ALENCAR, 1982, p. 106).

No ponto em que havia chegado a situação, se Bento Gonçalves não tomasse a frente dos rumos, seria total a radicalidade. Por isso, “o meio mais seguro de prevenir a separação da província era sem dúvida a revolução; ela tirava o pretexto aos republicanos”. (ALENCAR, 1982, p. 106). O coronel saiu de Camaquã, convencido por essas razões, e marchou sobre Porto Alegre a 20 de setembro. O presidente Fernandes Braga fugiu e organizou a resistência em Rio Grande. O coronel, senhor da capital, despachou Manuel Canho com uma carta para

---

<sup>102</sup> Netto, no romance de Alencar, toma o lugar do revolucionário republicano que pertenceu, nos romances de Caldre e Fião, a Bento Gonçalves.

Netto em Piratini avisando que deveria bater Silva Tavares em Herval. Lucas, que estava também na Capital, seguiu com Canho para estar mais perto da próxima luta.

Ao longo da narrativa, Manuel Canho apaixonou-se por Catita. Em Piratini, Canho foi avisá-la da última ordem que recebera de Bento Gonçalves, que era a de levar uma carta para Rosas em Buenos Aires. Um mês passara até que Manuel Canho voltasse da missão. Antes de ele regressar a Piratini, passou em Bagé para ver a mãe e a irmã. Logo após, partiu para Piratini para ver Catita. Contudo, ao chegar o gaúcho ficou sabendo pelo pai da moça que ele fora desonrado. A moça fora enganada por um mascate chileno chamado D. Romero.<sup>103</sup> Nesse momento em que o gaúcho se encontra atônito, Bento Gonçalves chegou a casa de Lucas. Fortunata (a mãe de Catita) contou ao coronel o que ocorreu. Bento aproximou-se de Canho e deu-lhe uma palavra de consolo. Ele despertou-se com a voz do coronel, sorriu-lhe e entregou-lhe a carta que Rosas lhe enviara. Depois disso apartou-se. Foi atrás da sua vingança. Mas o chileno fugiu e estava protegido por tropas legalistas. Mas o gaúcho conseguiu capturar o chileno e o levou a Piratini, onde o obrigou a casar com Catita. Depois o chileno tentou violar Catita e é morto por Manuel Canho. O gaúcho e Catita, ele assombrado e selvagem, ela procurando em Canho sua redenção moral e agarrada em seu corpo, somem juntos montados em um cavalo em meio a um tufão.<sup>104</sup>

*O gaúcho* constitui um momento do projeto de Alencar de narrar a brasilidade, assim, regionalizar em Alencar não significa fragmentar, mas integrar a cultura local no todo do projeto nacional. Alencar usou elementos regionais em *O gaúcho*, apropriando-se da estética romântica, para construir uma simbologia que expressava a natureza nova e peculiar das nações em construção. Dessa forma, a Farroupilha mostrou-se, na narrativa alencariana, como parte de um projeto literário nacional em que os personagens históricos ou fictícios representam uma parcela de um quadro maior. Alencar estava vinculado de forma política e estética ao controle do imaginário no Império, provavelmente ele foi um dos seus maiores inventores e controladores. Contudo, constrói um romance em que a ficção leva o histórico a contradições. Quem sabe, contra seus críticos, tenha até sido bom não ter vindo ao Rio Grande “ver” o gaúcho, pois sua ficção pode problematizar o veto.

Para Candido (2013, p. 536-545), “o sonho voa célere sem dar satisfações a vida” na obra de Alencar. Por isso ele tornou-se “suspeito ao gosto do nosso século [XX]” e por isso

<sup>103</sup> Para Alencar (1982, p. 31), D. Romero tinha “excessivo donaire que afeta geralmente a raça espanhola”.

<sup>104</sup> Para Bosi (1992, p. 179), é possível detectar a existência de um complexo sacrificial na mitologia romântica de Alencar. Creio que possa ser o caso em *O gaúcho* também. Para Bosi, são obras cujas tramas narrativas se resolvem pela imolação voluntária dos protagonistas. A nobreza só se conquista pelo sacrifício de suas vidas.

não é escritor “para a cabeceira, nem para absorver uma vocação de leitor; mas não aceitar seu lado épico [...] é prova de imaginação pedestre ou ressecamento de tudo em que nós, mesmo adultos, permanece verde e flexível”. (CANDIDO, 2013, p. 538). Segue Candido que em Alencar desponta a ávida adolescência de todos os tempos, “nossa” e dele, abafada antes da hora. É uma “imaginação adolescente” a de Alencar (sem ser adolescente). Contudo, há também, para Candido, o Alencar dos “adultos” e esse Alencar é “um sociólogo implícito” e nesse haveria um refinamento que pressagia Machado de Assis. Para Candido, como para alguns críticos de Alencar, sua imaginação sempre fora um problema.

Na análise de Candido, da imaginação de Alencar, há implícito um cientificismo evolucionista, isto é, do adolescente ao adulto, do sonho ao sociólogo. Candido “valoriza” o lado racional, objetivo e científico que encontra na obra de Alencar e é isso que pressagia Machado de Assis (o ápice da literatura brasileira). E não é o adolescente nem o sonho o que levam a Machado, mas o adulto e o sociólogo. Mas como o que mais há na obra de Alencar é a imaginação, ele não serviria para ser um escritor de cabeceira. Como percebeu Lima (2010, p. 129-130), a *Formação* tem um caráter teleológico, pois a partir de um ponto final, a qual a literatura deveria chegar, Candido (2013, p. 130) reconstrói toda a literatura brasileira e “deste modo a velha questão do caráter vago, carente ou impreciso do que fosse literatura era contornada; melhor diria, era recalcada, assegurando-se o pleno serviço da literatura ao Estado-nação”. A *Formação*, de Candido, em suma, culminava o processo de estabilização da história da literatura no Brasil e nessa *Formação* não há espaço para o tipo de imaginação adolescente de Alencar.<sup>105</sup>

Bernardo Taveira, em *Provincianas*, criticou José de Alencar por causa de *O gaúcho*. Para Taveira, a poesia é “a expressão da verdade revestida das formas artísticas, segue-se que sem aquela e sem estas não há poesia”. (TAVEIRA JR. 1886, p. 6). Portanto, acreditando na verdade da poesia, o Taveira afirma que poetizou “sobre coisas que me passaram pelos olhos, e das quais tenho pleno conhecimento” (TAVEIRA, 1886, p. 7) e que

Não fiz como *Senio*, que num livro intitulado – o gaúcho – tratou do campeiro do Rio Grande do Sul, dos seus hábitos, e costumes, sem nunca ter presenciado nada

<sup>105</sup> Chaves (2001, p. 33), no mesmo sentido de Candido, assim escreve sobre o personagem Manuel Canho em *O gaúcho*: “Já não é possível conciliar as duas coisas, mesmo admitindo as liberdades inventivas da ficção romântica; torna-se muito difícil admitir e conceber o rei do deserto, o centauro dos pampas [...] agora vacilando feito um ébrio [...] afastando-se trôpego para não ser triturado na voragem do precipício feminino”. Schwarz (2012), no capítulo “Importações do romance e suas contradições em Alencar”, entende que os romances de José Alencar são contraditórios devido a seu romantismo, uma forma literária típica da burguesa europeia, ser inadequada para representar a realidade brasileira. Para Schwarz (2012, p. 68), “a ficção de Alencar é inconsistente em seu centro”, apenas repetiria a ideologia europeia. Portanto, a imaginação de Alencar estaria fora do lugar.

d'isso... É esta razão porque do eminente romancista brasileiro é aquele seu livro o de menos mérito, e mais falto de verdade. Ninguém escreva sobre o que não conhece ou viu, ou ainda confiado em informações destituídas de toda a verossimilhança. (TAVEIRA, 1886, p.7).

Para Taveira, José de Alencar faltou com a verdade, em sua ficção, por não conhecer o Rio Grande do Sul. Para ele, Senio nem visitou o Rio Grande do Sul, nem buscou informações com as pessoas da Província, por isso, desnaturadamente, fantasiou no seu gaúcho. E para Taveira: “*Senio*, como romancista podia fantasiar; mas tendo sempre por tema a verdade [...] *Senio* naufragou na fantasia do seu gaúcho, porque este – o tema d’aquela – era um pseudogaúcho”. (TAVEIRA, 1886, p. 8).

Portanto, o entendimento do que seria, narrativamente, o gaúcho está previamente vinculado à forma como Taveira produz a sua ficção, isto é, seguindo os passos da ciência. Em Taveira, para o literato escrever verdadeiramente há a necessidade do conhecimento (sensorial) do objeto do qual escreve. José de Alencar faltou com a verdade, segundo Taveira, não porque fantasiou, mas porque partiu de um falso gaúcho. Mas para sanar isso teria que ter visto, conhecido o objeto. Sem isso seu romance passou por inverossímil. E como parte de um entendimento falso, produziu uma narrativa fantasiosa sobre o gaúcho, que não diria a verdade de forma artística. Por ter preenchido os requisitos epistêmicos que considerava necessários para conhecer o gaúcho, Taveira acreditou ter produzido um gaúcho artisticamente verdadeiro.

Para Lima (2007, p. 432), “o privilégio da observação é parte integrante do culto da verossimilhança, que, em seu sentido usual, partilhava do *corpus* canônico ao veto ao ficcional”. Lima (2007, p. 433) segue afirmando que no realismo ficcional (mesmo no romantismo) brasileiro em relação ao europeu, “a observação substituíra o primado da reflexão”. Taveira Jr. nada mais fez que levar o veto ao ficcional às últimas consequências. Alencar é acusado de falsidade por criar esse espaço para a ficção “respirar” em seu romance. Independentemente de ter vindo ou não observar o gaúcho, o seu romance problematiza o veto. Araripe Júnior também critica Alencar da mesma forma que Taveira: “O verdadeiro pampa não foi observado pelo romancista; este que aí fica esboçado nas páginas do livro não passa de um sonho, de um pesadelo: pintura mais exata das desolações, das tristuras que povoavam a mente do escritor”. (ARARIPE JR. apud MEYER, 1958, p. 409). Meyer também retoma mais de meio século depois a mesma crítica: “De qualquer modo, a observação de Araripe vem confirmar certas deficiências do texto, quando o consideramos do ponto de vista

documentário, particularmente no que se refere à assimilação da linguagem, ou do vocabulário regional”. (MEYER, 1958, p. 410).

Segue Meyer (1958, p. 412), “o aproveitamento intuitivo das informações documentárias [...] não consegue apagar as falhas e tropeços”. Alencar é criticado por não ter documentado de forma satisfatória o gaúcho e sua paisagem. Entretanto, Lima (2007, p. 418) vai afirmar que no texto literário há uma *radicalidade não documental* por que o “discurso literário não se apresenta como prova, documento, testemunho do que houve, porquanto o que nele está se mescla com o que poderia ter havido; o que nela há se combina com o desejo do que estivesse; e que por isso passa a haver e a estar”. (LIMA, 2007 p. 418).

O erro de Meyer, como dos outros críticos, no fundo é expresso nessas palavras: “a criação literária vive em grande parte desse paradoxo, ou melhor, da contradição inevitável entre mimese, ou imitação da realidade, e a síntese criadora e subjetiva, que lhe dá estilo e vida”. (MEYER, 1958, p. 413). O erro é entender a *mímesis* como *imitatio*. Como mera reprodução do passado ausente. Se aceitar-se o entendimento de *mímesis* como *poiesis*, o sentido muda. No próprio processo de representação da *mímesis*, o diferente e o igual se misturam, interpõem-se. Não o contrário, como se houvesse, de um lado, a criação do diferente e a repetição dele, de outro, e ambos entrassem em conflito para produzir a representação, ou entrassem num paradoxo por ter que misturar realidade e fantasia. Só haveria paradoxo, se se buscasse uma representação da realidade a partir do romance numa perspectiva de um empirismo positivista. Assim, haveria realidade (história) de um lado e sonho (ficção) do outro e, por fim, haveria um paradoxo.

Parece-me, então, que tais críticos nada mais fizeram que acionar o veto a ficção, via historiografia, na crítica ao *O gaúcho* de Alencar. Gomes (2008, p. 49, grifo meu), cinquenta anos depois de Meyer, reatualiza a mesma crítica: “Talvez Alencar não tenha sido um eficiente *tradutor da realidade* rio-grandense”. E segue a autora: “Alencar não conseguiu fornecer um painel da sociedade rio-grandense que apresentasse suas nuances sociais adequadamente [...] devido sobretudo a ausência de uma *vivência* que lhe possibilitasse interpretar esta região com mais acuidade”. (GOMES, 2008, p. 71, grifo meu).

E segue dizendo que Alencar “constrói um estereótipo lacunar, com base no mínimo senso-comum” (GOMES, 2008, p. 72), pois, “a partir de uma visão externa e sem nenhuma familiaridade com os costumes da província”. (GOMES, 2008, p. 74). Alencar pode e deve ser criticado, mas não por ter supostamente imaginado demais ou por não ter vindo à Província ver o habitante local, por não ter tido uma vivência entre os rio-grandenses e assim traduzir a realidade, e a partir disso produzir seu romance. Pode ser criticado porque ficou

restrito ao imaginário imperial, porque ficou preso ao entendimento da história do IHGB e isso o vetou de ver outros mundos *poieticamente* possíveis. Mas Alencar, com todas essas críticas, conseguiu o que poucos conseguiriam: problematizar o veto à ficção da historiografia.

Um ano após a publicação de *O gaúcho* foi aprovada a Lei do Ventre Livre no governo Rio Branco. A partir das leis de 1850 e de 1871, de forma imprecisa não entravam nem nasciam mais escravos no Brasil. Aparecia a conjuntura para o desenvolvimento de uma organização abolicionista, que se concretizara no início da década de 1880.

Para a monarquia, a lei de 1871 teve também grande significado. O envolvimento direto do imperador foi visto pelos proprietários como traição da Coroa a eles e aos interesses do país. Eles começaram a questionar a legitimidade da monarquia e a voltar os olhos para o novo partido fundado um ano antes. Para o sistema político as consequências também foram importantes. A nova lei, como a de 1850, foi aprovada por um gabinete conservador, quando a bandeira da emancipação fora levantada por liberais e radicais. O efeito foi deletério para ambos os partidos. O Liberal sentiu-se desprestigiado por não ter sido chamado para fazer aprovar a lei, o Conservador cindiu-se ao meio e os opositores passaram a hostilizar o gabinete. Como decorrência, o sistema partidário como um todo também se enfraqueceu. (CARVALHO, 2012, p. 114).

O gabinete Rio Branco arrostou outros conflitos, agora em oposição à Igreja Católica. Replicando ao empenho de romanização da Igreja, dois bispos brasileiros coibiram a frequência de maçons em irmandades religiosas. Em 1874, os dois bispos foram processados e condenados. O fato deu ensejo a uma cruzada antieclesiástica na opinião pública. O conflito com a Igreja uniu-se ao embate com os proprietários de escravos e terras que resultava na falta de apoio à monarquia. Para Carvalho (2012, p. 116), o ministério Rio Branco (1871-1875) foi o mais reformista do Império e

Além da lei de 1871, reformou a polícia, o sistema judiciário, a Guarda Nacional e fez aprovar a lei do recrutamento militar [...] Dele se disse que esvaziou o programa de reformas dos liberais. Pode ser considerado o ponto alto do governo de Pedro II. Ao mesmo tempo, nele também germinaram algumas das principais causas da queda do Império, o ataque à escravidão, alienando os proprietários, o conflito com os bispos, alienando a Igreja, e o surgimento do Partido Republicano, que fornecia alternativa à monarquia.

Os últimos anos do Império caracterizaram-se pela lenta eliminação da escravidão, pelo aparecimento dos militares como atores políticos e pelo desenvolvimento da organização republicana. Todos esses elementos cooperaram para a redução da força da monarquia diante dos grupos que exerciam grande influência na sociedade. Para piorar a circunstância, uma reforma eleitoral diminuiu a representatividade na Câmara:

O impacto da lei foi profundo e de longa duração. Uma participação que começara ampla foi fortemente reduzida. O Congresso passou a representar apenas uma pequena parcela da população, a mais rica e educada. É verdade que um dos propósitos da lei foi atingido: a influência do governo nas eleições diminuiu e não mais houve câmaras unânimes. Ministros foram derrotados pelos novos eleitores. Se se acrescenta a isso o fato de que o imperador cada vez mais se abstinha de usar o Poder Moderador para mudar situações políticas [...] a perda do apoio dos proprietários, da Igreja e dos militares, a monarquia foi afastada do povo pela redução da participação eleitoral. (CARVALHO, 2012, p. 119).

O tema da abolição retomou à pauta política no princípio da década de 1880. Segundo Carvalho, a pressão não foi dos ingleses, nem do imperador dessa vez. Ela veio dos clubes, da imprensa, das ruas, das senzalas. A luta pela abolição saía do parlamento para as ruas: “A mudança foi rápida e impressionante se se levar em conta que até o início da década de 1880 não existia uma opinião pública claramente favorável à abolição, muito menos um movimento abolicionista”. (CARVALHO, 2012, p. 121).<sup>106</sup> O abolicionismo converteu-se em um importante movimento popular. Foi significativa a determinação da regente Isabel de sustentar a demanda o que lhe acarretou notoriedade, entretanto a

consequência negativa da abolição foi agravar a desmoralização dos partidos políticos, todos eles, inclusive o republicano, divididos em torno da questão. O dano maior, no entanto, foi para os dois partidos monárquicos, já mencionados pela redução da franquia eleitoral. Aos fatores já mencionados de enfraquecimento da monarquia acrescentava-se mais esse. O regime estava indefeso e o imperador não parecia disposto a tomar providências. (CARVALHO, 2012, p. 123).

O orgulho militar nascido no decurso da Guerra do Paraguai manifestou-se em exigências e reclamações contra o governo. Segundo Carvalho, na década de 1880 os antigos chefes militares haviam falecido. A nova geração cultivava mais fidelidade à corporação do que aos partidos, ou mesmo a monarquia. Ela considerava-se disposta a afrontar a alta roda civil de bacharéis. Uma das razões da mobilização dos militares foi a demanda do fim da escravidão. No Brasil, poucos oficiais do Exército procediam da nobreza ou das classes elevadas da sociedade. Para Carvalho, pela procedência social não haveria importância na sustentação da escravidão. Conjuntamente, preparava-se na Academia Militar uma geração de oficiais mais interessados em matemática, filosofia e letras do que para temas bélicos. O

---

<sup>106</sup> Angela Alonso (2015) reconstitui a história da teia de associações que estruturaram um movimento social antiescravista. Assim, ela defende uma interpretação da Abolição que não se reduz somente às resoluções jurídicas estabelecidas pelo governo, tampouco ao contexto econômico mundial, nem às sublevações dos cativos. Para Alonso haveria também, em parte contra as afirmações de Carvalho, um vigoroso movimento abolicionista, que também teve poderosa influência na vida social brasileira ao longo de vinte anos, 1868-1888, que precederam a Lei Áurea.

positivismo foi corrente hegemônica entre os militares da nova geração e dois pontos do positivismo eram salientes naquela ocasião: por um lado, a recusa da escravidão e, por outro, a adesão à República. Essa nova geração militar aliou-se à geração egressa da Guerra do Paraguai, apresentando como aporte a luta pela república.

Assim, chegasse ao período de crise do Império. Nesse novo contexto que surgia no Brasil e passados quase dez anos da publicação de *O gaúcho*, o conflito sulino mereceu fazer parte da memória nacional. Mas sua entrada no lugar oficial de produção historiográfica não aconteceu de forma consensual ou sem mover antigas paixões e ressentimentos. Como um acontecimento que foi contra a integridade do Império receberia a proteção Imperial? Já estaria na hora de enterrar os mortos oficialmente? Dar-lhes uma sepultura no IHGB?<sup>107</sup> Como deveria ser narrada essa história sob a proteção imperial?

A proteção imperial impunha certos limites à narrativa. Os limites da integridade da nação, da figura do Imperador, da criação de uma identidade nacional. Uma memória que narrasse a fortuna da jovem nação. A isso se dedicaram, em especial, dois homens de letras. O primeiro, considerado pelos pares como escrevendo antes do tempo, terminou arquivado, o outro virou a narrativa oficial do IHGB.

Em 1854, de Sebastião Ferreira Soares (1820-1887), natural da cidade de Piratini, escreveu sua memória. Em 1839, alistou-se nas forças imperiais como 2º tenente no corpo de engenheiros. Após 1845, entrou na Tesouraria da Fazenda do Rio Grande do Sul. O autor também foi um dos primeiros contadores do Império. Na época de sua memória sobre a Farroupilha já era membro do IHGB. Com trabalho sobre a estatística financeira na Província, Soares foi admitido, em 1853, como sócio do IHGB. No ano seguinte,

em outro trabalho, tratando da guerra civil, fora acusado de plágio e, indignado, submeteu um documento do ministro da guerra farrapo Lucas de Oliveira à apreciação da casa, com o intuito de provar sua inocência e demonstrar a autenticidade dos documentos que trabalhava. O IHGB aceitou as provas documentais de Soares, mas lhe deu como destino o arquivo, bem como arquivaria os comentários por ele feitos sobre a documentação. No relatório de final ano, o secretário Macedo foi direto: documentos daquela ordem deveriam ser arquivados para “oportunamente” lhes ser feita “a devida menção”. Para Macedo, era necessário recolher os documentos sobre os acontecimentos no Sul (àquela altura, “politicamente esquecidos”, reiterava ele), mas para serem lidos somente no futuro, quando se teria o distanciamento necessário em relação, a fim de evitar o calor proveniente de fatos tão recentemente vividos. (BOEIRA, 2013, p. 37).

A primeira memória apresentada no IHGB sobre a Farroupilha foi arquivada por ainda estar-se muito perto do calor dos acontecimentos. O lugar oficial de produção da história no

<sup>107</sup> CERTEAU, 2007, p. 106-109.

Império Brasileiro não autorizou a circulação da memória de Soares.<sup>108</sup> Por isso que as outras memórias acabaram sendo publicadas por outro caminho. Ao passado farroupilha ainda não era concebido um túmulo. O controle do imaginário fez-se sentir de forma contundente na memória de Soares. Era um espectro que ainda sofria a “maldição de Caxias”.

Contudo, a memória foi escrita e foi a primeira no IHGB. Seu destino não foi alvissareiro, mas era o sintoma de um período da historiografia. A história era para unificar o Império e não mostrar uma guerra em que a Província mais ao sul queria se separar. Parece que nem a proteção imperial conseguiria salvar do esquecimento os atos bravos da guerra civil.<sup>109</sup> Somente 25 anos mais tarde Farroupilha faria sua entrada triunfal nos salões do IHGB.

Somente na sessão de 22 de agosto de 1879, ao final do dia, a guerra civil no Rio Grande do Sul entra de fato no IHGB com a permissão de Sua Majestade Imperial. Dois elementos são importantes para essa virada; a distância temporal e uma mudança na concepção de história por parte do IHGB. Conforme observou Boeira (2013, p. 37),

no IHGB, foram os próprios sócios que percebem uma mudança na concepção de história da casa. No “Discurso do Presidente Visconde de Sapucaí” de 1867, ele assinalava sobre a transformação sofrida pela concepção de história do IHGB desde sua fundação. Em 1867, observava o Visconde, a história não mais servia somente para coligir, metodizar ou arquivar, como se acreditava em 1839, mas também para combater erros e esclarecer pontos duvidosos, através da publicação de memórias.

Estava aberto o caminho para a guerra civil no Rio Grande do Sul entrar pela porta da frente no IHGB em 1879.<sup>110</sup> Enfim, parecia que a “maldição de Caxias” finalmente seria quebrada. Não mais memórias históricas parciais, incompletas ou arquivadas; finalmente

<sup>108</sup> A memória de Soares (1935) sobre a Farroupilha, *Breves considerações sobre a Revolução de 20 de setembro de 1835*, só acabou sendo publicada pela primeira vez em 1935 pelo Arquivo Nacional. Para Soares (1935), a intriga que coaduna os personagens e fatos desta narrativa são as correções empíricas que o autor fez. Contudo essas correções fáticas são a defesa da política imperial para a Província, como também a defesa dos personagens, chefes políticos e militares imperiais, criticados nos textos de Lucas de Oliveira. Soares fez ao longo de sua memória pequenas defesas pontuais das críticas que Oliveira fez. Outra memória que dormitou nos arquivos, neste caso arquivo pessoal, foi a de Francisco de Sá Brito. Escrita em 1875, só foi publicada pela primeira vez em 1904 no Almanack Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul com o título de “Memória sobre a Revolução de 20 de setembro de 1835”. Em 1950, foi publicada em livro com o título de *Memória da Guerra dos Farrapos*. Na memória de Sá Brito (1985), a intriga que dá coerência aos eventos narrados é a intenção de deixar a seus filhos uma memória para que eles possam defender o seu obscuro nome. Isto é, o que dá sentido à gramática de sua escrita é defender a si mesmo em eventos que participou na “revolução”. Então a revolução é narrada nesta memória, como um texto de justificativa de suas escolhas políticas.

<sup>109</sup> “E assim ficou o assunto ‘asilado’ no arquivo da agremiação, abrigado das opiniões e discussões que poderia despertar”. (BOEIRA, 2013, p. 171).

<sup>110</sup> Hruby (2012, p. 167) aponta mais um motivo para a leitura nesse ano da memória de Araripe: “De 1878 a 1885, os ministérios permaneceram com os liberais. Iniciou com o gabinete Sinimbu (5 de janeiro de 1878) e perdurou até o gabinete Dantas (6 de maio de 1885). E com os liberais no poder, em especial na província de São Pedro, determinada visão do passado veio alimentar pretensões e rearranjos políticos”.

haveria uma memória do início ao fim. Araripe chega ao salão de leituras e começa a discursar: “Peço permissão a Vossa Majestade e aos meus ilustres consócios”. Quando, enfim, a “maldição de Caxias” seria quebrada, e se relembrariam das dissensões internas, a leitura de Tristão se torna, paradoxalmente, uma nova condenação da guerra civil. Lembra, mas condena.<sup>111</sup> O que parecia o remédio (RICOEUR, 2007, p. 151-154) das paixões políticas reacende a polêmica novamente:

O Império, abalado que estava naquela década de 1880 pelas ideias republicanas e abolicionistas que eram uma realidade incomoda e preocupante dentro do país, não poderia abrir mão de uma visão firme e que argumentasse a seu favor no caso farroupilha. Nesse sentido, o trabalho de Araripe se enquadrava perfeitamente no quesito dos interesses da nação imperial, justificando convenientemente as atitudes tomadas pelo governo central em relação ao conflito no sul, o que também convinha aos propósitos do IHGB [...] dessa maneira, Araripe desqualifica o movimento sulino e reafirmava a soberania nacional [...] Dentro dessa lógica, era oportuno a Araripe – e, por extensão, ao Instituto imperial – afirmar que o soldado farroupilha não foi herói e sim *criminoso* [...] foi a voz de Araripe que ressoou para o resto do país como aquela que estava autorizada, pelo IHGB e por extensão, pelo governo de D. Pedro II, a narrar o que se passou nos campos de batalha do Brasil meridional no sangrento decênio de 1835 a 1845. (BOEIRA, 2013, p. 236-237).

A “maldição de Caxias” é usada pelo avesso, relembra o que não era para ser lembrado, mas condena novamente, como se o ritual da maldição fosse outra vez refeito, agora com mais força. Como Certeau (2007, p. 243-265) observou, na possessão de *Loudon* sempre que a bruxa é interrogada é para ser condenada.

Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) foi político, jurista, magistrado e escritor. Também foi membro do Partido Conservador e do IHGB.<sup>112</sup> De 5 de abril de 1876 a 5 de fevereiro de 1877, foi presidente da Província de São Pedro. Em 1879, apresentou no IHGB seu discurso sobre a Farroupilha. Em 1881, veio à luz *A guerra civil no Rio Grande do Sul*.

No primeiro capítulo de sua memória histórica, Araripe<sup>113</sup> se propôs a fazer observações sobre a “revolução rio-grandense” e sobre os documentos que coligiu sobre ela. Nos capítulos seguintes, em que ele entende que apresentara os documentos, narra os episódios da guerra civil. Divide em três épocas a revolução rio-grandense. A primeira, a sedição em 1835 até 1836, em que a desobediência pedia justiça. A segunda, a da rebelião de

<sup>111</sup> Boeira (2013) comenta a intensa repercussão da obra de Araripe na Corte e na Província.

<sup>112</sup> Para Guimarães (1995, p. 500-501), na época final do Império “ofuscado por brasões e fardões reluzentes, apegado às convenções da Corte, o Instituto Histórico tornara-se opaco [...] Espelho fiel que sempre fora da monarquia, tal qual o regime nos últimos tempos, o mais importante reduto intelectual do Império se arrastava [...] A ‘escola palatina’, cantada por Araújo Porto Alegre da década de 40, desviara-se do seu rumo. Relegando as atividades acadêmicas para um plano secundário, convertera-se num salão elegante do Paço”.

<sup>113</sup> Guimarães (1995, p. 494) se reporta a Araripe como “o *doublé* de político e escritor Tristão de Alencar Araripe”.

setembro de 1836 até 1843, que renegava a comunhão brasileira. A terceira, a da sujeição em que os rebeldes regressam ao grêmio nacional. Por isso, “o princípio da integridade do Império manteve-se e a luta por parte do governo imperial deve ser aplaudida”. (ARARIPE, 1986, p. 4).

Outro ponto que abordou foi a denominação de “democrática” que havia no movimento revolucionário. Para o magistrado cearense, nunca um chefe supremo da República foi erguido pelo voto popular, antes, o presidente da “república do Piratini” nunca teve legitimidade senão pelo arbítrio dos caudilhos. Para o autor, “tão certa era a incapacidade dos caudilhos para a ordem civil!”. (ARARIPE, 1986, p. 5). Nunca houve eleições regulares no novo Estado. Os caudilhos militares a tudo decidiam e ordenavam. A democracia nunca se separou tanto de um governo do que na república do Piratini. Para o magistrado cearense, por não ter eleições regulares e por ser governada por caudilhos, “a república de Piratini jamais passou de uma fantástica criação de espíritos desejosos de inovações; pois nunca o voto geral influiu no d’essa república dos caudilhos rio-grandenses; só eles [...] resolviam as questões de interesse geral”. (ARARIPE, 1986, p. 5).

Portanto, o regime militar protegeu o despotismo dos caudilhos. Outro ponto importante foi que a revolução terminou com a *rendição* dos rebeldes e não com um tratado de paz. Também a revolução rio-grandense não tinha um plano contrário à monarquia brasileira; para ele, as rivalidades na Província e os atos pouco justos do governo imperial é que causaram a desobediência dos farroupilhas. Pois, se só o pensamento republicano fosse a origem da guerra civil, não haveria a República, porque, segundo o autor, nunca houve eleições populares e tudo se decidiu por atos ditatoriais. Assim, do sistema democrático a república do Piratini teve apenas o nome vão. Em vez do voto público, a voz do soldado.

Para Araripe, na república do Piratini a justiça não tinha sacerdotes para a aplicação da lei. Também, não só as pessoas estavam alheias aos caprichos dos caudilhos, como a propriedade teve seu destino vinculado ao arbítrio dos líderes rebeldes. Assim, quando nem a pessoa nem a propriedade são respeitadas, a anarquia é a força destruidora do governo. Por isso, Araripe entendeu que a causa republicana servia de pretexto a essa circunstância. Logo, as causas da revolução não seriam justas, e que a república não era uma exigência real na Província.

Para Araripe (1986, p. 8), quem passasse do território do Império ao território da República “não conheceria diferença no regime, à exceção d’esses atos de pura violência, ingênitos ao predomínio do militarismo [...] Ali, como aqui, as normas legais dos cidadãos entre si eram as mesmas”. Os atos políticos e civis da República pautavam-se pelos do

Império. Para o magistrado e político cearense, a diferença seria apenas nominal: onde se chamava Império “ali chamava-se República”, onde era Imperador, “ali denominava-se Presidente”. Nestas diferenças consistia a essência do governo. Isso leva o autor a crer que

Os Rio-grandenses pois parece não terem tido jamais o pensamento definitivamente assentado de separação da nossa nacionalidade, salva a pequena fração dos agitadores idealistas. Quando os rebeldes depuseram as armas para fazer cessar a luta, o motivo d’essa deposição foi a conservação da integridade d’esse mesmo Império, a quem combatia. (ARARIPE, 1986, p. 9).

Se os rebeldes tivessem a intenção de se separar do Império teriam, formalmente, se confraternizado com as repúblicas vizinhas do Prata. E isso eles nunca o fizeram, porque

A conservação das leis e esse retraimento, [...] indicam, que no ânimo dos rebeldes nunca desapareceu a ideia de regresso à união brasileira. Que não foi a república rio-grandense o êxito de um plano em prol da ideia democrática, mas sim o recurso empregado pelos rebeldes para manter-se fora do alcance do castigo legal da sua primitiva desobediência. (ARARIPE, 1986, p. 9).

Outra evidência seria que exigiram, segundo o autor, para retornar ao Império: a) o reconhecimento dos seus postos militares e b) o pagamento da dívida por eles contraída durante a guerra. Para Araripe, ficou evidente que só haveria interesse particular dos líderes da rebelião, nunca a causa republicana e democrática esteve em primeiro lugar.<sup>114</sup> O mais importante foram “os afetos pessoais” nos atos dos rebeldes, revelando, para o magistrado, que a questão de princípios não era a causa da revolução:

O que incitava os rebeldes a depor as armas, não era nada d’isso; era sim a satisfação do orgulho pessoal, e a aceitação de condições vantajosas de interesse privado, o que determinava para os rebeldes a paz e a cessação do derramamento de sangue dos seus concidadãos. A rebelião rio-grandense pois, no nosso modo de pensar, teve caráter egoístico, e não caráter de patriotismo [...] Os rebeldes do Rio-grande do Sul julgavam-se fortes; mas depunham as armas, logo que condições favoráveis a interesses particulares fossem admitidas pelo governo imperial. (ARARIPE, 1986, p. 11).

Para mostrar que estas foram as características da rebelião rio-grandense, ele as comparou com duas rebeliões anteriores que ocorreram no norte do país uma em 1817 e a outra em 1824. Em ambas, mostrou-se nítida diferença de caráter em relação ao movimento rio-grandense, pois no “Norte o primeiro pensamento dos revolucionários foi recorrer ao povo

<sup>114</sup> Para Araripe (1986, p. 10), o único ponto em que os rebeldes foram coerentes foi em relação à liberdade dos escravos por eles apregoado e esforçaram-se junto ao governo imperial para que os negros não voltassem ao cativeiro.

como origem do poder”. (ARARIPE, 1986, p. 12). Esses governos no norte procuraram-se legitimar pela eleição popular. Lá os dois movimentos foram derrotados pela força das armas e não cederam, enquanto no Sul, para o autor, não houve legitimação popular e, sem serem vencidos, transigiram.

No Norte, continuou argumentando o magistrado, o sentimento democrático levantou a rebelião; no Sul, havia apenas a ideia de influência local. No Norte, a insurreição sustentou-se no voto popular; no Sul, apoiou-se no espírito de caudilhagem. Lá os revolucionários inspiraram-se nas ideias de regime civil. Aqui armou-se sob a influência da ideia do governo militar. No Norte, os rebeldes observavam os Estados Unidos e deles tiravam-se seu exemplo. No Sul, os rebeldes tinham na cercania os caudilhos militares do Prata e dali tiravam o seu exemplo. Logo, para o autor, “concluimos a grande diferença nos respectivos movimentos do Norte e do Sul do Império” (ARARIPE, 1986, p. 12).

Araripe refletiu também sobre sua escrita. Para o autor, a guerra civil no Rio Grande do Sul foi um acontecimento muito importante, portanto, não se poderia desconhecer a necessidade de saber o fato em suas causas e progresso. E continuando seu raciocínio:

Ainda não temos a história da época d’este sucesso, nem é ainda tempo de escrevê-la, visto não ter ainda chegado o remanso das paixões para que o escritor, como juiz imparcial, possa expender a verdade sem preterir considerações individuais. Escrever dos contemporâneos, emitindo juízo, é correr o perigo de exagerar a apologia pela amizade, ou engendrar censuras pelo ódio. A história não tem complacências, e tão somente dignifica-se pela verdade. (ARARIPE, 1986, p. 13).

Como os memorialistas anteriores, Araripe entendeu que não é o momento de escrever a história da guerra civil por não haver as condições epistêmicas que garantissem a imparcialidade e a verdade para a escrita dessa história. Continua sua reflexão afirmando que

O historiador é juiz; e o juiz deve ser competente, e julgar pelo processo. A competência dá o tempo; o processo organiza-se pelos depoimentos, acumulando-se os documentos, em que estes se contêm. Escrever antes de tempo é ser juiz ilegítimo; é proferir sentença sem processo regular. Os contemporâneos não são historiadores; são apenas testemunhas e organizadores do processo. O nosso egrégio Instituto bem compreendeu esta verdade; por isso fundou-se com o intuito, não de escrever a história, mas de reunir documentos para que ela escreva-se oportunamente. (ARARIPE, 1986, p. 13).

De tal modo que para a memória virar história é necessária uma distância temporal até que se possa escrevê-la. Para isso, ele usa a metáfora jurídica, é preciso recolher provas, isto é, documentos. Se o historiador narrar antes do tempo, historiar quando ainda houvesse paixões sobre determinado assunto e, também, quando não houvesse documentos necessários

sobre determinado acontecimento, seria um juiz ilegítimo, logo, um historiador ilegítimo. Assim, como os demais memorialistas, ele se propõe a produzir uma memória que será usada futuramente para os historiadores terem como base factual para escrever a história. E aponta que esse era o norte historiográfico no IHGB.

O autor considerou este procedimento, a preparação do processo histórico, um importante serviço do IHGB e com este fim que “hoje venho trazer à vossa apreciação alguns documentos, que me parecerão úteis coligir, e depositar no nosso arquivo”. (ARARIPE, 1986, p. 14). Dentro do espírito do IHGB, pesa-lhe não ter conseguido acumular todos os documentos autênticos sobre a guerra civil rio-grandense. Dispôs os documentos por ordem cronológica e conforme o assunto referente, pois mais fácil se prestavam à consulta e exame. Assim, continua o autor:

A leitura dos documentos assim coordenados dá-nos as minudências dos fatos, as peripécias dos acontecimentos, e faz-nos como que presenciar os atos [...], que nos guiam na apreciação dos sucessos, e no julgamento dos caracteres, que muitas vezes revelam-se melhor por casos particulares, que somem-se pelo pequeno vulto ante a distância dos tempos, do que por sucessos estrondosos, que a fama engrandece e desnatura. (ARARIPE, 1986, p. 16).

Para Araripe, ao longo da narração alguns documentos podem parecer insignificantes, mas muitas vezes tal aparência engana quando o documento for observado por si, isto é, quando ele fixa uma data, caracteriza um fato e referencia um personagem específico. Antes de apresentar os documentos, o autor considerou necessário

fazer sucinta narração dos fatos principais da revolução rio-grandense, mostrando a concatenação e marcha dos acontecimentos. Omitiremos as considerações políticas e morais, que poderiam envolver julgamento dos homens e dos fatos especiais: o nosso fim é, com a simples exposição narrativa, dispor o leitor a melhor compreender o valor e significação dos documentos [...] N’essa exposição procurarei a possível fidelidade, acompanhando as peças instrumentarias, que exhibo. Na seleção dos documentos procurei reunir todos aqueles, que vieram ao meu conhecimento, e que me pareceram convenientes para esclarecer os fatos, e habilitar o escritor a emitir juízos sobre os acontecimentos, quer no tocante à causa deles, quer na parte relativa ao caráter dos autores do drama representado [...] que agora ofereço. (ARARIPE, 1986, p. 16-17).

Araripe almejava escrever, como era o mote em sua época, numa utópica neutralidade axiológica, ou seja, queria escrever sobre o passado sem considerações políticas e morais.<sup>115</sup>

---

<sup>115</sup> Apesar de tratar do caso Varnhagem, o argumento de Cezar (2005) pode ser estendido para se compreender a imparcialidade das obras desse capítulo.

Pretendeu, como os outros memorialistas, só fazer uma memória documentada.<sup>116</sup> O autor considerou que ainda não era o tempo de se escrever a história da guerra civil no Rio Grande do Sul. Estava recolhendo documentos, contudo, colocou estes documentos dentro de uma sucinta narração para que eles fossem entendidos. Além dos documentos, também, compreendeu que só com o passar dos anos e das paixões é que se poderia escrever uma história imparcial e fidedigna. Só futuramente o historiador escreveria uma história como juiz, com juízo.

Depois das análises sobre a guerra civil e sobre como se deve escrever sobre o passado, começou a narrar os fatos da rebelião rio-grandense. Para o autor, tudo começou em 7 de abril de 1831 quando D. Pedro I abdicou da coroa. Desse fato, percebeu Araripe, decorreram dois resultados: “o afrouxamento do vínculo autoritário, e o exaltamento das ideias democráticas”. (ARARIPE, 1986, p. 18). Desses dois fenômenos foi que veio a inspiração para a revolução. Ideias democráticas, republicanas e federativas estavam disseminadas na Província e eram estimuladas pelas repúblicas do Prata e pela maçonaria. Dessa forma, em 20 de setembro rompeu a sedição na cidade de Porto Alegre.

O partido que fizera a sedição, denominado exaltado ou dos exagerados, tinha Bento Gonçalves a sua frente, a quem Araripe considerava perigoso à paz pública. O autor entendeu que dentro da sedição haviam os que buscavam uma maior autonomia da Província e os republicanos. Contra eles havia o partido retrógrado, que era a favor da restauração do Imperador e avesso às políticas liberais da regência. Em outubro, o presidente deposto Fernandes Braga vai para Corte, em seu lugar assumindo Araújo Ribeiro, para “salvar-nos da anarquia”. Com a volta de Bento Manoel à legalidade, o governo imperial militarmente avança sobre os rebeldes. No governo provincial de Araújo Ribeiro, um momento importante foi o combate na ilha de Fanfa. Nesse combate, “a necessidade de salvar as vidas forçou Bento Gonçalves a depor as armas, e render-se”. (ARARIPE, 1986, p. 37). Entretanto, escreveu que os rebeldes consideravam-se capitulados e que suas prisões foram injustas. Para o magistrado cearense, por mais que os rebeldes tenham recriminado seus adversários como desleais com as prisões em Fanfa, eles nunca exibiram provas para suas afirmações. Isto é, não tinham documentos probatórios da capitulação, pois “A capitulação, jamais provada por documento, foi argumento dos vencidos para encobrir o desastre”. (ARARIPE, 1986, p. 38).

---

<sup>116</sup> “O aprofundamento do passado, como consequência, dentre outros fatores, da ênfase na singularidade do presente, exigia novo entendimento dos eventos [...] Entretanto, essa tarefa era dificultada pela consciência nascente de que os interesses e parcialidades dos homens vivos poderiam distorcer a compreensão dos eventos e, logo, do destino histórico da comunidade. Para enfrentar esse problema, a positividade dos fatos é transformada em único critério de verdade”. (ARAUJO, 2008, p. 187).

O primeiro efeito da derrota foi a estupefação dos sediciosos, contudo, logo, os rebeldes reanimaram seus meios de ação, com Antônio Netto e João Manoel.

A sedição iniciada em 20 de setembro de 1835 terminou em 4 de outubro de 1836 “na desconhecida ilha de Fanfa. Findou-se ali a sedição para erguer-se em franca rebeldia”. (ARARIPE, 1986, p. 39). Combatiam não mais um partido contra o outro, mas cada um, em nome de um princípio diferente. E então “surge o ato mais importante d’esse drama [...] para constituir a época mais notável da guerra civil”. (ARARIPE, 1986, p. 40). Assim a guerra teve dois momentos, partido contra partido, Estado contra Estado.

Netto proclamou em 12 de setembro de 1836 a separação e decretou a República. Para o autor, um caudilho militar faz a obra que devia ser dos cidadãos. Contudo, havia mais aparência do que realidade nesta nova república, embora houvesse a tentativa de um governo independente. A Província procurava retalhar o Brasil, mas a Providência, na reflexão do autor, não consentiria, por que o Brasil estava fadado à grandeza na América e no mundo. Além disso, observou o magistrado e político cearense, que o povo não tinha educação para entender e fazer a democracia, que só quando tivesse o povo habilitado pelo ensino e pela moral isso seria possível.<sup>117</sup>

Criada a República, tudo se fez à imitação do que existia no Império. Para o autor, os auxílios clandestinos que a nova República recebia das repúblicas do Prata foram fundamentais para sua sobrevivência. Depois do combate de Fanfa e da proclamação da República, no início de 1837, Araújo Ribeiro foi substituído da presidência por Antero de Brito. Com essa alteração na presidência da Província, Bento Manoel aderiu novamente à causa rebelde, quando inicia o melhor momento militar dos rebeldes, que possuíam, nesse período da guerra, um centro administrativo em Piratini. Segundo Araripe, esse enorme sucesso é efeito da traição. E, portanto, “a rebeldia não cedia, e a anarquia prosseguia impelida pelo sopro do vento democrático”. (ARARIPE, 1986, p. 59). E cumpria reprimir essas ideias contrárias à ordem monárquica na província.

A memória de Araripe é a primeira a narrar com mais atenção um elemento militar novo que os rebeldes trouxeram para a guerra. Esse elemento era a participação dos negros na guerra civil. Portanto, davam liberdade aos “escravos, que viessem defender a liberdade dos republicanos, as vítimas da opressão social afluíram”. (ARARIPE, 1986, p. 86). Os negros

<sup>117</sup> Para Araripe (1986, p. 163), “a república só deve ter por base a ilustração do povo; mas a república de Piratini levanta-se no meio de uma população na máxima parte sem instrução [...] por isso inapta para o regime de democracia”. Moacyr Flores, quase cem anos depois, comenta sobre a influência do *Risorgimento* na Farroupilha e chega a conclusão semelhante à de Araripe: “o povo não tinha condições de entendê-las por seu baixo nível cultural” (FLORES, 1996, p. 66), ou “O homem do povo lutou nas hostes rebeldes e legalistas sem entender a doutrina de cada facção”. (FLORES, 1996, p. 37).

formavam a base da força militar da República. A Corte imperial buscou sempre dissipar essa força militar que era uma ameaça ao direito de propriedade e um recurso eficaz do exército rebelde. Na escrita de Araripe, apareceu também o personagem José Garibaldi, com seu curso contra o comércio marítimo do Império e a tomada militar de Laguna. É importante frisar que esses dois novos personagens narrativos na memória (mas que em Caldre e Fião já haviam sido trazidos à cena narrativa), que Araripe abordou com mais destaque que os outros memorialistas (menos Dumas e Nascimbene), são personagens que habitam a periferia da sua rede narrativa na compreensão da guerra civil.<sup>118</sup>

Dois acontecimentos deram novo ânimo aos imperiais no momento de maior avanço das forças rebeldes. O primeiro em julho de 1839, em que Bento Manuel, desavindo com Bento Gonçalves, de quem era competidor na república, abandona em definitivo as forças rebeldes. No ano seguinte, antes dos 18 anos, D. Pedro de Alcântara era declarado imperador “e esse acontecimento ia influir positivamente sobre a direção dos negócios da província rebelada”. (ARARIPE, 1986, p. 105). Contudo, só no final de 1842 quando é nomeado o Barão de Caxias para presidente e comandante das armas da Província, os legalistas começam a levar vantagem na guerra civil. Entrou-se, então, na terceira época da revolução rio-grandense: a da sujeição. Caxias tinha como alicerce de seu sistema político-militar a conciliação, e foi “Esta política conciliadora, que finalmente pôs termo à guerra civil”. (ARARIPE, 1986, p. 128). Outros fatos trouxeram mais força aos imperiais como a volta de Bento Manuel a suas fileiras e a deserção que começou a ocorrer nas tropas rebeldes. Além disso, havia na assembleia constituinte do Alegrete uma discórdia intestina entre os líderes rebeldes.

Considerando impossível sua vitória em fins de 1844 e começo de 1845, os rebeldes deliberaram sugerir sinceramente a paz. Em 28 de fevereiro de 1845, “Sumia-se assim a república rio-grandense d’entre as potências da terra, e resurgia a província de Rio-grande do Sul”. (ARARIPE, 1986, p. 179). A causa da monarquia e a integridade do Império estavam restabelecidas.<sup>119</sup> Por fim, sentenciou Araripe, “Expomos os fatos: julgue o leitor segundo o seu critério”. (ARARIPE, 1986, p. 221).

---

<sup>118</sup> Apesar de aparecerem pouco em sua memória, Araripe tem o mérito de ser o primeiro, pois, só no próximo século que esses personagens entrariam para o centro da narrativa de alguns historiadores. Esse caso é dos imigrantes alemães, que só de passagem aparecem nas narrativas até agora, sem nenhuma preocupação de narrar a vida desses personagens. Sobre os imigrantes alemães e a Farroupilha ver: Moehleck (1986), Gertz (2008) e Tramontini (2000).

<sup>119</sup> Araripe (1986, p. 182) pergunta-se como a “revolução” pode durar tanto e enumera quatro causas: “A fraqueza do Império nesses tempos em relação às finanças; a facilidade com que os rebeldes encontravam refúgio e auxílio no Estado Oriental; a vacilação de plano por parte do governo imperial sobre os meios de

A memória de Araripe é, com certeza, dentre todas, a de maior fôlego. Tanto no que se refere ao uso de documentos, pesquisa, narração dos fatos e quanto ao que se refere à reflexão teórica sobre sua própria escrita. Propõe-se a não escrever a história, mas apenas coligir documentos para que no futuro, quando houvesse condições epistêmicas, se escrevesse a história sem paixões, isto é, com imparcialidade, e com o material empírico suficiente para narrar a história. Propõem-se a ser um subsídio para os futuros historiadores. *A guerra civil no Rio Grande do Sul* é o primeiro livro que narra a Farroupilha desde seu início em 1835 até seu fim em 1845. Também é o primeiro que propõem uma periodização da mesma. E uma periodização é o início de uma explicação. Ao colocar as três épocas da guerra civil, esboça um quadro interpretativo. Se Saturnino escreveu dentro das intrigas palacianas, Araripe escreve nem momento em que os liberais estão no poder e, ao mesmo tempo, em que ocorre um processo de deslegitimação da monarquia perante a sociedade. Dentro de uma das possíveis leituras da memória de Araripe, politicamente ela quer ressaltar a importância do centralismo da monarquia na construção da nação, isto é, o seu passado, mas também aponta para o futuro do país que, também, deve ser com a monarquia, pois que a alternativa, a república (não só em 1835, mas no seu próprio tempo de escrita), é anárquica, desintegradora da nação e não respeita a propriedade.

Apesar de ser a mais detalhada e narrar tanto monarquistas quanto rebeldes, como as demais, sua memória se concentrou em contar os acontecimentos políticos e militares dos principais personagens legalistas e anarquistas. A intriga que forneceu sentido à sua narrativa é a integridade do Império, isto é, os caudilhos se aproveitando das ideias avançadas e da falta de autoridade na Corte do Império lançam-se primeiro na sedição depois na rebelião e, por fim, são sujeitados e retornam ao Império de onde, segundo Araripe, nunca tiveram intenção de sair. Portanto, desenvolveu os personagens entre os defensores da integridade do Império, por um lado, e, por outro, os caudilhos que queriam primeiro a sedição e depois a rebelião, a separação do Império, para atender a seus interesses privados. Mostrou o passado, em sua narrativa, de quase dez anos de luta para reintegração da província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Império. Do Império frágil com a abdicação de D. Pedro I ao “exaltamento das ideias democráticas”, que os rebeldes usaram a seu favor, há uma luta política e militar entre os personagens da ordem, os legalistas que defendem a integridade do Império, e os personagens da anarquia, os rebeldes, que defendem primeiro a sedição e depois a separação do Império. De tal modo, com a memória de Araripe instaura-se, em definitivo, o controle

---

pacificar a província; a intrepidez e tenacidade dos principais homens de guerra da república rio-grandense”.

sobre o imaginário da guerra civil que vem do centro do poder sobre a escrita do passado, o IHGB que é a voz oficial do Império sobre a história da Farroupilha. O controle imperial postula o imaginário do passado mediante seus interesses políticos e com a ajuda do IHGB.<sup>120</sup>

Após a publicação da memória de Araripe, entra-se nos momentos finais do Império, na atmosfera politicamente carregada dos últimos anos, em que D. Pedro II pouco fizera para proteger a monarquia. Sua autoridade, porém, era tão grande que os políticos, com poucas ressalvas, não arriscavam a contradizê-lo. Eles “obedeciam ao imperador e o respeitavam, mas não o amavam e, em sua maioria, não estavam dispostos a lutar por ele”. (CARVALHO, 2012, p. 126). E quando no dia 15 de novembro informaram-lhe que a República fora proclamada, D. Pedro II não acreditou nas notícias, porém “confirmados os fatos, sua reação foi dizer que seria sua aposentadoria, já trabalhara muito e estava cansado”. (CARVALHO, 2012, p. 127).

A conspiração militar marchou ligeiramente. O Partido Republicano aceitava desde 1887 o auxílio do exército para derrocar a monarquia. Eles lograram aliciar para o golpe o general Deodoro, que sempre fora fiel a D. Pedro II. Ele avisado saiu de Petrópolis sem dar credibilidade às informações. Apenas à noite, quando Deodoro da Fonseca soube da escolha de um opositor pessoal para suceder a Ouro Preto, resolveu-se pela proclamação. A família imperial foi intimada a deixar o país na madrugada do dia 17. Definida a proclamação, compôs-se o primeiro ministério, com Deodoro na presidência:

No Brasil, a República consolidava-se aos poucos, enfrentando as dificuldades da maneira por que fora proclamada e da heterogênea composição dos seus aderentes. Depois de quase dez anos de conflitos e guerras civis, encontrou sua estabilidade na presidência de Campos Salles, um dos fundadores do Partido Republicano paulista. (CARVALHO, 2012, p. 128).

Portanto, se em 1879 o IHGB fornecia seu veredito científico-político sobre a Farroupilha, o regime monárquico enfrentava uma crise político-social. No final de década de 1860, na província do Rio Grande do Sul, sob a liderança do general Osório e de Gaspar

---

<sup>120</sup> Hruby (2012, p. 167-191) mapeia a repercussão da memória de Araripe na Província de São Pedro. E após faz uma síntese, a partir dos críticos de Araripe, de como foi analisada a sua escrita sobre a Farroupilha: “Essas pesquisas continuam a trazer o trabalho de Araripe aos leitores, embora de forma adjetivada e não analisada. Desde as críticas de Koseritz, em 1881, até hoje, a bibliografia teima em nos mostrar a figura caricata do autor e do trabalho: historiógrafo imperial, adversário da rebeldia, cronista do Império, tom faccioso, autorizado historiador, zeloso funcionário do Império, inimigo dos Farrapos, voz absolutamente insuspeita, defensor da legalidade, escritor monarquista, historiador palaciano”. (HRUBY, 2012, p. 182). Ele prossegue dizendo que “foi pelo choque entre experiências remontadas e expectativas recriadas que o texto do autor cearense foi rotulado, estigmatizado e condenado. Tristão de Alencar Araripe podia ser consagrado historiador na Corte e até no Norte, mas não na província de São Pedro do Rio Grande do Sul”. (HRUBY, 2012, p. 183).

Silveira Martins, o novo Partido Liberal rompe a antiga aliança com os progressistas e assume uma postura mais agressiva em relação ao unitarismo da Corte. Desse novo Partido Liberal também participavam os republicanos da província. A partir do Partenon Literário, inicialmente e, mais adiante, a partir do Clube 20 de Setembro, na Faculdade de Direito de São Paulo, novos enredos surgiram sobre a Farroupilha. Tanto liberais como republicanos mudaram o sentido da narrativa. E isso foi articulado com a disputa sobre o imaginário, isto é, após os anos 1860, com o fim da Guerra do Paraguai, a *geração de 70*, o recrudescimento da luta abolicionista, a questão religiosa e militar, foi-se configurando um novo imaginário social que possibilitou escrever um passado, tanto no romance como na historiografia, diferente do que havia se feito até então. Se, anteriormente, a Farroupilha foi escrita como uma afronta à construção da jovem nação, como anarquia social, no último quartel do Império isso mudaria e ela passaria a ser escrita como regeneração do Brasil, como luta contra o despotismo. A mudança de imaginário é articulada com a crise da monarquia.

## PARTE II

### Do Partenon Literário a comemoração do centenário da Farroupilha

Último semestre de 1872. Gaspar Silveira Martins, com sua comitiva, chega ao escritório do general Manuel Luis Osório, em Porto Alegre. O sorriso que vinha do rosto de Silveira Martins não poderia ser mais contagiante. Todos os que vinham com ele estavam a passos largos e decididos. O dia amanhecera nublado, mas o sol despontava com um início de calor. Silveira Martins, com então 42 anos, era o segundo em importância no novo Partido Liberal,<sup>121</sup> que surgira no final da década de 1860. Osório, após a morte de Félix da Cunha, assumia a liderança dos liberais históricos. Ao futuro tribuno nada parecia poder deter o avanço liberal na Província. A vitória nas eleições legislativas provinciais de 1872 levou os liberais ao controle do poder legislativo. Contudo, o comando no executivo só viria em 1878, quando o poder de Silveira Martins na Província, principalmente após a morte de Osório em 1879, seria inquestionável.

Silveira Martins entra no gabinete de Osório, cumprimenta o velho general pela vitória nas eleições de 1872, calcada no prestígio general. Pensavam ambos que esta mudança política poderia levar, futuramente, a uma maior autonomia da Província e à afirmação do projeto reformista do novo Partido Liberal. Silveira Martins cumprimenta-o pela vitória, fala do futuro político do movimento liberal, das reformas urgentes, da necessidade de resgatar o passado farroupilha e de se colocarem como herdeiros daquela jornada político-militar. Osório relembra-o que apoiara o dia 20 de setembro, mas não apoiara a República. Neste momento, um silêncio invade a sala, ambos se olham, o passado e o futuro da Província.

O futuro Tribuno afirma-lhe que águas passadas não movem moinhos e que o momento é de repensar a contribuição dos farroupilhas para o projeto liberal-reformista deles. Diz-lhe que havia um grupo de literatos liderados por um jovem e idealista escritor, Apolinário Porto Alegre, que, apesar de ser um republicano, fazia na literatura o que pretendiam na política. Nisso, pede a um de seus auxiliares que lhe alcance a revista do Partenon Literário. Mostra-lhe *O Vaqueano*. Diz-lhe que a visão imperial dominante sobre os antigos liberais da Província deveria ser combatida, para que seus projetos políticos vingassem. Nisso a lembrança de Osório volta no tempo. Primeiro, nas Guerras Cisplatinas, em que lutou sob as ordens de Bento Gonçalves. Depois, na trama de 1835, que a princípio

---

<sup>121</sup> ALONSO, 2002, p. 65-75.

apoiou. Relembrava sua radicalidade política da juventude num átimo de tempo. O tempo passara para todos. A situação era outra politicamente; sabia que Silveira Martins estava certo. O novo teria que vir do velho. Nisso, o jovem político liberal se despede do velho general e sai com sua comitiva. O futuro tribuno deixara a revista na mesa do líder liberal. Ele estava sozinho em seu escritório, abre a janela e ao entrar a luz do dia inicia a leitura. Começa uma nova etapa da Farroupilha. Um novo imaginário se cria sobre ela

\* \* \*

Esta segunda parte está dividida em três capítulos. Ela abrange um período de escrita que vai de 1868, ano de fundação do Partenon Literário, a 1935, ano da comemoração do centenário da Farroupilha. O terceiro capítulo analisa um período de escrita que vai de 1868 a 1889. Nele, tratar-se da recusa do controle imperial sobre o imaginário da Farroupilha, iniciando pelo romance *O Vaqueano* de Apolinário Porto Alegre, integrante de maior relevo do grupo Partenon Literário. Em seguida, analisa-se o federalismo científico de Joaquim Francisco Assis Brasil que, a partir do Clube 20 de Setembro, na Faculdade de Direito de São Paulo, iniciou outro imaginário sobre a Farroupilha na historiografia.

O quarto capítulo examina um período de escrita que vai de 1889 a 1920. Após a proclamação da República em 1889 e o estabelecimento do comando do Estado do Rio Grande do Sul pelo castilhismo, no primeiro quartel do século XX, dois livros marcam o período. Alcides Maya em *Ruínas vivas*, a época da escritura e publicação do romance encontrava-se na oposição ao castilhismo, narrou em seu romance o que entendia ser a decadência sul-rio-grandense e a Farroupilha como um passado que ao mesmo tempo em que estava “ficando longe”, poderia ser o impulso modernizador do Estado. Alfredo Varela, com *Revoluções Cisplatinas*, também critica a situação política e social por que passava o Rio Grande no período castilhistaborgista. Porém Varela foi adepto do castilhismo, mas quando da publicação do seu livro encontrava-se nas hostes opositoras, usando da Farroupilha como uma forma de problematizar o período em que vivia.

O quinto capítulo aborda um tempo de escrita que vai de 1920 a 1935. Nele, trata-se do centenário de comemoração da Farroupilha que acontece em 1935. Com a tomada do poder nacional por Getúlio Vargas em 1930, torna-se necessário estabelecer a imagem da Farroupilha como construtora da nação, a Farroupilha como integradora da unidade nacional. Ao contrário da geração anterior, que apontava as peculiaridades históricas do passado rio-

grandense para construir a narrativa da Farroupilha, esse período nacionalista da escrita apontava as semelhanças com a história brasileira.

Por fim, nesta segunda parte, a Farroupilha é escrita partindo-se do regionalismo local até sua afirmação de poder nacional, isto é, inicia-se indo da contestação à ordem imperial, passando a críticas ao modelo castilhistas continuado por Borges de Medeiros até a consagração dos rio-grandenses no poder nacional com Getúlio Vargas.

### **CAP. 3 Da contestação à criação de um novo imaginário**

No Rio de Janeiro, em 3 de dezembro de 1870, foi publicado no jornal *A República* o manifesto do movimento republicano no Brasil. O manifesto tinha em destaque as ideias de democracia e federalismo e, também, continha críticas ao poder pessoal do imperador e sua interferência nos resultados eleitorais. Ele fora assinado em sua maioria por dissidentes do Partido Liberal. A ausência de uma questão no manifesto chamava a atenção: ele não tocava no tema da escravidão, pois os republicanos não acordaram uma unanimidade sobre a matéria. Muitos dos republicanos eram abolicionistas convictos. Muitos outros eram grandes fazendeiros escravistas que combateriam a aceitação da lei do Ventre Livre. A grande maioria era da província de São Paulo, onde as demandas desta Província e de outras mais periféricas se viam como mal representadas na rígida estrutura de representação da política imperial. A defesa do federalismo levou muito deles para o campo reformista. Mas a situação começava a mudar e

A partir da década de 1870, surgia no Rio de Janeiro uma nascente opinião pública baseada no crescimento dos setores médios urbanos, em uma imprensa crítica e em uma cultura política que se passava a valorizar a ocupação dos espaços públicos. Nos cafés da efervescente rua do Ouvidor, no centro político do Rio, políticos, literatos, estudantes, artistas e jornalistas de todas as províncias e com todos os sotaques formavam uma caixa de ressonância que introduzia muitas novidades ao cenário político. (MATTOS, 2012, p. 86).

Para Alonso (2000), no fim do Brasil Império formou-se uma nova geração de intelectuais que questionavam as instituições e os valores monárquicos. E o movimento político, da geração de 1870, precisava de sua representação historiográfica e literária do país.<sup>122</sup> Essa nova geração de letrados, durante o fim do período monárquico, estava em busca

<sup>122</sup> O diagnóstico intelectual do período de Alonso é pertinente para a tese: “Dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX, a experiência da geração de 1870 é diretamente política. Por isso adoto a dinâmica política como ângulo de análise. Ao invés de organizar textos e práticas conforme referências teóricas estrangeiras, inscrevo-os na conjuntura político local”. (ALONSO, 2000, p. 36).

de dados para compreender a conjuntura que vivenciavam e conectar com uma atuação política. Disso, as inclusões de novos aspectos intelectuais se entendem como busca de novos recursos teóricos para suscitar uma explicação da crise social e proporcionar vias alternativas ao poder monárquico. Desse modo, “este é o sentido do ‘positivismo’, do ‘cientificismo’, do ‘novo liberalismo’: são modalidades de crítica ao *status* imperial”. (ALONSO, 2000, p. 45). Portanto, as obras da geração de 1870 são respostas ao contexto de crise política.

Houve uma reelaboração intelectual e política que provocava a manipulação do cânon de personagens, efemérides e símbolos nacionais do *status quo* imperial, além de uma busca por meio da história de edificar “uma tradição alternativa à elite imperial” (ALONSO, 2000, p. 48) a partir de seu novo panteão. Movimentos republicanos do passado, que foram esquecidos, são recuperados.

Portanto, os dias da “maldição de Caxias” como único imaginário sobre a Farroupilha estavam contados. Com o rearranjo político nacional e provincial, após a queda do gabinete liberal, em 1868, novas formas de representação do passado articulam a crise política do presente.<sup>123</sup> Na província de São Pedro, o lugar de produção intelectual de maior relevo foi o Partenon Literário, sob a direção de Apolinário Porto Alegre,<sup>124</sup> criando-se um novo imaginário sobre a Farroupilha.

A geração pateronista estava voltada aos temas públicos do Estado, sem ainda tomar parte dele, e valem-se de sua escrita para agir no processo político em curso, somente a geração republicana posterior que comandaria o PRR atingiu ao comando do Estado.<sup>125</sup> Os instrumentos que os partenonistas dispunham eram ou jornais ou revistas literárias.<sup>126</sup> Junto com a crítica, de que foram os precursores, os letrados do Partenon, produziram contos, poesia e romance, gêneros por meio dos quais propagaram seu ideário liberal, o apoio inicial

<sup>123</sup> Ver Zilberman (1998), “O Partenon Literário: literatura e discurso político”; Lazzari (2004), “Política e literatura: entre o precipício e o imperecível monumento”.

<sup>124</sup> “Atas das reuniões do Partenon Literário revelam sua presença constante na discussão dos rumos da associação e uma insistente disposição à polemica e à controvérsia com seus pares. Não raro tinha suas posições derrotadas em plenário, o que parece confirmar a heterogeneidade do grupo e permite que relativize seu poder e influência pessoal. O próprio Apolinário, durante o ano em que exerceu a presidência da entidade, em 1871, teria reconhecido estes limites”. (LAZZARI, 2004, p. 113).

<sup>125</sup> Contudo antes dos republicanos chegarem ao controle do Estado, “A ascensão do Partido Liberal na província, liderado por Gaspar Silveira Martins, se fazia acompanhar de confrontos e assassinatos políticos, ao mesmo tempo que construía as condições para selar um novo compromisso da elite dos grandes proprietários de terras da fronteira com o Estado Imperial, frustrando liberais mais radicais e republicanos”. (LAZZARI, 2004, p. 171).

<sup>126</sup> Sobre esse tema passa toda a dissertação de Boeira (2009).

ao republicanismo e iniciaram a narrar a Farroupilha diferentemente do controle do imaginário monarquista.<sup>127</sup>

Enquanto os criadores do IHGPSP<sup>128</sup> tinham no comprometimento do Rio Grande com equilíbrio do Estado imperial o seu guia de desempenho político, eles estavam também congregados em sua maior parte no Partido Liberal Progressista rio-grandense nas décadas de 1850 a 1860. Tal partido após a Guerra do Paraguai entrou em declínio e dirigiu-se para seu término. Em seguida a tal fato conformou-se, então, a polarização entre os partidos Liberal, reestruturado pelo general Manoel Luis Osório e por Gaspar Silveira Martins e o Conservador, favorável ao governo centralizado. Portanto, “É significativo, portanto, que a sociedade *Partenon Literário* tenha nascido no ano em que se dava o ocaso de uma identidade política sob a qual os rio-grandenses ilustrados acreditavam contribuir para a integração de sua província à história nacional”. (LAZZARI, 2004, p. 86).

O Partenon, constituído em 1868, era um lugar associativo de cunho não oficial e autônomo em relação às instituições do Império e, por causa disso, nesta instituição tiveram repercussões as divergências da sociedade local. Conforme Lazzari, isso é indicador de como o Partenon converteu-se no campo onde despontaram pretensões sociopolíticas as mais distintas, até aquele momento com poucas probabilidades de relevância regional. Por ser uma agremiação não ligada ao Império, o Partenon era um espaço dos opositoristas ou insatisfeitos com a monarquia.

Nesse momento cria-se, então, na Província um novo imaginário sobre a Farroupilha, isto é, a partir de uma nova configuração na política provincial, grupos de interesse e parte da elite ligada aos liberais e republicanos têm, entre seus projetos de poder, uma necessidade de reconfigurar o passado. Surge, assim, uma nova narrativa sobre a Farroupilha, que fornece outro controle do imaginário sobre o passado. Se para a geração farroupilha a luta armada foi uma forma de conseguir a autonomia ou a separação da Província, para os novos liberais<sup>129</sup> e,

<sup>127</sup> Para Zilberman (1998, p. 29-30), “há, no Rio Grande do Sul, maior envolvimento com a causa republicana. Este ideário unificara antes revoltosos de 35; e reaparecia agora para expor a reação Rio-Grandense ao Monarca e à Corte [...] A república, com sua proposição federalista, convinha aos interesses regionais [...] Dentro deste panorama, embora mais velhos que os membros da geração republicana, atuam os mentores da Sociedade Partenon Literário, com uma plataforma identificada a dos futuros senhores políticos do Rio Grande Sul”.

<sup>128</sup> “Mesmo que o IHGPSP tenha procurado reunir entre seus sócios efetivos uma representação diversificada, de ex-líderes farroupilhas e deputados liberais ao bispo da província, o caráter oficial e mesmo partidário da iniciativa era indisfarçável”. (LAZZARI, 2004, p. 87). Sobre o IHGPSP, ver Boeira (2009), “O Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro e a missão de historiar”.

<sup>129</sup> Havia, conforme observou Piccolo (1979, p. 110), a presença de republicanos na década de 1870 no Partido Liberal.

posteriormente os republicanos-liberais e republicanos do PRP,<sup>130</sup> o controle do imaginário sobre os farroupilhas foi uma maneira de buscar a autonomia política do Estado do Rio Grande.<sup>131</sup>

Nesta nova etapa da escrita sobre a Farroupilha, dois imaginários se chocam. Interessante notar é que *O Vaqueano* de Apolinário Porto Alegre é de 1872, isto é, quando a palavra oficial do IHGB sobre a Farroupilha não havia se pronunciado. Então, tem-se a partir desse período uma disputa em torno do imaginário da Farroupilha, isto é, o projeto imperial da nação centralizada começa a ficar poroso e enfrentar as primeiras adversidades públicas. Os republicanos, os militares, os abolicionistas e os centros urbanos começam a questionar a vida política e social no Império. Novos sujeitos sociais disputam com antigos o poder político-institucional. Tais grupos precisam de outro imaginário que os representem socialmente. A partir do Partenon Literário, em que muito dos integrantes são ou liberais ou republicanos vinculados a outros projetos políticos que não os do Estado Imperial, há uma luta por reconhecimento sobre o imaginário farroupilha. Há uma disputa pela reprodução correta do imaginário. Esse capítulo então mostrará como foi construída outra escrita sobre a Farroupilha com outro imaginário sociopolítico.

A partir do Partenon Literário, os rio-grandenses iniciaram a conceber o seu pertencimento à nacionalidade brasileira. Na pena desses letrados surgiram tipos humanos e costumes rio-grandenses que começaram a integrar o painel nacional.<sup>132</sup> A identidade rio-grandense e depois gaúcha começa a se formar.<sup>133</sup> Se com IHGPSP o objetivo era nacionalizar política e historiograficamente a Província de São Pedro, com o Partenon a literatura toma a frente.<sup>134</sup>

Apolinário Porto Alegre publicou *O vaqueano* em 1872 na revista do Partenon, dois anos após a publicação de *O gaúcho* e nove anos antes da publicação de *A guerra civil do Rio Grande do Sul*. Apolinário passaria pela mesma problemática que Alencar na questão de haver uma história sobre a Farroupilha. Portanto, ainda nesse período não fora feita, para o entendimento da época, a história da Farroupilha. O que mantém a hipótese de ver outras

<sup>130</sup> Ver Love (1975), “A ascensão do castilhismo”.

<sup>131</sup> Jonas Moreira Vargas (2007) defende a hipótese em sua dissertação de mestrado que eram as redes sociais e familiares e não os partidos políticos que disciplinavam as ações políticas da elite gaúcha nos últimos vinte anos do Brasil Império.

<sup>132</sup> Em Caldre e Fião inicia-se esse processo, mas no Partenon Literário ele ganha uma forma sistemática. Ver Fischer (2004), “Como assim, literatura gaúcha?”.

<sup>133</sup> Ver Gomes (2009).

<sup>134</sup> Ver Lazzari (2004), “Um malogro e uma vitória: do IHGPSP ao Parthenon Litterario”.

variantes na teoria do veto feita por Lima. Luís Alves de Oliveira Belo,<sup>135</sup> que pertencia ao Partenon Literário e que também escreveu um romance sobre a Farroupilha, *Os farrapos*, é quem fornece tal indício, para a temática e para a época, a essa questão:

A esfinge dessa rebelião ainda não deparou com o Édipo que lhe proferisse a palavra; as sombras que lhe envolveram o berço perduram, embruscando o critério da razão julgadora, que aliás nada ou pouco tem feito face ao problema, não para menosprezar, antes todo para atrair a luz escrutadora das investigações históricas. Será cedo para escrever-se a história desse movimento insurrecionista? Talvez; no convolver as cinzas desse brasido, pode ser que desperte ainda uma fagulha, insuflada pelo açoite da severidade, vibrado em punição de alguma demasia, senão de algum crime. O escalpelo indagador, cuidando dissecar um cadáver, pode acontecer que corte nas vísceras paralisadas, não extintas, de um cataléptico; um grito prerromperá, quem sabe? No pungir da dor. A história é de si póstuma; vivem ainda atores da tragédia, inflexos pela velhice, mas com o rescaldo dos antigos entusiasmos não de todo o ponto pagado talvez. Dez anos de luta porfiada não se diluem em trinta de paz ainda fraterna; a onda de anistia, que lava as nódoas de sangue salpicadas das tábuas da lei criminal, nem sempre pode sumir tão depressa as cicatrizes que, se já não são chagas, pois sararam, são todavia pontos melindrosos que se doem da mais tênue pressão. A história pode contudo já ir instruindo com documentos o processo que tem de instaurar; o tempo urge, os testemunhos visuais vão desaparecendo, a tradição começa já a bordar as ramarias fantásticas da lenda na tela das narrativas revolucionárias; a fidelidade austera da crônica rende-se às seduções das musas, que inspiram os cânticos populares. Mais tarde, quando se for rastrear os depoimentos severos para o plenário da posteridade, pode ser que se encontre um ciclo de episódios romanescos maravilhosos para um cancionista e não fundamentos seguros para sentenças convictas. (BELO, 1985, p. 26).<sup>136</sup>

Belo está ciente do projeto historiográfico do IHGB. Ele entende não ser o momento de produzir a história da Farroupilha, mas crê que é necessário construir os arquivos para o futuro historiador de forma que aí, ao se narrar veridicamente a Farroupilha, não se percam

<sup>135</sup> Belo era de família da Província do Rio Grande do Sul. Sua família perdera posses durante a Farroupilha. Seu pai, de mesmo nome, foi magistrado e duas vezes presidente Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e pertenceu ao Partido Conservador. Oliveira Belo, o filho, pertenceu ao Partido Liberal e foi presidente de três Províncias, Sergipe, Paraná e Santa Catarina, dessa fora presidente durante a proclamação da República. A sua posição em relação à Farroupilha foi mais comedida que a dos outros e que a de Apolinário: “Houve na revolução do Rio Grande do Sul, como em quantas memora a história, duas paixões pleiteando em pró da mesma causa, cada uma a seu modo: a paixão do entusiasmo. Altiua, nobre em si, leal em suas demasias mesmas, generosa nas próprias convulsões e na cegueira de seus ímpetos, servindo com afã um empenho, porventura repreensível, porque exagerado em seus transbordamentos, porém servindo-o com esse valor e essa abnegação, que se retemperam nas fráguas das convicções ardentes; e houve, também, a paixão do assolamento, mesquinha, de si ignóbil e ruim, desvairada em seus excessos, feroz em suas sanhas, sem crenças, sem ideias, explorando a subversão. Como os corvos o desastre, para pastar os sanguentos destroços que ele deixa”. (BELO, 1985, p. 34). Luiz Antônio de Assis Brasil, um século depois, usara desse expediente, o corvo, para pensar como metáfora da Farroupilha.

<sup>136</sup> Um ponto interessante de se refletir sobre o veto da historiografia a ficção é quando em *Os farrapos* narra-se que as estâncias foram construídas para barrar o “galope” destruidor das partidas que assolavam na fronteira. Assim sendo, o autor que fez uma comparação entra a estância e um castelo medieval. Chaves (2001, p. 57) assim analisa a comparação: “Não é possível saber onde e como Oliveira Belo encontrou em pleno pampa, esse castelo medieval”. Uma resposta possível para o espanto de Chaves é indagar sobre o controle da historiografia ao ficcional. Por isso, Belo ao precisar explicar a estância só encontra paralelo na história europeia.

em episódios maravilhosos ou ramarias fantásticas, mas que a historiografia orbite na galáxia das sentenças convictas.

Apolinário Porto Alegre nasceu na cidade de Rio Grande em 1844 e morreu em Porto Alegre, na Santa Casa, em 1904. Iniciou seus estudos na faculdade de direito de São Paulo,<sup>137</sup> mas abdicou de formar-se, por razão da morte do pai e do amparo aos familiares. Fez-se professor, poeta, romancista, dramaturgo, linguista e educador exercendo grande influência intelectual em sua época. Pelos periódicos, na literatura ou ministrando suas aulas, espalhou a ideia de república.<sup>138</sup>

*O Vaqueano* narra a história de José Avençal e sua participação como vaqueano no exército farroupilha. O romance começou a ser publicado na Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário (RMSPL), grêmio onde o letrado teve função de relevo. Depois o romance saiu em livro. A narração adota os preceitos do romantismo seguido pela maior parte dos componentes do Partenon, com a ascendência de José de Alencar.<sup>139</sup> O pano de fundo do romance é a Farroupilha, e o enredo mescla dois temas prezados pelo Romantismo: o amor e a vingança,<sup>140</sup> em que estão submergidos José de Avençal e Rosita.

Por meio de José de Avençal, delinea-se o tipo do rio-grandense, num painel em que seus atributos físicos e morais se misturam em duas funções da vida rio-grandense: o campeiro e o soldado. No caminho iniciado por Caldre e Fião e Alencar, Apolinário coloca em destaque a feição do monarca das coxilhas, valente e lidador dos pampas em que Bento Gonçalves, “glória tradicional do Rio Grande do Sul” (APOLINÁRIO, 1987, p. 82), é o modelo.

A ação do romance *O Vaqueano* passa-se no período de 14 de julho de 1838 a 15 de novembro de 1839, composto tanto por personagens históricos como de fictícios. Gil Avençal, pai do vaqueano, tem uma estância e é assassinado pelo posteiro José Capinchos, que usurpa seu patrimônio e incrimina Moisés, um mestiço que era, sigilosamente, filho natural de Gil. José Avençal consegue escapar da chacina familiar e torna-se vaqueano. No futuro, encontra-se com Moisés e desvendam que José Capinchos é o homicida de seu pai. Tentam assassiná-lo, porém os índios com que Moisés convive se adiantam e o matam. José

<sup>137</sup> A mesma faculdade que cursariam a geração de republicanos posterior a Apolinário e que controlaria a vida política do Estado após a proclamação da República.

<sup>138</sup> Dados biográficos de Apolinário baseados em Marobin (1985). Mais dados em Moreira (1989).

<sup>139</sup> Da influência de José de Alencar sobre o Partenon literário, ver Lazzari (2004), “Alencar: Uma literatura e uma nacionalidade”.

<sup>140</sup> “O céu diria a ele pela voz do Evangelho: O perdão resgata o crime. A lógica das paixões dizia-lhe: A nódoa de sangue lava-se com sangue”. (APOLINÁRIO, 1987, p. 66). Também: “Vingança! És tu também uma das sombras a embruscar os traços magistras do caráter rio-grandense, falha que ninguém pode, nem deve ocultar”. (APOLINÁRIO, 1987, p. 66).

Capinchos tem dois filhos, André e Rosita. O vaqueano se apaixona por Rosita. Em fúria, o irmão de Rosita assassina a irmã e envia-lhe a cabeça, em vingança, a José de Avençal, seu oponente. Este, num sinal de desesperança, coloca fogo no paiol de pólvora, e faz explodir a fortificação, morrendo com seus inimigos. José de Avençal é forte, soturno e corajoso. Rosita é a alegoria romântica e vítima de um amor irrefreável. André Capinchos é brioso, entretanto, vingativo.

À semelhança do *O gaúcho*, *O vaqueano* começa com uma descrição da paisagem rio-grandense. Narra-se o que seria a característica da paisagem: o frio. Esta descrição é uma forma de particularizar a Província em relação ao resto da nação. Pergunta o narrador quem pode amar o inverno, período em que a vida congelaria,

não tinha só a melancolia do deserto, o vago e indefinido, que coam na alma das savanas e matas americanas, tinha mais o tom baço, a desoladora taciturnidade, a paralisia, a inércia, a aparência de cadáver que ressaltam da quadra hibernal [...] que jamais a linguagem conseguiria reproduzir. (APOLINÁRIO, 1987, p. 26).

Neve, frio intenso, solidão. A paisagem da maior parte do livro são os campos de Vacaria. Para o narrador “que íntima e mística afinidade existe entre a natureza e a alma humana”. (APOLINÁRIO, 1987, p. 25). Creio que por essa afinidade entre homem e natureza a vingança se conclui em *O vaqueano* ao contrário dos dois romances de Caldre e Fião e semelhante a *O gaúcho*. O que acontece com uma “encontra ecos naquela”. Para o narrador, “O homem é um autômato”. O homem seria governado por um poder estranho a si próprio. O homem seria governado pela natureza e, neste caso, o homem rio-grandense tem sua natureza: o frio. Esta explicação é diferente da de Caldre e Fião, que expõe a alimentação e moral como distintivos dos rio-grandenses e, em parte, semelhante (pois Apolinário percebe o frio como traço característico) a de Alencar, que percebia no tufão como o traço distintivo.

Depois de referir-se à natureza, o narrador aborda como é o homem rio-grandense: “De repente na treva sulcou uma centelha. Crer-se-ia que fora ferida uma pederneira”. (APOLINÁRIO, 1987, p. 27). Cena mítica em que nas trevas fez-se o fogo. Só do fogo que aquece poderia nascer a vida, surgir o homem, o rio-grandense. O narrador pede que “acerquemo-nos” do fogo. Era 14 de julho, dois homens estão juntos de uma fogueira tomando mate. Descreve um dos mateadores com fisionomia franca, jovial, insinuativa típica

do campeiro rio-grandense. Descreve sua roupa, o poncho.<sup>141</sup> Porém observa que os alamares eram de prata e

esse metal na Província não é a insígnia distintiva de certas classes, tanto se o depara na cabeçada do lombilho do estancieiro como na do último da peonada. Ricos e proletários ostentam-nos com garridice. As pratarias constituem o ponto de contato entre uns e outros, o laço da irmandade das diferentes hierarquias. (APOLINÁRIO, 1987, p. 27).

Essas descrições de costumes e trajes fazem parte do projeto romântico de construir um tipo regional que integre a jovem nação em construção. Em aspectos da vida cotidiana e da história, criam-se o cenário e o entendimento da nação e da região. Após descrever esse hábito local, muda de cena e passa a uma conversa entre dois líderes da revolução: Garibaldi e Canabarro. Eles estavam conversando sobre como chegar mais rapidamente a um determinado lugar, pois, para Canabarro, a surpresa é a alma da guerra. Canabarro manda chamar o vaqueano, que se caracteriza por ser um profundo conhecedor dos caminhos e é o guia do exército. O vaqueano, que era um dos mateadores, foi ao encontro dos líderes militares e disse que os levaria ao seu destino de forma mais rápida, mas que o novo caminho era mais perigoso. Conforme se lê:

Os republicanos com as grandes vitórias adquiridas em 1838, mormente a do Rio Pardo, em 30 de abril, onde reunidas as forças de Netto, Canabarro, João Antônio da Silveira e Bento Manuel, fizeram retirar o exército imperial comandado pelo General Sebastião Barreto Pereira Pinto, quiseram estender a área dos combates, e para tal intuito determinaram tomar a Província de Santa Catarina. Aí vão eles, agora que os encontramos, executar o plano concebido. (APOLINÁRIO, 1987, p. 29).

Nota-se que não é o fim do controle, mas o início de outro controle do imaginário, mesmo a estética de Apolinário sendo semelhante à de José de Alencar. Se, na geração posterior a Apolinário haveria uma ruptura com o modelo liberal-romântico, em Apolinário não houve tal mudança. O que muda de Apolinário para Alencar é seu entendimento político, permanecendo a semelhança estética.<sup>142</sup>

<sup>141</sup> O narrador mostra que havia no campo rio-grandense uma igualdade de traje e no hábito. O outro mateador, robusto e esbelto era “a personificação, a apoteose viva do gênio da liberdade”. Para o narrador, o campeiro rio-grandense tinha a liberdade e uma sociedade sem hierarquias como características que vinham da natureza fria da paisagem.

<sup>142</sup> Apolinário não foi o único integrante do Partenon a escrever sobre a Farroupilha e *O Vaqueano* não foi seu único escrito sobre o tema. Apolinário também escreveu um conto chamado *O Valeiro* integrado ao seu livro de contos denominado *Paisagens* de 1875. *O Valeiro* narra o triângulo amoroso entre Jacínio, capitão republicano, Amélia, irmã de Leonel (amigo de Jacínio) e o coronel legalista Varena. A história passa-se no cerco republicano a Porto Alegre em que, no morro de Santana quase dez mil soldados e “três nomes

Segundo o narrador, José de Avençal tinha uma natureza admirável, músculos de ferro, perícia e inteligência para guiar o exército republicano. Nos trabalhos campeiros, ninguém o excedia. Nos manejos da guerra não ficava somenos. Mas para os companheiros de acampamento, tinha defeitos imperdoáveis. Não conversava, não bebia, não jogava ou fumava. Supunham que haveria uma mácula em seu passado.

Em *O vaqueano*, o filósofo encontraria formas dialéticas para explicar o vaqueano, mas pregaria no deserto. Os rio-grandenses seguem o instinto campeiro, sua faculdade moral, seguem o pressentimento, uma misteriosa elaboração do homem com a natureza. O rio-grandense esboçado pelo narrador é a “elaboração em cujo processo entra mais o sentimento do que a razão”. (APOLINÁRIO, 1987, p. 31). Contudo, não conseguem fazer Avençal falar seu passado. O delírio do vaqueano no combate seria um escudo para seu passado. Avençal teria a febre da morte. O narrador afirma ao leitor que isso não é a criação delirante do poeta:

Os principais traços característicos da fisionomia que esboçamos de leve, são tão reais, que os encontramos a cada passo em nossa Província, desde o posteiro até o senhor da estância, desde a existência errante do tropeiro até a existência sedentária do guasqueiro ou trançador de lonca. O que há de mais é a cor do mistério, a sombra da intensa melancolia que o destaca do tipo genérico. (APOLINÁRIO, 1987, p. 31-32).

---

legendários, três nomes duma epopeia de glórias: Bento Gonçalves, Neto e Canabarro, passavam pelo lábio de tantas coortes como hinos de liberdade”. (PORTO ALEGRE, 1987 B, p. 85). Aquiles Porto Alegre (2002) em 1872 publica na RMSPL o conto *O Tropeiro*. A história passasse no mês de julho de 1836, no cerco a Porto Alegre. E também tem um triângulo amoroso de fundo. Laura é casada com o tropeiro Juca Serrano, moram entre Viamão e Porto Alegre. Quando Juca Serrano está ausente em função do trabalho de tropeiro, Laura recebe a visita do tenente das forças rebeldes Pedro Xavier. Juca acaba descobrindo as traições da mulher e mata seu rival em duelo, e sai de casa levando a filha. Laura morre, louca, dois meses depois nos campos da Casa Branca. Outro conto publicado na RMSPL (foi publicado em três edições duas em 1874 e uma em 1875) foi *Um farrapo não se rende* de Vítor Valpírio alcunha de Alberto Coelho da Cunha (2002). Narra a história de um veterano da Guerra dos Farrapos. Mostra-o como valente e destemido, lutando por princípios e empobrecendo durante a revolta, o denomina como coronel B. Ao fim do conto como uma maneira de não se render aos imperiais, parte sua espada e ruma para a imensidão da campanha. Na poesia também o partenonistas narraram a Farroupilha. Bernardo Taveira Junior em as *Provincianas* na poesia *Rio Grande do Sul* narra: “És a terra fecunda em que nasceram/ Bento Gonçalves, Canabarro e Netto -/ As águias a quem sempre alvoreceram/Belas autoras de um porvir dileto!/[...] Aqui de trinta e cinco a ideia avança/E de hora em hora engendra o grande dia”. (TAVEIRA, 1886. p. 10). Francisco Lobo da Costa (1985) em *Os farrapos* ou *A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul* poetiza de maneira lírica a Farroupilha. Escrita em 1888 o manuscrito ficou inédito até 1985. A poesia traz a linguagem regional, a descrição das paisagens e dos hábitos dos rio-grandenses. Tem Garibaldi como o personagem principal (antecipando em muito a narração sobre Garibaldi de Lindolfo Collor ou mesmo a pesquisa universitária) e, como os demais partenonistas, tem uma estética romântica. Múcio Teixeira (1903) também escreveu um poema sobre Farroupilha. A poesia se chama *Duelo Épico* e foi escrita em espanhol e publicada em um livro de poesias compilados por seu filho em 1903. Esse duelo épico expõe a heroicidade dos dois generais que se dispõem a morrer por seus exércitos. O autor segue a disposição inicial, marca do regionalismo, de primeiro apresentar ao leitor a natureza e o homem. Mas, após, Múcio recria em plena “Revolución de Rio Grande Del Sur” o antigo duelo medieval da defesa de direitos. Usa do expediente da erudição histórica para criar um fato irreal, mas que seu de certa maneira é, por outros meios, semelhante ao acontecimento histórico.

O narrador assevera que o que escreve é a verdade sobre o tipo rio-grandense, pois verificou – “os encontramos a cada passo em nossa Província” – sua natureza e seus costumes. O que Avençal tem de diferente “é a cor do mistério”. Apolinário defendeu José de Alencar das críticas que este sofreu por não ter vindo ao Rio Grande do Sul “ver” o gaúcho. Mas não deixou de aceitar que Alencar esqueceu “um ou outro tom” sobre o rio-grandense.<sup>143</sup> Apolinário aceitou, então, que “traços característicos”, mesmo esboçados de leve, são apresentados verdadeiramente em seu romance. A diferença de Avençal para os outros seria a “cor do mistério”. Não propôs, como Alencar, uma diferenciação entre história que iria restaurar a verdade e o romance que narraria as paixões. Apenas uma “cor de mistério” seria o que lhe permitiria problematizar o veto.

*O vaqueano* é esteticamente semelhante a *O gaúcho*, o que se altera são as razões políticas. O que altera de um romance a outro, onde a *poiesis* mostra sua força de criação, é a partir da demanda política de Apolinário. Ele é republicano e a partir disso cria um significado diferente para a Farroupilha. Essa nova reapresentação da Farroupilha tem, na distensão política que os novos liberais e republicanos<sup>144</sup> trazem para a representação do passado, uma nova configuração política para presente.

De volta à narrativa do romance, ouve-se o berro de uma canguçu. Avençal prontificase a caçá-la. Nisso Manuelzinho, Manduca e outros soldados vão com ele. Após caçar a canguçu, o grupo é rodeado por um grupo de guaicaniãs. O líder do grupo indígena ordena que os amarrassem. Entretanto, Avençal exclama o nome de Moisés (o líder indígena). Eles eram velhos amigos. Moisés mandou soltar os soldados. O narrador expõe que “Quando rebentara a revolução, procuraram atraí-lo de ambas as parcialidades”. (APOLINÁRIO, 1987, p. 37). Mas, para Moisés, “as ideias que debatiam entre os dois partidos, lhe eram indiferentes”. (APOLINÁRIO, 1987, p. 37). E argumentou que não havia ninguém mais livre que os índios. Avençal contou que fazia parte das forças de Canabarro como vaqueano. E que tinha saído para caçar. Moisés os convidou a irem a seu pago para jantar: “Farroupilhas e índios entraram e momentos após refestelavam-se em torno dum braseiro”. (APOLINÁRIO, 1987, p. 38).

Era 22 de julho, os farroupilhas estavam em Laguna e o silêncio reinava. Dois homens em uma canoa atravessam a lagoa. Chegam do outro lado, descem da canoa e seguem a pé. Nisso um bando de quero-queros levanta voo, fazendo um enorme barulho. Nisso Avençal e os irmãos Capinchos se encontram, anos depois, em Laguna. Há doze anos André procurava

<sup>143</sup> Ver a biografia de Apolinário (1873a, b) sobre José de Alencar.

<sup>144</sup> Não esquecer que os republicanos estiveram por muito tempo no Partido Liberal.

Avençal. Doze anos atrás de vingança. Conforme o narrador, não só as grandes ideias que granjeiam o mal, mas, também, instintos grosseiros os levam a seu triunfo:

com Sócrates vem Ânito, com o Nazareno a seita farisaica, com Galileu a Inquisição [...] numa esfera mais obscura e menos esplendida, porém não menos verdadeira, destaca Avençal a par do vulto André. A diferença repousa na distância da história ao romance. A lógica das paixões é idêntica. (APOLINÁRIO, 1987, p. 48).

Se, para Alencar, a história trataria com a verdade e o romance trataria com as paixões, o que lhe daria um espaço ficcional para seu romance, Apolinário as aproxima afirmando que por mais que exista uma distância entre história e romance, a lógica que movimenta a ambas é a mesma: as paixões. O que daria a Apolinário menos espaço de criação para o romance. Também, reaparece em *O vaqueano*, a modalidade de história *magistrae vitae*, isto é, os exemplos do passado como lições para o presente. Com Sócrates, Ânito, Nazareno, fariseus, Galileu, Inquisição, o passado virara história e forneceria lições ao presente e explicaria os personagens fictícios Avençal e André.

A disputa decisiva em relação à interpretação da Farroupilha de Apolinário em comparação com a de Caldre e Fião e de Alencar manifesta-se em sua crença política. Se ele tem outro entendimento do conflito sulino, o tem é por ser republicano e por produzir num espaço de escrita não monárquico. Assim, acaba problematizando a Farroupilha de uma forma diferente do controle imperial não por questões estéticas, e sim por convicções políticas.

Na continuação do romance, o exército republicano estava perto do morro de Santa Marta e Moisés foi como bombeiro averiguar a vila de Laguna. Em 23 de julho, o estandarte da “República do Piratini” estava fincado sobre a vila, balançando aos ventos da vitória. Enquanto isso,

Canabarro tratou logo de se precaver contra qualquer eventualidade. Levantou na barra uma forte bateria em defesa do porto e fez armar quatro embarcações para o corso. Garibaldi, não só bom soldado, mas excelente marinheiro, [...] foi nomeado chefe da esquadilha. Também em pouco infestou a costa, e raro era o dia em que não fazia presas consideráveis de navios mercantes do império, requintando de audácia até o ponto de aparecer em frente à cidade do Desterro e de ameaçá-la com um canhoneio. Canabarro, no continente, não descansava, os planos de hostilidades abrangiam a Província inteira. Esperava em breve ocupar toda ilha, de posições tão importantes, que o tornariam formidável por terra. (APOLINÁRIO, 1987, p. 85).

Do outro lado, Avençal e Moisés gozavam de privilégios entre os soldados. O vaqueano era o guia do exército e se tomou parte nas lutas, foi porque quis. O líder dos gaucanãs não lutou por soldo. Na mesma noite, Moisés convidou a todos para irem à bodega

de Bino Capenga, homem que seguia o exército com seus negócios. Beberam e cantaram em homenagem a Bento Gonçalves.

Contudo, chegou o dia em que o governo central, assustado com a invasão de Laguna, temeu por uma ocupação geral da Província de Santa Catarina. Também viu seus navios mercantes “apresados por um inimigo cuja audácia e valor não tinham limites”. (APOLINÁRIO, 1987, p. 100). A Corte nomeou o Marechal Soares de Andréa para o exército e o chefe da força naval era Frederico Mariath. Em 15 de novembro de 1839, imperiais e republicanos travaram a batalha. Canabarro “campava” na bateria que defendia o porto e Garibaldi estava com os navios prontos para a batalha. Rompe o fogo e quantas façanhas, heroísmo e bravura. Percebe-se uma mudança de entendimento em relação aos farrapos diferente do controle monárquico. Em *O vaqueano* se reconhecia nos farroupilhas exemplos de bravura e liberdade:

Como Canabarro e Garibaldi sorriam jubilosos, sob um céu de metralhas de fogo! Leões da guerra, colunas avançadas da liberdade, cederam [...] ao número e recursos poderosos, não ao esforço e bizarría. Grandes na vitória e no infortúnio. Grandes na derrota, porque tinham no coração as lágrimas do desespero! Derrota?! Não... retirada gloriosa, ressaca de vagalhões que imprimiram o selo de sua pujança onde bateram, fracassando. (APOLINÁRIO, 1987, p. 101).

Para Apolinário, os “republicanos” eram heróis até na derrota. A bandeira tricolor flutuava na haste mesmo crivada de balas, contudo media-se altiva com a bandeira do Império. Há uma disputa política pelo imaginário, isto é, com o romance *O vaqueano* inicia-se uma luta pelo reconhecimento entre imaginários diferentes. O imaginário monarquista e, o outro, republicano. Canabarro manda recolher a bandeira, pois a posição iria ser tomada. Nisso o vaqueano gritou dizendo que vai guardar a bandeira e que nos imperiais iria “dar-lhes uma lição”. Tocou-se a retirada, “partiram tantos heróis ainda com ímpetos de retrocederem, se a voz do chefe ordenasse. Quantos naquele momento não preferiam ter ficado na arena da batalha”. (APOLINÁRIO, 1987, p. 102). Enfim, as tropas partiram, Avençal só ali se conservava tendo à mão um morrão aceso. Pensava que em pouco tempo estaria com Rosita. Os imperiais aproximavam-se. Ele espalhou rastilho de pólvora através do terreno até o mastro em que estava a bandeira. Os legalistas tomaram a posição e, neste momento,

Avençal bradou: Viva República! E seu braço abaixou o morrão; o rastilho incendiou e [...] uma detonação horrenda, nuvens de fumo, espanadas de fogo! Quando o ar desanuviou, viu-se que o pavilhão da República não costumava render-se: ardia com seus inimigos. (APOLINÁRIO, 1987, p.102).

André viu a explosão do alto do penhasco e o corpo do vaqueano surgir no oceano. Sentia-se vingado. Moisés chorava no mesmo dia que ele e sua tribo iriam finir. Assim, *O vaqueano* mostrou o conflito sulino de 1835 como um momento de afirmação de um novo imaginário: o republicano. Se esteticamente *O vaqueano* é semelhante a *O gaúcho*, contudo aquele inova politicamente, pois retira a Farroupilha do controle político monárquico, iniciando uma disputa pelo reconhecimento do imaginário na Farroupilha. Outras positivities sobre a Farroupilha vão sendo criadas. Se esteticamente Apolinário não tem a sofisticação de Alencar, o que permite a Apolinário ser “transgressor” *poeticamente* é seu ideário político: a república. É por esse caminho que Apolinário problematiza o veto a ficção, pois põe em contradição um dos seus elementos: o Estação-nação, nesse caso o Brasil monárquico.

Na década de 1880, uma nova geração de republicanos entra na disputa política e toma o lugar político e estético de Apolinário e dos partenonistas. Será essa mesma geração que desbancará o Partido Liberal na Província. Em 1879, no discurso de onze anos do Partenon (LAZZARI, 2004, p. 171-172), Apolinário apresentou aos seus companheiros de letras uma desoladora comparação do momento em que viviam com o distante 1868. Para ele, a atualidade seria uma época convulsiva e a culpa seria da invasão da filosofia materialista de Auguste Comte. Junto com esta situação “estava chegando ao fim o projeto literário do próprio Apolinário e do Partenon”. (LAZZARI, 2004, p. 172).<sup>145</sup> A batalha pública parecia transferir-se do campo das letras para a dos partidos. Apolinário apostava reorganizar politicamente os republicanos, na perspectiva do colapso derradeiro do regime monárquico, contudo

a recusa ao positivismo comtiano selaria seu isolamento no renovado partido republicano da década seguinte. Apesar de nunca ter renunciado à condição de estudioso e defensor das ciências, não aceitava a subordinação da literatura e da política às modernas teses científicas, o que contribui para marginalizá-lo no cenário das modas intelectuais deterministas do final do século XIX. (LAZZARI, 2004, p. 173).

O Partenon resistiria ainda algum tempo durante a década de 1880, mas não voltaria a ter a importância e a mobilização de antes. No começo da década de 1880, a publicação de narrativas sobre guerra farroupilha torna-se objeto dos militantes do PRR. Era uma ocasião de

<sup>145</sup> “Neste ponto já se prenuncia sua pouca disposição em aceitar as mudanças que tomariam força entre os intelectuais brasileiros a partir da década de 1870, com a valorização cada vez maior do determinismo científico derivado do positivismo e das teorias evolutivas em todas as áreas, da historiografia à política e à literatura”. (LAZZARI, 2004, p. 141).

disputar com o IHGB a legítima explicação dos fatos e o domínio sobre a memória farroupilha. O que alterava nesta etapa eram os protagonistas, saíam os letrados do Partenon e entravam os bacharéis recém-egressos dos bancos acadêmicos.

O experimento da República Rio-Grandense proporcionava ao republicanismo uma baliza instituidora, uma história e uma tradição imaginada na qual se podia fundar a causa política. Foi preciso reinventar o passado republicano como ferramenta política. Afora a empreitada de tornar pública e espalhar a memória de heróis e seus ideais, os combatentes do partido, que se fundava nas décadas de 1870 e 1880, depararam-se com o repto de organizar uma história escrita e estabelecer uma narrativa crível de ser apregoada pela imprensa. Em 1890, Apolinário sai do Partido Republicano como sequela das desavenças que se intensificaram ao longo da década de 1880 e da marginalização e derrota infligida aos seus pontos de vista. Com a vinda da República e o sectarismo dos defensores da percepção positivista do Estado, Apolinário reagiu com a aproximação aos demais dissidentes e aos antigos liberais da monarquia para formar a União Nacional. Definia-se a prioridade por um republicanismo democrático e liberal. Enfim, suas posições se tornaram minoritárias no movimento republicano, o que, segundo Lazzari (2004), se deu ao longo da década de 1880, quando perdeu espaço a uma nova geração de bacharéis formada em direito em São Paulo e influenciada pelo positivismo.

Os estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo que fizeram seus cursos preparatórios nas escolas particulares da Capital rio-grandense na década de 1870, presenciando o auge da atividade do Partenon e que conheceram a propaganda de Apolinário, decidiram entrar em uma empreitada para escrever uma concisa história da Província. Almejava-se concretizar uma obra de publicidade, a ser lançada a 20 de setembro, data do aniversário da revolução.

Em relação à produção histórica anterior, os republicanos pretendiam escrever uma história científica. Era alvo dos republicanos explicar o significado dos episódios históricos confrontando as decisões políticas com o caráter rio-grandense tramado pelas influências naturais da raça e do ambiente. No momento da Farroupilha, a Província estaria com sua personalidade despontando em integral pujança, nutrida pelos estímulos naturais que se encarregavam de conformar a feição povo. A tática era instigar o sentido de uma identidade original entre os rio-grandenses para persuadi-los da ascendência do regime federativo sobre a centralização. Os novos republicanos rio-grandenses da década de 1880 acreditavam poder

estabelecer sua racionalidade e cientificidade e colocaram-se em ação para serem hegemônicos no comando do Partido Republicano.<sup>146</sup>

O Partido Liberal no poder, de 1878 até 1885, não alcançou esquivar-se das iguais críticas que perpetrara, quando na oposição, aos conservadores. Para Piccolo, numa atitude de inércia, os liberais não conseguiram no governo o que exigiam na oposição. Na Província, as censuras ao Partido Liberal pela sua omissão não chegavam somente do Partido Conservador:

Partiam também de dentro do próprio partido liberal e dos republicanos. Uma nova geração de políticos fazia a sua entrada na Assembleia e muitos estavam imbuídos do republicanismo. Não aceitavam a acomodação do partido liberal e desafiavam a liderança autocrática de Silveira Martins. E, a partir de 1882 com a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense e, principalmente, a partir de 1884, através das páginas de *A Federação*, a hegemonia liberal, na província, começava a ser contestada. (PICCOLO, 1979, p. 114).

O Partido Republicano no Rio Grande do Sul apresentou dificuldades para estruturar-se. As tentativas feitas depois da publicação do Manifesto de 1870 não surtiram resultado. Integravam o PRR, sobretudo, jovens há poucos egressos da Academia de São Paulo, então um amplo núcleo difusor do ideal republicano. Ali se fundara o Clube 20 de Setembro, filiando seu pensamento político ao dos farrapos, tal qual haviam feito os liberais e republicanos da geração anterior:

Júlio de Castilhos, que em pouco tempo assumira uma liderança incontestável dentro do partido, levando-o a abandonar a filiação ideológica ao Manifesto de 1870, discutiria pelas páginas de *A federação* o direito, a que os liberais se haviam arvorado, de herdeiros do movimento farroupilha. (PICCOLO, 1979, p. 115).<sup>147</sup>

O Partido Republicano aproveitava-se dos entraves do sistema político imperial, explorando a sua pouca representatividade e a demasiada centralização. O PRR fundado em 1882 (quando o Partido Liberal se corroborava uma atitude acomodada ao *status quo* deixando de segurar a bandeira das reformas) teve consciência da nova realidade econômica e social da Província e procurou capitalizar politicamente os novos grupos sociais.

É este partido que virá a liderar a política sul-rio-grandense, assim como seus seguidores no campo das Letras irão dominar a literatura. Unidos num mesmo

<sup>146</sup> Apolinário denunciou “uma conspiração do grupo positivista e dos republicanos de última hora para combater sua influência e excluí-los do partido, de modo que a tese da ditadura científica pudesse prevalecer sobre a tradicional bandeira da democracia liberal [...] Além das questões estritamente doutrinárias que colocavam liberais e positivistas em disputa aberta pela hegemonia do partido, decisões sobre a estratégia de intervenção política e social do grupo igualmente colocavam em evidência visões divergentes”. (LAZZARI, 2004, p. 232-3).

<sup>147</sup> Ver Grijó (1993), “Articuladores do Partido Republicano apropriam-se da ‘Revolução’”.

movimento, assiste-se à tomada paulatina do poder literário e político, rumo à consolidação da oligarquia por muitas décadas responsável pelos rumos da Província. (ZILBERMAN, 1998, p. 38).

Entre os integrantes do PRR que se dedicaram à escrita historiográfica da Farroupilha estava o jovem estudante de direito Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938). Para Love (1975, p. 31-32),

Assis, nascido em 1857 e herdeiro de extensas propriedades na Campanha, distingue-se na Faculdade de Direito por ser orador inflamado. Em São Paulo, contribuiu para a fundação do Clube Acadêmico Republicano, que servia de fórum para as denúncias veementes do monarquismo, do centralismo e do Catolicismo [...] Rico, elegante e excelente orador, rapidamente adquiriu adeptos em sua terra natal, e sua eleição para a Assembleia Provincial, em 1884, parecia pressagiar a mais brilhante carreira de sua geração.

A pregação republicana marchava para saídas radicais e alguns acadêmicos rio-grandenses, estudantes na Academia de São Paulo, agremiados no Clube 20 de Setembro, iriam desfechar críticas à ordem imperial. As obras escritas por essa época, por Alcides Lima e Assis Brasil, acentuam a preocupação de rever o passado rio-grandense à luz as ideias republicanas. O primeiro escreve a *História Popular do Rio Grande do Sul* e o segundo a *História da República Rio-Grandense*, publicadas no mesmo ano de 1882, na data de aniversário da Farroupilha.<sup>148</sup> Na intenção, constituem um só livro de tal modo se fundem e completam os planos a que obedeceram.<sup>149</sup>

<sup>148</sup> Algo que daqui para diante será comum sobre a Farroupilha: a comemoração. Mas esta começara, primeiro, de forma mais simples, mas sempre simbólica da luta por reconhecimento do imaginário entre imperiais e republicanos no século XIX. Assim, Assis Brasil (1981, p. VI) inicia seu livro: “O clube Vinte de Setembro, composto dos estudantes republicanos rio-grandenses da faculdade jurídica de São Paulo, mandou imprimir esta obra para comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul, no seu 47º aniversário, 20 de setembro de 1882”. Isto é, o reconhecimento do imaginário oposto ao imperial nasce com a marca da comemoração da revolução e com um lugar de produção: o Clube 20 de setembro.

<sup>149</sup> Na apresentação, Lima (1983, p. 6) afirma: “A edição original deste livro foi impressa a pedido do clube **VINTE DE SETEMBRO**, composto dos estudantes republicanos rio-grandenses da faculdade jurídica de São Paulo, para comemorar a imortal revolução do Rio Grande do Sul no seu 20º aniversário, 20 de setembro de 1882”. E na introdução declara: “O autor intenta unicamente apresentar aos seus comprovincianos, em uma apreciação resumida e sintética, o conjunto da elaboração social e a concatenação dos elementos que predisuseram o Rio Grande do Sul a desligar-se do Império brasileiro, proclamando-se Estado Independente sob a forma de governo republicano. Nesse sentido a *História Popular* não é mais do que uma introdução necessária à *História da República Rio-grandense*. Ambos os trabalhos são frutos de uma mesma aspiração: *comemorar a imortal Revolução de 35*. O Clube Vinte de Setembro que as mandou executar deixou aos seus autores plena autonomia no modo de escrevê-las e de apreciar os fatos. Cumpre-me dar a esse mesmo Clube, que tão elevadamente compreende os seus deveres sociais, as explicações, que de algum modo esclarecem e motivaram as imperfeições deste trabalho que o mesmo *Clube* confiou-me”. (LIMA, 1983, p. 9). Semelhante ao livro de Assis Brasil, a *História Popular* nasce sob o signo da comemoração da Farroupilha e tendo um lugar de produção que possibilita e permite um tipo de escrita do passado: O Clube 20 de Setembro.

Há um projeto político-narrativo do Clube 20 de Setembro sobre como escrever a Farroupilha. Isto é, tentam o reconhecimento de outro imaginário que se acomodasse a seu projeto político. Se juntamente almejam com o Partenon, franquear outro imaginário à Farroupilha, diferente dos partenonistas os jovens do Clube 20 de Setembro tinham maior pretensão político-institucional. Por serem de uma geração posterior a Apolinário também foram tributários de outras fontes teóricas e estéticas.<sup>150</sup>

Para Assis Brasil, seu livro *História da República Rio-Grandense* é um empenho na direção das ideias que expôs, anteriormente, no livro *República Federal*. É convicção do autor de que as revoluções mais importantes que abalaram outrora o país “tiveram como causa principal a necessidade do sistema racional da federação”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. VII). A revolução rio-grandense seria a mais característica dessas revoluções. Nenhuma outra revolução brasileira colocou em tanto risco a integridade nacional. Por isso, considerou-se com trabalho dobrado, pois “além do de historiar os fatos, ainda o de tornar saliente a índole deles”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. VII). Considerou importante para sua obra o livro de Tristão Araripe, pois “obra de grande mérito” que juntou elementos que andavam dispersos, embora Assis Brasil se considerasse em discordância com as ideias de Araripe e com a exatidão de alguns fatos. O aparecimento da obra de Araripe, no entanto, teve o valor de uma afronta aos republicanos e por causa dele alguns planos de apresentar a versão ligada a uma narrativa republicana da Farroupilha foram colocados em curso.<sup>151</sup>

<sup>150</sup> Ver Lazzari (2004), capítulo “Novos republicanos contam velhas histórias: republicanismo e identidade provincial”.

<sup>151</sup> Além de Assis Brasil, outros escreveram livros historiográficos sobre a Farroupilha nesse período. Em 1882, vem à luz o livro de Barcelos (1987), *A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. Ramiro Barcellos pertenceu ao PRR, contribuiu com o jornal *A Federação*, foi secretário da fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, duas vezes senador da República e embaixador do Brasil no Uruguai. No século XX, após a morte de Castilhos, rompe com Borges de Medeiros e lança um livro de sátira sobre ele que foi sua obra mais conhecida: *Antônio Chimango*. Barcellos (1986, p. 25) entedia que a Província era injustiçada pela Corte Imperial neste período, e por isso se estabeleceu um combate “entre o espírito político do passado, herança da metrópole, e as ideias novas que entusiasmavam a democracia rio-grandense, a qual então se inspirava nas teorias da *Jovem Itália*”. Mas a principal contribuição de Barcellos foi que a Farroupilha foi uma revolução que buscava a confederação brasileira: “Os revolucionários rio-grandenses tomaram então uma suprema resolução e determinaram-se a lançar a primeira pedra de um grandioso edifício – da Confederação Brasileira –. O Rio Grande tomava a iniciativa e dava o grande exemplo [...] Foi esse o pensamento dos revolucionários”. (BARCELLOS, 1987, p. 73). Fernando Luis Osório, em 1894, escreveu o primeiro volume da *História do General Osório* que lhe rendeu um ano depois o ingresso no IHGB. Fernando Osório escreveu uma biografia sobre seu pai, o General Manuel Luis Osório. Dessa biografia há uma parte dedicada à Farroupilha intitulada “A Guerra Civil dos Farrapos”. É uma defesa de seu pai durante o conflito sulino. Mas a intriga é reatualizada defendendo a ideia de república, logo, defende os farrapos. Isto é, Fernando Osório fica de um lado, defendendo a atuação do seu pai ao lado dos imperiais, mas tem que ao mesmo tempo defender os farroupilhas. Assim, para o autor, “Em face de um altar sagrado, irão ajoelhar-se: – o patriota sincero e respeitoso – o republicano que presa as tradições gloriosas do seu partido – o democrata convicto – os descendentes dos *Farrapos* imortais que legaram aos seus vindouros exemplos de bravura e heroicidade, os ensinaram a amar a terra natal, e a sofrer por ela. Irão também descobrir-se... e porque não? – instigados por justo acatamento, os filhos dos *legalistas* vencedores dos

Ao contrário dos memorialistas, afirmou: “Empreendo escrever a história da República Rio-grandense”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 1). Diferentemente dos memorialistas, considera que o tempo das paixões passou ou pelo menos haveria uma ciência que produziria sentenças históricas verdadeiras, independentemente do posicionamento pessoal. Portanto, Assis Brasil considera necessário postular um novo método para a *História da República Rio-Grandense*:

Levados pela fatal mania de atribuir tudo a exclusiva influência dos indivíduos e nada às leis indefectíveis segundo as quais se efetua o movimento histórico, os escritores que se têm ocupado até hoje da revolução rio-grandense vão procurar-lhe as causas em fatos isolados e imediatos, que, perante uma indagação mais exigente e mais racional, exigirão por sua vez segunda e mais longa explicação. Divergindo fundamentalmente de método tão cômodo quanto infecundo, procurei esboçar, com a filiação histórica da série de sucesso cuja narração me proponho, as causas que me parece explicarem a sua origem e prolongamento. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 2).

Segundo Assis Brasil, ninguém poderia desconhecer a eficaz influência que se desempenha sobre as pessoas o emaranhado de ocorrências físicas que o circundam: o *meio cósmico*. Esse entendimento é importante para compreender o Rio Grande: “onde os hábitos e as tendências dos habitantes, desde logo, sensivelmente se adaptaram a natureza específica do meio”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 3). Portanto, começa fazendo uma descrição geofísica da Província. Descreveu as estações, a vegetação, o solo, as diferenças geográficas da Província, a altitude em relação ao nível do mar, as chuvas, a agricultura e as riquezas naturais. De tal modo que

---

*farrapos*, se é que tiveram, como eu, a fortuna de ouvir seus Pais falarem com reverência das grandiosas façanhas destes vencidos ilustres, cuja quase totalidade já dorme”. (OSÓRIO, 1935, p. 178-179). Ao fim do livro conta uma conversa que teve com seu pai em que via nele certo pesar ao falar sobre a guerra civil, pois seus sentimentos eram republicanos e o que mais aumentava sua mágoa era ter combatido contra as suas próprias ideias. Para uma pesquisa de fôlego sobre a livro *História do General Osório*, ver Lamb (2012). Também há *Achegas à Araripe*, que são as notas que José Gomes Portinho (1814-1886) fez ao livro *Guerra Civil no Rio-grande do Sul* de Araripe, isto é, apontamentos, notas, subsídios para estudo de um assunto, neste caso, a “Guerra civil”. Portinho quis, com estas notas ao livro de Tristão Araripe, corrigir o livro aonde ele considerava-o equivocado. Essas notas pertenceram a Alfredo Varella, hoje integrando a coleção Varella. Em 1990, Mario Dornelles reuniu as notas e publicou as *Achegas*. Segundo Dorneles, as notas foram escritas em 1881, porém não há certeza. As *Achegas* são as memórias de Portinho sobre a “guerra civil”. Nelas pretende corrigir as informações de Araripe para os futuros historiadores. Portinho participou na “revolução rio-grandense” do lado dos “rebeldes”, chegou ao fim da guerra como tenente-coronel. As *Achegas* vão desde correções de nome, de números de mortos em batalha, dias de eventos, a interpretações sobre a guerra e até sobre como deve se escrever, isto é, vai desde as menores correções empíricas a questões de interpretação e escrita. Suas notas são uma resposta direta às considerações de Araripe sobre “revolução”. Mostra, em sua narrativa, os “republicanos” como homens de princípios que lutam por ideais, que a república era uma vontade geral dos rio-grandenses. Apresenta os chefes “rebeldes” como homens de ação e caráter, no qual só uma “paz honrosa” os fez parar de lutar contra o Império. Enfim, Portinho defendeu e enalteceu seus colegas de armas e suas ideias.

Nada falta ao Rio Grande do Sul. É uma terra que pode viver com luxo exclusivamente dos seus próprios recursos. Tudo ali é favorável à civilização e ao progresso [...] Quem nasceu e viveu nessa terra, em que a própria natureza tem um singular aspecto de máscula generosidade, não pode deixar de amá-la com amor fanático: já tornou-se proverbial a adoração do rio-grandense pelo seu torrão natal [...] com que ele a coloca acima de todas as províncias irmãs. Há terras assim, que exercem tal influência sobre os seus filhos – que os chegam a identificar consigo. Da adaptação do povo a esse conjunto de circunstâncias ambientes nasce para ele uma natureza correspondente. O caráter rio-grandense teve essa origem. É, pois, em primeiro lugar, na natureza física, no conjunto de circunstâncias que constituem o meio cósmico – que se encontram a primeira razão, a causa inicial, não direi só da revolução, mas também do modo por que ela se efetuou. Para fazer ressaltar a sanção deste asserto – bastará combinar as circunstâncias primordiais entre si e depois com os fatos supervenientes que com elas vieram entrar em colaboração. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 13).<sup>152</sup>

No meio cósmico está a causa da revolução rio-grandense, o caráter do rio-grandense é produzido na natureza. As condições físicas e geográficas (o meio cósmico) são a razão de ser do rio-grandense e da revolução rio-grandense, enfim, o meio cósmico como trama da explicação historiográfica. Depois de mostrar as circunstâncias primordiais, o autor passa a descrever os fatos supervenientes, isto é, a composição social, a descrição dos povos que formaram a Província e o caráter de seu povo. Como o meio do Rio Grande é diferente, logo, o povo é diferente. Os elementos que formaram a população rio-grandense diferem muito dos que formaram as outras Províncias do país. Formaram o Rio Grande, os açorianos, portugueses, paulistas, mineiros e espanhóis, modificados da sua base original comum tanto pela influência do meio como do novo gênero de atividade que exerceram. Para o autor, o comércio de africanos não foi no Rio Grande feito com grandes vantagens. Enfim, o “sangue etiópico” não foi, na época da revolução, em quantidade eficiente que formasse na população uma influência decisiva”. Também, em 1835, o “elemento aborígine” não cooperou na formação da população. A população rio-grandense, na época do “movimento de 1835”, foi produto dos elementos principais. Assim,

o que é real [...] porque é um fato, – é que, fossem quais fossem as forças que agiram no princípio, delas saiu como resultante uma população duma plasticidade tal que rapidamente, em menos de quatro gerações, adaptou-se plenamente ao meio cósmico em que foi lançada e apresentou a mais frisante originalidade. Este é o fato culminante, que tenho por firme e inabalável. Quando a revolução de 1835 se foi preparando no animo da província, já esta possuía um caráter propriamente seu, usos, costumes e tendências característicos. Era mesmo esse o tempo da maior originalidade: as forças naturais haviam realizado a sua evolução completa e a civilização não lhes tinha ainda modificado os efeitos [...] Um fato que ressalta à mínima observação é que nesse trabalho a ascendência da natureza ambiente sobre a

<sup>152</sup> Claro que não só Assis Brasil manejava assim a historiografia. O peso da determinação do meio, tese do geógrafo alemão Karl Ritter, difundida nesta época, está presente em vários autores. Euclides da Cunha (1968), em *Os sertões*, reitera a determinação das “condições mesológicas” para explicar Antônio Conselheiro e Canudos.

população foi muito pronunciada. Todas as características peculiares do povo, todos os seus hábitos e o próprio tipo de constituição física, estão na mais rigorosa correlatividade com as circunstâncias particulares do meio. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 21-22).

Assis Brasil entendia que a posição astronômica da Província, as temperaturas contrastantes, o solo, a alimentação (carne), o mate amargo, as verdes campinas contribuíam para deixar na alma do seu povo, a coragem, a força extraordinária de que ela é cometida. Também a indústria,<sup>153</sup> o trabalho nas estâncias o equiparou a condição das riquezas e gerou, em todos, igual atividade de interesse. O contato com os hispano-americanos codeterminou o tipo característico da Província tanto pela efusão de sangue hispano-americano quanto pela imitação de costumes. Disso ficaram resíduos consideráveis:

Foi dessa concorrência de circunstâncias, resumidamente exposta, – influência do clima, da natureza e aspecto do solo e da sua conseqüente capacidade produtora, plasticidade da população original, alimentação, indústria, contágio com a raça vizinha, – que germinou e cresceu o tipo distintivo dos rio-grandenses, esse tipo vigoroso e sólido que só por si bastava para explicar o estranho ímpeto da sua revolução. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 33).

Mais duas causas secundárias que derivaram daquelas eram importantes: por um lado, o sentimento inato de orgulho e altivez e, por outro, o sentimento de independência. Considerando todos esses fatos, “compreender-se-ão, sem esforço, a natureza e os efeitos dum movimento que partisse do coração desse povo por tal forma preparado por enérgicos precedentes”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 34).

A relação entre a província do Rio Grande e o Império do Brasil também deve ser estudada para se entender as causas do fato revolucionário. Nessa indagação, o que em primeiro lugar percebeu o autor é a diferença entre o Brasil e o Rio Grande. Não haveria Província tão diferente do resto do país. O que a ordem natural de coisas demandava era que as instituições que a cobrissem não fossem contrárias à sua natureza. Para Assis Brasil, um sistema racional de instituições políticas deveria ser o espelho do meio sobre o qual se constitui e foi isso o que o Brasil negou ao Rio Grande. As instituições e a legislação brasileira tentaram tornar uma parte igual ao todo que “ela apenas por vínculos remotos de afinidade se ligava”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 36). A Província foi amarrada ao centro por uma unidade mal entendida, pois “A lei teve o intento insensato de nivelar aquilo em que a natureza havia estabelecido uma sábia e harmônica desigualdade”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 36). Quando instituições e natureza se ajustam é salutar, mas quando ocorre o contrário, a vitória neste embate é sempre

---

<sup>153</sup> Por indústria o autor entende todo o gênero de atividade material de um povo.

da natureza, assim, “os sucessos do Rio Grande foram uma triste comprovação desta verdade”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 36). Mas as lições do Rio Grande não serviram a quem se destinava. E assim, no momento em que seu pensamento político e sua compreensão da história se unem, ele escreveu que

Uma organização baseada nos elementos naturais, uma organização federativa, para dizer tudo, estabelecida no tempo oportuno, na qual os grandes órgãos deste extraordinário país exercessem livremente as suas funções próprias, cooperando livremente também para a vida do todo – teria aparado os reduplicados golpes que por vezes estiveram prestes a cortar para sempre o fio da integridade nacional. A liberdade é em tudo uma condição de vida e, por conseguinte, de ordem; quiseram substituí-la pela centralização atrofiante; o resultado foi o que se viu: um protesto enérgico da natureza. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 36-37).

Além disso, o medo do regresso ao período colonial, as atitudes suspeitas de agentes políticos que autorizariam a desconfiança, os presidentes que o governo do Rio de Janeiro mandava para a Província tinham o defeito de não conhecerem o povo e a terra, a perda da Cisplatina, foi que “a fé na paternidade do governo geral estava perdida”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 42). Como resultado dessa política imperial, a Província foi aniquilada e os “queixosos tinham toda a razão [...] O governo central promovia guerras, assolava a província, sugava as suas riquezas por todos os modos, utilizava os serviços dos seus valentes filhos”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 42). Os impostos foram elevados e agravaram a economia que deveriam proteger. Portanto,

Nunca foram tão evidentes os males da centralização, isto é, da ausência de liberdade. O governo central não conhecia as necessidades da província [...] não as sentia [...] por outro lado, a iniciativa local não existia, não podia existir num sistema em que toda a vida confluía para o centro. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 46).

Por causa dessa centralização, não haveria infraestrutura básica na Província além de não haver escolas públicas. Portanto, os que conseguiam se ilustrar não toleravam a “governança madrasta” que arruinava a Província. Os desgostos, os ressentimentos fermentavam e

o mal de que mais dolorosamente sofria a província era a falta de liberdade. Liberdade quer dizer o poder de viver soberanamente por si naquilo que só a si diz respeito. Estava rasgada a senda da federação. O povo não tardou em precipitar-se por ela [...] E este fenômeno foi geral em todo o Brasil. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 47).

Após explicar o meio natural em que surgiram as causas da revolução rio-grandense, Assis Brasil passa aos acontecimentos da revolução, que seriam uma consequência do meio. Portanto, em 7 de abril de 1831, estavam frouxos os vínculos de autoridade. Começara por todo Brasil o fenômeno da desagregação. A abdicação de D. Pedro I “colocou mais pronunciadamente grande número de espíritos ao serviço dessa lei histórica. As forças da revolução receberão demasiado impulso progressivo; as forças da conservação [...] operaram impelidas por extraordinário impulso retrogressivo”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 49).

Crescia na Província um sentimento de desgosto aos negócios públicos. As lutas e rivalidades dos dois partidos antagônicos aguçaram o processo. Os “patriotas rio-grandenses” reclamavam que a “facção retrógrada” impedia as reformas liberais de 7 de abril. Rodeados de tais suspeições e instigados pela disposição do país para rechaçar a uniformidade, os “patriotas rio-grandenses” não podiam sujeitar-se ao governo do centro, mesmo que fosse liberal. No Rio Grande surgiu o Partido Federalista. Este partido queria a autonomia das Províncias ligadas pelo vínculo federal. E esta teria sido a causa das revoluções no primeiro quartel da vida nacional e que “No Rio Grande, a federação era a ideia culminante dentre todas as aspirações liberais. Nada, porém, autoriza a crer que houvesse por esse tempo definidas convicções republicanas; antes o certo é que [...] a democracia era repelida por todos os patriotas liberais”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 54).

As ideias federais eram as mais adiantadas e discutia-se em sociedades secretas, na maçonaria e nos jornais. O italiano Zambecari era quem difundia por meio dos jornais as ideias republicanas. Portanto, o influxo da *Jovem Itália* na Província passou por Zambecari. Havia na Província uma fêrvida luta dos partidos entre retrógrados e exaltados sobre o futuro do país. E Fernandes Braga, presidente da Província, neste clima de febre partidária acusa os liberais de querer separar a Província da comunhão brasileira. O que, para Assis Brasil (1981, p. 73), foi um erro e uma injustiça:

[...] nunca os homens que fizeram a revolução pensaram, antes dela, na separação da província; tratavam sim de estabelecer a federação em todo o país, o que também era ideia comum a todos os brasileiros mais ilustres daqueles tempos. Esta interpretação é a que resulta duma infinidade de documentos privados e públicos.

A sua afirmação sobre o que foi revolução rio-grandense está sustentada no procedimento historiográfico, isto é, só afirmou o que foi quando dispunha de sólida documentação. Cientificamente “comprovou” que a revolução rio-grandense não era separatista nem republicana, mas federalista. E mesmo após as circunstâncias obrigarem os

rio-grandenses a proclamarem-se independentes, em todos os atos oficiais do governo republicano sempre apareceu a ideia de federação.

Além disso, fatos relativos as repúblicas do Prata sempre interferiram na sorte da Província. Rivera e Lavalleja no Uruguai e Rosas em Buenos Aires eram personagens frequentes na política provincial com Bento Gonçalves e Bento Manuel. Para o autor, o presidente Braga e o marechal Barreto alimentavam o Partido Retrógrado que se opunha à reforma liberal e à federação. E para deter as forças retrógradas, os liberais escolheram seu líder: “todos olharam para Bento Gonçalves. Era de fato a figura mais saliente, a entidade real de toda província”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 86). Tal era o estado geral de coisas “os revolucionários tinham preparado maduramente o golpe irresistível”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 91).

O espírito revolucionário tinha contaminado a Província inteira e “era completa e absoluta a vitória da revolução”. Bento Gonçalves era aclamado como o libertador da Província. Nesse momento, a paz era completa. Contudo, Braga chegou ao Rio de Janeiro pintando a revolução rio-grandense com cores medonhas. Assim o Padre Feijó, “sincero patriota”, tratou de sufocá-la. A ele, também, se deve o sangue derramado na Província, além da inutilização das ideias salvadoras que os patriotas rio-grandenses plantaram na nação brasileira. Feijó nomeia Araújo Ribeiro novo presidente da Província. Ribeiro era homem de grande firmeza em política e com tendências autoritárias. Feijó não compreendeu a revolução rio-grandense, pois ao querer fazer uma anistia geral, não entendia a causa real da revolução, que não era deposição de Braga e Barreto, mas a federação.

Nesse momento da narrativa, Assis Brasil apoia a suspeita dos liberais em relação ao novo presidente e ao adiamento de sua posse. O argumento que usa o historiador é o processo contra o vice-cônsul de Hamburgo. Com isso “o governo mostrava-se decidido a persegui-los”. Assis Brasil, com essa argumentação, atribui a continuação da guerra ao governo imperial, ao contrário do que sugeriria Araripe e outros memorialistas que imputavam aos revolucionários a continuação da guerra. Na escrita da história de Assis Brasil, os revolucionários queriam garantias de respeitar a revolução de setembro e os seus homens. No entanto, a contrarrevolução avança liderada militarmente por Bento Manuel, que passou para o lado da reação. Com Bento Manuel como chefe das armas da Província, a atividade militar surgia de parte a parte com idêntico esforço. Acreditava Assis Brasil que a Província inteira estava do lado dos rebeldes. Contudo, refletindo sobre sua escrita:

O autor desta narrativa não tem o mínimo interesse em ocultar a verdade sobre fatos particulares do grande drama que escreve, porque está certo de que qualquer nódoa parcial seria iluminada e desfeita pela harmonia do conjunto, e mesmo porque o descrédito da causa de 1835 não seria para a causa de hoje. O interesse que há é o de dizer a verdade histórica, bebida de boa fé nas melhores fontes. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 136).

Assis Brasil propôs para sua escrita três coisas: imparcialidade, a busca da verdade histórica e, as duas anteriores baseadas na terceira, as fontes históricas. Em nenhum momento ele escreveu sobre a impossibilidade de se escrever a história da República Rio-Grandense e apenas produzir memórias históricas. Ele considerava-se escrevendo a história e não a memória da Farroupilha.

O triunfo da República Rio-Grandense não foi total pelo fato dela não dispor de uma marinha armada. Mas quase toda a população da Província pertencia à revolução, e os que a combatiam eram de outras Províncias, de Portugal ou outros países. Dentro do argumento, nada mais lógico, pois só quem era do meio saberia entender as necessidades do meio. O que daria legitimidade política à revolução. Portanto, com o tratamento dado pelo governo regencial, haveria mais aceitação social deste movimento: “Todos perceberam logo e ao mesmo tempo que só havia um caminho que apresentava a saída de tantos embaraços: era separação da província do grêmio brasileiro, com cujo governo tornara-se incompatível qualquer harmonia. E assim solveu-se a crise”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 162).

Netto proclamou a República, pois tal pensamento já estaria penetrado no Partido Revolucionário. Conforme Assis Brasil, acusaram Netto de querer arvorar-se em árbitro de uma população inteira, contudo “não pode haver acusação mais banal. Toda iniciativa há de partir dalgum ponto. Não foi também o seu brado um rasgo de militarismo ou de caudilhagem. Netto e os que o cercavam eram cidadãos armados; não eram soldados”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 164). Percebe-se que é uma resposta de Assis Brasil à consideração de Tristão Araripe que compreendeu a revolução como militarista e caudilhesca, e sem presença nenhuma do povo em sua elaboração. Também, a revolução não se iniciou como republicana porque

Os revolucionários, porém, apenas queriam a autonomia da província, sem que fosse roto o princípio da integridade da nação; entretanto [...] A independência e a democracia vieram fatalmente, como única solução das ideias liberais bem entendidas. Impuseram a vontade dos homens. Foi sempre esta a história das revoluções liberais: ou sucumbem debaixo da pressão reacionária, ou a lógica as arrasta a democracia legítima. Muitas vezes, os próprios homens que as servem não as compreendem, tiram-lhe o caráter social, o caráter amplo, para atribuir-lhes feições egoísticas e acanhadas. Mas os homens são instrumentos das ideias:

trabalham por elas sem saber para que trabalham, sem apreender a conjunto de fatos a que se dirigem. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 165).

Assis Brasil justificou a separação como uma fatalidade perante os acontecimentos e, além disso, observa-se em sua escrita uma filosofia da história: os homens fazem história sem saber por que fazem, mas há um plano que perpassa a história que os homens não têm acesso, mas que mesmo assim suas ações, mesmo sem a consciência do fenômeno, cumprem esse fim preestabelecido da história. No caso do entendimento de Assis Brasil, os homens são instrumentos das ideias federalistas de liberdade. Se nas memórias imperiais era o passado que controlava o presente, agora, a partir de Assis Brasil, é o futuro programado que o faz.<sup>154</sup>

Enquanto Netto proclamava a República, Bento Gonçalves sitiava a Capital. Porém, por falta de forças, Bento Gonçalves resolveu voltar à campanha. Em seu encalço vinha Bento Manuel, que aderira aos legalistas. Para Assis Brasil, “a indecisão foi sempre o lado fraco de Bento Gonçalves” (ASSIS BRASIL, 1981, p. 172) e um dos motivos do fracasso em Fanfa. Mas o que chamou a atenção neste caso não foi à batalha em si, entretanto a questão se houve ou não capitulação.<sup>155</sup> Diferentemente de Araripe, o que houve foi capitulação. Assis Brasil sentiu-se admirado que um fato como o de Fanfa fosse até sua época um tema controverso. Muitos argumentavam que Bento Gonçalves se rendeu à discricão<sup>156</sup> e que nunca houve provas da existência da capitulação. Porém o acontecimento de Fanfa veio a aumentar a tenacidade dos republicanos e reafirmar que a revolução rio-grandense não era caudilhista:

O fervor com que a luta recomeçou e recrudescer bem evidenciava que era unânime e acorde, espontâneo e natural o sentimento que movia esses homens, arrastados por convicções, bem ou mal fundadas – não importa –, mas que certamente não seguiam as imposições dum caudilho, porque a ausência desse caudilho não sufocou, antes alentou e impeliu o primitivo ímpeto. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 183).

Araripe afirmou que era uma revolução de caudilhos. O que Assis Brasil negou. E assim, querendo afirmar o caráter popular da revolução, ele escreveu que “de toda parte

<sup>154</sup> Sobre o entendimento de futuro controlando o presente, ver Kosselleck (2006), capítulo “O futuro passado dos tempos modernos”.

<sup>155</sup> Para Assis Brasil (1981, p. 175), Bento Manuel “escreveu a Bento Gonçalves, pedindo-lhe que capitulasse; este perguntou-lhe em que condições aceitava a capitulação; Bento Manoel respondeu que deixaria livres a todos [...] Pediu-lhe Bento Gonçalves que enviasse escritas essas condições. Bento Manoel acendeu. Então, capitularam”. E, querendo mostrar que os documentos são mais significativos do que os raciocínios, transcreve um documento oficial de Bento Manuel ao ministro da guerra em que ele garante que prova a capitulação. E conclui que “Tudo isso prova com alguma evidência que Bento Gonçalves, apesar da sua desesperada posição, não se entregou prisioneiro, mas *capitulou*, aceitou condições [...] Mostra-o de sobra o seguinte documento, que ao mesmo tempo dá o último e soberano golpe na questão”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 179).

<sup>156</sup> Entregar-se incondicionalmente.

concorria o povo para Piratini, muitos vinham pela consideração da segurança pessoal e todos pelo desejo de tomar parte na constituição da república”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 184-85). O povo se aglomerava dentro e fora da câmara de Piratini para presenciar a independência e a república, que foi o último recurso que tiveram os patriotas diante da perseguição do governo brasileiro. Este, com seus erros políticos, precipitou os rio-grandenses para fora do teto em que nasceram. Portanto, “começou o povo a depositar na urna seu sufrágio” (ASSIS BRASIL, 1981, p. 189-190) para decidir o presidente da república, nisto ao contrário de Araripe, o militarismo em nada influenciou. Enfim, “o que tenho até aqui historiado não é mais do que o prólogo da tragédia cujas cenas se vão desdobrar ainda [...] sem nunca macular, antes engrandecendo e exaltando, até o último momento, a honra do generoso povo que a erigiu e sustentou”. (ASSIS BRASIL, 1981, p. 191).

Não é mais memória e agora, contra o IHGB, logo, contra monarquia, é história. A revolução é do povo e não dos caudilhos, pois o meio cósmico os fez desta maneira.<sup>157</sup> Assis Brasil inicia a contraposição federalista positivista ao imaginário centralista monarquista. Pertencendo a uma geração crítica da monarquia, seu horizonte foi a república federal e o Clube 20 de Setembro foi o lugar onde operou o seu texto historiográfico.<sup>158</sup>

A *História da República Rio-Grandense* de Assis Brasil, diferentemente da escrita histórica vinculada ao IHGB, centra sua explicação histórica em uma estrutura geofísica, o meio cósmico, que pretende que seja o princípio da explicação das ações dos personagens. Isto é, descobre-se qual o suporte geofísico que seria a constante e o repetitivo e a partir do qual se prevê a ação humana. Assis Brasil faz o que estava se tornando habitual no período, a introdução do cientificismo europeu na historiografia brasileira,<sup>159</sup> a busca pelas causas naturalistas do agir e, também, junto na explicação historiadora, a introdução das filosofias da história,<sup>160</sup> isto é, a história tendo um fim predeterminado a cumprir. No caso da *História da*

<sup>157</sup> Luigi Nascimbene em parte concorda com isso, aceita a tese do meio, mas pensa que esse meio só pertence à fronteira da Província com o Prata.

<sup>158</sup> A dimensão política de sua escrita foi a de ser “Considerada uma resposta ao estudo de Araripe, muito mais refinada e coerente do que as que até então se publicaram na província, pois contesta diretamente seu argumento principal, de que a unidade nacional estava acima de questão da forma de governo e que nas condições brasileiras a monarquia centralizada era sua única garantia. Assis Brasil busca provar o contrário, mostrando que era o governo imperial, ao impor sua autoridade às províncias, quem ameaçava a integridade do país, pois aquele seria um sistema de governo inadequado à índole dos diferentes povos que o compunham, especialmente o rio-grandense”. (LAZZARI, 2004, p. 222).

<sup>159</sup> Ver Alonso (2002), capítulo “Os federalistas científicos: crítica da política imperial”.

<sup>160</sup> Sobre a influência de Henry Buckle e Hippolyte Taine em Assis Brasil, ver Boeira (1980), “O positivismo difuso”. Buckle e Taine pensam a historiografia como uma epistemologia semelhante à das ciências naturais, uma visão da história como ciência generalizadora, a história como progresso e um confronto entre as sociedades humanas e o meio geofísico. Assis Brasil usa Taine em especial, entre os dois autores, e dele toma seus três passos metódicos: a história deveria ser analisada a partir de três fatores: a) o meio geofísico; b) raça; e c) momento histórico.

*República Rio-Grandense* o fim, para o qual deveria culminar a história, seria a criação de uma sociedade brasileira que atingiria a liberdade, lutando contra o inimigo da liberdade, o centralismo da Corte, a partir da ideia do federalismo e, após, chegando a um sistema federalista. E o Rio Grande do Sul, a partir da Farroupilha, foi a principal Província, sobretudo por suas condições cósmicas, a ser a portadora desse projeto federal de liberdade nacional. E além desse diferencial teórico finalmente tinha-se uma “História” da Farroupilha. Agora, a teoria do veto para o século XIX estaria conforme formulada por Lima. Não haveria mais uma história *magistrae vitae* articulada a outros elementos da cultura histórica, a exemplos de memórias e crônicas de jornal. A ramaria fantástica de Oliveira Belo teria quem podá-la agora, e foi Assis Brasil quem forneceu as primeiras sentenças convictas da história. Como os romancistas escreveriam agora, que a verdade da história foi estabelecida contra a memória. Assis Brasil usou da teoria histórica a sua disposição para criar uma intriga em que a Farroupilha seria a precursora de um futuro em que o federalismo seria a conclusão de uma meta.

Com o fim da monarquia centralista em 1889 e o surgimento da República Federativa do Brasil, os Estados passam a ter mais autonomia. Contudo, a Farroupilha assumira um novo papel tempos depois. Já não mais a favor do projeto imperial ou a favor do federalismo e da república. A Farroupilha será usada para combater o novo sistema de poder institucional que se implantou no Rio Grande do Sul depois de 1889: o castilhismo.

#### **CAP. 4 A Farroupilha e o Castilhismo-borgismo contestado**

O PRR com Júlio de Castilhos, Proclamada a República em 1889, assume o poder no Estado. Após o interregno do governo liderado por Barros Cassal em 1892, o PRR volta ao poder ainda antes da Revolução Federalista de 1893. A institucionalização do regime republicano colaborou para produzir o sistema político coronelista que foi a base do poder na República Velha (1889-1930).<sup>161</sup> O coronelismo, enquanto sistema, instituiu-se no período em que os chefes locais principiaram a perder a sua força política local e necessitaram apelar ao governo, que, por sua vez ainda não era forte o suficiente para garantir sua presença institucional. (AXT, 2007). O fato da base do poder do coronel ser local, não significava que ele estivesse em isolamento. Muitos coronéis influenciaram a política estadual e nacional.

---

<sup>161</sup> Sobre esse tema ver Axt (2007).

O sistema coronelista entraria em colapso somente no fim da Primeira República, à medida que se incrementava no país o processo de urbanização, de industrialização e de crescimento populacional. Além disso, o Estado foi tornando-se mais interventor e aumentando sua margem de ascendência sobre o poder privado. Contudo, muitas práticas coronelistas, nepotismo, mandonismo e tráfico de influência continuariam a existir na vida política brasileira. Para Axt (2007, p. 92), o PRR no poder

costurou mais compromissos conservadores do que progressistas, esteve longe das decantadas fidelidade partidária e coerência programática e esteve tão envolvido com as práticas coronelistas como qualquer outro agente político da época. Todavia, o modelo político conhecido no Rio Grande do Sul apresentou inegáveis especificidades. A principal delas diz respeito ao quadro de institucionalização autoritária e de sistematização do discurso político-ideológico de justificação do regime.

O PRR governou o Estado do Rio Grande do Sul por toda a República Velha tendo nas figuras de Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros seus expoentes. Em 14 de julho de 1891, a constituição estadual foi proclamada. Muitas foram as questões polêmicas, com realce aos mecanismos de ingerência do poder estadual nos municípios, a omissão do conceito liberal de separação dos poderes e a possibilidade de reeleição ilimitada. A Revolução Federalista iniciada em fevereiro de 1893 foi uma resposta das oposições à centralização política imposta pela constituição de 1891. Em 1895, com o fim da Revolução Federalista, o presidente Prudente de Moraes garantiu a anistia aos federalistas.

O Partido Federalista reorganizou-se em 1896, mas limitou-se a participar da política através da imprensa até as eleições para a Câmara Federal em 1906, quando elegeu três deputados.<sup>162</sup> Contudo, Júlio de Castilhos, em seguida à Revolução Federalista, concluiu a organização do aparelho de Estado. Para Axt (2007, p. 95-96),

o autoritarismo de Constituição de 14 de julho de 1891 investiu o Poder executivo de formidáveis instrumentos de intervenção nos municípios e de controle do aparato estatal. Mas, ainda assim, o aparelho de estado continuava não sendo *infraestruturalmente* forte o bastante para possibilitar à elite dirigente assenhoreada do comando a implantação de um regime ditatorial e de controle absoluto.

Contudo, havia no espaço político, com a progressiva urbanização e industrialização, novos sujeitos sociais em cena, criando focos de pressão que ameaçavam o fechamento do sistema político. Para o autor,

---

<sup>162</sup> Ver Franco (2007), “O Partido Federalista”.

A especificidade do Rio Grande do Sul em relação ao sistema coronelista nacional estava numa permanente tensão existente entre o poder estadual e poderes locais, pois a natureza dessa relação era ao mesmo tempo de cooperação e de competição [...] enquanto nos demais estados a regra foi a acomodação entre esses dois termos. Ou seja no Rio Grande do Sul, o comando político regional – também emerso de uma rede de compromissos coronelísticos – pretendia sedimentar cada vez mais o controle sobre o estado, enquanto que os poderes locais aspiravam escapar do jugo compressor e forjar chefias relativamente autônomas. (AXT, 2007, p. 96).

E dois intelectuais se destacam neste período por suas trajetórias políticas e intelectuais. São eles Alcides Maya e Alfredo Varela. Dois intelectuais com trajetórias parecidas e distintas ao mesmo tempo. Alfredo Varela foi republicano de primeira hora, mas cindiu com o partido no cisma de 1906-1907. Alcides Maya foi do Partido Federalista e, após sua segunda passagem pela Capital federal, entre 1913-1914, aderiu ao castilhismo-borgismo.

Entretanto, quando ambos escreveram os livros aqui analisados, estavam na oposição ao projeto castilhista de poder que, após sua morte, foi liderado por Borges de Medeiros no comando do PRR. E ambos os autores usaram do passado farroupilha para fazer sua crítica ao regime autoritário castilhista-borgista. Alcides Maya lança, em 1911, *Ruínas vivas* e Alfredo Varela lança em 1915, em Portugal enquanto trabalhava como diplomata, *Revoluções Cisplatinas*.<sup>163</sup> Os dois fizeram o caminho inverso, enquanto um foi da oposição à situação político-partidária, o outro foi da situação à oposição. Mas, em um curto período de tempo, estiveram na oposição e suas obras têm as marcas do tempo presente. Assim, a Farroupilha no início do século XX foi usada para criticar e repensar o poder regional castilhista.

*Ruínas vivas* foi escrita entre 1905-1907, quando Alcides Maya encontrava-se no Rio de Janeiro, então capital federal. Maya, desde o final da década de 1890, dedicava-se à atividade da imprensa rio-grandense tanto n'*A Reforma* como n'*A República* e no *Correio do Povo*, jornais ligados aos federalistas. Os editoriais de Maya eram agressivos ao governo estadual, comandado pelo PRR, o que lhe dava a hostilidade dos governistas.<sup>164</sup> E uma das consequências da supremacia do PRR foi a coerção aos críticos do castilhismo.<sup>165</sup> Na virada do século, ressalta-se nos escritos de Alcides Maya uma visão crítica do presente, junto a um projeto de futuro liberal onde

<sup>163</sup> Tanto Maya como Varela lançaram esses dois livros pela Livraria Chardron, de Lello & Irmãos Editores de Porto, em Portugal.

<sup>164</sup> Segundo Almeida (1994, p. 29), a firme atitude oposicionista de Alcides Maya configurou uma situação familiar paradoxal na medida em que seu pai e avô materno eram republicanos e castilhistas. E continua a Almeida (1994, p. 30), neste período Maya fez amizade com Apolinário, frequentando a casa branca.

<sup>165</sup> Para Murari (2008, p. 158-159), “a partir de uma perspectiva liberal inspirada pela leitura de Spencer e na defesa dos direitos de cidadania, empreende uma crítica ferrenha ao castilhismo, condenado como regime político ditatorial, nutrido pela politicagem e pelo militarismo”.

Opondo-se, acima de tudo, ao clima de terror repressivo instaurado no Rio Grande do Sul com o término da Revolução de 1893, buscavam sustar a consolidação da ditadura positivista no Estado, mantendo um confronto constante com a facção governista. Com idêntico vigor, no entanto, exorbitavam o âmbito da política partidária, empenhando-se na construção de uma liderança intelectual e moral que abarcava, em seus projetos, a literatura a imprensa, as manifestações artísticas e filosóficas, enfim, o meio cultural em sua generalidade. Nesse sentido, a atuação de Alcides Maya parece ter sido ponderável, congregando intelectuais, difundindo novas ideias e conclamando à tomada de posições. (ALMEIDA, 1994, p. 59).

Alcides Maya transferiu-se pela primeira vez para a capital federal em 1903. Onde permaneceu até o primeiro semestre de 1907.<sup>166</sup> No Rio de Janeiro, escreveu *Ruínas vivas* entre 1905-1907.<sup>167</sup> Essa primeira passagem pelo Rio se caracterizou por um intenso trabalho jornalístico com uma intensa vida literária.<sup>168</sup> Volta no segundo semestre de 1907 para o Rio Grande do Sul, quando lança o *Jornal da Manhã*, em que a maioria dos seus colaboradores se identificava com os federalistas. Nesse ano também acontecia as eleições para o presidente do Estado. Disputavam as eleições Carlos Barbosa, apoiado pelo PRR e por Borges de Medeiros, e Fernando Abbott,<sup>169</sup> apoiado pelos opositoristas da dissidência republicana e pelo Partido Federalista. Fora patente o apoio de Alcides Maya na campanha de Fernando Abbott.<sup>170</sup>

Borges de Medeiros e Pinheiro Machado eram os alvos da crítica no *Jornal da Manhã*. Essa troca de Júlio de Castilhos por outros alvos elucida-se pela fama que se cultivou em volta do Patriarca da República. Assim, existe uma modificação em relação às manifestações de Alcides Maya sobre a figura de Castilhos nessa conjuntura, diferente da antecedente. Comum aos dois momentos foi a censura a resolução de Castilhos a perpetuar-se no poder, alcançando em cheio Borges de Medeiros.<sup>171</sup>

<sup>166</sup> Nesse período Maya tornou-se amigo de Machado de Assis.

<sup>167</sup> Uma primeira questão a destacar em relação a *Ruínas vivas* é a diferença entre o tempo de edição e a efetiva oferta do livro ao público. Embora 1910 nas notas tipográficas de *Ruínas vivas* como o ano de sua edição, chegou às livrarias só no segundo semestre de 1911. Para a Almeida (1994 p. 127), é passível de desconfiar que alguma coisa no livro tenha sido modificada entre 1907 a 1910. E, também, por estar estreando na narrativa regionalista, Alcides Maya provavelmente encontrou dificuldades em publicar seu romance. (ALMEIDA, 1994, p. 122).

<sup>168</sup> Para Moreira (2007 p. 275), “Alcides Maya sintetiza o pensamento crítico dessa época: munido de renovado arsenal teórico, introduz as novas ideias na esfera das discussões literárias”.

<sup>169</sup> Foi vice-presidente do Estado em 1891.

<sup>170</sup> “Tendo o jornal da manhã optado por uma linha de franca oposição ao governo de Borges de Medeiros [...] a imprensa oficial, no intento de silenciar a oposição incômoda, não tivera pruridos éticos”. (ALMEIDA, 1994, p. 76).

<sup>171</sup> Almeida (1994, p. 89) chama esta atenção para a mudança de posicionamento de Maya em relação a Castilhos “concorre para confirmar o movimento detectado anteriormente, simultâneo a *crucificação* de Borges de Medeiros, de entronização da imagem teórico-política de Castilhos como *Patriarca da República*”. Segue Almeida (1994, p. 89) que em artigo “publicado no *Correio do Povo* em agosto de 1910, que denota uma avaliação positiva da atuação de Júlio de Castilhos à frente do Partido Republicano Rio-Grandense e do governo estadual”. Almeida percebeu também nesse período que Maya no final da primeira década de século XX vai diluindo seu spenceranismo e solidificando seu comtismo.

Alcides Maya, em fins de 1909, sai do Rio Grande do Sul, fixando-se outra vez na capital federal, onde continuaria de forma mais ou menos constante até o início da década de 1920.<sup>172</sup> Se na primeira passagem no Rio de Janeiro é quando escreve o livro, foi só na segunda passagem, anos depois, que o publica.<sup>173</sup>

O romance começa com uma cena em que o velho capitão Chico Santos desperta quando fantasiava sua vivência de outrora. As lembranças eram visões desorientadas. Rememora-se de Andrade Neves comandando o ataque aos paraguaios. Chico Santos recordando o cenário abancou-se ligeiro, atormentado com as aparições quiméricas. Entretanto o desvaio partiu, girou-se para o campo. O sossego dilatava o planalto, no clima brilhante, toda a amplitude do pampa.<sup>174</sup>

Após uma calma transitória, Chico Santos abala-se mais uma vez: “fugira-lhe novamente o espírito para o passado belicoso. Andava agora por 35”. (MAYA, 2002, p. 23). A paisagem era de uma dobra de serrania. Emboscara-se ali uma tropa da república. Maya (2002, p. 23-24) descreve o acampamento farrapo a partir da visão Chico Santos:

A dois passos, entre arbustos açarrapados, um pendão *farroupilha* balouçava arrogante às bafagens da altura o seu feixe d’armas, e, em torno, soldados de gandola vermelha e fitas rubras nos sombreiros, quebrados insolentemente à testa, passeavam dispersos ou aos magotes, entre flâmulas coloradas das lanças nos sarilhos. [...] Apaixonado pelo encontro, Chico Santos esperava ansiosos o desfecho, desejando o desarme, exigindo uma vitória imediata, como diante de um caso sério.

Essa quebra da narrativa dos fatos contemporâneos, pela inclusão do passado, adianta ao leitor a trajetória futura de Miguelito. Isso acontece pelo problema de ajuste à situação contemporânea e pela relação que o ligava ao avô materno. Miguelito acostumar-se-ia a

<sup>172</sup> Nesta ida ao Rio de Janeiro, além de intelectual, Maya torna-se um burocrata. Também aponta três razões para sua volta ao Rio de Janeiro: a) realização literária; b) situação político-partidária adversa; e c) campanha civilista em nível nacional. (ALMEIDA, 1994, p. 99-100).

<sup>173</sup> João Simões Lopes Neto, em 1912, publica *Contos Gauchescos*. Nesse livro há um conto sobre a Farroupilha chamado *Duelo de farrapos*. Nele, o próprio narrador, Blau Nunes, conta sua participação na Farroupilha como ordenança de Bento Gonçalves. Para Chiappini (1988, p. 289-89), “Finalmente, se os chefes militares e políticos são exaltados como heróis-cavaleiros em tempos de guerra, é o peão que ocupa o primeiro plano, reivindicando para si os atributos de heroísmo e deixando entrever, por outro lado, a fragilidade dos grandes. A Revolução Farroupilha, a Guerra do Paraguai, as lutas como o Prata têm aqui, como na historiografia, a preferência, mas sempre mediadas pelo ponto de vista do peão-soldado que, ao narrar sua história insere na História do Rio Grande, e esta como parte de sua vida, readquire ele próprio a densidade histórica e a dignidade humana que perdera enquanto ‘bucha-de-canhão’ ou trabalhador servil. Ao inverter, assim, o ponto de vista pela qual a história é narrada, Simões Lopes não relativiza a versão do vencedor, como antecipa a história de um gaúcho ainda mais pobre, que começa a nascer ao tempo de Blau velho: o ‘gaúcho a pé’, dos anos 20 e 30”. Também sobre esse conto, ver Chaves (2001), capítulo “A história observada pelo avesso”.

<sup>174</sup> “Em *Ruínas vivas* – onde a tradição guerreira da província foi inserida e, no século XIX, também pelas referências explícitas as campanhas em que Chico Santos participara a partir da Revolução Farroupilha”. (ALMEIDA, 1994, p. 138).

reviver as lembranças do avô na fantasia. E a fantasia passada de Chico Santos na farroupilha era um momento de fuga para Miguelito. Contudo, haveria uma nostalgia pueril no seu retorno, por isso,

Chico Santos pensou nos camaradas, buscou-os, chamou-os: tinha a certeza de que estavam perto, a algumas braças; e não enxergava ninguém, ninguém, respondia, foi obrigado a continuar sozinho, sentindo-se irremediavelmente abandonado nos rodeios tortuosos da montanha traiçoeira [...] Dominou-o uma angústia inexprimível, fê-lo vacilar uma vertigem coruscante: quis deter-se, faltou-lhe o chão, ia rolar... Um movimento brusco, violento, fazendo oscilar o catre, dissipou o vágado. (MAYA, 2002, p. 25).

Na tapera do Capitão Santos havia três peças e mal se podia caminhar lá dentro. O narrador descreve seu traje campeiro, a antiga espingarda, a espora e o poncho. O rancho, separado da estância, tinha abrigado Chico Santos contra as desordens do sul. Ele arrastava as pernas após setenta anos a cavalo. E a sua frente,

Ei-la, a vastidão deserta, a vastidão querida! Nunca se fartara de vê-la, de respira-la, de senti-la, e rejubilava contemplando-a sem fim, majestosa e torva, cinturada de flamas, à rutilância do sol, por entre densas fumagens de batalha [...] aos dezesseis anos, deixara o rancho paterno para sopesar, comovido, a sua primeira lança [...] a sua alma revel de gaúcho, alma saudosa de guerreador e de nômade [...] ia-se toda [...] para as nuvens cor de sangue. (MAYA, 2002, p. 28).

A percepção persistia em atraiçoar o velho Chico Santos, a febre cruzava a pele em ardor, tomava-lhe o corpo, a mente agitada, as feições esparsas da batalha. Miguelito a cavalo, de volta a estância, observava o avô estático no chão. Completara 15 anos, era moreno, forte e do avô legara somente o tamanho avolumado. Diferia dele em tudo:

Miguelito criara-se guacho, haragano, pelas bibocas; invalescera dia a dia no seio agro dos escampados, à lei da natureza anárquica de mestiço, sem a menor coerção moral, com a alma rebelde emoldada à antiga, impressionado, apenas pela força. Ignorava a poesia das carícias; nunca se lhe embebera o coração de religiosidade; não tivera mãe que o ameigasse. Existia nele, contudo, um elemento qualquer de ideação, que faltava aos demais de sua idade [...] Arrebatado, violento, encruelecido na solidão nativa pela inclemência pastoril, desenvolvera em si mesmo, naturalmente, faculdades de sonho. (MAYA, 2002, p. 34-35).

Miguelito era o único que escutava Chico Santos em seus lances de combate, que os revivia em seu imaginário e como ao avô, só a sina de peleja lhe parecia honrada e livre. A experiência do avô fora um contínuo pelear que ele recordava com outros casos bélicos do passado:

Durante a guerra civil de 1835, sentira um entusiasmo irrefletido, cego, de instinto, pela causa revolucionária e não se alistara logo sob as insígnias da república por causa de um tio, que o educara e servia à legalidade [...]. Prestava, todavia, os serviços possíveis aos rebeldes e, de uma feita, salvou a cinco de morte certa, num rincão onde iam ser surpreendidos. Mas o tio pereceu num recontro e a tomada de Caçapava, a 8 de abril, fê-lo desaparecer numa força incorporada mais tarde à coluna do general Netto. O tratado de 45 restituiu-o às lides campeiras. (MAYA, 2002, p. 35).

Transfigurado em “gaúcho consumado” sob a ascendência do avô materno, Miguelito era contrário aos serviços cotidianos da estância e indócil com a categoria subordinada que penalizava Chico Santos e induzia o avô a abrigar-se na reminiscência das velhas proezas bélicas. O que sugere, na história do avô vinculada à história do Estado do Rio Grande, um movimento de degeneração e, também, mostra o empenho de Maya com o determinismo cientificista do momento. O que Maya via em seu presente (da escrita à publicação do romance), era um tempo de ruína econômica, política e moral do Estado e por isso sua “ida ao passado” para retomar a Farroupilha como uma solução para o que considerava a degeneração do Rio Grande. E Chico Santos é o ponto arquimédico da crítica ao presente:

Chico Santos apreciava então o espetáculo [...] do poderoso encanto simples da grande vida forte de outrora, quando a campanha era uma imensa estância sem alambrados, percorrida à vontade, em todas as direções, livremente trabalhada, a todo tempo, pela gauchada lesta. Volvia a mocidade, pisando, num olvido feliz das suas dores, o mesmo proscênio de dantes, revendo o velho campo dos guascas rudes. (MAYA, 2002, p. 36).

Chico Santos tinha nas suas histórias intervalos de gozo, generosidades da alma, naturalidades maliciosas da juventude; apesar da lembrança debilitada “ressurgia nos seus contos a alma cavaliereisca do antigo Rio Grande heroico e legendar” (MAYA, 2002, p. 37), Miguelito escutava todos os lances no bravo dialeto dos acampamentos fronteiriços. Ouvia com idolatria, inventando acenos de quem sobrecarrega o oponente:

Alheava-se de todo, por instantes, e só voltava a si do devaneio quando, no ambiente, alguma praga estourava rubra de ódio contra os *legalistas*, que o general Netto destroçava a patas de cavalo, ou sobre os paraguaios, que o narrador, ao lado de Andrade Neves, punha em fuga. (MAYA, 2002, p. 38).

Miguelito arrematava de fantasia as histórias, não só escutava, também criava, completava as aventuras do avô. Miguelito imaginava, inventava grandes homens, fantasiava pelepas num espetáculo rude. Não distinguia datas e fatos, não sabia dos motivos de tantas batalhas. Assombrado, “passou a contrafazer a existência aventurosa dos caudilhos célebres”. (MAYA, 2002, p. 39). Miguelito assim idealizava as pelepas de Chico Santos e imaginava

combater seus inimigos, “na boa camaradagem tradicional dos piquetes *farroupilhas*”. (MAYA, 2002, p. 41). O passado heroico sempre lhe vinha. É na passagem do século XIX ao XX que Maya discerniu o protagonista rio-grandense que transmitira à vida regional um aspecto particular: o monarca das coxilhas, vulto lendário a ser entendido como o organizador da história, lançava-o como a caução do amanhã, isto é, o passado farroupilha poderia assegurar o futuro desejado. E, pelo momento político no Rio Grande do Sul no início do século XX, o castilhismo repercutira no projeto literário do escritor.<sup>175</sup>

Na narrativa de *Ruínas vivas*, sobrepujava na paisagem o casarão do coronel. Em épocas passadas, em tempos de rebeldia e de invasão, ficou conhecida como Casa Grande; era outrora um lugar triunfante, “quase feudal”. (MAYA, 2002, p. 43).<sup>176</sup> Prendida as guerras do passado entre portugueses e espanhóis, “quartel-general dos Farrapos” com o passar do tempo, perdera o esplendor áureo de antigamente. Após vendas e descuidos, virou propriedade de Paulino Gomes, comandante da Guarda Nacional, chefe político do distrito e último representante de poderosa família das cercanias. Chamavam-na Estância Nova e condizia “com o tom senhorial e soturno do frontispício, lembrando episódios de combate, façanhas cavaleirescas de 35, lendas sangrentas da reconquista. Envolvia-a o prestígio das tradições [...] cuja história Chico Santos referira ao neto, aos fragmentos”. (MAYA, 2002, p. 44).

Miguelito era neto também do coronel Paulino Gomes. Este tivera um filho chamado Artur (que morrera assassinado em uma disputa política no Capital). Artur visitava ao pai nas férias, quando em uma dessas férias conheceu e seduziu Elisa, a filha de Chico Santos. Assim nasceu Miguelito de um caso entre Artur e Elisa. O velho capitão apreciava Artur, conversavam sobre o passado e um dia Artur “leu com solenidade um trecho apologético dos *farrapos*, o antigo revolucionário, analfabeto, ficava entusiasmado só de vê-lo”. (MAYA, 2002, p. 45). Depois Artur voltou para São Paulo cursar direito. O velho capitão descobriu, então, que lhe fora engravidada a filha. O episódio apresentou um término em que Elisa sumiu e, tempos depois, Miguelito apareceu. Chico Santos, depois do acontecido à filha, vivera

---

<sup>175</sup> “[...] passado e futuro aparecem como uma *miragem* vista num *continuum*, no qual não há espaço para o presente. O presente é apenas transição, circunstancia fugaz que precisa ser superada para que a sociedade não interrompa seu ciclo evolutivo [...] O presente, marcado regionalmente pela frustração do projeto político republicano de tendência liberal e por ainda um ainda contingente e irrefutável raquitismo intelectual, só existe como realidade a ser negada pela ação de uma minoria heroica, comprometida com as forças progressistas e ‘fanática do Belo e da Verdade’”. (ALMEIDA, 1994, p. 62).

<sup>176</sup> Em Maya reaparece, como em Oliveira Belo, a comparação da estância com o mundo feudal, o castelo. De novo o recurso intelectual de comparação foi o mesmo que causou estranheza a Loureiro Chaves. Ver página 120 da presente tese.

afastado de todos e o conforto que lhe restou na velhice foi contar as crônicas belicosas dos tempos passados:

Miguelito crescera no culto desse passado: o avô e a casa formavam para ele um todo homogêneo: escapava-se de ambos algo de estranho ao meio em que respirava, diferentemente e mais belo, no espaço e no tempo, dando-lhe a aspiração de outro existir, por entre pelejas, no desconhecido das aventuras, na liberdade das várzeas ilimitadas. (MAYA, 2002, p. 46).

Percebe-se então que naquele período político em que Maya escrevera o romance tudo seria expectativa, a não ser o autoritarismo borgista, mas a estabilidade do gaúcho cavaleiro na alma do Rio Grande mantinha o imaginário em evasão para um futuro que poderia ser diferente, espaçando-se além do presente.<sup>177</sup> E assim,

O coronel compreendera o espírito do tempo: a beca substituíra a espada; aos campanhistas audazes tinham sucedido os *doutores*; e ele queria ver a raça culminando num rebento espiritual do antigo tronco rude. O mancebo animava, sem saber, aquelas esperanças secretas, orgulhosas e fortes: era popular no meio gaúcho e o Coronel, satisfeito, previa-o advogado, deputado, senhor intelectual da Comarca, dantes dominada, à violência, pelos avós guerrilheiros. (MAYA, 2002, p. 82-83).

As últimas férias de Artur assustaram seu pai com manifestos republicanos contra os políticos atrasados do Império e Artur assinava um artigo em que

concitava, profeticamente, a mocidade patricia a estar a postos, vigilantes, firmes, pronta ao sacrifício, prosseguindo na obra dos “Farrapos”, continuando Bento Gonçalves, Canabarro e Netto. À ossada dos bravos de outrora, entregava-a o revolucionário ao “minuano” para que este, a soprar indomável, das alturas andinas sobre os pampas vastos, a revolvesse e espalhasse entre a nova geração de lutadores... (MAYA, 2002, p. 83).

O coronel acreditava que seu filho seria um Silveira Martins no futuro. Porém isso não aconteceu. Artur morrera por um tiro. Miguelito, filho de Artur, era neto do coronel. Contudo o coronel resolveu bani-lo da estância, pois queria impedir incômodos posteriores e princípios morais que tinha sobre a “gente de semelhante laia” evitava incertezas. O coronel não percebia afeições além da família. Miguelito ensaiou uma explicação e só um vestígio de respeito hierárquico neutralizou-lhe o ímpeto aguerrido. Resolveu sair:

Miguelito quedou um segundo indeciso, vagamente arrependido da própria conduta, num retorno imediato à realidade brutal. Sentia-se alheio ao torrão, expulso,

<sup>177</sup> “Embora a imagem do *gaúcho-paladino* não tenha sido abandonada, sua imponderabilidade cada vez mais palpável, diluiu a figura vigorosa de *monarca das coxilhas*, observador altivo do horizonte da pátria, num traço difuso e intangível, resgatável apenas no delírio de Chico Santos”. (ALMEIDA, 1994, p. 63).

escorraçado. Amava deveras o pago, denunciou-lho a comoção, e a ideia de sair, gerou-lhe no ânimo uma incerteza de futuro, um pressentimento de males. (MAYA, 2002, p. 88).

Embora a existência houvesse debilitado a imaginação cavaleiresca de Miguelito, tal acontecimento foi incapaz de dissipar o tom lendário das histórias do velho capitão. E eram estas velhas histórias farroupilhas que o mantinham ativo no presente, portanto com o entendimento “farroupilha” de que o passado era melhor que o presente e, também, que o futuro seria melhor se fosse “farroupilha”.<sup>178</sup> A ser válida a hipótese de questionamento do presente em *Ruínas vivas*, isso também distinguir-se-ia como uma demonstração de oposição face à degradação socioeconômica presente. E assim, Miguelito “Recordava, meditava [...] cortando o campo em retirada Miguelito volta-se a remirá-la, crescera sob a atração da estância [...] por ali tinham passando, nos intervalos das cargas, os lidadores farroupilhas”. (MAYA, 2002, p. 97-98).<sup>179</sup>

Entretanto, terminada as hesitações e o conflito moral em que se agitava, Miguelito foi assentar praça. Era a peleja, a passagem da gauchada nas coxilhas, perspectivas de lances inesquecíveis. A guerra era, para Miguelito, um bom prenúncio e ao “esporear o ‘pingo’ se arremessava, à disparada, nos campos, imaginando-o destemido lanceiro de Netto ou de Canabarro, em carga sobre pelotões inimigos”. (MAYA, 2002, p. 156).

O passado aparece pelas lembranças do avô, dessa maneira surge a Farroupilha no romance e nisso se torna elemento de construção de Miguelito, que se projeta como esperança de um futuro diferente do recorrentemente esperado e que tensiona, assim, a perspectiva determinista do narrador em relação ao futuro. Miguelito pode pelas lembranças do avô a respeito da Farroupilha, matizar o futuro de degeneração à vista.

Em *Ruínas vivas*, Alcides Maya discerniu o naturalismo como a configuração literária adequada ao espírito positivo do tempo. Ainda assim, Maya entrevia vestígios da índole do monarca das coxilhas na alma do povo rio-grandense, confirmando a perspectiva idealista que animara a percepção de seu plano literário no final do século XIX.<sup>180</sup> A pressão social do naturalismo e a vontade pessoal do idealismo se cruzam em *Ruínas vivas*, que levam Miguelito a resgatar velhas aspirações para repensar seu presente:

<sup>178</sup> Para Almeida (1994, p. 135), o “que o sustentavam nesse momento de solidão extrema [...] Resguardando a hombridade e a valentia de Miguelito em situações limites, sustentando a expectativa de reversão da situação vigente através da mobilização de forças políticas ‘progressistas e liberais’”.

<sup>179</sup> Para Almeida (1994, p. 131), a “ocorrência do paisagismo, como paradas descritivas é uma das particularidades do regionalismo literário no Rio Grande do Sul, em moda ao período dos textos precursores de Alcides Maya”.

<sup>180</sup> Para Chiappini (1978, p. 52), “Mesmo assim, a idealização do gaúcho persiste, porque, na ruína, buscam-se os resquícios do apogeu; no presente, procuram-se os restos do passado”.

Mas a vida é a vida, e, enquanto uns vivem à farta, outros rebentam de fome, ou se reagem, são perseguidos como “cachorro chimarrões” a tiro e a balas. Por que a distinção? Não conseguia precisar as causas; do passado possuía só, desmentidas pela realidade, as noções que lhe dera Chico Santos; e o presente chocava-o como uma formidável injustiça... Enquanto uns tudo possuem, outros *nada podem* possuir, *ele* nada podia possuir... Nem justificativa, nem solução: a sociedade esmagava-o sob o peso de sua força bruta. (MAYA, 2002, p. 158-159).

Do ponto de vista conceitual, a cosmovisão que decorre do romance seria a do naturalismo em que o meio subtrai as expectativas de mudança social. Por outro lado, no entendimento social, poder-se-ia destacar a crítica de Maya em expor as dificuldades do Rio Grande do Sul e a inépcia do castilhismo-borgismo em entender as dificuldades sociais da Campanha, descritas pelo narrador. O meio, decadência da campanha, sufocando o indivíduo Miguelito.<sup>181</sup> *Ruínas vivas* permitiu uma síntese entre os elementos do gaúcho, originários das situações de vivência na Campanha, e as ideias naturalistas sobre a adaptação do indivíduo ao meio, combinando isso no personagem de Miguelito.

Miguelito servia na guarnição de São Gabriel. Ele aparecera na venda do Aires, este pensou que ele desertara. Miguelito não pode tolerar o quartel, “bom pra a negrada...”. Brigou com um superior e fora preso. Mas “gavionara, que não era cativo”. Aires procura Miguelito, avisando-lhe da vinda de uma escolta de São Gabriel, guiada pelo Anilho e vinha prendê-lo por desertor. Miguelito mata Anilho com uma adaga. Matara, entretanto, não como se mata nas guerras, como Chico Santos matava. Miguelito cometera um delito.

Miguelito não era mais o mesmo, o mundo não era mais o mesmo. Assim, “uma lucidez tranquila dissipava de uma a uma, como um facho de luz crua, inapagável, todas as ilusões da sua adolescência...”. (MAYA, 2002, p. 173). Aquele era o primeiro cadáver e nunca deixaria de ser, na opinião de todos e na sua, um bandido. Miguelito voltara à estância por onde a abandonaria a caminho da fronteira:

Miguelito contemplou o espetáculo, desperto da cisma perversa que o levava; e o seu último olhar carregado de vingança, cintilante de álcool, foi para a fachada altiva da antiga residência caudilheira. Odiava-a; supunha eterna em sua força e retirou-se ameaçando-a, punhos crispados, sem saber que lá, como em tudo ao redor, como nele próprio, só havia restos, – de velhas crenças, de velhas construções, de velhas raças... (MAYA, 2002, p. 175).<sup>182</sup>

<sup>181</sup> Conforme observou Bosi (2012, p. 264), “do naturalismo incorporado a ficção brasileira [...] de um lado, a tendência a mostrar a degeneração dos comportamentos causada por disposições herdadas e pressões do meio, e, de outro lado, a atenção centrada em situações propriamente brasileiras”.

<sup>182</sup> Para Almeida (1994, p. 136), “o uso da palavra raça no texto alcidiano, além de ser um uso corrente na época, constituía literariamente, na ótica positivista de Taine uma versão aproximada do espírito da nação. Tratava-se de expressões de natureza sociológica questionável, porém adequadas, por seu forte potencial

O passado que transpôs para o romance e que Miguelito vivia se desfez. Logo após a publicação de *Ruínas vivas*, a posição filosófica e política de Maya passou por mudanças, em reavaliação profunda das conexões político-partidárias antecedentes, que resultaram com sua entrada na Câmara Federal, no fim da década, integrando a bancada do PRR.<sup>183</sup>

Alcides Maya, em *Ruínas vivas*, mostrou o processo de desintegração econômico social da campanha na figura do jovem Miguelito. O reverso desse processo é a crítica, em seu tempo, ao projeto castilhista de poder reatualizado em Borges de Medeiros. O passado Farroupilha entra no romance através de Chico Santos como uma forma de o personagem Miguelito ter subsídios para resistir à força indestrutível do meio social, esse naturalizado, que avança para seu destino. As lembranças da Farroupilha, no presente de Miguelito, forçam a mostrar as mudanças que a sociedade sofreu e, também, acabam sendo uma crítica às contradições sociais, econômicas e políticas do período, isto é, como a Farroupilha pode colocar valores que estariam degenerando e seriam importantes para o progresso do Estado.

A partir da geração de 1870, com o naturalismo e o realismo, o veto que do lado teórico viria da historiografia expande-se para as demais ciências, em especial a biologia. A observação da natureza nacional contaria com mais ferramentas para o romancista. Mas, ao mesmo tempo, alarga-se o veto à ficção para além a história. (LIMA, 2007). O romance *Ruínas vivas* é tributário desta experiência estética naturalista. E as descrições tanto das paisagens como de Miguelito reportam a essa estética. Miguelito obedeceria, assim como a vida biológica, as leis da evolução que antecipam o declínio fatal da vida ou da sociedade. Apesar de Miguelito se insurgir contra seu declínio, uma era de decadência espelhava, fatalmente, o seu abatimento físico e moral, que se estenderia ao Rio Grande em geral. A decadência de Miguelito seria parte da dinâmica geral, o que torna o romance dentro dos limites de uma perspectiva finalista.

Portanto, se *Ruínas vivas* não problematiza o veto da ciência e da historiografia a ficção, contudo Maya problematizou o veto, a sua época, referente ao “Estado castilhista” que

---

ideológico mobilizador, a uma conjuntura em que as forças oposicionistas rio-grandenses empenhavam-se em formular um projeto de modernização da estrutura produtiva do Estado”.

<sup>183</sup> Para Almeida (1994, p. 102), “Certamente não aleatório, nem oportunista na acepção pragmática que por vezes lhe foi atribuído, seu distanciamento do dogmatismo spenceriano da juventude parece responder, junto a fatores de ordem subjetiva, à conjuntura da nova correlação de forças estabelecidas entre os governos rio-grandense e federal no quadriênio 1910-1914”. Um identificador estratégico para fixar a ocasião em que teria acontecido a aproximação entre Alcides Maya e Pinheiro Machado, a autora entende que isso sucedeu em 1913. Por causa disso, sua eleição para a Academia ficou sob suspeita, com denúncias de intermediação política no processo eleitoral de 1913. Entretanto as obras editadas entre 1910 e 1912 avalizaram a Alcides Maya um lugar na literatura brasileira, ratificando em 1913 por sua seleção para a Academia Brasileira de Letras.

levava ao declínio de um tipo, figurado em Miguelito. Haveria um tempo passado que fora o ápice evolucionar, centrado no personagem capitão Chico Santos a época da Farroupilha, dos caudilhos célebres que, no progresso da sociedade, foram entrando em decadência pela evolução e, mais especificamente no caso de Miguelito, as espadas foram substituídas pelos doutores. Um tipo de vida que terminou e um outro que se iniciava e para o qual não havia mais espaço, para Miguelito e a seu avô, a não ser a ruína determinada pelo naturalismo.

O tipo de problematização de Maya é semelhante à de Apolinário e foi pela via política. Assim, como os republicanos no final do século XIX criaram um imaginário para se contrapor ao controle monárquico da Farroupilha, no primeiro quartel do século XX a oposição ao PRR (federalistas e dissidentes republicanos) começa a contestar o domínio autoritário que o PRR tem sobre o Estado e usam da Farroupilha como instrumento para isso. Maya dá estocadas pontuais na situação social sul-rio-grandense através de *Ruínas vivas*. A república que, em 1889, era a expectativa de um futuro melhor tornou-se, no Rio Grande, um Estado autoritário controlado por uma chefia unipessoal – ou de Júlio de Castilhos ou por Borges de Medeiros. Em *Ruínas vivas*, a Farroupilha vem lembrar, com o personagem Chico Santos, que o passado mostra as contradições do presente. Para Maya, a Farroupilha seria um repositório de lembranças de um passado de glórias em que se evoluiu para a ruína do futuro. Em *Ruínas vivas*, a Farroupilha é resquícios de um apogeu.

Do outro lado, a historiografia também não ficou sem oferecer a sua compreensão desse período. Como o romance, a escrita da história também expressou a sua avaliação do período através do uso da Farroupilha. Em 16 de setembro de 1864, nascia Alfredo Varela em Jaguarão, cidade fronteiriça com o Uruguai. Varela estabeleceu-se na Capital da Província em 1881 para prosseguir nos seus estudos. Obteve ingresso no Instituto Brasileiro, onde foi aluno de Apolinário Porto Alegre e acabou influenciado por suas ideias republicanas. Finalizado os estudos no Instituto Brasileiro, foi para São Paulo para ingressar na Escola de Direito. Porém, voltou a Porto Alegre, só retornando em 1886 aos estudos em Pernambuco, concluindo o curso de direito em Recife no ano de 1889.<sup>184</sup>

Varela foi empossado Procurador Geral da República no Rio Grande do Sul em 1890, e em seguida Secretário dos Negócios do Interior e Exterior em 1891. Converteu-se em um dos personagens centrais da República no Estado, devotado partidário de Júlio de Castilhos. Também nessa época alcançou a chefia do jornal *A Federação*. Varela foi membro influente

---

<sup>184</sup> Para informações biográficas sobre Alfredo Varela, ver Silva (2010). Sobre o contexto historiográfico de Varela, ver Diehl (1998), capítulo “Aspectos da historiografia positivista no exemplo da história do Rio Grande do Sul”.

dos republicanos da velha guarda no Estado, em meio dos quais se encontraram no começo do PRR. Além disso, Varella participou da guerra civil federalista. Foi deputado de 1900 a 1906. Entretanto, em seguida ao término do seu mandato, afastar-se-ia da militância direta na política. Em 1907, com a dissensão representada pela candidatura de Fernando Abbott originando transformações nos quadros políticos republicanos, Varella ficou ao lado da dissidência, discordando da direção que o castilhismo assumiu. Após esses acontecimentos, seguiu atividade na diplomacia. Foi cônsul na Espanha (1909), no Japão (1910), em Portugal (1913) e na Itália (1914). Depois dessa temporada, voltou ao Brasil no princípio de 1920.

A profissão de diplomata permitiu-o examinar arquivos desconhecidos sobre o Estado natal, obtendo, dessa forma, uma considerável coletânea de fontes. Os arquivos examinados na Península Ibérica permitiram a Varella delimitar

uma relativa distância do que vinha sendo realizado entre a plêiade de historiadores regionais. Documentos sobre o desenvolvimento de líderes farroupilhas com as nascentes repúblicas do Prata iriam endossar uma de suas mais polêmicas teses, a respeito da influência platina não apenas na formação do gentio rio-grandense, mas também na própria gênese e desenvolvimento da Revolução Farroupilha. (SILVA, 2010, p. 26).

Varella estreou com seu primeiro livro chamado *A constituição rio-grandense* de 1896. Contudo, somente em 1914 começa a escrever a história da Farroupilha e publica seus principais livros. O primeiro deles é *Revoluções Cisplatinas* de 1915.<sup>185</sup> Em 1920, Varella foi membro e sociofundador do IHGRGS. Também é patrono de uma das cadeiras da Academia Rio-Grandense de Letras.

O surgimento de *Revoluções Cisplatinas* integra-se na consolidação da hegemonia borgista.<sup>186</sup> Esse pode ser um dos motivos pelo qual Varella foi mais contundente que Maya em relação ao borgismo, pois haveria uma maior pressão institucional e política sobre os adversários e a verve dura de Varella contra o autoritarismo foi um sintoma disso. Após o falecimento de Castilhos, em 1903, as lutas políticas dentro PRR polarizaram-se na defesa de duas formas de regime republicano: o regime ditatorial e autoritário, representado por Borges, e o regime liberal, defendido pela dissidência do PRR e pelos federalistas. Os dissidentes

<sup>185</sup> Para Oliveira (2005, p. 378-379), “*Revoluções Cisplatinas*, editadas pela livraria portuguesa Chardron, pode ser considerada uma obra intermediária na obra vareliana. Precedia pelos escritos do fim do século XIX e dezoito anos antes de sua obra magna *História da Grande Revolução*, *Revoluções Cisplatinas* tem como foco o movimento farroupilha e o advento da República Rio-Grandense, articulados aos acontecimentos platinos”.

<sup>186</sup> Para Axt (2007), o período da hegemonia borgiana vai de 1913 a 1920 e é a época de maior poder de Borges de Medeiros.

abraçaram uma defesa dos ideais democráticos e liberais e reprovavam a autocracia partidária e a onipresença do Executivo estadual em todos os temas políticos e governamentais.

Como nas outras obras analisadas, também em *Revoluções Cisplatinas* o presente infiltrou-se na escrita. Política e epistemologia interpenetram-se. Filosofia liberal e antiborgismo são marcas que aparecem de esgueio na Farrroupilha de Varella.

A filosofia liberal da história fornece uma forma de entender o passado com um sujeito histórico, o “caudilho liberal” (VARELLA, 1915, v. 1, p. 247)<sup>187</sup> que promove a liberdade da Província e que tem sua contraface presente na luta contra o autoritarismo borgista. Isto é, os farroupilhas lutavam contra um Estado Imperial opressivo e usavam o liberalismo como filosofia política e, igualmente, Varella lutava contra o Estado autoritário borgista, também usando da filosofia liberal dos farrapos de outrora. Para o autor, “Com o eterno engano, fatalíssimo aos povos, de que o governo deve ser a providência zeladora e protetora de tudo, quando seu papel na economia pública é sempre de funesta perturbação, até mesmo quando parece favorecê-la ou transitoriamente a favorece”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 54).

Para Varella, entregues a si mesmos na anarquia do pampa, longe do absolutismo, os povoadores da capitania atingiram a condição de dignidade pessoal. Épocas de tropelias, encaminhadores do “apaixonado liberalismo”, de que deu prova a alma popular. Chega a citar Darwin<sup>188</sup> para provar que esse extremo liberalismo, que veio a desenvolver-se na Província, acabaria por produzir efeitos: a autonomia, por igual, desata a vontade e a inteligência. Segundo Varella, o campo das razões de um religioso, de um servo, de um súdito resignado com o despotismo, abrange um campo restrito. No sujeito entregue a si mesmo em vez de involução, há evolução, em vez de amesquinamento, há pujança e desenvolvimento normal:

De onde se vai a iniciativa, foge célere o progresso. E a iniciativa é o indício por excelência, como é o fruto, da vida solta, que aviva a inteligência, para que indique os meios de vencer os obstáculos e garantir utilidades [...] Só do esforço próprio dos recém vindos ficou a depender o bem-estar de cada um. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 101).<sup>189</sup>

<sup>187</sup> Assim se refere a Bento Gonçalves.

<sup>188</sup> Cita no v. 1 p. 100.

<sup>189</sup> Interessante analogia liberal + liberdade: “as esperanças dos reformadores [...] de completar a autonomia e repõe o país na trilha cuja diretriz marcavam seguros pontos de referência: primeiro 1789, adiante, 1817, por fim 1824”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 248). Varella coloca as revoluções liberais em sequência para demonstrar a evolução liberal do mundo, uma análise dualista entre os que impedem a evolução do liberalismo e os que são os revolucionários liberais. A história tem um fim, a liberdade liberal, e um sujeito, o sujeito liberal, que no Rio Grande do Sul é o caudilho liberal: “Não há no que digo sombra de favor com que um liberal moderno pretenda amparar os de sua bandeira, que foram reprimidos, no período da regência”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 196).

Faz da filosofia liberal o ponto de sua crítica ao borgismo e, igualmente, a filosofia da história implícita em sua obra. Para Varella (1915, v. 1, p. 91), o despotismo colonial, se comparado à “inquisição positivista, é um esplendor de liberdade”.<sup>190</sup> Usou sua crítica ao passado sul-rio-grandense para censurar fatos políticos do presente, aderindo aos críticos do autoritarismo de Borges de Medeiros. As alusões à exclusão política dos liberais,<sup>191</sup> à opressão do governo borgista,<sup>192</sup> à admoestação ao sistema educacional<sup>193</sup> e ao suborno eleitoral presentes no livro assinalam para o perfilamento de Varella com o discurso liberal arquitetado por federalistas, democratas e dissidentes republicanos estabelecidos em torno de Assis Brasil. Não obstante de reconhecer e criticar a ditadura científica, em *Revoluções Cisplatinas*, Varella se confessa seguidor da filosofia comtiana e da justificação do método científico, inspirado nas ciências da natureza, na construção da verdade historiográfica.<sup>194</sup> Porém não pode deixar de fazer a autocrítica:

<sup>190</sup> Crítica a Castilhos e Borges: “Sucessos, ainda pouco vulgarizados e expostos em outro volume, demonstrarão, que o autor está longe de manifestar um parecer utópico, mutatis mutandi, o Dr. Braga podia ter feito em seu tempo, o que em o nosso propus a Júlio de Castilhos: propus, diante do Dr. Borges de Medeiros, que saísse da inação e a frente de seus compatriotas, unidos todos em volta da bandeira regeneradora, impusesse ao governo federal uma política sinceramente republicana e reformista dos abusos, sob pena de alçar-se em armas com o Rio Grande do Sul. Numa ou noutra hipótese, seria de efeito decisivo o lance, porque em 1835, como em fins de 1901, o poder público central não conseguiria resistir a semelhante eventualidade, manejada com talento a força incontrastável de heroica, prestigiosa terra, hoje sem peso algum na coletividade brasileira e reduzida a miséria”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 509-510).

<sup>191</sup> Crítica ao borgismo: “Hoje tudo é o contrário: a emigração é grande e cada vez maior. Certo está longe de merecer o mínimo reparo a saída da gente, em virtude das novas condições da existência moderna. O que impressiona é a que expatria espontaneamente, ou para fugir ao doloroso espetáculo de aviltante despotismo ou para a procura em terra estranha, das garantias, que existem no sul apenas como uma dádiva dos mandões, e isto com tamanho escândalo, que a folha oficial da ditadura positivista, apregoava ainda há pouco os méritos da tolerância com que consentia no surto de uma candidatura federalista, sendo este, pois, não o fruto das urnas livres e sim um favor liberalizado pela prepotência! Aliás, não é este o mais grave aspecto do problema local, porquanto os próprios direitos civis mais elementares vivem como viviam no tempo do absolutismo, isto é, sempre que não se torna possível uma dispensa na lei, em favor dos apaniguados do governo, com ou sem detrimento dos que não comunguem na missa oficial. Para estes, aliás, o meio único de fugir a uma azeda má vontade, senão a negro zelo farisaico, é a stricta observância da teoria que um antigo esculpiu em famoso símbolo de Nikko: o dos três símios, preceituando NÃO VER, NÃO OUVIR, NÃO FALAR, e que resume *a sciencia do bem viver*, hoje, na terra dos livres ‘farrapos’. Eis um conjunto de males que só agora se esta desvendando ao país inteiro e o que deu lugar à recente crítica na imprensa da capital federal, onde uma folha, que nada tem de partidária, disse que para seus próprios filhos, o Rio Grande se havia tornado ‘uma terra de maldição!’”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 85-86).

<sup>192</sup> “O outro ainda é o caso mais significativo: o avô paterno de Pedro Moacyr, o grande tribuno, que mantém erguido em nosso parlamento dos retrógrados de hoje, miserandas sobrevivências de um tempo que julgaremos para sempre sepulto e mortífera congregação de infernais purificadores, cuja a passagem no poder, na antiga terra liberal, não só profana as tradições do passado, como requeima as fecundas sementes do porvir”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 496).

<sup>193</sup> “[...] a ditadura local gaba-se de empregar um quinto de sua renda com as despesas da instrução pública, ocultando o que existe debaixo desse aparente amor a cultura: a maior parte da quota se desvia em clandestinas torrentes de peita ao suborno eleitoral”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 63). Crítica a Borges: “Consta existir inédito um formidável e brilhante libelo do provector educacionista Ulysses Cabral, que põe em menores a obra raquítica dos responsáveis pela decadência da instrução pública, na capitania do moderno governo absoluto, instituído por obra e graça de Augusto Comte”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 63).

<sup>194</sup> Outra questão a ser avaliada nesse período da cultura historiográfica sul-rio-grandense é sobre as conexões com a filosofia comtiana. Mais que um modismo predominante, o comtismo estabilizou-se no Estado,

Avesse hoje em absoluto à funesta doutrina positivista, que tanto contribuiu para restabelecer, depois da revolução de 1889, o absolutismo, que a 1835 combatia; não bani do meu espírito tudo o que seu grande autor em boa hora coordenou do vasto saber humano, imprimindo-lhe o cunho de um extraordinário gênio. (VARELLA, 1915, v. 2, p. 644).

No Rio Grande, os habitantes apreciavam os admiráveis resultados do empenho emancipador e sentiam naturais atrações pelo liberalismo do Prata. O exemplo da Cisplatina era mais estímulo do que arrefecimento nas tendências generalizadas pelo sistema republicano e pela autonomia. Para os sul-rio-grandenses o preferível não era a agência inacabada de 1822 e sim a extermínio do domínio colonial, realizada no Rio do Prata. Porém, no presente, “o absolutismo, que continuava sob aparências constitucionais (tal qual hoje!)”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 513). E para Varella (1915, v. 1, p. 932)

Mirem-se neste espelho de boa doutrina os que negam “princípios” aos modestos farroupilhas; e também os devotos da autocracia, que em nome de uma tradição vilipendiada e traída, se assenhoreou da honrada terra que aqueles a muito custo ilustraram. Mirem-se neste espelho de verdadeiro regime republicano, os pecos e espertos historiógrafos, que viciaram as nossas mais lidimas, mais luminosas crônicas; e também os que hão envenenado um povo ingênuo e sincero, infundindo-lhes apegos ou transigentes acomodações com um cesarismo mal disfarçado. Mirem-se uns e outros neste espelho de segura ciência, em que, há quase três quartos de século, os nossos *ignorantes* antepassados deixavam lucilar entre as esperanças do Rio Grande, não só as promessas correntes da democracia, como os iniludíveis reflexos de um ideal superior: os de integralíssima e radicalíssima reconstituição da sociedade, por via de um complexo de reformas, que ergam as massas inferiores, materialmente, intelectualmente e sobretudo moralmente: que as elevem, em resumo, do cativeiro de áreas antigas e modernas, ao digno convívio no banquete em comum, da presente civilização, – em que nos referimos a hilotas e pariahs, como reminiscência histórica, ombreamos com eles, por todo o ocidente, mudado apenas em parte o gênero da vetusta opressão. Mirem-se neste espelho de verdade inconfundível, os que mentiram ontem e os que mentem hoje, aqueles torcendo as melhores recordações do passado e estes deturpando um modelo imortal, em escandalosa contrafacção: tirania política e econômica, em vez de fraternidade sob égide do bem público, – inferno, com um Cérbero trifauce a beira da entrada, a que a condescendência ou cumplicidade de fáceis ou cobiçosos doutores constitucionais empresta o título de benemérita, pura, humana, liberalíssima, instituição dos “farrapos”.

---

extravassando os próprios limites do PRR, sendo modelo para o debate público. A alusão ao positivismo “difuso” indica que o comtismo foi coligado a outros fluxos de filosofias científicas do século XIX, tais como o darwinismo, o spencerismo e o evolucionismo. “No caso específico de Alcides Lima, Assis Brasil e Alfredo Varella, observa-se que, num primeiro momento, a adoção do positivismo político acompanhou a trajetória de fundação e de consolidação do projeto republicano sul-rio-grandense, que buscou, no comtismo, os elementos que justificassem suas propostas partidárias. Contudo, o rompimento dos intelectuais do PRR com o positivismo político não implicou o abandono absoluto dos pressupostos filosóficos defendidos por Comte. Alfredo Varella, embora viesse a romper com o comtismo em seus aspectos políticos, continuava apoiando-se nas concepções fundamentais do positivismo e seu método de investigação”. (OLIVEIRA, 2005, p. 378).

Junto com Assis Brasil, Varella justificou o começo do regime republicano e o imperativo de ligações federativas entre as províncias, ressaltando as especificidades do Rio Grande do Sul, determinando seus fatores singularizadores em correlação às demais regiões do Brasil, como a geografia, o processo de colonização e a formação político-econômica. Na definição dessas peculiaridades, a Farroupilha nascia, então, como um tópico distinto, narrada como um episódio simbólico do passado sul-rio-grandense.

Para Varella, abolido o partido que combatia a ditadura borgista, primeiro se dissimula e, em seguida, se desfralda o arbítrio, elevando-se aos poucos e, ao fim, a usurpação todos os poderes. Varella usa do liberalismo farroupilha para realizá-los, no presente, para si, e “Se me pronuncio em estilo indignado contra o monarca, primeiro, é por que não posso vencer, hoje, a minha indomável aversão aos brutais processos da tirania, tenha ela coroa ou gorro frígio; segundo, porque isto me impõe o método que foi adotado”. (VARELLA, 1915, v. 2, p. 998).

Varella é o historiador da obra mais extensa e intensa sobre a Farroupilha. Inicia a *Revoluções Cisplatinas* com um preâmbulo que demonstra o seu entendimento sobre o começo histórico da Farroupilha. Varella entende a Farroupilha, como um conflito de um povo livre em busca da sua liberdade. Escreve que, durante a colonização portuguesa, a província sulina era como a Gália para os romanos: um Estado de fronteira permanentemente em guerra, um grande acampamento bélico. O que floresceu entre combates e acampamentos foi “um milagre das forças econômicas, impondo-se preponderantes a quaisquer outras”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 2). Igualmente contra as hesitações de outras províncias contra a insuficiência constitucional, “resolutamente e abnegadamente se lança à frente de todas [...] alinha-se na vanguarda do movimento reivindicador liberal”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 3). O autor conclui, então, que da posição de progresso social do Rio Grande nasce o “nosso” amor pela liberdade e a oposição que o Brasil em “nós” tem encontrado para “nos” imprimir ideias retrógradas. Assim,

O que melhores luzes tornavam de evidencia na fronteira do mesmo com o Rio da Prata, isto é, que “o resultado do progresso social” o que nos impeliu no dia 20 de setembro de 1835, a romper um silêncio vergonhoso, e a fazermos sentir ao governo do Brasil, que se não cansa impunemente a paciência de um povo livre: foi o resultado do nosso progresso social que levou os nossos patrícios a correrem armados [...] a liberdade, e a Pátria. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 5).<sup>195</sup>

<sup>195</sup> Assim se justificaria o “magno evento” que só teria semelhantes da defesa do norte contra os batavos e nas expedições bandeirantes, pois os gaúchos seriam os continuadores, tanto no gênio cavalheiresco quanto no impetuoso “ciúme nativista”.

Outro ponto importante do preâmbulo são as considerações que fez sobre teoria da história. Varella estava atualizado em relação às filosofias da história e das ciências europeias. Com certeza, na história da historiografia sobre a Farroupilha, nenhum outro historiador demonstrou tanto manejo e conhecimento do instrumental teórico do historiador à sua época. Mas não nos esqueçamos de que à época de Varella a historiografia ainda estava se disciplinarizando e, em particular, não estava profissionalizada no Brasil. Era importante teoricamente para sua compreensão da revolução “um método fecundo” que ainda não havia logrado a confiança que é credor, pois

Banindo em absoluto aquele para o qual os fenômenos da categoria dos que me ocupam, constituem um produto do arbítrio humano, nunca admiti o que interpreta como efeito de um cego determinismo, todos os atos e fatos de predicamento individual ou social. A verdade científica figura-me encontrável em um meio termo, quero dizer, no processo positivo de investigação, que se apoia em sólidos fundamentos científicos, genialmente resumidos em profundo conceito filosófico: – As modificações quaisquer da ordem universal se limitam à intensidade dos fenômenos, cujo arranjo permanece inalterável. Concepção é esta que concilia o que há de legítimo, nas que foram mencionadas acima, por quanto erra a escola, que submete *in totum* aos caprichos da vontade individual, os referidos fenômenos, como erra a outra escola, competidor da primeira, no reduzi-los *in totum* a uma expressão de leis superiores e reguladoras do mundo orgânico e inorgânico. A elas se acham subordinados, mas indesejável é, no estado atual dos nossos conhecimentos, que as leis naturais, se são imutáveis, também são modificáveis, o que nos permite uma certa interferência reformadora, como dilucida espontâneas reações, – circunstâncias que mudam em grau, a marcha das cousas, retrotraindo-as, paralisando-as ou acelerando-as, dentro de limites de variação próprios a cada departamento da natureza, – variação que tem o máximo de amplitude na órbita que nos é própria, na órbita humana. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 6).

Varella exibiu os passos da sua pesquisa e os passos da sua escrita, o que de certa forma já é uma estrutura do entendimento da sua narrativa:

[...] antes de proceder ao exame e desenho dos sucessos que se prendem ao memorando e memorável dia 20 de setembro, tratarei de pesar com justa medida, primeiro, os modificadores de ação espontânea, quer o meio físico e econômico, quer o meio social, interior e exterior, que agiram sobre a população do Pampa brasileira, predispondo-a a inovações do sistema político vigente; depois, os modificadores de ação sistemática, internos e externos; em último ponto, a soma de causas determinantes da ruptura da paz pública, ocasionando a explosão revolucionária. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 7).<sup>196</sup>

Varella começou escrevendo sobre a geofísica do continente, isso é, faz uma descrição da natureza que formou o rio-grandense e que moldara a futura revolução. Segregada da

<sup>196</sup> Lógica da explicação: 1) causas predisponentes: a) modificadores da ação espontânea: meio físico e econômico + meio social (interior e exterior), b) modificadores de ação sistemática (interno e externos); 2) causas determinantes; 3) relato do grande movimento.

América lusitana a sua porção mais austral, pelos estorvos naturais, a vasta parede separatória não se ergue apenas como uma dificuldade a superar: expressa uma linha de profunda distinção entre o Brasil propriamente dito e as regiões platinas: “está no Rio Grande, porque é nele que finda a natureza brasileira e começa a estranha”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 10). E, para o autor, isso é uma verdade, sob o aspecto topográfico, geológico, botânico e zoológico. O Rio Grande do Sul constituiria, para o narrador, um todo geográfico distinto, quase uma ilha. O clima também é diferente, mais frio. O quadro meteorológico é outro “mui vizinha da casa que rege a atmosfera, no vale do Prata”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 26). Varella (1915, v. 1, p. 30) define o Estado:

A transição, deve dizer-se, é maior ainda que parece. Fisicamente é aqui o extremo do Brasil, e entramos no Estado oriental. Plantas e animais, paisagens, a própria vida, indústrias e comércio do Brasil ficam para trás. Politicamente, o Império vai algumas centenas de quilômetros adiante: socialmente, todo o resto da província gravita para as Repúblicas platinas.

Após as condições geofísicas da região, passa a narrar o povoamento. Os primeiros povoadores foram os portugueses de Laguna, originários de São Vicente. Para o historiador de Jaguarão, é importante tal averiguação da população, pois “quer apurar quais os componentes biológicos que a metrópole introduziu aí, modificações que acaso sofreram a influxo do meio, tipo que resultou, e sua influência no desdobramento do fenômeno político em estudo”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 42). Enfim,

Tal vazou-se, em meio incomparável, a população enérgica do Continente: o bronze rígido do português de lei, com acréscimo de matéria estranha que o aprimorou e laivos de outra que não no degradaram, como ainda com tênues vestígios de raças mais coloridas, reforçantes da beleza e vigor ou aumentativos dos atributos morais do exemplar humano primitivo. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 64).

Para entender os eventos que resultaram no 20 de setembro, Varella considerou primeiramente a evolução preparatória ou as causas predisponentes das circunstâncias que operaram na população e no território rio-grandense, isto é, o meio geofísico. Continua narrando a soma de causas determinantes do rompimento e a definição dos sintomáticos abalos que resultaram no estouro revolucionário.

Distinguindo as particularidades rio-grandenses, o autor sustenta-se nos relatos de naturalistas estrangeiros e nos aspectos climáticos da região. Portanto, Varella corrobora dois aspectos que delimitam essa particularidade: a) a condição de passagem do espaço rio-

grandense que constituiria um ambiente de alteração entre o Brasil e o Prata; e b) a dualidade de seu meio geofísico dividindo com o Brasil e o Prata semelhanças na paisagem.

Esboçando a linhagem dos habitantes rio-grandenses, Varella acredita que o subsídio açoriano constituiria o traço fundamental na formação étnica do Rio-Grande, cunhando um rastro indelével, sendo o Rio Grande um resultado da civilização lusa. Em seguida, existiu a influência espanhola. O influxo indígena é considerado limitado, bem como ao africano, que, por causa da indústria e do contrabando, pouco colaboraram para o tipo rio-grandense.

Nas causas predisponentes para apresentar as ligações entre o Rio Grande e o Império, Varella usa uma lei geral da física em que a unidade de um sistema tende a romper-se na medida em que as suas partes não operem mutações comuns. Na conjuntura de convulsão regencial, para Varella, a tendência separatista atua como uma disposição generalizada no espírito popular sul-rio-grandense.<sup>197</sup>

Existiria um provincialismo atribuído ao rio-grandense que, desde a colaboração dos sul-rio-grandenses no movimento de maio de 1810 e nos conflitos dos orientais, a partir da propaganda revolucionária que ignorava fronteiras, ratificava o atrelamento do Estado com os fatos políticos do Prata. Para Varella, derivava em depauperamento do passado farroupilha recusar a ligação com o Prata. As ideias separatistas e republicanas teriam vindo para a Capital da Província pela fronteira. O provincialismo seria resultante do afastamento em relação à Corte e da proximidade política, cultural e geográfica com a região do Prata.

Os primeiros abalos do fato revoltoso foram observados em 1829 depois da perda da Cisplatina pelo Império, momento em que principia uma intriga na fronteira sul-rio-grandense, alusivo às conspirações do padre José Caldas, do caudilho Juan Lavalleja e do líder da fronteira Bento Gonçalves.

A simultaneidade entre os eventos do Prata e os do Rio Grande é a hipótese do historiador de Jaguarão para explicar o movimento de 1835. Varella entendeu que a Farroupilha nada mais seria que um espelho das Revoluções Cisplatinas em sua ascendência e processo, tendo procedência no Prata, porém em serventia de todos os liberais brasileiros. Os pressupostos de *Revoluções Cisplatinas*, por um lado, acarretaram a explicação determinista e teleológica do Rio Grande do Sul, e, por outro lado, posicionou a Farroupilha em um contexto mais complexo, não só em seu vínculo com o Império português como também com o Prata.

---

<sup>197</sup> “No vasto organismo combatido, tudo consente, tudo conspira, tudo concorre, para a quebra da unidade nacional e ruptura dos elos que prendiam o Rio Grande, a um sistema cujas translações haviam deixado de ser exatamente comuns, conforme pudera prever quem estudasse os fatos a luz da lição genial de Galileu”. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 217). Empregando termos das ciências da natureza, Varella crê que ambas as ciências compartilham a mesma epistemologia.

A escolha de Varella por abordar o passado do sul-rio-grandense numa perspectiva mais dilatada que sua origem portuguesa se converteu num aporte novo em relação ao imaginário imperial que entendia a origem platina da Farroupilha como algo danoso à identidade nacional, ao contrário do que entende Varella, em que a ideia positiva de liberdade vem do Prata.<sup>198</sup> Enfim, para ele, a “Revolução de 1835”

nada mais foi que um reflexo das revoluções cisplatinas, – a nossa, de 1835 a 1845 – em sua origem e desenvolvimento até o segundo semestre de 1837, apoiando-se daí em diante no Rio da Prata, mas buscando conseguir a vitória também com os liberais do Brasil, e, se possível, em proveito de todo o Brasil. (VARELLA, 1915, v. 1, p. 522).

Para Varella, a Revolução de 1835 foi uma alteração no interior de um sistema no qual a ação mecânica de relação entre as partes e o todo parou de funcionar em sintonia. Também para o historiador, distinções geofísicas assumiriam um caráter decisivo na explicação da Farroupilha. Além disso, a característica do Rio Grande do Sul de ser linha limítrofe, entre o Império do Brasil, a Confederação Argentina e a Banda Oriental, isto é, ser fronteira, surge como uma razão para a compreensão da revolução de 1835 e só se faz plausível como

<sup>198</sup> Alfredo Ferreira Rodrigues, contemporâneo de Varella, também escreveu sobre a Farroupilha em seu *Almanaque Literário e Estatístico da Província do Rio Grande do Sul* que publicou de 1889 até 1917. Se Varella acreditava que a Farroupilha seria uma continuação das revoluções Cisplatinas, para Rodrigues a Farroupilha era uma continuação das revoluções nativistas afirmadoras do espírito nacional. Por isso, pensava Rodrigues (1990, p. 164), “A revolução, a par das ideias liberais que a impulsionaram, foi também um movimento de nativismo, de jacobinismo, como diriam hoje, taxem-no, embora exagerado, mas, em todo caso, justificado. É talvez em nossa história política o exemplo mais eloquente de quanto é capaz o espírito nacional”. Para Rodrigues (1990, p. 166), “a revolução teve dois fatores gerais: o ódio contra os portugueses e a revolta contra o governo, que arrastaram a massa da população; e dois fatores parciais: a agitação republicana dos carbonários, que influiu no ânimo de alguns chefes e afinal converteu-se em realidade, preponderando, apressando e dirigindo o movimento; e o descontentamento de chefes militares, que deram direção e unidade ao movimento”. Resumindo, o mais importante foi a) a necessidade de reagir contra o elemento português; b) a revolução, a par das ideias liberais, foi um movimento de nativismo, de jacobinismo; c) a política injusta dos governos do império com o Rio Grande, exigindo pesados sacrifícios, empobrecendo-lhes o tesouro e arruinando as suas indústrias; d) as ideias de separação e república, através de liberais exaltados e emissários de Rosas, haviam feito, também, muitos prosélitos; e) centro de ação, pois, se a explosão ainda não se dera é que faltava um centro irradiador. E foi o próprio governo quem se encarregou de dar à revolução o fermento que lhe faltava para irromper: os coronéis Bento Gonçalves e Bento Manoel foram perseguidos pelo governo. Fora a interpretação diferenciada sobre a Farroupilha, ambos propiciaram o debate mais instigante sobre o conflito sulino: Porongos. Em seu livro de 1897 *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*, Varella acusa Canabarro de traição em Porongos, isto é, tendo combinado com Caxias o massacre dos negros do exército farroupilha. Rodrigues em 1899 em seu almanaque escreve o artigo “A pacificação do Rio Grande – David Canabarro e a *Surpresa de Porongos*”, em que defende que o que houve em Porongos foi uma surpresa militar e que Varella não teria provas da traição de Canabarro. No mesmo ano, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, Varella publica um documento em que Caxias, em ofício a Francisco Pedro de Abreu, ordena o ataque ao exército farroupilha e que tudo já estaria combinado com Canabarro. Rodrigues, em 1901, em novo artigo “David Canabarro e a *Surpresa de Porongos*” afirma que o documento em que se baseia Varella é falso. Além dessa contenda intelectual sobre Porongos, encontra-se em muitos artigos de Rodrigues no *Almanaque* e em várias passagens da *Revolução Cisplatina*, de Varella, críticas ácidas entre ambos. Ao contrário de Varella, faltam pesquisas de maior fôlego sobre Alfredo Rodrigues.

elemento de um encadeamento de sucessos mais extensos, as Revoluções Cisplatinas, o que sugere uma inclusão do passado do Rio Grande na conjuntura dos eventos da região do Prata.

Apesar de mais refinada, a explicação de Varella se assemelha à de Assis Brasil. Isto é, há um meio cósmico ou geofísico que é a base da explicação. Descobre-se como funciona tal base, que seria estrutural na explicação do passado e em que se pode deduzir o que aconteceu na ação humana passada. Varella se tornou mais refinado, pois acabou produzindo uma obra mais madura sobre a Farroupilha. Mas a lógica da explicação é a mesma. Enquanto para Assis Brasil é o federalismo a pedra angular da explicação, para Varella é o liberalismo platino. E um dos modos de perceber essa diferença é o momento político da escrita de cada obra. Enquanto Assis Brasil escrevia no Brasil imperial em sua luta contra o imaginário da monarquia centralista, Varella, mais de trinta anos depois, lutava contra o imaginário castilhistaborgista. Para Assis Brasil, a Farroupilha queria uma República Federalista brasileira enquanto para Alfredo Varella a Farroupilha queria uma República Rio-Grandense.

Na luta pelo reconhecimento do imaginário, a Farroupilha foi criada por Varella como a representação de um estado de liberdade para enfrentar o que considerava o autoritarismo borgista. Usou da epistemologia cientificista de sua época, apoiando-se em Taine, Spencer e Comte, entre outros. Entretanto, a base política da sua compreensão do passado era o liberalismo. Estas foram suas armas conceituais para criar uma outra Farroupilha, numa luta por reconhecimento de um imaginário liberal para o conflito sulino de 1835.<sup>199</sup>

Na década de 1920, cinco anos após o lançamento de *Revoluções Cisplatinas*, um novo imaginário vai surgir. Na década de 1920, inaugura-se um novo discurso na historiografia e na literatura que insistia na origem lusitana e no sentimento de brasilidade de seus habitantes. Varella e Maya passam a ser questionados pela nova geração de intelectuais ligados à livraria do Globo e ao IHGRGS. Para esse novo grupo de letrados e políticos, não interessava mais, para a conquista do poder nacional, um gaúcho em ruínas ou um Rio Grande do Sul platino. Necessitavam antes de um gaúcho altivo e um Rio Grande do Sul brasileiro. E no centenário de comemoração da Farroupilha, esse imaginário encontrara seu apogeu.

## **CAP. 5 O centenário da Farroupilha: a comemoração**

Recapitulando o tratamento dado à Farroupilha, Rodrigues (2013) entendeu que o IHGPSP não propôs fazer ou divulgar nenhuma atividade sobre a Farroupilha, conquanto

---

<sup>199</sup> Varella sempre foi criticado por seu estilo gongórico e empolado de escrever. Guilhermino (2006, p. 383) resume bem o espírito dos críticos a Varella: “Queiramos ou não, é preciso suportá-lo”.

certo número de seus componentes o efetuasse de fora à instituição, sobretudo na esfera político-partidária. A autora observou que, no IHGB, a autoridade de Tristão Araripe sobre a Farroupilha estender-se-ia para depois de sua morte, ocorrida em 1908, pois, até 1921, não se observou ninguém que contradissesse a sua explicação mesmo após o surgimento de uma nova memória brasileira após a proclamação da República. Esse novo período de silêncio no IHGB terminaria no começo da década de 1920, na ocasião em que a Farroupilha se converteria em elemento de comemorações e discussões até a década de 1930. Assim,

Se, no espaço das elaborações textuais mais eruditas e cientificamente legitimadas dos artigos da revista, a Guerra dos Farrapos não se fazia presente, era no âmbito das comemorações, das conferências publicadas nas atas do IHGB, que ela emergia como temática importante da memória nacional. (RODRIGUES, 2013, p. 169).

Foi Souza Docca quem começou a intervenção mais intensa de reabilitação da Farroupilha na memória histórica nacional. Entretanto,

O que chama atenção no caso do centenário farroupilha é que as comemorações começaram três anos antes, já em 1932, ano emblemático para as disputas simbólicas em torno do governo Vargas, e aconteceram nos dias 20 de setembro daquele e dos próximos anos, até 1935. (RODRIGUES, 2013, p. 176-177).

A comemoração atenderia a necessidade de afirmação de uma nova lógica entre as memórias regional e nacional que se estabeleciam como republicanas desde o fim do século XIX. A partir 1930, a rearticulação da Farroupilha com a memória nacional exigia “mais do que no contexto das reivindicações federalistas do século XIX, a sua inserção na tradição republicana nacional”. (RODRIGUES, 2013, p. 178). Enfim,

O movimento, que manteve durante dez anos uma guerra contra o Império, tornava-se não somente digno e glorioso, mas também patriótico e indispensável à integridade da nação! Após uma verdadeira operação de glorificação, nos anos precedentes, em relação as individualidades farroupilhas [...] o próprio *caráter* do evento sofria uma releitura. A continuidade entre os ideais republicanos de 1835 e os de 1889 e o caráter brasileiro do movimento são explicitamente estabelecidos. (RODRIGUES, 2013, p. 179).

A consequência foi (GUTFREIND, 1992, p. 180) a conexão da Farroupilha à memória histórica nacional como um movimento revolucionário, republicano, federalista, brasileiro e patriótico. A memória da Farroupilha era disputada em distintas versões, não apenas na esfera do IHGRGS, mas também nos jornais e nas comissões oficiais organizados para as

comemorações do centenário, sobressaindo-se a tese do abraileiramento da farroupilha. Desse modo,

Em 1935, o centenário da Farroupilha foi comemorado com grandes eventos: exposições industriais, publicações, edificações de parques urbanos, temporadas líricas, estreias de peças teatrais e reapresentações de uma ópera sobre o drama dos farrapos. Um esforço do Governador, General José Antônio Flores da Cunha, para fazer conciliar a tradição campeira e regionalista com a modernidade urbana e industrial. (AXT, 2009, p. 37).

O processo de conversão da Farroupilha, nas vésperas de seu centenário, simultaneamente em objeto cívico nacional e objeto historiográfico, provocava reações apaixonadas por parte dos intelectuais. Entretanto, uma vez respeitados os procedimentos científicos legitimados pelas instituições, os textos dos historiadores logo se prestavam ao uso político, como se pode verificar na continuidade das conferências comemorativas do centenário farroupilha.<sup>200</sup>

Os livros de Apolinário Porto Alegre, Assis Brasil, Varella e Maya<sup>201</sup> reconfiguraram, cada um a sua maneira, as conexões da Província com o centro. Enfatizando a particularidade

<sup>200</sup> No período do centenário da Farroupilha, houve uma demanda editorial sobre o tema, capitaneada pela editora O Globo. A demanda foi tanto em historiografia como em literatura. Callege, em sua introdução ao *Revolução dos Farrapos*, assim escreve “Tão somente, o desejo de contribuir para o centenário dos farrapos com uma pequena obra” (p. 7). Já no seu primeiro capítulo assim escreve: “Quando se procura festejar, com brilho, o centenário da Revolução dos Farrapos”. Na introdução do poema histórico *A Revolução Farroupilha* de Adalberto Machado dos Santos, Eduardo Duarte escreve sobre o poema: “a comemoração do épico movimento decenal que no próximo ano atingirá o centenário [...] É uma leitura sadia [...] evocando lances heroicos que a nossa gente celebrou” (p. 3). Celso Schröder, em *O Decênio Farroupilha em São Gabriel*, assim introduz o tema “A população gabriellense não poderá deixar de se associar com entusiasmo as festividades como que se vai comemorar o 1º centenário do formidável prélio conhecido pelo nome de Revolução Farroupilha” (p. 5). Outras obras também foram publicadas com o objetivo de comemorar a Farroupilha: *Alma Gaúcha* de Zeferino Brasil; de Othello Rosa *Vultos da Epopeia Farroupilha e Os Amores de Canabarro*; De Paranhos Antunes *Episódios e Perfis de 1835*; *Bento Manoel Ribeiro: Ensaio histórico* de Olyntho Sanmartin; *História da República Rio-Grandense: (1835-1845)* de Dante de Laytano; *Guerra dos Farrapos* de Castilhos Goycochêa; *A Revolução Farroupilha (1835-1845): narrativas sintética das operações militares* de Augusto Tasso Fragoso; *Farrapíada* de Aurélio Porto, premiado pela Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Revolução Farroupilha como o prêmio de melhor livro de poesia; *A Revolução Farroupilha* de Walter Spalding, que concorrendo na mesma premiação, mas na área de história, mesmo sendo o único concorrente foi desclassificado por não atender aos requisitos. Contudo o autor o publicou o livro em 1939 apesar do acontecido. Após isso Spalding produziu uma farta obra sobre a farroupilha que vai da literatura à história. Outro livro desse período do centenário é *Farrapos! História, em contos, da Revolução Farroupilha*. Depois, esse livro foi desmembrado em dois. Mansueto Bernardi durante as décadas de 1920 e 1930 escreveu em jornais e na revista do IHGRGS vários artigos sobre a Farroupilha, depois reunidos em sua *Obras completas*. O sexto volume contém os seus artigos sobre a Farroupilha. *O Sentido e o Espírito da Revolução Farroupilha* de J. P. Coelho e Souza, secretário da educação do Rio Grande do Sul, mesmo sendo publicado só em 1944, é o seu discurso pronunciado na sessão solene da Assembleia Legislativa, em 20 de setembro de 1935. Em sua maioria, três pontos perpassam todas as obras: a) a brasilidade da Farroupilha; b) o não separatismo da revolução; e c) o seu federalismo.

<sup>201</sup> Ao tratar da polêmica mantida entre Rubens de Barcelos e Paulo Arinos (Moysés Vellinho) em torno da obra de Alcides Maya, Chiappini aponta que a nova geração de literatos, a qual pertencia Arinos, negava-se a aceitar a visão do gaúcho em ruínas, popularizada na obra de Maya. Para a autora, “na década de 20, em

do Rio Grande do Sul. Estabelecendo um discurso que evidenciava o Estado sulino “não mais voltado para o Brasil, mas para si mesmo, capaz de sobreviver, sem o concurso nacional, graças a suas potencialidades, a interesses econômico-financeiros específicos e à diversidade das demais Províncias”. (GUTFREIND, 1992, p. 17). Apesar disso, “Afirmação como a exposta acima não poderia ser aceita no contexto pós-20, marcadamente nacionalista”. (GUTFREIND, 1992, p. 19). Assim, Varella e Maya tornaram-se em pouco tempo intelectuais que deveriam ser neutralizados entre a elite intelectual sulina: Varella, por seu platinismo que não se coadunava com o nacionalismo dos novos tempos, e Maya,<sup>202</sup> por seu gaúcho em ruínas que não combinava com o otimismo do gaúcho herói que queria rio-grandinar o Brasil.

Varella fundamentou que, na primeira metade do século XIX, o caráter de liberdade foi mais importante que o de nacionalidade. Abrigar tais conceitos a partir de 1920 expressava a discordância em relação ao recente imaginário carregado de nacionalismo, que nesse período transitava em torno da unidade nacional.

---

que a nova geração está perfeitamente integrada na ideologia otimista do desenvolvimento do Rio Grande, o quixote perde seu prestígio [...] e o que os novos propunham era a sua superação, através da incorporação ativa do modelo de Simões, não porque percebessem as profundas diferenças entre um e outro mas porque a ausência do tom ‘apocalíptico’, na obra deste, era condizente com o otimismo reinante. Além disso, quando muito, combatiam a linguagem parnasiana de Alcides [...] O fato é que, ao aproximar-se o ano de 1930, a imagem do gaúcho-quixote perde terreno cada vez mais, dando lugar ao pleno renascimento da imagem do gaúcho herói. Juntamente com o combate ao quixote, os escritores da década de 20 enfatizam cada vez mais o papel do Regionalismo no modernismo Brasileiro, pela possibilidade de produzir uma Literatura verdadeiramente nacionalista, aprofundando a perspectiva regional [...] destacando o papel do Rio Grande como um produtor de uma literatura exemplar em termos de brasilidade”. (CHIAPPINI, 1978, p. 166-167).

<sup>202</sup> Para Chiappini (1978, p. 203), “Alcides Maya teria tido um papel desmistificador e os escritores da década de 20, em que se acentua o otimismo, teriam regredido a uma apresentação romântica do gaúcho, do tempo de Apolinário e Alencar, por motivos claramente ideológicos: o Rio Grande, dos anos 20, fazendo renascer um gauchismo idealizante, estaria se enquadrando no panorama geral de euforia, que caracterizou o pensamento das classes dominantes do Brasil depois da guerra e, através da apoteose da figura do gaúcho-herói, reacendia o sentimento regionalista, canalizando para todas as lutas políticas do Estado, e que tão útil se mostraria mais tarde, na propaganda da Aliança Liberal e da Revolução de 30. [...] a razão da divergência dos ‘novos’ com Alcides: a ânsia de preservar o símbolo contra a visão ‘apocalíptica’ do autor de *Ruínas vivas*”. Interessante é observar as consequências que Souza (1945, p. 73-74) tem da obra de Maya no momento da comemoração da Farroupilha: “Nas páginas de um livro, que será sempre um dos maiores da literatura rio-grandense, vive um personagem, Miguelito, que encarnando os instintos ancestrais de gaucheria é, desta época, um deslocado no meio, um homem vindo muito tarde, um *revenant*. Choca-se com a nova ordem social, que lhe não sofre os desmandos; mata aquele que lhe faz sentir, mais vivamente, a nova era; foge; e na fuga, passando pela velha residência feudal da fazenda, que julga expressão das forças que o esmagam, mostra-lhe, em maldição, o punho cerrado. ‘Odiava-a, diz agora o escritor, supunha eterna na sua força, ignorando que lá, como em tudo ao redor, como nele próprio, só haviam restos, de velhas crenças, de velhas construções, de velhas raças...’ Muita gente tem repetido esse fim de livro, à maneira do dobre de finados de uma raça. Não – esse símbolo, na sua alta beleza, quer dizer, apenas, que a idade heroica do Rio Grande está finda. O 1º ciclo da nossa evolução, fechado em 35, foi o da formação da raça e da conquista do território – e teve a sua mais elevada expressão humana em Rafael Pinto Bandeira. O 2º termina nos nossos dias: encerra a nossa constituição política – esforço que vive na espada de Bento Gonçalves, no verbo de Silveira Martins, na pena e na ação de Júlio de Castilhos, na predicação dos pioneiros do movimento de 30. O 3º, que agora principia, remate natural dos que o precederam, deve ser o do aperfeiçoamento do Rio Grande”.

Não sem razão, é no ano de 1920 que se funda o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), isto é, a decisiva institucionalização da história em um momento de constituição de uma narrativa histórica que idealiza o ajustamento integral do Rio Grande do Sul com o Brasil: “O estado sulino assume um compromisso com a História e financia as pesquisas, delegando responsabilidades a seus funcionários para a execução de trabalhos”. (GUTFREIND, 1992, p. 20). Desse modo, ressalta-se um empenho em inventar uma representação do Rio Grande do Sul que se aproxime do Brasil, porque

A Revolução de 30 leva ao poder um presidente gaúcho, e é nesse contexto, principalmente nos anos 20, na luta para alcançar o poder em nível nacional e legitimar essa posse, que se coloca o interesse em demonstrar historicamente a identidade brasileira do estado sulino. (GUTFREIND, 1992, p. 20).

As ferramentas empregadas foram a história e a literatura, e seus operadores, os historiadores, literários e os políticos rio-grandenses. A brasilidade do Rio Grande do Sul torna-se, desde sempre, um padrão no entendimento do passado sulino. O padrão teórico-metodológico que adotam tem, a partir de então, nas condições físicas a base do processo histórico sulino. Haveria um modelo determinista para o qual a conformação geográfica de cada país contém uma fatalidade inevitável:

Criar a imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte, pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando seu esforço para alcançá-lo, e finalmente conseguindo, com a Revolução de 1930, foi a tarefa que os construtores da História Gaúcha se impuseram desde a década de 1920. (GUTFREIND, 1992, p. 22).

Assim como o IHGB e o IHGPSP tiveram os seus nascimentos e vidas ligados ao poder político-institucional, o mesmo acontece com o IHGRGS. Também políticos, padres, professores, médicos, engenheiros, militares, bacharéis e funcionários públicos são, em sua maioria, seus integrantes.<sup>203</sup> Igualmente, muitos de seus membros tinham a literatura como ofício e quase todos os membros do IHGRGS eram membros da Academia Rio-Grandense de Letras.<sup>204</sup>

Florêncio de Abreu e Silva, o primeiro presidente do IHGRGS de 1920 até 1934, na primeira reunião do IHGRGS transmitiu aos presentes que se encontravam reunidos em um salão do Arquivo Público que o Dr. Borges de Medeiros, presidente do Estado, autorizava-o a afirmar que a administração estadual ofereceria todo auxílio ao IHGRGS. O secretário do

<sup>203</sup> Gutfreind (1992, p. 24) conta a presença de alguns ilustres.

<sup>204</sup> Em 18 de junho de 1944, a nova sede da Academia Rio-Grandense de Letras é a sede do IHGRGS.

interior, Protásio Alves, igualmente mostrou admiração pela ideia. A inauguração solene do Instituto aconteceu no salão nobre da Intendência Municipal, quando foi eleita a sua primeira diretoria. O vínculo entre o poder político e a escritura do passado estava traçado.<sup>205</sup> Assim,

Como ocorreu no final do século XIX, uma vez mais a História estava a serviço da política de uma forma direta e imediata. O nacionalismo ascendente e o esforço de grupos políticos gaúchos em se lançaram à liderança nacional tomaram a História como escudo e bandeira de batalha. A ciência, que diziam sagrada, tornou-se profana, parcial, mostrando-se impregnada de desígnios políticos. (GUTFREIND, 1992, p. 24).

Os historiadores e romancistas, em suas páginas, revelaram o ambiente de seu presente. A escrita sobre a Farroupilha estava a serviço de um projeto intelectual e político. Estabelecia-se a organização de uma escrita no campo do imaginário, plausível de diferenciar o Rio Grande. Os últimos anos da década de 1920 assinalaram o empenho político para erguer-se à direção do país. Como numa cruzada patriótica, políticos, intelectuais convergiram para projetar o estado sulino no Brasil.<sup>206</sup>

Em 1929, conforme notou Chiappini, no início da campanha eleitoral já se capitalizavam as comemorações de 20 de setembro. E a união entre os farroupilhas e os gaúchos do presente comprometidos na eleição de Vargas é produzida de modo explícito. Desse modo, principia na campanha da Aliança “A exploração de um passado tido como heroico, representado, principalmente, pela Revolução Farroupilha, vai acompanhar todas as fases da luta”. (CHIAPPINI, 1978, p. 185).

Em um desenvolvimento da integração nacional e de nacionalismo exagerado, era manifesto que interferências estrangeiras ecoassem como incômodo aos gaúchos e brasileiros. Assim, ficavam ligados em torno de um imaginário, proclamado não só pelas preleções do PRR, possuidor do poder no Estado, mas também pelos intelectuais e políticos em comum.<sup>207</sup>

---

<sup>205</sup> “Na solenidade, estavam presentes as autoridades mais representativas do estado, como João Pinto da Silva, secretário do presidente do Estado e o seu representante, o comandante da 3ª Região Militar e seu ajudante-de-ordens, o Intendente Municipal, o secretário do Interior, o comandante da Brigada Militar, representantes da Assembleia de deputados, entre eles Getúlio Vargas, conselheiros municipais, diretores da Faculdade de Medicina, da Escola de Engenharia, da Escola Médica-Cirúrgica e o arcebispo metropolitano”. (GUTFREIND, 1992, p. 24).

<sup>206</sup> Para Chiappini (1978, p. 188-189), “o apelo ao mito do gaúcho pelos aliancistas foi tão sistemático e frequente, da parte de gaúchos e mineiros; políticos, intelectuais ou jornalistas; que não podemos ignorá-lo. E é difícil negar a sua relação com a popularização do mito pelo Regionalismo Literário, com o clima de euforia dos anos 20, com o íntimo relacionamento entre os jovens políticos e os jovens escritores, com o papel centralizador da Livraria do Globo [...] O interesse de todos está longe de ser o Modernismo e, muito menos a Literatura em si, mas um certo *uso* que se faz de um tipo de Regionalismo que se presta mais facilmente a ser sugado”.

<sup>207</sup> Chiappini (1978, p. 164) sugere que o regionalismo dos anos 20 parece ter cumprido um papel ideológico importante no movimento de afirmação das classes dominantes gaúchas no contexto nacional em que “Nas

A atmosfera de euforia que ostentava as qualidades éticas do Estado, a confiança no destino próspero do Estado, o qual a sociedade sobrevinha a reproduzir, a probabilidade e a aptidão de comando do Rio Grande instituíram um conjunto de conceitos a serem acolhidos pela maior parte da sociedade, conceitos que se propagam, política e intelectualmente, sendo a Farroupilha nacionalizada como o emblema máximo deste imaginário a propagar.<sup>208</sup>

No nº 4 da revista do IHGRS, de 1935, foi relatado o primeiro Congresso de História Sul-rio-grandense, sobre a Farroupilha, realizado sob os auspícios do Instituto entre 30 de setembro e 9 de outubro. Às 21 horas do dia 30 de setembro, Leonardo Macedônia, presidente do IHGRGS, abriu o seminário.<sup>209</sup> Começou a sessão garantindo que o IHGRGS dava o seu apoio, com o máximo brilho, à “comemoração do 1º Centenário da Revolução Farroupilha”. E que as teses e as memórias do congresso dariam “maior lustre e relevo a este torneio intelectual, realizado em homenagem à Epopeia Farroupilha”. (RIHGRGS, 1935, p. 167). Para Macedônia, “nosso povo” encontrava-se preparado a tudo imolar pela libertação, e pela organização de um país robusto e estimado, estabelecendo uma República sob o alicerce da federação.<sup>210</sup>

Todos dos eventos da Farroupilha seriam contemplados com equidade nesse passado “que nos enche de orgulho” feito por “nossos maiores”. Mesmos após as mudanças na escrita da história e do romance, persiste na visão dos letrados do IHGRGS o entendimento do passado que fornece lições ao presente:

Porque a herança do passado, nos aperfeiçoamos, e tornamos melhor [...] e estamos seguros de assim poder transmiti-la aos nossos filhos, que também terão orgulho da obra realizada pela geração a que pertencemos [...] Mas a geração contemporânea,

---

vésperas da Revolução de 30, que significativamente é o momento de união de Maragatos e Chimangos, os intelectuais da velha e nova geração vão-se unir pela crença na ressurreição do ‘Centauro’, do ‘Monarca das Cochilhas’”.

<sup>208</sup> Entretanto as tensões políticas do período, que em 1937 desembocariam no Estado Novo, não deixaram de florescer no centenário. Vargas, com um governo federal cada vez mais centralista, e Flores da Cunha, então governador do Rio Grande do Sul, que propugnava uma maior autonomia aos Estados, estavam politicamente em conflito e “Em setembro de 35, nas comemorações da Revolução Farroupilha, aquilo que era apenas boato ficou explícito: Getúlio e Flores estavam rompidos!”. (RANGEL, 2007, p. 32).

<sup>209</sup> “Estavam presentes à solenidade os srs. general Parga Rodrigues, Comandante da Região, acompanhando de seu ajudante de ordens, 1º tenente Aldo Pereira, deputados Viriato Dutra, Hildebrando Westfalen e Adroaldo Mesquita da Costa, representando a Assembleia Legislativa do Estado; Othelo Rosa, representando o general Flores da Cunha, governador do Estado. Cônego José de Natal, representando o arcebispo d. João Becker”. (RIHGRGS, 1935, p. 165). Havia uma comissão redatora na RIHGRGS composta dos seguintes nomes: Adroaldo Mesquita da Costa, Othelo Rosa, Emilio Fernandes de Souza Docca, Eduardo Duarte.

<sup>210</sup> Nota-se o presente entrando na narração de Macedônia: “A transformação política, que não foi possível conseguir, seria alcançada antes de findar o século que fora o da independência. E para ela o Rio Grande contribuiria, como efetivamente aconteceu, com o esforço dos seus grandes homens, Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, e outros, legítimos continuadores dos heroicos farroupilhas”. (RIHGRGS, 1935, p. 169).

que orgulhosa de seus maiores [...] essa também é digna continuadora dos homens da Revolução. (RIHGRGS, 1935, p. 170-171).

Faz-se uma ligação direta dos homens da Revolução de 1835 com os homens da Revolução de 1930 e conclui seu discurso de abertura do Congresso exaltando o glorioso decênio farroupilha e o que os maiores fizeram pela elevação do Estado e pela integridade do “nosso amado” Brasil.

Em seguida, expõe-se a relação de teses apresentadas no Congresso, a relação de teses aprovadas, as teses louvadas, depois se passa ao término do Congresso. E, no dia 9 de outubro, às 21 horas, foi aberta a sessão de fechamento e “compareceram à sessão altas autoridades civis, militares e eclesiásticas”. (RIHGRGS, 1935, p. 179).

O presidente Leonardo Macedônia encerrou o evento Congresso com um discurso para “comemorar o 1º Centenário da Revolução Farroupilha”, em que os integrantes do IHGRGS contribuíram com a comemoração dos “nossos maiores”. Com a comemoração do primeiro Centenário da Revolução Farroupilha, promovida nesta capital pelo honrado Governo do Estado, e sob esse patrocínio, o Instituto tinha o dever de agenciar um congresso que constataste a importância intelectual dos homens do Rio Grande e que fosse “um monumento erguido à glória dos farroupilhas”.<sup>211</sup>

Macedônia finaliza seu discurso com uma analogia em que história *magistrae vitae* e história a do presente se misturam. Para ele, o Império Romano do Ocidente foi uma admirável edificação política; igualmente a França, que teve a obra da Grande Revolução a causar um novo aspecto em todo o planeta. Pois bem, o Império Romano do Ocidente tombou por terra, igualmente a magnífica constituição política, idealizada e concretizada pela obstinação do grande Corso, desmoronou. Entretanto, resistem as obras da inteligência, muito mais extraordinária que as conquistas militares romanas e francesas. Continuam a viver as duas obras que rememoram toda essa passada distinção, de Roma, e da França de Bonaparte: o *Corpus Juris Civilis*, símbolo duradouro do engenho romano, e o Código Civil Francês, que eternizaria o nome de Bonaparte: o Código Napoleônico. Assim,

Sinceramente, e sem falsa vaidade, sinto que o mesmo vai suceder com este congresso. A comemoração Farroupilha, ora realizada em Porto Alegre, será encerrada em breve prazo. As brilhantíssimas iluminações, que dão ao recinto da Exposição um aspecto grandioso, as festas venezianas, os bailes de gala, os banquetes, as recepções, e todas as festas que estão a encantar a nossa sociedade,

<sup>211</sup> Para Macedônia, “Essa foi, meus senhores, a contribuição do Instituto para a majestosa comemoração do Centenário Farroupilha, e ela ficará perpetuada, em breve prazo, e para glória da nossa geração, nos anais destinados a levar ao conhecimento de todo o Brasil a obra realizada por este Congresso”. (RIHGRGS, 1935, p. 187).

serão em breve prazo uma agradável recordação de noites e de dias plenos de alegria e de deslumbramento. Mas as sessões deste Congresso, atestado certo e positivo e do trabalho intelectual da geração hodierna, perpetuadas com as teses e memórias nas páginas dos Anais, constituirão, sem a menor dúvida, um monumento digno da glória farroupilha que aqui estamos a comemorar. Assim, podemos dizer, com legítima ufania, que a obra deste congresso será de duração perene, e não será jamais esquecida. (RIHGRGS, 1935, p. 188).

Ao fim, solicita que todos fiquem em pé, em reverência pelos “nossos maiores”, heroicos farroupilhas, com o reconhecimento da obra alcançada por eles. Entretanto, igualmente “com a maior admiração e entusiasmo pela nossa gente, que agora em 1935 tão dignamente comemora a grande Revolução, e trabalha, e progride, dentro do Brasil, íntegro”. (RIHGRGS, 1935, p. 188). Calorosas aclamações abrigaram a fala final do Dr. Leonardo Macedônia.

Foi publicado na ocasião da comemoração do Centenário Farroupilha em 1935, o romance *Farrapo: memórias dum cavalo*. O autor, Félix Contreiras Rodrigues – de pseudônimo *Piá do Sul* –, nasceu em Bagé em 1884 e faleceu na mesma cidade em 1960. Em 1909, bacharelou-se pela faculdade de direito de Porto Alegre. Depois, cursou economia política na Sorbonne. Entre 1910 e 1915, exerceu a advocacia em Bagé e, entre 1915 e 1922, na Suíça. Fundou e dirigiu o jornal *Tribuna Liberal* em Bagé, também foi diretor do jornal *Correio do Sul*. Foi igualmente dono de estância em Bagé de 1925 a 1934. Professor de Economia Política na Faculdade de Ciências Econômicas de Porto Alegre, depois de 1935 teve uma estância no Uruguai, até falecer.

Rodrigues foi poeta, romancista, teatrólogo, ensaísta, sociólogo e historiador. Foi membro da Academia Rio-Grandense de Letras, que presidiu de 1936 a 1938, além de ter sido membro do IHGRGS.<sup>212</sup> Pertencente ao Partido Federalista, em 1928 adere à Frente Única Gaúcha. Em 1930, apoia a Revolução liderada por Getúlio Vargas. Em 1937, rompe com Getúlio, após o Estado Novo, indo exilar-se no Uruguai.<sup>213</sup>

O romance *Farrapo* surge nesse contexto de comemoração da Farroupilha e de inserção do passado rio-grandense na história do Brasil. O imaginário nacionalista da década de 1920 está presente em sua obra. A história e as instituições políticas novamente entram na narrativa. O veto à ficção do romance estabelece o imaginário nacionalista e comemorativo. Felix Contreiras Rodrigues, que tem interesses políticos e econômicos, é um agente da intelectualidade a construir uma narrativa que lhe insere no jogo político das representações do passado.

<sup>212</sup> Informações biográficas em sobre Félix Rodrigues em Martins (1978).

<sup>213</sup> Ver Gertz (2013).

Cavalo de antigas guerras, Farrapo, aos 24 anos – no ano de 1847 –, resolvera contar a sua vida a uma tropilha de cavalos mais novos que o ouviam com muita atenção. Havia cavalgado por muitos terrenos, comeu muitas pastagens, “mas nenhuma terra como esta, nenhum capim tão gostoso como este, do pago em que nasci”. (RODRIGUES, 1958, p. 25). É no seu pago que Farrapo foi feliz, pois havia espaço, liberdade: “Só movendo-se na amplidão, sem peias nem maneias, pode mostrar toda a eloquência de sua linguagem, toda a elevação dos seus sentimentos”. (RODRIGUES, 1958, p. 26).

Farrapo lembrava-se do velho Manduca, seu primeiro dono, a rodeá-lo no curral. E aquele afeto lhe deixava alegre e preparado a florear-se diante dele. Farrapo nascera em 1823. Na primavera de 1826, completou três anos. Um dia desapareceu e pôs-se a matreirar. Esperou ter se apropriado para sempre da sua liberdade. Tentou fazer da querência uma espécie de toca, de onde acreditou não lhe tirarem jamais. Sabia que seu dono não aceitaria a sua ausência, mas não era “cavalo capão pra viver arrinconado [...] Eu tinha toda a virilidade e todo o fogo que dão os bons campos [...] Desejava mais largueza e novas impressões. Fui ficando cada vez mais xucro”. (RODRIGUES, 1958, p. 30).

O narrativa de *Farrapo* traz uma novidade nos romances sobre a Farroupilha de um cavalo como personagem principal. E o cavalo, Farrapo, em primeira pessoa narra a sua história. Nestes campos macios, de canhadas suaves, andava onde queria e podia gracejar com a distância:

Nesse tempo, camarada, divertíamos-nos assim, por estes campos abertos, que nos oferecem todos os horizontes, e nos desafiam com seu infinito [...] Pensei abandonar aquele rincão, mas sabia por minhas correrias que capim como aquele, só ali mesmo [...] E seguí na mesma vida de quebra-largo, a brigar por tudo, com o infinito por domínio, com a liberdade por guia. (RODRIGUES, 1958, p. 31).

Após a liberdade na mocidade, chegou o tempo de ser cavalo manso “e nós podemos sê-lo com brio e até com orgulho, conservando até o fim a nobreza da nossa raça. Verás pela minha história que assim é, que assim faças”. (RODRIGUES, 1958, p. 38). Não se importava de andar encilhado, se os seus preparos eram de prata, se os seus arreios de luxo, e com tais aperos ficava mais lindo ainda. E o velho Mancuda lhe compreendia.

Que vida boa foi a sua, se não principiasse neste ponto uma peregrinação guerreira que só acabou há pouco. Em janeiro de 1827, Manduca e Farrapo para os lados de Bagé souberam que “um exército, sob o comando de Alvear e Lavallega, vinha arrebanhando tudo que encontrava. [...] Quando não era o Artigas que tivemos de atirar, com seus *chalecos* de couro

cru pra o outro lado do Uruguai, é o Alvear a pisotear e saquear os nossos pagos”. (RODRIGUES, 1958, p. 42-43).

Aqui aparece outra característica desta geração: o antiplatinismo. Nega-se a influência platina na história do Rio Grande do Sul, nega-se qualquer semelhança cultural com a região do Prata. Isso torna-se necessário, pois a geração de 1920, querendo nacionalizar a história sul-rio-grandense, expurga qualquer elemento não nacional de uma genealogia histórica. E o Prata, o outro, torna-se o inimigo que poderia corromper a brasilidade dos rio-grandenses, por isso foi preciso, ao se mostrar para o Brasil, negar o Prata no passado do Estado. Não sem razão, Farrapo, como metáfora do gaúcho, nasce defendendo as fronteiras dos castelhanos.<sup>214</sup>

Farrapo e Manduca uniram-se ao brigadeiro Barreto, a Bento Gonçalves e ao General Abreu. Manduca alegou que a peleja estava outra vez em casa e pensava Farrapo: “Os Argentinos vêm aí dispostos a levar tudo por diante [...] Que cousa seria essa, a guerra”. (RODRIGUES, 1958, p. 43-44). Assim, Manduca abandona a estância e leva junto o Farrapo. No fim de janeiro de 1827, Farrapo deixou a estância onde só agora voltou para morrer. E o sofrimento que ia moendo Manduca, abatia o cavalo: “Tu verás, quando te domem a ti, como nós tomamos parte nas atropeladas que faz a vida dentro d’alma de quem nos monta” (RODRIGUES, 1958, p. 45), falava Farrapo a manada de tropilhos.

Manduca se incorporou ao exército do Marechal Abreu. Vendo a inferioridade do exército, o velho Manduca cede ao marechal o Farrapo durante aquela campanha. Marcharam encaçando o exército opositor na direção de São Gabriel. O general Abreu na frente e Farrapo, com as orelhas tesas, puxava a fila do exército. Na batalha decisiva contra os orientais e argentinos, Manduca fora machucado na perna esquerda. Chiru, afilhado de Manduca, conseguiu capturar o Farrapo, pois viu quando o General Abreu foi morto em cima do cavalo. Enquanto Manduca se recuperava, Farrapo ficou aos cuidados de seu afilhado. Farrapo passou em uma estância de Vacacaí os meses da primavera e do verão do ano de 28.

Chegara o grande dia 20 de setembro. Farrapo está com o Coronel Amaral que participa do lado dos farroupilhas na guerra. O coronel, Farrapo mais seu acompanhante Biriva vão ao encontro de Bento Gonçalves que estava sitiando Porto Alegre para entregar a resposta que Amaral lhe trazia. A notícia é que fracassaram suas pretensões de adesão dos paulistas e mineiros ao movimento. Portanto, Bento Gonçalves “se desespera pensando que esta revolução pode dar numa turumbamba de separação do Continente, quando ele não quer

---

<sup>214</sup> “O Estado Oriental em paz é mais perigoso que o Rio Grande em guerra”. (RODRIGUES, 1958, p. 141). Este é um indício do antiplatinismo dessa geração marcadamente nacionalista.

senão um regime de mais liberdade, mais brasileiro e menos camelo. Demasiado sabe ele que há muita gente escondida atrás da macega”. (RODRIGUES, 1958, p. 116).

O narrador define que a Farrroupilha não é separatista, isto é, quer mostrar a brasilidade dos farroupilhas e que a intenção deles era de fundar uma República Federal. Voltando ao romance, Biriva, companheiro de Amaral, responde que o que Bento Gonçalves não quer é atizar fogo ao churrasco dos outros, o que coronel Amaral confirma. Coronel Amaral morre num dos ataques a Porto Alegre. E legou Farrapo para o general Bento Gonçalves:

Foi no poder deste que pude sentir até onde vai toda a glória de ser homem. Com ele me identifiquei de tal modo que, quando me gritavam – Farrapo! Farrapo! Eu pensava em Bento Gonçalves, na sua amizade por mim, nas suas delicadezas, na sua elegância, nos seus entusiasmos, na habilidade com que me governava em qualquer circunstância, e atendia com prazer e ligeiro ao grito de quem me chamava [...] Bento Gonçalves, quando o senti pela primeira vez no meu dorso, estremei de comoções estranhas e contraditórias; excitaram-se os meus nervos e tive a impressão dos primeiros dias da minha mocidade. Que felicidade! Que alegria de viver! Não me passava, como o poeta que eu tivera a glória de embalar no meu galope, o vago dos sonhos, a fantasia das ilusões, porque sua alma era a mais perfeita das realidades, solidamente implantada na terra e apta para transformar os seus pagos no mais encantado paraíso. Carregando-o, sonhar para quê? Se não havia nada mais completo que o andar identificado com Bento Gonçalves!... Nesse aprendi que há homens tão perfeitos como os poetas [...] Bento Gonçalves deu-me sempre a impressão de andar cavalgado por um Deus que descesse dos céus. (RODRIGUES, 1958, p. 120-121).

O herói da trama foi traçado: Bento Gonçalves. Ele seria o representante dos interesses máximos dos rio-grandenses. Farrapo só consegue representá-lo idealizando em suas formas, compara-o a um deus, que dominaria sua montaria no simples gesto de ser o que é: o herói escolhido. Do gaúcho em ruínas de Maya, vai-se ao gaúcho herói.

Havia muitos parentes, amigos, separados agora por ideias ou pelas preferências de seus líderes, porém, combinavam-se junções ou no acampamento farroupilha ou no acampamento imperialista: “Não se matava senão em combate; e mais de uma vez ouvi a guerreiros lamentarem a morte de heróis amigos”. (RODRIGUES, 1958, p. 121). Soube-se, então, que Bento Manuel entrara na Capital. Houve essa noite alvoroço nos exércitos, pois se confiou que era o fim da guerra. O narrador expõe que farrapos e monarquistas não queriam a guerra, que o desentendimento seria passageiro, pois todos seriam brasileiros e queriam a paz.

Farrapo foi encilhado e posto à disposição de Bento Gonçalves, que foi ao encontro de Bento Manoel. Por algum tempo levou em sua cavalgada todo o triunfo de uma nação:

Era certo, teríamos a paz, pensava o meu nobre cavaleiro, porque as suas condições correspondiam as aspirações de uma boa parte da nação brasileira. Como rejeitá-las, sem arranhar o povo rio-grandense que tanto se sacrifica pelo Império do Brasil?

[...] O Continente tornará a ser o paraíso terrestre [...] por que o ser de Bento Gonçalves, que era um feixe da vida rio-grandense, ia significando isso mesmo. (RODRIGUES, 1958, p. 124).

Bento Gonçalves e seu tocaio abraçaram-se como amigos de duras privações militares. O Farrapo ficou a distância, mas ouvia a conversa que iria decidir a sorte do povo do Continente e do Brasil inteiro. Entre um mate e outro argumentavam, Bento Manuel pela integridade do Império e autoridade das leis, e Bento Gonçalves por democracia, liberdade e os direitos do povo continentino. Porém não chegaram a nenhum acordo.

Bento Gonçalves chama o capitão Amaral para enviar-lhe em missão de levar uma comunicação a Netto e João Manuel. E, nisso, Farrapo foi escolhido para ser o cavalo a levar o capitão Amaral em tal missão. Chegando ao acampamento de Netto, entrega-lhe o ofício de Bento. Dias depois, em 10 de setembro, apareciam os caramurus liderados por Silva Tavares nas pontas do arroio Seival. Netto montou no Farrapo que o sentiu como um verdadeiro homem aquele que o cavalgava: “Netto me deu logo a impressão de ser um ginete igual a Bento Gonçalves, senhor do pingo que monta, sem brutalidade, senhor de si mesmo [...] Tal era a sua destreza em governar-me, tal a violência e a certeza do seu braço”. (RODRIGUES, 1958, p. 134). Inicia-se a batalha de Seival e a vitória é farroupilha. No exército farroupilha, o arrebatamento foi extraordinário. A lembrança de Farrapo foi a de

Era um centauro em cima de mim [...] Do meu cavaleiro não era só a influência moral o que impressionava os soldados republicanos, mas também o seu porte a cavalo, marcial como o próprio deus da guerra, rutilante como o arcanjo [...] Só num ponto me fazia saudades do primeiro General que me cavalgou [...] Bento Gonçalves era bom, porque não podia ser mau, porque sua natureza se revoltava contra a maldade; Netto era bom, porque ser bom era melhor e mais útil. A Bento Gonçalves guiava o coração, a Netto a cabeça. Montado por ele eu sentia principalmente uma coisa – a certeza, a firmeza, a certeza que ia bem, a firmeza na execução. Horas de orgulho [...] passei cavalgado por esse herói, orgulho pela vitória, orgulho pela proclamação da República. (RODRIGUES, 1958, p. 135).

Há no romance um processo de heroificação das lideranças farrapas e, estando dominado pelo ideal republicano, Netto era um honrado herdeiro de Bento Gonçalves, após ele ser preso em Fanfa. Mesmo com o líder máximo preso, continuava a mesma “índole da gauchada”. Depois de alguns sucessos militares de Netto e com Bento Manuel do lado dos farroupilhas, Porto alegre volta a ficar sitiada. Farrapo vai passar um período em uma fazenda, nas vizinhanças para readquirir as forças depois de muitas batalhas. Nesse tempo, Bento Gonçalves fugiu da prisão e se encontrava no Rio Grande do Sul, quando passa pela estância em que se encontrava Farrapo. Nela lhe é oferecido pela dona, novamente. Farrapo teria

Bento Gonçalves cavalgando nele novamente: “o homem mais perfeito que me cavalgara até então, violento e suave, conforme as circunstâncias, sempre inspirado pelo bem”. (RODRIGUES, 1958, p. 148). Bento Gonçalves retornava com um entusiasmo indescritível diante dos campos do Rio Grande, seus projetos militares majestosos e suas intuições de glória infinitas.

Farrapo sentiu, por ser cavalgado, a saudade no coração daquele herói, o seu anseio pela paz, o seu desagrado contra aqueles que a tornavam impraticável e o seu amor para voltar ao seio familiar. Farrapo, depois de um tempo tropeando e fazendo tropilha, que serviriam a revolução, participou do ataque a Rio Pardo. Logo após a tomada de Rio Pardo, o general Bento Manuel estava a pé e arranjou com que o general Netto passasse o Farrapo a ele. Farrapo acreditou que, com aquele peso em cima dele, não iria muito longe ou não chegaria ao fim da viagem. Era o general Bento Manuel quem o montava. Para Farrapo, ele não parecia ter nascido no lombo de um cavalo, ao modo dos gaúchos que o tinham cavalgado até então. Sob aquele peso chegara a Porto Alegre mais morto que vivo. Pensava Bento Manuel que Netto perdera tempo em festas e farras após Rio Pardo. Mas também refletira se não seria melhor assim:

Deus também escreve o direito por linhas tortas. Vencer pra que? pra fundar uma República? Pra separar o Rio Grande? Isto seria um crime... um crime contra o nosso passado, um crime contra as possibilidades do nosso futuro, um crime contra a paz em que temos vivido entre nós [...] Que culpa tem o Brasil da incapacidade de Fernandes Braga ou da inépcia de Antero de Brito? [...] Por nada desta vida consentirei que a nossa vitória seja a separação. (RODRIGUES, 1958, p. 172).

Farrapo passou um ano em invernagem, recuperando-se de junho de 1838 a julho de 1839. Após esse interregno, Farrapo aparecera na invasão de Santa Catarina montando pelo capitão Garibaldi. No lombo do cavalo, o corsário contou que seu barco afundara, de seu amor por Manuela e que se batia “pela República, pela independência dos povos que querem formar sua Pátria, pela liberdade dos oprimidos”. (RODRIGUES, 1958, p. 176). No ataque a Laguna, Farrapo fora montado pelo Coronel Canabarro, ele que, após a vitória, tornou-se general. E o novo general ria-se dos habitantes de Santa Catarina. Farrapo ouvia dizer que nenhuma pessoa pegaria em armas para defender a nova República. O General Canabarro não soube acompanhar os hábitos dos catarinenses. Os imperiais vieram e expulsaram os farroupilhas. Na volta para o Rio Grande, vinha cavalgado por uma mulher. Farrapo estava gracioso, misturando seu ser com a alma de uma mulher. Farrapo estranhara o propósito de Anita, sua felicidade por arriscar-se por Garibaldi, pois para ela o amor entre ambos era o seu

fim. O cavalo estranhou tal propósito, aquela insensibilidade pela República, pela Pátria. Contudo, aos poucos, foi se identificando com Anita, enquanto, “Garibaldi batia-se pela liberdade e pela República; Anita batia-se por Garibaldi”. (RODRIGUES, 1958, p. 183).

Anita e Farrapo encontram Garibaldi e chegam, logo após, ao acampamento de Bento Gonçalves. Farrapo ainda participou da fuga de Anita e Menotti das tropas de Chico Pedro. No ataque a São José do Norte, foi montado por Bento Gonçalves. Após o insucesso de São José do Norte e Taquari, Bento Gonçalves refletia que esses homens ainda não haviam compreendido a coragem e as intenções dos farroupilhas. Se vencesse, veria o governo imperial como se organizava um governo liberal e como se cultivava a unidade da pátria. O herói contemplava a distância e dizia a si mesmo: “eu juro as gerações que hão de vir que sou movido por um ideal, e estou certo de não desdourar a nossa tradição”. (RODRIGUES, 1958, p. 196).

Já havia passado o forte do inverno de 1841, as tropas de Bento Gonçalves guerreiam com as de Chico Pedro. Farrapo era montado por Bento. Uma lança que escapara do corpo do general cravara-se no quarto direito do Farrapo que ficou “ferido e tremia de dor. Mas [...] o Chefe de toda aquela gente está são e salvo”. (RODRIGUES, 1958, p. 200). Bento Gonçalves tinha os olhos em prantos. Farrapo sentia a sua dor, porque era a mesma que estava sofrendo, a dor da separação, a saudade. Bento Gonçalves passa a mão no pelo e falou-lhe:

Tu és o Farrapo, que fica pra trás, em poder do inimigo; amanhã, talvez, servindo de instrumento contra nós mesmos. Compreendo... Tu és a força que me veio conduzindo até hoje, mas que também pode conduzir o Império... Compreendo... Farrapo, tu não pertences somente aos farroupilhas, porque és a força que anima a todos os Gaúchos, de um e de outro bando. És mais do que Farrapo, és Rio-Grandense, és Brasileiro... Compreendo. Aqui está o princípio do fim. Compreendo... Soou a corneta, e a força afastou-se, deixando-me ali sozinho, à sombra de uma figueira braba. (RODRIGUES, 1958, p. 201).

A percepção nacionalista do romance fica evidente nessa citação, a intenção de relacionar o passado rio-grandense com o brasileiro é feita nessa metáfora do Farrapo como não tendo lado entre imperiais e gaúchos, pertencendo a ambos. Farrapo é o símbolo desse período, lutou na defesa das fronteiras. Além disso, foi personagem em todos principais acontecimentos da Farroupilha, conhecendo todos os principais líderes e personagens dela.

De volta ao romance, após ser ferido, Farrapo dormiu mais de tristeza do que de dor. Quando desperta, ouve chamarem um homem que o elogiava. Era Moringue, o vencedor, o mais atemorizante dos comandantes do Império. Um prisioneiro farroupilha identificou

Farrapo a Chico Pedro, e explicando as qualidades do cavalo, foi interrompido por Moringue que disse:

Então chama-se Farrapo. Isto quer dizer que o Farrapo caiu em nosso poder, vai ser cavalgado, governado pelos caramurus. Não está mal. Boa senha dos fados. A mesma força que levou os Farroupilhas aos seus triunfos, levar-nos-á à vitória final. Este cavalo é a consciência brasileira do povo rio-grandense que nos começa a dar ganho de causa. Farrapo, por tua beleza, por tua majestade, por tua força, considero-te um presente do céu, e, como tal, mandar-te-ei guardar cuidadosamente. (RODRIGUES, 1958, p. 202).

No romance, o cavalo Farrapo é a síntese entre brasileiros e gaúchos, é a prova cabal da brasilidade da Farroupilha. Farrapo é a consciência da brasilidade construída a partir da década de 1920 como projeto de futuro do regionalismo rio-grandense.

Não levou muito tempo, Farrapo entrara numa grande invernada de cavallhada do governo. Entre os caramurus, encontra as mesmas qualidades, a mesma obstinação em atingir a vitória. Eram os mesmos gaúchos, impelidos por ideias opostas. No combate, nada ficavam devendo aos farroupilhas. Mais uma demonstração da brasilidade dos gaúchos, pois os farroupilhas em nada diferiam dos caramurus, eram todos gaúchos e brasileiros. Pouco depois houve, em Pelotas, uma festa pela vinda de um grande homem que chegava à Província. Farrapo ouviu chamá-lo de general Caxias. Estavam encilhando Farrapo com a sela do Barão de Caxias. Pouco depois, acercou-lhe o general. Não lhe transmitiu rancor, nem desejo de vencer a qualquer preço. Aproximando-se do Farrapo, Caxias disse-lhe baixinho:

Não venho aqui multiplicar as desgraças, mas pacificar esta gente denotada [...] Isto já não é uma revolta comum como aquelas que debelei no Maranhão, em S. Paulo, em Minas; mas a obra de um ideal que envenenou quase toda a população da Província. Não é cortando pescoços que se eliminam as ideias da cabeça de um povo; mas convencendo-o de que há outras ideias superiores, de concepção mais justa e mais elevada finalidade. Os Continentinos são homens sujeitos a errarem; bastará o emprego de meios suasórios, para que voltam a verdade e a realidade das coisas. Vencê-los talvez seja impossível, porque são valentes e pertinazes; creio, entretanto que convencê-los não será difícil. Se me ouvissem, faltar-lhes-ia como irmão, sinceramente animado da ambição de realizar a paz. (RODRIGUES, 1958, p. 214).

Depois de ser montado pelos líderes/heróis farroupilhas, Farrapo agora é cavalgado pelo mais expressivo líder militar monarquista. Essa passagem de lado do Farrapo não se faz por nenhum motivo menor, mas apenas porque, com isso, mostra-se que os farrapos também eram brasileiros, não havendo maior antagonismo entre rio-grandenses e brasileiros, pois como notou Caxias, eram irmãos.

Farrapo marchava passo a passo, sem exaltações, com orgulho de levar um cavaleiro de alto coturno, que vinha da Corte, onde vivia um imperador, que buscava o meio de impor ao inimigo a conveniência da paz, Farrapo tornou-se não “um instrumento de guerra, mas um amigo dedicado, um aliado”. (RODRIGUES, 1958, p. 217). O autor faz um jogo semântico inconciliável para Varella, “farrapo” um dedicado amigo de Caxias, mas a geração posterior a Varella, impregnada de nacionalismo e com um projeto político diferente, constrói uma outra gramática sobre a Farroupilha, o que possibilita um entendimento diferente sobre ela. Nisso, Farrapo vê chegar Bento Gonçalves ao encontro de Caxias. Bento percebe que Farrapo pertence a Caxias e lhe disse que estava bem montado o general, o que Caxias replica que sem dúvida, pois sabia que o Farrapo tem a força para levar-lhe às regiões da glória. Ao que Bento responde: “Ah, sim Ele foi criado pra honrar todos aqueles que se servem dele. O Farrapo nobilitou os Gaúchos, tocará então a vêz de nobilitar os Imperiais e os próprios Brasileiros, se se apossarem dele para sempre”. (RODRIGUES, 1958, p. 218).

Ao que Caxias diz esperar que isso aconteça e que não será difícil governar o Farrapo suavemente. Nisso, Caxias solta a espada “para apertar-lhe a mão de Gaúcho brasileiro, como Brasileiro e amigo” (RODRIGUES, 1958, p. 218). O uso do cavalo como metáfora busca a inserção do Rio Grande na história da nação brasileira. Nisso, continua o diálogo e Bento afirma que quer uma pátria livre. Caxias responde-lhe que as Repúblicas do Prata vivem dilaceradas pelos próprios concidadãos, em que a discórdia começa a inutilizar os seus melhores vultos. Volta o narrador ao argumento antiplatinista. Bento replica que os farroupilhas querem ser livres e que nunca sonharam com o apequenamento do Brasil e que a federação sempre foi o norte revolucionário. O narrador volta a usar o argumento da brasilidade dos farroupilhas. Também, Bento Gonçalves afirmou que não queriam ser governados por um tirano. Ao que Caxias responde: A República Rio-Grandense é impossível, para o império a federação é contraproducente. E que continuará conversado, pois sabe que os farroupilhas têm a satisfação de continuarem brasileiros.

Estava o General Caxias cavalgando o Farrapo e, com sua imensa alegria de haver feito a paz na Província, pensava que “Estava resguardada a unidade do Império de língua portuguesa”. (RODRIGUES, 1958, p. 228). Parou em Ponche Verde, numa estância denominada Carolina, depois cumprimentou os principais chefes farroupilhas. Ali estava Canabarro, que com a proposta argentina levou-o a aceitar a paz. Para Caxias, era “verdadeiramente comovedor, pensava ele, o patriotismo dos Rio-grandenses. Lutaram por suas ideias, enquanto não esteve em questão a existência da sua velha Pátria. Mas, ameaçada

esta como está pelo poderio de Rosas, voltam a recolher-se ao seio da mãe comum”. (RODRIGUES, 1958, p. 228).

Caxias se perguntava que outro povo pensaria assim, com tanta superioridade. Este dia primeiro de março de 1845 não é só alegria geral “mas também de profunda gratidão do Império ao Rio Grande do Sul”. (RODRIGUES, 1958, p. 228-229). Pela sua altivez, pelo seu denodo, bem mereceram as condições honrosas que lhe ditaram de tratar com heróis de pé e não vencidos:

Pelo que eu via, estavam todos os Rio-grandenses irmanados no seio da mesma Pátria – o Brasil; pois nas ruas o povo se rejubilava, gritando vivas ao Imperador, vivas ao Brasil, vivas ao Rio Grande, a Caxias, a Canabarro, a Bento Gonçalves, a Netto, quando este Estado-Maior passou [...], diziam, não tinham sido vencidos nem vencedores [...] Viva o Brasil, que hoje incorpora à sua História todos os heróis farroupilhas! (RODRIGUES, 1958, p. 229).

Enfim, os farroupilhas após cem anos de transformações narrativas tornam-se “heróis” e agora podem descansar em perfeita harmonia com a história nacional. A geração de intelectuais gaúchos que trabalhou na década de 1920 para a conquista do poder dá um drible na “maldição de Caxias”, ao mesmo tempo em que relembram os acontecimentos da Farroupilha, não mais para desconstruir a nação brasileira, mas no centenário, ao contrário, a construção da nação brasileira passa pela “Revolução” Farroupilha. Na República brasileira, a República Rio-Grandense encontra o seu descanso no panteão de heróis nacionais. Mas, ao expor a brasilidade dos farrapos e o antiplatinismo como norte do controle do imaginário na fase atual da Farroupilha, a “maldição de Caxias” entra pela porta dos fundos, isto é, a Farroupilha só pode ser lembrada no mesmo sentido do controle imperial, enquanto construtora da nação; a única diferença é que uma seria a construção do Brasil enquanto monarquia e a outra enquanto República.

Continuando a contar a sua história, Farrapo falou aos cavalos mais novos que o fim do conflito foi como o crepúsculo do seu último dia. De manhã, todo aquelas pessoas foram embora, e um sossego intenso principiou a imperar dentro dele. Parecia a Farrapo que já tinha morrido em vida, que já tinha cumprido a sua missão e que só lhe restava morrer. Mandaram o Farrapo para a Carpintaria com a recomendação “de que ninguém o encilhe. O Farrapo daqui em diante é só pra recordações”. (RODRIGUES, 1958, p. 233). Lá Farrapo estava há dois anos. Nisso, vinha disparando do lado da estância um dos companheiros da quadrilha, de cola alçada, bufando e notícia que morreu o general Bento Gonçalves. O Farrapo não disse mais nada, espichou o pescoço e afastou-se entrando na sombra da noite que caía.

Depois do acordo de paz, Farrapo não era mais para ser encilhado e devia ficar só na recordação. O narrador quer mostrar, em 1935, que aquela Farroupilha separatista não existe mais e seria naquele tempo apenas uma longínqua recordação para a Farroupilha brasileira que nasceu a partir de 1920. E a morte de Bento Gonçalves, junto com o “desaparecimento” de Farrapo, é a metáfora para a morte de uma Farroupilha separatista e o nascimento de outra: uma Farroupilha brasileira e construtora da nação brasileira.

A comemoração do centenário da Farroupilha não poderia passar sem uma produção historiográfica que marcasse a nacionalização da memória dos farrapos e legitimasse o poder de Getúlio Vargas. A produção foi vasta na comemoração do centenário. Escolhi a obra de Docca por representar a nacionalização da Farroupilha e por ser, entre os historiadores da comemoração, o grande polemista da obra de Varella. Emílio Fernandes de Souza Docca nasceu em São Borja em 1884 e faleceu em 1945. Docca foi militar de carreira, sóciofundador do IHGRGS, membro do IHGB e pertenceu também, como era comum à época, a Academia Rio-Grandense de Letras. Para Armani (2012, p. 195), a obra de Docca se caracteriza “como a busca constante de uma identidade que refletisse o ‘caráter nacional’ do Brasil e, em particular, do Rio Grande do Sul” e foi um exemplar dos ideais do Estado Novo.

Convocado por Osvaldo Aranha, quando da Revolução de 1930, Docca rejeitou seu apoio em nome da obrigação militar, por isso na continuação do movimento foi aprisionado. Contudo, para Gutfreind (1992, p. 66),

Afirmou-se que Souza Docca negou apoio à Revolução de 1930. Torna-se necessário esclarecer: negou apoio militar, coerente com sua visão de dever profissional, de inspiração positivista-comtiana; como historiador, porém, colaborou significativamente na construção dos propósitos revolucionários de 1930.

Em *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*, Docca começa de uma maneira objetiva, explicando o porquê de sua publicação: o aparecimento da *História da Grande Revolução*, do Dr. Alfredo Varella, em 1933, atribuindo aos farroupilhas a) ideias separatistas, sob b) o fundamento de que, no Rio Grande do Sul, nunca houve forte sentimento de brasilidade.<sup>215</sup>

---

<sup>215</sup> Para Armani (2012, p. 198), “Em momentos de ritualização rememorativa e comemorativa do passado, quaisquer manifestações dissonantes eram peremptoriamente solapadas, afastando o perigo da pureza imaginária da identidade. Aqueles que contestavam a unidade nacional, a *pacificidade* dos brasileiros e a *brasilidade* dos rio-grandenses eram tachados como autores cuja promiscuidade com paixões políticas era evidente. Os *detratores da pátria* eram, nesse sentido, abominados. Foi o caso, por exemplo, de um ‘profanador’ das ‘verdades sagradas’: Alfredo Varela”.

Isso levou Docca a travar uma controvérsia com tal autor. As ideias históricas de Varella não eram novidades.<sup>216</sup> O autor avisa que não as contestou antes, pois tais ideias “corriam por sua conta e risco”, em vários livros dispersos, mas Varella as reuniu, em 1933, em uma obra que rotulou com o nome *História da Grande Revolução* e conseguiu fazer com que ela fosse patrocinada pelo governo do Estado, com a promoção do IHGRGS.<sup>217</sup>

Para Docca, essa oficialização aparente, essa ligação do Estado (política) com a ideia (escrita) de Varella, acontece em detrimento da verdade histórica e, por isso, deveria ser combatida. Porque, para Docca, essas ideias seriam depreciadoras dos sentimentos cívicos e da dignidade dos antepassados.<sup>218</sup> O seu escopo com este livro é “julgar, explanar, discutir as ideias e os homens da Revolução”. (DOCCA, 1935, p. 4). E, também, no transcorrer do ano de 1935

em que transcorre o primeiro século do grandioso e patriótico feito farroupilha, a nossa primeira contribuição, como simples achega para as comemorações desse centenário e como homenagem de mais alta admiração e de fervente culto à memória dos grandes vultos de nosso passado, que agiram como rio-grandenses e pensaram sempre como brasileiros. (DOCCA, 1935, p. 4).

No início de seu livro, o autor deixa claro sua proposta de escrita: o projeto nacionalista de escrita da Farroupilha. Quer “resgatar” a dignidade dos farroupilhas que foi manchada por Alfredo Varella. E, no ano da comemoração do centenário dos “nossos maiores”, isso não poderia ficar assim; a brasilidade dos farrapos não poderia estar em disputa.

Para Docca, o sentido da Farroupilha (nessa época a denominação Revolução Farroupilha, como ela ficou mais popularmente conhecida, ganha a linguagem comum e científica) era o federalismo. Haveria no século XIX a ideia de federalismo que impulsionava as ações dos personagens históricos em busca da liberdade. Assim, como consequência da independência do Brasil, nasceu a ideia federativa. A dissolução da Câmara em 1823 impulsionou tal vontade política. A marcha federativa teve partidários no Rio Grande do Sul. Para Docca, a Confederação do Equador, em 1824, apesar da designação, propunha a

<sup>216</sup> Na introdução da *História da Grande Revolução*, assim inicia Varella (1933, v. 1, p. 7): “A presente obra, conquanto inclua extraordinárias, copiosíssimas novidades, reproduz, *mutatis mutantis*, o que se contem noutra, ainda então inacabada. Para definir a nova com rigor, cumpre dizer que tão somente representa um quadro mais elucidativo, mais nítido, mais perfeito, sobretudo mais completo, mais erudito; do que foi traçado em ‘Revoluções Cisplatinas’”.

<sup>217</sup> Sobre a querela envolvendo a publicação da *História da Grande Revolução*, com apoio estatal e do IHGRGS, ver Silva (2010), capítulo “A polêmica ao redor da História da Grande Revolução”.

<sup>218</sup> “O resultado de nossa atitude aí está: O instituto proclamou, por unanimidade, como se há de ver para diante, que não concorda, absolutamente, com aquelas ideias, as quais, o Dr. Varela, jeitosamente, deixava transparecer haverem merecido o beneplácito daquela douta instituição”. (DOCCA, 1935, p. 3-4).

federação. Com isso, quer mostrar que o federalismo tinha raízes no Brasil e que, portanto, a Farroupilha tinha antecedentes brasileiros, não surgindo do liberalismo platino. Assim a promoção em prol da federação brasileira só aumentou. Para Docca é a ideia de federação que em 7 de setembro dá início à abdicação de D. Pedro I. Buscando o regime federativo e tendo como exemplo a Constituição dos Estados Unidos da América do Norte,

Eis em um relance, de modo geral, concretizada nos fatores culminante a ideia federativa, a expansão dessa ideia no Brasil. Verdadeira aspiração política. A tese que defendemos: a filiação do movimento farroupilha aos antecedentes históricos no Brasil, em prol da República Federativa, tendo como modelo a constituição da Filadélfia. (DOCCA, 1935, p. 9).

Para Docca, o conceito de federação entre os farroupilhas era claro. Os farroupilhas ambicionavam a federação brasileira, adotando como modelo a constituição dos Estados Unidos da América do Norte.<sup>219</sup> Mostra que os farroupilhas eram leitores de John Locke, Montesquieu e admiravam a Constituição Americana.<sup>220</sup> Para Docca, é importante não confundir os dois conceitos: confederação e federação.<sup>221</sup> Era o federalismo clássico que os farroupilhas aspiravam desfraldar no Brasil, não existindo filiação platina, entendia Docca que “Tão grande era a afinidade, a concordância das ideias dos rio-grandenses com seus irmãos brasileiros que a república do Piratini era o berço histórico das aspirações federalistas do Brasil em geral”. (DOCCA, 1935, p. 14).

Após mostrar para o leitor como era conceituada a federação e qual o modelo de federação dos farroupilhas, Docca passa por mais de dez páginas a comprovar suas assertivas. Isto é, primeiro encontra um modelo do que seria a federação para os farroupilhas e, depois, começa a testá-lo:<sup>222</sup> “Dessas provas documentais e por outros fatos é que asseveramos a comunidade de ideias entre os filhos do Rio Grande do Sul e os das demais províncias brasileiras e repelimos a pretensa filiação platina”. (DOCCA, 1935, p. 15). Docca acredita ter demonstrado que o movimento de 35 girou em volta da brasilidade e não tem o platinismo que lhe é imposto e, muito menos, constitui um reflexo das revoluções cisplatinas, como

<sup>219</sup> “Para o Dr. Alfredo Varela [...] aturdido por aquela paixão, e vendo tudo que é sul rio-grandense através de seu uruguaiofilismo, empresta aos nossos antepassados o errôneo ou confuso conceito de federação, corrente nos países platinos, na primeira metade do século passado [...] O conceito do sistema federativo entre os farroupilhas não tinha dubiedade que o Dr. Varela menciona”. (DOCCA, 1935, p. 9-10).

<sup>220</sup> Pode-se considerar que Docca faz uma história das ideias sobre federalismo entre os farroupilhas.

<sup>221</sup> Para isso, Docca usa várias autoridades para justificar seu argumento, como se a autoridade e não a pesquisa histórica definisse o sentido do conceito.

<sup>222</sup> Para comprovar, cita artigos de vários jornais, faz isso entre as páginas 15 e 25 de seu livro.

pretende o “dr. Varella”.<sup>223</sup> Os farroupilhas foram o mais heroico esforço em prol da República Federativa do Brasil, e que, de forma alguma, eram os farroupilhas retintamente separatista.

No limiar do primeiro centenário da cruzada portentosa, Docca assinala que o IHGRGS recusou sua adesão às opiniões de Alfredo Varella a respeito da Farroupilha e, assim se manifestou, por unanimidade, contra o apregoado separatismo, isto é, o IHGRGS por pressão política de seus membros lançou uma nota que contestava as ideias de Varella. Precisava-se que o lugar legítimo de produção e operação do conhecimento histórico regional desse o seu veredito científico-político:

Ao invés disso, tem reivindicado para os farroupilhas a integridade de um alto sentimento de brasilidade, sustentando que os dirigiu uma ideologia republicana – federativa, e que a proclamação do Seival, e a conseqüente independência da Província foi apenas um meio e não um fim. (DOCCA, 1935, p. 35).

E continua Docca (1935, p. 35):

Esta oportuna declaração do Instituto Rio-grandense, provocada pelo Dr. Castilhos Goycochêa, em judiciosa carta ao seu presidente, firmou, de modo peremptório, criterioso e justo, o verdadeiro ideal dos farroupilhas e representa para nós, particularmente, um ato de íntima satisfação, porque nos deu ganho de causa na contradita que sustentamos contra as afirmativas do autor da **História da Grande Revolução**, na parte referente aquele ideal, que há mais de 20 anos vimos declarando que foi o mais decidido esforço em prol da república federativa do Brasil e, por isso, consubstancia um exemplo magnífico de civismo, impregnado de brasilidade pura.

Docca, esclarecendo a federação pela qual aspiravam os farroupilhas, deixa provado que aquele movimento não era seccionista, não permitindo o “amesquinamento” de seus sentimentos de brasilidade. Desse modo imperativo, faz-se arrasar definitivamente a tese separatista.<sup>224</sup> Ao contrário de Alfredo Varella, que vê fingimento em Bento Gonçalves

---

<sup>223</sup> “Foi o Dr. Alfredo Varela quem, ao serviço de sua brasilofobia e abusando da autoridade de seu nome como historiador, tentou nimbar a brasilidade dos rio-grandenses, negando que a cruzada farroupilha visasse a federação brasileira [...] O autor separatista não fez prosélitos entre os estudiosos, mas tem sido auxiliar dos interessados, por explorações políticas, em desprestigiar, aos olhos do grande público, aos sentimentos de patriotismo dos rio-grandenses. Os historiadores sinceros, os historiadores sem disfarce sem ideias preconcebidas que tem meditado sobre o assunto, afirmaram sempre e continuam afirmando o que o retovado procura negar”. (DOCCA, 1935, p. 26).

<sup>224</sup> Cita novamente vários autores que contestam a tese separatista. Como na questão do federalismo, Docca usa vários autores, porém, no separatismo usa um em especial, o Dr. Getúlio Vargas. Eduardo Duarte, secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, assim explicou em relatório a não concordância do Instituto com as ideias do Dr. Varella: “A publicação foi feita e entregue ao governo do Estado. É de notar, entretanto, que o Dr. Varella em certos pontos de vista divulgados em seu afanoso trabalho, nem sempre encontrou o apoio de muitos de nossos consócios. O fato, porém, não tem a importância que se lhe queira emprestar, com menoscabo para o Instituto, pois que este apenas patrocinou a

quando este nega as intenções separatistas, Docca confia na pureza de suas afirmativas. Elas são sinceras e contra as afirmativas de Varella que traria

[...] de certos escritores de um país vizinho, para a nossa história, com aplausos de homens de bem e contra a verdade histórica, esse desdourante conceito, para justificar falsidades ou coonestar ideias que se alicerçam em deplorável exotismo, que é o fermento inesgotável da paixão que atropela o autor citado. (DOCCA, 1935, p. 44).

Além de usar argumentos epistêmicos, Docca desfere ataque direto a Varella, baseando-se em questões de ordem moral, isto é, homens de bem não poderiam sustentar que a Farroupilha fosse separatista, pois isso extrapolava o caráter científico da história e só poderia ter sido escrito por alguém tomado por violenta paixão e não haveriam documentos para comprovar essa paixão.

As manifestações que Docca citou corroboram sua tese de que a ação separatista de 1836 foi um expediente e que jamais foi para os farroupilhas o fim do movimento. Erram, para Docca, os que impressionados por esse ato consideram-no como a causa da revolução, quando o regime federativo sob a bandeira do Brasil era a finalidade. Para o autor, a repulsa às teses de Varella é geral. Se Varella achava que a *História da Grande Revolução* era um “edifício comemorativo erguido sob os auspícios do Instituto Histórico do Sul”, Docca as rejeita: “o Instituto não subscreve, não endossa, não aceita as ideias separatistas do dr. Alfredo Varella”. (DOCCA, 1935, p. 59).<sup>225</sup> Assim, nega a credibilidade de Varella, por este não contar com o apoio do IHGRGS.

Quem animado de boas intenções, com a inteligência ao serviço da verdade e da justiça, estudar a cruzada farroupilha, há de verificar que nunca turbaram no ânimo dos rio-grandenses o sentimento de brasilidade; que esse sentimento foi mantido íntegro e sublime, em todas as fases da luta. O ato separatista, como simples recurso que foi, para atingir a finalidade da Revolução, não podia ter, como não teve, forças para romper os laços sagrados e vigorosos da *união psíquica* em que vivemos e que tem mantido a integridade do Brasil, que não é um milagre, como se tem dito, e sim, fruto da *alma de uma raça* [...] A verdade histórica, amparada nos fatos e nos documentos, desautoriza a afirmativa dos que negam sentimento de brasilidade aos rio-grandenses do sul. Esses sentimentos têm como penhor seguro, sincero, forte,

---

publicação, não querendo com isso dizer que esposava as ideias do autor”. (DUARTE apud DOCCA, 1935, p. 50). A voz oficial da história no Rio Grande dava sua sentença.

<sup>225</sup> “O Dr. Castilhos Goycochêa, com quem eu ainda não tinha relações pessoais, provocou sobre o assunto manifestações daquela douta instituição e daí o parecer dado por uma comissão nomeada para esse fim, onde se lê: ‘Em referência à debatida tese do separatismo, nenhuma dúvida pode existir, quanto à orientação do Instituto’. ‘Naquelas publicações, que envolvem a responsabilidade da casa; nas suas solenidades e comemorações; na palavra de seus interpretes oficiais, o Instituto tem reiterada e sistematicamente negado o seu apoio a essa opinião, esposada pelo Dr. Alfredo Varella, de que houvesse, no espírito dos revolucionários de 1835, a ideia da separação do Rio Grande do Sul, da comunhão nacional’”. (DOCCA, 1935, p. 59).

indestrutível, o heroico sacrifício de sangue, no mais alto grau, em todas as lutas externas da nacionalidade. (DOCCA, 1935, p. 59-60, grifo meu).

Para Docca (1935, p. 61), a “história ardente da integração nacional do território brasileiro” espanta a lenda fria da separação. O azinhavre separatista nunca ofuscou o fulgor da Farroupilha. A República Federativa para o Brasil era a condição para a paz e não a separação: “Onde é evidenciado o espírito de brasilidade da Revolução”. (DOCCA, 1935, p. 67). Assim aconteceu a despeito das negativas sem fundamentos do “Dr. Alfredo Varella” e sua psicose separatista. Docca pede que “perdoemos a ignorância” de alguns inspirados por paixões políticas ou partidárias, mas “combatamos, até a destruição completa, o iscariotismo de um falso apóstolo de nosso passado de um pseudo glorificador ‘da energia nacional ao serviço da Pátria’”. (DOCCA, 1935, p.70).

Segundo Docca, é desolador que por injustiças políticas se dê ouvidos a um separatista vermelho, que analisa pelo prisma da paixão e que despreza a consciência. Pois nos “distúrbios de uma paixão que o atropela, não teve olhos para ver, nem coração para sentir” (DOCCA, 1935, p. 94) as revelações de uma raça que “é um elemento estável da vida do homem, atua sobre o indivíduo e sobre as massas humanas, unificando povos, criando nacionalidades” (DOCCA, 1935, p. 94). Para Docca (1935, p. 101), Varella sofre de um platinismo imaginário. Empreende tal erro induzido pela observação introspectiva que expressa sua mentalidade e não o sentir dos rio-grandenses.

Outro fator que, para Docca, distanciaria o Rio Grande do platinismo seria a não existência de caudilhos no Estado. Isso se deu, pois a mestiçagem do aborígene com o colonizador branco (de onde procederia o caudilhismo para Docca) no Rio Grande não foi em alta escala como na Argentina e no Uruguai. Desse modo, os fatores determinantes da existência do caudilho não existiram no Rio Grande do Sul e, por isso, o caudilhismo não desgraçou a “nossa terra”. Não fora em torno de um líder, mas em torno de uma ideia que o povo se levantou em 1835. O chefe não era o princípio nem o fim da Revolução, lutavam todos por um ideal.

Não havendo o apelo em nome da Federação Brasileira encontrado eco nas demais Províncias, optaram os farroupilhas por terminar a guerra. Assim, a filiação mais platina que luso-brasileira de Varella é “simplesmente imaginativa, mera ficção, desautorizada pelos fatos e pelos principais homens de decênio heroico”. (DOCCA, 1935, p. 104). Assim, Docca crê ter negado a filiação platina e o uruguaiofilismo do Dr. Varella. Não houve influência platina. Os ideais de liberdade dos farroupilhas não podiam encontrar abrigo nos caudilhos platinos, pois haveria aspirações democráticas na Farroupilha incompatíveis com o caudilhismo. Então é

preciso abolir com a lenda, com a invencionice da influência platina no modo de ser e nas aspirações políticas dos rio-grandenses.

Para o historiador de São Borja, muito se tem escrito e muito se tem exagerado sobre a cooperação estrangeira na Revolução Farroupilha: Zambeccari, Garibaldi, Rossetti. Segundo Docca, para manter a brasilidade da Farroupilha, necessário seria que nenhum elemento estrangeiro se sobrepusesse ao elemento nacional. A ninguém é lícito menosprezar a colaboração de Zambeccari, mas a verdade histórica repeliria a atuação primacial que lhe foi atribuída. É inaceitável, para Docca, a inferência de que ele foi o pai espiritual da revolução. Assim nega à Zambeccari: a) preponderância na Farroupilha; b) autoria no manifesto de 25 de setembro; c) que fosse estrategista; d) mentor de Bento Gonçalves; e) que fez a bandeira farroupilha; f) e não foi desterrado, nem deportado, tampouco seguiu para Europa com pesar dos amigos. Zambeccari foi anistiado, foi embora por seu desejo. Ficava, assim, desfeito mais um truque de Varella, ao querer promover o Conde Bolonhês acima dos brasileiros.

Garibaldi batalhou com os farroupilhas, não fazendo o mesmo, segundo Docca, na luta das ideias. De acordo com o historiador, foi censurável que não tivesse se associado no ideal farroupilha. Mas “Cumprir-se glorificá-lo, entretanto, tem-se levado ao excesso, endeusado e fantasiado os serviços de Garibaldi e com o esquecimento dos nossos antepassados”. (DOCCA, 1935, p. 135). Para Docca, inventou-se uma fábula que Garibaldi não necessitava para ser emoldurado entre os heróis farroupilhas. Entretanto, autores têm levado Garibaldi a ter mais importância que os brasileiros, assim, o que visa Docca “é reivindicar as glórias de nossos maiores, que têm o direito de nosso culto inabdicável, de nossa veneração consciente, sincera e sagrada”. (DOCCA, 1935, p. 138). O mesmo vale para Rossetti. Assim, não necessita persistir-se contra a verdade histórica, pois tais afirmativas defraudam o amplo esforço e a honra de “nossos maiores”.<sup>226</sup> Enfim,

Estamos às portas do centenário da Grande Revolução e não é justo, não é digno, que se comemore esse feito extraordinário, menosprezando seus legítimos heróis [...] Não consintamos que desses heróis se roubem ou se ofusquem suas glórias [...] O historiador não tem o direito de criar heróis segundo suas simpatias, porque a história não se inventa, visto que ela é nobre e merece crédito quando os que a cultivam são orientados pela “vontade firme e perpétua de dar a cada um o que lhe pertence”. (DOCCA, 1935, p. 143).

Docca pede que se aplauda aos três ilustres italianos, mas “cantemos as nossas hoesanas em louvor dos verdadeiros heróis farroupilhas”. (DOCCA, 1935, p. 143). Pede também que

---

<sup>226</sup> Sobre os usos de “Garibaldi” na comemoração do centenário da Farroupilha, ver Brum (2007), “A densidade social do mito: Garibaldi no centenário da Revolução Farroupilha”.

“glorifiquemos” esse povo que se afeiçoou às ideias “pregadas pelos evangelizadores da democracia”. (DOCCA, 1935, p. 143). O povo se aliou com os homens de ideias, batalhou pela República Federativa sob o pavilhão brasileiro. As demonstrações de brasilidade dos rio-grandenses foram um dos meios da solidificação da “nossa união”. Para Docca (1935, p. 146), o bem supremo, a grandeza do Brasil, deve esse serviço à Farroupilha:

Brasileiros acima de tudo. A Revolução Farroupilha não foi, pois, um elemento funesto a integridade do Brasil, ao contrário, contribui para a consolidação dessa integridade [...] por isso, comemorar o primeiro centenário dessa revolução é comemorar um dos maiores feitos da nacionalidade, um dos mais belos anseios em prol do regime democrático. [...] É tempo e é a ocasião de nos elevarmos acima das paixões e fazer justiça aos farroupilhas. Rendamos um culto fervoroso e consciente a esses heróis esquecidos e até menosprezados. Sejamos dignos de possuir o patrimônio glorioso que eles nos legaram, dignificando-os.<sup>227</sup>

Conforme observou Hartog (2013, p. 183), “em certos momentos-chave, o passado (qual passado e o que do passado?) fora retomado no presente, para fazer dele um passado significativo”. Isso acontece no centenário da Farroupilha, um momento-chave da política nacional em que Vargas e seu grupo político tinham que se justificar no poder nacional. O imaginário nacionalista do período foi usado para articular a Farroupilha aos propósitos políticos dos revolucionários de 1930.

Para Hartog, a comemoração inclui a ausência, a presença do invisível, a presença daquele que nunca se pode parar de lembrar. O centenário da Farroupilha foi uma comemoração do passado que se torna heroico que não se pode esquecer, a celebração da nacionalização da Farroupilha e, finalmente, o atrelamento da memória regional à nacional. Mas o momento político é propício para isso. Se Assis Brasil (que também entendia a Farroupilha como federalista) pretendia o fim do centralismo monárquico e não percebia a Farroupilha como democrática e mostrava a importância dos estrangeiros nela, com Docca, que também tem o federalismo como norte da Farroupilha, percebeu a Farroupilha como democrática, com pouca importância dos estrangeiros e escrevia em um momento de ascensão do regionalismo político local na esfera nacional. Por isso, uma necessidade maior e imperiosa de mostrar a brasilidade dos farrapos. Se Assis Brasil e Varella enfatizavam a especificidade do meio cósmico sulino para fundamentar sua justificação da diferença do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil e, a partir disso, entender a própria farroupilha e fundamentar o modelo político necessário para “cobrir” aquela natureza, em Docca, por mais

---

<sup>227</sup> “Evitemos os entusiasmos exagerados e fúteis pelos semideuses que a fantasia criou, para não sermos, a luz da verdade histórica, decepcionados”. (DOCCA, 1935, p. 147).

que Rio Grande do Sul tenha um meio cósmico diverso, o fundamento da justificação da Farroupilha e de sua brasilidade era a “união psíquica” entre os brasileiros, isto é, a “alma de uma raça” seria anterior a qualquer diferença do meio cósmico. Se o federalismo de Assis Brasil vem pela diferença do meio cósmico (entre Brasil e Rio Grande), o federalismo de Docca chega pela “união psíquica” dos brasileiros.

Outro imaginário entra na luta por reconhecimento: a Farroupilha nacionalizada, ou *à brasileira*. E tal imaginário encontrou instituições, intelectuais e uma atmosfera propícia à sua criação e divulgação. A *poiesis* do centenário criou uma farroupilha como um elemento da constituição da nação brasileira. A comemoração do centenário tem este duplo enganche: nacionalização da história e da memória da Farroupilha e luta política em nível nacional. Não mais como no século XIX, ou como em Varela e Maya, em que a Farroupilha era usada como uma forma de autonomia econômica e política na vida nacional. Em 1935, no centenário, o controle do imaginário da Farroupilha passa também pela manutenção e reprodução do poder nas instituições nacionais.

Em 1937, Getúlio Vargas implanta o Estado Novo. Os últimos vestígios de democracia liberal no Brasil cessaram. Os tempos de descrédito em relação ao capitalismo e à democracia liberal, que pareciam tombar em face da crise de 1929, pareciam alterar-se quando, em 1942, o Brasil entra na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliadistas contra o eixo. (FAUSTO, 2012). Como era possível entrar na Segunda Guerra Mundial ao lado das potências democráticas e manter o Estado Novo? A distensão do clima político levou a uma distensão no ambiente intelectual. Após o fim do Estado Novo, o momento era de um nacionalismo pensado a partir do regional, e a intelectualidade, segundo Dutra (2013), tinha o objetivo de encontrar um saber sobre o país, de investigar seu passado. Isso levou a experiências de interpretação do Brasil, uma vez que adquiririam o repto de abranger as particularidades da formação social brasileira e os dilemas e entraves para levar o país à modernidade. A Farroupilha não ficaria fora destas questões. Ela seria de novo transformada em seu significado, outros imaginários seriam necessários para a farroupilha responder às novas demandas que se colocam depois do fim do Estado Novo.

### PARTE III

#### **A Farrroupilha: da formação histórica às transformações do fim do século XX**

Era um dia de sol, o verde do pampa contrastava no infinito da paisagem com o azul do céu, um vento calmo vinha do rio Uruguai. Raiava o dia, Jango e seu capataz chegavam à frente da porteira da estância Santo Reis. O capataz, como de costume, apeou do cavalo e abriu a porteira, Jango passou e o esperou para continuarem até seu destino. Dona Darcy, na casa da estância, cevava o mate. Ao seu lado Getúlio pensava no gado que iria mandar marcar. Getúlio sorve o primeiro gole do mate e dirige-se à soleira da porta para sentir o clima úmido da manhã de outono. Nisso, vê ao longe dois cavaleiros. Getúlio reconheceu um deles: era o filho do seu amigo Vicente Goulart, deputado estadual do Rio Grande de Sul, João Goulart.

Jango vinha pensando nos próximos passos políticos que daria com seu padrinho político. Ele admirava Getúlio, pensava que o velho caudilho fez o que deveria ser feito no seu período no poder. Mas sabia que os tempos eram outros. O Brasil se redemocratizava, se urbanizava, se industrializava, mas sabia, sobretudo, dos fossos sociais ainda incrustados na vida nacional. Getúlio observava seu jovem pupilo ao longe. Pensava o que seria do seu legado político, rememorava sua a vida política. Jovem castilhistas, deputado, ministro, governador, presidente e ditador. Fora deposto em 1945 pelos mesmos militares que o apoiavam. Sabia que Jango vinha discutir sua candidatura à presidência em 1950. Não desconhecia o tamanho dessa empreitada, mas sentia-se cansado para os planos que lhe imputavam, preferia estar nos campos verdes e calmos de São Borja e Itaqui.

Jango olha para Getúlio e pede-lhe que concorra à presidência no próximo ano. Diz que Eurico Gaspar Dutra não governou como esperavam e que precisam retornar o desenvolvimento da nação. Getúlio procura D. Darcy, ela está na cozinha. Então mira Jango e responde que os tempos são outros, não sabe se conseguiria desta vez. Diz que mal vai a Capital Federal fazer o papel de senador e que o seu partido estava se distanciando dele.

Jango lhe diz que deveria entrar para o PTB, pois as transformações políticas e sociais, no período do seu governo anterior, seriam mais fáceis de serem defendidas e melhoradas por tal legenda. A ala moça do PTB do Estado, liderada pelo jovem e impetuoso Brizola, dizia Jango, ansiava por isso. Getúlio ponderava como quem mania o destino com a rédea curta. Sabia da sua importância para a realização do projeto político nacionalista, no fundo, também

gostava do poder, de manejar as peças do tabuleiro político, mas sabia que agora as coisas seriam diferentes. Só ainda não sabia o quão diferente.

Conversaram mais um tanto, falaram de Carlos Lacerda, do brigadeiro Eduardo Gomes, de Luís Carlos Prestes, de Juscelino Kubitschek e sobre a necessidade de uma empresa estatal de petróleo. O mate ficara lavado, Jango anuncia que precisa estar de volta para o almoço, levanta-se e vai até Getúlio, dá-lhe um abraço de despedida. Nisso chama seu capataz e pede que Juan alcance-lhe o pacote. O capataz retira da sua mala de garupa o pacote e entrega a Jango. Ele entrega um presente a Getúlio, disse que era o último lançamento de Érico Verissimo *O continente* que fazia parte de uma trilogia *O tempo e o vento* em que o literato pretendia recontar a história do Rio Grande do Sul de sua formação até o tempo presente. E essa trilogia representa uma nova forma de narrar a história do Estado. Getúlio rapidamente lembra-se dos excessos e virtudes do seu período no poder, lembrou-se da campanha de 1907, dos seus mestres Pinheiro Machado e Borges de Medeiros, suspira e pensa como o tempo passou e que parece que tudo tem que ser feito de novo. Despede-se de Jango, este com a certeza que o padrinho voltará nos braços do povo. Getúlio sabia, com a certeza que só os anos oferecem, que tudo seria difícil como em 1930. Ele entra em seu escritório, senta-se e inicia a ler o livro. Após as cinco primeiras páginas sorri e pensa: “O Érico é um homem impossível”.

\* \* \*

A terceira parte constitui-se em três capítulos. Neles, analisam-se a escrita da Farroupilha entre 1945 e 1999. Este período aborda desde o lançamento de *O continente*, de Érico Verissimo, até o romance *Anita*, de Flávio Aguiar. O sexto capítulo aborda a escrita da Farroupilha no período que vai de 1945 a 1964, quando predomina o sentido de explicar a *formação* histórica do Brasil e do Rio Grande do Sul no cenário intelectual. Portanto, a Farroupilha explicada como mais um evento da longa formação do Estado sulino. Duas obras foram analisadas como representantes desse período: “Um certo capitão Rodrigo”, de Érico Verissimo, datada de 1949, que compõe o livro *O continente* da trilogia *O tempo e o vento*. A partir da família Terra Cambará, o romancista escreve a história da formação do Rio Grande do Sul. Pelo lado da historiografia, o foco da análise recai no livro *Capitania d’El-Rei*, no capítulo “O Rio Grande e o Prata: contrastes”, em que o autor compara a formação do Estado sulino com a formação do Prata para mostrar as diferenças entre eles e, com isso, reafirmar a

nacionalidade brasileira dos gaúchos e a Farroupilha como parte dessa intriga de nacionalização do Rio Grande do Sul.

O sétimo capítulo, “A Farroupilha: entre a crítica e a pesquisa universitária”, mostra outro momento da escrita da Farroupilha que se estende de 1964 a 1989, período em que o sentido da Farroupilha assume seu significado a partir da crítica ideológica que marcou o campo intelectual da época. Um romance e dois artigos são analisados como representantes do período. O romance analisado é *A prole do corvo*, de Luiz Antônio Assis Brasil, publicado em 1978. No romance, Assis Brasil reconverte o sentido Farroupilha exposto desde o Partenon Literário, especialmente o período da comemoração do centenário da Farroupilha, em que os farrapos foram heroificados; a partir de *A prole do corvo*, a Farroupilha é escrita como degradante e sem nenhum valor que não o egoísmo. Em dois artigos também analisados, Sandra Pesavento propõe, por um lado, que a Farroupilha fora um movimento da elite oligárquica da Província do Rio Grande do Sul e, por outro, que a ulterior escrita da Farroupilha foi usada como uma forma de legitimar a classe dominante no poder. Neste período, romance e historiografia alteram o sentido em relação aos tempos em que a Farroupilha era entendida como liberdade e crença no progresso sulino.

O oitavo e último capítulo analisa como foi escrita a Farroupilha na última década do século XX. Esse período ficou caracterizado por repensar a Farroupilha com novos protagonistas em sua escrita e, também, por analisar a Farroupilha não mais como uma etapa de uma história predefinida que começa no dado bruto da nação. Em sua tese de doutorado de 1998, Cesar Guazzelli apresenta a Farroupilha no enredo da construção dos Estado-nacionais, em especial o cenário platino. Mostra, para além de uma história nacional e nacionalista, as disputas e as alianças políticas e econômicas dos caudilhos do sul do continente americano. Flávio Aguiar, em seu romance *Anita*, publicado em 1999, apresenta a Farroupilha com personagens excêntricos no protagonismo da intriga. Novas identidades surgem em uma narrativa em que a mudança de identidade mostra-se como a única constância na busca pela liberdade.

No período abrangido nessa parte da tese, foram identificados três modos de escrever a Farroupilha. Eles representam imaginários diferentes que buscam um reconhecimento através da escrita do conflito sulino de 1835.

## **CAP. 6 A Farroupilha na formação histórica do Rio Grande do Sul**

Em 1937, instituiu-se o Estado Novo no Brasil. O poder executivo centralizou os poderes da República. Os Estados perderam autonomia e passaram a ser governados por interventores nomeados por Vargas. Para Fausto (2012, p. 102),

sob o aspecto socioeconômico, o Estado Novo foi sustentado pela aliança entre a burocracia civil e militar, pela burguesia industrial [...] e pela classe operária organizada nos sindicatos [...] A oposição, silenciada nos primeiros anos do Estado Novo, concentrou-se nos setores letrados da classe média urbana.

Nesse período, as iniciativas do governo em favor dos empregados aumentaram, além da construção da imagem de Vargas como o protetor dos trabalhadores e condutor da nação. O conjunto de benefícios materiais para os trabalhadores foi sistematizado e consolidado pela CLT em 1943. Para explicar a queda do Estado Novo, seria necessário, segue Fausto, introduzir o cenário internacional e a política externa brasileira. Duas hipóteses são relevantes. Por um lado, as afinidades ideológicas pesavam menos que os interesses comerciais; por outro, o pragmatismo de Vargas sempre teve em perspectiva os vínculos tradicionais com os EUA e o fato geopolítico de que o Brasil se encontrava no continente americano. O governo pendeu para os Estados Unidos. A medida abriria uma lacuna para as manifestações pró-democracia, de setores da classe média e pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Com o fim do Estado Novo em 1945, Getúlio forjou dois partidos que sustentassem o getulismo nos novos tempos. Assim, as duas vertentes do getulismo abrigaram-se no Partido Social Democrático (PSD) e no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A primeira abrigava os membros da máquina governamental e caciques políticos de alguns Estados, a segunda abrigava os dirigentes sindicais e membros assistencialistas do governo. O partido de oposição, a União Democrática Nacional (UDN), definir-se-ia como um partido liberal e antigetulista.

Após redemocratização e com intenso debate político, a nova carta constitucional de 1946 vem a lume, conformada pelo figurino liberal-democrático, refletindo o contexto do período. No governo do general Dutra, o PSD predominou no aparelho do Estado; além disso, fora um governo marcado pelo conservadorismo e pela repressão aos comunistas. No início da Guerra Fria, o PCB foi posto na ilegalidade e, em 1947, foram rompidas as relações diplomáticas com a URSS. Nesse quadro, iniciou-se uma divisão nas forças armadas entre os liberais-conservadores e os nacionalistas. Os primeiros eram alinhavam-se com os Estados Unidos, e os segundos adotavam uma posição de neutralidade. No plano econômico, os

nacionalistas queriam a industrialização enquanto os liberais-conservadores queriam menos intervenção do Estado na economia.

Vargas volta ao poder em 1950, pela primeira vez por meio do voto. Governara num quadro complicado. Havia a crescente divisão ideológica nas Forças Armadas e a oposição implacável da UDN. Numa situação de equilíbrio precário, o “círculo dos íntimos” proporcionou um pretexto para a deposição do presidente; foi uma tentativa de assassinar o líder da oposição: Carlos Lacerda. A pressão para a renúncia de Vargas era dramática e ele decidiu por outro fim. Na manhã de 24 de agosto de 1954, cometeu suicídio. O golpe ou a renúncia de Vargas não se concretizaram. Em 1955, assumiu a presidência da República o filho de imigrantes tchecos Juscelino Kubitschek, do PDS, e como seu vice João Goulart do PTB, que seria o sucessor político de Vargas. Após o governo de Juscelino, tomou posse Jânio quadros do PTN, apoiado pela UDN. Jânio durou pouco tempo na presidência. Alegando que “forças ocultas” agiam contra seu governo, acabou renunciando. Nisso assume o vice-presidente que, de novo era, João Goulart. Para Fausto, é importante considerar a conjuntura do período caracterizada por avanços na organização de trabalhadores urbanos e do campo. Portanto, “o tripé populista [...] foi perdendo rapidamente a presença da burguesia industrial, assustada com as propostas de reformas e as mobilizações de massa”. (FAUSTO, 2013, p. 127). Outro dado é a radicalização ideológica, expressa em torno do tema do nacionalismo econômico e político. Mas foi nas Forças Armadas que a divisão em torno do nacionalismo e do liberalismo-conservador se acirrara, ao mesmo tempo em que a politização de cabos e sargentos e, além disso, a doutrina de segurança nacional teriam forte apelo na corrente conservadora. Foi nesse complexo e radical contexto político que começou e terminou o governo de João Goulart. O primeiro ato das reformas de Jango marcou o começo do fim de seu governo e o colapso da democracia no Brasil por mais de vinte anos. Enfim, outro imaginário, outras narrativas, outro contexto político.

Foi nesse contexto, após o momento de comemoração e abasileiramento da Farroupilha, que surge outro imaginário sobre a Farroupilha: a *formação* do Rio Grande do Sul. A Farroupilha faria parte agora de um longo processo da formação histórica do Rio Grande do Sul e que, também, teria seus representantes na historiografia e no romance:

É possível afirmar que o papel representado pelo “decênio glorioso” na década de 1930, quando se comemorou seu centenário, foi equivalente ao papel que o tema da *formação* desempenharia a partir dos anos 1940 até, pelo menos, os anos 1960. A mutação da preferência pelo tema da formação era parcialmente relacionada à comemoração das efemérides. Se o centenário da Revolução, em 1935, condicionara amplamente o debate historiográfico dos anos trinta, trazendo o tema para o centro

das atenções, o redirecionamento dos interesses históricos para a formação pode estar relacionado às comemorações do bicentenário da fundação de Porto Alegre na década de 1940. Contudo, tanto no primeiro, quanto no segundo caso, o uso do passado, a releitura da história passara a ter que solucionar outro problema: o da integração da história regional nos marcos da história nacional. (RODRIGUES, 2006, p. 128).<sup>228</sup>

A escolha das obras a analisar sobre escrita da Farroupilha, nesse quartel de tempo, apoia-se na tese de doutoramento de Mara Rodrigues.<sup>229</sup> Assim, foram analisados dois livros. *O Continente*, de Érico Verissimo, parte da trilogia *O tempo e o vento*, especificamente o capítulo que trata da Farroupilha: “Um certo Capitão Rodrigo”. De parte da historiografia, toma-se em consideração a obra *Capitania d’El-Rei*, de Moysés Vellinho, no capítulo intitulado “O Rio Grande e o Prata: Contrastes”. Segundo Rodrigues, a relevância da aproximação comparativa entre *O tempo e o vento* e *Capitania d’El Rei* se fundamenta de três maneiras: 1) pela colocação distinta de Verissimo no grupo de intelectuais locais; 2) pela identidade entre o objeto de *O tempo e o vento* e aquele dos historiadores locais (a história sul-rio-grandense) e 3) pela concomitância entre as datas de publicação da trilogia de Verissimo e o ingresso de Vellinho no IHGRGS.

Além desses três eventos, outros episódios desse tempo são significativos. A instauração da Comissão Estadual do Folclore (1948), da qual tomaram parte os mais importantes intelectuais regionais, incluindo Verissimo e Vellinho, e a fundação do 35 CTG (1948), que demarcava uma organização que quase absorveria o aspecto celebrador da identidade regional. (RODRIGUES, 2006, p. 100). Esse período de escrita apresentava como

---

<sup>228</sup> Em 1940, publica-se *Romance antigo* de Darcy Azambuja premiado em concurso do bicentenário da cidade de Porto Alegre. Conta a história de Porto Alegre através da personagem Ana Emília e de sua família. E ao passar pelo período da Farroupilha, Ana Emília tem uma chamada filha Beatriz que está apaixonada por um oficial farroupilha chamado José, pessoa muito próxima a Bento Gonçalves. Nisso Bento no meio da guerra vai a casa de Ana Emília intervir para que ela conceda ao casamento dos jovens, além de trataram de questões da guerra, pois os farroupilhas em Rio Pardo ocuparam sua fazenda. O romance, como o de Érico, não trata da Farroupilha, mas narra-a quando a Farroupilha se encontra com a história de Porto Alegre, mas diferentemente de Érico, Darcy mantém o imaginário da geração anterior, isto é, de admiração e heroificação dos farrapos: “Si [Bento Gonçalves] conseguira entrar quase sem ser percebido, não pode ao sair fazer do mesmo modo. Ao atravessar o salão, grupos de homens e moças cercaram-no. Em todos, via-se o respeito e a emoção que sua presença despertava. Ana Emília acompanhou com os olhos, emocionada também, o seu perfil enérgico e simpático, abrindo caminho a custo entre os que o cumprimentavam. – O ídolo e a esperança de todos – pensou. – é Bento Gonçalves, o Grande. Deus o acompanhe”. (AZAMBUJA, 1940, p. 196). Em 1957 o romance *Brava gente* (HESSEL, 1985) de Lothar Hessel vence o prêmio Sagol, no qual faziam parte da banca avaliadora Érico e Vellinho. *Brava gente* passa-se no ano de 1840 na cidade de Taquari. Conta a história das jovens irmãs Silvera e dos amigos Leocádio, Paulo e Antônio. O romance é centrado na percepção desses jovens da Farroupilha. Outra característica do romance é que os personagens principais masculinos são imperiais, o que normalmente era o contrário.

<sup>229</sup> Para Rodrigues (2006, p. 99-100), “Através da leitura e recepção de Verissimo por Vellinho sobre literatura, busco compreender elementos relevantes sobre as relações entre a escrita literária e a historiográfica nesse momento em que ambas eram mais próximas como práticas intelectuais e profissionais no Brasil e no Rio Grande do Sul”.

cenário o progressivo distanciamento dos intelectuais da militância política, em andamento desde a década de 1940, depois de seu intenso comprometimento na Revolução de 1930. Entre 1930 e 1960, existiu um:

Relativo distanciamento dos “intelectuais” vinculados à Editora do Globo no que se refere à “política”, no sentido das lutas governamentais e, especificamente, do governo Vargas, passou a haver um esforço para redefinir o regionalismo. Não se trataria mais do regionalismo diretamente associado à mobilização política, inclusive porque esse *aggiornamento* decorre das divergências quanto aos rumos da Revolução de 1930, e também das novas condições de relacionamento dos “intelectuais” com o restante do Brasil. (CORADINI, 2003, p. 135).

A partir do final dos anos de 1920 até meados de 1940, a Revolução de 30 e o Estado Novo exerceram sucessivamente um elemento de mobilização e decepção dos letrados no embate político. Na redemocratização, a partir de 1945, os intelectuais achavam-se comprometidos em notabilizar nacionalmente o Rio Grande do Sul, não mais no campo político, mas na arena da cultural. Esse afastamento das atividades políticas práticas foi expressivo. Entretanto, isso não permite que se entenda como um procedimento de autonomização da esfera cultural em correspondência a distintos domínios sociais. Portanto, a Revolução de 30 e a Era Vargas poderiam ser avaliadas como um espectro sobre a consciência de historiadores e romancistas, nesse tempo em que

As distinções entre as duas escritas [...] não impediram que, durante muito tempo, no Brasil, não só a história como também todas as outras disciplinas humanas fossem atividades intelectuais políticas e governamentais e que não se visse contradição entre ambas [...] Parece que o mesmo acontecia no Rio Grande do Sul antes da “era” da pesquisa universitária – isto é, antes da década de 1970 –, pois um grande número de historiadores havia sido iniciado no fazer intelectual a partir da literatura e da crítica literária. (RODRIGUES, 2006, p. 25).

Terminado o Estado Novo em 1945, inicia-se a publicação da revista *Província de São Pedro*, fundada e dirigida por Moysés Vellinho. A data coincide com a atitude crítica do autor em relação ao regime autoritário de Vargas e o início de sua atuação mais vinculada ao campo da cultural. Em 1949, vem à luz o primeiro volume da obra mais consagrada de Verissimo, *O tempo e o vento*, romance histórico em formato de trilogia, preparado por mais de uma década e apresentando como a narrativa de uma família que se emaranhava com a história do Rio Grande do Sul. E essa ligação estreita da obra de Vellinho e Verissimo, toca num ponto que é fundamental à tese, o veto a ficção pela história e a problematização do veto.<sup>230</sup>

<sup>230</sup> Sem trabalhar com a problemática de Lima de fundo, o controle do imaginário, Rodrigues (2006, p. 34) ao tratar das relações entre romance e historiografia, contudo, percebeu “paradoxalmente” (provavelmente por

No período da publicação de *O tempo e o vento*, há outro evento expressivo. O ingresso do crítico literário Moysés Vellinho no IHGRGS em 1949. Ele exerceu no instituto funções diretivas e propôs problemáticas, regras e critérios à historiografia local, como antes efetuara com a literatura.

Entretanto, se os intelectuais não precisavam mais intervir nas lutas da política partidária para exercerem sua função social, havia outra obrigação à qual necessitariam estar comprometidos: a promoção da região e da nação. O comprometimento militante, sobretudo de Vellinho, era relativo com a atmosfera pré-revolucionária de 1930 no Estado. Depois do Estado Novo, o ambiente intelectual se pauta pela desilusão dos intelectuais sul-rio-grandenses com a direção da revolução de que tinham participado. Todavia, se a construção de uma identidade intelectual autônoma da atividade político-partidária se distinguiu dos posicionamentos precedentes, o agenciamento da região prosseguia a ser uma das características definidoras desse papel social. Porém a mudança consistia em que a identidade regional não poderia mais estar ser unicamente vinculada à índole guerreira. Foi imperativo conectar o tipo social urbano e intelectualizado na cadeia histórica da formação social. O valor de uma identidade intelectual foi percebido para a construção de uma identidade aos sul-rio-grandenses a partir da década de 1940, em particular após o fim do Estado Novo.

O romance tomava um espaço relevante no plano da cultura, principalmente com a obra de Verissimo. Mas dificilmente se pode pensar em fazer romance, nesse período, sem se fazer menção à sociologia e à história. O sentido do romance estava vinculado a uma compreensão da história. O plano de *O tempo e o vento* foi estabelecido antes da década de 1940 e atinente a um intento crítico de Érico à sociedade e à historiografia sobre o Rio Grande do Sul, sobretudo aquela oferecida nos livros escolares no presente de sua escrita. Assim, “a literatura regionalista e a história dos livros escolares, sob a ótica de Verissimo, contribuíram para a formação e consolidação da mitologia do gaúcho e do Rio Grande. Haveria um desejo de *desmistificar* a história regional”. (RODRIGUES, 2006, p. 117).

Por isso Érico Verissimo tem sido, por um lado, analisado como um exemplar das considerações da oligarquia rural e, por outro lado, como um precursor da crítica à mitologia do gaúcho:

Os primeiros tenderam a ler a obra de Verissimo em paralelo apenas com a literatura, fosse ela regional ou nacional, mas sem investigar profundamente suas relações com as teses historiográficas da época. Os segundos, ao contrário, tenderam

---

não ser essa a sua problemática) que o desenvolvimento do romance histórico fazia-se em estreita ligação com a historiografia.

a ler os textos de Verissimo apenas em paralelo com os dos historiadores que eram considerados intelectuais orgânicos a serviço da ideologia das classes dominantes. (RODRIGUES, 2006, p. 119).

Se em *O continente* os deserdados, as classes dominadas e os heróis anônimos exerciam a centralidade da intriga, nos próximos volumes eles modificaram a sua colocação com os personagens históricos vinculados ao poder. Portanto,

A narrativa da urbanização, da modernização e intelectualização da sociedade são paralelas à narrativa da degradação dos heróis caudilhescos, do latifúndio, da sociedade machista tradicional. Mas a perspectiva de degradação de uma forma de ser gaúcho só é visível na abordagem da trilogia como um todo, a leitura de *O continente*, isolada não oferece a dimensão crítica da obra em sua totalidade. (RODRIGUES, 2006, p. 135).

Rodrigues tem razão ao avaliar que só em uma análise de conjunto *O continente* mostra a sua dimensão crítica. Contudo, mesmo que aqui se trate de um capítulo de *O continente* – “Um certo capitão Rodrigo” –, creio que também não deixa de mostrar o viés crítico da obra, pois tal capítulo é, para o período, uma análise diferente da época anterior, em que não há uma heroicização da Farroupilha, mas Verissimo mostra seu personagem principal, o capitão Rodrigo, como um personagem contraditório, capaz das ações mais corajosas às mais mesquinhas. Além disso, no microcosmo de Santa Fé Verissimo mostra as contradições sociais, políticas e econômicas do período. Em “Um certo capitão Rodrigo”, Verissimo é mais sofisticado como escritor em relação aos períodos anteriores, pois apresenta as contradições sociais e políticas do período histórico da Farroupilha sem representar os farroupilhas como anarquistas, bandidos ou como heróis. Enfim, é possível perceber a crítica, em relação à Farroupilha, sem ler *O Continente* inteiro.

Juntamente com a história de deteriorização de um modo de vida, Verissimo arquitetou a história da continuação de valores positivos.<sup>231</sup> Assim, “a interpretação da concepção histórica do romancista como unilateralmente pessimista perde força ante a perspectiva da simultaneidade entre a decadência e a possibilidade de regeneração”. (RODRIGUES, 2006, p. 142). A decadência de um tipo social propiciava o nascimento de um novo. O que se sobressai é a justificação de uma nova identidade para o gaúcho, a de intelectual.

<sup>231</sup> Para Zilberman (1998, p. 72-73), Érico “não narrou a decadência para lamentá-la ou compadecer-se dos que estão prestes a perder seus privilégios. Nem para comemorar a queda dos que até então detinham o poder e não sabiam que esse era transitório. Generoso com as vítimas [...] foi também compreensivo em relação aos poderosos”. Para Marobin (1985, p. 177-178), Érico “é um ponto de equilíbrio entre a exaltação do monarca das coxilhas, que hoje não existe mais, e o anti-herói, que é visão de extremados”.

Outro ponto importante na obra de Érico Verissimo foi a renúncia do ponto de vista do heroísmo como alicerce de continuação da história local, permutando heroísmo por coragem. Portanto, a alternativa de Érico à história e à literatura precisaria considerar um dispositivo de autodesmistificação que une sua iniciativa a uma visão crítica em relação à historiografia regional nos livros escolares do período:

A operação de *desmistificação* da história do Rio Grande do Sul deveria cumprir o duplo objetivo de reaproximar o próprio Verissimo de “sua gente”, do passado coletivo do Rio Grande, e de fornecer ao público em geral uma versão da história regional passível de reconciliar o público leitor com a identidade local. Se essa palavra sugere na atualidade tão somente a desmontagem dos mitos e de seu poder enganador, para Érico Verissimo e seus contemporâneos, essa operação tinha o sentido complementar, de “fazer amar ao Rio Grande”. A pretendida *desmistificação* dos heróis regionais estava muito associada à humanização dos personagens e, portanto, a sua verossimilhança, não se restringindo à denúncia da violência como forma de resolução dos conflitos, como contemporaneamente o sentido da palavra sugere. (RODRIGUES, 2006, p. 150).

O entendimento de que Verissimo antagoniza com os historiadores da sua época deve, contudo, ser repensado em favor de uma ideia mais prudente. Havia discordância entre sua compreensão da história e as teses mais correntes. Entretanto, “a causa da identidade do ‘intelectual de província’ e da necessidade de uma reelaboração da memória parece ter sido ecumênica”. (RODRIGUES, 2006, p. 152).

Érico Lopes Verissimo nasceu em Cruz Alta em 1905. Em 1929, publicou na *Revista do Globo* o conto “Ladrão de Gado”, o que o anima a seguir a carreira literária. Em 1930, muda-se para Porto Alegre quando decide ser escritor profissional. Mansueto Bernardi o empregou ainda em 1930, como secretário de redação na *Revista do Globo* e tradutor da Livraria do Globo. Érico apoiou a Revolução de 30. Em 1941, afastando-se do Estado Novo, visitou os Estados Unidos a convite do Departamento de Estado norte-americano, primeiro no programa da Boa Vizinhança de Roosevelt e, depois, como professor de Literatura e Cultura Brasileira na Universidade da Califórnia. Em 1946, com a queda do Estado Novo, regressa ao Brasil. Em 1952, dirigiu o Departamento de Assuntos Culturais da União Pan-Americana, em Washington, voltando a se fixar no Brasil em 1956, quando abandonou o cargo na livraria Globo e passou a viver de direitos autorais.

Começa o narrador em “Um certo capitão Rodrigo” em outubro de 1828, quando terminavam as Guerras Cisplatinas. Entra em cena o personagem principal da narrativa: o Cap. Rodrigo Cambará. Ele entra na venda de Nicolau com um ar de velho conhecido. O narrador sugere um jeito atrevido no protagonista. Na venda, Rodrigo conheceu Juvenal Terra, seu futuro cunhado. Juvenal analisava Rodrigo, “que era prosa, logo se via; que era

fanfarrão, não restava a menor dúvida”. (VERISSIMO, 1997, p. 174); entretanto Juvenal conhecia homens e cavalos e compreendia que Rodrigo não era covarde. Nos olhos do Capitão, “havia atrevimento, muito orgulho e um ar de superioridade”. Juvenal sentiu uma fascinação pela história do Capitão Rodrigo e perguntou de onde ele vinha. O Capitão respondeu venho de muitas guerras, e contou que esteve na Banda Oriental:

Sentara praça com dezoito anos e em 1811 andava com as forças que invadiram a Banda Oriental. Entrou em Montevideu em 1817 com as forças do Gen. Lecor, contou que numa noite foi para o quarto com três moças. Juvenal questiona senão era feio invadir a terra dos outros, o que Rodrigo responde que o governo da Banda Oriental pediu proteção, pois Artigas andava fazendo estripulias por lá. (VERISSIMO, 1997, p. 176).

Capitão Rodrigo era tenente na guarnição da Capital da Província quando, em 1821, ocorreu a Revolução do Porto. Juvenal disse que jamais ouvira falar desse assunto, ao que Capitão Rodrigo esclarece que a “portuguesa” aspirava abolir a prática de o rei comandar tudo e ansiavam por uma constituição. Juvenal indaga o que é uma constituição, ao que Rodrigo replica: “todas as leis... um negócio desses... compreende?”, e que na Capital da Província não se esperava invocar a constituição e de todos os lados se pensava em insurreição, ao que Juvenal, embora confuso, interroga contra quem se faria isso. Rodrigo responde que contra o governo e que se fosse contra o governo podiam chamá-lo, ao que Juvenal de novo indaga o porquê, ao que o Cap. Rodrigo responde que “se é contra o governo podem contar comigo [...] Governo é governo e é sempre divertido ser contra”. (VERISSIMO, 1997, p. 177). Esta primeira passagem mostra o que será uma constante no texto: a crítica aos excessos do governo, às intervenções do governo na vida das pessoas. Creio que essa análise de Verissimo é um indício do contexto intelectual pós-Estado Novo.

Juvenal tinha que ir embora, entretanto, atentava pelo que falava Rodrigo, que espalhava seu carisma. Rodrigo prosseguia a narrar sua vida, adorava estar na cavalaria e que no remate da história foi jurada a tal constituição. Juvenal pergunta se adiantou alguma coisa, ao que Rodrigo responde:

Não sei se adiantou ou não. O que sei é que naquele dia houve festa da grossa. Rolou bebida e comida. Houve uma hora que eu senti o bucho tão cheio de vinho e churrasco que pensei que ia rebentar. Só sei que lá pelo anoitecer acordei completamente nu numa cama não sei com quem, num quarto não sei aonde e ao lado duma mulher não sei de quem nem de onde. (RODRIGUES, 2006, p. 178).

Em 1822, Rodrigo entrou no comércio de gado, em seguida que a Banda Oriental pertenceu ao Império lusitano a situação do gado e do charque melhorou e Rodrigo ganhou

dinheiro. Porém logo que escutou falar em revolução novamente, limpou a pistola e azeitou a espada. Semelhante a Lopes Neto, que criou o personagem Blau Nunes para contar a história de um ponto de vista dos de “baixo”, aqui Érico conta a história dos últimos trinta anos do Rio Grande do Sul na ótica do miliciano Capitão Rodrigo. Uma história composta não só de grandes lances políticos, militares, mas de povo, mulheres, jogo e bebida. Rodrigo contara que foi a Porto Alegre onde gastou até o último centavo, ao que Juvenal ponderou que ele não pensava no amanhã. Rodrigo simplesmente falou que “*mañana es otro dia*” e

Escuta o que vou le dizer, amigo. Nesta província a gente só pode ter como certo uma coisa: mais cedo ou mais tarde rebenta uma guerra ou uma revolução [...] Que é que adianta plantar, criar, trabalhar como um burro de carga? O direito mesmo era a nossa gente nunca tirar o fardamento do corpo nem a espada da cinta. Trabalhar fardado, deitar fardado, comer fardado, dormir com as chinocas fardado... O castelhano está aí mesmo. Hoje é Montevidéu. Amanhã, Buenos Aires. E nós aqui no Continente sempre acabamos entrando na dança. (VERISSIMO, 1997, p. 179).

Rodrigo falou também de Bolívar, da independência da América espanhola e de San Martín. A partir de 1825 esteve nas Guerras Cisplatinas no combate do Rincón de las Gallinas com as forças de Mena Barreto. Em 1827, estava com as tropas do Marquês de Barbacena e participou da “batalha desgraçada” do Passo do Rosário. Como Barbacena permanecia imóvel com sua tropa e dava ares de medo, o Capitão Rodrigo querendo uma peleja evadiu-se das tropas de Barbacena. Ouvia-se muito da cavalaria de Bento Gonçalves e de Bento Manoel, nessa hora todos pararam a escutá-lo. Então, com a atenção em si, retornou a se pronunciar mais robusto e numa “inflexão mais dramática”. Juntou-se com a cavalaria dos dois Bentos: “Barbaridade! Que cavaleiros! Levamos a castelhanada a grito e a ponta de lança até a fronteira”. (VERISSIMO, 1997, p. 182).

Após Rodrigo, o narrador apresenta seu par amoroso, Bibiana Terra. Ela era voluntariosa, teimosa e orgulhosa. E foi no cemitério ao visitar o túmulo da avó que viu pela primeira vez o Capitão Rodrigo, um homem vestido de uma maneira esquisita, metade soldado, metade paisano. Pedro Terra não queria ver sua filha com Rodrigo, porque pensava que ele traria infelicidade para a povoação. Pedro Terra igualmente estivera nas batalhas de fronteira. Aquele era o destino dos habitantes do continente, falavam-lhe que a vida na Capital do Império era diversa, mais fácil e

Ao pensar na Corte, Pedro pensou em “governo”. Para ele governo era uma palavra que significava algo de temível e ao mesmo tempo odioso. Era o governo que cobrava os impostos, que recrutava os homens para a guerra, que requisitava gado, mantimentos e às vezes até dinheiro e que nunca mais se lembrava de pagar tais requisições... Era o governo que fazia as leis – leis que sempre vinham em prejuízo

do trabalhador, do agricultor, do pequeno proprietário. Antigamente, quem dizia governo dizia Portugal, e a gente tinha uma certa má vontade para com tudo quanto fosse português, começando por antipatizar com o jeito de falar dos “galegos”. Mas que se passava agora que o país havia proclamado sua independência e possuía um imperador? Não tinha mudado nada, nem podia mudar. No fim das contas D. Pedro I era também português. Vivia cercado de políticos e oficiais “galegos”. Ali mesmo na Província já se dizia que nas tropas quem mandava eram os oficiais portugueses; murmurava-se que eles estavam conspirando para fazer o Brasil voltar de novo ao domínio de Portugal. (VERISSIMO, 1997, p. 193).

Novamente o narrador faz críticas ao governo no sentido de espoliar direito dos indivíduos. A partir de seu personagem, o narrador faz uma reflexão sobre um governo que interfere em todas as esferas da vida privada de um indivíduo, assim como fora o Estado Novo. Creio que a questão do “governo” é uma releitura do passado. As marcas do imaginário do presente, novamente, na Farroupilha. A crítica política de Érico retroage no passado para criar um imaginário.

Enquanto as mulheres bordavam, Pedro Terra pensava nas plantações arruinadas. Perdera seus trigais, inicialmente foi a surto da ferrugem, a seguir, a Coroa colocou um valor determinado para o trigo e esses preços não interessavam ao agricultor: “era impossível lutar contra duas pestes ao mesmo tempo: a ferrugem e o governo”. (VERISSIMO, 1997, p. 196). Novamente segue o narrador a mostrar seus personagens contra o governo ou, melhor, o governo contra seus personagens. Mas a metáfora desta passagem é reveladora: o governo como uma ferrugem que não permite a indivíduo florescer, que como uma ferrugem come por dentro e impede a vida.

Abancado num mocho, de pernas cruzadas e violão em punho, Rodrigo Cambará cantava cantigas que aprendera nos acampamentos da Província e da Banda Oriental. Nisso vem o Padre Lara para conversar com ele. Capitão Rodrigo disse não entender desses “negócios de religião”. Padre Lara solicitou que Rodrigo cessasse o violão à noite, pois era dia de finados e também que ele carecia acatar o chefe do lugar. Era o que Rodrigo esperava, o padre obedecia ao chefe local. Padre Lara pediu que Rodrigo encilhasse seu cavalo e fosse embora, uma vez que Santa Fé não é ambiente para um indivíduo de sua índole por que era um homem que amava a guerra, jogo, mulheres e bebida. Juvenal, Pedro Terra e as famílias de imigrantes alemães<sup>232</sup> (Kunz e Schultz) representam a ética do trabalho, do indivíduo

<sup>232</sup> Josué Guimarães, de modo semelhante a Érico só que narrando a história do ponto de vista dos imigrantes alemães na formação do Rio Grande do Sul, publica em 1972 *A ferro e fogo: tempo de solidão* e, em 1975, publica o segundo volume *A ferro e fogo: tempo de guerra*. É no segundo volume que se unem a história da imigração alemã e a Farroupilha. Semelhante a *Um Certo capitão Rodrigo*, também na primeira parte de *A ferro e fogo: tempo de Guerra* (onde narra o episódio da Farroupilha), Guimarães (2002) narra a vida cotidiana dos imigrantes alemães na colônia de São Leopoldo centrado na história da família de Daniel Abrahão e Frau Catarina, e em Porto Alegre centrado em Herr Gründling, dono de um empório. O romance trata do cotidiano dos alemães durante a Farroupilha e a divisão de uns, como Philipp (filho de Frau

produtivo e comedido, já Capitão Rodrigo é, ao contrário, a ética do prazer, do momento, que representa para o período a vida dos peões, das guerrilhas e das correrias.<sup>233</sup> Se aqueles personagens representam o indivíduo econômico, que quer vencer pelo trabalho, Rodrigo é uma crítica à ética do trabalho, mostrando que o indivíduo está envolto numa história que não domina, em que pode-se estar disperso, e que o sentido da história se mostraria pragmaticamente a cada evento. Rodrigo representa os costumes que se perdem com a burocratização do Estado regulando toda a vida do indivíduo. Já os outros personagens estão adaptados aos novos tempos, apenas trazem a crítica ao governo como algo que perturba seu êxito econômico.

De volta à narrativa do romance o padre pergunta se ele já se confessou ao que Rodrigo responde que nunca. A religião nunca lhe fizera falta. Lara diz que há pessoas que só se lembram da Virgem quando tropeja, ao que o Cap. Rodrigo diz, que quando tropeja, lembra-se do seu poncho e que na sua família ninguém morre de morte natural, e que “Cambará macho não morre na cama”. (VERISSIMO, 1997, p. 203).

Por obra do Padre Lara, Rodrigo estava frente a frente com o senhor de Santa Fé. Coronel Ricardo Amaral diz a Rodrigo que ele não tem o “nosso jeito”. Rodrigo retruca-lhe que está lhe tratando como um castelhano, um estrangeiro. Coronel Amaral indaga o que ele tem a falar a seu próprio favor. Nisso Rodrigo apresenta seu ofício de fé. Sacou um rolo de papéis e exibiu ao Coronel Amaral. Tais papéis possuíam diversos louvores ao Capitão Rodrigo de diversos generais e, em especial, o de Bento Gonçalves da Silva afixando o heroísmo, dedicação e disciplina de Rodrigo.

Rodrigo Cambará permaneceu em Santa Fé. Aos poucos conquistou a população, com restrição de Pedro Terra. Rodrigo era alegre, cantava, tocava violão, pagava bebida e sabia perder no jogo. Dizia-se em Santa Fé que onde estava o Cap. Rodrigo não havia tristeza. Rodrigo era apaixonado por Bibiana Terra e resolveu que estava exausto de pelejas e andanças. Falou em filhos e ao primogênito havia de dar-lhe uma educação de macho. Para Capitão Rodrigo, já não se reconhecia, e quanto mais o tempo passa entendia ser impossível viver sem Bibiana.

---

Catarina e Daniel) que lutou pelos farrapos, e o próprio Herr Gründling que ajudou na fuga da prisão do major Manuel Marques de Sousa e depois na tomada de Porto Alegre 1836 pelos imperiais. O romance recria o cotidiano religioso centrado na figura de Daniel Abrahão, o cotidiano do comércio ligado aos personagens de Frau Catarina e Herr Gründling e o cotidiano político centrado em Dr. Hillebrand. Guimarães, assim, constrói um amplo cenário histórico em que os imigrantes alemães participam na Farroupilha.

<sup>233</sup> Sobre essa temática, ética do trabalho e ética da aventura, ver Holanda (2006), capítulo “O semeador e o ladrilhador”.

O ano novo entrou e uma filha de Rosa, prima de Pedro Terra, iria casar com um moço de Porto Alegre. Era um homem do litoral que vestia e falava distinto das pessoas do interior. Ele não conseguia encilhar um cavalo como os homens do interior e da fronteira. Apegado à terra, preferia uma existência moderada e sedentária às batalhas, correrias e ao perigo. Era devoto, hospitaleiro e tinha uma deferência à lei e à autoridade. Tal moço era o oposto de Rodrigo Cambará. A linguagem do moço litorâneo lembrava a das ilhas portuguesas, ao passo que Rodrigo proferia todas as letras, falava uma linguagem limpa e cheia de castelhanismos obtidos na Banda Oriental. Se para aquele moça era rapariga, para o capitão era *muchacha*; se para aquele agradecimento era obrigado, Rodrigo pronunciava um *gracias*, rápido e insolente:

Esses açorianos, tão apegados a suas terras, lavouras, lojas e oficinas representavam a ordem, a estabilidade, o respeito às leis, a obediência à Corte de Lisboa. Mas os homens que, como Rodrigo, tinham vindo das Guerras Platinas, onde estiveram em contato com os caudilhos e guerreiros castelhanos que procuravam libertar sua pátria do domínio espanhol; os homens do interior e da fronteira que amavam a ação, o entrevero, as cargas de cavalaria, a lida e a liberdade do campo, onde viviam longe do coletor de impostos e das autoridades – esses falavam em liberdade, hostilizavam os portugueses, queriam a independência. Representavam a população menos estável porém mais nativista do Rio Grande. Criavam gado faziam tropas e eventualmente engrossavam os exércitos quando o inimigo invadia a Província. Alguns brigavam por obrigação; muitos por profissão; mas a maioria brigava por gosto. (VERISSIMO, 1997, p. 221).

Esta citação é importante, pois mostra, por um lado, que a interpretação de Érico sobre Farroupilha é diferente das teses correntes do período e, por outro lado, reafirma sua crítica liberal ao governo. Érico mostra, recuperando Varela, que a origem da Farroupilha é a fronteira com o Prata ao comparar o Cap. Rodrigo ao jovem litorâneo. Este, a serviço da ordem portuguesa e, depois, imperial; e Rodrigo, ao contrário vinha das Guerras do Prata, aprendeu sobre a guerra e a política com os caudilhos platinos, era um personagem da fronteira que queria libertar sua “pátria”. E a partir disso faz crítica ao governo, pois essa liberdade veio do Prata, da fronteira com os castelhanos “em que se vivia longe do coletor de impostos e das autoridades”, isto é, longe do governo, inicia-se a liberdade. Essa diferença entre Capitão Rodrigo e o moço de Porto Alegre, que a princípio parece ser apenas de personalidade, mostra mais, mostra a diferença da interpretação da história de Érico em relação às teses do centenário e do atual período. Assim, o romance de Érico luta em duas frentes, contra a historiografia socialmente reconhecida e a própria ficção corrente nos romances.

Vontando a narrativa romance o Padre Lara ficava em dúvida por qual perfil optar: ou o morador sedentário do litoral ou o povo bárbaro da fronteira e conclui que, entre Joca e

Rodrigo, o padre de todo o coração preferia o último. Para a Igreja, os litorâneos e os habitantes da Capital proporcionavam uma seara mais abastada e leal:

Quanto às populações das estâncias e charqueadas, o problema era diferente e infinitamente mais complicado. Aquela vida agreste e livre convidava à violência e à insubmissão. As charqueadas eram focos de banditismo. O trabalho das estâncias como que nivelava o patrão ao peão e ao escravo. Muitas vezes o estancieiro saía a camperear ombro a ombro com aqueles numa faina igualizadora que oferecia certos perigos, pois criava o risco de negros e caboclos quererem gozar das mesmas prerrogativas que seus senhores. (VERISSIMO, 1997, p. 221).

Creio que com essa citação fica mais notória a identificação de Érico com a tese de que a Farroupilha tem seu início no Prata, e no contado dos fronteiriços com os castelhanos surgiu a insubmissão às autoridades, o amor pela liberdade, seja ela qual for, mas há uma concretude na liberdade de Verissimo: a vida na estância. Haveria uma faina igualizadora que nivelava a todos, patrão, peão e escravo e tal faina colocava a questão da conquista de direitos: se para uns o direito da interiorização das decisões, para outros o direito à terra e para outros o direito ao fim da escravidão. A concretude destas lutas por direitos teria como seu lugar a fronteira e como seu ideário o liberalismo.

O padre Lara tinha se resolvido a mediar o matrimônio de Rodrigo e Bibiana com Pedro Terra. O padre estimava tanto Rodrigo que desculpara todos os seus insultos à Igreja. Conheceu outros homens assim, eram o produto da vida que tinham e a guerra, talvez, fora sua única escola. Algum tempo depois nasce o primeiro filho de Rodrigo e Bibiana. Bolívar é o nome escolhido. Ser Bolívar o nome do primogênito de Rodrigo é identificador, no passado criado pelo narrador, da linguagem ordinária das pessoas da fronteira, do contato com os castelhanos, da aceitação do Prata na vida corrente.

Com o passar do tempo, Padre Lara observou que Rodrigo estava distante, ansioso. Rodrigo tinha aberto um bolicho com seu cunhado. Aquela vida ociosa começa a aborrecê-lo. Nisso o padre foi conversar com o capitão. Rodrigo disse ao padre o que gostaria de mudar no mundo. Primeiro, acabava com essa história de trabalhar, depois, fazia os filhos virem ao mundo de outro jeito; também, dividia essas grandes sesmarias dos coronéis, acabava com a escravatura, fazia o mundo menor, acabava com esse monte línguas, acabava também com a velhice e, por fim, não haveria mais casamento.

Cambará é a crítica, a partir da Farroupilha, ao passado e ao presente. Os personagens de *Um certo Capitão Rodrigo* sentiram o peso e a intervenção do Estado na vida privada das mais diversas maneiras. Se Verissimo presenciou as arbitrariedades do Estado Novo repensando-as após 1945, seus personagens vivenciaram as arbitrariedades do Estado

português e, após, da Corte Imperial. Ao contrário dos outros personagens do livro, Pedro e Juvenal, que representavam apenas a crítica do indivíduo contra a intervenção do governo na vida econômica; e o Padre Lara, que representava as forças da ordem, Rodrigo Cambará representou a crítica de maior fôlego social. Ao querer o fim do trabalho, o Capitão Rodrigo estava criticando a forma como ele estava tomando, um fim em si mesmo, não se trabalharia mais para ser feliz ou para si, mas apenas para acumular e enriquecer terceiros. Também queria a divisão das terras dos coronéis para os despossuídos e – o mais radical para época – queria o fim da escravidão. Tais críticas vão além do viés econômico, passam pela política e pelo social. Exigiam outra configuração da sociedade, no passado e no presente. Também, haveria uma crítica dos costumes, isto é, cultural. O Cap. Rodrigo queria acabar com o casamento. Rodrigo subverteria não só o pensamento econômico, social e político, mas as práticas morais do seu tempo (e por que não de outros tempos).

A crítica à “velhice” não seria ao ficar mais velho, mas a manter sempre os mesmos hábitos do passado, quando se percebe que o tempo está mudando e que se necessita de uma nova postura perante uma nova realidade. Haveria aqui um “prazer” pela mudança. E creio que essas críticas se fecham com a crítica “ao monte de línguas”. Ter só uma língua, num “mundo menor”, revela a perspectiva de uma comunicação livre de entraves, onde as mudanças que o Capitão Rodrigo queria poderiam ser realizadas, isto é, as pessoas se entendendo comunicativamente poderiam chegar às mudanças que o novo exige.<sup>234</sup> Rodrigo não chega a ser um personagem de transição, pois resolvia, resolveu e resolveria os conflitos na luta armada, mas inicia a reflexão que vai pontuar toda a obra: a resolução de conflitos de modo não violento. Pode-se dizer que o novo que desabrochará no Dr. Cambará no fim da trilogia inicia-se no (velho) Cap. Rodrigo. Nada mais liberal que acreditar na força do melhor argumento, e isso aponta para a nova identidade intelectualizada que haveria de ser criada para o rio-grandense. Em sua releitura da Farroupilha, passado e presente aparecem de forma emaranhada na narrativa. A crítica ao trabalho leva a crítica à divisão das terras, o que conduz ao fim da escravidão. Capitão Rodrigo seria um cavaleiro errante, portador de ideias improváveis de mudança.

---

<sup>234</sup> Para Fischer (2007, p. 438), nessa questão “Érico operava narrativamente nos termos da tradição da língua inglesa: grande clareza, comunicação limpa com o leitor, empenho em debater as coisas da vida diretamente observável, a partir de um ponto de vista mais próximo do liberalismo inglês do que do comunismo, em tudo isso sendo exceção na tradição brasileira, mais afeita às manhas estilísticas da tradição francesa, que se regozija nas considerações filosóficas e nas firulas do estilo, secundarizando muitas vezes a força do enredo e a análise da vida a partir do ponto de vista comunista, em alta naquela geração intelectual”.

Enquanto isso, o senhor político de Santa Fé andava atento aos acontecimentos políticos:

Falava-se em perturbação da ordem. Os ódios partidários explodiam e tudo indicava que mais cedo ou mais tarde ia haver barulho. Havia pouco chegara a Santa Fé um homem contando que corria pela Província o boato de que o Cel. Bento Gonçalves, do Partido Liberal, se correspondia com Gen. Lavalleja e estavam conspirando para entregar a Província aos castelhanos. (VERISSIMO, 1997, p. 271-72).

Rodrigo, que escutava o diálogo, falou alto que era uma falsidade aquilo que diziam do Cel. Bento Gonçalves, pois o conhecia, e quem falar mal dele brigaria com ele. O ano de 1833 abeirava-se do término e o tema favorito de todos os círculos era a política. Em seguida à abdicação de D. Pedro I, os acontecimentos na Corte caminhavam obscuros. Mesmo em Santa Fé as pessoas tomavam lado e a conjuntura era:

Uns eram pela maioria; outros achavam que o melhor mesmo era que uma junta de homens direitos e sábios ficasse no governo. A princípio todos esperavam que com a abdicação de Pedro I a situação mudasse, pois achavam que, sendo o Imperador português, não podia deixar de puxar brasa para o assado de Portugal. Mas haviam-se passado mais de dois anos e tudo continuava como antes. Bento Gonçalves, acusado de estar negociando com Lavalleja a anexação da Província à Banda Oriental, fora chamado à Corte para se defender dessas acusações e voltara de lá não só completamente desagravado, como também com honras e privilégios novos. Além disso trazia a seus correligionários do Partido Liberal a promessa de que um filho da própria Província, Fernandes Braga, seria nomeado governador. (VERISSIMO, 1997, p. 278).

Padre Lara conversara com o Cel. Ricardo Amaral no casarão e chegava de lá com notícias novas e que as transmitias na venda de Nicolau ou na de Cap. Rodrigo. A iminência de uma guerra trazia perturbação em Santa Fé:

O Cel. Amaral inclinava-se ora para o lado do Partido Restaurador, que desejava a volta de D. Pedro I ao trono, ora para o Partido Liberal de Bento Gonçalves, que se opunha àquele. Os restauradores tinham fundado a Sociedade Militar e Bento Gonçalves trouxera do Rio de Janeiro a promessa do governo central de impedir o funcionamento desse clube, que os liberais classificavam de retrógrado. Tudo parecia resolvido quando o comandante militar da Província, Sebastião Barreto, de novo tentou reerguer a Sociedade. Bento Amaral – que agora era representante em Santa Fé do juiz de paz de São Borja – chegara, havia a pouco, de Porto Alegre e contava que a Câmara Municipal dera apoio aos liberais e que por sua vez o Presidente da Província censurara esse pronunciamento da Câmara. Nas ruas da cidade, liberais e restauradores discutiam, diziam-se nomes, engalfinhavam-se a tapas e socos. Os restauradores chamavam os liberais de “farroupilhas” e “pés-de-cabra”. Os liberais retrucavam, chamando seus adversários de “retrógrados”, “galegos”, “caramurus”. Ninguém se entendia mais. E – concluía Bento Amaral – a coisa estava muito preta. O Pe. Lara andava inquieto porque tudo indicava que ia rebentar uma guerra civil. – Que rebente! – exclamou um dia Rodrigo, exaltado. –

Quanto tempo faz que esta gente não briga? As espadas e as lanças já estão enferrujadas, e os homens estão ficando molengas. (VERISSIMO, 1997, p. 278).

Nas noites de inverno de 1834, o Padre Lara lia os jornais que amigos lhe mandavam de Porto Alegre. As circunstâncias não podiam ser piores. Tudo indicava que o Cel. Ricardo e sua gente se conservariam fiéis à legalidade. Para o padre Lara, nenhuma revolução contra o resto do país poderia triunfar. No fim do verão de 1835 Juvenal Terra voltou com sua carreta de Rio Pardo. O que dissera era alarmante. Juvenal assistira quando os portugueses de Rio Pardo fizeram desfilar pelas ruas um Judas que simulava os brasileiros:

Ouvira falar de tumultos no Rio Grande e de ameaças de revolta em Viamão. Conversara com muitos charqueadores que estavam irritados com o governo central que os obrigava a pagar 600 réis fortes de imposto por arroba de charque. Os criadores também se queixavam, indignados, de que além da taxa de 10 mil réis por légua quadrada de campo, os quintos que tinham de pagar sobre o couro “eram uma barbaridade”; e se quisessem exportá-lo, Santo Deus, nesse caso o imposto era dobrado! Não se podia fabricar nada que lá vinham os impostos mais absurdos, os dízimos, como se o Rio Grande fosse uma colônia e não uma província do Brasil. Para cúmulo, até tropas de mulas que os criadores rio-grandenses vendiam para tropeiros de Sorocaba e outros lugares fora do Continente estavam sujeitas a um imposto que era cobrado não no lugar de origem do negócio, mas sim nos mercados onde os muares eram revendidos, de sorte que quem se ia beneficiar com a arrecadação eram outras províncias. A todas essas São Pedro do Rio Grande vivia abandonado e esquecido pela metrópole. Não lhe davam estradas, nem pontes nem policiamento nem nada. Justiça? Há-há! Todos os processos tinham de ser julgados pela Relação do Rio de Janeiro, para onde eram remetidos e onde ficavam a criar cabelos brancos. Parecia que a Corte que os continentinos só serviam para brigar com os castelhanos, porque quando rebentava a guerra começavam logo o recrutamento e as requisições. Terminada a luta, cessavam de pagar o soldo às tropas e esqueciam-se de resgatar as requisições. E pouco se lhes dava que a guerra tivesse dizimado os rebanhos e destruído as lavouras do Continente. (VERISSIMO, 1997, p. 290-91).

Novamente o narrador critica a relação do governo com os rio-grandenses e em especial na área da economia. Também mostra um descaso com a província no que diz respeito à justiça e infraestrutura e que os continentinos só eram lembrados para defender as fronteiras. Há uma crítica ao centralismo, ao comando da economia e a política do governo da Corte. Nisso perguntam a Juvenal o que fazem com o dinheiro dos impostos, outro responde que os caramurus jogam fora, outro afirma que com tudo o que pagam nem escolas há para seus filhos, um velho diz que o que dá raiva é que estão sustentando os luxos da Corte. Os malditos caramurus, para Pedro Terra, depois de saber as novidades, eram piores que a ferrugem e os gafanhotos, vão matar o que sobrou do Rio Grande.

Em meados do outono o Cel. Ricardo regressou da Capital e convocou os vereadores para uma sessão especial. Aquele ao declarar apoio aos imperiais e com Pedro Terra se

opondo, este acaba preso. Juvenal após o acontecido foi à casa da irmã advertir que podiam prender Rodrigo, entretanto notou que o boliche estava fechado e a espada de Rodrigo não estava mais pendurada. Bibiana avisa que Rodrigo a esta hora está longe. Acreditavam que Rodrigo fora se unir com o Cel. Bento Gonçalves, era o que ele sempre dizia que iria fazer. O estafeta que chegou a Rio Pardo em fins de outubro trouxe a notícia “Tinha rebentado a revolução e Bento Gonçalves da Silva, chefe supremo das forças revolucionárias, havia atacado e tomado Porto Alegre!”. (VERISSIMO, 1997, p. 294). E naquele novembro ventoso Bibiana passou os dias a trabalhar, a cuidar dos filhos e a esperar notícias do marido. Padre Lara sabia também que muitos sacerdotes católicos estavam inseridos na conspiração ou tinham aderido à revolução. Não compreendia como sacerdotes sujeitavam-se ao chefe da revolução que era um maçom. E continuando seu raciocínio uma ideia lhe veio à cabeça:

Um dia todas essas coisas hão de ser histórias – refletiu ele. Lera já vários artigos e livros sobre Napoleão Bonaparte, o grande conquistador. Era já homem maduro quando pela primeira vez ouvira falar nesse famoso general nascido na Ilha de Córsega. Fora depois acompanhando, interessado, sua carreira. Agora Napoleão se tornara uma figura conhecida em todo mundo e estava na História ao lado de César, Alexandre, Átila e tantos outros. Mas era muito possível – concluiu – que o resto do mundo nunca chegasse a ouvir falar de Bento Gonçalves. Não deixava de ser curioso a gente ver a História no momento em que ela estava sendo feita! Dali a cem anos, como iriam os historiadores descrever aquela guerra civil? O Pe. Lara sabia como era custoso obter informações certas. As pessoas dificilmente contavam as coisas direito. Mentiam por vício, por prazer ou então alteravam os fatos por causa de suas paixões. Cenas da vida cotidiana que se tinham passado sob o seu nariz, ali mesmo na praça de Santa Fé, eram depois relatadas na venda do Nicolau numa maneira completamente diferente, Como era então que a gente podia ter confiança na História? Passou-lhe, então, pela mente a lembrança da importância que tinha para a Igreja Católica a tradição oral... Ora, estava claro que com a Igreja, que era divina, a coisa era diferente. Mas seria mesmo diferente? Essa dúvida era indigna dum sacerdote. Que Deus lhe perdoasse a heresia!. (VERISSIMO, 1997, p. 296-97).

Possivelmente esse comentário de Padre Lara seja, em relação à Farroupilha, o mais instigante do ponto de vista da teoria da história. Como sair do paradoxo de que todas as coisas hão de ser história, ao mesmo tempo em que a história não é confiável? Com certeza, de todos os autores analisados, nenhum foi tão longe na problematização do veto à ficção. Como a historiografia que seria inconfiável poderia controlar a escrita ficcional do romance? Verissimo mostraria o que para a historiografia da sua época (em geral) não era aceito, que as paixões, isto é, a subjetividade faria parte de sentenças historiográficas. A historiografia que teria se constituído no século XIX como uma ciência, mostrava-se, para o romancista sulino, como um discurso escrito eivado de seu presente. A ficção, que seria o oposto da ciência,

estaria emaranhada no saber historiográfico.<sup>235</sup> Padre Lara acreditava na santidade da Igreja para fornecer sentenças seguras. Por muito tempo, os historiadores acreditaram ser a história uma ciência dura do passado, em que a subjetividade do historiador teria sido abolida, onde que facilmente se distinguiria a historiografia (científica), de um lado, e o romance (ficção), de outro. José de Alencar, no século XIX, já havia indiretamente problematizado o veto à ficção para poder dar curso à ficção do seu romance e constatou que a história lidaria com a verdade e o romance com as paixões. Assim, criou um espaço para seu romance poder se ficcionalizar mais livremente. Mas, para isso, indicou uma categorização em que o romance não lidaria com a verdade, apenas com a subjetividade. À historiografia ficaria assegurada o direito de dizer a verdade e ao romance de Alencar, como se lidasse com uma narrativa menos relevante, escreveria sobre o sublunar. Com Verissimo, a crítica à escrita da história é direta, se não ao saber histórico em geral, pois sabe que tudo um dia há de ser história, a um tipo de epistemologia da historiografia que a sua época era dominante: o empirismo positivista. Era como se houvesse um método historiográfico que resgatasse, recuperasse a experiência histórica em sua inteireza, positivamente. Verissimo põe em suspensão as certezas da historiografia (como veremos mais adiante na escrita da história de Vellinho) para escrever seu romance, para liberar a ficção e problematizar o veto. Como confiar numa ciência em que seus registros são eivados de paixão e mentira? Ou como algo eivado de mentira e paixão se autoriza a controlar a ficção? Além do mais, de um fato poderiam surgir vários relatos. Como historiografia e o romance eram feitos pelos mesmos intelectuais nesse período, antes do advento da pesquisa universitária, pode-se considerar Érico, antes do tempo, como um “crítico historiográfico”.

Para o Padre Lara, o que daria certeza aos acontecimentos passados seria a santidade da Igreja, isto é a estrutura explicativa da história teria um arcabouço teórico nos dogmas católicos, mas a historiografia anterior, contemporânea e posterior a Érico, por tempos acreditou em dogmas científicos, como os conceitos de: raça, evolução, modo de produção, etapas da história, estruturas intemporais dos mitos, estruturas econômicas e mentais, que dariam a tão desejada cientificidade do saber histórico, a tão preciosa regularidade e universalidade que a ciência moderna exige de quem participa do seu “time”.

---

<sup>235</sup> Para Pesavento (2001, p. 41-2), “essa reflexão introduz a configuração da História como uma narrativa que, na sua tessitura, implica recortes, acréscimos e missões e onde os ‘fatos vividos’ se apresentam como construções. É por esse estatuto ‘literário’ da historiografia que Érico faz aparecer no texto [...] que se coloca a discutida questão da ficcionalidade da História e do relativismo do discurso que constrói o passado”.

Para escrever seu romance, Érico coloca a epistemologia da historiografia de sua época em questão.<sup>236</sup> Hermeneuticamente, indaga-se sobre a validade das sentenças historiográficas (da sua época), que partem de registros construídos sobre experiências subjetivas contaminadas por paixões e mentiras. Ao trazer o saber historiográfico para o mundo sublunar, Veríssimo cria o espaço necessário para criar sua ficção e, assim, seu romance não passa pelo outro da verdade historiográfica, mas como a “verdade ficcional” do passado, pois, aristotelicamente, cria outros mundos possíveis, verossímeis e necessários de serem verdades no passado. Isso porque a verdade do passado, em si, não existe. Não há mais uma experiência passada esperando para ser resgatada por uma ciência infalível da história. A verdade é uma construção da narrativa ou que tem sua representação na narrativa. Enfim, se Alencar criou uma hierarquia entre romance e história para liberar sua ficção, Érico crítica a própria epistemologia da história (da sua época) para criar seu romance. E em “Um certo capitão Rodrigo” a ficção se mistura com a historiografia e o romance para narrar a Farroupilha, que serve para Érico representar o passado e repensar seu presente.<sup>237</sup>

Voltando à narrativa do romance em 1836, a tropa farroupilha que Rodrigo comandava atacou o casarão dos Amarais. Após a ofensiva, informaram ao padre que tomaram o casarão, mas mataram o Cap. Rodrigo. Havia mais pessoas no velório de Rodrigo que no de Cel. Amaral, que também faleceu no assalto ao casarão. Mentalmente Bibiana conversava com Rodrigo, dizia-lhe coisas. A Câmara Municipal de Santa Fé aderiu à Revolução. Diziam que os imperiais tinham tomado de novo Porto Alegre. Bibiana não sabia nem queria saber se aquilo era verdade ou não. Não compreendia bem aquela guerra. Uns diziam que os Farrapos queriam separar a Província do resto do Brasil. Outros asseguravam que eles estavam guerreando pela razão que amavam a liberdade e porque tinham sido oprimidos pela Corte. Só de uma coisa ela tinha certeza: Rodrigo estava morto. Outra verdade era a de que ela tinha dois filhos e havia de criá-los direito. Agora estavam todos em paz. Afinal de contas, para ela o marido estava e estaria sempre vivo. Podiam dizer o que quisessem, mas a verdade era que o Cap. Cambará tinha voltado para casa.

<sup>236</sup> Pesavento (2001, p. 42) acredita assim que “o caráter ficcional da narrativa histórica se revelaria nesta capacidade de reinscrever o passado no presente por um discurso que se substitui ao acontecido, ocupando o seu lugar, numa operação imaginária que tanto envolve as funções de ‘representância’ quanto de atribuição de significado”. Parece, ao contrário, que o caráter ficcional da narrativa histórica se revelaria na reinscrição do presente no passado, alterando o sentido do passado que já fora escrito antes.

<sup>237</sup> Conforme notou Pesavento (PESAVENTO, 2001, p. 51), “Sobremontando posições polares, relativizando as diferenças, permitindo a convivência de opostos, a narrativa pendular de Érico Veríssimo dilui as fronteiras e insinua uma forma de ‘dizer o Rio Grande’, numa postura *avant la lettre* que faz dialogar a História e a literatura”.

Portanto, foi assim que a Farroupilha foi narrada por Érico: no enquadramento da formação histórica do Rio Grande do Sul. Érico soube problematizar o veto da história a ficção, não aderiu às teses nacionalistas mais corriqueiras, nem deixou sua ficção ser laminada pelo conhecimento historiográfico de sua época. Em seu romance a Farroupilha teve um sentido diferente do significado heroicizado do período da comemoração, outro imaginário estava presente na escrita, a *poieses* reconfigurou a representação para além dos padrões historiográficos do período.

A historiografia da Farroupilha também atentou à formação histórica do Rio Grande do Sul. Outro personagem deste capítulo é Moysés Vellinho. Nascido em Santa Maria em 1901, formou-se em direito e teve intensa participação na vida política do Rio Grande. Foi promotor, inspetor estadual de ensino e chefe de gabinete do Interior de Oswaldo Aranha (1928-1930). Participou ativamente da Revolução de 1930. Foi oficial de gabinete do Ministro da Justiça Oswaldo Aranha. Voltou a Porto Alegre em 1932, e elegeu-se deputado constituinte em 1934. Participou da dissidência liberal, em 1937, que levou à saída de Flores da Cunha do comando do Estado. De 1938 a 1945, foi membro do Departamento Administrativo do Estado. Dirigiu o jornal *A Federação* e foi ministro do Tribunal de Contas do Estado (1938-1964). Foi também vice-presidente do IHGRGS. Como os demais intelectuais da sua geração, fez parte do grupo da Livraria do Globo. Após o Estado Novo, fundou a revista *Província de São Pedro*, que dirigiu durante o período de 1945 a 1957.<sup>238</sup>

Vellinho participou do governo Vargas, até mais ativamente que Verissimo, tendo vários cargos na burocracia estatal. Mas, como Verissimo, tornou-se um crítico do período pelo qual trabalhou tão intensamente. Em comparação ao texto de Verissimo, a crítica de Vellinho é mais contundente em relação à Era Vargas. Érico foi mais sutil. Da mesma forma que Verissimo e como vem sendo mostrado até aqui, também tem uma filosofia liberal subjacente à sua concepção da história, o que levou Vellinho, no período de escrita do texto aqui analisado, a ver a Farroupilha como um momento de releitura da Era Vargas. Conforme notou Rodrigues, antes de ser um livro sobre a Farroupilha, “*Capitania d’El-Rei* é um livro sobre a *formação* do Rio Grande do Sul. Escrito durante a década de 1950 e publicada em 1964, pode ser visto, de certa maneira, como um produto anacrônico da obsessão dos anos 1930 brasileiros pelas ‘raízes’ nacionais”. (RODRIGUES, 2006, 154).<sup>239</sup>

<sup>238</sup> Sobre os dados biográficos, ver Golim (1999), “Moysés Vellinho”.

<sup>239</sup> O artigo do livro analisado foi publicado, ao que tudo indica, pela primeira vez em 1957: VELLINHO, Moysés. O gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino. In: *Fundamentos da cultura Rio-Grandense*. 2ª. Série. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1957, p. 45-66.

Vellino explica que a obrigação de escrever *Capitania* é para colaborar em romper o que, para ele, era uma representação imprópria das relações históricas e culturais entre o Estado e o país. Assim, a Farroupilha entra na obra de Vellino não como o tema principal, mas como um elemento importante do período da formação do Rio Grande do Sul, pois

Durante a década de 1930, a Revolução Farroupilha foi o tema obsessivo da historiografia produzida no Rio Grande do Sul. Em torno das comemorações de seu centenário, em 1935, debateu-se particularmente sobre o seu caráter separatista e a antecipação local em relação ao ideário republicano que mais tarde seria adotado no Brasil. Investigando-se sobre seus heróis, as discussões mais acirradas giraram em torno das teses de Alfredo Varela, que foram varridas do cânone interpretativo da história do Rio Grande do Sul. A partir de então, autor seria rejeitado como análise válida acerca do “decênio glorioso”. A Revolução Farroupilha, na década de 1960, quando Vellino escrevia *Capitania*, era considerada por ele assunto encerrado. Valiam como verdade histórica as teses de Othelo Rosa a seu respeito: foi um movimento genuinamente brasileiro e antecipador do ideário liberal e republicano que acabaria por se impor no restante do Brasil apenas no final do século XIX. (RODRIGUES, 2006, p. 156).

Por mais tardia que constituísse a iniciativa,<sup>240</sup> era imprescindível, na década de 1960, produzir uma nova interpretação da *formação* do Rio Grande, tal como fora feita na década de 1930 com a Farroupilha.<sup>241</sup> Portanto,

<sup>240</sup> “*Capitania d’El-Rei* se compôs pela reunião de ensaios concebidos por Moysés Vellino durante os anos 1940 e 1950: ‘tardia’ era mais a sua publicação do que a elaboração”. (RODRIGUES, 2006, p. 157).

<sup>241</sup> A produção na historiografia sobre a Farroupilha nesse período fora bem menor que no período anterior. Walter Spalding (1944) (1963) (1987) continuou a publicar sobre a Farroupilha nas mesmas características que no período anterior do mesmo modo que Olyntho Sanmartin (1940; 1951) e Paulino Jacques (1960). Lindolfo Collor escreve no exílio e pública em 1938 o livro *Garibaldi e a guerra dos farrapos*. Para a época, é um dos melhores livros sobre a Farroupilha. Collor aderira ao movimento revolucionário de 1930, foi o primeiro ministro do trabalho do governo provisório de Vargas. Em 1932, apoia os paulistas, após a derrota vai para seu primeiro exílio. Em 1934 é anistiado e volta a atuar na política. Com o Estado Novo vai para seu segundo exílio, agora em Berlim e depois Paris, onde escreveu o livro. Collor, mesmo não escrevendo o livro como uma história de formação como Vellino, será, contudo, antes desse, o primeiro a usar a Farroupilha não mais para justificar Vargas no poder, mas para problematizar a Era Vargas. É interessante a relação que faz da historiografia com a sua vida: “Não sei se alguém já sublinhou devidamente esta coincidência: a História [...] essa nasceu no exílio, floresceu e prosperou na adversidade dos ambientes estranhos”. (COLLOR, 1989, p. 15). Para Collor, fazer história era viajar no tempo e (continuando a fazer relações entre a historiografia e o momento político brasileiro): “Um dia, cansado dos panoramas atuais, eu também resolvi [...] viajar no passado. [...] Nenhum período me afigurou mais indicado para tal viagem do que a Revolução de 35”. (COLLOR, 1989, p. 17). E no meio dos farroupilhas havia estrangeiros, e entre eles a sua admiração por Garibaldi: “o romântico de tantas lutas pelas liberdades dos povos [...] que empolgante figura para refazer-nos da deprimente mediocridade dos tempos atuais!” (COLLOR, 1989, p. 17). Por fim, iniciando a crítica (pela Farroupilha) a Vargas como depois fará Vellino, escreve: “Escrevi este livro para, fugindo ao mundo dos meus dias, encontrar nos que já foram a verdadeira fisionomia moral do Rio Grande”. (COLLOR, 1989, p. 29). Jean Roche publica em 1961 *L’administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Não tratando mais os farroupilhas como o período do centenário, assim a entende: “La révolution farroupilha, principal épisode de la vie publique du Rio Grande do Sul, a été la tentative la plus audacieuse et la plus cohérente pour conquérir la liberté politique dans le Brésil du XIXe siècle. Or la proclamation de la République Riograndense au cours de la rébellion semble avoir dissimulé le caractère purement brésilien et non-séparatiste d’un mouvement essentiellement fédéraliste: comme l’aspiration de la Province au respect des autonomies locales était

tratava-se de narrar o surgimento da região em sua articulação com a história da nação, descobrindo e revelando ao público leitor quais teriam sido os heróis responsáveis pela instituição e manutenção do laço social que atava a parte ao todo [...] Trata-se de um dos principais problemas teóricos e metodológicos que se dedicava a atitude polêmica de Vellinho: a concepção da organicidade das origens políticas, sociais, raciais e culturais do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil. (RODRIGUES, 2006, p. 157).

Como Érico, a experiência de 1930 foi relida após 1945. Vellinho relaciona Getúlio Vargas e Júlio de Castilhos, censurando as atitudes autoritárias tomadas por eles. A vida intelectual de Vellinho foi se apartando da militância partidária e indo na direção da política intelectual e

A obsessão de Vellinho e do grupo de intelectuais herdeiros da historiografia comemorativa do centenário da Revolução Farroupilha não era mais a de torná-la um evento memorável da luta dos sul-rio-grandenses pela integração à nação. Seguiu-se escrevendo e pensando o Rio Grande como unidade a ser abrasileirada, mas o novo impulso criador para esse trabalho intelectual de tramar a região e a nação era o processo histórico da “formação” cultural desde os tempos heroicos. É no passado remoto que importava retroagir os laços entre a história local e nacional, entre a parte e o todo. (RODRIGUES, 2006, p. 220).

Na introdução do livro, Vellinho justifica o porquê de ter reunido os artigos para publicá-los em *Capitania d’El Rei*. Inicia contando uma história sobre o V Congresso Eucarístico realizado em 1948 em Porto Alegre. Uma senhora, vindo da Bahia e que fora entrevistada por um jornal local, declarou que achava que encontraria no Rio Grande do Sul gente estranha, hábitos estranhos, mas tivera uma surpresa ao encontrar-se entre um povo que era o seu povo, que no fundo tinha “o mesmo jeito de ser e de sentir dos demais brasileiros”. (VELLINHO, 2005, p. 7). Viera ao Rio Grande com certo medo, só depois dos primeiros contatos se livraria do temor que tinha por dentro. Isso representava para Vellinho (2005, p. 7) “Pura obra de uma velha trama de incompreensões ou prevenções a que infelizmente nós, os de casa, nem sempre fomos ou somos alheios”. E recapitula, anos depois, que Alfredo Varela, no interesse de demonstrar, em sua “ingrata teoria”, a pretensa filiação da Farroupilha à cadeia das Revoluções Cisplatinas do século XIX e não satisfeito em desnacionalizar aquele movimento tão brasileiro, encontrava precauções contra as coisas do Brasil. O autor questiona o quanto à aversão de Varela não auxiliara um anseio antibrasileiro:

---

combattue par la centralisation impériale, elle ne put s’exprimer que par la révolution”. (ROCHE, 1961, p. 32-33). Para Roche, enfim, a Farroupilha fora um movimento nacional e federalista.

No caso do separatismo acidental da cruzada republicana e federalista dos rio-grandenses de 35, aquele vivo sentimento de integração que os arrastou às armas e ao extremo da ruptura com o Império. Nem mesmo Varella ousaria apontar entre os fatores dessa grave crise política e institucional, produto de um estado de justo desespero, qualquer fermento de irredentismo. A quebra dos laços com a Coroa não passou de um expediente, grave mas circunstancial, imposto pelos próprios erros da Regência. (VELLINHO, 2005, p. 8).<sup>242</sup>

De acordo com Vellinho (2005, p. 9), são falsos restos de um tempo que, a rigor, só houve como projeção retrospectiva de seu imaginário, porque

a frequência com que o Rio Grande tem sido encarado como um corpo mais ou menos estranho, ao complexo luso-brasileiro! É como se fosse uma porção de terra e de gente que se tivesse incorporado do Brasil menos por um imperativo orgânico da própria expansão e afirmação da nacionalidade do que pelos caprichos ou acasos da História! Nada mais que uma excrescência na configuração sociológica do Brasil...

Em livro, periódicos ou “conversando com patrícios” há uma imagem de que o “Rio Grande do Sul não é bem Brasil”. (VELLINHO, 2005, p. 9).<sup>243</sup> Parece que esse preconceito foi corroborado pela peculiaridade da Constituição positivista e pelas pressuposições de sua filosofia. O historiador rebate uma série de autores que destacariam a incompatibilidade do Rio Grande do Sul com o Brasil. Pois cada região exhibe seus predicados próprios, sem que daí emanem riscos para a consumação de um destino comum, porque a preservação da coesão territorial estaria em conexão com o desenvolvimento dos regionalismos. Com Vellinho, nem mais o naturalismo da geografia, nem mais o substrato da psique ou da alma que definiria o sul-rio-grandense brasileiro, mas a defesa da fronteira:

Se as peculiaridades da vida rio-grandense não se originam de fatores naturais e culturais em estado de repouso, isto se deve, antes de mais nada, à “nossa” posição de constante vigilância sobre as demarcações da nacionalidade em seu ponto crítico

<sup>242</sup> Vellinho considera o estilo de escrita de Varella profuso e atravancado erguendo-se como um espantalho contra o leitor. Só ler-se-ia Varella por dever de ofício.

<sup>243</sup> E aponta outros autores que corroborariam essa tese. Aponta que, para José Verissimo, o Rio Grande do Sul não passava de um corpo estranho na federação brasileira. Para Balduino Rambo, gente de casa como disse Vellinho, que o Rio grande se formara na influência de Montevidéu. Assis Chateaubriand afirmava que o Brasil português terminava em Santa Catarina e que dali para o sul começava o Brasil espanhol. Para Humberto Campos, o Rio Grande do Sul sofreu uma influência artificial do Brasil e que se tornou brasileiro por descuido, também em um jornal na década de 1930 propôs o desmembramento do Rio Grande apontando a porta da rua. Aponta também que o deputado Ferreira França, durante a Farroupilha, já havia proposto a desanexação do Rio Grande. Joaquim Manuel de Macedo também justifica no parlamento a desagregação compulsória do Rio Grande. Mostra também que o historiador Basílio de Magalhães afirmava que no Rio Grande era em grande parte gente platinizada. Mas a maior mágoa de Vellinho era com Capistrano de Abreu, que lamentava que na consolidação das fronteiras nacionais o Rio Grande do Sul não tivesse ficado do lado de fora. E que o Rio Grande do Sul seria um cavalo de troia. Quanto à João Ribeiro, este discordava da tese de que a unidade brasileira era uma dádiva do rio São Francisco e que no extremo sul éramos platinos demais. Também aponta Oliveira Vianna, que diria que o Rio Grande do Sul era dominado pela cultura espanhola e pelo cenário platino.

por excelência. Tanto vale dizer, sob o ângulo histórico e sociológico, que aquilo que nos diversifica e particulariza no amplo cenário nacional provém da nossa própria identidade política, da nossa própria condição de brasileiros. (VELLINHO, 2005, p. 10).

Diferentemente das gerações anteriores, que viam a particularidade do Rio Grande do Sul ou no meio geofísico ou na psique da alma, como Docca, Vellinho atribui a brasilidade dos rio-grandenses a um novo elemento: a fronteira. De acordo com Vellinho, foi antes como súditos de Portugal, “brasileiros *in fieri*”, e após a Independência como brasileiros mesmo que “arrostamos” com os reveses de um sangrento drama de fronteira: “A necessidade de defesa da comunidade nacional, ameaçada em suas divisas com as comarcas platinas mais que em qualquer outro ponto do nosso território, o que fez foi aguçar, dar um sentido urgente e militante à nossa consciência de brasileiros”. (VELLINHO, 2005, p. 11).

O ciclo de disputas na fronteira é como um legado vivo, de modo que seriam os brasileiros do extremo sul leais à sua herança guerreira, que se prendessem numa vigilante afirmação patriótica:

No entanto, como por artes de um raciocínio absurdo, parece ser por isso mesmo, por se ter o espírito de brasilidade adensado aqui de encontro a uma fronteira longamente disputada a ferro e fogo – parece ser por isso mesmo que tantas vezes o Rio Grande do Sul é vítima das mais chocantes incompreensões. Chega-se a farejar perigosos sintomas de desapego à convivência nacional mesmo nas provas mais vivas da nossa vocação para a unidade! (VELLINHO, 2005, p. 11).

Após a incorporação e povoamento da Capitania, os espanhóis, para Vellinho, só ingressaram “aqui” como inimigos, nunca como senhores e eles nada deixaram. E em nome das franquias locais, preteridas pelos representantes da Regência, o Continente rebelou-se. Era o começo do rude decênio farroupilha. E quase um século depois, novamente colocada em risco à união nacional, outra vez em armas o Rio Grande do Sul, junto com Minas Gerais e Paraíba, dirige a rebelião nacional em combate à deturpação das instituições republicanas:

Se os objetivos da rebelião seriam distorcidos, traídos como foram, isto não desfigura a inspiração original do movimento. O insucesso resultou do enorme equívoco de se haverem confiados os destinos da revolução a quem nunca soube o que fazer dela, atirando-se por isso, a um jogo oportunista e inferior. Não era possível curar os vícios da república Velha com os expedientes de uma ditadura que Getúlio Vargas impôs em nome de coisa nenhuma. (VELLINHO, 2005, p. 19).

Sempre quando a união nacional esteve ameaçada, os rio-grandenses, guerreiros porque fronteiriços, brasileiros porque fronteiriços, levantam-se para defender a nação, pois sempre estariam acostumados a defendê-la na fronteira contra os castelhanos. Conforme

notou Rodrigues (2006, p. 214), “O presente refletia o passado; 1930 refletia 1835”. Contudo, como analisado mais adiante, para Vellinho a diferença entre a Farroupilha e a Revolução de 1930 é que a primeira manteve íntegra a pureza do movimento, isto é, a busca de uma maior liberdade para os brasileiros, ao passo que a segunda traiu seu objetivo, resultando em uma ditadura. E a Revolução de 1930 foi a imagem distorcida da Farroupilha.

Vellinho constatou que, no pensamento histórico brasileiro, há incompreensões acerca do Rio Grande, e sustenta que não se surpreende de que patricios que vêm “aqui” se espantem de observar que “nós” temos a mesma língua que eles, sem as saliências espanholas que recebiam, “esses bons patricios como que ignoram que o Rio Grande sempre foi, desde o berço, um pedaço do Brasil, o Brasil que cresceu de si mesmo”. (VELLINHO, 2005, p. 17). Colocar em destaque o perfil do gaúcho rio-grandense dentro das condições naturais e culturais de sua *formação* não será uma operação de importância meramente acadêmica. Vellinho quer responder a um problema repleto de implicações políticas e sociológicas. Assim, do equívoco da origem e caracterização histórica do brasileiro do extremo sul derivam erros que abrangem dimensões da tradição rio-grandense e o lugar do Rio Grande do Sul ante a identidade brasileira:

Dentre as causas que poderão ser arroladas para explicar tais desacertos não será das mais ostensivas, nem por isso das menos influentes, a ligeireza com que se admite e proclama a identidade do nosso gaúcho platino. E daí, por extensão, o conceito verdadeiramente peregrino de um Rio Grande meio português meio espanhol... Nem faltam, já o vimos, os que consideram o Rio Grande em face da História do Brasil como uma espécie de capítulo à parte, que se tivesse extraviado acidentalmente do tempestuoso contexto da formação platina. Também responde por grossos erros de interpretação o paralelo fácil [...] entre situações que, se é verdade que se armaram em áreas geograficamente contíguas, não menos verdade é que pertencem a tradições antagônicas, cujas relações de vizinhança [...] não foram outras senão os incidentes e guerras de *fronteira*. (VELLINHO, 2005, p. 124, grifo meu).

Nos períodos das definições do limite austral, que principiaram com o estabelecimento do presídio de Rio Grande e que só se encerraram ao fim da Guerra do Paraguai em 1870, os homens do Rio Grande e do Prata, assinalados por um antagonismo atávico, estariam “uns contra os outros numa violenta reativação de rivalidades imemoriais, herança subjacente de velhas disputas peninsulares”. (VELLINHO, 2005, p. 125). Apesar dessa realidade histórica, ainda existe quem coloque em suspeita as *raízes* luso-brasileiras do Rio-Grande do Sul, sugerindo “nosso meio-castelhanismo congênito”:

Pontos de semelhança entre os tipos sociais do gaúcho rio-grandense e do gaúcho platino existem, sem dúvida, mas se restringem às peculiaridades decorrentes do mesmo sistema básico de atividades – pastoreio – desenvolvidos num cenário físico

semelhante, e parcialmente fundado, em ambos os lados, na experiência e nas práticas do campeador nativo. Fora disso, porém, fora desses fatores circunstanciais, suscitadores de ações e reações equivalentes, tudo o mais são traços que caracterizam tipos autônomos, ativamente extremados um do outro, e chamados a desempenhar um drama de *fronteira* no qual haviam de atuar como inimigos. (VELLINHO, 2005, p. 125, grifo meu).

Para demonstrar que na formação histórica do Rio Grande do Sul não há indícios de raízes castelhanas, Vellinho historia as diferenças entre o gaúcho platino e o rio-grandense. Como surgiu o gaúcho platino, pergunta-se Vellinho. Vagavam tribos “bárbaras e sem história” no Prata. Existiu, então, uma luta entre índios e espanhóis. Contra o avanço dos castelhanos houve a objeção dos aborígenes. À sombra de violências e rancores emergiria o mestiço.

Do encontro do europeu com o índio derivou a matéria-prima de que se fazia o gaúcho. Os vínculos de sangue que aproximavam os nativos e os gaúchos iam fundar entre os dois uma linha fixando uma sensação de vindita. Se o mestiço era reputado como “infame de direito e de sangue” pelo espanhol, perdurou contra o branco a velha hostilidade do índio. Porém à sua frente ficava o pampa, e o pampa não era, para o oprimido, somente uma evasão a seu aviltamento: era um protesto. No pampa, abundava espaço para aqueles que se percebiam subjugados. E, conforme Vellinho, os crioulos desprezariam sua filiação espanhola para se reconhecerem com os mestiços no mesmo sentimento de insurreição.

O arbítrio dos espanhóis, demarcando a oposição em que se enfrentam os hispânicos e indígenas, levou ao “fenômeno platino por excelência que foi a luta entre o campo e a cidade”. (VELLINHO, 2005, p. 131). O fomento ao contrabando foi a primeira causa a exacerbar as rivalidades entre o campo e a cidade. Em frente aos núcleos urbanos, o povo do campo é percebido como uma instituição bárbara “sempre a postos para o assalto à civilização”. (VELLINHO, 2005, p. 131). Assim, o mestiço se fixa em seu ressentimento. Conquanto habituado à pugna, o mestiço argentino, isto é, o gaúcho, “ignora ainda o que seja a pátria”. É o gaúcho em estado bruto, descendente dos gaudérios. E essa gente perdida está confiada à anarquia do caudilhismo. E, em todas as províncias argentinas, o que se tem é uma situação de insurreição contra a cidade. Artigas foi predecessor de Rosas, e o fenômeno do caudilhismo foi a “solução em que havia de desfechar o ódio que desde séculos rondava a cidade. O caudilho é produto do estado de anarquia e da dispersão do território”. (VELLINHO, 2005, p. 134).

A lógica explicativa de Vellinho sobre o estado de anarquia, isto é, a falta de leis e, conseqüentemente, a falta de civilização e liberdade, começa com a hostilidade dos índios aos

espanhóis; depois tal hostilidade foi herdada pelo mestiço. Os crioulos também, desprezando sua filiação europeia, juntaram-se aos mestiços na insurreição contra o espanhol. E tal insurreição teve como lugar o campo, o pampa, o contraponto da civilização urbana. Portanto, a barbárie contra a civilização; a anarquia teria dois elementos: o mestiço e o pampa. Os mestiços eram liderados por um caudilho, este produto desta situação de rebeldia congênita, que não tem nem pátria e nem lei além de si. Dessa forma, o estado de anarquia no pampa platino é completo. E tudo isso se inicia porque o gaúcho platino tem o sangue indígena rebelde em suas veias e o pampa para exprimir sua indignação contra a submissão.

Para Vellinho (2005, p. 134), a formação do gaúcho rio-grandense aconteceu de forma diferente em relação ao Prata – o lado português tinha condições diversas, pois “O elemento autóctone, aqui, ao tempo do desembarque de Silva Pais, já pouco representava numericamente”. Colocando de lado as Missões, os nativos acabariam quase desaparecendo. O “rebanho de guaranis” era apenas o “escarmento de uma raça desbaratada”. O que sobrou foram “bagaços de gente”. O certo é que o guarani “jamais poderia ser contado como fator positivo de civilização”. (VELLINHO, 2005, p. 137). Assim, “na altura de 1835, ao deflagrar a Revolução Farroupilha, vagavam entre os escombros do vasto império missioneiro apenas 318 bugres. Nada mais restara dos Sete Povos!”. (VELLINHO, 2005, p. 137). Com o Rio Grande a crescer como pedaço português, os nativos quase haviam desaparecido.

Decisivo na formação étnico e moral do gaúcho platino [...] o componente indígena se apresenta, desde logo, como elemento fortemente diferenciador no confronto entre os tipos históricos do Prata e do Rio Grande do Sul. Seria, pois, de ponderar, antes de mais nada, a notável diversidade desse fator, num e noutro caso [...] Na formação antropológica do nosso campeiro, o índio não só entrou com um contingente bem mais pobre, como trazia a alma sem a carga de ódio com que ele reagiu ao desprezo e as truculências do espanhol, nas campanhas platinas. (VELLINHO, 2005, p. 137-38).

A diferença entre o gaúcho platino e o rio-grandense estaria na mestiçagem com o índio. No Rio Grande do Sul, tudo teria se passado diferentemente, pois esse “bagaço de gente” havia desaparecido por aqui já na época da Farroupilha, de modo que o índio pouco miscigenou com o português, o que fez do gaúcho rio-grandense um tipo sem revoltas contra a ordem ou a lei, o oposto do gaúcho platino. Logo, não haveria espaço para o surgimento de caudilhos neste lado da fronteira. No Prata, os nativos reunidos em turbas vingativas fizeram oposição à marcha dos conquistadores, entre os portugueses, o aborígine jamais veio a ser um obstáculo aos “desbravadores”:

não há como fugir à conclusão de que, como contingente de integração histórica, o índio foi, entre nós, de significação bastante medíocre. Por não alimentarem sobre isto a menor dúvida, os homens de 35 rejeitaram, para seu lenço de guerra, um modelo onde apareciam, dois bugres sacudindo a bandeira tricolor. (VELLINHO, 2005, p. 138).

No Rio Grande do Sul, não se manifestou a mesma formação que a dos castelhanos no Prata. Ao gaúcho rio-grandense, oriundo, segundo Vellinho, de um povo menos arrogante, foi-lhe mais fácil a convivência com o nativo. A candura estabeleceu tradição, isso “explica o empenho com que os Farrapos resguardaram, através das estipulações de Poncho Verde, a liberdade dos escravos que se haviam batido lado a lado com eles”. (VELLINHO, 2005, p. 140).

À parte o inconstante limite do Rio Grande, havia uma fronteira política, disputada com tropas, e uma outra, que era a fronteira de raça e casta ocasionada pela arrogância dos espanhóis e a aversão com que lhes contrapunham “*los paria de la llanura*”. Essa fronteira interna gerou outro fenômeno ignorado do “processo histórico rio-grandense: a oposição entre o campo e a cidade, entre a barbárie e a civilização”. (VELLINHO, 2005, p. 141-42). Isso remete aos dois primeiros capítulos da tese quando aqueles letrados apontavam para o surgimento da Farroupilha pela ignorância e o barbarismo do homem do campo. A *formação* sul-rio-grandense desconhece o antagonismo entre campo e cidade, por isso

a rebelião farroupilha se apresenta como ato de desespero de uma Província, na quase unanimidade de sua população livre, contra uma situação de agravos e vexames longamente suportados, e havia de irromper de uma conspiração em que não se distinguiam os homens da cidade dos homens do campo. (VELLINHO, 2005, p. 143).

A Farroupilha, ponto máximo da história sulina, difere das revoluções platinas, pois não haveria no Rio Grande do Sul muita mestiçagem, isto é, pouca incidência de índios, e como corolário o pampa (rio-grandense) não foi habitado por um povo revoltado contra os colonizadores europeus, o que não provocou a dicotomia campo *versus* cidade, isto é, barbárie *versus* civilização. E prossegue Vellinho (2005, p. 144-145):

No caso da Guerra dos Farrapos, os homens do campo como os da cidade haviam de congregar-se em torno da mesma causa, sem distinção de domicílio [...] pontos de contato haverá [...] entre os ideais dos Farrapos [...] e os princípios que os autores da independência argentina tentaram fazer vingar nas instituições nacionais antes da funesta ronda dos caudilhos. As fontes ideológicas, porém, é que foram comuns [...] não eram as mesmas as premissas sociológicas que aturam num e noutro caso: os revolucionários rio-grandenses [...] acabaram se convencendo de que as instituições monárquicas é que eram responsáveis pelos males que se abatiam sobre a província,

e se lançaram bravamente contra o regime [...] Na revolução argentina tudo se passou de outra forma.

Para Vellinho, na Farroupilha havia princípios que os líderes seguiam e respeitavam, ao contrário das revoluções platinas em que os caudilhos – caudilhos que não havia no Rio Grande do Sul – agiam sem lei, apenas respeitando a sua própria vontade. Portanto, a presença de “turbas campeiras” e caudilhos, elementos alheios aos rio-grandenses, ocorreram na conformação das batalhas por emancipação que aconteceram no Prata. Nada das sublevações platinas pode contagiar “os ímpetos de afirmação revolucionária que conduziram os Farrapos”. (VELLINHO, 2005, p. 145). Por isso, o Estado sulino jamais se sentiu um membro fora da compleição nacional, nem mesmo no decorrer da República do Piratini, pois

Uma coisa, com efeito, nunca foi possível erradicar do coração dos Farrapos: o sentimento de sua condição de brasileiros, condição tão marcada pela presença de uma fronteira [...] entre os rebeldes eram mais agudas que entre os responsáveis pela defesa das armas imperiais as suscetibilidades patrióticas em face dos vizinhos [...] os Farrapos preferiram depor as armas a aceitar, mesmo na desgraça, a ajuda que lhes oferecia o tirano argentino. (VELLINHO, 2005, p. 146).

A brasilidade dos rio-grandenses em sua formação e na Farroupilha é a sua condição de fronteira. A defesa da fronteira portuguesa, depois brasileira, ao longo da formação do Rio Grande do Sul fez a brasilidade dos gaúchos. E isso é a injustiça que Vellinho quer reparar: não bastava abrasileirar só a Farroupilha, haveria de se abrasileirar o próprio Rio Grande do Sul.

As diferenças entre os gaúchos do Prata e os do Rio Grande do Sul vão desde a formação étnica e política até a natureza moral, e auxiliaram para a preparação de processos históricos distintos e, o mais importante: “Entre nós, faltou ao campo, como expressão política, seu instrumento específico de ação – o caudilho”. (VELLINHO, 2005, p. 147). Se para Vellinho o estado de anarquia começa com a rebeldia indígena e mestiça, contudo atingia sua forma de luta política definitiva com a presença do caudilho. E o caudilho, por representar uma política movida por interesses apenas privados, não se coaduna com o respeito a leis.

Assim, segundo Vellinho a rebelião de 35 não se presta a este confronto, porque iria brotar “fora das nossas fronteiras, a planta monstruosa do caudilhismo”. Isso levou os rio-grandenses a apresentarem uma consciência de seu arranjo político dentro do “complexo luso-brasileiro”. Eles sabiam que a antiga Capitania d’El-Rei era parte integrante de um vasto país cioso de seus domínios. O isolamento físico, que os “devaneios da política positivista

chegariam a graduar em ‘fatalidade geográfica’” (VELLINHO, 2005, p. 158) <sup>244</sup> jamais evitaram a integração sob a configuração social e psicologia do Rio Grande do Sul. As fatalidades do meio cósmico nunca impediram a integração com a nação, pois a condição de fronteira suplantaria qualquer diferença física em relação ao todo nacional.

E, na repressão ao caudilhismo, desde Artigas, Rosas a Solano López, “os Farrapos depuseram as armas, considerando que era preferível capitular a ver o Rio Grande exposta às ‘iniquidades’ do caudilhismo”. (VELLINHO, 2005, p. 160). Percebe-se que a Farroupilha é o momento da formação rio-grandense em que os predicados de ser fronteira mostraram-se ao máximo e que a Farroupilha, ao contrário da Revolução de 1930, não foi desvirtuada de seu plano original: Salvar o todo nacional. Portanto, a Farroupilha é representada, como uma forma de repensar a experiência política a partir da Revolução de 1930. E vai ficando mais evidente o conteúdo desta crítica: a filosofia liberal da história de Vellinho. Quando o Brasil está ameaçado, os liberais do Rio Grande do Sul estão prontos à defesa de sua integridade, de suas leis e de sua liberdade, isto é, prontos à defesa contra governos autoritários e centralizadores.

A Farroupilha mostraria o Rio Grande a oferecer a prova da impossibilidade do caudilhismo “entre nós”. A disposição entre os líderes farroupilhas era para as formas orgânicas das instituições. A República de Piratini era mais que uma causa regional, “Firmados nesses propósitos de respeito à ordem civil prova o ânimo legalista dos rebeldes. Em 35 o espírito de fidelidade às instituições civis mostra o repúdio ao mandonismo [...] inerentes à configuração do caudilhismo”. (VELLINHO, 2005, p. 162). Nem mesmo a derrota final fez ceder ao caudilhismo. Os farrapos não se deixaram contaminar.

Os motivos e ideias que levaram os rebeldes rio-grandenses à madrugada republicana de Piratini não se compadeciam com as formas de tirania incubadas por condições históricas e sociais de todo avessas à nossa formação [...] o movimento de 35, sem qualquer afinidade com a pesada maré de anarquia que assolou o Prata, mas antes substancial e ostensivamente ligado ao surto de agitações liberais que ao tempo sacudiram o país de norte a sul, deixou bem clara, desde logo, sua incompatibilidade com as soluções discricionárias. Em face dos agravos que Província vinha suportando nos seus brios e nos seus interesses, os rio-grandenses sublevaram-se. (VELLINHO, 2005, p. 163).

O comando militar farroupilha assumiu o modo de uma função delegada, pois pela causa respondiam um punhado de “patriotas vigilantes”, a crítica não poupava nem mesmo os chefes de maior hierarquia, pois “Entre os rebeldes imperava, sem dúvida, um ativo

---

<sup>244</sup> Crítica ao PRR da qual participou Vellinho.

sentimento de zelo democrático”. (VELLINHO, 2005, p. 164). Entre os farroupilhas, haveria o avesso dos caudilhos do Prata e o avesso da Era Vargas.

O poder pelo poder nunca subiu à cabeça dos farroupilhas. O que eles queriam era os direitos locais. Os farroupilhas empenharam-se por um sistema político de autonomia regional. Queriam também para as demais províncias, contando que a unidade nacional fosse mantida. Conforme Vellinho, a Farroupilha entra na história do Brasil como um de seus capítulos mais nobres e “A límpida bravura dos brasileiros do extremo sul [...] pertence, decerto, ao patrimônio comum da nacionalidade”. (VELLINHO, 2005, p. 165). A Farroupilha rompia as medidas regionais, se “os revolucionários foram até à separação e à república, porém tudo isso ainda era obra de brasileiros”. (VELLINHO, 2005, p. 165). A filiação da Farroupilha estava na condição de brasilidade e a brasilidade nascia na defesa da fronteira. O entendimento da Farroupilha entre as revoluções brasileiras e a legitimidade de sua extração nacional comprovam que a “nossa vocação para a unidade nunca se apagou na alma dos republicanos de 35”. (VELLINHO, 2005, p. 166). Pensar distinto disso é característica da “imaginação desocupada” (VELLINHO, 2005, p. 167) e também

mera fantasia literária [...] Nada mais que contrabando livresco, usado principalmente para animar efabulações inconsequentes e dar colorido a perorações de comício. Ou então quando a irresponsabilidade dos demagogos conclama os gaúchos a saltarem de suas fronteiras e ganharem o Brasil para o Rio Grande [...] (VELLINHO, 2005, p. 167).

O autor quer operar o controle do imaginário sobre a *formação* rio-grandense e a Farroupilha. O que estiver fora da sua interpretação “científica” do passado (não se pode esquecer que escrevia no lugar legítimo de produção do conhecimento histórico: o IHGRGS) seria imaginação desocupada ou fantasia literária usada para fins políticos. De uma maneira ou de outra, controlava o imaginário da historiografia e do romance histórico. Ele que fez a passagem da crítica literária à historiografia. Vellinho quer em um lance colocar todas as teses diferentes da sua no campo da fantasia, do ficcional ou do político, cabendo a si fazer ciência. Tanto em suas polêmicas como crítico literário quanto em seus debates historiográficos, sempre houve uma função política expressiva em seus escritos, mesmo que na época de crítico literário isso tenha sido mais intensivo. Com a aceitação científica e social das teses de Vellinho não é de estranhar que a contraposição a suas teses, em seu tempo, viesse do romance, pois “*Capitania d’El-rei*, representou em muitos pontos uma versão ensaística do romance histórico de Érico Veríssimo”. (RODRIGUES, 2006, p. 221). Contudo, Vellinho não

pode deixar de examinar o Estado Novo. E a saída teórica que consegue, para mostrar que a formação rio-grandense não permite a presença de caudilhos, foi original, pois

O que se pode admitir, a título de transigência, é que, se houve aqui vocações abusivas para a carreira, foram elas florescer e frutificar longe do Rio Grande, em ambiente menos prevenido contra os perigos do caudilhismo. Estamos pensando, é claro, em Pinheiro Machado e Getúlio Vargas, que tanto aperfeiçoaram, cada qual dentro de seu caráter próprio, mas já no cenário federal, seus pendores ditatoriais. (VELLINHO, 2005, p. 167).

Os pendores ditatoriais se manifestaram em três momentos: a) Pinheiro Machado; b) Getúlio Vargas; c) a Constituição Positivista (1891). Sobre Vargas, quem interessa diretamente a tese, diz Vellinho: “Quem ignora que só depois do idílio com a oposição, que teve com a consequência a Frente Única, é que ele, quebrando os compromissos democráticos daí decorrentes, foi testar suas veleidades de ‘caudilho manso’ longe do Rio Grande”. (VELLINHO, 2005, p. 168). Só longe do Rio Grande do Sul, terra da liberdade e da democracia nacional, floresceria o caudilhismo de algum gaúcho. Nesse momento, sua filosofia liberal da história torna-se evidente, pois, para Vellinho, infelizmente, e isto é muito importante para o seu raciocínio, os “velhos republicanos fecharam suas portas às lições que ao mesmo tempo acenavam da vertente liberal que domina o processo político rio-grandense”. (VELLINHO, 2005, p. 170). E prossegue:

Nota-se ainda que essa política de áspero exclusivismo, de monopólio da coisa pública, teve, por ação de contraste, um efeito salutar: serviu de estímulo a uma oposição intrépida e tenaz, também polarizada em partido, e cujas raízes se nutriam justamente da seiva liberal de 35, que o partido situacionista cometera a imprudência de regular. Essa fidelidade à constante democrática das nossas tendências políticas deu a oposição rio-grandense uma força de vida que lhe permitiu transpor sem maior desgaste o longo recesso que a ditadura Vargas impôs as organizações partidárias. O pequeno Partido Libertador foi, com efeito, o único em todo o país que sobreviveu à devastação. (VELLINHO, 2005, p. 171).

Quer dizer que, de alguma forma, sobreviveu à “seiva liberal de 35” ao longo da história e se conservou, mesmo que reprimida por Getúlio Vargas, no Partido Libertador. A ideia de liberdade que existe desde a formação do Rio Grande do Sul teve seu ápice na Farroupilha, e em momentos específicos da história sulina sempre se manifesta em ocasiões em que a liberdade concreta está ameaçada, pois o sentido final imanente da história no escrito de Vellinho é a liberdade. Se a Revolução de 1930 não conseguiu concretizá-la, ela sobreviveu a esse período no Partido Libertador.

Contudo, o historiador ainda está em busca da explicação sobre a existência de caudilhos no Rio Grande do Sul. Se, no Rio Grande, não houve oligarquias militares ou civis, onde então estaria o suposto caudilhismo rio-grandense? Se não há caudilhos de geração espontânea, seu surgimento implica uma composição social peculiar. As condições que produziram os caudilhos do Prata não poderiam esclarecer o aparecimento de caudilhos na *formação rio-grandense*, pois “A História não conhece germinações gratuitas. É por isso que, à míngua, de atmosfera propícia, certos líderes que nascem sôfregos de autoritarismo, ou provocam o protesto revolucionário, ou vão tentar fortuna fora do Rio Grande. O pior é que às vezes são bem-sucedidos [...]”. (VELLINHO, 2005, p. 173).

No Rio Grande, por sua formação, não teria como haver caudilhos. O que poderia haver é que alguém propenso ao autoritarismo no Rio Grande o exerceria fora desse Estado, o que, para o Vellinho, era o caso de Vargas. Desse modo, seu pensamento político, sua filosofia da história, teria uma base regional. Isto é, só seriam válidos dentro dos limites do Rio Grande e pelo fundamento que permeia a identidade do gaúcho: a fronteira. Longe da fronteira, a ideia ou o espírito da liberdade e da democracia não estariam assegurados. Portanto, no argumento de Vellinho haveria, contraditoriamente com o seu raciocínio anterior, duas entidades separadas: o Rio Grande do Sul e o Brasil. Pois, o que acontece num, necessariamente não acontece no outro. E, no caso do caudilhismo, acontece o oposto.

Vellinho continua argumentando que se constituiu no Rio Grande do Sul o respeito à ordem legal. Mesmo com a proclamação da República Rio-Grandense, em 1836, a autoridade iria bipartir-se, porém não desvaneceria como expressão legal:

Os homens de 35 romperam com o Império mas se conservaram fiéis aos hábitos de disciplina jurídica e social que entre nós tinham o poder catalisador de uma velha tradição [...] Por isso mesmo os chefes farroupilhas procuraram sempre resguardar as instituições legais. Tudo eles perderiam, ao longo de dez anos de luta – os bens, a vida, a própria causa – mas nunca perderam o zelo pela organização civil da ordem revolucionária. (VELLINHO, 2005, p. 175).

Foi sob o símbolo político que se originou a conquista da fronteira meridional do Brasil e isso “quer dizer que os fronteiros do Rio Grande estiveram desde logo enquadrados no amplo movimento de integração da nacionalidade”. (VELLINHO, 2005, p. 178). Disso resulta que “A essa altura já tinha o Rio Grande construído a sua legenda guerreira. E essa legenda que funde espiritualmente as gerações entre si e lhes dá a substância histórica que as vincula ao todo nacional”. (VELLINHO, 2005, p. 179).

Além da cooperação do Rio Grande na defesa da honra e integridade da nação, “nossas próprias revoluções sempre animadas por aquilo que se pode chamar consciência de integração nacional”. (VELLINHO, 2005, p. 181). Essa “vocação” para a integração   uma das heranç as que se debita ao “gênio aglutinador do português”. E essa constituição e uniformidade permaneceram vigentes ao “nosso campeador”, que na imagem do gaúcho concentrou a sua composição  tica de todos os rio-grandenses identificados com o território meridional ou por filiação histórica, por aculturação ou adesão afetiva. Assim,

O tipo do gaúcho [...] emancipou-se da estrita contingência histórica e desbordou de sua paisagem nativa para sobreviver como ideia-força [...] A velha Província de São Pedro já teria perdido a consciência de seu *ethos* se o gaúcho, redivivo, não continuasse em guarda, velando pela chama que uma vez foi acessa nestes confins. (VELLINHO, 2005, p. 182).

Essa última citação é uma síntese dos fundamentos do texto do historiador. O gaúcho, desde a sua formação histórica até os dias presentes da escrita de Vellinho, mant m um modo de ser, uma característica, um *ethos* em uma linha de continuidade, na sua *formação*, do passado com o presente em termos da defesa das nacionalidades; o que surgira como contingência histórica revive como ideia através da história. O gaúcho em sua finalidade histórica, de sentinela da fronteira, está vigilante pela liberdade nacional.

Os empreendimentos intelectuais de  rico e Vellinho não podem deixar de serem comparados. Se não existe uma disputa aberta entre eles acerca da interpretação da *formação* do Rio Grande do Sul,   possível analisar que há representações diferenciadas desse processo. Vellinho propunha uma narrativa em que a formação histórica sulina nascera da colonização portuguesa de desbravamento e conquista da América. Diferentemente, Verissimo admitia que a formação histórica do Rio Grande do Sul se relacionava com a história indígena e   seu ponto de partida no capítulo “A fonte” (primeiro capítulo de *O continente*), onde narra a história de Pedro Missioneiro, e depois em “Ana Terra” (segundo capítulo), onde narra o romance de Pedro Missioneiro e Ana Terra, em que as culturas indígena e portuguesa metaforicamente se unem na formação histórica gerando o filho do casal, meio  ndio e meio português, Pedro Terra.

Em Vellinho, a *formação* histórica do Rio Grande, além de suprimir o indígena, opera outra oposição: o platino e o brasileiro, ou, mais especificamente, o gaúcho platino e o gaúcho rio-grandense. O gaúcho brasileiro não poderia, na visão de Vellinho, estar associado a supostas característica bárbaras dos indígenas (como ocorreria no gaúcho platino), sendo, por conseguinte, a formação do Rio Grande do Sul um produto da civilização europeia, já que

para Vellinho as instituições, a democracia e a liberdade só seriam possíveis sem o barbarismo indígena e o caudilho. Verissimo, em “Um certo capitão Rodrigo”, creio que faz o que havia proposto para *O continente*: se aqui ele problematiza a história da *formação* do Rio Grande do Sul, em “Um certo Capitão Rodrigo” problematiza a Farroupilha via romance, isto é, as teses correntes e mais aceitas do período (caso da obra de Vellinho) são contraditas por Verissimo. Dois momentos do *O continente* são importantes para frisar isso. Ao contrário de Vellinho, que inicia a formação com os portugueses, Verissimo inicia a *formação* com os Sete Povos das Missões; e o mais importante para a pesquisa: Vellinho desvincula a Farroupilha do Prata e, ao contrário, Rodrigo entra em Santa Fé, vindo das Guerras Cisplatinas de onde traz trejeitos, palavras, costumes e o nome do seu primogênito.<sup>245</sup>

Apesar destas diferenças, os autores tinham suas semelhanças. Além de terem um projeto intelectual sobre a *formação* histórica do Rio Grande do Sul, ambos partilhavam o apoio a Revolução de 1930 e, depois do fim do Estado Novo, partilharam a crítica ao Estado Novo. E a Farroupilha entrou na história da formação rio-grandense nessa perspectiva. Em ambos, a Farroupilha foi um tema em que o presente da escrita entra como uma marca da criação do passado escrito. Há, nos dois os autores, uma crítica política de cunho liberal na interpretação da Farroupilha, mas que se vincula a uma crítica no presente ao período do Estado Novo. Verissimo é mais sutil e sofisticado aos excessos e intervenções do governo,<sup>246</sup> Vellinho é mais incisivo na crítica e, além de conceber a história como um processo com um fim a ser realizado, faz uma ligação direta entre a Farroupilha e a Revolução de 1930.

Mais um período de escrita da Farroupilha é investigado. E em mais um período as marcas do imaginário se encontram na escrita. A *poieses*, a criação, é em parte determinada pela releitura do presente. A ficção do romance e a historiografia sobre a Farroupilha, neste período pela primeira, vez divergem sobre o controle do imaginário. A partir de um questionamento epistemológico da história, Verissimo encontra um lugar para, mais livremente que todos os romancistas até então, escrever e problematizar a Farroupilha. O seu entendimento da *formação* e da Farroupilha vai contra o cânone estabelecido pelos principais intelectuais do IHGRGS do seu período (entre eles, Vellinho). Em relação à pesquisa

<sup>245</sup> Gutfreind (1992, p. 99) comenta que “Enquanto a matriz lusa da historiografia sulina se esforça em construir uma imagem otimista do Rio Grande do Sul e do gaúcho, a literatura desenvolvia a criação de outra. Relacionando a literatura e a história, pode-se afirmar que nunca a literatura foi tão história quanto neste momento, no sentido da aproximação com a realidade concreta sulina”. Parece o contrário, que a literatura nunca foi tão ficção, pois se fosse história teria que respeitar os critérios da racionalidade historiográfica do período ou os supostos conhecimentos da historiografia.

<sup>246</sup> Apesar de o imaginário do período estar presente em *Um certo Capitão Rodrigo*, é em *O arquipélago*, terceiro tomo de *O tempo e o vento*, que Verissimo reconstrói a história da família Terra-Cambará no período de atuação política de Vargas.

historiográfica atual, as teses históricas romanceadas de Verissimo são mais condizentes com o que se sabe, atualmente, do passado sul-rio-grandense do que a pesquisa histórica de Vellinho. E assim pode-se fazer a seguinte pergunta: Entre Vellinho e Verissimo, quem fez história e quem fez ficção?

Pode-se levantar a hipótese, que não pretendo comprovar ou pesquisar, mas que pode ser um norte a partir de agora para a tese (devido ao questionamento de Verissimo), de que a predominância da historiografia no controle e veto do imaginário não seja mais tão preponderante como fora anteriormente. Mas o interessante é que o romance de Verissimo é mais factível atualmente que a historiografia de Vellinho. Portanto, o que seria no tempo de Verissimo e Vellinho, o texto ficcional de Verissimo e as “sentenças científicas” de Vellinho, hoje parece o contrário, mesmo que Verissimo crie personagens fictícios, há mais verdade nos personagens fictícios dele que nos personagens “reais” de Vellinho. Portanto, o que fica de central, no questionamento de Verissimo é, para a tese, aceitar o elemento de ficção que há na escrita da história, algo que as fontes textuais analisadas anteriormente não nos autorizavam a cogitar. Agora se está, a partir da análise das fontes textuais, autorizado a pensar dessa forma em relação à escrita da Farroupilha.

No período que vai do fim do Estado Novo, em 1945, até o golpe militar em 1964, foram produzidas e publicadas as obras aqui analisadas. Ao mesmo tempo, muitas mudanças ocorreram na sociedade brasileira nesse período. Simultaneamente à redemocratização, em que houve a polarização da vida política nacional entre PTB e UDN, mediados pelo PSD, sempre se esteve cercado por instabilidades políticas de golpes, passando pelo suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio, a Legalidade em 1961 até desaguar em 1964, na quebra da ordem constitucional. No campo econômico, a industrialização muda a cara do Brasil em seus grandes centros urbanos do Sul e Sudeste. Há, assim, um grande aumento da massa de trabalhadores urbanos no país. Desse modo, socialmente o Brasil de norte a sul vive um período de intensa atividade política nesse período de Guerra Fria. No campo e na cidade, os trabalhadores organizam-se para conquista de mais direitos sociais e políticos. Nesse período de polarização social e política, uma filosofia e teoria social ganha relevância na interpretação da realidade brasileira: o marxismo. O presente, o passado e o futuro da nação passam a ser interpretados a partir da necessidade revolucionária de superação do atraso brasileiro, para enfim o país entrar na modernidade. O golpe civil-militar de 1964, resultado de todas essas disputas no interior da sociedade brasileira (e com apoio externo estadunidense), coloca um fim a disputas pela via democrática, mas, ao mesmo tempo, a sociedade se move para novos conflitos que se dão de outras maneiras. A Farroupilha não poderia ficar de fora – como não

havia ficado antes – dessas movimentações no tecido social brasileiro em luta por reconhecimento em que o imaginário sobre a Farroupilha conhecerá novas modificações.

### **CAP. 7 A Farroupilha: entre a crítica e a pesquisa universitária**

Após o golpe civil-militar de 1964, o Brasil entra em outro momento da sua história. A democracia e as esquerdas saíram derrotadas (não que a esquerda e a democracia sejam ou fossem naquele período sinônimos) e o país ingressara em um novo período autoritário. No conjunto, esse período reiterou o papel primordial do Estado e a fraqueza das propostas liberais e, já em fins da década de 1970, “a ditadura suscitara uma contradição básica. Impulsionara a modernização do país, sofisticando as estruturas de sociabilidade e potencializando as aspirações por direitos, mas negou-os na prática”. (REIS, 2013, p. 24).

Para Reis, a ditadura civil-militar instaurada sem um tiro manteve mais do que rompera tradições com o passado. O golpe fora uma frente heterogênea unida pelo medo das reformas do governo Jango na paisagem da Guerra Fria, que pretendia “salvar” a democracia erradicando qualquer lembrança ou prática varguista na modernização do país. Entre 1967 e 1974, a ditadura abateu as oposições e solidificou um modelo de modernização conservadora e ditatorial, estimulada pelo Estado, recuperando o padrão nacional-estatista. Abandonou-se a aspiração liberal de eliminar o legado varguista. O entendimento do valor do Estado fora resgatado. Completou-se o projeto industrial proposto pelo Estado Novo, articulando o capital nacional ao estrangeiro.<sup>247</sup>

E é nesse período de autoritarismo civil-militar que as obras analisadas aqui se enquadram. A seguir, são analisados um livro e dois artigos. O romance *A prole do corvo*, do literato Luiz Antônio de Assis Brasil, e dois artigos de Pesavento. Com um momento político e intelectual diferente da geração anterior, outros significados iriam aparecer na escrita desses autores. Sai o liberalismo, entra o marxismo;<sup>248</sup> sai a democracia, entra a ditadura. A universidade e os cursos de pós-graduação são, nesse período, os campos de produção

<sup>247</sup> Partindo do entendimento de que uma ditadura é um estado de exceção, Daniel Reis acredita que este regime existiu no Brasil de 1964 a 1979 e que o período de 1979 a 1988 seria um período de transição democrática. Essa sua periodização de ditadura civil-militar gerou enorme controvérsia na historiografia. Tanto Melo (2012) quanto Maestri (2014) criticam essa periodização de Reis, pois acreditam que o Reis tem uma visão formalista da democracia e que, para fazer tal periodização, Reis não levou em conta as estruturas de classe em conflito, e que essa periodização de Reis só observaria eventos políticos superficiais e jogos de memória.

<sup>248</sup> “[...] enfatizamos aqui que a influência do marxista recente na produção intelectual geral e dos historiadores brasileiros, em especial, deve ser necessariamente levada em conta para fins de análise historiográfica”. (DIEHL, 1999, p. 247).

intelectuais socialmente reconhecidos. O conhecimento e o debate sobre história e literatura saem dos jornais, do IHGRGS, de revistas literárias, da Academia Rio-Grandense de Letras, e foram para o campo universitário. A separação entre política partidária ou administrativa e ciência (escrita) institucionaliza-se com os cursos de pós-graduação. A ciência historiográfica parece, finalmente, estar longe do cotidiano da política. Ledo engano. Se há uma institucionalização do campo intelectual nas universidades e um afastamento da política administrativa e partidária por parte de alguns intelectuais, nem por isso há um afastamento da política enquanto disputas de projetos sociais, desenvolvimento econômico, modernização e destino da nação.

Se a produção do saber se dá nas universidades, a arma de combate, em geral, para os intelectuais é a crítica, principalmente, via marxismo ou estruturalismo. Para essa geração, haveria que se repensar todo o saber sobre o Brasil, pois tudo intelectualmente até então ou fora feito pela elite oligárquica, ou era conservador. Queria se revolucionar o conhecimento e transformar o Brasil, e fazia-se tudo em nome da *crítica*, em especial a das ideologias. No Rio Grande do Sul, as reformulações da geração de 1980 não aconteceram longe da atmosfera de crítica ideológica predominante no regime militar e em relação à forma literária e historiográfica anterior. Sobre a crítica à geração anterior, vê-se que

pelo índice de *Cultura e ideologia* já seria suficiente para confirmar a suspeita de que os autores clamavam, em plena campanha pela anistia, pelo rompimento ético com uma tradição literária referida em sentido amplo, descrita como “teoricamente deficiente, anacrônica e reacionária”. Enquanto os historiadores enumeravam, em tom de denúncia, a função ideológica dos mitos da “produção sem trabalho”, da “democracia rural” e da miscigenação que não houve, teóricos da literatura também ocupados com *as mentiras sobre o gaúcho* reviraram o baú literário da província atrás de algumas vestes de modernidade, mas o que encontraram foi a marca localista e conservadora da ficção *regionalista* produzida no Rio Grande do Sul. Ao retrazar as linhagens das quais descendia, essa primeira geração de estudiosos pós-graduados forneceu, assim, mais um contraponto aos antecessores do que uma tentativa de compreender o tipo e o grau de legitimidade desfrutado por aquela produção. (NEDEL, 2007, p. 408-409).<sup>249</sup>

O entendimento de que a geração de 1980, junto com o advento dos cursos de graduação e pós-graduação em História e Letras, iniciou uma historiografia (e uma historiografia da literatura) “*objetiva, crítica e isenta* faz coincidir a superação de um modelo

<sup>249</sup> Para Nedel, os intelectuais que rompem com esta postura de denúncia foram Ruben Oliven (1992) e Maria Eunice Maciel (1994). Acrescentaria também Chiappini, que na conclusão do seu livro *Regionalismo e modernismo* (1978) (sua tese de doutorado de 1974), problematiza as conclusões de sua própria tese, e é uma também uma distensão em relação a denúncia ideológica nos saberes ligado ao regionalismo rio-grandense.

atrasado de interpretação histórica com a influência dos estudos desenvolvidos no centro do país, em especial a USP”. (NEDEL, 2007, p. 425).

As pesquisas historiográficas no Rio Grande do Sul, realizadas a partir da década de 1980, exibem um expressivo acréscimo de produção, sempre que confrontada com décadas anteriores. Começava uma nova maneira de se escrever a história no – e do – Estado, cuja ocorrência é conferida ao surgimento dos programas de pós-graduação. Antes do predomínio da pesquisa universitária, os intelectuais do IHGRGS estavam preocupados em procurar “no passado uma herança comum aos gaúchos, dividindo suas ocupações entre a escrita da história, a direção de instituições e a militância política”. (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 166).<sup>250</sup> Em torno do IHGRGS, tais intelectuais contribuíram para a embrionária especialização da história, assim como para a pesquisa da “origem” do Rio Grande do Sul. Isso foi feito através de uma epistemologia em que o objeto de investigação era uma realidade exterior à problemática histórica por eles levantada. O documento seria o reflexo da verdade e a ele se deveria a objetividade da história. Portanto, as intelectuais do IHGRGS ofereceram aos farroupilhas e aos agentes da colonização lusitana o título de “fundadores do Rio Grande”. Consequentemente,

as primeiras “críticas” da produção dessa geração clamavam pelo estabelecimento de um compromisso de ruptura com aquela tradição historicista. A maioria dos autores fornecia, entretanto, mais um desmentido que uma tentativa de explicação à legitimidade desfrutada pelo “mito” do gauchismo e seus derivados, como a democracia racial/rural e da produção sem trabalho, entre tantos outros, como imperantes da vulgata regionalista. De outra parte, o clima do ainda vacilante processo de abertura política conferia um teor especial a esses trabalhos inaugurais. (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 166).

Segundo Nedel e Rodrigues, teria havido uma transformação na maneira de escrever a história no Rio Grande do Sul na década de 1980. Essa análise coincide com as mudanças e o nascimento de uma historiografia a partir das universidades, em particular de cursos de pós-graduação.<sup>251</sup> De 1950 até a época presente, uma das transformações mais importantes para a história foi a requisição do título de pós-graduação para a atividade da docência em ensino superior, expandindo “o mercado de trabalho para o historiador e tornando obrigatória a sua passagem pela atividade investigativa”. (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 182). Na década de 1950 até o início dos programas de pós-graduação em História, a universidade reproduziu a

<sup>250</sup> As autoras citam os exemplos de Mansueto Bernardi, Darcy Azambuja, Othelo Rosa, Moysés Velhinho.

<sup>251</sup> “De tal modo, que concomitantemente a institucionalização do saber histórico pela universidade, sobretudo nos cursos de pós-graduação, advém igualmente a sua transformação nos processos subjacentes a própria ciência histórica”. (DIELH, 1999, p. 262).

divisão de tarefas que atribuía ao IHGRGS a incumbência da pesquisa e aos cursos de Geografia e História competiam, somente, os papéis de ensino e formação de professores. “Entretanto, o ‘golpe final’ parece ter sido possível apenas na década de 1980, quando autores formados no meio universitário, de posse de novos instrumentos de análise, assumiram a missão crítica de rompimento com a tradição dos anos de 1930”. (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 183).

Haveria, então, uma tradição de análise em voga na historiografia crítica dos anos 1980 que, preferencialmente, analisou as ligações entre a) a ideologia política, b) a posição de classe social e c) as teses dos historiadores dessa época. (RODRIGUES, 2006). E não há somente uma mudança epistêmica ou de espaço de produção entre uma geração e outra, pois se sabe que

Essa mudança é demarcada com base na hipótese de que a construção da legitimidade “científica” universitária no campo da história teve de ser acompanhada pela construção de uma nova identidade para a história dos historiadores, que supervalorizou uma diferenciação epistemológica em relação à historiografia anterior, externa a universidade. (RODRIGUES, 2006, p. 13).

No Rio Grande do Sul na década de 1980, a historiografia universitária recorrerá à aproximação com as ciências sociais e a economia, “na busca de se diferenciar de sua maior ‘adversária’ no momento, a historiografia ‘ideológica’ e oficial”. (RODRIGUES, 2006, p. 21). As metodologias de pesquisa daquelas disciplinas, de institucionalização universitária mais antiga no Brasil, ofereceram para esta geração de historiadores universitários “uma história científica em contraposição a uma historiografia considerada nacionalista, ideológica e conservadora” (RODRIGUES, 2006, p. 21) e “pode-se propor que a diferença mais importante entre elas seja a substituição de uma dialética entre miscigenação e móvel político [...] por uma dialética do desenvolvimento econômico e das lutas de classe”. (RODRIGUES, 2006, p. 222).

Se a historiografia foi marcada pela ascensão dos cursos de pós-graduação e por modelos teóricos estruturalizantes da explicação do passado, o romance com a ascensão dos cursos de pós-graduação em Letras sofre impactos semelhantes. Para Fischer (2004, p. 116),

Neste período, houve claramente uma migração, fenômeno não particular do Rio Grande e, pelo contrário, comum a grande parte do mundo ocidental: a diminuição da força e mesmo da presença do debate cultural e da crítica literária nos jornais, que corresponde a um incremento das carreiras universitárias na área de Letras, Humanidades e Jornalismo.

A partir da década de 1970 e com consolidação na década de 1980, a universidade canalizou “grande parte das energias do debate literário e obrigavam a uma linguagem cifrada, por exemplo no sarampão estruturalista que dominou a cena acadêmica dos anos 1970”. (FISCHER, 2004, p. 117). Além da mudança teórica, houve a mudança do lugar literário. Assim como no campo da história, cria-se um campo específico da literatura nas universidades. Para se escrever sobre a história ou sobre a literatura a partir desse período, cria-se a exigência de expertise específica adquirida em cursos de graduação e pós-graduação. Cria-se um campo epistêmico e social de reconhecimento da história e da literatura como socialmente legítimos.<sup>252</sup>

Fischer escreve que houve duas gerações na história literária rio-grandense no século XX. A primeira desenvolveu-se no período, assistindo e participando dos anos de Vargas no poder, entre 1928, quando o líder político assumiu o governo do Rio Grande do Sul, e 1954, quando comete suicídio e causa uma revolta popular na Capital do Estado; a segunda geração, segundo Fischer, não concluiu o seu ciclo, e em matéria de experiência política assistiu surgir, desenvolver-se e findar a ditadura militar implantada com o golpe de 1964 e terminada em 1985. Para o autor, são “duas gerações de escritores, dois ciclos da modernização autoritária no país”. (FISCHER, 2007, p. 427). Compreende Fischer (2007, p. 427) que

Vistas de panorama, as duas gerações apresentam semelhanças, como o apreço pelo romance – bastaria lembrar essa afinidade entre o grupo geracional de Érico Veríssimo e Dyonélio Machado, e o de Luiz Antônio de Assis Brasil e Moacyr Scliar –, romance colocado a serviço da reflexão histórica e social, de seu lado, Érico e seus contemporâneos acompanharam a chegada da cidade moderna [...] assim como a ascensão de um certo modo sul-rio-grandense de praticar política e a administração, encarnado em Getúlio; do lado da geração seguinte, foi o tempo de averiguar os estragos da ditadura, incluindo a morte da vida cultural livre, o cerceamento da inteligência, a subida fulminante da televisão num país que não tinha universalizado sequer a escola primária.

Uma diferença entre as duas gerações foi, segundo Fischer, que a primeira teve uma grande vocação poética (Mário Quintana), o que não sucedeu com a segunda geração. Do lado do romance, a escrita segura dos narradores do romance de 1930 dá lugar, na geração ulterior, “a um tom muitas vezes melancólico, rememorativo, ou francamente inseguro”. (FISCHER, 2007, p. 428). Os caminhos das duas gerações se fizeram acompanhar por instituições de importância, que foram lugares constituídos de valor simbólico para tais romances, como foi o

<sup>252</sup> Continua-se a produzir o saber sobre romances e história fora das universidades, mas sem mais o reconhecimento social e epistêmico de antes. Contudo, no fim dos anos de 1990 há uma demanda por leitura de história que esta sendo suprida por historiadores não acadêmicos. Sobre isso, ver Malerba (2014), “Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre *Public History*”.

caso da Livraria e Editora Globo, para a primeira geração, e depois, o Instituto Estadual do Livro e a Feira do Livro de Porto Alegre, para a segunda.

Esta segunda geração experienciou, ainda jovem, o movimento da Legalidade, quando existiu um suposto consenso político em volta de Leonel Brizola, estertor, segundo o autor, da força da política sul-rio-grandense no plano nacional e

trata-se igualmente da geração que foi atropelada pelo golpe de 64, pelo fechamento do regime militar em 68 e pelos sombrios anos subsequentes, que se arrastaram lentos até a nova movimentação da sociedade, nos últimos anos 70, com a campanha pela anistia, pela constituinte e pelas diretas, tudo isso culminando com o grotesco episódio da eleição indireta de Tancredo e Sarney. (FISCHER, 2007, p. 445-46).

Como lugar de divulgação e produção dos romances, o Instituto Estadual do Livro teve o projeto de reacender, em novo estágio, a circulação dos livros dos novos escritores gaúchos

animados de espírito público e interesse na divulgação de literatura, inclusive por motivos simplesmente de ampliar a democracia e combater pouco a pouco a ditadura e a burrice, fizeram desabrochar um fenômeno exclusivo do Rio Grande do Sul, relativamente a outros estados: o Instituto Estadual do Livro (IEL) como uma entidade ativa, que se encarregou de fazer circular a literatura antiga e recente produzidas no estado, em escolas e feiras pelo território todo. (FISCHER, 2004, p. 117).

Luiz Antônio de Assis Brasil nasceu em Porto Alegre em 1945. Ainda como os escritores da geração anterior, ele não é formado em Letras, graduando-se em Direito em 1970 pela PUCRS. Contudo, já nos moldes da nova geração obteve o doutorado, em 1987, em Linguística e Letras pela mesma instituição. Também, desde 1975, é professor da PUCRS, função que exerce até hoje. Desde 1985, Assis Brasil ministra a oficina de criação literária no curso de pós-graduação em Letras da PUCRS, a mais antiga do país e de funcionamento ininterrupto. Se à geração anterior à de Assis Brasil primeiro vinham os cargos públicos, o jornalismo e depois o romance, a geração de Assis Brasil (e mesmo ele) também trabalhou no aparato do Estado. Entre 1983-1986, Assis Brasil foi diretor do IEL e, de 2011 a 2014, foi secretário da Cultura do Rio Grande do Sul.

Sua produção literária é vasta e continua até os dias de hoje. Iniciou sua carreira de romancista em 1976 com a publicação de *Um quarto de légua em quadro*, onde narra a colonização açoriana no sul do Brasil. Em 1978, publica *A prole do corvo*, romance

ambientado durante a Farroupilha.<sup>253</sup> Este livro tem as marcas do imaginário do período: a revisão crítica, através do romance, da história da Farroupilha. Nesse livro, como percebem todos seus comentaristas, ele *dessacraliza, desmitifica* a Farroupilha. Isto é, para o período de sua escrita Assis Brasil ofereceria uma intriga até então inédita sobre a Farroupilha, uma narrativa que a mostra em sua realidade, em contraposição à geração anterior da historiografia e da literatura, que, para tais comentaristas, teria sacralizado e mitificado a Farroupilha.

O narrador começa *A prole do corvo* com Chicão gritando “Ora, dane-se! dane-se o Bambá!”. E a narrativa de romance mostra, de início, a que veio. Bambá ou Bambaqueré era como os opositores de Bento Gonçalves o chamavam de modo pejorativo. Com isso, o narrador quer apresentar outra faceta deste personagem que, acredita, ficou submersa no período anterior: o anti-herói. De início, a função crítica do texto se aclara e o imaginário do período se mostra no romance.

O coronel Francisco de Assis Henriques de Paiva, conhecido como Chicão, reclamava a Dona Clarinda, sua esposa, e a Laurita, sua filha, as novas requisições dos republicanos por cavahada. Em vez de correr a tiros o major farroupilha Firmino, Chicão oferecera duzentos potros mansos. Ainda deu sugestões de como aproximar-se dos outros estancieiros. Primeiro precisaria falar que a república ia mal de dinheiro; depois indagar pelo tempo, pela cavahada e como quem desconversa adular pela vaidade falando que tem a melhor estância da região e, por fim, falar que o próprio Bento Gonçalves se lembrara dele e que depois de finalizada a revolução o próprio líder dos farrapos iria comer um churrasco com ele. Voltando-se para Laurita, sua filha, diz que o pior de tudo era só ter um papel em que se garantia pagar os duzentos potros quando o governo puder. Chicão falava que era mais uma invenção do Bambá.

Se os intelectuais do período anterior mitificavam a Farroupilha quando apresentavam a revolução como o ponto de liberdade e de vitória do Rio Grande do Sul, em *A prole do corvo* narra-se a Farroupilha, não sem razão no ano 1844, ano que a revolução chegava ao fim e definhava. Por isso, a necessidade de requisições de cavahadas sem a garantia de pagá-las e com os estancieiros que cediam os cavalos ficando revoltados com o Bambá que de herói passa a mentiroso.

---

<sup>253</sup> “Ao se pensar referida obra no contexto de produção do autor, percebe-se que faz parte de uma trilogia, composta pelos romances *Um quarto de légua em quadro* (1976), romance de estreia do escritor, seguido de *A prole do corvo* (1978) e, por fim, *Bacia das almas* (1981). A referida trilogia é denominada ‘trilogia dos mitos rio-grandenses’, pelo fato de todos esses romances, de algum modo, tratam de aspectos que se referem à história do Rio Grande do Sul”. (COSTA, 2014 A, p. 95).

Aos 20 anos, Filhinho ainda não sabia o que pensar da revolução. Sabia ele que se guerreava distante. Seu pai (Chicão) a arrenega, entretanto, o vigário considerava que a guerra às vezes auxilia a reparar a situação. Laurita (sua irmã) diz que era melhor que estivessem todos trabalhando, em tranquilidade, todos cuidando de suas terras e famílias. Seu o marido fora para a guerra, assumiu o lado dos revolucionários. Quem sabe fora ferido, quem sabe até pensando nela. As cartas têm rareado para ela, e não são mais saudosas.

Filhinho estava acostumado a que a irmã tomasse conta da casa, ordenando as criadas, até os peões e os escravos, nada escapa: o que vestir, o que comer, as limpezas, as engomadas de ferro. Ele, muitas vezes, foi tirado da cama para ajudar no campo. Laurita pensa em como falar a Filhinho tudo o que vem sucedendo na estância. Se não é ela, não se sabe o que seria de Santa Flora. Pensa em como chamar Filhinho a assumir as responsabilidades da estância.

Personagem principal do romance, Filhinho nem sabe o que pensar da Farrroupilha, ao contrário das gerações de romancistas anteriores, que mostravam os personagens decididos e com ideias firmes. Filhinho é um personagem sem a habilidade para lidar com a estância ou com vontade de trabalhar nas lidas campeiras que caracterizariam o rio-grandense. A maneira como o narrador chama o personagem principal – Filhinho – já é uma maneira de demonstrar sua fraqueza ou medo de assumir responsabilidades. Filhinho significa algo ou alguém sem coragem para assumir as mudanças ou responsabilidades, um personagem que vive protegido pela irmã.

Ao longe vinham dois cavaleiros com a farda republicana. Um era o major Firmino, a quem Filhinho pergunta a que vem. Firmino lhe responde que veio falar com o Cel. Chicão sobre assuntos de cavalo. Firmino perguntou qual seu nome, ao que lhe diz que é Filhinho. O major faz uma expressão de pasmado, ao que Filhinho lhe diz que esse é seu apelido e que seu nome é José. Nesse momento, surge Chicão vindo da sesta:

Dão-se as mãos, abraçam-se, Filhinho não entende o comportamento do pai. No outro dia, na hora da janta, excomungou todos os farrapos, estremeceu a casa, aos gritos de bandidos! ordinários! ladrões de gado! Agora desmancha-se todo para aquela bigodeira caída. Corre o mate, os dois conversam animadamente, Firmino batendo no joelho de Chicão, que, alegre, enche a cuida do outro. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 21).

Firmino vinha requisitar mais cavalos, Chicão fala que não tem mais cavalos e aconselha que Firmino peça para o Pacheco e, também, lhe diz que está ficando velho para a guerra. Nisso, o major Firmino aquiesce e diz que a guerra é para os jovens, como José, o major crê que é o tempo de incorporá-lo ao exército republicano e diz que poderia ser

sargento em pouco tempo se ganhar corpo. Todavia, Chicão pergunta se não seria Filhinho muito novo, ao que o major responde que assim é a guerra e que tem incorporado frangotes de 15 anos. O major Firmino pensa que com suas recusas o general poderia duvidar de sua lealdade.

Passam à mesa; o charque estava salgado e Filhinho pede mais vinho ao pai. Chicão pondera um pouco e pede que sirvam mais ao guri, que, afinal, é homem, tanto que necessitam dele na guerra. Laurita pergunta ao pai se vai mandar Filhinho para uma guerra que nem ele entendia direito. O coronel responde que os homens têm que ir para a guerra, seria o mesmo que casar. Nisso, levanta o copo e diz que está decidido e Filhinho vai e arremata dizendo que só espera que ele ganhe dinheiro com essa bagunça. Chicão, ao denominar a Farroupilha de bagunça e que Filhinho ganhe dinheiro com nela, entende-a apenas dentro da esfera do ganho privado sem nenhum ideal político maior para lutar.

Filhinho estava sem entender tudo aquilo. Ele leva os jornais que Diogo Ferraz (marido de Laurita) trouxe para casa para o Padre Francisco Antônio ler para ele. O padre esclarece que aquele era um jornal dos revolucionários onde dizem o que pensam, e o padre pergunta o porquê da importância. Filhinho responde que vai incorporar-se aos republicanos, que seu pai já havia decidido. Diz que seu pai não quis mandar cavalos e ele iria no lugar, e se teria que ir gostaria de saber do que se trata, pois em Santa Flora ninguém sabia.

Filhinho tomou parte no exército republicano. O narrador apresenta o exército em uma situação de penúria, Filhinho montado num baio magro, o fardamento um trapo só, o boné de muitos furos, a fazenda despegava-se da carneira, o dólmã estava aberto por falta de botões. Filhinho fez amizade com Cássio, ficaram conversando sobre a guerra e sua incorporação. Filhinho fala que é uma história sobre cavalos mansos, que é melhor nem saber. Cássio se mostra interessado, pois

Conta muitas peleias, desde o início da guerra, desde o vinte de setembro, tã guerra! Mas não sabe, não, o Bento Gonçalves já não é mais o mesmo. Passado nove anos, a fome vai apertando, os uniformes se estragando, a política degenerando. Ele mesmo, Cássio, agora briga porque está metido nisto, e pra falar ao certo, não vê bem a finalidade. Mas ele não quebra a cabeça, quem deve quebrar, quem deve, é os coronéis e os majores, e os capitães, e os tenentes e os cabos; porque é bom ser soldado, não precisa pensar, os outros é que resolvem tudo, dizem o que é bom e o que não é, resolvem que comer e o que vestir. Verdade que andam escassos de comidas e de roupas, mas diabo! Isso acontece sempre numa guerra. Mas ele não vê porque José incorporou, sendo assim tão rico. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 49).

O narrador sugere que a Farroupilha foi apenas do interesse dos ricos, dos estancieiros e ocupantes dos altos postos militares, que o peão e o soldado raso nem sabiam o que acontecia durante a guerra, e que eles foram massa de manobra da elite militar farroupilha.

O clarim brandia desde cedo. Contudo, a maioria da tropa nem sequer se mexeu. Filhinho acorda, cheira o ar e sente que estão fazendo churrasco. E o estômago ronca de fome. Cássio desapareceu deixando a seu lado nacos de papel manchados de gordura. A linguiça, lembra-se Filhinho, Cássio a deve estar comendo. Descobre Cássio assando a linguiça e dividem-na. Filhinho indaga se tem mais, ao que Cássio responde que na miséria do acampamento “nem pra remédio”, e ouviu dizer que todos os acampamentos republicanos são assim, falta tudo.

O tenente Meireles resolvera ensinar Filhinho a manejar uma arma. Ele erra os primeiros tiros ao alvo, depois de algumas tentativas acerta-o. Filhinho pergunta ao tenente por que tem que matar caramuru, o tenente responde-lhe que os caramurus são uns desgraçados. Filhinho retruca, perguntando por que seriam uns desgraçados. Ao que tenente somente responde: “se nós somos bons os outros são uns desgraçados”. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 56). O narrador mostra uma guerra sem sentido depois de muitos anos, em que a repetição irrefletida é a única norma. A Farroupilha que, começara como um conflito de elites, terminava melancolicamente como uma guerra que ninguém sabia o porquê começara e por que deveria continuar.

Os prisioneiros da tropa republicana são poucos. Por isso, Filhinho tem tolerância com o prisioneiro. Chama-o por tu, sorve o mate na mesma cuia, debate com ele sobre o fim da revolução. Jogam baralho, escolhendo a bisca que o major caramuru sempre ganha. Filhinho vê os prisioneiros e busca desvendar o jeito diferente de falar que, concebe, tem os caramurus e decepiona-se de não serem diferentes dos republicanos. Não haveria nada de especial em ser farroupilha, era igual a ser caramuru. Todos eram a mesma carne, ser farroupilha, em *A prole do corvo*, não prenunciava um amanhã de dias gloriosos para um Brasil republicano. Ser farroupilha não adquire a importância que havia nos romances anteriores. Não mais um passado glorioso, que garantiu o vigor do Rio Grande do presente. Contudo, em *A prole do corvo* tudo é questionado, as certezas anteriores somem do horizonte interpretativo e o que se reapresenta é a Farroupilha ao avesso.

A penúria do exército farroupilha é uma constante. A lança de Filhinho está oxidada, deram-lhe também uma pistola que ele exibiu a Melitão. Este diz que se lhe ofereceram a pistola é porque não atira mais e se atirasse não adiantaria, pois não há mais pólvora. Tudo na farroupilha estaria em miséria. E acontece a primeira batalha de Filhinho que, atônito com as

ordens, imita os outros. Não compreende as ordens que recebe, “porque os flancos e as esquadras são nomes muitos novos, recém-conhecidos”. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 72). E pergunta o que deve fazer. Ouve um grito para pegar a lança. É o que faz. Entretanto nunca a lança lhe pareceu tão pesada. Filhinho é levado para o fervo ainda maior. Como o anti-herói, é levado pelos acontecimentos, nunca mostra um ato de coragem. Há certa movimentação que Filhinho não percebe, aproximam-se cada vez mais perto do arroio. Filhinho ergue a espada, esperando, “quando sente um peso enorme na mão e vê que atingira o soldado no ventre, recua, deixando que caia ao lado, mole e esguichando sangue”. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 74). Filhinho mata sem querer, não é por vingança nem por ideias, apenas uma banalidade.

Em Santa Flora, Laurita acerta o pavio do lampião. É a única que sabia fazer isso, e estremece à voz do pai, que

Fica de costas, olhando o retrato de Bento Gonçalves, moço e bonito, largas suíças, lábios finos. Chicão continua: esse aí é que me leva os trocados. Duzentos potros mansos, o Bambá já me papou. Essa história de revolução e guerra, pra terminar no quê, me diz, no quê? Ainda ontem me convidaram para uma assembleia na casa do Faustino, que era pra decidirem o que fazer, acha que fui? Me disseram: tu tem que ir, porque em todo lado os estancieiros estão se juntando pra pensar junto pra ver se vale a pena continuar. Que se juntem eles, os ricos! Quem fez o embrulho que desembulhe, já dizia o velho Zeferino Paiva, teu avô. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 76).

No personagem de Chicão, mostra-se a desilusão com a Farroupilha e Bento Gonçalves, desrespeitado pelo apelido Bambá, é tratado agora como um impostor. Diogo Ferraz chega à casa alto da noite. Ele diz para Laurita que estava em uma reunião de negócios e que todas as pessoas importantes de Aguaclara viraram caramurus. Informa que recebeu uma oferta para ser tesoureiro da Câmara por 20 mil contos de réis. Laurita não gosta, porque ele falava mal dos imperiais e ainda usava o uniforme da república, além de Filhinho estar a essas horas, quem sabe, morrendo. E com isso o narrador mostra que a Farroupilha é apenas um jogo de interesses privados. A crítica através de *A prole do corvo* mostra uma Farroupilha bem diferente dos períodos anteriores, com um sentido histórico diferente em relação aos romances anteriores.

O pelotão de Filhinho está agora na estância de Gamacho, estancieiro que abriga todas as tropas e que vende mantimentos e munição tanto a imperiais como a republicanos. Gamacho fora um dos que enriqueceram na revolução. A partir da “primeira morte” em batalha de Filhinho, seus colegas o começam a chamar de José em um sinal de respeito (só o narrador ainda o chama de Filhinho). Durante o jogo de cartas, falam sobre o curso da revolução e dizem a Filhinho as últimas notícias sobre os movimentos da guerra:

A primeira é que os maiorais da revolução fizeram acordo com os castelhanos, eles vão ajudar na guerra. Parece a Filhinho que isso é vagamente bom, porque é certo que andam mal de roupas e munições. Não pergunta nada e se faz de entendido. Mas João Inácio quer explicar: e sabe por que estão brabos? Não gostam de castelhano, o castelhano é muito mal visto, vendia pro Império charque mais barato que os estancieiros da Província, antes da revolução. Essa história de charque é conhecida, Filhinho quando criança ouviu muitas vezes Chicão gritar que era uma afronta aos estancieiros o Império taxar o charque com tantos impostos, que no fim ficava tão caro que nem podiam vender, era mesmo preciso fazer a tal revolução. Que ele, Chicão, tinha deixado de ganhar dez contos de réis num só ano, e o charque castelhano passando, passando debaixo do nariz. – Daí, José, que estão uma fera com isso, com essa amizade fora de hora. Mas a outra notícia é boa, para eles. Bento Gonçalves reuniu-se com Canabarro, o Gomes Jardim e outros graúdos para tratar do fim da guerra. Vão pedir um acerto ao Império. Filhinho não entende o que João diz; como é que tratam do fim da guerra, se ao mesmo tempo fazem um arreglo com os castelhanos e mandam os soldados azeitarem as armas? Não entende. – Não entendes, José, porque a guerra não é feita por nós, nem pelos peões, nem pelos escravos, nem pela arraia-miúda das vilas. É feita por eles – aponta para a janela da varanda, onde explodem gargalhadas e gritos furiosos. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 109-110).

Nesse diálogo os personagens mostram que a Farroupilha não era democrática nem igualitária, era apenas um acerto de contas entre os poderosos, em que a arraia-miúda estava excluída. Durante o tempo em que estiveram na estância de Gamacho, Filhinho ficara amigo de Esperança, filha do dono da estância.

Era um dia de céu azul, no alto os corvos fazem seu voo. Os corvos giram em círculos, e cada vez aparecem mais, como se de cada um surgissem outros dez. Esperança abriu os olhos, fixava as nuvens, apontou os corvos que fazem voltas no ar e afirma que seu pai é um deles. Ela diz que a casa ficou cheia de corvos, vinham rondar a carniça e estão lá em cima, rondando. Filhinho olha para cima, os corvos continuam pontilhando o céu negro. Esperança pede a ele que os tire daí, pois vivem da morte dos outros. A Farroupilha, antes usada como justificativa de poder, agora é comparada aos corvos, como um mau presságio, em que se vive da morte do outro, uma guerra sem sentido. Os corvos estariam por toda parte na guerra, a Farroupilha quando comparada aos corvos, torna-se completamente o avesso que era para a geração anterior; Assis Brasil faz antítese da geração anterior: ao invés de heróis, os farroupilhas são corvos que vivem da morte e da miséria alheia. A metáfora do corvo, já formulada em *Os farrapos* de Oliveira Belo, em *A prole do corvo* ganha o desenvolvimento ficcional.

A presença dos corvos inicia-se no título. É um primeiro enquadramento inicial e aponta para um tipo de reflexão que se desenvolveu no decorrer do romance. Também, na epígrafe do romance, Assis Brasil introduz a temática do corvo. Ele cita uma passagem do poema épico de Jorge Lima – “A invenção do Orfeu” –, que possui no canto X atmosfera

sombria da guerra: “Agora tudo finda em guerra, em corvo, / em despojos molhados e vislumbres, / ataduras sangradas, algodões, / Sombras de grandes botas despovoadas”. (LIMA, 1952, p. 401).

Edgar Allan Poe (2009), poema “O corvo”, também desenvolve a metáfora do corvo em um ambiente triste e negativo. Nele, a atmosfera é completada pelo íntimo do narrador da poesia que está devastado e sofre a dor da perda da amada e não tem mais nenhuma ilusão sobre um futuro feliz.<sup>254</sup> Em *A prole do corvo*, os corvos apontam sempre para a destruição da guerra e dos laços humanos. Se no poema de Poe o corvo atormenta uma pessoa em sua subjetividade, Assis Brasil expande essa metáfora para pensá-la em uma temática social: a guerra em que os corvos sobrevoam-na como se a tudo observassem e tudo dirigissem, sempre pressagiando o mal de Filhinho, sua degeneração como pessoa e da sociedade que o circunda. Portanto a metáfora da Farroupilha como corvo, como mau presságio, uma decomposição da sociedade e dos valores, retoma um sentido para a Farroupilha que tinha ficado ausente desde o imaginário imperial. Os farroupilhas passam, de uma geração a outra, de centauros a corvos que, em sua passagem, tudo destroem.

A contestação do narrador ao que considerava um modelo ultrapassado de representação da Farroupilha mostra-se radical em seus fundamentos. Não sobra nada no campo textual da experiência hermenêutica anterior. A crítica do narrador propõe que tudo tenha que ser refeito a partir de uma crítica ideológica total.

Esperança espanta os corvos. Depois dá um suspiro e encosta a cabeça no peito de Filhinho. Ele tem vontade de chorar e quer Laurita:

Esperança tem a mão em seu rosto: soldado, meu pai está como louco porque a guerra vai terminar, hoje manhã mandou matar todos os cachorros da estância que roubavam na despensa [...] Vê aquele pedaço de terra escura, depois da aguada, lá onde fica o umbu? Aquilo não era dele quando se estava em paz. Quando começou a revolução ele ficou rico e comprou mais aquelas quadras e depois comprou mais aquelas outras e comprou mais todas as quadras do mundo! [...] Na guerra são sempre essas coisas. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 111).

A Farroupilha que surge em *A prole do corvo* é apenas do interesse privado e egoístico, em que apenas o lucro individual e o roubo se sobrepõem. Seu sentido é deixá-la o oposto do que fora, para fazê-la diferente, “desmitificá-la”. Em lugar de heróis, bandidos, corvos que vivem da morte.

<sup>254</sup> Assim, Poe (2009, p. 68) se refere no poema ao corvo: “Ó ser do mal! Profeta sempre, ave infernal / que o Tentador lançou do abismo, ou que arrojaram temporais, / de algum naufrágio, a esta maldita e estéril terra, a esta precita / mansão do horror, que o horror habita – imploro, dize-mo, em verdade: / Existe um bálsamo em Glead? Imploro! Dize-mo, em verdade! E o Corvo disse: ‘Nunca mais’”.

Visitante a estância de Santa Flora, o vigário dizia que eles não percebiam que o retrato de Bento na sala poderia trazer incomodações. Ainda mais que agora a Câmara de Aguacalara se declarou legalista, além de tudo, a revolução estava perdida, os farrapos já faziam acordos com o império, pois estavam mortos de fome e frio.

A propósito de queijo já falam nos preços, e dos preços, em política; estudam a conveniência ou não da guerra, Chicão coloca toda a culpa no Bambaqueré, no Canabarro, e no Bento Manoel, esse último um tratante degenerado. Agora sabe coisas, anda bem informado. O Canabarro, uma vergonha, enrabichado na tal Papagaia, mulher casada, mantida com o bom e o melhor. E o Bambaqueré, o verdadeiro azar da revolução, com o bando de mazorqueiros levando adiante esse capricho. A dignidade, a dignidade, branda Chicão, onde está? Então o Bento não sabe que já deu com os burros nágua? Não é herói quem manda os outros morrerem nas coxilhas, sabendo que o caso não tem mais volta. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 118).

O padre afirma que tudo isso não é cristão, e o coronel o responde:

Se é cristão ou não, isso não sei, o fato é que tudo mudou, nesta Província: o soldado passou a general, o padre passou a deputado, o bandido virou santo, o pobre agora é rico. E daqui a alguns anos serão gente honesta e decente, os filhos e netos mal sabendo que estão pisando no sangue de muito soldado. Tudo entortou, tudo virou, tudo merece só um arrote. – E larga-o sonoro. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 118).

A Farroupilha virou de cabeça para baixo, ficou ao avesso, todos os valores anteriores ficaram fora do lugar. Toda a interpretação era equivocada, pois o bandido virou santo, o certo ficou errado, e o único sentido é um arrote, que não quer dizer nada. Tudo que foi interpretado até esse momento sobre a Farroupilha merece da crítica um sonoro arrote.

Nisso, o padre pergunta a Laurita o que pensa da guerra. Ela diz que a quer terminada e que os soldados voltem para casa. Padre Francisco entende que falar em guerra é ir longe demais, pois “nunca houve de fato uma guerra, como foram, por exemplo, as guerras Púnicas. O que teve são brigas aqui e ali, uns entreveros, um arremedo de república, tropas se perseguindo pelos campos”. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 119).

Nem mais uma guerra seria a Farroupilha, apenas entreveros. Rebaixar a Farroupilha de guerra para entreveros é outra forma de criticar e desmitificar um passado, que anteriormente fora construído de heróis que se forjaram na guerra, na peleja. Depois disso, o padre afirma que, exceto Laurita, a grande maioria das mulheres sequer fazem ideia do porquê os homens lutam, porém Chicão retruca: “e nós, padre, sabemos?”. Laurita olha a chuva e pensa “O pai mudou bastante, em pouco tempo. Ele mudou. E filhinho também deve ter mudado”. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 119). A guerra mudara a todos, não há mais o sentido do

porquê é importante a revolução. Ninguém mais sabe os motivos; ficou sem sentido, e só uma interpretação a contrapelo poderia atribuir-lhe um novo sentido.

Filhinho pergunta se Cássio sabe de alguma novidade da guerra, ao que este conta que Bento Gonçalves andou se encontrando com Caxias faz pouco. Filhinho pergunta se Caxias não é o chefe dos legais, ao que Cássio diz que é o capataz e que Bento fora falar com ele. Quando Filhinho pergunta se brigaram, ouve apenas um *não* seco e, então, questiona-se: “e por que, se eu vejo um imperial, tenho que ir logo dando um lançamento no peito?”. Novamente, o narrador mostra a alienação dos personagens de “baixo” em relação ao evento histórico, em que a alta cúpula militar de ambos os lados do entrevero apenas tinha no seu horizonte seus próprios interesses e manipulava os personagens de origem social pobre, segundo seus interesses particulares.

A tropa estava formando uma linha no meio do campo. O soldado, ao lado de Filhinho, nunca esteve numa guerra. Floriano perguntou a Filhinho o que deveria fazer. Ele riu do novo soldado falando que igualmente era um noviço. Floriano sabia que Filhinho havia matado um caramuru e lhe pergunta por que virou soldado, ao que Filhinho lhe respondeu sobre uma história dos cavalos, que não entendia nada de guerra e queria estar em Santa Flora, devolvendo a Floriano a pergunta do porquê queria ser soldado. Este lhe diz:

Porque sou homem. – Depois, mais sério, contou que sofria de asma, e o pai era oficial. Devia, portanto, ser ajudante do pai, mas este o rejeitaria, mandando que fosse para a linha e curasse a asma em algum combate. Já vieram para a revolução dois irmãos; o mais velho não queria vir, e foi obrigado. O outro, o do meio, um dia sumiu de casa e ninguém mais soube notícias até que receberam uma parte do capitão de sua Companhia dizendo que tinha morrido como um herói, um verdadeiro centauro da causa republicana, em pleno campo de honra. Desde então ficara muito impressionado pelas palavras ouvidas de sua mãe, quando leu a parte. Contou que ela lhe disse, com uma lágrima nos olhos: agora és tu, Floriano, que deves ir. Ele, então, tomou a resolução de ser também um centauro e morrer no campo de honra. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 145-146).

Floriano nunca tinha visto um combate, perguntou como era a Filhinho que já tinha matado um combatente. Filhinho teve de dizer os detalhes e Floriano ouvia preso num pensamento “O que é um centauro?”. Filhinho não sabia, mas o prisioneiro caramuru respondeu que centauro era um animal metade homem, metade cavalo. O prisioneiro pergunta por que Filhinho quer saber. Ele responde que é porque dizem que um soldado republicano é um centauro. Filhinho volta a perguntar o que o prisioneiro acha disso, o que ele lhe responde: uma patacoada. A Floriano que ansiava por uma resposta sobre o que seria um centauro, com o que se identificava, Filhinho apenas responde o que o prisioneiro lhe dissera “uma patacoada”.

A ironia do narrador é importante para mostrar seu contraponto em relação à geração anterior. É nas décadas de 1920 e 1930 que se consolida a palavra “centauro” como uma forma de se referir aos rio-grandenses do passado e aos farroupilhas. Ser centauro, n’*A prole do corvo* é morrer numa guerra sem sentido, em que só os poderosos ganham e a arraia-miúda, perde sempre e sem saber por quê. Arrogar-se como “centauro” em *A prole do corvo* é uma jactância vã, um disparate, uma tolice, uma mentira. O narrador procura, então, desfazer as teias de sentido anteriores, vistas como meros instrumentos de poder.

A ironia é uma modalidade de escrita de quem dá importância menor à Farroupilha. Esse uso da ironia como recurso literário torna frontal o contraste de Assis Brasil com os romancistas das gerações literárias anteriores. A Farroupilha havia sido um tema que antes, de Assis Brasil, foi pensado a partir da temática do herói e do passado glorioso. A ironia em *A prole do corvo* é para caracterizar a Farroupilha por meio da negação do que foi afirmado anteriormente, na historiografia ou em outros romances. Para White (2008, p. 48), a ironia é negacional, isto é, nega os sentidos anteriormente produzidos. Segue White (2008, p. 50) que a ironia é uma metáfora designada a produzir reconsiderações contrastantes acerca da natureza do que foi representado ou em discordância das representações anteriores. Portanto, a ironia em *A prole do corvo* abre outro sentido para o leitor e é uma tática de representação que permite, mesmo podendo parecer absurda diante do consenso social sobre o objeto representado, repensar um objeto a partir de outro ângulo e valores.

Seguindo o raciocínio de White (2008, p. 51), a ironia lança luz para o erro em potencial de todas as representações da realidade que ela parodia. Ainda, White definiu a ironia como um tropo que é crítico da verdade. É desse recurso retórico que o narrador faz uso e, desse modo, narra uma Farroupilha diferente das representações anteriores. O absurdo, a crítica aos lances heroicos que se tornam tolices, o centauro que se torna uma patacoada. A Farroupilha na ironia do romance de Assis Brasil é outra, está virada do avesso. Comparando-se a representação da Farroupilha em *A prole do corvo* com as representações anteriores e em especial, com o romance *Farrapo: memórias dum cavalo*, há um contraste de imaginário significativo. A ironia torna os centauros farroupilhas um absurdo; a crítica torna o herói primeiramente em um medroso, depois em um criminoso. A ironia em *A prole do corvo* inverte a representação da Farroupilha.

O retrato do Bambaqueré fora retirado por Chicão da parede da sala. Logo após começou a sentir uma dor no coração e falou: “me tirem a cara desse ordinário daí de cima, antes que me dê mais azar!”. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 150). Logo caiu na cadeira, levado para o quarto não resistiu, veio a falecer. O padre chegou, achou falta do retrato, estavam

certos em tirar o Bambá da parede, não tinha nada contra o general. Entretanto, esse retrato, agora que vem gente da cidade, não é bom. Laurita vacila com o quadro do Bambá na mão, mas não voltará para a parede. Essa metáfora do quadro é importante e significativa do momento da sua escrita. O quadro, ou melhor, a presença de Bento Gonçalves como algo importante ou significativo deve ser retirada, depois da crítica, pois se descobre que a Farroupilha foi por nada, foi para poucos. Mas essa metáfora do quadro retirado também mostra um outro lado da representação de Bento Gonçalves. Pode-se interpretar que houve uma “vingança” do quadro de Bento Gonçalves. Isto é, um personagem que é representado desde *O gaúcho* de Alencar como corajoso, brioso, leal, forte e libertário não poderia ser simplesmente retirado da parede ou apagado da história. Quando Chicão ousa fazer isso, retirar metaforicamente Bento Gonçalves do lugar de destaque que há tempos ocupa, ele morre e o quadro de Bento Gonçalves, isto é sua representação (pictórica no caso), vence o “confronto”.

O carancho bate asas e levanta voo, caçando um preá que foge desesperado. A ave imerge e após eleva-se, com o preá entre as garras e, numa manhã de inverno, o pelotão de Filhinho aproximara-se de outra estância. Souberam que o dono era imperial. Entraram demolindo a porta, cruzaram pelos corredores com facas entre os dentes. Nada permaneceu inteiro. Os donos da estância, um senhor e sua esposa, foram degolados na própria cama por um soldado. Enquanto isso, alguém avisa a Filhinho que há mais alguém no quarto. Ele “abriu a porta e a moça encostava-se ao armário, louca de medo. Hoje não é o Cássio, sou eu. E a teve no chão, entre gritos. O carancho pousa numa cerca de pedra e estripa a preá, um pedaço de víscera sanguinolenta pendurado no bico recurvo”. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 162).

Cássio aparece uns minutos depois, dá uma olhada e diz para Filhinho que, em seguida, inventar uma mentira ao coronel, ficando elas por elas. A crítica é frontal, a equivalência entre farrapos e corvos. Filhinho torna-se metaforicamente um corvo, um assassino, age por satisfação própria, já não é mais o mesmo, o sentido não é mais o mesmo. Em *A prole do corvo*, o sentido narrativo é o avesso de períodos anteriores. A Farroupilha está entre roubos, miséria, estupros e degolas, não há mais espaços para heróis, apenas enganos, falhas e bandidos.

Meireles volta da barraca do comando chamando a todos. Cercado por tochas põe-se a falar aos soldados, dizendo de que não assaltarão mais Aguaclara. Que todos arrumem suas tralhas e formem em coluna, porque vão marchar em direção à Câmara. Ingressam em Aguaclara, escutam tiroteios à volta, estão comemorando. Floriano foi unir-se aos outros que a caminho da Câmara dão vivas ao Imperador e a Caxias. Lido o papel, Paulino entra, seguido

pela oficialidade e logo erguem brindes ao Império e a D. Pedro II. Filhinho aproxima-se do cabo Acaba-de-querer, “que cai de bêbado, e grita que agora sim, não vai ser mais cabo dessa república de merda e sim cabo imperial, os militares que quiserem podem se passar para o exército do Imperador”. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 180). E, em Santa Flora, Laurita

desce a escada do alpendre, Bento vê um homem de barba cerrada que acena de longe e senta-se numa pedra. Não é homem: é Filhinho, que ampara o rosto. Laurita caminha até ele, pega-o pela mão e o vem trazendo, como a uma criança. Ao subirem as escadas, Filhinho tem um sorriso para o irmão, e poussa os dedos em sua cabeça, como fazia sempre. Mas Laurita o conduz brandamente para dentro, e Bento segue-os; ela o leva ao quarto, desdobra as cobertas com cuidado, Filhinho se aninha entre lençóis; Laurita encosta as janelas e sai na ponta dos pés, fechando a porta atrás de si. Olha para Bento com o dedo frente aos lábios, pedindo silêncio. Fora, o sol já brilha alto, e Inocência acha que vai ser um dia quente. (ASSIS BRASIL, 1978, p. 184-85).

A revolução termina e é como se nada tivesse acontecido. Foi um intervalo de dez anos, pode-se dormir sem nenhum problema. A Farroupilha não teve a importância que imaginaram antes. Aqui a ironia é frontal como a anterior, isto é, não há por que comemorá-la. O que ela merece é apenas um sono para poder descansar do fardo que ela foi, do mundo de absurdo e violência que ela criou para as famílias que destruiu. Comemorar a Farroupilha seria outra tolice revelada de forma irônica numa boa sesteada. Dormir para esquecer o absurdo e a vida voltar a normal, sem glórias e heróis vãos.

Literariamente, Filhinho é o oposto de todos os protagonistas da Farroupilha. Sem coragem, não sabe guerrear, é levado pelos acontecimentos. *A prole do corvo* reatualiza e aprofunda o tratamento literário dado à Farroupilha no imaginário Imperial. De Caldre e Fião retoma o entendimento de a Farroupilha constituída por crimes e bandidos. Também do mesmo romancista retoma a figura de Bento Gonçalves como o líder desacreditado e ganancioso agindo por interesse próprio. De Oliveira Belo, retoma a metáfora do corvo e, de Alencar, retoma o erro político que fora a Farroupilha. Assis Brasil aprofunda todos esses autores e reapresenta a Farroupilha com o sentido oposto ao que vinha sendo apresentado pelas gerações anteriores. Esse esforço analítico de Assis Brasil repõe significados sobre a Farroupilha que estavam ausentes das compreensões anteriores.

Creio que cabe aqui uma menção a Érico Verissimo. Penso que, em parte, a crítica de Assis Brasil explora e desenvolve um caminho literário aberto por Érico. Ao apontar as contradições sociais de Santa Fé e pessoais de Rodrigo, Érico já humaniza e tematiza de uma maneira diferente as representações das gerações literárias anteriores sobre a Farroupilha e é nessa senda que, creio, Assis Brasil desenvolve o seu romance. Mas há uma diferença entre

ambos: se Érico questionou a historiografia da sua época, parece que o mesmo não acontece com Assis Brasil. A historiografia acadêmica desse período também já critica as certezas das gerações de intelectuais anteriores. O livro que começou essa revisão crítica da história e da historiografia rio-grandense foi *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, de Fernando Henrique Cardoso, publicado em 1962. Primeiro, demonstrou a relevância dos negros escravos para o tecido social rio-grandense. Segundo, a comprovação da repressão contra os gaúchos. Terceiro, as relações na estância não eram rigorosamente democráticas e igualitárias. Por fim, identifica a sociedade sul-rio-grandense como patrimonialista. Haveria, então, uma atmosfera intelectual na academia de rerepresentar diferentemente a história do Rio Grande do Sul e da Farroupilha.<sup>255</sup>

Em *A prole do corvo*, a geração da comemoração e narradores heroificadores da Farroupilha encontram uma experiência de leitura diferente. Bento Gonçalves de herói passa a mentiroso. O personagem central, Filhinho, é meio homem, às vezes ingênuo e, por fim, bandido. E apresenta a metáfora do corvo para mostrar a degradação em que a Farroupilha levou as relações sociais. Em *Ruínas vivas*, Miguelito se degradava, contudo o conflito sulino de 1835 estava no romance como uma forma de Miguelito suspender a degradação quando rememorava as façanhas farroupilhas de seu avô. Com Filhinho há a degradação pela guerra e a Farroupilha só aprofunda a degradação.

Após *A prole do corvo*, em geral os romances que narram a Farroupilha não tiveram mais a característica de louvor ou heroificação aos farroupilhas, como se viu no período do centenário<sup>256</sup> ou mesmo na historiografia no período de Érico. Todos os romances sopesaram, em geral, as qualidades e os defeitos dos farroupilhas, mas o tom laudatório quase sumiu. E deflacionou a perspectiva heroificadora pelo trabalho de recomposição do sentido narrativo em *A prole do corvo*, que, ao representar a Farroupilha, recuperou outro viés de interpretação que ficara ausente desde o imaginário imperial.

Recuperando e aprofundando outro modo de interpretar a Farroupilha, Assis Brasil fez os próximos romancistas refletirem sobre o tema dispondo de uma nova versão sobre o sentido da Farroupilha.<sup>257</sup> Se os romances posteriores *A prole do corvo* não “compraram

<sup>255</sup> Para Zilbermann (1980, p. 137), “Averiguada a prosa contemporânea, o sinal permanece: questiona-se a convenção histórica, no romance de Assis Brasil”. Creio que Zilberman se equivoca, pois a convenção histórica anterior, ao menos na produção acadêmica, já estava sendo questionada.

<sup>256</sup> Aqui chega-se até o romance de Darcy Azambuja.

<sup>257</sup> A Farroupilha reaparece em *A estranha nação de Rafael Mendes* (1983) de Moacyr Scliar em 1983. Rafael Mendes, na procura por suas origens e por seu pai, foi ao sul do Brasil e participou da expedição a Laguna junto com Garibaldi. Alcy Cheuiche, em 1984, publica o seu romance *A guerra dos farrapos*. Se em *A estranha nação* a Farroupilha aparece em menos de dez páginas, com Cheuiche tem um livro só para si. *A guerra dos farrapos* é o romance menor deste período, pois o autor não aprofunda os personagens e falta

integralmente” o sentido do romance de Assis Brasil, em seus textos pouco se encontra do que havia sido escrito pela geração da comemoração.

Uma última observação sobre *A prole do corvo* faz-se importante. Ao ler um comentador do romance, parece que se leram todos os comentadores. Todos enquadram o romance como uma obra de dessacralização, desmistificação: Zilberman (1980), Marobin (1985), Silva (2009), Garlet (2013), Cardoso (2012) e Costa (2014 A, B). Isso revela algo do tipo de análise que foi feita sobre o romance. Tais comentadores acreditam que, ao desmitificar, Assis Brasil revelou um outro lado do mito, a verdade. Ela ficara escondida em camadas da ideologia conservadora. Creio que há certo equívoco nessa apreciação do romance *A prole do corvo*. Tais comentadores partem do pressuposto epistemológico que a verdade está inerte, em algum lugar, esperando para ser rerepresentada. É isso que tais comentadores acreditam que *A prole do corvo* trouxe à superfície, a verdade sobre a Farroupilha que estava submersa e o mito da Farroupilha, pode finalmente ser superado. Penso que isso precisa ser problematizado.

Não parece que este seja o objetivo de *A prole do corvo*, quer dizer, apresentar a “verdade” sobre o passado da Farroupilha que o mito fez submergir e a escondeu por interesses de classe, assim dessacralizando-a e desmitificando-a. Primeiro, porque Assis Brasil reatualiza e aprofunda uma maneira de escrever a Farroupilha, isto é, ele repõe novamente no jogo interpretativo uma certa maneira de entender a Farroupilha. Reatualiza um imaginário sobre a Farroupilha. Então, não se teria uma verdade a ser descoberta como o

---

uma intriga que coligie todo o livro. Cada episódio do livro parece mais um manual de história. Neste romance, o veto a ficção está presentíssimo. Tabajara Ruas, em 1985, publica o romance *Os varões assinalados* (1985), provavelmente um dos melhores romances sobre a Farroupilha. Nele, a Farroupilha é tornada grandiosa, mas sem a perspectiva heroificadora (possivelmente só o personagem de Netto). Ruas narra as batalhas com vivacidade junto com as perdas humanas feitas pela guerra. A política é esmiuçada em diálogos densos entre os personagens. Em *Os varões assinalados*, os personagens históricos ganham densidade fictícia e as descrições da “atmosfera histórica” ganham vida épica. Em 1985, vem à luz o romance *O país dos gaúchos*, de Ivar Hartmann. Neste livro, ele desenvolve a intriga em que os farroupilhas vencem a guerra e concretizam a República Rio-Grandense. Fora a ideia criar os eventos que alterariam o passado, este romance ainda se encontra no padrão de “engrandecimento” dos farroupilhas. Também em 1985 um grupo de professores de letras (ZILBERMAN, 1985B) lança *Um dia todas essas coisas hão de ser história*, livro com excertos de romances sobre a Farroupilha. Josué Guimarães, em 1986, com o livro *Amor de perdição* (1986), narra o relacionamento amoroso entre Giuseppe Garibaldi e Manoela, sobrinha de Bento Gonçalves, que se passa durante a Farroupilha. Barbosa Lessa, em 1986, publica *República das carretas*. Assim como em *Farrapo* de Contreiras, em que o personagem principal é um cavalo, em *República das carretas* a história da Farroupilha está centrada em dois bois. Ao mesmo tempo em que mostra, por um lado, a República na penúria indo e vindo em carretas, por outro lado, ao nomear os dois bois que ponteiam carreta de Esperança e Fortaleza, e os fazerem participar dos principais episódios da farroupilha, Lessa mostra o engenho de lutar dos farroupilhas mesmo em uma situação adversa. E nas indas e vindas dos dois bois das carretas, narra o cotidiano farroupilha. Em 1990, vem à luz o romance *Amor que faz o mundo girar* de Ary Quitanella. Este livro conta o relacionamento amoroso de Garibaldi e Anita durante a Farroupilha. O livro repete os lugares comuns sobre a história da Farroupilha, e pouco constrói ficticiamente os personagens.

avesso do mito do sagrado. A interpretação de Assis Brasil, hermeneuticamente falando, não descobre a verdade, mas permite entender sentidos diferentes na Farroupilha do que os habitualmente narrados. Esse novo sentido apresentado em *A prole do corvo*, que, de certa forma, já existia no imaginário imperial e sempre, desde que foram escritos, esteve “aí” mesmo que “ausente”. Segundo, ao usar as metáforas do corvo e do quadro e, principalmente, a ironia, creio que *A prole do corvo* não se enquadre na temática da desmitificação. Pois a ironia, por sua característica negacional e, também, por tornar absurdas as representações tidas como inquestionavelmente verdadeiras (que, no caso dos comentadores citados, seriam mitos), não autorizaria Assis Brasil a pensar em desmitificação, porque se ele desmitifica isto é, coloca no lugar do mito a verdade, estaria sendo contraditório com seu intento irônico, de mostrar que não há verdade definitiva, para colocar no lugar do mito, e por consequência, também não haveria mito definitivo. O que haveria seriam somente interpretações distintas, podendo, é claro, umas interpretações serem melhores que outras. Então, creio que o mais correto seja dizer que *A prole do corvo* reatualiza e aprofunda uma interpretação e um imaginário sobre a Farroupilha.<sup>258</sup>

*A prole do corvo* em sua época problematizou o veto à ficção do ponto de vista político-institucional, ao reatualizar um sentido da Farroupilha que não a narrava como gloriosa e portadora dos heróis dos sul-rio-grandenses. Problematiza, assim, um tipo de narrativa anterior sobre a Farroupilha que se fazia ligada ao Estado, em nível nacional na Era Vargas, e no Rio Grande do Sul desde o advento do PRR e que era reproduzida no ensino escolar da história. Assim, Assis Brasil tem o mérito de recriar outro sentido para a Farroupilha e recolocar em reconhecimento outro imaginário. Do ponto de vista teórico, não chegou a problematizar com a história acadêmica que se iniciou a fazer naquele período. Mas no mínimo lançou um desafio à historiografia da Farroupilha contemporânea ao enriquecer a narrativa usando da ironia como componente explicativo.

---

<sup>258</sup> Isso leva há uma hipótese. Se a teoria com que venho inquirindo as obras é que a historiografia é um veto à criação ficcional, creio que se pode ter como hipótese o seguinte: A historiografia é também um veto à crítica literária. Pois a versão da história da Farroupilha de que todos os comentadores de *A prole do corvo* se nutrem é a versão de Pesavento (é dela a próxima obra sobre a Farroupilha a ser analisada). Portanto, ao comentarem *A prole do corvo*, tinham por conhecimento da história da Farroupilha a obra de Pesavento dos anos de 1980 quando ela usava como suporte teórico um tipo de marxismo reducionista que também pretendia desmitificar a Farroupilha, então o conhecimento de tais comentadores sobre a Farroupilha ficou vetado dos conhecimentos mais atuais (aqui me refiro é claro aos comentadores do século XXI) e mais plausíveis sobre a Farroupilha. E por isso todos chegaram à mesma conclusão: que Assis Brasil desmitificou a Farroupilha. Mas chegaram a essa conclusão porque o pressuposto do qual partiam, isto é, a sua leitura historiográfica, permitia que “vissem” apenas isto: a desmitificação. E nisso a historiografia, pelo que parece, que veta a crítica literária. Faço essa reflexão a partir da seguinte consideração de Lima (2010, p. 126): “desta maneira, também de antemão, concede-se à história o papel decisivo do que explicaria a literatura, mais precisamente uma certa literatura, e, automaticamente, descarta-se a relevância que se poderia julgar ter a reflexão teórica”.

Do lado da historiografia universitária da década de 1980, ela teve no marxismo, em geral, o seu suporte teórico. A pesquisa historiográfica, nesse período, feita em programas de pós-graduação teve a pretensão de reescrever o que o IHGRGS havia feito.<sup>259</sup> Consideravam a escrita do IHGRGS conservadora e aliada aos interesses da classe dominante. Assim, para esses novos historiadores universitários, o passado do Rio Grande do Sul deveria ser revisto para atender aos anseios populares, que se manifestavam com a anistia, as diretas e, logo após, o fim da ditadura. Desse modo, a escrita sobre a Farroupilha não ficaria indiferente.<sup>260</sup>

<sup>259</sup> A escrita historiográfica sobre a Farroupilha continuou a ser produzida fora da universidade nesse período. Alguns ainda escritos no diapasão anterior, como Retamozo (1980), Mariante (1985), Bento (1992), Moehlecke (1986) e outros de melhor qualidade historiográfica, como Wiederspahn (1979, 1980, 1984) e Morivalde Fagundes (1985). Mas um ponto que é interessante notar é que cada geração que “chega” quer refazer tudo o que a(s) anterior(es) fez(fizeram). No editorial da revista *História: ensino e pesquisa*, de 1985, assim escrevem: “alertou-se que realmente se festeja no Sesquicentenário um processo que, apesar de toda a produção historiográfica existente, é ainda pouco conhecido e possui uma série de lacunas e questões até o momento sem respostas”. (HISTÓRIA, 1985, p. 5, grifo meu). Depois de tudo que se pesquisou desde o IHGB sobre a Farroupilha, a geração de 1980, porque possui um novo olhar teórico, acredita que a Farroupilha é pouco conhecida. Isso em parte da razão a Kuhn (2005), ou seja: cientistas com paradigmas diferentes “veem” realidades diferentes. E, no caso da geração de 1980, a crítica, via marxismo difuso e em muitos casos vulgar, acredita que tudo está por fazer-se novamente.

<sup>260</sup> Dois livros precedem na academia o de Pesavento. São eles: a) *Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos* de Lewis Spencer Leitman publicado no Brasil, traduzido em 1979, mas que foi sua tese de doutorado na Universidade do Texas, ainda em 1972; b) *O modelo político dos farrapos* publicado em 1978 por Moacyr Flores, foi sua dissertação de mestrado na PUCRS em 1977, em 1993 Flores defende sua tese de doutorado em que o tema novamente é a Farroupilha: *República Rio-Grandense: realidade e utopia* (2002). O primeiro é com certeza um dos melhores livros do período. Considerando que nos períodos anteriores a preocupação dos historiadores foi com a história política, Leitman (1979, p. 10) resolve fazer uma abordagem econômica focada “principalmente no fenômeno do fluxo de gado do Uruguai para o Rio Grande do Sul”. Outro ponto importante da tese de Leitman é a retomada das teses de Varella. Para o historiador estadunidense, a Farroupilha fora separatista e republicana e “as tentativas de revolucionar o Rio Grande do Sul têm suas raízes entre os revolucionários de Buenos Aires, em 1810”. (LEITMAN, 1979, p. 52). Lógica da explicação histórica do livro é econômica: economia (gado) → sociedade (estancieiros) → ideologia (republicanismo) → guerra (Farroupilha). Isto é, a uma infraestrutura econômica (gado) que estabelece uma sociedade (estancieiros da fronteira) que tem sua ideologia própria (república) e que faz a guerra (farroupilha) para manter seus interesses econômicos. Por essa lógica narrativa, ele chega à conclusão de que esta é de um grupo social “aos obstáculos a seu desenvolvimento econômico”. (LEITMAN, 1979, p. 150). Assim, a Farroupilha seria uma guerra por causa econômica e portanto “os influentes chefes rio-grandenses encontraram razões ideológicas para justificar o ataque ao governo central”. (LEITMAN, 1979, p. 174). O livro de Leitman é um avanço, em geral, em relação às teses de Vellino e à historiografia da comemoração. Contudo, as marcas da sua época são evidentes. O historiador, ao encontrar as “raízes” econômicas e sociais (a sociedade acaba sendo um reflexo da economia), acredita ter encontrado o verdadeiro real impulso da história e o que haveria acima da infraestrutura seriam só derivações da economia sendo o republicanismo uma ideologia que encobre o real. O livro de Flores não tem a envergadura do de Leitman. Flores quer descobrir, partindo da tradição dos historiadores do IHGRS, qual o modelo político dos farrapos. Descarta a possibilidade que sejam republicanos do Prata (Varella), depois descarta a possibilidade que sejam federalistas (Docca). Em seguida descarta a possibilidade do risorgimento italiano (Collor, Bernardi). Chega à conclusão de que o modelo político dos farroupilhas é o liberalismo. Tem esta conclusão, pois cria uma intriga que insere a Farroupilha em um contexto não só brasileiro, mas mundial e que nesse período o que “move” a história seria uma luta entre “o absolutismo e o liberalismo marca a era de instabilidade sociopolítica do século XIX, gerando revoluções e contrarrevoluções em todas as partes do mundo”. (FLORES, 1978, p. 27). Isto é, dessa intriga ele deriva toda a história mundial do período e logo a da Farroupilha, por isso quando vai aos documentos só percebe o “liberalismo dos farroupilhas”, fazendo uma transferência mecânica entre os escritos liberais dos filósofos iluministas europeus do século XVIII e a Farroupilha.

Quem se lançou nesse desafio de reescrever a Farroupilha do ponto de vista da crítica ideológica foi Pesavento. Essa autora nasceu em 1945 em Porto Alegre e foi uma das principais historiadoras rio-grandenses. Diferentemente da geração anterior, Pesavento tem toda a sua formação profissional feita na universidade. Graduiu-se em História pela UFRGS em 1969, concluiu o mestrado em História na PUCRS em 1978. Em 1987, doutorou-se na mesma área pela USP. Durante a década de 1990, fez quatro pós-doutorados na França. Pesavento foi professora universitária na UFRGS de 1977 a 2008. Diversamente da geração anterior, não ocupou cargos políticos no aparelho. Esse processo de maior autonomia do campo intelectual em relação à política administrativa do Estado já foi referido antes e começou logo após o Estado Novo. Contudo, esse afastamento dos intelectuais da prática política administrativa não se refere a um afastamento dos intelectuais da vida ou do pensamento políticos. As marcas políticas e teóricas do período estão no texto de Pesavento. E as peculiaridades do imaginário são o marxismo, a historiografia acadêmica e a reabertura da vida cultural no país com o fim da ditadura.<sup>261</sup>

De Pesavento são analisados dois artigos. Eles são do ano de 1985, quando se comemoraram os 150 anos da Farroupilha.<sup>262</sup> Fora as comemorações estatais da Farroupilha, Pesavento participou de um livro e uma revista universitária em que se partiu da comemoração aos 150 anos da Farroupilha para se ter uma visão crítica dela, isto é, contrapor-se ao que consideravam as comemorações ufanistas e glorificadoras. No primeiro artigo, intitulado “Farrapos, liberalismo e ideologia”, sobre a ideologia da Farroupilha, em que a autora, ao contrário da geração anterior, afirma que a Farroupilha não foi um movimento

<sup>261</sup> Em meados da década de 1990, o pensamento historiográfico de Pesavento sofre uma inflexão. Ela abandona o marxismo e a análise das estruturas sociais para uma história cultural do cotidiano. Sobre essa mudança em historiográfica de Pesavento, ver Vangelista (2009); Pacheco (2009).

<sup>262</sup> Cinquenta anos depois a comemoração da Farroupilha mantém o suporte estatal. No Rio Grande do Sul, foi constituída uma comissão executiva do sesquicentenário da Revolução Farroupilha e assim expressava seu entendimento da Farroupilha o subsecretário de cultura: “A Revolução Farroupilha é uma epopeia que não reflete apenas um aspecto ou registro de nossa história forja, ainda hoje, características peculiaridades da terra e do homem gaúcho. Foram dez anos de lutas. Neste ano de 1985, comemora-se o seu SESQUICENTENÁRIO. Mas, passados cento e cinquenta anos ainda pautamos com as mesmas ideias, o mesmo respeito aos direitos do indivíduo e, principalmente, as mesmas propostas que possam afirmar e reforçar promessas de justiça, de paz e os ideais do Federalismo. Este ano do sesquicentenário não se constitui apenas de um evento programado e planejado pelo Governo do Estado, mas revela a participação de toda a comunidade rio-grandense”. (AMORIN, 1985, p. 13). A diretora do Arquivo histórico do Rio Grande do Sul à época, na mesma edição, se manifestou dizendo: “Isso [a comemoração] vem coroar o empenho da direção e da equipe técnica do AHRS, no sentido de dar a sua contribuição ao conhecimento de um período da história gaúcha que verdadeiramente projetou o Rio Grande do Sul perante a comunidade brasileira”. (COSTA, 1985, p. 14). Cinquenta anos depois, a escrita a partir do Estado exalta a Farroupilha. Contudo, o Estado com esta comissão da comemoração reeditou vários livros e romances sobre a Farroupilha que estavam esgotados a muitos anos, o que ajudou a circular o saber sobre o tema. Também em 1985 lançou-se um livro *E o Bento levou...* (1985) em que dez cartunistas interpretavam a Farroupilha a partir dos seus desenhos. Fora uma iniciativa inédita, os cartuns, no sentido de interpretar a Farroupilha em cinto e cinquenta anos de escrita sobre a Farroupilha.

político que representou todos os gaúchos, mas que representou apenas a elite local.<sup>263</sup> No segundo artigo, “Uma ideologia em Farrapos”, a autora vai mostrar que, do fim do século XIX até o momento do seu artigo, a escrita da história sobre a Farroupilha atendeu aos interesses da classe dominante.<sup>264</sup>

Para Pesavento, no primeiro artigo analisado – “Farrapos, liberalismo e ideologia”, a Farroupilha foi o evento que maior atenção recebeu da historiografia tradicional, em que se ressaltou a bravura de seus líderes e onde se descreveram (e não analisavam) numerosos conflitos. Seu ensaio, conforme define a autora, não se propõe a apresentar novos fatos, nem mesmo a ter um entendimento além do já aceito.<sup>265</sup> Entretanto,

quer parecer que ainda há espaço para a reflexão e análise de alguns tópicos, como o da ideologia dos farrapos. Em outras palavras, em torno de um episódio sobre o qual muito se tem escrito caberia tentar problematizar a instância ideológica, a partir da definição de uma determinada postura metodológica. (PESAVENTO, 1985a, p. 7).

O objetivo do ensaio, a investigação da ideologia dos farroupilhas, é uma manifestação das marcas da época: a críticas das ideologias. E faz isso porque acredita que a geração anterior justificou sua ascensão ao poder e sua manutenção nele criando um vínculo entre o passado farroupilha e o seu destino histórico. É essa ligação que a análise ideológica quer desfazer, quer mostrar que as escritas anteriores da Farroupilha são ilusórias, não são representações para todos os gaúchos, mas apenas remetem à classe dominante. Portanto, a

<sup>263</sup> Assim, os editores apresentam o livro do qual participa o artigo de Pesavento. São notórias as marcas teóricas e políticas do período nessa apresentação: “Ao projetarmos a *Série Documenta* no final da década de 1970 nosso objetivo era o de formar uma estante de obras que analisassem a realidade sul-rio-grandense em seu passado e em seu presente numa perspectiva atual e *crítica*. Perspectiva, aliás, inevitável numa era de modernização e de rápidas transformações pelas quais passou e passa o estado e as quais não permitem mais viver *do e no* passado mas exigem, pelo contrário, que ele seja visto como tal, como *história* [...] Hoje a *Série Documenta* constitui uma verdadeira Biblioteca do Gaúcho, moderna e *esclarecedora*”. (OS EDITORES, 1985, p. 3, grifo meu). Desse modo, fica evidente aqui a concepção de história moderna que se tem, ou seja, uma concepção crítica, pois ela esclarece o que antes era a ideologia da classe dominante e, assim, permite sair do passado e levar ao futuro, à modernização tão esperada, mas que sempre foi falha porque feita com a teoria incorreta e pela classe incorreta. Também fica evidente como muda a posição dos farroupilhas do ponto de vista da teoria social – se antes eram revolucionários, rebeldes, agora são chamados de “oligarquia rural sul-rio-grandense”. (OS EDITORES, 1985, p. 3). Altera-se sua posição no quadro social da época.

<sup>264</sup> Na apresentação da revista, assim a organizadora se posiciona: “a guerra que a oligarquia sul rio-grandense empreendeu” (ZILBERMAN, 1985a, p. 5) e “as mudanças ocorrendo no sentido de *desmistificar* a faceta mais idealizada do episódio e compreender tanto suas causas sociais e ideológicas” (ZILBERMAN, 1985a, p. 5, grifo meu) e “na ocasião em que se *comemoram* os 150 anos [...] cumpria retornar ao material literário e histórico [...] deixando de endossar a perspectiva eufórica que por muito tempo acompanhou a interpretação dos fatos”. (ZILBERMAN, 1985a, p. 5-6, grifo meu).

<sup>265</sup> Para a autora, o conflito representou uma rebelião dos senhores de terra e gado do Rio Grande do Sul contra a dominação que a oligarquia do centro do país, empresária da independência, buscava impor sobre as províncias da jovem monarquia brasileira.

anterior representação da Farroupilha apenas encobria o real e o verdadeiro interesse da classe dominante.

E a historiadora faz tal crítica com o subsídio teórico do marxismo, que é como as outras teorias da história usadas anteriormente: uma filosofia da história.<sup>266</sup> Assim como as filosofias da história de Hegel, de Comte e as filosofias liberais da história, o marxismo, enquanto filosofia da história, também crê em um sentido determinado da história: a plena liberdade com o fim das classes sociais. E é esse ponto de vista que está subtendido no texto e perpassa o período. Era importante mostrar que a ideologia farroupilha era mais uma forma de dominação de classe na sociedade rio-grandense.

Assim, Pesavento deixa bem claro seu método de análise: a) parte-se do pressuposto de que o estudo da ideologia deve se basear na análise das condições objetivas locais em sua dimensão infraestrutural; b) tais condições se traduzem em relações de poder, que por sua vez c) se fazem acompanhar de uma determinada visão de mundo. Para a historiadora “A ideologia neste caso, aparece como a representação desta realidade, mas elaborada de forma invertida, mediante o processo pelo qual as ideias de um grupo se tornam as ideias de todos os grupos, mas que visam ocultar este processo de dominação subjacente”. (PESAVENTO, 1985a, p. 8).

Acredita a autora que, com este quadro teórico e a partir do exame do contexto histórico rio-grandense, conseguiria explicar o processo ideológico da Farroupilha com relação ao mascaramento da realidade regional. Ao iniciar a explicação sobre a Farroupilha, a historiadora cria uma estrutura dedutiva para a explicação, isto é, parte do geral para o particular. Começa pelo contexto mundial, passa ao contexto brasileiro, depois ao regional. Em seguida empreende uma análise da conjuntura que vai da Independência ao ano de 1835 e, depois de ter explicado e fornecido ao leitor o que crê ser a infraestrutura do período, passa, por fim, ao objetivo do seu artigo: a análise da ideologia farroupilha.

---

<sup>266</sup> A intenção aqui não é esgotar o marxismo, pois tem uma história diversificada e pujante, mas apenas mostrar uma de suas várias facetas que se o caracterizou na produção da Farroupilha neste período. O marxismo não é uma filosofia da história como as anteriores, conforme notou Walsh (1978, p. 26), “A filosofia marxista da história tem mais de um aspecto: na medida em que procura mostrar que o curso da história tende para a criação de uma sociedade comunista sem classes, por exemplo, aproxima-se de uma filosofia da história do tipo tradicional. Mas seu principal objetivo é apresentar uma teoria da interpretação e causação históricas”. Dosse (2003b, p. 253-254) percebe essa tensão: “Entretanto, se Marx passa pelo desvio da concretude histórica, a da positividade dos fenômenos históricos e sociais, até em seus aspectos mais contingentes, ele não deixa de representar um pensamento teleológico que adquire forma de uma profecia escatológica voltada para o desaparecimento da sociedade de classes, para a transparência realizada pela sociedade comunista [...] Essa teleologia histórica atenua-se ao longo da obra de Marx, mas não desaparece verdadeiramente porque ela é o ponto de apoio de toda a prática política marxista e do horizonte de esperança que ela descortina”.

Na perspectiva mundial, a Farroupilha se enquadraria no processo em que o capitalismo se encontrava como modo de produção configurado e, assim, a Farroupilha se ajustaria no processo de descolonização que ocorreu da passagem do século XVIII ao século XIX. No contexto brasileiro, haveria a Independência e, logo após, a elite cafeeira do Rio de Janeiro construiria um Estado nacional centralizado para controlar e favorecer seus interesses econômicos e políticos. No contexto local, a autora viu na formação do Rio Grande do Sul dois traços importantes: por um lado, o componente militar-fronteiriço e, por outro, a economia predominante da pecuária. Na análise de conjuntura do Rio Grande que levou à revolução, a Pesavento percebeu três eventos como primordiais: a) dependência econômica em relação ao centro do país; b) perda da Cisplatina; e c) início da subordinação política à Corte. Metodicamente determinado o contexto histórico, inicia-se o estudo da ideologia do movimento. E verifica que

A primeira constatação que se faz ao se empreender um estudo do ideário farroupilha é a conotação liberal do movimento. Entretanto, dentro do processo de descolonização em marcha e da expansão mundial do capitalismo, liberais eram tanto os portadores originais de tais ideias (a burguesia europeia) quanto se diziam liberais os farroupilhas ou os artífices do Estado Nacional centralizado e unitário contra os quais os rebeldes sulinos se insurgiam. (PESAVENTO, 1985a, p. 16).

No período de supremacia da burguesia europeia, “novas condições materiais e novas relações sociais surgidas estavam a exigir uma justificação racional e um ideário de combate [...] a burguesia vitoriosa [...] apresentou seu ideário à sociedade como interesses gerais”. (PESAVENTO, 1985a, p. 17). Estava subjacente a isso que ficassem extintas as barreiras comerciais, ampliando as forças econômicas e a acumulação privada. Tais conceitos obedeciam à vontade da burguesia no capitalismo que se desenvolvia. Há uma lógica no raciocínio. Uma nova economia gera uma situação política diferente que geram ideias para justificar a nova economia. A infraestrutura da economia, a base profunda e regular da sociedade, precisa de sua justificação ideológica na superestrutura da sociedade: as ideias. Tal ideário no caso da Farroupilha é o liberalismo, que se pretendia geral na sua aceitação no Rio Grande do Sul, mas que a crítica ideológica mostra-se que representava apenas os interesses da classe dominante.<sup>267</sup>

---

<sup>267</sup> Outro livro que tem uma mesma perspectiva teórica e chega a ser mais esquemático que os artigos de Pesavento é *Revolução Farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos*, de Lopez (1992). Na introdução, afirma-se que há uma revisão dos mitos do gauchismo e que a Farroupilha é um deles, ainda mais que “em 1985, na comemoração do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o oficialismo resgatou, do movimento farrapo, o seu conteúdo de luta”. (LOPEZ, 1992, p. 10). Considera o autor que a peonada manipulada pelos estancieiros “jamais lutou por uma causa verdadeiramente sua” (LOPEZ, 1992, p. 13), assim, “o povo foi

O liberalismo europeu foi tanto filosofia quanto prática política, afora se exibir como o modo ilusório do aparecer social. Assim, então, pergunta-se a autora, como se teria dado no caso brasileiro a “metabolização” do ideário liberal?<sup>268</sup> Seus introdutores foram a elite brasileira que foi estudar nas universidades europeias, a maçonaria e a vinda da Corte para o Brasil. Estes fatores constituíram-se em fator de propagação do liberalismo. Entende a autora que a assimilação de um ideário por uma classe que não foi o seu vetor primário abarca uma ligação de domínio que expressa não só a relação entre capital e trabalho, mas “a nível de subordinação e dependência entre o Brasil e Europa. Mas como a realidade colonial é, por essência, ‘cá’ e ‘lá’, ou seja, não é só sobredeterminação, mas também dinamismo interno, a visão liberal de mundo sofre uma metabolização”. (PESAVENTO, 1985a, p. 20).<sup>269</sup>

Na Europa, o liberalismo atendia às reivindicações de concretização de uma nova classe e a solidificação do capitalismo. No Brasil, o processo de independência provocava a conservação do mesmo grupo como dominantes na sociedade, o que aludia à inviabilidade de uma alteração liberal total da sociedade, tal como na Europa. Para a autora,

Em suma, se as propostas liberais, por um lado, tinham significância para os próceres da independência porque eram a expressão ideológica do sistema mais

---

massa de manobra do Federalismo das elites”. (LOPEZ, 1992, p. 17). E depois o autor descobre a verdadeira causa da Farroupilha: o “sufoco econômico” da elite rio-grandense. E “ver as coisas desta forma significa remeter a questão a seus fundamentos básicos – a infraestrutura da história rio-grandense”. (LOPEZ, 1992, p. 27). E, na conclusão do livro, a filosofia marxista da história se revela: “Em outras palavras, por que não trazer a realidade a tona?” Ele mesmo responde por que a realidade deve ser trazida à tona: “as camadas populares sempre perderam no campo da luta, desde Cabral. Por que elas devem continuar a perdendo nos livros de História? Sim, porque utilizar o nome do povo para encobrir interesses de apenas um grupo significa uma nova derrota popular, [...] impede-se que um episódio histórico sirva para a formação de uma consciência crítica”. (LOPEZ, 1992, p. 45). Isto é, quer conhecer o passado para libertar o povo (o povo gaúcho) que considera oprimido pela elite (estancieiros). A historiografia assume um caráter bem prático: o de salvação. Para superar esta etapa da história, “tais episódios são interpretados à luz da metodologia da luta de classes tornando-se representativos de algo mais profundo” (LOPEZ, 1992, p. 48) e isso é necessário, pois “o exato conhecimento do passado é necessário à formação de uma postura crítica no presente” (LOPEZ, 1992, p. 49, grifo meu), isto é, usar a metodologia da luta de classes para o conhecimento da história que despertará a consciência crítica do povo é necessário, pois “a peonada evidenciou as fronteiras de sua consciência e nunca conseguiu ultrapassar o lamento poético, expressão patética de um desencanto impotente [...] mas os tempos não estavam amadurecidos para que a queixa evoluísse e chegasse até o protesto no rumo da *transformação*”. (LOPEZ, 1992, p. 58, grifo meu).

<sup>268</sup> Aqui Pesavento tem como pano de fundo a discussão, que aconteceu em meados a década de 1970, sobre o lugar das ideias entre Schwartz (2012), com o capítulo “As ideias fora do lugar”, e Franco (1976), com o artigo “As ideias estão no lugar”.

<sup>269</sup> E é nesse ponto que Pesavento vai além de Flores (1996), pois este considera que as ideias liberais vieram para o Brasil apenas de modo reflexo, isto é, houvera apenas uma transferência descontextualizada das ideias liberais europeias para o Brasil. Pesavento mostra que isso é impossível, que as ideias precisam fazer sentido em um contexto e a pura transferência mecânica de significados das palavras de um contexto para outro é metodologicamente inconsistente. Por isso, ela usa o termo metabolização, isto é, por mais que os autores sejam os mesmos, o significado em cada contexto é diferente, ou seja: é o contexto de ação dos personagens que valida a correção de uma sentença. O que Flores faz é simplesmente usar o mesmo sentido das palavras em contextos diferentes. E o que Pesavento faz é mostrar que as mesmas ideias foram usadas em cada contexto de modos diferentes, elas foram metabolizadas.

amplo em transformação, por outro lado necessariamente teriam sua chance limitada no contexto brasileiro por não corresponderem, *in totum*, após aos interesses de classe daqueles grupos. Desta forma, nossos liberais recolheram da ideologia importada àqueles elementos condizentes com suas reivindicações mais imediatas, ou seja, o liberalismo econômico tinha o significado básico de romper monopólios e estabelecer o livre comércio, enquanto que a sua contrapartida política se orientava para a entrega do poder de direito aos seus representantes de fato na sociedade brasileira: os proprietários de escravos e terras. (PESAVENTO, 1985a, p. 20).

Segundo Pesavento, mesmo que as classes que seguem o novo ideário no Brasil não sejam burguesas, isso apenas aparentaria uma ilusória contradição entre o pensa e o agir. Apesar disso, se o interesse não burguês se relaciona com interesses burgueses, esta adesão não provoca deslocamento, pois “A rigor, as ideias estão sempre no lugar. No caso do liberalismo, é a classe dominante, lá e cá, que elabora ou adota tais ideias que servem a seus interesses, no caso, a afirmação de sua dominação sobre os demais grupos”. (PESAVENTO, 1985a, p. 21).

Depois de explicar a ideologia liberal na Europa e no Brasil, a autora se pergunta quais seriam as ideias mais presentes no discurso farroupilha. O ideário era de conteúdo liberal. Entre os autores preferenciais dos farroupilhas estavam John Locke, Montesquieu e Jean-Jacques Rousseau.

O liberalismo adquiria, no contexto farroupilha, o fundamento para a insurreição contra um governo que, por um lado, ameaçava a propriedade e, por outro, a soberania dos rio-grandenses. A autora crê que, por causa disso, resultou que tal movimento apresentou a questão do federalismo. E o importante seria apreender o significado do “federalismo” a partir do ideário liberal. Para Pesavento, o apoio ao federalismo responde aos imperativos da economia suplementar do Rio Grande do Sul em relação à economia central de exportação, estando sujeita à distribuição de seu produto no mercado interno brasileiro. Em relação ao conceito de república, este, como no desenvolver da revolução, ganha, entre as diversas correntes, a orientação pela secessão política do Brasil. Igualmente tanto as correntes federalistas quanto as republicanas justificavam um regime que se conciliava com os interesses dos grupos dominantes locais que a questão da soberania deveria ser entendida com interiorização dos centros de decisão.

Estas concepções se combinavam na Europa com as pretensões burguesas de domínio do poder político, como também na realidade da Farroupilha, na aspiração do domínio de poder pelos dos proprietários de terra. Outro ponto que a autora destaca é a atitude adotada pelos rio-grandenses relativa ao liberalismo econômico. Ao buscarem o protecionismo alfandegário para o seu artigo, colocavam-se contrariamente aos cafeicultores do centro do

país. Para a autora, haveria contradição entre o modo protecionista e o caráter liberal quanto à política econômica a ser adotada. Isso é ocorrência do conflito entre uma economia orientada para o mercado interno e uma economia direcionada para o mercado externo. Tal conflito é produto da “metabolização” feita pelas classes dirigentes regionais das disposições do *laissez-faire* derivadas da Europa. Portanto, tal ideia assim seria entendida pela oligarquia regional que, após o domínio português, estava na submissão econômica à Corte Imperial. Além disso, no entendimento de Pesavento, não houve na Farroupilha uma proposta sobre o trabalho livre nem existiu também nela conteúdo social:

Em suma, no Rio Grande do Sul o movimento circunscreveu-se aos limites da classe dominante, pecuarista, latifundiária e escravocrata. Estes eram os “cidadãos” [...] que arrastavam junto a si seus empregados [...] em torno de causas alheias [...] Não há, portanto, falta de correspondência entre o discurso político e a sua base social [...] As ideologias, no caso, não são julgadas necessariamente pelo seu critério de verdade ou falsidade, mas muito mais segundo uma eficiência em cimentar a posição de domínio de um grupo, unificando o bloco social [...] Neste sentido, as ideias dos farrapos expressariam o “aparecer social” dos revoltosos: libertários, defensores dos direitos individuais dos cidadãos, respondendo pelas aspirações do povo diante de um poder opressor. Na “essência”, constitui-se numa rebelião de elite, que na defesa de seus interesses privados posicionou-se em armas para resistir à política econômica e à dominação do poder central [...] a justificação da rebelião passava pelo endosso seletivo das ideias liberais da época, adaptadas aos interesses e problemas locais. (PESAVENTO, 1985a, p. 28).<sup>270</sup>

Enfim, para a geração anterior o que fora obra político-militar de todos os rio-grandenses representava na verdade, segundo a crítica ideológica, apenas os interesses da classe dominante.<sup>271</sup> O liberalismo, que na Europa representava a ascensão de uma nova

<sup>270</sup> Em 1983 (pelo que pude averiguar), houve uma mesa redonda, organizada pela APHRGS, sobre a Farroupilha. Participaram as professoras Helga Piccolo, Sandra Pesavento e Maria Luiza Martini. Destaco o argumento de Pesavento sobre a questão da consciência do peão em relação à história (este debate surgiu, pois Martini, criticando Pesavento, achava importante recuperar a racionalidade histórica do peão). Acho importante recuperar essa argumentação de Pesavento, ela pois mostra como um determinado uso de uma teoria histórica empobrece a explicação do historiador, já que ao querer mostrar que a Farroupilha é uma guerra oligárquica sem nenhum vestígio popular, Pesavento retira qualquer agência histórica dos peões. Quando questionado sobre esse assunto, Pesavento responde: “Creio que, do ponto de vista do peão, não se coloca o questionamento ‘por quem lutar?’ O peão, que está na dependência do estancieiro, luta ao lado do seu senhor e contra quem este determinar”. (HISTÓRIA, 1985, p. 17). E continua: “Sobre a classe subalterna se exerce a dominação e se espera obediência, não se perguntando com quem luta, por quem luta ou coisa que o valha [...] Creio que, para a classe dominante da época, pouco importa a racionalidade do peão. Não era considerado gente, no sentido de poder optar” (HISTÓRIA, 1985, p. 17); “o peão não suspeita o que possa ser República, Federalismo, etc., que para ele são coisas completamente alheias a sua realidade”. (HISTÓRIA, 1985, p. 18). E segue na sua visão de que “[...] que a percepção deste ou daquele lado nem desce ao nível do peão. Para início de conversa: tu [Maria Luiza] estás pressupondo politização da classe dominada em 1820. Não consigo perceber nesse contexto consciência política”. (HISTÓRIA, 1992, p. 19). Ao optar-se por uma racionalidade historiográfica que não compreende a racionalidade fora a sua própria ou percebe as outras racionalidades de cima para baixo, o entendimento historiográfico da agência histórica de outros grupos sociais fica enfraquecido.

<sup>271</sup> Interessante notar que Sodré (1965, p. 236), historiador marxista, diferentemente de Pesavento, assim analisava a Farroupilha: “E a esquerda só encontrou um caminho, o da insurreição. Começa nesse mesmo

classe ao poder político, no Brasil representou apenas a acomodação da oligarquia nacional no poder após a independência. No caso da Farroupilha, o liberalismo representou os interesses dos senhores de terra e gado do Rio Grande do Sul, pois atendia à necessidade protecionista de uma economia suplementar e, também, à possibilidade de interiorizar as decisões à oligarquia local.

A Farroupilha, após a crítica da ideologia, não era mais obra de todos os rio-grandenses, mas produto da oligarquia local. No seu aparecer social, em seu modo ilusório, a Farroupilha representava a todos os sul-rio-grandenses, mas desmascarado o processo ideológico e verificada a camada profunda da história real, das atividades econômicas infraestruturais, a verdade apareceria em sua essência. E a verdade para a geração de 1980 é: a Farroupilha foi uma secessão da classe dominante em que o povo, peões e agregados, entraram alienados, servindo a interesses políticos e econômicos dos senhores de terra e gado.

Após demonstrar no primeiro artigo que a Farroupilha era uma revolução da elite oligárquica, no segundo artigo, *Uma ideologia em Farrapos*, a historiadora quer demonstrar a utilização ideológica da Farroupilha, ao longo dos anos, pelo discurso historiador a favor da classe dominante. A Farroupilha é o episódio mais notório do passado sul-rio-grandense e a imagem que habitualmente se apresenta é a de uma epopeia, distinguida pela bravura dos seus heróis. Seria um ponto de vista predominante no ensino escolar da história que, entretanto, excede o domínio escolar. Para a autora, a Farroupilha é o carro-chefe de uma maneira de explicar o Rio Grande do Sul enraizada na consciência do homem comum:

Hoje, mais do que nunca, ao serem *comemorados* os 150 anos da Revolução Farroupilha, essa visão tem sido reativada, difundida e mesmo patrocinada oficialmente, mas numa dimensão que assume contornos de tragicomédia. Justamente no momento em que o Rio Grande do Sul enfrenta a maior crise econômico-financeira de sua história e quando também o seu peso político no jogo de interesses com o poder central chegou a um nível tão baixo, é que se busca celebrar festivamente um episódio do passado gaúcho no qual foi possível não só o enfrentamento armado de 10 anos com o poder central como inclusive barganhar com o centro decisório do poder nacional. A crise contemporânea é avassaladora sobre a economia, a sociedade e a vida político-partidária, mas as *comemorações* do Sesquicentenário afirmam a bravura e o espírito indômito do gaúcho, “centauro dos pampas”, “monarca das coxilhas”. (PESAVENTO, 1985b, p. 75, grifo meu).

---

ano de 1835, em setembro, com o pronunciamento da província sulina do Rio Grande”. E suas considerações sobre as causas do movimento: “Porque a razão mais forte residiu em que, no Rio Grande de S. Pedro, a rebelião unira as classes, juntara proprietários de estância e de gado à peonada, aos autênticos farrapos”. (SODRÉ, 1965, p. 239). Mesmo pertencendo à outra geração de historiadores e, por mais que existam vários marxismos, é importante ver a diferença que pode haver de interpretações usando as ferramentas teóricas marxistas. Para Sodrê, a Farroupilha uniu as classes e era de esquerda.

Conforme Pesavento, isso leva à obrigação de refletir sobre a relação da historiografia com a ideologia e com o poder. Ao seguir explicando essas relações, a historiadora entende que cada grupo social teria o seu intelectual orgânico, que dissemina as ideias de sua classe. O intelectual organiza a ideologia e auxilia a construir a hegemonia de uma classe atuando no centro da sociedade. Neste caso a ciência, que poderia colaborar para a transformação da sociedade, no entanto, protege a reprodução desigual do sistema social. E, nessa condição, a objetividade da ciência é uma visão de mundo, pois a ligação que se faz entre o real e sua representação são intermediadas pela ideologia. A história, então, não pode ser neutra, sendo instituída através da ideologia, que obedece a interesses de classe, portanto, a historiografia seria uma esfera de recrutamento dos intelectuais orgânicos pelo sistema e, assim,

a classe dominante apresenta, através dos historiadores, a visão que possui de si mesmo: digna, justa, merecedora da posição que ocupa [...] a produção historiográfica de um povo é elaborada pelos pensadores a serviço da classe dominante, no sentido de oferecer uma visão na qual aquela classe apareça como representante de todos os interesses da sociedade [...] É assim no caso da historiografia oficial rio-grandense, que louva e exalta as qualidades do gaúcho, altaneiro, livre, destemido. (PESAVENTO, 1985b, p. 77).

A ideologia, todavia, esconderia a dominação de classe, recusando a luta social e remodelaria a história em uma narrativa idealizada, imaginada, que não satisfaria o processo histórico real, pois, na historiografia oficial, senhores de terra e gado e peões se unem em num só tipo: o gaúcho. Tal entendimento do passado em sua configuração ideologizada domina o senso comum e “Nesta trajetória de montagem de uma história oficial, que legitimasse o poder dos pecuaristas no Estado [...] a Revolução Farroupilha ocupou um lugar de destaque”. (PESAVENTO, 1985b, p. 79).

A historiografia oficial rio-grandense surgiu, para a autora, na virada do século XIX para o XX sendo arquitetada ao longo dos anos na República Velha. Era indispensável para a classe dominante um passado que a nobilitasse e que fosse, enquanto ideologia, oferecer um passado comum a todos, sem diferenciação de classes e, portanto, a Farroupilha foi elemento essencial deste processo. Para a historiadora, a tendência básica de interpretação da Farroupilha veio a obedecer a diretriz fixada pela classe dominante. Ou seja, ao longo do século XX a interpretação que interessava à classe dominante sempre foi a representação oficial da Farroupilha. Assim, no início do século, venceu a tese isolacionista e, após a década de 1930, venceu a tese da integração com o Brasil, mas tudo em decorrência do interesse de como a classe dominante se representava no conjunto econômico e político nacional. Portanto, esta posição obedecia a um reforço dos mecanismos ideológicos de sustentação do

grupo dominante no poder regional. Este foi o período em que se concretizou a historiografia oficial no Estado, glorificadora dos seus heróis. Em ambos os momentos, isolacionismo e integração, a escrita historiadora da Farroupilha corroborou o poder de uma classe ao sacralizar o seu domínio, pela prescrição de uma história virtuosa, que não pertenceria só à elite, mas a todo povo.

Disseminada nas escolas, essa historiografia “representou uma forma não crítica de estudar o passado” (PESAVENTO, 1985b, p. 81, grifo meu), misturando relato linear, sequencial com o resgate dos grandes feitos dos grandes personagens. Tal narrativa caracterizar-se-ia por não entender a história como processo, fragmentando a realidade, de tal modo que os eventos políticos nada têm a ver com as maneiras de produção da esfera econômica.

Para Pesavento o Rio Grande do Sul no sesquicentenário da comemoração da Farroupilha vivia sua maior crise política, econômica e social. E bem neste momento, de celebração e crise, houve um reforço ideológico da classe dominante para se manter no poder e a Farroupilha é sempre usada para tal fim, mas a crise, percebe a autora, ofereceu uma oportunidade única para se mostrar a distância entre o discurso de dominação e a realidade concreta do Estado que estava encoberta. A crítica da ideologia torna-se vital não só para o conhecimento do passado, mas para a própria vida política, para a vida cotidiana, pois, ao desmascarar a ideologia dominante, o real se revela e as pessoas (até a consciência do homem comum) estão epistemologicamente seguras de como agir. Isso porque há um método que assegurou a verdade. Desse modo, assegurar o desvelamento do real é necessário para a vida política:

O estudo da história deve ter um sentido prático muito efetivo, possibilitando a tomada de decisões no presente. Estuda-se história, em última análise, para poder agir. Neste ponto, a história deve assumir um sentido crítico, e a Revolução Farroupilha pode se apresentar como um momento privilegiado de análise no qual o Rio Grande teve condição de enfrentar e barganhar com o centro. Vista desta ótica, a questão tem grande atualidade, pois se impõe nos dias atuais, mais do que nunca, a necessidade de tentar alterar as relações entre o Rio Grande e o centro, encontrando novas formas de influir nas decisões da política nacional e obter ganhos para o estado. Ao predominar, contudo, uma visão glorificadora, corre-se o risco de estado ficar encerrado no passado, perdendo-se a possibilidade de uma análise mais séria das condições históricas objetivas atuais e das possíveis condições de barganha do Rio Grande face o poder central. (PESAVENTO, 1985b, p. 82-83, grifo meu).

O estudo da história tem um objetivo para além da verdade, e até mais importante que a verdade: o agir. Estuda-se história para desvendar o real por trás da ideologia. Depois disso poder-se-ia agir corretamente. O ponto arquimédico é a crítica (marxista). Deve-se, necessita-

se, estudar história para mudar o mundo. E nesse caso deve-se estudar história, pois as relações do Estado com o poder central eram muitos desfavoráveis aos rio-grandenses na década de 1980. E, no entender de Pesavento, tal situação política deveria mudar, pois poderia ser o começo de uma nova situação econômica para o Estado. O Rio Grande do Sul poderia se reerguer da crise aguda em que vivia se encontrasse uma maneira de reverter a relação desfavorável com o centro. E o caminho apontado pela historiadora, por mais paradoxal que possa parecer, é de forma invertida o mesmo que levou a crise: a Farroupilha. Isto é, necessita-se de um estudo crítico, não glorificador da Farroupilha, para saber como foi possível ao Estado “enfrentar e barganhar com o centro”, pois atualmente (1985) não consegue mais. A geração de 1980 quer o mesmo que os antecessores: controlar a inserção do Rio Grande do Sul na nação. E a Farroupilha é virada do avesso, a partir da crítica, para o mesmo fim político.<sup>272</sup>

A geração de 1980 fez o contraponto dos períodos anteriores.<sup>273</sup> Sua importância reside em contestar muitas das teses anteriores tais quais: haveria o ideal de abolição da escravidão entre todos os farrapos e que não houve um massacre/traição em Porongos;<sup>274</sup> a representação heroica dos farrapos; a tese de que haveria uma unanimidade da população em torno dos farroupilhas no período da guerra e, também, mostrou os interesses econômicos que

<sup>272</sup> De modo semelhante, outros historiadores abordaram essa questão. Para Freitas, repensando as relações Rio Grande do Sul com o centro, desde o esmagamento das rebeliões federalistas pelo império, entre elas a Farroupilha, houve uma submissão das demais regiões brasileiras a hegemonia centralista do sudeste. Para o autor, o Rio Grande três vezes se opôs a essa hegemonia. Primeiro com o regime castilhistas, depois com o movimento de 1930 e, por fim, em 1961, quando a arremetida centralista esbarrou na insurgência gaúcha. Historicamente no Brasil, centralismo foi sinônimo de opressão, assim “Este é um momento oportuno [1985] para lembrar que não se pode haver democracia sem federalismo, nem federalismo sem democracia”. (FREITAS, 1985, p. 120). Para Dacanal (1985, p. 127), por causa do domínio da oligarquia rio-grandense “o estado resente-se hoje da ausência de uma liderança forte, moderna e ilustrada capaz de uma administração eficiente em termos capitalistas e avançada em termos sociais, destinada ou eliminar os bolsões de marginalização e miseráveis que vivem em meio ao esbanjamento irresponsável e ao consumo suntuário das classes dirigentes. Isto seria economicamente possível e até fácil por que o Rio Grande do Sul é um estado rico, desenvolvido e de grande potencial [...] com o tempo o marasmo e a mesmice do presente talvez desapareçam”. Para Lopez (1992, p. 35), “é sabido que o Rio Grande periferia econômica e cultural do centro do país [...] só agora começa aparecer em âmbito nacional”. Se as gerações passadas acreditavam que o Rio Grande do Sul era o portador da liberdade e do progresso brasileiro, a geração de 1980 entende as relações do Estado com o centro de forma invertida, o Rio Grande do Sul como um Estado periférico e empobrecido, mas no fim todos tem uma esperança, cada um acredita, a sua maneira, que o Rio Grande do Sul poderá ressurgir para o cenário nacional novamente.

<sup>273</sup> Nedel levanta uma hipótese sobre a geração de 1980 que é muito instigante para a compreensão da escrita historiadora e do romance desse período e que perpassa toda a tese, isto é, a relação entre escrita e política. Para a autora, caberia perguntar até onde vai a crítica da geração de 1980 em relação à geração anterior: “não seria a manobra amnésica própria de uma ciência que, fundada sob o signo da ancestralidade, continua firmemente engajada nas disputas identitárias sem assumir sua condição política interessada”. (NEDEL, 2007, p. 426).

<sup>274</sup> O tema da escravidão foi um dos mais instigantes levantados por essa geração. Nenhuma traz ainda um personagem negro como protagonista da narrativa, duas narrativas mostram que houve uma traição em Porongos: Leitman (1985) e Flores (2004), e os limites do abolicionismo na Farroupilha: Bakos (1985) Santos (1990).

faziam parte do movimento; além disso, para a geração de 1980, o sesquicentenário não foi usado para comemorações, e sim para um repensar crítico sobre a explicação da Farrroupilha até então oferecida, sua presença na formação identitária do gaúcho e, também, para refletir sobre a inserção do Estado na vida nacional.

O caso mais notório do entrelaço intelectual-político entre gerações deu-se a partir da publicação do breve ensaio *Bento Gonçalves: o herói ladrão*, de Tau Golin, lançado em 1983 e que teve como resposta o livro *Bento Gonçalves: mito e história (sobre o herói ladrão farroupilha)*, de Fernando Sampaio, publicado em 1984. Para Golin, Bento Gonçalves é considerado o maior herói rio-grandense e quer desfazer o mito em torno de Bento Gonçalves criado pela historiografia oficial. Para Golin, além de destacado líder da oligarquia, Bento também praticou roubo. E diz que pode empiricamente provar o que afirma. Assim, o autor mostra o Bento Gonçalves histórico, não mais o mitológico da historiografia oficial. Também diz que, sendo visceralmente ligado às oligarquias, jamais teria um perfil de herói popular como Artigas. Enfim, Bento Gonçalves pertencia à elite, “fez parte de uma organização – verdadeira máfia da época”. (GOLIN, 1983, p. 12). Assim, os responsáveis pelo mito Bento Gonçalves para Golin são os historiadores ligados ao poder e o tradicionalismo. Para Golin, os intelectuais a serviço da classe dominante escamotearam a verdade sobre Bento, com o suporte ideológico do positivismo. Além de Bento ser um ladrão e líder de guerrilha que fazia roubo e contrabando, Golin o acusa de ter combatido os artiguistas e contribuir para o fim do sonho povo uruguaio “que esteve prestes a se concretizar totalmente na revolução”. (GOLIN, 1983, p. 23). Assim, sobre esses

aspectos ele já se coloca antagonicamente à massa popular [...] mediante o conhecimento do homem histórico Bento Gonçalves, delimitado na sua classe – a oligarquia –, não é possível de ser cristalizado no coração do povo. Entretanto, se Bento totaliza-se como ‘herói’ genérico, devemos atribuir essa realidade ao sucesso estrondoso da ideologia dominante. (GOLIN, 1983, pg. 43-44).

E, ao fim, além de desmascarar a ideologia da classe dominante na criação do mito de Bento, Golin (1983, p. 48) entende que

precisamos afrontar a necessidade que todo trabalho situe-se no senso comum, melhor maneira de alterar a visão dominante da elite sobre a história do Rio Grande do Sul. A supremacia da visão dominante e positiva sobre o processo social rio-grandense impera absoluta, articulando-se na massa popular como se fosse a sua verdade histórica. Existe uma tarefa urgente: a de reconstituir a história, para que o povo possa enxergar-se corretamente na sua trajetória social, desde o passado, [e] encaminhe as transformações futuras.

O imaginário da crítica está prenhe na obra de Golin. Sampaio, apesar de algumas críticas corretas a Golin, não deixa de reatualizar o mito Bento Gonçalves. Segundo ele, “Golin, objetivamente ataca a classe dominante brasileira e faz com que a atual situação política retroaja no tempo, num processo mítico e mistificatório, o qual talvez nem lhe seja claro”. (SAMPAIO, 1984, p. 124). Por fim, entende que a crítica de Golin faz parte da falência cultural nacional: “Em suma, foi implantada a alienação e com ela vem a desculturação, matando no processo o espírito cívico e as raízes do próprio nacionalismo. Esta confusa situação que se criou e que explica, no meu entender, a origem e a metodologia de ‘Bento Gonçalves: o herói ladrão’”. (SAMPAIO, 1984, p. 128). Essa contenda é a luta por reconhecimento de dois imaginários opostos.<sup>275</sup>

A geração de 1980 deixou suas marcas na luta pelo reconhecimento do imaginário sobre a Farroupilha. Como as outras gerações, também lutou pelo reconhecimento do imaginário que acreditava científica, literária e politicamente o mais correto sobre a Farroupilha. Houve criação, houve diferença no imaginário representado. O presente foi o combustível que moveu o novo imaginário em disputa. E esse presente estava marcado pela crítica (marxista e estruturalista) e pela ditadura civil-militar.

A geração de 1980 ainda não é o fim dessa história. A coruja ainda está em seu voo e a história continua a mover-se. Em 1989, cai/derrubam o muro de Berlim, a URSS entra em colapso em 1991, o mundo não é mais bipolar e termina a Guerra Fria. Teoricamente, as metanarrativas sofrem o golpe de misericórdia. A crítica, marxista e estruturalista, entra em crise. Conforme notara Habermas (2009, p. 335), “Sob as circunstâncias atuais, talvez seja mais urgente assinalar os limites da falsa pretensão da universalidade da crítica do que a falsa pretensão de universalidade da hermenêutica”. Claro que o contexto intelectual de Habermas é diferente do contexto intelectual dos narradores aqui analisados. Mas é de observar que Habermas, integrante da segunda geração da Escola de Frankfurt, em 1970 já percebera as insuficiências do paradigma crítico e a necessidade de sua revisão.

---

<sup>275</sup> Juremir Machado da Silva publicou o livro *História regional da infâmia* em 2010. Essa obra pretende retomar o projeto de desvelamento do real, não mais pela ideologia, mas no mito construído pelo imaginário. Para Silva (2010, p. 14): “Talvez por ser a Revolução Farroupilha o acontecimento mais reconstruído e mitificado da História brasileira, a ponto de História e Mito acharem-se atualmente quase inteiramente confundidos, com ampla vantagem para a idealização”. Na ótica de deslegitimar o que entende serem os mitos de um período sobre a Farroupilha e mostrar o que realmente aconteceu, isto é, acabar com a infâmia escrita até agora, Silva assume o lugar do investigador neutro, que vai revelar e descobrir a verdade que outrora era mito. Assim, se considera “um leitor não comprometido do século XXI”. (SILVA, 2010, p. 63). No fim, Silva faz com ares de novidade e sem citar a produção acadêmica recente sobre a Farroupilha, o mesmo que a geração de 1980 fez – a dialética negativa do período nacionalista e comemoracionista da escrita da Farroupilha – mas só que Silva faz isso trinta anos depois.

Novas identidades sociais foram criadas e vividas. O mapa geopolítico reconfigura-se. O mundo torna-se multipolar. O Estado-nação se enfraquece e avançam as políticas neoliberais em redor do globo. No Brasil termina a ditadura civil-militar. Começa-se uma nova fase democrática. Em 1989, é eleito o primeiro presidente pelo voto direto desde Jânio Quadros. Teoricamente, a hermenêutica e a filosofia analítica tomam a dianteira em relação ao marxismo e ao estruturalismo.<sup>276</sup> A explicação da historiografia altera-se. Não mais uma história explicada a partir de uma estrutura profunda, em que o sujeito apenas aparece como epifenômeno. Enfim, a Farroupilha não ficaria de fora dessa outra história.

### **CAP. 8 Democracia, globalização e pluralidade de modelos: a Farroupilha repensada**

Em apenas dois anos, entre 1989 e 1991, o mundo e o Brasil mudaram muito e um novo futuro se abriu. Conforme dito acima, em 1989 cai/derrubam o muro de Berlim e, em 1991, a URSS desmorona-se. Parecia o fim do socialismo e a vitória triunfal da democracia liberal capitaneada pelos Estados Unidos. O avanço da economia de mercado no leste europeu e na Rússia fez intensificar o fenômeno da globalização.<sup>277</sup> Antigas identidades e polarizações políticas, iniciadas antes ou com a Guerra Fria, enfraquecem ou perdem sentido. Direitos humanos, ecologia, economia global, mundo multipolar são as questões que se colocam no novo tempo que se inicia. Na América do Sul, ditaduras militares caem uma após outra. A democracia ressurgiu, ainda que de forma precária, na América Latina na década de 1980.

Para Reis (2013), a década de 1980 no Brasil, com uma crise econômica endêmica e uma inflação vertiginosa em alta, permitiu amplos debates e demandas pela expansão da cidadania. Considerada como uma década perdida, Reis entende que foi o oposto. Fora uma década importante para a ascensão democrática com o surgimento de vários movimentos sociais de trabalhadores, mulheres, negros, índios e de camponeses. Em 1989, houve as primeiras eleições diretas desde o início da ditadura. Em 1990, Fernando Collor assume a presidência da República. Para o autor, a década de 1990 no Brasil foi marcada pelo avanço do neoliberalismo de Collor a Fernando Henrique Cardoso. Este retomaria propostas já iniciadas por Collor de abertura do país aos mercados internacionais e de diminuição do escopo e do tamanho do Estado. Houve, então, uma espécie de continuidade entre os governos de Collor, Itamar Franco e FHC.

<sup>276</sup> Ver Norris (2007), capítulo “‘Fog sobre o canal, continente isolado’: epistemologia nas duas ‘tradições’”.

<sup>277</sup> Hall (2005, p. 67), reforçando o argumento: “O que, então, está tão poderosamente deslocando as identidades culturais nacionais, agora, no fim do século XX? A resposta é: um complexo de processos e forças de mudanças, que, por conveniência, pode ser sintetizado sob o termo ‘globalização’”.

Articulado com essas mudanças na sociedade nas décadas de 1980 e 1990, o mundo intelectual também se modifica. Para Iggers (2010, p. 106),

O pensamento histórico e a historiografia dos anos de 1990 e do início do século XXI não ficaram imunes a esses vastos reordenamentos. A dissolução da União Soviética representou não apenas o fim da Guerra Fria do ponto de vista político e militar, mas abriu, igualmente, o caminho para que o mundo viesse a ser profundamente embebido pelo capitalismo financeiro. O fracasso do socialismo de feição soviética contribuiu, ademais, para a decadência do marxismo como filosofia social alternativa. Essa decadência começara, contudo, ainda antes, com o surgimento de outras opções teóricas com os mais diversos matizes intelectuais, marcadas pelo pensamento ecológico, pelo feminismo ou por questões étnicas que vieram a colocar gradualmente o marxismo em xeque. Essas teorias se mantiveram após 1990 e ganharam mesmo em força de convencimento.

Nesse período há a crise das metanarrativas, das verdades absolutas, das epistemologias monocausais, ambas legitimadoras da ordem social. A perda da certeza das normas fundadoras de um discurso científico unitário sobre o homem e a sociedade leva à perda de sentido de uma teoria geral de interpretação dos fenômenos sociais. Portanto, em meados de década de 1980 inicia-se uma oscilação de paradigma nas ciências humanas. Há uma guinada interpretativa, baseada na volta do sujeito situado na explicação da história; uma descrença do monocausalismo epistêmico; uma valorização da historicidade e uma descrença de grandes explicações globais. Haveria, então, uma oscilação em direção a uma organização conceitual diferente em que a historicidade substituíria a estrutura. A pesquisa se desloca para o estudo da consciência, mas de uma consciência problematizada. Segundo Dosse (2003A), o esquema do desvelamento ideológico consistia em contornar, em passar por trás do estrato consciente para ir diretamente às motivações inconscientes. O novo paradigma inverte essa perspectiva, pois explicar por que as pessoas podem se enganar não seria o mesmo que explicar por que elas são mistificadas. Dosse percebe de três maneiras a oscilação para o paradigma interpretativo. Por um lado, vê a diluição das filosofias da história, por outro, a crise do Estado-nação que estaria na origem das sistematizações teóricas da crítica e, por fim, conexo a crise da ideia de nação o descrédito do papel de modernizador da sociedade que cabia às ciências. E isso remeteu a problematizar eficácia de explicação do paradigma crítico quanto à sua capacidade de explicar o agir social, pois

Em primeiro lugar, a ruptura radical que o paradigma crítico instaura entre competência científica e competência comum teve como efeito não levar a sério as pretensões e competências das pessoas comuns, cujos propósitos remetia à expressão de uma ilusão ideológica. Em segundo lugar, o paradigma crítico era animado por uma antropologia pessimista implícita que fazia do interesse o único motivo da ação [...] em terceiro lugar, o paradigma crítico se dava como grade de

leitura global do social, capaz de tornar inteligíveis as condutas de todos os indivíduos em qualquer situação [...] em quarto lugar, o paradigma funcionava de maneira pouco coerente uma vez que se pretendia crítico, denunciando o caráter normativo das posições dos atores, suas ilusões, suas crenças, sem para tanto desvendar seus próprios fundamentos normativos. (DOSSE, 2003a, p. 175-76).

Em 1989, o cientista político Francis Fukuyama no ensaio *O fim da história* apregoou o fim da história com o triunfo dos valores políticos e econômicos do capitalismo liberal do ocidente. No decorrer desse período difundiu-se ainda mais o modo de viver ocidental e sua cultura de consumo. Assim, na década de 1990 houve um crescente abismo social e econômico entre as sociedades ocidentais, a desmontagem do Estado de bem-estar social e a renúncia de lutar contra pobreza na maior parte da África, Ásia e América Latina, além do crescente aumento da pobreza na Europa e nos EUA. E segue Iggers (2010, p. 107) dizendo que “Tudo isso mostra que precisamos de uma nova forma de escrita da história para compreender nossas atuais condições de vida, que se diferencia de muitas maneiras da situação anterior a de 1989”. Porém,

precisamos ter em vista que os historiadores do período referido, em grande parte pertencem ao *establishment* acadêmico, cujas perspectivas não necessariamente reproduzem aquelas de grandes parcelas da população; em última instância, eles se identificam largamente com o *status quo*. (IGGERS, 2010, p. 107).

A partir do balanço que faz do período após a Guerra Fria, Iggers (2010, p. 108) aponta para cinco tendências na historiografia contemporânea:

1) o duradouro giro linguístico e cultural, que criou a assim chamada “nova história cultural”; 2) a expansão cada vez maior da história feminista e de temas relacionados ao gênero; 3) a guinada rumo à história universal e a permanência de nacionalismos; 4) uma nova articulação entre pesquisa histórica e ciência social feita a luz pós-moderna; 5) as ciências sociais e a história da globalização.

Na historiografia latino-americana e brasileira de fins dos 1980 e durante a década de 1990, Malerba (2009) analisou duas tendências historiográficas como predominantes: a nova história política e a nova história cultural. Essas duas tendências historiográficas aos poucos suplantaram as tendências historiográficas da história econômica e social, hegemônicas na década de 1960 ao início de década de 1980.<sup>278</sup> Para Malerba (2009, p. 91-92),

<sup>278</sup> Para Malerba (2009, p. 93), sempre se fez história política e cultural e a história política era de certa forma hegemônica até meados da década de 1930, quando perde o posto para a historiografia econômica. Assim, pelas mudanças teóricas por que a história cultural e política passaram se tornaram “novas” e hegemônicas a partir de 1980.

A historiografia política da década de 1990 se autorreconhece como “nova” em oposição às antigas obras centradas no Estado e nos grandes homens que estiveram à sua frente, uma vez que nega esse tipo de narrativa apologética dos feitos das elites de mando, ao mesmo tempo em que adota uma nova pauta de problemas e um instrumental teórico-metodológico de acordo com o que se chamou *cultural turn* nas ciências humanas e sociais. O mesmo vale para a história cultural, que sempre existiu, ainda que com outros nomes e objetivos. O que distingue, mais uma vez, a “nova” história cultural [...] é sua tendência para alguns preceitos ditados pela quebra paradigmática pós-estruturalista.

Para Malerba, a entrada de novos personagens e temáticas na agenda dos historiadores culturais foi um dos efeitos de maio de 1968 sobre a historiografia. Segue o historiador que a história cultural influenciou a descompartmentalização dos saberes universitários. Outra face desse movimento cultural seria a pulverização dos movimentos sociais.<sup>279</sup> Por fim, caracteriza a história cultural em quatro pontos: a) o estudo das mentalidades; b) um interesse particular nos grupos subalternos; c) inclinação ao indutivismo na escrita da história; e 4) uma postura crítica em relação às fontes e à interpretação textual.

Em relação à nova história política, Malerba entende que ela chegou à América Latina e ao Brasil sob o influxo do movimento de renovação desse campo iniciado na Europa e particularmente na França. Em uma visão de conjunto da nova história política, Malerba acredita que ela está envolta com os movimentos sociais e os grupos minoritários, que surgiram ao final da década de 1970, despertando grande interesse na historiografia brasileira. O autor avalia outros dois acontecimentos para entender a nova história política. Por um lado, o tema da revolução dá lugar ao tema da democracia e, por outro, o Brasil e a América Latina, no período de 1980 e 1990, passaram pelo processo de esgotamento dos regimes militares à abertura política posterior.

Malerba destaca em relação à nova história política uma temática que foi preponderante no período: A construção do Estado e da nação no século XIX. Para Malerba (2009, p. 95-96),

Um dos temas da história política em que mais se destacou a historiografia latino-americana nas últimas duas décadas foi a construção do Estado e da nação nas diversas regiões do continente. Aqui, merecem especial atenção os estudos inovadores do historiador argentino José Carlos Chiaramonte [...] o trabalho de Chiaramonte ganhou espaço acadêmico na América Latina. No Brasil, influenciou sobretudo os debates sobre a questão da administração colonial e da formação do Estado e da nação no século XIX.

<sup>279</sup> Rago (1999, p. 74) observa que, na historiografia brasileira a partir da metade da década 1980 até o fim da década de 1990, “novos grupos sociais, étnicos e sexuais passaram a participar da vida pública, trazendo suas questões e reivindicações e, ao mesmo tempo, ampliando as formas culturais e estéticas de consumo”.

Assim, para Malerba registram-se os esforços crescentes para articular criticamente as questões do nacionalismo e da formação da nação. Continua o historiador dizendo que a nova história política procuraria reconceitualizar o papel do Estado e discutir o caráter problemático do conceito de nação, pois “Essa corrente teria vindo reequacionar os desafios postos pelo marxismo e as análises dependentistas anteriores, dispensando atenção crescente ao caráter complexo e socialmente determinado da construção do Estado e da nação”. (MALERBA, 2009, p. 98-99). Portanto, para Malerba haveria, no período de 1980 e 1990, dois polos hegemônicos na historiografia latino-americana e brasileira obedecendo, em relação aos períodos anteriores da historiografia, a outros padrões teóricos e temáticos.

E dessas mudanças no mundo, no Brasil e na historiografia, o contexto intelectual também se rearticula no romance do final do século XX. Para Esteves (2008, p. 58), o romance histórico criado por Walter Scott, que se impôs do no início do século XIX a meados do século XX, caracterizou-se, por um lado, em que a atuação dos personagens ocorre num passado antecedente ao presente do narrador tendo como cenário um ambiente histórico precisamente recomposto, onde figuras auxiliam a firmar a época; e, por outro lado, sobre esse cenário histórico coloca-se uma trama fictícia, com personagens e eventos concebidos pelo narrador. Mas muda-se o tempo, mudam-se as convenções e, assim, “conforme mudam as concepções do romance e suas relações com a sociedade, também muda o romance histórico, da mesma forma que também se vê afetado a cada mudança epistemológica do discurso histórico”. (ESTEVES, 2008, p. 59).

Uma primeira característica seria a autorreferencialidade do romance contemporâneo, que coloca em questão a possibilidade de conhecimento de um objeto exterior ao texto, em que o romancista torna-se então um criador de mundos estabelecendo as normas e as relações existentes e

quebra-se, desse modo, o pacto realista e nenhum tipo de romance sofre mais tal ruptura que o romance histórico, em que a relação entre o texto e o referente é bem mais próxima. O autor contemporâneo não se sente obrigado a copiar ou refletir o mundo externo e cria seu próprio universo sem se sujeitar nem ao pacto de veracidade que impõe o discurso histórico, nem ao pacto de verossimilhança que mantinha, de certa forma, o discurso ficcional mais tradicional. (ESTEVES, 2008, p. 59).

Outra característica do novo romance histórico, conforme Esteves, é a deformação consciente da história por meio de anacronismos, omissões ou exageros, associada à

utilização da metaficção historiográfica.<sup>280</sup> Outra característica é a intertextualidade associada à dialogia, carnavalização, paródia e a heteroglossia. Ademais, segundo Esteves, o oposto do que acontecia no padrão definido por Walter Scott, existe uma precedência em ficcionalizar personagens históricos conhecidos que, na maioria das vezes, apresentam-se como protagonistas. Haveria um interesse em realizar, a partir do novo romance histórico, uma releitura do passado: “seja abolindo a distância épica do romance tradicional, seja invertendo os modelos clássicos, para dar voz àqueles que foram, ao longo dos tempos, excluídos, silenciados ou simplesmente mantidos à margem da história”. (ESTEVES, 2008, p. 60).

Portanto, tanto a historiografia quanto o romance transformam-se no último quartel do século XX. O ambiente político e intelectual afeta a maneira de se escrever ou o que escrever e sobre quem escrever. Novos grupos sociais, novas identidades, emergem na esfera pública internacional e brasileira a espera que narrem sua história, novas abordagens teóricas surgem para ser o suporte narrativo desse passado.<sup>281</sup> Neste capítulo, para abordar a problemática da tese, são usadas duas obras: a tese de doutorado de Cesar Guazzelli, *O horizonte da Província*, de 1998, e o romance de Flávio Aguiar, *Anita*, de 1999.

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli nasceu em 1951 em Porto Alegre. Guazzelli é apenas seis anos mais novo que Pesavento. Pode-se considerá-los da mesma geração, porém, a obra de Guazzelli sobre a Farroupilha vem à luz treze anos depois dos dois artigos de Pesavento e produzida sob o influxo de outro momento histórico e historiográfico. Antes de exercer a profissão de professor de história, Guazzelli exerceu medicina na UFRGS durante quase treze anos, de 13 de dezembro de 1975 (ano em que se formou) até 18 de novembro de 1988, fez residência em neurologia e neurocirurgia, mais tarde especializou-se também em eletroencefalografia, com titulação pela Associação Médica do Brasil e pelo Conselho Federal de Medicina. Como historiador, Guazzelli tem toda a sua formação ligada à universidade. Graduou-se em História pela UFRGS. Pela mesma instituição fez o mestrado na mesma área (é da primeira turma de mestrado da UFRGS) que defendeu em 1990. O seu doutoramento em história foi feito na UFRJ em 1998. Em 2011, fez pós-doutorado na

---

<sup>280</sup> Conceito de Hutcheon (1988), metaficção historiográfica caracteriza os romances que meditam a respeito do próprio desenvolvimento de criação literária, por isso a propriedade metaficcional; e simultaneamente manuseiam a história para discutir a própria verdade historiográfica. Esses romances complexificam o procedimento de construção do romance e da historiografia, pois indagam o que há de verdade historiográfica no texto ficcional e de ficcional na historiografia. O texto meta-historiográfico pergunta pela verdade, e coloca e possibilita outras verdades, antes não percebidas, de relatos antes ausentes, a partir de reinterpretações que proporcionam indagações do aceite como convencional.

<sup>281</sup> Hall (2005, p. 88) acredita que “Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado”.

Universidade General de Sarmiento na Argentina. Guazzelli é professor universitário na UFRGS desde 1988, ano em que abandonou a carreira médica.

A tese de doutorado de Guazzelli tem muito dessas mudanças que afetaram a historiografia na década de 1990. Há uma diluição da filosofia da história ou de uma teoria social abrangente que unificaria o processo histórico, apresenta um recorte metódico específico, sabendo que tal método é parcial na investigação do passado, isto é, não vai mostrar todo o real do passado ou desvendar a realidade passada oculta pela ideologia e, por fim, não tem o Estado-nação<sup>282</sup> como algo dado ou evidente, pelo contrário, inicia-se da construção do Estado-nação vinculado a interesses políticos e econômicos. Portanto, a intriga da sua narrativa historiadora tem um enfoque da Farroupilha numa circunstância de a) oposição de seus grupos dominantes na Província de São Pedro à b) estruturação nacional ambicionada pelo Império do Brasil. Contudo, esse processo não poderia ser compreendido c) sem estar no bojo da explicação, e aqui que entra o diferencial da tese dele, a constituição dos Estados nacionais no espaço platino. Há uma novidade na narrativa de Guazzelli: é a recuperação pela historiografia do espaço platino como uma das razões da Farroupilha, explicação que ficou obliterada ou menos aceita socialmente desde a década de 1920. E isso também sem ter como pano de fundo a nacionalidade brasileira já pronta para o período em questão: 1835-1845. O Estado-nação deixa de ser um dado de início da explicação para ser compreendido em um processo, isto é, a Farroupilha é integrada no bojo da construção dos Estados nacionais.<sup>283</sup>

Para Guazzelli, com os precedentes históricos característicos de uma posse tardia e distinguida pelo conflito com os castelhanos, desenvolveu-se, no que viria a se tornar o Rio Grande do Sul, uma sociedade marcada por uma classe dominante de proprietários de terras, os estancieiros, que submeteram os antigos homens livres das campanhas sulinas, os gaúchos,

---

<sup>282</sup> Para Hall (2005, p. 48-49), “as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da *representação* [...] segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*” e segue seu raciocínio, dizendo que “uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. Ela é também uma estrutura de poder cultural”. (HALL, 2005, p. 59).

<sup>283</sup> Em artigo de 1985, Piccolo é a primeira historiadora a explicar a Farroupilha a partir da construção dos Estados nacionais. Mas diferentemente de Guazzelli, ela só explica a Farroupilha a partir da construção do Estado nacional brasileiro, o que Guazzelli expande para os Estados platinos. Para Piccolo (1985, p. 30), “Em 1835, na conjuntura em que se inicia o movimento farroupilha, cumpria-se mais uma etapa do processo de construção do Estado Nacional brasileiro”. Piccolo, pode-se dizer, faz uma transição entre uma geração e outra, pois ao iniciar a intriga explicativa da Farroupilha na construção do Estado nacional, contudo, ainda está vinculada a uma história de perspectiva nacional e há ainda a crítica ideológica: “A Guerra dos Farrapos [...] mostra como a ideologia serviu para encobrir interesses de grupos, falando em nome do povo cujas reivindicações diziam representar, procuraram legitimar sua ação”. (PICCOLO, 1985, p. 60).

como trabalhadores em suas estâncias. Estava presente a escravidão africana, predominante na fabricação do charque para o centro do país, e em menor número das próprias estâncias.

As disputas com o mundo colonial espanhol foi causador não somente de hostilidade, porém, além disso, de coexistências entre os agentes privados.<sup>284</sup> Mais que isso, a inaptidão da Corte em comandar o espaço o espaço fronteiriço em conflito fazia dos senhores de terra os verdadeiros guardiões de uma fronteira indefinida, pois estavam habilitados em transformar seus peões do campo em tropas irregulares para as guerras na disputa do espaço. No entendimento da Farroupilha, compreende-se que a disputa de interesses regionais contra os nacionais afetou o predomínio do Império Brasileiro no espaço platino. Para a permanência da República Rio-Grandense, constituíram-se como basilares os pactos privados entre caudilhos do Rio Grande e seus vizinhos platinos e “a consequência da observação empírica de que as histórias nacionais ou aquelas puramente regionais não davam conta de uma série de problemas que apareciam, e que teimosamente reincidiam contra os marcos divisórios que existem no presente”. (GUAZZELLI, 1998, p. 8).

Não era mais possível escrever sobre a Farroupilha como se fizera até então, tendo o Estado nacional como algo subentendido. Pelo contrário, os Estados nacionais platinos e o brasileiro estavam em construção. Duas coisas levam a isso. Por um lado, o contexto da época em que Guazzelli escreve, pois com o avanço da globalização os Estado nacionais na década de 1990 deixam de ser um ponto de referência conceitual<sup>285</sup> e começam a ser revistos. Por outro lado, a indeterminação do futuro é levada ao passado, o que possibilita pensar este passado sem predeterminações. Com certeza a diluição das metanarrativas, em que a história tinha um caminho seguro a ser cumprido, propiciou uma indagação sobre inúmeras possibilidades de ser e estar no passado.

Portanto, esses pactos no espaço platino foram importantes aos farroupilhas, pois impossibilitavam a hegemonia do Império brasileiro no Rio da Prata. Sem os homens da fronteira, eram impraticáveis as investidas que haviam marcado a participação portuguesa e brasileira na região platina. A República Rio-Grandense resistiu graças à sua posição fronteiriça, “os inimigos de antanho agora permitiam a afirmação dos republicanos contra a maior potência sul-americana”. (GUAZZELLI, 1998, p. 17). Assim, o objetivo da tese de Guazzelli (1998, p. 17) é

---

<sup>284</sup> Aqui mostra o oposto de Vellinho, a fronteira não como divisora de nacionalidades, mas como ponto de contato da vida prática de agentes históricos com inúmeros interesses em jogo.

<sup>285</sup> Sobre a escrita da história nacional, da sua perda de desempenho na década de 1990 até suas possíveis reatualizações na segunda década do século XXI, ver Abrão (2014).

apontar para a importância que as relações estabelecidas pelos rio-grandenses com os vizinhos platinos tiveram desde a deflagração do movimento autonomista, passando pelas estratégias de resistência ao conflito militar, chegando às condições especiais obtidas para a reincorporação ao Império.

Para chegar a esse objetivo, além de um estudo das relações externas instituídas pelos rio-grandenses, Guazzelli (1998, p. 71) propõe

Primeiramente, [...] superar os limites de uma história “nacional”, que parte da realidade presente para criar um passado onde não existiam ainda as nacionalidades de hoje; falta uma abordagem que permita integrar a Guerra dos Farrapos à complicada e aparentemente caótica formação dos Estados nacionais na América Latina, especialmente no que se refere ao Prata. Ver a Revolução Farroupilha apenas como uma entre tantas revoltas liberais ocorridas no Brasil significa uma redução na perspectiva de análise, que chegaria no máximo às causas imediatas da revolta. Por outro lado, afirmar que o sucesso da rebelião se deu em função da oposição fronteiriça é pouco mais que uma constatação empírica se não se acompanhar de um adequado estudo do que contemple as relações estabelecidas neste espaço.

Disso resulta que “a Revolução Farroupilha seja vista sob uma ótica mais global, sem os entraves metódicos e políticos do Estado-nação, onde se possa compreender porque a recusa de tantas oligarquias regionais em aceitar os Estados nacionais que se propunham”. (GUAZZELLI, 1998, p. 71). Assim, as relações externas constituídas pelos farroupilhas são fonte para pensar tal questão e, além disso,

Essas relações entre os diferentes grupos dominantes que conviviam no espaço platino podem nos conduzir ao centro da questão, a construção dos Estados nacionais, e, num caminho de volta, esclarecer-se sobre os problemas específicos de cada região. A recusa de uma organização política mais elevada, comprometendo as possibilidades da realidade vista como possível – a província –, foi levada a cabo como única forma de sobrevivência das elites periféricas; esta resistência, cuja expressão política é o caudilho, poderá ser mais bem conhecida a partir das relações mantidas pelos diferentes grupos regionais do Prata. (GUAZZELLI, 1998, p. 72).

A construção dos Estados nacionais, tanto platinos como o brasileiro, é o centro da intriga da tese de Guazzelli.<sup>286</sup> Os Estados nacionais não mais uma evidência dada, mas construída. Um emaranhado jogo político, agora com a retomada do Prata na explicação historiadora,<sup>287</sup> sem um futuro definido de antemão (a partir da ótica dos agentes históricos),

<sup>286</sup> Piccolo (1995), ao fazer um balanço da historiografia gaúcha, entre o fim dos anos de 1980 e 1990, percebeu essa “virada” em relação aos estudos do Rio Grande com o Prata: “A História do Rio Grande do Sul mais e mais vem sendo articulada à História do Brasil [...] e mais recentemente com à História do Platina. [...] Assim como é indiscutível que a História do Rio Grande do Sul se insere na História do Brasil, essa mesma História do Rio Grande do Sul faz parte da História Platina”. (PICCOLO, 1995, p. 50).

<sup>287</sup> Desde Veríssimo no romance.

as nacionalidades que vieram a se configurar posteriormente permitiram mostrar outra Farroupilha no final do século XX.

O historiador começa a sua explicação mostrando a formação das estâncias no Prata, para depois mostrar a semelhança entre elas e as estâncias dos rio-grandenses. Isto é, quer mostrar que houve um processo de formação econômica e social muito semelhante entre o Prata e o Rio Grande do Sul e isso levava a muitas das proximidades entre ambas as regiões-províncias em seus processos políticos. O Prata apresentou uma conquista lenta em relação a outros locais da América espanhola. Durante a União Ibérica, Buenos Aires virou um núcleo de contrabando de prata vinda de Potosí, com comerciantes portugueses enganando o monopólio espanhol. Iniciou-se uma penetração no espaço colonial espanhol que não mais encerraria. Apenas no século XVIII o espaço platino integrou-se ao mercado global. A Revolução industrial inglesa foi crucial para as mudanças no Prata, pois a procura de couros “transformou o gado alçado espalhado pelos pampas em um bem econômico”. (GUAZZELLI, 1998, p. 75). A presa ao gado foi uma maneira de enriquecimento momentâneo. Contudo, a ligeira redução dos rebanhos foi causa determinante para a completa apropriação do espaço platino. Depois da apropriação do gado, derivaria como consequência a apropriação da terra. Nessas primeiras *estancias cimarronas* se acelerava a “concentração da terra nas mãos dos mais privilegiados e mais próximos das autoridades”. (GUAZZELLI, 1998, p. 77). Portanto, quando se configurava a esfera dos privilegiados, igualmente se determinavam os despossuídos, agora assentados à margem da lei. A legislação da vadiagem obrigava os gaúchos a virarem peões. A formação das estâncias distinguia a ocupação do espaço, determinado à produção pecuária que tomava a dianteira sobre as outras, acarretando concomitantemente a uma composição social peculiar, com trabalhadores livres e uma aguda presença de marginalizados.

Se o gaúcho do passado vivera do abate do gado que precisasse, o peão de estância pagava agora pelo sustento, e o peão percebia a si próprio como um trabalhador livre. Por outro lado, as difíceis condições materiais das estâncias aliavam os patrões aos seus empregados. Os hábitos eram os mesmos: a carne assada, o mate amargo, isso, se não esperavam falar que houvesse “igualdade”, ou aceitavam ao menos que se constituísse um discurso igualitário, tornando patrões tão gaúchos quanto peões, logo socialmente iguais. Para Guazzelli (1998, p. 89),

Sempre que ocorresse alguma crise que atingisse os interesses econômicos dos proprietários, o que seria a tônica com as tentativas de organização do Estado nacional, o conflito entre os setores dominantes se transferia aos trabalhadores

rurais. O declínio econômico dos *terratenedores* seria associado a uma piora nas condições de sobrevivência das peonadas, atribuindo-se a um adversário comum todos os males [...] esse arrocho nos laços de dominação, no entanto, era identificado como uma “crise” cujas causas eram externas à “região-província”. Quando a “crise” levava ao enfrentamento armado e que viam na guerra uma possibilidade de sobreviver faziam da luta do seu patrão a *patriada*, e da *guerra gaucha* a única chance para resgatar um passado perdido, onde as dificuldades do presente não existiam.

A decadência apareceu por responsabilidade dos outros, dos que tentaram implantar uma nova ordem *pueblera* para as gentes paisanas: O Estado nacional. Igualmente, a incompatibilidade entre a oligarquia da região-província com a oligarquia exportadora é levada para a plebe rural, o que lançaria sobre o grupo concorrente dos seus caudilhos a culpa pela difícil situação de vida em que se acham.

Atenua-se o conflito de classes e transforma-se uma luta de interesses específicos das elites fundiárias numa luta que interessa a todos. O que defendemos é que apenas os caudilhos eram capazes de elaborar discursos que criassem significados para os homens do campo, para os “gaúchos”. Isso o Estado nacional fora absolutamente incapaz de realizar. (GUAZZELLI, 1998, p. 91).

Os setores oligárquicos exportadores tentaram construir o projeto nacional; contudo, pretenderam procurar origens nacionais onde elas jamais existiram. Ao construir o nacional, queriam ocupar o espaço aberto pelo declínio de relações antes existentes. Desse modo, competiria a quem constituísse o Estado nacional suprir aqueles vínculos pela nova ordem nacional que se estabelecia. Contudo, esse

processo foi muito intrincado: o “nacional” teria inevitavelmente a tendência a ser suplantado pelo discurso dos caudilhos, capazes historicamente de construir significados para as massas de trabalhadores dos campos planos, e tais significados tinham como máximo horizonte a província. (GUAZZELLI, 1998, p. 94-5).

O historiador, então, pergunta sobre o que haveria antes, na ausência de um protonacionalismo ou de um modo nacional de organização, no espaço platino. E Guazzelli entende que haveria conexões entre as regiões-províncias, a partir da presença dominante do capital comercial que, por um lado, adaptava uma estrutura para o curso comercial e, por outro, agenciava as produções locais. Os centros eram as antigas cidades coloniais, que posteriormente constituiriam as capitais políticas das regiões-províncias. Os produtores locais, que no século XIX virariam os caudilhos provincianos, eram submetidos ao capital mercantil.

Não havia, pois, uma economia “nacional”, ou sequer “regionais” no sentido amplo; o que existia eram economias “provinciais”, cujo nexos era dado pelo capital

comercial. Paradoxalmente é nessa conjuntura que os produtores assumem o mando político das suas “regiões-províncias” e, sem o saberem, teriam nostalgia do período colonial onde eram subordinados ao capital comercial dos *godos*. (GUAZZELLI, 1998, p. 98).

Para Buenos Aires, seu aspecto nacional se resumia na incumbência pelas outras províncias da representação externa, contudo, tinham-se duas questões de complexa solução. Por um lado, o controle da aduana – responsável por 80% das rendas de Buenos Aires – e, por outro, a justificação do livre mercado, contradizendo as aspirações protecionistas das outras províncias, onde

Todos esses problemas conduziram a negação do Estado nacional, assim como não permitiram a consolidação de unidades políticas mais significativas que as províncias [...] Afirmando-se a produção mercantil – vale dizer a pecuária [...] aparecerão os grupos dominantes nas diferentes províncias os detentores daquela produção [...] Foi no latifúndio de criação que se gestaram esses comandantes, que moveram um guerra sem quartel contra a organização nacional. (GUAZZELLI, 1998, p. 99).

O território do atual Rio Grande do Sul, semelhantemente ao do Prata, era secundário em comparação às outras regiões de colonização da América portuguesa. A fundação da Colônia do Sacramento em 1680 permitia a Portugal adquirir prata da Espanha. Aos poucos os portugueses preocuparam-se com couro. A região do Rio Grande tinha uma localização que facilitava o deslocamento de gado para o fornecimento das Gerais. Até o termo do século XVIII, prosseguiu uma entrada arrojada de sul-rio-grandenses na banda oriental. As estâncias de criação de gado progrediam pelos Campos Neutrais e, igualmente, pelas Missões. A economia do couro obteve incremento da manufatura charqueadora, comportando um benefício completo do gado abatido e unindo o Rio Grande, em definitivo, ao mercado interno. O charque e o trigo asseguraram o desenvolvimento de Rio Grande, os negociantes de Pelotas e Porto Alegre em um curto espaço de tempo consistiam no grupo dominante na Província. Assim, na formação das estâncias do rio-grande:

A ocupação do espaço, tornando-o produtivo e articulado as demais regiões de colonização portuguesa, teve como primeira ênfase a apropriação dos rebanhos alçados, mais tarde a da terra; isto é análogo ao que ocorreu na *pampa húmeda*, e difere do processo ocorrido nas demais regiões brasileiras e nas outras áreas sob domínio de Espanha, incluindo aqui todo o norte argentino. Analogamente ao que aconteceu no Prata, muito poucos tiveram acesso ao gado chimarrão; precocemente desenvolveram-se também aqueles mecanismos de repressão aos *vagamundos*. (GUAZZELLI, 1998, p. 125).

Semelhante ao Prata, o aproveitamento do gado solto ficaria impossível devido à procura de couro e gado a pé. A ocupação de terra foi, também, análoga ao do Prata e igualmente com uma limitação das pessoas favorecidas. Ocorrendo, do mesmo modo, o donativo das sesmarias apenas àqueles bem posicionados na sociedade colonial. A expansão das charqueadas no final do século XVIII aumentaria a procura pelo gado, salientando-se a demanda por estâncias. Os charqueadores foram uma parte da ordem dominante daqueles tempos, e os estancieiros criadores logo estariam submissos economicamente àqueles. O charque ascenderia em valor e, no decorrer do século XIX, tornaria-se o produto principal fabricado na Província. Porém “não foi nas charqueadas, no entanto, que surgiram os comandantes da rebelião de 1835, foi nas estâncias fronteiriças que apareceram os ‘senhores da guerra’, antigos militares transformados em proprietários”. (GUAZZELLI, 1998, p. 131).

Os estancieiros da campanha, na formação das estâncias, desarticularam grupos sociais e evitaram que conseguissem obtenção de terras e foram precisamente estes excluídos que se tornaram os combatentes que compuseram as milícias dos estancieiros: “Um oficial que se ‘afazendava’ costumava transformar seus comandados em peões [...] fizeram parte da versão rio-grandense das *montoneras* platinas. Assim como no Prata a perseguição aos ‘gaudérios’ foi fundamental no constrangimento ao trabalho”. (GUAZZELLI, 1998, p. 131).

Nas estâncias do Rio Grande, como no Prata, existia um pequeno uso de lidadores para o trabalho com as reses. A pequena exigência de trabalhadores ocasionava como decorrência uma alta porcentagem de “vagabundos” e disso resultou que

Analogamente aos vizinhos do Prata, foi a cavalaria ligeira a arma por excelência das milícias rio-grandenses, e a guerra sempre foi de movimento; era a única possibilidade de enfretamento que poderiam oferecer os “senhores da guerra” do Rio Grande [...] A mesma “partida” de cavalarianos que enfrentava cotidianamente as adversidades do contrabando ou das “arriadas” de gado alheio, estava em condições de acompanhar o patrão casual numa aventura pela “pátria”. (GUAZZELLI, 1998, p. 132-33).

A guerra era interessante para os comandantes-estancieiros, que aumentavam suas greis e abarcavam também posses, entretanto, do espólio da guerra todos extraíam vantagens. Portanto, a guerra em benefício dos estancieiros ocasionava proveitos para os peões.<sup>288</sup> Com a o fim das reformas de Artigas houve o triunfo dos estancieiros em toda a *pampa húmeda*.

<sup>288</sup> Em relação à geração a historiografia anterior, que entendia que peões ou os despossuídos entrevam na Farroupilha alienados dos verdadeiros interesses da Farroupilha. Guazzelli abre um espaço para mostrar que todos tinham seus interesses e consciência para entrar numa guerra. O autor não fez uma história relativa aos subalternos, pois fez uma história ligada ao Estado farroupilha e a seus principais agentes, mas com essa consideração abra um espaço teórico para pensar e se escrever sobre outras temáticas na Farroupilha.

Começariam, então, os problemas na Banda Oriental agora sob o domínio português e depois brasileiro. Estes problemas foram originados pelas maneiras “independentes dos estancieiros do Rio Grande, que ampliavam suas fronteiras produtivas em prejuízo dos pecuaristas da Cisplatina”. (GUAZZELLI, 1998, p. 137). Existiram litígios por propriedade das terras e o governador Lecor contrariava as pretensões dos senhores da guerra da Província, que após a luta com Artigas e a posse da Banda Oriental queriam o botim. A conjuntura de conflito entre os rio-grandenses e os orientais ecoaria por todo o Prata. Buenos Aires mostrava ter apreensões com as implicações da ocupação da Banda Oriental, agora que Rio Grande virara um forte concorrente comercial. Partindo desta intriga construída para explicar a Farroupilha, torna-se evidente o retorno e a importância do Prata para o entendimento da análise de Guazzelli.

Igualmente, camaradagens e compadrios entre caudilhos de ambos os lados da fronteira extrapolavam as ordens dos governos aos quais operavam como militares, “Era mais fácil ao caudilho compreender o outro caudilho do que as aspirações de uma organização política mais elevada”. (GUAZZELLI, 1998, p. 140). Portanto, o conceito que Guazzelli (1998, p. 141) toma de Chiaramonte, de “região-província”, é um guia da sua pesquisa, pois

o grupo dominante rio-grandense brevemente estaria em situação antagônica aos interesses do governo central. E a Guerra da Cisplatina seria o corolário das disputas entre os caudilhos de ambos os lados da raia, com o envolvimento das Províncias Unidas e do Império do Brasil. Parecia ser uma guerra entre duas nacionalidades que se afirmavam; parecia, mas não era.

A guerra na Farroupilha não foi, como entendida pelas gerações anteriores à pesquisa universitária, a partir da nacionalidade brasileira ou por um projeto de nação brasileira; foi decorrência de interesses de grupos provinciais que estavam em disputa com outros grupos provinciais, em específico a província do Rio de Janeiro. Na invasão da Cisplatina identifica-se o começo das desavenças entre Corte e os estancieiros rio-grandenses com suas demandas particulares; assim, a guerra, com suas várias causas, trouxe “por detrás os anseios privados dos estancieiros militares, que se mobilizaram mais uma vez na defesa da Pátria e dos seus próprios interesses”. (GUAZZELLI, 1998, p. 160).<sup>289</sup> A perda da Cisplatina, intensificou a cizânia com o governo central e

---

<sup>289</sup> Torna a questão que fora importante para as gerações anteriores, de se saber se a Farroupilha era federalista, separatista, ou república, uma questão menor. O que importava era os farroupilhas serem atendidos em seus interesses.

Arruinados economicamente, arrasados militarmente, desconsiderados em relação aos assuntos fronteiriços mais imediatos, os comandantes da fronteira não podiam pensar-se membros de uma grande e poderosa unidade política [...] Aparentemente, o principal eco vindo do Prata não era a organização republicana ou o tão comentado federalismo, mas esta realidade de uma “região-província” como a Banda Oriental alcançar a autonomia política. (GUAZZELLI, 1998, p. 163).

A fronteira virou o lugar preferido dos caudilhos.<sup>290</sup> Os estancieiros comandantes de milícias, preservando seus interesses particulares, improvisaram na fronteira seu palco de guerra, “que muito poucas vezes respondiam aos anseios dos organizadores nacionais”. (GUAZZELLI, 1998, p. 167). As disputas e as uniões atendiam às situações características:

Exauridos economicamente, desprestigiados politicamente, os homens da estremadura tratariam de estabelecer e reforçar relações através da fronteira com eventuais dissidentes do vizinho Estado Oriental [...] e agora passariam a intervir diretamente nas questões que se abririam entre os principais chefes uruguaios. (GUAZZELLI, 1998, p. 175).

Na Banda Oriental exacerbava-se o conflito entre os dois maiores caudilhos: Lavalleja e Rivera. A ação de Lavalleja não se restringiria as pelepas fronteiriças, todavia procuraria adesão nos grupos dominantes de Porto Alegre. A partir de 1832 e até a proximidade da Farroupilha, o futuro dos rio-grandenses seria atrelado às atuações de Lavalleja na fronteira.<sup>291</sup> “Certamente importou no Rio da Prata a tardia definição das ‘regiões-províncias’, sempre resultante do fracionamento de unidades mais amplas herdadas do período colonial [...] unidades políticas que representavam o alcance máximo de poder dos proprietários rurais”. (GUAZZELLI, 1998, p. 183).

Os litígios motivados pela atuação de Lavalleja e do Padre Caldas na fronteira, resguardados por Bento Gonçalves, constituiriam um prosseguimento, não de federalismos ou separatismos, mas “da atitude autônoma que tomavam os caudilhos do Rio Grande em relação ao Prata”. (GUAZZELLI, 1998, p. 185). Assim, por parte da Corte, começaria a batalha entre

<sup>290</sup> Se para a geração de Vellinho e para as gerações anteriores a ele a fronteira era um espaço bem definido de nacionalidade em que o meio geofísico marcava a diferença entre os povos em disputa, em Guazzelli (1998, 166) a fronteira se definiria por pressupostos sociais e não geográficos, por isso “A necessidade de relativização do conceito de fronteira, desde logo assumindo seu caráter dinâmico e não imutável”.

<sup>291</sup> Aqui Guazzelli indiretamente critica a tese de Varela segundo a qual a Farroupilha seria uma consequência das revoluções platinas que se iniciaram em 1810. “São muito discutíveis as repercussões do Movimento de Maio no Rio Grande de São Pedro [...] Parece mais provável [...] que os efeitos de Maio tenham sido indiretos; na esteira das dificuldades apresentadas no processo de organização política das regiões platinas, acéfalas da autoridade real da Espanha, apareciam os projetos expansionistas carlotistas e bragantinos [...] podendo os rio-grandenses vislumbrar a desejada ampliação da fronteira”. (GUAZZELLI, 1998, p. 180). Contudo, por outro lado, ele critica os autores que explicavam a farroupilha como sendo um movimento federalista: “A presença de Bento Gonçalves e de outros tantos chefes da fronteira em território oriental permitiu-lhes o convívio com as propostas federalistas que circulavam amplamente no Prata [...] Eram, no entanto vagas estas noções de federalismo”. (GUAZZELLI, 1998, p. 182).

o presidente da Província, o comandante das Armas contra os dois autônomos caudilhos: Bento Gonçalves e Bento Manuel: “Esta política contrária aos interesses privados dos caudilhos seria um dos estopins da rebelião farroupilha; uma vez mais [...] estavam as questões de orientais envolvendo os chefes rio-grandenses, para os quais os assuntos da fronteira eram de cunho privado”. (GUAZZELLI, 1998, p. 190).

Se a fronteira era o lugar de Bento Gonçalves, também o era de Fructuoso Rivera, e as atuações de ambos não respeitavam o poder legal ou de Manuel Oribe ou do Padre Feijó. Em vez de transigir com os insurgentes, Araújo Ribeiro optou por cindi-los, aliciando Bento Manoel como chefe militar imperial. Estava sujeita ao caudilho Bento Manuel a derrota de Bento Gonçalves. A circunstância se emaranhava com avanço de Rivera contra Manuel Oribe. Isso punha Oribe em frágil posição, pois as preocupações que apresentara em relação ao Império não se confirmavam, e a ajuda aos farroupilhas tinha pouco resultado, de modo que

A opção para Oribe seria o apoio aos rebeldes condicionado a uma secessão definitiva, constituindo uma unidade política independente. Assim, a proclamação da República Rio-Grandense nos campos de Seival em 11 de setembro de 1836, após a vitória militar sobre Silva Tavares, teria inspiração do principal mandatário oriental [...]. A partir de então, e cada vez mais, o Estado Oriental seria não apenas um refúgio às eventuais perseguições, mas o lugar predileto para a manutenção das atividades comerciais, o mercado para os gados, couro e charque dos farroupilhas, e o principal abastecedor de equipamentos bélicos e cavalhadas. A sobrevivência da República estaria diretamente vinculada aos vizinhos do Prata, configurando questões internacionais muito complexas. Mal começava uma guerra em que os atores eram os caudilhos; seu peões e escravos libertos, que dependiam da economia pastoril para sobreviver; o modelo seria a *guerra a gaucha*. (GUAZZELLI, 1998, p. 198).

Os caudilhos do Prata improvisavam os peões como seus soldados, e a este modelo, também, seguiram os caudilhos do Rio Grande. Todavia nos farroupilhas se incluía uma soma significativa de escravos libertos. Uma das causas que arrastaram os rio-grandenses ao conflito para com o Império incluía a carência de apoio para os seus artigos; ademais, existia um atrelamento dos estancieiros “aos charqueadores e comerciantes dos centros urbanos próximos à barra do Rio Grande [...] Agora, na tentativa de construir a República, o mercado uruguaio era a alternativa mais promissora”. (GUAZZELLI, 1998, p. 232).

Para Guazzelli, a configuração de financiamento da República foi o endividamento com determinadas casas comerciais do Uruguai e a futura remessa de tropas de gado para amortizar as obrigações tomadas. A Corte Imperial encontrava-se convicta de que os negócios entre os farroupilhas e o Estado Oriental era o maior obstáculo à sujeição dos farrapos. E o

Império sabia que militarmente não seria possível vencê-los, somente cortando os laços com o Prata poderiam sujeitá-los. E depois de a Corte aceitar as reivindicações dos farroupilhas,

Voltavam os chefes da fronteira do Rio Grande ao histórico papel de sentinelas avançadas do Brasil. As medidas aos produtos pecuários e os prestígios militares sacramentados pela manutenção dos postos alcançados na insurreição, foram compensações econômicas e políticas bem-vindas pelos senhores da fronteira. Alguns permaneceriam inconformados: Bento Gonçalves, desmoralizado e empobrecido, morreria pouco tempo depois; Netto exilou-se no Estado Oriental, onde atuaria ativamente contra os *blancos*; Portinho recusaria o título de Barão em nome do seu republicanismo; Canabarro e Lucas de Oliveira repudiaram o legalista Chico Pedro até o final dos seus dias. Mas exceto o primeiro, por razões óbvias, os demais lutariam nas campanhas contra Rosas e no Paraguai sob a bandeira do Império. Ou seja, importava menos os eventuais ideais republicanos e federalistas, desde que os interesses do Rio Grande fossem atendidos nos anseios privados dos seus caudilhos. Os senhores da fronteira estavam sempre preparados para a “guerra pela Pátria”, desde que a referida Pátria reconhecesse os seus domínios, econômica e politicamente. Legitimadas as principais reivindicações dos farrapos, reconstituía-se o poder local dos estancieros-comandantes, e, até o final do século XIX, estes senhores da guerra estariam envolvidos em todos os conflitos da bacia do Prata. (GUAZZELLI, 1998, p. 396-97).

O historiador entende que a abordagem pertinente da Farroupilha é análise simultânea ao espaço brasileiro e platino. Mas creio que o entendimento de Guazzelli leva há uma perspectiva em que as relações com o Prata foram mais determinantes, pois explica a farroupilha a partir da analogia na configuração das estâncias e das relações sociais que desta situação surgiram, como a convivência fronteiriça que simultaneamente era caracterizada por disputas, porém igualmente era distinguida por vínculos de camaradagem. Portanto, as repúblicas platinas estiveram estreitamente ligadas com os litígios dos senhores da fronteira rio-grandense no rompimento com o Império, na subsistência da farroupilha e no momento do término da revolução.<sup>292</sup> E a partir desta particularidade platina, a Província, que um dia almejou a constituição da República Rio-Grandense,

Tinha sido mais fácil conviver com os velhos inimigos de fala castelhana que com a autoridade centralizadora do Império. A fronteira marcara uma alteridade, mas possibilitara uma convivência pautada pela ação autônoma. A afirmação da

<sup>292</sup> Guazzelli foi buscar em Chiamonte (1991) o conceito de região-província. Guazzelli (1998, p. 407) usa esse conceito por acreditar que ele explica “a unidade política mais consistente no âmbito do Rio da Prata, constituindo-se em pequenos Estados independentes, incapazes de uma integração que passasse dos limites das ligas eventuais com vistas a adversários comuns. No que diz respeito à organização interna, tais Estados tinham seus interesses plenamente confundidos com os do grupo dominante representado pelo caudilho principal e seus seguidores, que também eram os responsáveis pela ordem interna e pela formação dos contingentes que defendiam militarmente a província ou em nome dela atacavam os adversários [...] Não havia um ordenamento político, uma burocracia profissionalizada, nem um recrutamento militar institucionalizado. A província era uma extensão do mundo da estância de criação, com um padrão mais seus capatazes e agregados capazes de acaudilhar *los de bajo* aos seus desígnios e dispensar as formalidades do Estado burguês”.

identidade regional, necessária para a expansão e segurança dos limites nacionais, dificultara a incorporação de uma identidade nacional. A guerra externa, tantas vezes alardeada como um fator importante de consolidação do “ser nacional”, no caso do Rio Grande reafirmou o “continentino” – só bem mais tarde transformado em “gaúcho” – como quem carregava sobre os ombros o fardo pesado do Brasil, o “*tempestuoso aboletamento*” referido por Bento Gonçalves. Aparentemente existiu um Rio Grande do Sul na “contracorrente da História” desde que visto da óptica da formação do Estado nacional brasileiro. Mas da óptica mais restrita da província o Rio Grande portou-se de acordo com seus próprios desígnios, como aliás ocorria com as províncias do Rio da Prata. Se pertenceu a um espaço brasileiro, o Rio Grande de São Pedro também compartilhava o espaço platino, com anseios específicos e negociações próprias. E este era o horizonte da província. (GUAZZELLI, 1998, p. 413-14).

Ao contrário do *a priori* do Estado-nação brasileiro, o horizonte da província. A narrativa historiadora de Guazzelli fecha a análise do campo historiográfico. Percebe-se que em sua escrita, condizente com o momento intelectual e político, há a preocupação em saber como se formaram as nações e não haveria a nação como dado bruto, palpável. A Farroupilha, isto é, a construção da República Rio-Grandense, estaria entre os elementos fundamentais da construção do Estado nacional brasileiro e platino.<sup>293</sup> Isso leva à segunda reavaliação, o retorno do Prata como razão explicativa da Farroupilha que ficara obliterado não só cientificamente,<sup>294</sup> mas também socialmente desde Varella. E essa razão explicativa evidencia-se quando Guazzelli reconstrói narrativamente o que considera as semelhanças do Prata com o Rio Grande do Sul. Se, para Varella, as semelhanças se dariam pelo meio geofísico com o Prata, isto é, a Farroupilha seria uma das Revoluções Cisplatinas por determinismo naturalista, em Guazzelli só se poderia entender a Farroupilha quando comparada com a formação econômica e social do Prata. Se, para Varella, a regularidade científica vinha do meio cósmico, a regularidade na tese de Guazzelli vem da formação econômica e social, e nisso a Farroupilha tem que ser entendida e explicada em espelho à construção dos Estados nacionais platinos.

Portanto, a lógica da narrativa se fixa em três pontos: a estância, o caudilho e a Província. A formação econômica e social começaria na estância, onde a parte econômica (o gado) e social (as relações de trabalho) se constituíram. Da formação da estância surgiria o

<sup>293</sup> Por essa perspectiva passam os trabalhos acadêmicos atuais sobre a Farroupilha: Padoin (2001); Menegat (2010); Klafke (2011); Dornelles (2012); Ribeiro (2013). Um dado interessante sobre a escrita histórica sobre a Farroupilha nesse período é a enorme quantidade de publicações e pesquisas fora dos cursos universitários de pós-graduação. Nesse sentido, ver Macedo (1990a; 1990b; 1994; 1995); Urbim (2001); Hartmann (2002); Fagundes (2003); Bones (2004); Capuano (2004); Nascimento (2008); MTG (2010); Machado (2011); Ribeiro (2012).

<sup>294</sup> Há um retorno do Prata na explicação historiadora com Leitman (1979), mas que não fomentou nenhum programa de investigação científica sobre a Farroupilha.

poder dos caudilhos<sup>295</sup> que representariam o vínculo do mundo da estância com outras estâncias, caudilhos, regiões e, seguindo sua lógica, a Província, que seria a manifestação política da autonomia dos caudilhos do Prata e do Rio Grande do Sul, isto é, a Província seria o horizonte político e econômico dos caudilhos. Enfim, depois do controle imperial, do regionalismo gaúcho, da história de sua formação, passando pela história crítica, a partir da tese de Guazzelli inicia-se outra história, outro controle, o reconhecimento de um imaginário que se produz na universidade e que se imagina, em tempos de construção do Mercosul, para além do nacional.

Neste período de fim de século, o romance também teria sua representação da Farroupilha. E, semelhantemente à historiografia, proporia outro imaginário para escrevê-la. O romancista que representa a Farroupilha no fim do século XX é o porto-alegrense Flávio Wolf de Aguiar, nascido em 1947. Aguiar é da mesma geração de Assis Brasil, mas escreveu sobre a Farroupilha 21 anos depois, o que remete a outro contexto de escrita. Aguiar tem toda a sua formação de literato vinculada à universidade. Em 1970, graduou-se em Letras pela USP. Em 1974, concluiu o mestrado em Letras pela mesma instituição em que, também, torna-se doutor em 1979 na mesma área. Em 1982, fez pós-doutorado no Canadá, na Universidade de Montreal. Aguiar foi professor de literatura da USP de 1973 a 2006. Foi fundador e diretor do Centro Angel Rama da FFLCH/USP. Tem mais de 30 livros publicados, entre os de autoria própria, organizados, editados ou antologias. Ganhou quatro vezes o prêmio Jabuti. Em 2000, ganhou na categoria romance com o livro *Anita*. Como os escritores anteriores a ele, teve o jornalismo como atividade paralela à de professor e romancista. Atua no jornalismo desde 1967, isto é, antes mesmo da carreira universitária e de romancista. Iniciou como crítico de cinema na *Folha da Tarde*, em Porto Alegre. Foi crítico literário da *Última Hora* em São Paulo. Foi também editor de Cultura do *Jornal Movimento*. Contribuiu com diversos jornais e revistas da imprensa, durante e depois do período do regime de 1964: *Em tempo, versus, escrita, leia*. A partir de 2002, tornou-se colunista da revista *Carta Maior*, onde foi também diretor de TV. Entre 2005 e 2007, foi editor-chefe desta agência. Aguiar desde 2006, quando se aposenta na USP, dedica-se ao jornalismo como correspondente para publicações e mídias alternativas brasileiras: *Carta Maior*, *Revista do Brasil*, *Rede Brasil Atual*, *Jornal Brasil Atual* (rádio), *Blog da Boitempo* e *TV dos Trabalhadores*. Dirige atualmente a página de poesia da revista *Margem esquerda*, da Boitempo Editorial.

---

<sup>295</sup> Se o personagem explicativo “caudilho” estava desde o centenário das comemorações longe do bojo explicativo da Farroupilha, com Guazzelli o caudilho volta a ter as luzes do placó em si novamente.

O romance *Anita*, de Flávio Aguiar, conta a história de Talco da Costa e, em especial, seu relacionamento com Anita Garibaldi. Ele nasceu na África, filho de padre francês e mãe de origem fula, com o nome de Sundiata, depois chamado Assundan e, quando vendido como escravo, veio a se chamar Umar. Chegara ao Brasil com o nome de Quinho. Essas várias mudanças de nomes que Talco da Costa teve são importantes, pois apreende o centro da obra: a mudança. Tudo pode mudar, mesmo sem se perceber a mudança, nada fica como está, e cada nome que Talco recebe é um momento diferente de sua vida, com uma nova identidade.

Um dado importante para a interpretação do romance *Anita* é que a origem da história do romance está num manuscrito que o próprio Talco deixou com seu testamento. O manuscrito fora destruído, mas quem o destruiu o reescreveu novamente e que, mais uma vez, tempos depois, fora refeito. Através de relações pessoais, o manuscrito chegou às mãos do romancista, que após pesquisas chegou ao término não de um manuscrito, mas de um romance. A análise do romance se focará apenas na passagem de Talco da Costa pela Farroupilha.

Inicia o romance com o narrador relatando que havia nas campanhas do sul um tipo especial de homem chamado de *monarca*. Era gente rude, crescida de rédea solta, que galopava pelo pampa fazendo seu ofício, cantando, jogando e tudo em torno de uma aura de barbarismo. Eles não se prendiam

a mulheres, nem terra ou patrão. Eram tidos como donos do seu nariz, e de pouco mais: o cavalo, a guitarra, os arreios, as armas, que andavam sempre armados, umas mudas de roupa, quando muito um brinco ou argola de ouro e aperos de prata para o cavalo. Eram na maioria analfabetos. Tanto que o povo dizia: *moço monarca não se assina, risca a marca*. (AGUIAR, 1999, p. 39).

Na hierarquia social, um pouco acima do monarca estava o peão. Era um tipo vinculado ao trabalho, a uma estância, a seu proprietário e às lides campeiras. Mas não deixavam a ligação com a violência, que era de outro tipo. Unidos a um estancieiro, eram de sua milícia “e por ele podiam ser chamados a intervir nas disputas políticas ou nas guerras de fronteira, pois praticamente todos os grandes proprietários daquela região tinham alguma patente militar”. (AGUIAR, 1999, p. 39). Aquém do monarca, estava o chamado *índio vago*. Este tinha atravessado o limite divisor da ordem e da lei:

Era o bandoleiro, o fugitivo, às vezes mesmo sem saber mais o porquê. Gente de má fama, não desapareciam de todo, nem se furtavam a frequentar cavalhadas, fandangos, e iam mesmo assim com um ar de desafio às autoridades. Sua presença quase sempre indicava barulho grosso, impunha medo, arrastava os mistérios de crimes sabidos e falados à boca pequena. (AGUIAR, 1999, p. 39-40).

No último degrau da hierarquia estava a escravaria. Mas, pondera o narrador, nem tanto, pois de vez em quando se misturava com a peonada, porque “nos tempos de guerra, eles não eram poucos, verem-se até escravos armados”. (AGUIAR, 1999, p. 40). Essa é uma característica dos romances da época ou do novo romance brasileiro: dar visibilidade aos excêntricos, personagens que tradicionalmente eram marginalizados. E Talco, quando na Farroupilha, foi de tudo, peão, negro, monarca e índio vago, isto é, foi das camadas sociais marginalizadas. Não sem razão, Talco da Costa é o primeiro protagonista negro de um romance ambientado na Farroupilha.<sup>296</sup> Desde a primeira memória histórica, nenhum historiador ou romancista havia centrado sua narrativa em um personagem negro e, no caso de Talco, também africano.

Portanto, Costa foi uma miscelânea de tudo, ainda que, em parte, em outras terras e com outros nomes. Como isso aconteceu é o tema do livro e crê o narrador que “talvez a mais difícil de recompor, pois nas notas futuras que tomou ele pouco escreveu sobre esse período de sua vida [farroupilha] que envolvia o jogo constante com crimes e mortes”. (AGUIAR, 1999, p. 40). É interessante essa observação sobre a dificuldade de recompor esse período da vida de Talco. Isso de certa forma reforça a tese de Lima sobre a dependência (e veto) da ficção do romance em relação à historiografia. Pois se há uma falta de notas, fontes, “espaço em branco na história”, o romancista poderia se sentir “livre” para narrar a história do que aconteceu. Porém, essa será uma tensão do romance, parte-se de um suposto manuscrito que são as memórias de Talco, que foram destruídas e reescritas duas vezes, mas há as criações do narrador que se interpõe às memórias de Talco e à história do período. Com essa tensão da verossimilhança entre memória, história e ficção do romance, o narrador flertará em *Anita*.<sup>297</sup>

Após Costa sair do Recife, perdera o apelido de Quinho, de criança, e ganha o nome de Tarquínio, pois ao matar, por mulher, o célebre Cabugá podia se considerar um homem. Um coronel amigo de sua mãe o abrigou, dando-lhe assistência até iniciar sua evasão para o sul. Primeiro a Bahia, logo Minas Gerais. De nome muda ainda no sertão de Minas, ficou conhecido como “da Costa”, depois o Costa. A cada lugar uma mudança e um novo nome que representa a mudança do destino do personagem. Sabia idiomas, o dos índios, os dos negros e

<sup>296</sup> Mas a temática sobre os escravos negros apareceria antes com o romance *Netto perde sua alma*, de Tabajara Ruas (1997) em 1995. O romance se destaca, além disso, pela densidade ficcional da construção do personagem Netto e pela riqueza dos diálogos que reconstróem a paisagem histórica.

<sup>297</sup> Conforme observou Ramos (1999, p. 291): “Mas a matéria de que se serviu nessa escritura, as histórias que desvelou, são narrativas de variadas fontes fios superpostos e interligados que configuram um conjunto de narradores. Há um narrador que perdeu a condição de centro e passou a disputar com outros a primazia de ser a fonte geradora de ficção”.

dos brancos, isto é, Talco aprendeu a passar por várias vidas com vários destinos, só não se prendeu a nenhuma, sempre mesmo só mudança. Tinha sempre livros consigo e um especial que jamais abandonava (que ganhara da sua mãe). Tarquínio, agora Costa, desceu das Minas para Sorocaba, até as campanhas sulinas dos confins do Império.

A vida no sul lhe agradou. O povo era discreto como ele, que só conversava em eventos. Fora rebatizado, “uma china, meio castelhana, meio índia, e sabendo que ele não gostava que o chamassem por esse nome, deu-lhe o apelido de Talco. E foi assim que ele virou o monarca Talco da Costa”. (AGUIAR, 1999, p. 44). Fora à Banda Oriental, depois foi para Corrientes, trabalhando em estâncias e jogando truco. Sua vestimenta era a mesma dos habitantes locais, o pano grosseiro, botas, camisa branca. Logo depois, Costa aprendeu a tocar violão.

Em uma bodega houve um acerto de contas por causa de uma china. Talco da Costa acabou matando Laurindo. O padrinho de Laurindo botou seus capangas atrás dele, “E foi desse modo, de faca e sangue, que nasceu do monarca o índio vago Talco da Costa, de larga fama, boa voz, arredo e suspirado por muitas mulheres daquelas bandas ainda meio desabridas”. (AGUIAR, 1999, p. 45). Mais uma mudança no destino do personagem, que passou de um tipo social a outro não por questões econômicas ou imposições de terceiros, mas pela incerteza do cotidiano e pela coragem de enfrentar a incerteza, que representa a mudança.

Alguém chega ao lado de Talco da Costa e pergunta de onde ele vem e para onde vai. Talco responde com indiferença. Quem falava com ele era o Capitão Rodrigo Severo Cambará, do Exército da República Rio-Grandense, divisão do general Antônio de Souza Netto. Aqui se nota a tensão que vive o romance, entre o “não ter notas” e a “dificuldade de reconstituição”, que o narrador expõe no início, pois ele coloca em seu texto um personagem que pertence a outro romance, *O continente* de Verissimo. Há nesse caso a intertextualidade de textos de romance, o que abre para o romancista a possibilidade de ficcionalizar seu romance, pois se antes a intertextualidade se dava pelo veto da história, aqui diferentemente há um “veto” por um romance, mas que tem um efeito diferente do veto histórico, pois, se o texto histórico “poda” o romancista em sua ficcionalização, o texto do romance auxilia a desobstruir a ficcionalização, porque, sem ter a historiografia como parâmetro, tem-se apenas como diálogo outro romance que permite ao romancista um subterfúgio ficcional. Se Alencar construiu o romance como algo que fala das paixões e a história da verdade, para poder ficcionalizar, se Érico faz uma crítica contundente à epistemologia da história da sua época e isso o permite ficcionalizar, a solução de Aguiar em *Anita* é a intertextualidade, mas não com

a historiografia, e sim com outro romance, o que lhe permitiu imaginar já dentro da imaginação ficcional. E esse tipo de intertextualidade o permite inserir a incerteza do futuro no passado de Costa.

O Capitão Rodrigo lhe conta que estavam em uma guerra contra os caramurus do império. Fala que virá uma república. E que necessitavam de pessoas decididas, e espertas e sabia que Talco era índio instruído. Rodrigo conta-lhe que vai atacar a vila de Santa Fé que está controlada por imperiais, depois quer ver sua mulher, tomar um mate e terminar de rabiscar a cara de um canalha e o convida-o para ir junto.

Costa responde que vai para outro lado, que vinha dos antigos campos neutrais, e iria ao Alegrete. Rodrigo diz que ele pode ir até Piratini e procurar pelo major Teixeira Nunes, dito Gavião. Talco pediu um trago e pôs-se a refletir. O capitão tinha notoriedade de homem generoso e direto. Entretanto, igualmente de astuto se necessário. Entendeu que ou pegava em armas dos lados dos republicanos ou ia se dar mal, pois os imperiais nunca o receberiam, por que os cupinchas do Laurindo eram deste lado. Podia ir para a Banda Oriental, ou mesmo além do Prata, porém

lá, ele sabia, o destino dos de pele mais escura, mesmo meio escura, podia ser mais complicado. Não que no Rio Grande fosse mais fácil. Mas sempre havia um pouco mais de gente de má cor, ou de cor da má sina, como se dizia [...] Além do mais, embora de pele bem queimada, seus tratos mais refinados, suas sabedorias de viola e canto continuavam trazendo-lhe sucessos de galpão, bodega, cavahada e até mesmo em algum salão. Não era desordeiro. Só não gostava que bolissem com ele, ou com sua cor, no mais era corda de viola, canto e diversão. (AGUIAR, 1999, p. 52).

Sua condição de negro em um país escravista lhe trazia um determinado destino que suas “saborias” cotidianas o ajudavam a superar. Um negro africano, que fora muitas coisas na vida, se tornara um rio-grandense farroupilha, mais um dos personagens da vida de Talco.

Talco tivera uma chinoca, uma negra. A maioria das negras escravas era do senhor, mas com as chinas não tinha essa dificuldade. Eram de todos. Conheceu-a nos campos de Cima-Serra durante o inverno. Não era mais escrava. Benedita era o seu nome. Precipitava um chuvisco de fins de junho e Talco, no galpão, fazia um fogo, logo depois viu que Benedita estava na porta. Da viola, Talco arrancou uma canção e foi paixão à primeira vista. Por ali ficou o inverno todo. Na primavera, Talco se foi, e era em Benedita que pensava na bodega:

Se entrasse na guerra, perderia Benedita de vista por muito tempo. Mas se não entrasse, e a guerra se alongasse, talvez a perdesse de vista para sempre... Não que se quisesse se amarrar, ou se arrancar. Mas era o cheiro, o gosto de pinhão que ele tinha na boca, com todo o sabor maravilhoso daquele inverno, e os olhos quentes de Benedita. Pensou: quem sabe, se for uma república, haverá melhor lugar para ela, e

melhores trilhas para suas passagens por lá? Além do mais, posso ser oficial do novo governo, pelo menos ter uma anistia, ou algo assim. A guerra vai levar os carteados, as noites de viola para os acampamentos, ainda pensou. Vai ser o fim dos vagos e da Monarquia. Quem for peão vai ser soldado. E quem não for também. Pegou o trago, saiu da bodega, tomou o cavalo e se foi no rumo de Piratini, pensando que o Frei do Amor Divino aprovaria. (AGUIAR, 1999, p. 55).

Se Cap. Rodrigo entrou na Farroupilha por lealdade, coragem e por seu instinto de liberdade, se Filhinho entrou na Farroupilha sem saber por que e sem querer, Talco da Costa entrou na Farroupilha pela possibilidade de mudança social de Benedita, pois “haveria um lugar melhor para ela”, pela possibilidade ser um oficial no exército republicano mudando sua situação atual, pela mudança que acarretaria na vida boemia que iria para os acampamentos e pela mudança social que vislumbra. Pensando na mudança, foi a Piratini sabendo que frei Caneca aprovaria, pois este foi um personagem de mudanças como Talco.

Piratini arrumava o festejo, iria ter missa pela República. Era novembro, um pouco antes o General Netto, nos campos do Seival, proclamara a República. Netto hesitara. A dimensão do fato o assombrava, mas só assim arrumariam aliados no Prata ou no Brasil e

Logo atrás dele vinha a melhor invenção – na lista dos seus inventores – do exército da República: o corpo de lanceiros negros, e a infantaria também de negros libertos. Naquelas terras era difícil conseguir soldados a pé, tamanho era o prestígio do cavalo. Mas com as promessas de liberdade para cada um, e com as promessas dos oficiais mais jovens sobretudo, de que a República aboliria a escravidão, fora possível formar aqueles corpos de combate. Não eram só negros; havia de tudo, também brancos e índios, alguns. (AGUIAR, 1999, p. 56-7).

O corpo de lanceiros negros e a infantaria com negros libertos, índios e brancos, estavam os despossuídos da história e que são os excêntricos do romance *Anita*, sintetizados no personagem de Talco. Personagens que estiveram sempre às margens da cena narrativa e que em *Anita* ocupam o centro do palco no romance. Sem em *A prole do corvo*, tais personagens aparecem como alienados, em *Anita* assumem a “dianteira” da narrativa.

Talco vira o desfile passar encostado no balcão da bodega. Nisso, um tipo indiático entra e vai falar com Talco. Talco lhe diz que veio da parte do Capitão Rodrigo Cambará falar com o major Teixeira Nunes. Seu interlocutor afirma que Cap. Rodrigo morreria na tomada de Santa Fé e que ele se disponibiliza a apresentar Talco ao major. Tal interlocutor se apresenta a Talco como sargento Charrua.

Pelo caminho foram conversando. Charrua diz que a guerra vai ser comprida e que talvez seja por que querem. Ao que Talco pergunta por quê. Charrua explica que assim há mais guerra, mais assaltos, mais correrias. Diz que esse monte de gente, que estava no desfile

de hoje, na paz não são nada. São escravos, peões, índios vagos, na guerra seriam alguém. Uns quantos morrem, mas o resto tem china de graça. Ao que Talco replica que esses não mandam nada e que não vão decidir a guerra. É verdade, diz o Charrua, no começo só queriam depor o presidente da Província, de que ninguém gostava. Agora estão com um governo independente, rompidos com um império do tamanho do Brasil, e não tem como dar para trás, e pior, nem para frente. E os maiorais querem conseguir um porto. Aqui terra não falta, mas precisam do mar, por aonde vêm os navios e o comércio. Aqui, Talco pergunta o que um índio charrua faz nisso tudo. Ao que o sargento responde que olha as coisas para o major e que entrara na guerra como Talco entrou pela mão do Capitão Rodrigo que conheceu na Banda Oriental há muitos anos.

Um índio explicando a situação política, uma novidade. Não sem razão, Talco pergunta “o que um índio faz aqui?”, mas a primeira inovação é um índio e um negro como personagens proeminentes da narrativa, porém não só isso: eles analisam o que a Farroupilha implica não só para os “grandes” (o porto, a deposição do presidente), mas o que a Farroupilha representa para a gente considerada “miúda” na história (chinas, assaltos e correrias). E por isso fez um negro e um índio como protagonistas, para mostrar mais que o avesso da história, mostrar o avesso do avesso.

Talco pergunta se ele é índio charrua mesmo, ao que o sargento responde que é de pai e mãe. E que esteve na luta contra o rei da Espanha. Tempos depois o índio charrua encontrou o Capitão Rodrigo. Ele persuadiu o índio a se alistar. Todavia, no começo não foi bom. À noite, lhe tiravam as armas e o prendiam numa roda de carreta. Depois veio o major Teixeira Nunes e mudara a situação, contudo falou o índio charrua: “Sabe? Estou a ver se consigo uma pátria. Já fui charrua. Mas a bem da verdade cresci numa missão”. (AGUIAR, 1999, p. 60). Os padres o ensinaram a ler, a escrever. Tratavam-lhe bem, mas fugiu, pois “Quis ser charrua de novo”. (AGUIAR, 1999, p.60). Não dera certo, ele não havia se acostumado. Agora estava com os farroupilhas na guerra e “Não sou mais charrua. Sou sargento Charrua”. (AGUIAR, 1999, p. 60). A história de Charrua se apresenta semelhante à de Talco, interpretada pelo viés da mudança, ele já fora charrua, missioneiro e era agora farroupilha. Mas com ele se apresenta uma questão nova: a pátria. Como observou Guazzelli, a Farroupilha se enquadra na construção das nações, e é isso o que o sargento Charrua esperava: o advento da sua pátria. Num tempo de mudança, em que Talco se apresenta como um andarilho (ou por que não um imigrante), um viajante, um sem pátria que vagará pelo mundo, Charrua buscava apenas um lugar de parada no meio de tantas mudanças.

E assim, nos três anos seguintes da guerra, Talco e o sargento Charrua ficaram amigos. No período de trégua, iam juntos às chinês, às bodegas, às cartas, às cantorias. Nas batalhas, guerreavam unidos e “Talco maravilhava-se com aquele charrua: dono de várias culturas, línguas, dividido entre seus mundos. Era mais ou menos como ele, Talco, que se sentia ex-africano, ex-jagunço, ex-monarca, ex-vago, ex-isto e ex-aquilo e que não sabia o que ia ser”. (AGUIAR, 1999, p. 63).

Entre dois mundos, entre mundos, entre ser e não ser ou simplesmente entre. Nunca estar, a não ser estar entre algo que foi e algo que virá. O sargento Charrua já fora charrua, missioneiro, tentara ser charrua novamente, mas não conseguiu, pois já era missioneiro que deixava de ser, porém mudava para ser outra coisa que não sabia o que. Agora era farroupilha em busca de uma pátria abstrata. Como na citação acima Talco já fora muitas coisas também e a única coisa que sabia era que seria outra coisa que ainda não sabia o que. Mudança e o sujeito da mudança que se apresenta. E ser negro, mas com habilidades de branco e índio, refletia nas mudanças da sua vida: “Como lhe dissera o major, ele não tinha pelotão, propriamente. Isso não era mau, pois lhe dava mais liberdade de movimentos. Mas era também uma prova ainda de desconfiança: ninguém lhe devia obediência permanente, não tinha comando, a bem dizer”. (AGUIAR, 1999, p. 63).

Estava no meio do caminho, entre ter deixado de ser vago e ser soldado, pois Talco era assim, negro que sabia ler e escrever, mas era negro. Negro como os negros, mas lia e escrevia como os brancos. Por isso tinha essa posição intermediária no exército. Intermediário entre uma coisa e outra, entre mundos que vivia e não pertencia.

E esse entre, que representa estar entre dois momentos (dois ou mais mundos), um momento que já foi e outro que ainda não é se revela na pergunta de Talco a Charrua se ele é cristão, ao que responde que sim e não, que os padres o instruíram em muitas coisas, entretanto não o fizeram esquecer o que aprendeu com seu povo, isto é, está entre duas identidades, mas não é nenhuma das duas. É, assim, uma terceira identidade. Talco lhe retruca que é cristão, mas não leva uma vida cristã. Charrua responde que “hoje a gente é um amanhã é outro. O que é agora é a guerra. Ela vai dizer o que somos. Dela espero uma pátria, todos têm uma pátria”. (AGUIAR, 1999, p. 64). Talco diz que os negros não têm uma pátria e se tiveram perderam. Ao que o sargento afirma que os negros são escravos, os índios, nem isso, “Somos quem todo mundo esqueceu”. (AGUIAR, 1999, p. 64). Talco lhe pergunta onde aprendera a falar assim, Charrua pergunta o que há de estranho nisso ainda mais vindo dele, que anda com livros, e que “és um negro que não é negro e que não chega a ser branco por

que não é branco”. (AGUIAR, 1999, p. 64). Os personagens transitam e vivem múltiplas identidades.

Um sargento Charrua que não é charrua, um negro que não é negro. Um estar entre possibilidades... apenas a mudança. Mas cabe uma pergunta afinal: Nesse período do romance de Aguiar, são mesmo personagens principais o negro e o índio? Se eles são tantas coisas que representam? Se eles representam o estar entre? A mudança? Historiograficamente sim, pois no período da Farroupilha narrado, representam uma forma histórica concreta em particular: os negros e índios do sul do Brasil, isto é, há um referente para isso. Contudo, a partir do romance a resposta para a pergunta é não, pois, no geral, representam a mudança por que todos passam. E o narrador, ao apresentar um charrua que não é charrua e um negro que não é negro, acha, descobre, inventa um espaço ficcional na sua escrita para além do veto, pois, podendo ser e não ser ao mesmo tempo, no fim, a princípio, ambos os personagens podem ser tudo, inclusive nada.

Eram três anos de guerra, a república rareava por falta de um porto e os farroupilhas decidiram conquistar um porto invadindo a Província de Santa Catarina. A guerra se até ali estava arrastada, tornou-se vertiginosa. Além disso, Talco viria a conhecer Anita. O sol em frente à proa. Talco de pé, no convés, olhando o horizonte: “em vez dos gritos das aves o mugido dos bois, em lugar das ondas o ranger das rodas de uma gigantesca carreta [...] navios a navegar pelo pampa verde, verde até não acabar, até darem às primeiras areias do litoral”. (AGUIAR, 1999, p. 69). O narrador ainda diz que “assim ele [Talco] registrou a cena em seus escritos” (AGUIAR, 1999, p. 69), como se houvesse uma passagem direta da memória ao romance. O encarregado da empreitada era o italiano Giuseppe Garibaldi, que desterrado viera ao Brasil. Garibaldi veio criar a marinha republicana. Foi então que imaginaram o plano de transportar os navios por terra até o mar e dali atacar Laguna que era um porto, “E assim Talco se viu naquela posição inesperada, a cavaleiro de um navio que navegava pela terra firme rumo ao mar”. (AGUIAR, 1999, p. 71).

O navio que navega no pampa como metáfora da mudança, do ser e não ser, de estar entre dois mundos. De não estar onde todos esperam que estejam na água, mas, ao contrário, eram marinheiros de terra firme. Metáfora de cavaleiro de navio, navegar por terra, essa situação de entrelugar<sup>298</sup> é a situação de Talco, a situação de Charrua, é chave de leitura do

---

<sup>298</sup> O conceito de entrelugar foi proposto por Silviano Santiago (2000) e decorre de fenômenos que ocorreram nas últimas décadas do século XX, a definir novas interpretações das relações humanas nos espaços periféricos do globo, sobretudo quanto ao significado de pertencimento das pessoas em relação a esses locais. As transformações nas relações econômicas e políticas sucedidas nos últimos anos afetaram todos os domínios da sociedade – desde os contatos privados até o entendimento do Estado-nação. O entrelugar,

romance. O inesperado da mudança, um cavaleiro que não cavalga, mas navega e um marinheiro que não navega, mas cavalga, mas com coragem para viver a mudança.

Tomada a cidade de Laguna, Talco e Charrua estavam na praça da cidade em frente ao sobrado que agora era a sede da proclamada República Juliana, federada à República Rio-Grandense. O índio olha para Talco e lhe fala que é a segunda república que ele vê nascendo, pensa que sua pátria deve estar chegando. Talco riu e disse que deviam tomar um trago nessa “república de pescadores”. Ao saírem, Charrua comentou: “Quem diria, eu, o sargento Charrua, fundador de repúblicas...”. (AGUIAR, 1999, p. 74). Quem diria, um excêntrico, no centro (da narrativa).

Era uma festa de batizado. A festa fora feita para agradar tanto aos pais da criança quanto ao governo. Mesmo com o novo governo, todos sabiam que quem mandava de fato eram os militares rio-grandenses: Canabarro, Teixeira Nunes e os outros. A notícia que sairia da festa farroupilha logo após “era que os rio-grandenses traziam bugres e negros para dançar nas festas das famílias, além de que seu capitão-de-mar se dava o direito de ficar com a mulher do sapateiro, uma mulher feita já de 18 anos, com idade para ser mãe!”. (AGUIAR, 1999, p. 76).

O exército republicano fora recebido como libertador, e o saudaram liderados pelo padre Vilela. Contudo os problemas vieram “Libertar os poucos escravos existentes? Fazê-los soldados? Começaram as reclamações dos homens de bem, de bens e de posses. Quem os indenizaria? E isso de se pôr a armar negros... Já chegava os que tinham vindo com os rio-grandenses...”. (AGUIAR, 1999, p. 77).

Creio que antes de Aguiar ninguém representou de tal modo os excluídos da Farroupilha. Primeiro, eles estão no centro da narrativa, e, segundo, a obra mostra as tensões sociais por eles estarem no centro da história. O narrador descreve a incerteza que havia no passado sobre a possibilidade de libertar os negros, sobre os negros e excluídos passarem ao centro da história.<sup>299</sup>

A República Juliana não era reconhecida por ninguém, a não ser por sua vizinha mais ao sul que não podia garantir nada. O comércio estagnara, as pessoas reclamavam cada vez

---

desse modo, é um conceito que se distingue por pensar a “fronteira”, ou seja, ao mesmo tempo em que separa, ele comporta o convívio. É local de passagem e, simultaneamente, potencializador de identidades.

<sup>299</sup> Para Ramos (1999, p. 293), “Outro aspecto notável é a construção do personagem do mulato Costa, candidato a marcar uma inflexão na história dos personagens negros da literatura brasileira [...] [Talco da Costa] considerado um negro, narrou sua própria história realçando como o preconceito que sofreu em diversas circunstâncias de sua vida foi uma mola propulsora a definir o seu destino [...] sua pele era escura e essa marca indelével nunca o livrou dos constrangimentos inerentes a ela. Essa é ponto que o romance, de forma discreta, destila”.

mais. Do lado da tropa, a situação não ia melhor. As guarnições de Desterro não se sublevaram. A República, pensava Talco, estava confinada.

Entre os problemas da República, havia um novo, algumas semanas antes da festa, Ana de Jesus Ribeiro, deixara o marido por Garibaldi. Talco sabia como fora o início do romance. O marido de Ana estava unido aos imperiais. Com a aproximação dos republicanos, ele evadira. Ana não era feliz naquele casamento. E ela e o italiano se viram pela primeira vez na missa festival pela República. Tudo Talco sabia.

Charrua chega em Talco e lhe diz: “vamos ter problemas”. Ao que Talco retruca por que Charrua lhe diz que o clima entre eles e o povo não vai bem, e afirma que

os revolucionários querem sempre um povo só para eles. O povo, esse que aí está, é difícil que vá querer mudar o mundo. Pensam em comer, dormir, morar, foder e rezar. Os revolucionários dizem que gostam, mas não gostam muito do povo não. Gostam do povo que tem na cabeça. (AGUIAR, 1999, p. 80).

Não é bem assim, diz Talco. Veja o Gavião e mesmo o Canabarro. Charrua pede desculpas, mas não estava feliz, era “a demora de sua pátria para vir, uma pátria que não pode ser só um galpão esburacado”. (AGUIAR, 1999, p. 80).

No outro dia, Talco apresentou-se a Canabarro. Pedira uma audiência, era homem de confiança do Gavião, Rossetti igualmente estava na sala. Talco contou tudo o que Charrua lhe dissera, contudo não se referiu ao diálogo travado com o padre Vilela sobre a dificuldade dos farroupilhas em lidar com a população local. Quando Talco finalizou, Canabarro disse-lhe para prender o homem; que homem, perguntou-lhe Talco. Ora, respondeu o general, o padre. Repentinamente volta-se para Talco e lhe fala. “Que faz aí, sargento? [...] Já tem as suas ordens. Talco titubeou. — Senhor general, se me permite, oficialmente eu não sou sargento... — Pois agora é. Reúna um destacamento e vá prender o padre”. (AGUIAR, 1999, p. 85).

Talco saiu reunindo soldados e foi atrás do padre. Virou sargento no improviso, que nem Canabarro virou general. A mudança novamente se apresenta inesperada, a incerteza do futuro igualmente se mantém como guia da narrativa. A mudança para sargento a frente de um destacamento finalmente aconteceu, um negro dando ordens, num contexto escravista. No romance de Aguiar, a história parece estar de pernas para o ar. Mas isso é possível por todas as táticas ficcionais que o narrador soube utilizar. Já não parece estranho, ou melhor, não parece inverossímil tal situação, parece uma história narrada com necessidade e verossimilhança, apenas mais uma história.

O Império preparava um ataque por mar e terra a Laguna. O governo republicano se desfizera. Quase todo ele estava preso no Forte da Barra, em companhia do Padre Vilela, por se rebelar contra os rio-grandenses. Na noite de 12 de novembro, realizou-se uma reunião entre os chefes militares. Talco e Charrua também estavam, foi um verdadeiro conselho de guerra. O saldo dessa reunião trazia à luz as divisões. Canabarro e Rossetti eram pela retirada de Laguna:

Ali mesmo Rossetti começou a abraçar outra tese: estava na hora dos republicanos pensarem em fazer a paz com o Império. Não dava para eles derrotarem uma coisa do tamanho do Brasil. Tinham de deixar a luta pelas armas e lançarem-se numa luta política de ideias pela República e contra a escravidão, que era a coluna mestra do Império. (AGUIAR, 1999, p. 89).

A discussão se desdobrou e a estratégia de Garibaldi foi acolhida. No caminho, Charrua comentou com Talco que o italiano era ousado. Foram andando e passaram por Garibaldi e o ouviram dizer “ironia do destino... A República dos pampas vai ter sua batalha decisiva no mar, numa barra de lagoa...”. (AGUIAR, 1999, p. 92). Mais uma vez o estar entre algo foi apresentado pelo narrador na ironia da Garibaldi. O destino da República dos pampas decidido no mar. Todos têm uma identidade volátil e transitória no romance *Anita*. A identidade não está vinculada a um predicado *a priori*, mas sim na relação prática que se estabelece nos eventos. A mudança altera todo significado que parece estável.

Aquilo não fora uma batalha, pensou Talco; fora um matadouro. Era o meio da tarde do dia 15 de novembro de 1839. Na madrugada daquele dia, o vento mudara. O corso, como de costume, se obstinou. Lutou-se como nunca, mas “um detalhe gravou-se nas retinas de Talco: Anita [...] fora quem dera a ordem de fogo para a esquadra”. (AGUIAR, 1999, p. 95). Talco pôs em ordem os remanescentes da infantaria, e mandou que os do Forte deixassem a posição.

Os olhos de Talco voltaram às alturas do planalto. A fumaça perto dos capões e o cheiro de carne assada acusava a presença das tropas. De repente, uma voz se volta para Talco, surpreso ele volta-se para Anita. Chama-a de Dona Ana ao que ela responde que não era mais Ana de Jesus Ribeiro e que era agora Anita Garibaldi. Mais um momento de mudança apreendido pelo narrador, Ana que era a esposa do sapateiro (que lutava do lado imperial) não era a mesma Anita, esposa de Garibaldi (que lutava do lado farroupilha) e, semelhante a Talco e a Charrua, Anita não teve medo da mudança, enfrentou-a. Anita perguntou o que era o livro que Talco carregava. Ele explicou-lhe a história do livro e deu-se conta de que estava contando a sua própria história e de que como se espantava “de tanta

mudança no seu destino, a tal ponto que não sabia mais o que era, ou quem”. (AGUIAR, 1999, p. 100). Anita achou a história muito bonita e disse a Talco que ela mesma quis mudar de destino, como ele tinha mudado. Não quis ser Ana e sim Anita e declarou: “Quem sou eu agora, o que serei? Só Deus sabe...”. (AGUIAR, 1999, p. 100).

Nessa última citação, a chave de leitura do romance se coloca novamente: a abertura ao incerto do futuro, em personagens que, por mais que não dominem a história que façam, fazem sua própria história. Talco registrou tudo isso em seus escritos. Nesse momento a guerra começou a ficar rotineira para ele, estava sem o ardor de antes e “Algo estava se alterando nele, e ele não sabia o que era”. (AGUIAR, 1999, p. 106). A guerra parecia não ter fim. E assim, a ideia de Rossetti começara a vingar, iniciou-se a se pensar na ideia de paz. Os dois exércitos pouco faziam, proliferavam-se os carteados, carreiras com apostas e até uns bailes. As bodegas retornaram a prosperar, e em uma delas o destino de Talco novamente mudou.

Talco estava de folga, e fora na bodega por causa de uma morena escura. Nisto entra um bando. Eram do lado republicano. Estavam meio bêbados e Talco pressagiu o buchincho. Um deles reconheceu Talco e falou para os outros que fora Talco quem matou o amigo deles em Laguna. Talco estava com as divisas de tenente. Entretanto compreendia que isso não dizia nada para aquele bando, ainda mais “sendo ele oficial de pele escura e protegido de um oficial que andava sempre metido com os libertos. Um tenente branco, isso seria de respeitar”. (AGUIAR, 1999, p. 120). O bando partiu para cima de Talco. Ele livrou-se matando-os, o último do bando ao ver a cena toda fugiu, “Talco saiu sem voltar, sem dizer palavra, montou e partiu. Sabia que tinha virado índio vago de novo”. (AGUIAR, 1999, p. 120). E novamente o destino de Talco mudou, novamente por um episódio do cotidiano, não um episódio que requer uma grande estrutura explicativa ou que se creia ter desvelado uma realidade mais profunda na interpretação da cena, em um acerto de contas em meio a bebedeira o destino de Talco se altera e tudo se move como sempre.

Tal episódio foi a causa de uma reunião entre o Coronel Teixeira Nunes e o General Netto. Este já sabia do caso e foi logo dizendo: “Cachorro que come ovelha só matando. Uma vez índio vago sempre índio vago”. (AGUIAR, 1999, p. 121). E Netto continuou falando que os imperiais estão na ofensiva na política. Um negro que matou um branco pode ser o argumento que faltava. Estava difícil de conservar estancieros influentes do lado republicano: “Como a guerra não termina, eles temem cada vez mais uma revolta geral dos pretos”. (AGUIAR, 1999, p. 122). Teixeira Nunes sugere um julgamento para Talco, ao que Netto diz que vai ser o pior, os discursos, prós e contras, o resultado vai ser um estorvo. Se ele fosse

branco, ou pelo menos o apadrinhado de algum estancieiro. E Netto diz a Gavião que ele sabe o que tem que ser feito em tal situação. Ao que o coronel responde que sabe o que fazer.

Novamente a centralidade da questão do excêntrico no cerne da narrativa. Um escravo negro mobiliza todo o alto escalão farroupilha por uma demanda política e social. O narrador toca num ponto sensível do período e de uma maneira inovadora em relação à Farroupilha. Um personagem que representa a exclusão histórica e narrativa entra para o centro da narrativa. E entra não como o personagem Filhinho alheio aos acontecimentos, Talco encontra-se vigilante ao seu destino. O episódio de Talco é grave, pois tem repercussões que os líderes militares não sabem avaliar direito e do qual era difícil encontrar uma solução. Contudo a história se move e Talco se transforma.

Garibaldi marchava ao sul em direção a Banda Oriental. Ele desligou-se do Exército republicano em troca de gado como pagamento, “Iam como podiam: ele que já fora soldado, marinheiro, mercador, podia ser tudo, menos tropeiro”. (AGUIAR, 1999, p. 123). Aqui o narrador frisa a mudança em Garibaldi, o que ele foi, é e será. Naquela manhã Garibaldi viu um tropel de cavalos. Teixeira Nunes saudou Garibaldi e Anita e disse-lhes que tinha um passageiro para eles. Garibaldi reconheceu então Talco da Costa. Este adiantou o cavalo, virou-o e pôs-se ao lado da carreta. Anita acompanhava a situação calada, porém atenta. Gavião diz que do lado da Banda Oriental, em Quêguay, o General Netto teria amigos que arrumariam as coisas para Talco. Gavião diz a Talco para ter frieza quando o assunto for sua cor e como prêmio pelo que fez pela República só pode lhe dar a vida como retribuição.

Passaram em Qüeguay, um vilarejo no meio do nada. Lá os recebeu um velho espanhol, D. Luna, que já sabia da história. Diz-lhes que o general “Nietto” lhe mandara a mensagem de que um italiano e “um desgarrado meio preto iam passar por ali e que o moreno precisava virar outro”. (AGUIAR, 1999, p. 125). Deu a Talco um certificado de crisma e uma certidão de batismo em nome de um tal de José da Costa, nascido por ali, filho de mãe preta e brasileira e pai branco dali mesmo de Qüeguay, de nome desconhecido. E Talco muda novamente, não é mais Talco é agora José. Não é mais militar e sim tropeiro.

E continuou falando a José da Costa: “Essas fúrias eram coisa do índio vago Talco da Costa, não são do José da Costa, tropeiro por profissão... O índio vago, cuja fama que conheci, percorreu esta região, mas ele não existe mais...”. (AGUIAR, 1999, p. 126). E mostrou outra coisa que preparou: a certidão de óbito de Talco da Costa. Esse papel vai para o general, ele quer ter certeza que o índio morreu. E, por fim, disse a Talco que eram cinco patações por tudo “Três para mim, um para o padre, que vive amasiado com uma negra que mora por detrás da igreja e me cede os papéis quando peço, e outro para a Caridade... que é o

nome da negra. E deu uma risada solta”. (AGUIAR, 1999, p. 126). Talco pagou-o. O espanhol disse que estava morto e que deveriam tomar um trago a saúde disso. E saíram os dois em direção a bodega, o espanhol já meio cambaleando por conta do que ia beber.

*Anita* é o último romance e obra analisada na tese. Aqui como em todos os demais a representação alterou-se pela *poiética* da escrita que deixou sua marca na obra. Mais um imaginário “lutou” por seu reconhecimento. E como em cada momento diferente há um imaginário distinto. Por um lado, percebe-se o romance como dentro da quadra do novo romance brasileiro, por outro, o imaginário do período atravessa o próprio romance.<sup>300</sup>

No romance *Anita*, encontra-se como personagem central da intriga um excêntrico, alguém que até *Anita* ficara fora do proscênio narrativo: o negro. Mas o narrador, na parte do romance dedicada à Farroupilha, traz também o personagem do índio Charrua para o protagonismo literário e, também, a questão da liberdade de escravos e índios no período farroupilha. Indiretamente, é no contexto das décadas de 1980 e 1990 que se consolida um aumento de demandas por políticas públicas dos movimentos sociais de negros e índios no Brasil. Talco da Costa é o primeiro personagem negro central em uma narrativa que se conta na Farroupilha.<sup>301</sup>

Outra inovação que traz o romance é a intertextualidade, que também é uma característica do novo romance. Ao trazer o Cap. Rodrigo Cambará para a narrativa, o narrador amarra seu texto ao de Verissimo e cria um ambiente de continuidade, mas de uma maneira metaficcional, isto é, sabendo-se que é a ficção dentro da ficção. A característica principal do romance e que representa de maneira geral todas as outras é a mudança. E todas

<sup>300</sup> Outro romance de destaque do período é *A casa das sete mulheres*, de Leticia Wierzchowski de 2002. O romance tem como novidade trazer personagens femininos como protagonistas de um romance sobre a Farroupilha. O livro conta o cotidiano, durante a Farroupilha, da parte feminina da família de Bento Gonçalves. Este romance mostra o cotidiano delas na estância da família, narra um mundo que tinha ficado a parte ou esquecido de ser narrado como evento principal na Farroupilha. Mas o interessante é que, ao mesmo tempo em que a autora mostra o protagonismo e as suas façanhas na vida cotidiana durante a guerra, o livro mantém uma certa temporalidade da espera para os personagens femininos, que está presente desde *O continente*. Moacyr Scliar, em 1995, lança o livro *Rio Grande Farroupilha* que, em 2004, iria relançar com outro nome: *Uma história farroupilha*. Este livro narra a história da família de imigrantes alemães Schmidt durante a Farroupilha. A novidade do livro é que o protagonismo das ações do enredo é feito pelos filhos adolescentes do casal Schmidt, Rudolph e Franz. Portanto, a Farroupilha é contada a partir da busca do Franz pelo irmão durante a Farroupilha e a guerra é narrada pela perspectiva de um adolescente. Ao mesmo tempo em que o autor traz essa novidade para a ficção sobre a Farroupilha, por ser um livro do gênero infanto-juvenil, o livro é didático e obediente à história, mas Scliar cria um livro dinâmico e de personagens consistentes.

<sup>301</sup> Para Esteves (2010, p. 108), “o romance de Flávio Aguiar cumpre aqui o que Linda Hutcheon aponta como uma das marcas da pós-modernidade, em especial da metaficção historiográfica: o herói tradicional é desalojado de seu pedestal e o protagonismo passa para os antes marginalizados, figuras periféricas da história hegemônica que abandonam sua posição excêntrica para ocupar o centro da história”.

essas situações aparecem e se articulam no personagem Talco da Costa e no sentido que a Farroupilha adquire em *Anita*. Outro imaginário, outro sentido. Outro tempo, outra escrita.

Também, o estar entre mundos e coisas, o entrelugar, entre o ser e o poder ser gera um espaço ficcional, pois pode-se ter vários sentidos então pode-se ficcionalizar várias situações como plausíveis no romance de *Anita*. E, assim, parece esta ser a grande contribuição de Aguiar: a incerteza, o estar no entrelugar, entre as muitas possibilidades, ao sabor da mudança. E nisso tudo o significado da Farroupilha ganha outro sentido e novamente entra em reconhecimento outro imaginário.

As obras de Guazzelli e Aguiar representam esse contexto histórico de fim de século XX pós-nacional, democrático e de identidades híbridas.<sup>302</sup> A cientificidade é reconfigurada após o descrédito das metanarrativas, a virada linguística recompõe num mesmo horizonte o saber comum e especializado. E um novo sentido da Farroupilha surge no fim de século XX.

Em meio século, entre 1949 e 1999, três imaginários articularam a escrita da Farroupilha. O primeiro em Verissimo e Vellinho diz respeito à formação histórica do Rio Grande do Sul, mesmo que ambos escritores entendessem a formação histórica de modo diferente. O segundo, com Assis Brasil e Pesavento, traz a visão crítica sobre a Farroupilha. E o terceiro, com Guazzelli e Aguiar, repensa a Farroupilha para além da abordagem e identidade nacional.

Com o romance *Anita*, finda-se essa longa história de transformações das escritas da Farroupilha em que se tem como pano de fundo as relações entre história, romance e o reconhecimento do imaginário.

---

<sup>302</sup> Para Hall (2005, p. 89), deve-se “aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade distintivamente novos produzidos na era da modernidade tardia”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Os sentidos, como os opostos, se completam,  
dialeticamente, pela lógica da imagem que vive  
da tensa unidade dos contrários.  
Assim, o corpo se alarga no cosmos  
e a palavra se reúne à coisa.  
(CHIAPPINI, 1988, p. 373).*

Ao longo da tese, procurou-se apresentar uma versão da história da escrita da Farroupilha ancorada nas relações entre historiografia e romance. Entre ambas, o imaginário, tomado como uma ideia reguladora do que poderia ser escrito ou não em cada geração. Na maioria dos casos, a historiografia pautou o romance. Poucas vezes o romance problematizou o saber historiográfico. Em geral, isso se deve ao ambiente social e político de cada época, em que demandas para justificar o controle social exigiam do grupo no poder uma narrativa legitimadora de tal estado de dominação e para grupos políticos terem suas demandas de reconhecimento atendidas. A regra foi que o romance acompanhou a historiografia, tanto com vistas a manter o controle do imaginário como para buscar o reconhecimento do imaginário de um grupo em disputa social. Desse modo, tivemos que reatualizar a hipótese de Costa Lima, que em parte foi modificada no sentido de luta por reconhecimento, necessária para se entender as transformações do imaginário.

Apenas em três casos os romancistas problematizaram o veto à ficção da historiografia durante a escrita da Farroupilha. O primeiro foi José de Alencar com seu romance *O gaúcho*. Politicamente, Alencar manteve a condenação monarquista sobre a Farroupilha. Contudo, na relação da historiografia com a ficção, o texto alencariano colocou a historiografia do lado da verdade e o romance ao lado da paixão, o que criou um espaço narrativo para a ficção cunhando uma fronteira entre a historiografia e romance. Mesmo utilizando material histórico para escrever, Alencar criou um espaço para ficcionalizar a Farroupilha. Isso o levou, diferentemente de todos os escritores do imaginário monarquista, a narrar o conflito sulino de maneira própria.

Os romances de Caldre e Fião mostravam a cor local da Província ao resto do Império e construíram uma interpretação da Farroupilha como um erro moral e um crime contra a nacionalidade brasileira em que a Província afligia-se por desafiar o Império e aliar-se às repúblicas caudilhescas do Prata, no arrependimento manifestado pelos personagens Almênio, Filipe e Matias. Pelo lado das memórias históricas, mesmo elas estando no mesmo diapasão monarquista, a diferença foi que enquanto as memórias de Saturnino e Câmara queriam

construir a ordem monárquica a memória histórica de Araripe queria defender a monarquia das críticas que sofria.

Paradoxalmente ao princípio monarquista, em seu romance *O gaúcho*, José de Alencar fez protagonistas dois farroupilhas, Bento Gonçalves e Manuel Canho. Aquele foi o líder da revolução para, ao contrário do que poderia parecer, conter os radicais republicanos; o outro personagem é o símbolo arquetípico do habitante da Província. O interessante dessa mudança de Alencar em relação a *Caldre e Fião* e aos memorialistas é que todos alinhavam-se no veto do Estado-nação à ficção republicana. Isso mostra o quanto a imaginação de Alencar dialeticamente recompõe, em um contexto monarquista, a experiência farroupilha em *O gaúcho*. Este romance também participa do projeto alencariano de narrar a cor local das províncias brasileiras e construir a identidade nacional no Brasil monarquista. Se em *Caldre e Fião* há o arrependimento dos personagens que foram republicanos, em Alencar há um misto de condenação da revolução, mas também de reconhecimento da valentia de Manuel Canho e Bento Gonçalves. De certa forma, a leitura de Alencar pode ser um caminho de entrada para a guinada da escrita em relação à Farroupilha que há posteriormente em *O vaqueano*.

Do ponto de vista formal, os romances de Alencar e Apolinário são parecidos. Descrição do ambiente e do tipo regional, vinganças que vão se sucedendo, relacionamento amoroso que não tem o tradicional final feliz. Um elemento diferencial é que em *O vaqueano* não há o elemento platino na origem da Farroupilha e, claro, em vez da condenação da Farroupilha há a sua valorização política. Se Manuel Canho anda pelo pampa entre os personagens platinos, isso não se passa com José de Avençal, que, em lugar de perambular pelo Prata, dirige-se à província de Santa Catarina. Com o romance de Apolinário, inicia-se então a inversão de compreensão: a Farroupilha é brasileira e a intenção não era separar-se do Brasil, mas conseguir um sistema político mais justo, de maior liberdade. Se no romance de Alencar havia valentia em Bento Gonçalves e Manuel Canho, no romance de Apolinário a valentia generaliza-se para todos os farrapos, com a valorização da ideia de república contrapondo-se à da monarquia. A ficção de Alencar de certa forma traz em si seu contraditório. Ao valorizar o gaúcho e Bento Gonçalves, abre um outro campo de análise para o romance e para a historiografia interpretarem a Farroupilha, que será ocupado justamente por quem participa politicamente do ideário republicano. O espaço teórico que Alencar cria para ficcionalizar a Farroupilha, outros grupos políticos o usam para avançar, literária e politicamente, a ideia de república.

Outro momento em que aconteceu a problematização ao veto à ficção da historiografia foi no romance *O continente*. Como muitos intelectuais de sua geração, Verissimo reavaliou o

período do varguismo, principalmente o Estado Novo. Na redemocratização do país, logo após o Estado Novo, publicou-se *O continente*. Trata-se de um intenso período da vida política nacional, em que projetos políticos diferenciados se debatiam no contexto da Guerra Fria. Assim, contra o nacionalismo predominante da historiografia do IHGRGS e de Moysés Vellinho, Verissimo foi além da origem lusitana do Estado, ou da brasilidade da farroupilha. O ambiente intelectual, mais arejado politicamente, é um elemento a ser considerado para Verissimo poder problematizar o imaginário dominante da historiografia nacionalista do IHGRGS. E não foi só isso. Para desenvolver a sua ficção, Verissimo problematizou o próprio conhecimento historiográfico de sua época. O empirismo positivista desse período, apesar de predominante na epistemologia da história, sempre teve seus contendores, como Croce, Collingwood e, no Brasil, Sérgio Buarque de Holanda. Verissimo não nega o saber do historiador; apenas mostra algumas limitações da pretensa de validade objetivista da historiografia.

José de Alencar cria uma fronteira entre historiografia e romance para poder ficcionalizar, ao contrário, Érico rompe essa fronteira alencariana e cria uma narrativa que oscila entre o romance e a historiografia. Assim, problematiza o veto da ciência da história. Érico conseguiu problematizar o controle do imaginário nas duas frentes: tanto institucional quanto na historiográfica. Na escrita da Farroupilha, Verissimo abriu um veio ficcional, por onde passaram os próximos romancistas. Outro ponto a se destacar, que demandaria mais pesquisa, seria em que medida a historiografia ainda vetaria ou não a ficção, depois de Verissimo.

Então, é de se ponderar o quanto ainda é produtivo pensar em um veto à ficção pela historiografia depois da década de 1950 na literatura brasileira, ou por que motivos parece ter ficado mais fácil problematizar o veto da historiografia à ficção. Uma hipótese seriam as próprias mudanças teóricas que começaram a ocorrer em meados do século XX na narrativa historiadora. Do mesmo modo, teria de se averiguar, com mais profundidade, a questão do veto da historiografia no século XIX ou até pelo menos a década de 1870, quando a ciência da história ainda não habitava na Casa da memória nacional.

No próximo período de problematização do veto à ficção da historiografia, tem-se um contexto democrático do Brasil. Com uma escrita da história que se iniciava em 1990, ciente do seu relativismo e das indeterminações de suas afirmações (CEZAR, 2015), havia um espaço teórico e social mais arejado para Flávio Aguiar construir o romance *Anita*. Creio que a questão do veto à ficção do Estado-nação no fim da década de 1990, quando Aguiar publica

a citada obra, precisa ser revista. Com o avanço da economia de mercado e da globalização, parece que o Estado-nação divide com o mercado a sua capacidade de vetar a ficção.

No romance de Aguiar está outro ponto de inflexão importante na escrita da Farroupilha. Em *Anita*, o protagonista retoma a valentia aberta por José de Alencar para enfrentar um mundo sempre em mudança. Há, assim, uma diferença importante entre os protagonistas de *Anita* e *A prole do corvo*, de Assis Brasil, onde Filhinho era um personagem sem ação, com o destino traçado por terceiros, Talco é corajoso e põe-se sempre firme frente aos acontecimentos. Se Filhinho representa uma crítica ao herói farroupilha, criado pelo regionalismo gaúcho das décadas de 1920 e 1930, Talco representa as possibilidades abertas pelo mundo na década de 1990, como a transterritorialidade, o mercado global, a aceleração do tempo e a ação do sujeito frente aos acontecimentos.

Se através do Capitão Rodrigo, Verissimo escrevia questionando a escravidão, com Talco da Costa e o sargento Charrua Aguiar mostra as tensões sociais que se abrem ao se tentar libertar escravos negros e índios antes de meados do século XIX. Em *Anita*, há uma mudança de personagens no foco narrativo. No romance *Anita*, há a centralidade do negro, do índio em suas próprias interpretações da Farroupilha. Desde *A divina pastora* há personagens negros nos romances, mas é em *Anita* que ele se torna protagonista. Por um lado, retoma, para a Farroupilha, Simões Lopes Neto e Érico Verissimo, ao trazer para o centro da narração os excêntricos e por não glorificar e nem repudiar *a priori* a Farroupilha, não sem antes narrar as vidas que perpassam a intriga. Em relação a Érico e Simões, vai além deles no sentido de colocar um excêntrico no foco narrativo, pois Rodrigo é um homem branco e oficial farrapo, e Blau Nunes narra uma história que viu (O duelo de farrapos), mas não teve atuação mais destacada, ao contrário de Talco da Costa. Em *Anita*, Aguiar recompôs a coragem passando o bastão do Capitão Rodrigo a Talco da Costa, e escreveu sobre a Farroupilha fornecendo um sentido por meio de uma intriga em que as mudanças por que passava seu personagem refaziam sua identidade e, simultaneamente, ressignificavam a própria Farroupilha.

Como Érico e Alencar, Aguiar conseguiu problematizar o veto da historiografia à ficção. Diferentemente dos autores anteriores, ele inventa seu espaço de criação ao usar da intertextualidade. Sua problematização ao veto não tem a mesma força da Érico. É mais parecida com a de Alencar, um subterfúgio em relação à historiografia do que um confronto com a escrita da história como em Érico; pode-se dizer que Aguiar “costeia o alambrado do veto” com seu recurso à intertextualidade.

Foram muitos os percursos da escrita da Farroupilha ao longo de mais de 170 anos. O conflito deflagrado em 1835 esteve condenado durante quase todo o período da monarquia

bragantina, depois foi absolvido por republicanos, logo em seguida constituiu elemento de contestação à ordem castilista, após ainda, sucessivamente, significou um elemento de comemoração nacional, entrou na formação histórica do Rio grande do Sul, foi usado para contestar os poderes de classe durante a ditadura civil-militar, e, por fim, o conflito sulino foi um modo de repensar as identidades no fim do século XX. Foram muitos caminhos para representar um passado, foram muitas narrativas a fornecer sentidos diferentes a um acontecimento que a cada novo enredo se transformava. Esta tese procurou avaliar esse tempo e espaço de escrita da estória da Farroupilha.

## FONTES

AGUIAR, Flávio. Anita: romance. São Paulo: Boitempo, 1999.

ALENCAR, José de. (1870). O gaúcho. São Paulo: Ática, 1982.

ARARIPE, Tristão de Alencar. (1881). *Guerra civil no Rio Grande do Sul*: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Porto Alegre: Corag, 1986.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. (1882). *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: ERUS, 1981.

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. *A prole do Corvo*: romance. Porto Alegre: Movimento, 1978.

CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. (1847). *A divina Pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.

CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. (1851). *O Corsário*: romance rio-grandense. Porto Alegre: Movimento, 1979.

CÂMARA, Antônio Manuel Correia. (1846). *Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias*: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

COUTINHO, Saturnino de Souza e Oliveira. (1841-1842). *Bosquejo histórico e documentado e negócios do Rio Grande*. Porto Alegre: Corag, 1986.

DOCCA, Emílio Fernandez de Souza. *O sentido brasileiro da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1935.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese (doutorado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 1998.

MAYA, Alcides. (1910). *Ruínas vivas*: romance gaúcho. Porto Alegre: Movimento, UFSM, 2002.

PESAVENTO, Sandra. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: DACANAL, José. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985a.

PESAVENTO, Sandra. Uma ideologia em farrapos. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 18, n.3, 1985b.

PORTO ALEGRE, Apolinário. (1872). *O Vaqueano*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1987a.

RODRIGUES, Félix Contreiras. (1935). *Farrapo*: Memórias dum cavalo. Porto Alegre: Globo, 1958.

VARELLA, Alfredo. *Revoluções cisplatinas: A República Riograndense*. Porto: Livraria Chardron, 1915. 2v.

VELLINHO, Moysés. (1964). *Capitania d'El Rey: Aspectos polêmicos da formação riograndense*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2005.

VERISSIMO, Érico. (1949). Um certo capitão Rodrigo. In: *O tempo e o Vento: continente I*. São Paulo: Globo, 1997.

### Referências Bibliográficas

ABRÃO, Janete. Como se de (re) escrever a história nacional? In: *Eilat.*, n.69, diciembre, 2014.

ALBIERI, Sara; PEREIRA, Gustavo. Robin Georg Collingwood. In: PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores: clássicos da história*. Petrópolis: Vozes: PUC-Rio, 2013.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *Na trilha de um andarengo: Alcides Maya (1877-1944)*. Porto Alegre: EDIPUCRS: IEL, 1994.

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. In: *Revista brasileira de ciências sociais*, vol. 15, nº 44 outubro de 2000.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: A geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: Fundação Universidade federal do Rio Grande, 2004.

AMORIM, Joaquim Paulo. Apresentações. In: *Rio Grande do Sul. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Levantamentos de fontes sobre a Revolução Farroupilha*. Porto Alegre, 1985.

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *Episódios e perfis de 1835*. Porto Alegre: Globo, 1935.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Nova Cultura, 1991, v. 2. (Col. Os pensadores)

ARMANI, Carlos Henrique. A história da historiografia no Rio Grande do Sul e a escrita do tempo da nação: um estudo de caso. In: *Oficina do historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012.

- ARRAIS, Cristian. Robin George Collingwood. In: MALERBA, Jurandir (org). *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Porto Alegre: FGV/EDIPUCRS, 2013.
- AXT, Gunter. Coronelismo indomável: o sistema de relações de poder. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (coord.); RECKZIEGEL, Ana; AXT, Gunter (dir.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V.3, t.1.
- AXT, Gunter. Uma versão carbonária da Revolução Farroupilha. In: NASCIMBENE, Luigi. *Tentativa de independência do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CiaE, 2009.
- AZAMBUJA, Darcy. *Romance antigo*. Porto alegre: Globo, 1940.
- BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Col. Os pensadores)
- BAKOS, Margaret. A escravidão negra e os farroupilhas. In: DACANAL, José. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- BARBOSA LESSA, Luis Carlos. *Garibaldi Farroupilha: História ilustrada do herói de dois mundos*. Porto Alegre: Alcance, 2005.
- BARBOSA LESSA, Luis Carlos. (1986). *República das carretas*. Porto Alegre: SferaSRP Editora de Artes, 2009.
- BARCELLOS, Ramiro Fortes de. (1882). *A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Codec, 1987.
- BARRETO, João da Cunha Lobo. “Revolução de 1835: apontamentos sobre a revolução do Rio Grande do Sul até o deplorável ataque do Rio Pardo”. In: *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, n. 31, 1935.
- BARROS FILHO, OMAR de; SEELIG, Ricardo; BOJUNGA, Sylvia (orgs). *Sonhos de liberdade: o legado de Bento Gonçalves, Garibaldi e Anita*. Porto Alegre: Laser Press comunicação, 2007(a).
- BARROSO, Vera Maciel. A expressão da ideologia liberal no Rio Grande do Sul através da Revolução Farroupilha. In: *Veritas*, Porto Alegre, v. 27, n. 105/108, 1982.
- BELO, Luis Alves Leite de Oliveira. (1877). *Os farrapos*. Porto Alegre: Movimento, 1985.
- BENTIVOGLIO, Julio. Palacianos e Aulicismo no Segundo Reinado – A facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II. In: *Revista Esboços*, vol. 17, nº 23, UFSC, 2010.
- BENTO, Claudio Moreira. *O exército farrapo e os seus chefes*. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1992.
- BERNARDI, Mansueto. *Obras completas: A Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Livraria Sulina, 1981. Vol. 6.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-historiográfico no Brasil Imperial*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPH, 2013.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em história).

BOEIRA, Nelson. O positivismo difuso. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (orgs.). *RS: Cultura e ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

BONES, Elmar (org.) *A paz dos farrapos: 150 anos do fim da guerra que separou o Rio Grande*. Porto Alegre: Copesul, 1995.

BORGES, Jorge Luis. *História universal da infâmia*. Porto Alegre: Globo, 1975.

BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo de (org.) *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRITO, Francisco de Sá. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Corag, 1985.

BRUM, Rosemary. A densidade social do mito: Garibaldi no centenário da Revolução Farroupilha. In: FILHO, Omar; SEELIG, Ricardo; BOJUNGA, Sylvia. *Os caminhos de Garibaldi na América*. Porto Alegre: Laser Press Comunicação, 2007.

CALLAGE, Fernando. *Episódios históricos da Revolução dos farrapos*. Rio de Janeiro: Record, 1935.

CÂMARA, Rinaldo Pereira. *O Marechal Câmara: reflexões introdutórias a sua biografia*. Porto Alegre: Globo, 1964. V. 1.

CAMPOS, Maria Consuelo. Apontamentos para uma leitura de "O Gaúcho". In: ALENCAR, José de. *O gaúcho*. São Paulo: Ática, 1982.

CANDIDO, Antonio. *A formação da literatura brasileira: Momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2013.

CANINI Et. AL. *E o Bento levou...: A Guerra dos Farrapos vista por dez cartunistas gaúchos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

CAPUANO, Yvonne. *Bento Gonçalves: Síntese biográfica*. Porto Alegre: SENAI, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, João Batista. Um diálogo entre memória, história e ficção na América Latina. In: *Entreletras*, Araguaína-TO, v. 3, n. 2, ago./dez. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional 1830-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. Elites políticas e construção do Estado. In: *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Introdução. In: VASCONCELOS, Bernardo Pereira. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 1999.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CESAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2006.

CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra (org.) *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade na obra de Varnhagen. In: *História*, São Paulo, v. 24, n. 2, 2005.

CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre o giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). In: *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 17, abril, 2015.

CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência: Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. In: *História Unisinos*. Vol. 8, nº 10, jul/dez, 2004. (B)

CEZAR, Temístocles. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da história no Brasil oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra. *Escrita, linguagem, objetos: Leituras de história cultural*. Bauru: Edusc, 2004.

CEZAR, Temístocles. Sob o firmamento da história: o “mito” do texto como representação objetiva do passado. In: FÉLIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio (orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

CHAVES, Flávio Loureiro. Um texto resgatado. In: Caldre e Fião, José Antonio do Vale. *A divina Pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.

CHAVES, Flávio. *Simões Lopes Neto*. Porto Alegre: Instituto estadual do livro: Ed. da Universidade, 2001.

CHEUCHE, Alcy. *A Guerra dos Farrapos: romance*. Porto Alegre: Habitasul, 1984.

CHIAPPINI, Ligia. Literatura e história: notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. In: *Literatura e sociedade*. n. 5: USP/FLCH/DTLLC, 2000.

CHIAPPINI, Ligia. *No entretanto dos tempos: Literatura e história em João Simões Lopes Neto*. São Paulo: Martins fontes, 1988.

CHIAPPINI, Ligia. *O foco narrativo: (ou A polêmica em torno da ilusão)*. São Paulo: Ática, 1987.

CHIAPPINI, Ligia. *Regionalismo e modernismo: (O “Caso” gaúcho)*. São Paulo: Ática, 1978.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercadores del litoral: Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 1991.

COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*. Lisboa: Presença, 1972.

COLLOR, Lindolfo. (1938). *Garibaldi: e a Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1989.

CORADINI, Odaci Luís. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, 2003.

COSTA, Cibele Hechel. *A prole do corvo, de Luiz Antonio de Assis Brasil: aproximações e distanciamentos no romance histórico*. Dissertação (mestrado). FURG/PPG-Letras, Rio Grande, 2014a.

COSTA, Cibele Hechel. O intimismo no histórico a partir de leitura de obras: A prole do corvo, de Luiz Antonio de Assis Brasil e Netto perde sua alma, de Tabajara Ruas. In: *Macabéa: Revista eletrônica do netlli*, v. 3, nº 2, jul-dez. 2014b.

COSTA, Francisco Lobo da. (1888). *Os Farrapos ou A Revolução de 1835 no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1985.

COSTA, Rosamaria Coimbra. Apresentações. In: *Rio Grande do Sul*. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Subcomissão de Publicações e Concursos. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Levantamentos de fontes sobre a Revolução Farroupilha. Porto Alegre, 1985.

CUNHA, Alberto Coelho. Um farrapo não se rende. In: MOREIRA, Maria Eunice (org). *Narradores do Partenon Literário*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2002.

CUNHA, Euclides. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1968.

DACANAL, JOSÉ. Réquiem, ainda que tarde, para os farroupilhas: ou o Grande Sul era *coisa nossa!* In: DACANAL, José. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

- DIEHL, Astor. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos de 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- DIEHL, Astor. *Cultura historiográfica: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- DORNELLES, Laura. *Risorgimento e revolução: Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.
- DOSSE, François. *A história*. Bauru: EDUSC, 2003b.
- DOSSE, François. *O império do sentido: a humanização das ciências humanas*. Bauru: EDUSC, 2003a.
- DUMAS, Alexandre. (1860). *Memórias de Garibaldi*. Porto Alegre: L&PM, 2011.
- DUTRA, Eliana de Freitas. Cultura. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *História do Brasil nação: 1808-2010; Olhando para Dentro: 1930-1964*. São Paulo: Editora objetiva, 2013.
- ELMIR, Cláudio Pereira. *A história devorada: No rastro dos crimes da Rua do Arvoredo*. Porto Alegre: Escritos editora, 2004.
- ESTEVES, Antônio. As guerras de independência no romance histórico brasileiro contemporâneo: conflitos, fissuras, dissensões. In: *Revista de literatura, história e memória*, v. 6. n° 8, 2010.
- ESTEVES, Antônio. Considerações sobre o romance histórico (no Brasil, no limiar do século XXI). In: *Revista de literatura, história e memória*. Unioeste/Cascavel. Vol. 4, n. 4, 2008.
- FAGUNDES, Antônio Augusto. *Revolução Farroupilha: cronologia do Decênio Heróico*. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed., 2003.
- FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*. Caxias do Sul: Ed. Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.
- FAUSTO, Boris. A vida política. In: GOMES, Angela de Castro. *História do Brasil nação: 1808-2010; Olhando para Dentro: 1930-1964*. São Paulo: Editora objetiva, 2013.
- FERREIRA FILHO, Arthur. O Decênio heróico. In: *História geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1965.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.
- FISCHER, Luís Augusto. A era Érico e depois. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord. Geral); GERTZ; René (diretor do vol.) *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. 2007. V.4.

FISCHER, Luís Augusto. *Literatura gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FLORES, Hilda Agnes Hübner. *Alemães na Guerra dos farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Farroupilha – 1ª parte. *Veritas*, Porto Alegre, v. 30, nº 119, set. 1985.

FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Farroupilha (II). *Veritas*, Porto Alegre, v. 31, nº 123, setembro de 1986.

FLORES, Moacyr. (1978). *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre: EST, 2004.

FLORES, Moacyr. *República Rio-Grandense: Realidade e utopia*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

FONTOURA, Antonio Vicente da. [1934, RIHGRGS]. *Diário: de 1º de janeiro de 1844 a 22 de março de 1845*. Porto Alegre: Sulina; Martins; Caxias do Sul; Ed. Universidade de Caxias do Sul, 1984.

FONTOURA, Antonio Vicente da. Apontamentos para a história da Revolução de 1835-1845. Porto Alegre: [s.n], 1928.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha (1835-1845): Narrativas sintéticas das operações militares*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1938.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. In: *Cadernos de Debates*, São Paulo, n. 1, p. 61-64, 1976.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (coord.); RECKZIEGEL, Ana; AXT, Gunter (dir.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 3, t. 1.

FRANCO, Sérgio da Costa. Uma biografia tentadora. In: *Zero Hora*. Porto Alegre: 14/09/2003.

FREITAS, Décio. Farrapos: uma rebelião federalista. In: DACANAL, José. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

GARLET, Deivis Jhones. A desmistificação da história em *A prole do corvo*, de Assis Brasil. In: *Temporis* (ação), v. 13, n. 1, jan./jun. 20132.

GERTZ, René. A colonização alemã e a Revolução Farroupilha. In: Sidekum, Antonio et al. (orgs.). *Campos múltiplos: identidade, cultura e história – Festschrift em homenagem ao prof. Arhur Blasio Rambo*. São Leopoldo: Nova Harmonia/OIKOS, 2008.

GERTZ, René. Intelectuais gaúchos e o Estado Novo brasileiro (1937-1945). *História: Debates e tendências*, v. 13, n. 1, jan./jun.. 2013.

GOLIM, Cida. Moysés Vellinho. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; ASSIS BRASIL, Luiz Antônio. *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Novo Século, 1999.

GOLIN, Tau. *Bento Gonçalves: o herói ladrão*. Santa Maria: Lgr, 1983.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editora Associadas/Secretaria Municipal de Cultura – Prefeitura de Porto Alegre, 2009.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. José de Alencar e os Rio-grandenses: Imaginário e Representações no romance *O gaúcho*. In: *Nas tramas da ficção: história, literatura e leitura*. GRUNER, Clóvis; DeNIPOTI, Cláudio. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

GONÇALVES, Sérgio Campos. Thomas Babington Macaulay. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Articuladores do Partido Republicano apropriam-se da “Revolução”. In: *Humanas: Revista do IFCH/UFRGS*. Vol, 28 n. 2 (jan/jun 1993). Porto Alegre: IFCH, 2006.

GUIMARÃES, Josué. *Garibaldi & Manuela: uma história de amor*. Porto Alegre, 2003.

GUIMARÃES, Josué. (1975). *A ferro e fogo II: Tempo de guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Trilogia do controle. In: BASTOS, Dau (org.). *Luiz Costa Lima: uma obra em questão*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.

HABERMAS. Jürgen. *A lógica das ciências sociais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARTMANN, Ivar. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.

HARTMANN, Ivar. *O país dos gaúchos*. Porto Alegre: Tchê! Editora Ltda., 1985.

- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HASSE, Geraldo; KOLLING, Guilherme. *Lanceiros negros*. Porto Alegre: JÁ Editores, 2006.
- HESSEL, Lothar. (1957). *Brava gente: romance*. Porto Alegre: Comissão executiva da Revolução Farroupilha, 1986.
- HISTÓRIA: ensino e pesquisa. Porto Alegre: Sulina, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- HRUBY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Tese (Doutorado em História).
- HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. In: *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 4, março, 2010.
- JACQUES, Paulino. *A Guerra dos Farrapos (1835-1845)*. Rio de Janeiro: Reper editora 1969.
- KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem: imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845)*. Porto Alegre: UFRGS/IFCH, 2011. Tese (Doutorado em história).
- KOSSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectivas, 2005.
- LAKATOS, Imre. *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- LAMB, Nayara Emerick. *História de Farrapos: biografia, historiografia e cultura no Rio Grande do Sul oitocentista*. Dissertação (mestrado) UERJ/ IFCH, 2012.
- LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1936.
- LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860/1910)*. UNICAMP/IFCH, 2004) Tese (Doutorado em história).

- LEITMAN, Spencer. Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX. In: DACANAL, José. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.
- LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- LIMA, Alcides. (1882). *História popular do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro ED., 1983.
- LIMA, Jorge de. *Invenção de Orfeu*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- LIMA, Luiz Costa. *A aguarrás do tempo: estudos sobre narrativa*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LIMA, Luiz Costa. *Lira e antilira: Mário, Drummond, Cabral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LIMA, Luiz Costa. *O Controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Mool Flanders, Tristram Shandy*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do Controle: O controle do imaginário; Sociedade do discurso ficcional; O fingidor e o censor*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- LIMA, Luiz Costa. Uma fortuna problemática: A história da literatura no Brasil. In: MOREIRA, Maria Eunice (org.). *Histórias da literatura: teorias e perspectivas*. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2010.
- LOPES NETO, João Simões. *Cancioneiro Guasca*. Porto Alegre: Globo, 1954. [1910]
- LOPES NETO, João Simões. Duelo de Farrapos. In: *Contos gauchescos e Lendas do sul*. Porto Alegre: L&PM, 2002. [1912]
- LOPEZ, Luiz Roberto. *Revolução Farroupilha: a revisão dos mitos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 1992.
- LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 30*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Bento Gonçalves*. Porto Alegre: IEL: DIVERGS, 1990.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Impressa Farroupilha*. Porto Alegre: IEL/EDIPUCRS, 1994.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Lições da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 1995.

MACEDO, Francisco Riopardense de. *Rossetti e a imprensa farroupilha*. Porto Alegre: Corag, 1990.

MACHADO, Cesar Pires. *Porongos: fatos e fábulas*. Porto Alegre: Praça da Matriz, 2011.

MAESTRI, Mario. *O homem que encurtou a ditadura brasileira*. 2014. Disponível em: <[http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9610:submanchete150514&catid=29:cultura&Itemid=225](http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9610:submanchete150514&catid=29:cultura&Itemid=225)>. Acesso em: 2 jan. 2016.

MAGALHÃES, Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura. In: *Niterói*, Revista Brasiliense. Ciência, Letras e Artes. Paris: Dauvin et Fontaine, libraires, 1836. Tomo 1.

MALERBA, Jurandir. *A história da América Latina*: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história? Uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. In: *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 15, Ago., 2014.

MALERBA, Jurandir. *Ensaio: teoria, história e ciências sociais*. Londrina, PR: Eduel, 2011.

MARCHETTI, Norberto. *Revolução Farroupilha: a história, os heróis e os símbolos*. Porto Alegre: Corag, 2011.

MARIANTE, Helio Moro. *Antologia dos patronos da academia Rio-Grandense de Letras*: Alfredo Ferreira Rodrigues. Porto Alegre: Martins livreiro, 1982.

MARIANTE, Helio Moro. *Farrapos: Guerra à gaúcha*. Porto Alegre: Martins livreiro, 1985.

MAROBIN, Luiz. *A literatura no Rio Grande do Sul: aspectos temáticos e estéticos*. Porto Alegre: Martin Livr. ED., 1985.

MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1978.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. In: *Espaço Plural*, ano XIII, nº 27, 2º semestre 2012.

MENA, Xavier do Amaral Sarmento. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Pap. Velho, 1933.

MENEGAT, Carla. *Domingos José de Almeida: O Estadista da República Riograndense (o casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos na Revolução Farroupilha)*. Curitiba: Instituto Memória, 2010.

MENEGAT, Carla; ZALLA; Jocelito. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. In: *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 31, nº 62, 2011.

MEYER, Augusto. (1952). *Cancioneiro gaúcho*: seleção de poesia popular com notas e um suplemento musical. Porto Alegre: Editora Globo, 1959.

MEYER, Augusto. Nota preliminar. In: ALENCAR, José de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar LTDA, 1958.

MOEHLECKE, Germano Oscar. *Os imigrantes alemães e a Revolução Farroupilha*. São Leopoldo, edição do autor, 1986.

MORAIS, Eugênio Vilhena de. Qual o autor de “Reflexões sobre o generalato do Conde de Caxias”. In: *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro: 8/09/1946.

MOREIRA, Maria Eunice. A Literatura: de sombras e silêncios – novas formas para (re)pensar a sua história. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (coord. geral). AXT, Gunter; RECKZIEGEL, Ana Luiza. (diretores do vol.) *República velha* (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. V. 3, t. 2. p. 275.

MOREIRA, Maria Eunice. *Apolinário Porto Alegre*. Porto Alegre: IEL, 1989.

MOREIRA, Maria Eunice. Uma literatura de Guerra. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 18, n. 3, 1985.

MOTTA, Mattos Flávia. Pelotas e o quilombo de Manuel Padeiro na conjuntura da Revolução Farroupilha. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre: V. 13, 1985.

MTG (org.). *Farroupilhas: ideias, cidadania e revolução*. Porto Alegre: CORAG, 2010.

MURARI, Luciana. “Água parada”: O olhar da modernidade na ficção de Alcides Maya. In: *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v; XXXIV, n.2, dezembro 2008.

NASCIMBENE, Luigi. *Tentativa de independência do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CiaE, 2009.

NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. *República rio-grandense e os negros*. Porto Alegre: Edigal, 2008.

NEDEL, Letícia. Saber-se local: configurações do regionalismo no campo intelectual. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord.): *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar* (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007.

NEDEL, Letícia; RODRIGUES, Mara. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul. In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, jan./jun. 2005.

NORRIS, Christopher. ‘Fog sobre o canal, continente isolado’: epistemologia nas duas ‘tradições’. In: *Epistemologia: conceito-chave em filosofia*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Uma identidade platina para o Rio Grande do Sul: análise historiográfica de *Revoluções Cisplatinas*, de Alfredo Varela. In: *Humanas*. Porto Alegre, v. 26/27, n. 1/2, 2004/2005.

OS EDITORES. Apresentação. In: DACANAL, José Hidelbrando. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

OSÓRIO, Fernando Luis. (1894). *A guerra civil dos farrapos*. Porto Alegre: Globo, 1935.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Uma resenha para Sandra Jatahy Pesavento. In: *Fênix: Revista de história e estudos culturais*. Vol. 6, ano. VI, nº 2, abril/maio/junho, 2009.

PADOIN, Maria Medianeira. *Federalismo gaúcho: Fronteira, direitos e revolução*. São Paulo: Cia Editora nacional, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A narrativa pendular: as fronteiras simbólicas da história e da literatura. In: PESAVENTO, Sandra et al. *Érico Veríssimo: o romance da história*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Farrapos, liberalismo e ideologia. In: DACANAL, José. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma certa Revolução Farroupilha. In: Grinberg, Keila; Salles, Ricardo (org.). *O Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Vol. 2.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma ideologia em farrapos. In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 18, n. 3, 1985b.

PICCOLO, Helga; PESAVENTO, Sandra Jatahy. A Guerra dos Farrapos e a construção do Estado Nacional. In: DACANAL; José Hildebrando. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985a.

PICCOLO, Helga; PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia gaúcha. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n.3, junho, 1995.

PICCOLO, Helga. A política rio-grandense no Império. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius. *RS: Economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. (1839). *Anais da Província de São Pedro*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

POE, Edgar Allan. *Poemas e ensaios*. Tradução de Oscar Mendes e Milton Amado. São Paulo: Globo, 2009.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. *Memória histórica da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Departamento de artes gráficas, 2006.

PORTINHO, José Gomes. *Achegas à Araripe* (Guerra civil no RGS). Porto Alegre: [s/n], 1990.

PORTO ALEGRE, Apolinário. (1935). *Cancioneiro da Revolução de 1835*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981.

PORTO ALEGRE, Apolinário. José de Alencar: Estudo biográfico. In: *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário*. nº. 10. Porto Alegre, 1873a.

PORTO ALEGRE, Apolinário. José de Alencar: Estudo biográfico. In: *Revista Mensal da Sociedade Partenon Literário*. nº. 11. Porto Alegre, 1873b.

PORTO ALEGRE, Apolinário. O valeiro. In: *Paisagens: contos*. Porto Alegre: Ed. Movimento, 1987.

PORTO ALEGRE, Aquiles. (1874-1875). O tropeiro. In: MOREIRA, Maria Eunice (org). *Narradores do Partenon Literário*. Porto Alegre: IEL: Corag, 2002.

QUINTELLA, Ary. *Amor que faz o mundo girar: romance*. Belo Horizonte, MG: Ed. Lê, 1990.

RAGO, Margareth. A “Nova” historiografia brasileira. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, julho de 1999.

RAMOS, Luiz Fernando. *Anita*, um livro que conta muitos livros. In: *Via atlântica*, n. 3 dez. 1999.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história: Ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

RANGEL, Carlos Roberto. O governo Flores da Cunha. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (coord. Geral); GERTZ, René (diretor do vol.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. 2007. V. 4.

REICHEL, Heloisa Jochims. Fundamentos econômicos-sociais do federalismo argentino à época da Revolução Farroupilha. In: *R. Inst. Filos. Ci. Hum.* Porto Alegre: V. 13, 1985.

REIS, Daniel Aarão. A vida política. In: REIS, Daniel Aarão (coord.). *História do Brasil nação: 1808-2010; Olhando para Dentro: 1930-1964*. São Paulo: Editora objetiva, 2013.

RETAMOZO, Aldira (et. al.) *O papel das mulheres na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Tchê!: Casa Masson, 1980.

REVERBEL, Carlos. Traços biográficos de Caldre e Fião. In: CALDRE E FIÃO, José Antonio do Vale. *A divina Pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.

REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. IV trimestre, ano XV. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1935.

RIBEIRO, Celia. *O jornalista Farroupilha Vicente Ferreira Gomes (1805-1837): A política, os costumes, a imprensa e a publicidade na raiz da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Libretos, 2012.

- RIBEIRO, José Iran. *O Império e as revoltas: Estado e nação na trajetória dos militares do exército imperial no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. Tomo I
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1997. Tomo III.
- RIO GRANDE DO SUL. *Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha*. Levantamento de fontes sobre a Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Corag, 1985.
- RIO GRANDE DO SUL. *Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha*. A terra dos Farrapos: história, lendas e costumes. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1985.
- RIO GRANDE DO SUL. *Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha*. O cidadão Domingos José de Almeida a seus compatriotas. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 1986.
- RIO GRANDE DO SUL. *Gabinete do Governador*. Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Sesquicentenário da Revolução Farroupilha: uma introdução ao estudo da Revolução Farroupilha. Porto Alegre: Corag, 1985.
- ROCHE, Jean. *L'administration de la province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*. Porto Alegre: Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, 1961.
- RODRIGUES, José Honório. *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: IPE, 1949.
- RODRIGUES, Mara Cristina. A releitura do passado farroupilha no IHGB (1921-1935): memória republicana e legitimidades intelectuais. In: *Revista Tempo*, vol. 19 n. 35, jul-dez. 2013.
- RODRIGUES, Mara Cristina. *Da crítica à história: Moisés Vellinho e a trama entre a Província e a nação. 1925 a 1964*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2006.
- RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Vultos e fatos da Revolução Farroupilha*. Brasília: Imprensa Nacional, 1990.
- ROSA, Othelo Rodrigues. *Vultos da Epopeia Farroupilha: Escorços Biográficos*. Porto Alegre: Globo, 1935.
- RUAS, Tabajara. *Netto perde sua alma*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

RUAS, Tabajara. (1985). *Os varões assinalados*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

RÜSEN, Jörn. Tópica - Formas da historiografia. In: *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

SAMPAIO, Fernando G. *Bento Gonçalves: mito e história (sobre o herói ladrão farroupilha)*. Porto Alegre: Martins livreiro Ed., 1984.

SANDER, Wilson et. al. A presença do índio e do negro no decênio Farroupilha. In: *Estudos Ibero-americanos*: Porto Alegre, v. 9, n. 1/2, 1983.

SANMARTIN, Olyntho. *Bento Manoel Ribeiro: ensaio histórico*. Porto Alegre: Tip. Do centro, 1935.

SANMARTIN, Olyntho. *Imagens da história*. Porto Alegre: Nação, 1951.

SANMARTIN, Olyntho. *O visconde do Rio Grande*. Porto Alegre: Globo, 1940.

SANTOS, Graziela dos. 1985: Sesquicentenário e escravidão negra: Uma revisão historiográfica. In: *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, v. 6, n. 1/2, 1990.

SCHEIDT, Eduardo. O processo de construção da memória da Revolução Farroupilha. In: *Revista de história*, n. 147, 2002.

SCHRÖDER, Celso M. O Decênio Farroupilha em São Gabriel. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1938.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Jules Michelet. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: a forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2012.

SCLIAR, Moacyr. A estranha nação de Rafael Mendes. Porto Alegre: Círculo do livro, 1983.

SCLIAR, Moacyr. *Uma história farroupilha*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

SILVA, Bento Gonçalves da. Manifesto de Bento Gonçalves. In: ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Erus, 1981.

SILVA, Bento Gonçalves da. Manifestos de Bento Gonçalves da Silva: 29/08/1838. In: *Bento Gonçalves da Silva: atas, propostas e resoluções da Primeira Legislatura da Assembleia Provincial (1835/1836)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2005.

SILVA, Edevandro Sabino da. Gaúcho farroupilha: Visões e revisões. URI/PPG-Letras. Frederico Westphalen, 2009. Dissertação. (Mestrado em Letras)

- SILVA, Jaisson Oliveira da. *A epopéia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica da grande revolução, de Alfredo Varela*. Dissertação (mestrado) UFRGS, IFCH, PPG-História, Porto Alegre, 2010.
- SILVA, Juremir Machado da. *História regional da infâmia: O destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SILVEIRA, Éder. *Tupi or not Tupi: nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.
- SOARES, Sebastião Ferreira. Breves considerações sobre a Revolução de 20 de setembro de 1835. Acontecida na Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul. In: *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, n. 31, 1935.
- SOUZA, J. P. Coelho de. *O sentido e o espírito da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Globo, 1945.
- SOUZA, Silvia Cristina Martins. Ao correr da pena: Uma leitura dos folhetins de José de Alencar. In: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo de Miranda. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha* (história popular do grande decênio seguido das “efemérides” principais de 1835-1845, fartamente documentadas). Porto Alegre, Cia. Editora nacional, 1939.
- SPALDING, Walter. A Revolução Farroupilha. In: *O Rio Grande Antigo*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1968.
- SPALDING, Walter. Correção necessária. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 288, julho-setembro, 1970.
- SPALDING, Walter. *Farrapos! História, em contos, da Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1930.
- SPALDING, Walter. *Farroupilhas e Caramurus: A brasilidade dos farrapos: História, documentos e bibliografia sobre o movimento reivindicador de 1835/45*. Porto Alegre: Impr. Of., 1944.
- SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Triunfo: Petroquímica triunfo, 1987.
- TAVEIRA JÚNIOR, Bernardo. *Provincianas*. Rio Grande: Liv. Evangélica, 1886.
- TEIXEIRA, Mucio. *Poesias de Mucio Teixeira: precedida do júzo de escriptores nacionaes e estrangeiros, de uma apotheosis poética e de notas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1903. v. 2.

*Teocomunicação*: Revista trimestral de teologia: A Participação da Igreja na Revolução Farroupilha. Porto Alegre: v. 15, n. 68, 1985.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: As identidades nacionais. In: *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.

TOMASI, Greice. *Leituras na fronteira*: um estudo sobre a relação entre literatura e história nas obras de Caldre e Fião. Caxias do Sul: UCS/CCS, 2007. Dissertação. (Mestrado em História).

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes*: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira: 1824-1850. São Leopoldo: Ed. da Unisinos, 2000.

URBIM, Carlos. *Os farrapos*. Porto Alegre: Zero Hora, 2001.

VANGELISTA, Chiara. Sandra Jatahy Pesavento: imagens, lembranças, indícios. In: *Fênix*: Revista de história e estudos culturais. Vol. 6, ano. VI, nº 2, abril/maio/junho, 2009.

VARELLA, Alfredo. *História da grande revolução*: O ciclo farroupilha no Brasil. Porto Alegre: Globo, 1933. 6v.

VARGAS, Jonas Moreira. Entre a Paróquia e a Corte: Uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889). Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2007. Dissertação (Mestrado em História).

VOIGT, André. Imaginação e história: um diálogo com Gaston Bachelard. In: *Anos 90*, Porto Alegre. V. 16, n. 30, dez. 2009.

WALSH, W.H. *Introdução à filosofia da história*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WEINHARDT, Marilena. A Revolução Farroupilha como tema ficcional. In: *Letras*, Santa Maria, jul/dez, 1993.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Ed. USP, 2014.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio. *Nova história em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

WHITE, Hayden. *Meta-História*: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo; Ed. da USP, 2008.

WIEDERSPAHN, Henrique. *Bento Gonçalves e as Guerras de Artigas*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul/Instituto estadual do livro, 1979.

WIEDERSPAHN, Henrique. *O convênio de Ponche Verde*. Porto Alegre, EST, 1980.

WIEDERSPAHN, Henrique. *O general farroupilha João Manuel de Lima e Silva*. Porto Alegre: Escola superior de Teologia São Lourenço do Sul de Brindes, Sulina, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1984.

WIERZCHOWSKI, Leticia. A casa das sete mulheres. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ZILBERMAN, Regina (orgs.). Um dia todas essas coisas não de ser história: texto farroupilhas. Porto Alegre: PUCRS: Erus, 1985b.

ZILBERMAN, Regina. A literatura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.

ZILBERMAN, Regina. Apresentação. In: Letras de Hoje. Porto Alegre, v. 18, n. 3, 1985a.

ZILBERMAN, Regina. Roteiro de uma literatura *singular*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.